

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina,
organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).

Volume I

Adriana Iop Bellintani

Brasília, DF

2009

ADRIANA IOP BELLINTANI

O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).

Tese de Doutorado em História para a obtenção do título de Doutor em História Social da Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Estevão Chaves de Rezende Martins
Co-orientador: Jordi Canal

Brasília, DF
2009

À Beatriz, minha querida mãe,
pelo afago de tuas mãos,
pelo calor de teu colo ,
pela doçura de teu olhar,
e por todo zelo, carinho e imenso amor,
dedicado à Helena
nos momentos que me fiz ausente...

Agradecimentos

Ao prof. dr. Estevão Chaves de Rezende Martins, pela orientação de uma tese já em andamento, minha admiração pela seriedade acadêmica, pelo competente direcionamento da pesquisa, pelas críticas pontuais e eficientes, pela compreensão e entendimento do tema demonstrados ao longo desta jornada;

Ao Mauro, marido e companheiro de todas as horas, pelo carinho, paciência e amor,

Ao Darli, meu querido pai, pelo apoio e incentivo,

Ao Rodrigo e Ronaldo, meus irmãos, pela presença e amizade,

Ao Braz Brancato (*in memoriam*), meu grande amigo, pelo permanente auxílio e incentivo à execução deste trabalho, bem como na realização do doutorado-sanduíche;

À profa. dra. Albene Miriam Menezes, pela crença na proposta deste trabalho e orientação na formulação do projeto de pesquisa e parte da tese, bem como pela oportunidade de realização de monitoria e estágio em suas disciplinas;

Ao prof. dr. Jordi Canal, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, responsável pela co-orientação da pesquisa no exterior, pelo acolhimento e orientação nos arquivos franceses;

Ao prof. dr. Denis Rolland, da Universidade Robert Schuman de Estrasburgo, França, pela orientação durante a pesquisa nos arquivos diplomáticos franceses;

À profa. dra. Sandra Maria Lubisco Brancato, pela amizade e colaboração durante a execução desta tese;

Aos professores Margareth Bakos, da PUCRS; Celso Fonseca, da UnB; Luís Corrêa Lima, da PUCRJ; e Manuel Domingos Neto, da UFCE, pelo incentivo, apoio e colaboração;

Ao sr. Paulo Roberto da Silva Penha, do Comitê Qualidade de Vida, da Imprensa Nacional, pelo empenho no trabalho realizado com as microfilmagens;

Ao cel. inf. Eliéser Girão Monteiro Filho, sub-comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pela colaboração na pesquisa realizada na EAO;

Ao cel. cav. Sebastião José Moreno Gama, chefe do Centro de Documentação do Exército em Brasília, e ao ten. Eduardo Rizzatti Salomão, do Setor de Heráldica, pelas informações concedidas;

Ao cel. av. Rui Chagas Mesquita, pelo auxílio na pesquisa no Arquivo Norte-Americano;

Ao maj. Alcimar Marques de Araújo Martins, pelo empenho e colaboração;

Aos cap. Francisco José Correia Martins, sub-tenente Antonio Mauro de Oliveira Pereira e 1º sarg. Fernando da Silva Rodrigues, do Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, pela atenção e apoio;

À sra. Izabel Regina Pessoa Correia, do Arquivo Itamaraty no Rio de Janeiro, pelo empenho e auxílio nas pesquisas;

À sra. Alba Horenstein, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, pelo carinho e disponibilidade durante o estágio em Paris;

Aos amigos Claus Killian Hardt, Gisela Biacchi Emanuelli, e Mark e Candice Santos, pela colaboração durante a execução deste trabalho;

À sra. Leila Célia Costa Santos, secretária do Departamento de História da UnB, pelo eficiente trabalho desempenhado;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão de bolsa de doutoramento e confiança depositada;

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES, pela concessão de bolsa doutorado-sanduíche viabilizando a execução desta tese.

“A soberania dos estados, os conflitos de interesses, o realismo e o pragmatismo da política nacional e internacional, a instrumentalização das normas jurídicas pelos Estados, as iniciativas sociais autonomistas ou integradas apontam para uma nova arquitetura do poliedro social, no qual o fator cultural se alçou à posição de primeira grandeza.” (MARTINS, 2007, p. 141).

Sumário

Resumo	14
Resumé	15
Lista de abreviaturas.....	16
Lista de anexos	19
Lista de ilustrações	20
Considerações introdutórias	21
Parte 1	36
1 Estratégias e pensadores: Aron	37
1.1 Pensamento de Raymond Aron sobre guerra e política	37
1.1.1 Considerações de Aron sobre Maquiavel	39
1.1.2 Considerações de Aron sobre Clausewitz	43
1.1.3 Positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e pacifismo vistos por Aron	46
1.1.4 Marco teórico: Aron e a importância dos exércitos	49
2 Idéias doutrinárias brasileira e francesa	56
2.1 Formação doutrinária: Brasil e França na década de 1920	56
2.2 Influência positivista no Exército Brasileiro	57
2.3 Nacionalismo como ideologia de governo	70
3 Doutrina militar: âmbito de atuação	83
3.1 Doutrina militar: conceitos e definições	83
3.2 Formulação de uma doutrina militar: metodologia de análise	90
3.3 Influências à doutrina militar francesa	97
3.3.1 Pensamento de Napoleão Bonaparte	105
3.3.2 Pensamento de Carl von Clausewitz	109
3.3.3 Pensamento de Ferdinand Foch	114

3.4 Principais características da doutrina militar francesa	122
3.4.1 Guerra total	123
3.4.2 Caráter do chefe	125
3.4.3 Serviço e obediência	129
3.4.4 Disciplina	132
3.4.5 Espírito de grupo	135
3.4.6 Confiança	135
3.4.7 Coragem	136
3.4.8 Ambição	137
3.4.9 Moral	138
3.4.10 Hierarquia	139
4 Expansão cultural francesa: ação e agentes culturais	142
4.1 Cultura e política	149
4.2 Esforços franceses na América Latina: a latinidade	152
4.3 Mecanismos de expansão francesa na América Latina	154
4.4 Expansão cultural francesa no Brasil	162
4.5 Criação da Universidade de São Paulo (USP)	166
4.5.1 Universidade Nacional do Brasil, Distrito Federal e Porto Alegre	169
4.5.2 Liceus franceses e alianças francesas	172
4.5.3 Liceu do Rio de Janeiro	173
4.5.4 Liceus de São Paulo e Porto Alegre	174
4.5.5 Aliança Francesa	175
4.6 Publicidade francesa no Brasil	176
4.7 Propaganda germânica no Brasil.....	177
4.8 Missão Militar Francesa e influência cultural	181
4.9 Declínio do modelo francês	187
Parte 2	193
1 Exército Brasileiro	194
1.1 Reforma de 1908	195

1.2 Guarda Nacional	196
1.3 Exércitos de primeira e segunda linha	197
1.4 Reforma Hermes da Fonseca e reforma de 1915	199
1.5 Serviço militar obrigatório	203
1.6 Dupla cidadania dos imigrantes italianos no Brasil	205
1.7 Exército Brasileiro em 1919	207
1.8 Exército Brasileiro em 1921	211
1.9 Movimento tenentista de 1922	215
1.10 Movimento tenentista de 1924	217
2 Exército Brasileiro de 1924 a 1929	223
2.1 Negociações francesas com o gen. Leite de Castro	226
2.2 Conselho de Defesa Nacional	228
2.3 Exército Brasileiro em 1928 e 1929	232
2.4 Planos de guerra do Brasil	236
3 Missão Militar Francesa: de seus primórdios ao fim da administração Gamelin (1910-1929)	243
3.1 Envio da Missão Militar Francesa para o Brasil	244
3.2 Decretos e leis	252
3.3 Contrato da Missão Militar Francesa em 1919	253
3.4 Obstáculos enfrentados pela Missão Militar Francesa	257
3.4.1 Desavenças entre Bento Ribeiro e Gamelin	259
3.4.2 Venda de material bélico francês para o Brasil	262
3.4.3 Alta oficialidade	262
3.4.4 Contratação de missão geográfica austríaca	271
3.5 Projetos de Gamelin	264
3.6 Mudanças feitas no exército em 1921	271
3.7 Missão Militar Francesa no conturbado ano de 1922	273
3.8 Final da administração Gamelin	276
3.9 Missão Militar francesa junto à polícia estadual de São Paulo	279

4	Missão Militar francesa de 1925 a 1929	284
4.1	Renovação e alterações no contrato de 1927	285
4.2	Viagem ao Rio Grande do Sul	286
4.3	Propaganda e expansão cultural francesa no Brasil	287
4.4	Vigilância francesa sobre as iniciativas alemãs	290
4.5	Críticas contra à Missão Militar Francesa	293
4.6	Olhar epistemológico dos franceses	297
4.6.1	Febre amarela	299
4.7	Método cartesiano	301
4.8	Considerações sobre a Missão Militar Francesa	303
5	Aviação da década de 20 no Brasil	305
5.1	Concorrência exterior	308
5.2	Missão Militar francesa de Aviação	311
5.3	Organização da Escola de Aviação do Campo dos Afonsos	313
5.4	Acidentes aéreos	316
5.5	Quinta arma do Exército	318
6	Instrução francesa nas escolas militares	320
6.1	Escola de Estado Maior (EEM)	329
6.2	Curso de revisão e curso de informações para generais	334
6.3	Escola de aperfeiçoamento de oficiais	335
6.4	Escola Militar	336
6.5	Escola de Cavalaria	338
6.6	Escola do Serviço de Saúde	339
6.7	Escola de Aviação	340
6.8	Escola de Intendência	343
6.9	Escola de Veterinária	345
6.10	Escola de Sargentos de Infantaria	346
6.11	Centro de Instrução de Transmissões	347
6.12	Centros de Formação	347

7 Conferências ministradas pelos franceses nas escolas de instrução Movimento tenentista de 1922	349
7.1 Conferência de Gamelin em 1919	349
7.2 Conferência de Gamelin na EEM em 1924	350
7.3 Tática de infantaria – ten. cel. Barrant	350
7.4 Curso de infantaria – ten. cel. Barrant	351
7.5 Curso de infantaria de combate – ten. cel. Barrant	351
7.6 Tática de infantaria: homem sujeito de guerra, o soldado e o chefe – ten. cel. Barrant	352
7.7 Curso de infantaria: os mecanismos de marcha. ten. cel Barrant	353
7.8 Estratégia e história militar – ten. cel. Derougemont	353
7.9 Tática geral – ten. cel. Derougemont	355
7.10 Aeronáutica militar – ten cel De Séguin	356
7.11 Aeronáutica militar: desenvolvimento, história, organização – princípios de emprego e de comando – ten. cel. Séguin	357
7.12 Vestimentas – maj Fauvelet	358
7.13 Trigo – maj. Fauvelet	358
7.14 Organização do Ministério da Guerra – José Lopes de Carvalho...	359
7.15 Geografia econômica – Delgado de Carvalho	360
7.16 Curso geral de intendência – cel Buchalet	360
7.17 Serviço de saúde em campanha - dr. Marland	363
7.18 Tática geral – cel. Barat	364
7.19 Ensino militar – gen. Spire	364
7.20 Estradas de ferro: organização do serviço em tempos de guerra – maj. Chavane de Dalmassy	364
7.21 Mobilização – ten. cel. Lelong	365
7.22 Considerações sobre as conferências	366
 Parte 3	 371
 1 Exército Brasileiro do governo provisório do Estado Novo ...	 372

1.1 Revolução de 1930	375
1.2 Problemas do Exército	383
1.3 Revolução de 1932	386
1.4 Missão Militar Brasileira na Europa	396
1.5 Missão Militar Americana de Artilharia de Costa (MMA)	398
1.6 Fim do governo provisório	399
1.7 Organização da defesa nacional	404
1.8 Questões de fronteiras latino-americanas	407
1.8.1 Guerra do Chaco	407
1.8.2 Questão Letícia	407
1.9 Projeto de reorganização do Exército elaborado pelo gen. Waldomiro Castilho Lima	408
1.10 Levante comunista	413
2 Exército e Estado Novo	416
2.1 Movimento integralista	426
2.2 Pensamento de Góes Monteiro	426
2.3 Profissionalismo no Exército Brasileiro	429
2.4 Góes Monteiro e a aliança norte-americana	432
2.5 Diretivas do Estado Maior do Exército (1939)	436
3 Argentina e plano máximo	438
3.1 Preocupações do Exército Brasileiro com o exército argentino	439
3.2 Plano máximo argentino	442
4 Missão Militar Francesa	448
4.1 Contrato da Missão Militar Francesa com o Brasil na década de 30	462
4.1.1 Contrato de 1932	462
4.1.2 Contrato de 1935	463
4.1.3 Contrato de 1939	464
4.2 Viagens: manobras e exercícios de quadros	465
4.3 Legião de Honra	466

4.4 Propaganda francesa no Brasil	468
4.5 Criticas à Missão Militar Francesa	469
4.6 Posto de adido militar da França no Brasil	472
4.6.1 Grupos a serem investigados	474
4.6.2 Organização do posto	475
5 Legados da Missão Militar Francesa	477
5.1 Guerra moderna	482
5.2 Escolas militares	487
5.2.1 Escola de Estado Maior (EEM)	490
5.2.1.1 Curso de Informação para oficiais gerais e superiores	494
5.2.2 Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO)	495
5.2.3 Escola Militar	497
5.2.4 Escola de Aviação.....	497
5.2.5 Escola Técnica para engenheiros	499
5.2.6 Centro de Instrução de Educação Física	500
5.3 Conferência	501
5.3.1 Problema da mobilização no Brasil – ten. cel. Carpenter	502
5.3.2 Sistema napoleônico – gen. Noel	502
5.3.3 Curso de Alto Comando e de Alto Ensino militar – gen. Chebedec de Lavalade	502
5.3.4 Curso Superior de Informação – gen. Noel	504
5.3.5 Campanha da França de 1918 - cel. Nalot.	504
6 Aviação	505
6.1 Concorrência Exterior enfrentada pela França no Brasil:	
Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos	512
6.1.1 Investida italiana	519
6.1.2 Esforço inglês	520
6.1.3 Esforço alemão	522
6.1.4 Esforço americano	525
6.1.5 Resistência francesa	527
7 Visão alemã e americana sobre a Missão Militar Francesa	530

7.1 Visão alemã sobre a Missão Militar Francesa	530
7.2 Visão americana sobre a Missão Militar Francesa	534
7.2.1 Situação estratégica	535
À guisa de conclusão	540
Referências bibliográficas	549
Ilustrações	601
Anexos	629

Resumo

A presente tese de doutoramento tem como tema central a permanência da Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro, no período entre 1920 e 1940, com o objetivo de analisar a evolução do Exército Brasileiro com a instrução ministrada e a reorganização promovida pelos oficiais franceses, no que concerne à doutrina militar e à doutrina de guerra, bem como de identificar os acontecimentos históricos relevantes do período, examinando o quanto esse Exército reorganizado auxilia e sustenta a instalação e a permanência do Estado Novo.

No decorrer desses contratos, a França investe na propagação de sua influência, através da difusão de sua língua e cultura, justificada no Brasil e na América Latina, pela recorrência ao argumento da latinidade, com vistas à exportação de seu material bélico excedente, por preços elevados, beneficiando, com isso, a balança comercial francesa; já o Brasil tem como meta a instrução, modernização e equipagem de sua força de terra.

Indubitavelmente, a França se beneficia do ponto de vista econômico com esses contratos de instrução, tanto na perspectiva de venda de seu material de guerra, quanto na da exportação de suas idéias, filosofias, e, conseqüentemente, livros. O Brasil, apesar dos altos custos pagos, consegue profissionalizar e instruir o quadro de militares do Exército.

A pesquisa foi desenvolvida, preferencialmente, em fontes primárias, tanto no Brasil como na França, através do exame de jornais, documentos diplomáticos e militares, tais como os boletins, relatórios e correspondências, de ambos os exércitos. Esses relevantes dossiês sustentaram a análise empreendida sobre o trabalho desenvolvido pela Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil, o exame da situação do Exército no período, bem como as modificações nele promovidas pela instrução e reorganização francesa.

Resumé

Ce travail se penche sur la Mission Militaire Française d'Instruction auprès de l'Armée Brésilienne pendant la période 1920-1940. L'objectif de cette recherche est celui d'analyser l'évolution de l'armée brésilienne sous l'influence de l'instruction et de la réorganisation promue par les officiers français membres de la dite Mission, notamment de leur doctrine militaire et de celle de la guerre. Il est fait aussi la mise en perspective de la vision française sur les événements de la période, ainsi qu'il est examiné, comment l'armée reorganisée a aidé et soutenu l'installation et la durée de l'Estado Novo de Getúlio Vargas après 1937.

Tout en cherchant à étendre son influence par la diffusion de la langue française, justifiée au Brésil et en Amérique Latine par la latinité, la France a aussi eu comme objectif exporter son matériel de guerre excédent, pour un prix très élevé, bénéficiant sa balance commerciale, au temps que le Brésil a voulu moderniser, équiper et donner de l'instruction à sa force de terre.

La France s'est bénéficiée économiquement avec ces contrats d'instruction, autant qu'en vendant son matériel béllique. Ce bénéfice était vu comme analogue à celui de la diffusion de ses livres, de ses idées et de ses philosophies. En ce qui concerne l'instruction militaire, le Brésil a payé cher, mais il a obtenu la professionnalisaton et l'entraînement souhaités pour son armée de terre.

La présente thèse a tout d'abord utilisé une recherche poussée des sources primaires au Brésil et en France : les documents militaires (bulletins et rapports des deux armées), les documents diplomatiques et la presse. Ces importantes sources ont permis l'analyse du travail de la mission française au Brésil, de la situation de l'armée brésilienne pendant da durée de la mission et des modifications qui se sont produites par l'action et l'instruction française dans la réorganisation militaire brésilienne.

Lista de abreviatura

ABC: Argentina, Brasil e Chile

AC: Acre

AFAA: Associação Francesa de Ação Artística

AIB: Ação Integralista Brasileira

AL: Alagoas

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

art.: Artigo

av.: Aviador

BA: Bahia

CAN: Correio Aéreo Nacional

cap.: Capitão

cel.: Coronel

CEM: Conceito estratégico militar

CEN: Conceito estratégico nacional

cia.: Companhia

CPOR: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CSG: Conselho Superior de Guerra

DC: Destacamento de cavalaria

DF: Distrito Federal

DG: Doutrina de Guerra

DI: Destacamento de infantaria

DM: Doutrina Militar

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

EAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ECEME: Escola de Comando do Estado Maior do Exército

EEM: Escola de Estado Maior

EM: Estado Maior

EMA: Estado Maior da Armada

EMAER: Estado Maior da Aeronáutica

EME: Estado Maior do Exército

eng.: Engenheiro

ES: Espírito Santo

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

EXE: Exército

FAB: Força Aérea Brasileira

FNB: Força Naval Brasileira

gen.: General

gen. brig.: General de brigada

gen. div.: General de divisão

GO: Goiás

maj: Major

MA: Maranhão

MAE: Ministério das Relações Exteriores da França

méd.: Médico

MG: Minas Gerais

min.: Ministro

MMF: Missão Militar Francesa

MRE: Ministério das Relações Exteriores

MT: Mato Grosso

n.: Número

NPOR: Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

of.: Oficial

ONA: Objetivos nacionais atuais

ONP: Objetivos nacionais permanentes

PA: Pará

PE: Pernambuco

PI: Piauí

PR: Paraná

prof.: Professor

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

RI: Regimento de infantaria

RJ: Rio de Janeiro

RM: Região militar

RN: Rio Grande do Norte

RS: Rio Grande do Sul

sarg.: Sargento

SC: Santa Catarina

SE : Sergipe

SHAT: Service Historique de l'Armée de Terre

SOFE: Serviço de Obras Francesas no Exterior

SP: São Paulo

STM: Superior Tribunal Militar

sub. ten.: Sub-tenente

ten.: Tenente

ten. cel.: Tenente coronel

TPS: Telefone preferencial de serviço

TSF: Telefone sem fio

USP: Universidade de São Paulo

vet.: Veterinário

Lista de anexos

Documento 1: Currículo resumo de um oficial francês, cogitado para integrar a MMF;

Documento 2: Lista dos regulamentos elaborados ou refeitos pela MMF;

Documento 3: Breve histórico sobre o cel. Leite de Castro, enviado pelos franceses ao Ministro da Guerra da França;

Documento 4: Contrato da MMF de 1927;

Documento 5: Contrato da MMF de 1932;

Documento 6: Contrato da Missão Militar Americana de Costa de 1937.

Lista das ilustrações

- Fig. 1: gen. Maurice Gamelin
- Fig. 2: cel. Baudouin
- Fig. 3: gen Coffec
- Fig. 4: gen Spire
- Fig 5: gen. Huntziger
- Fig. 6: gen. Noel
- Fig.7: gen. Chabedec de Lavalade
- Fig 8: gen. De Gaulle
- Fig. 9: gen Tasso Fragoso
- Fig. 10: gen. Góes Monteiro
- Fig. 11: Canhão de 37mm, modelo 1916
- Fig. 12: Canhão Schneider de 155mm, modelo 1917
- Fig. 13: Avião Breguet
- Fig. 14: Avião Independência
- Fig. 15: Avião Rio de Janeiro
- Fig. 16: Avião Morane
- Fig. 17: Avião Nieuport 17
- Fig. 18: Oficina de Aviação no Campo dos Afonsos
- Fig. 19: Oficina de Aviação no Campo dos Afonsos
- Fig. 20: Oficina de Aviação no Campo dos Afonsos
- Fig. 21: Oficina de Aviação no Campo dos Afonsos
- Fig. 22: Serviços de engenharia sob o comando da MMF
- Fig. 23: Serviços de engenharia sob o comando da MMF
- Fig. 24: Serviços de Engenharia sob o comando da MMF

Considerações introdutórias

Segundo alguns pesquisadores de teoria da história, a exemplo de Max Weber¹, o trabalho científico surge, de modo geral, a partir de um interesse, da vontade de investigar algum tema. Para Rusen², um projeto de pesquisa ou trabalho científico origina-se de uma *carência de orientação*, ou seja, de uma questão, dúvida ou lacuna que instigue a curiosidade e o desejo pelo saber, na medida em que promove e fornece sentido, sentido esse, que, de alguma maneira, influencia o pensamento de quem o lê. A presente tese parte, nessa perspectiva, de uma carência de orientação, ou seja, do desejo de verificar as mudanças ocorridas no Exército Brasileiro nos anos 30.

As transformações ocorridas no seio do Exército Brasileiro nesse período conferem-lhe um perfil de atuação diferenciado do adotado até então. Essa mudança leva, por exemplo, o ex-governador gaúcho José Antônio Flores da Cunha³, então exilado no Uruguai, a abdicar da concretização de seus planos conspiratórios de invasão armada ao Brasil. Ora, as questões envolvendo alterações no Exército Brasileiro estão relacionadas, segundo investigação em diferentes fontes, às realizações das Missões Militares Francesas de Instrução (MMFs) no país.

Essas missões militares ocorrem entre os anos 1920 e 1940, recorte temporal que se constitui em um período bastante peculiar, pois comporta os anos finais da Primeira República e dois terços da era Vargas, época em que há um recuo dos interesses da França em relação à América Latina. Como afirma Denis Rolland: “Da alvorada do século até a Segunda Guerra Mundial, afirma-se a lenta retirada da influência e dos interesses franceses na América Latina”.⁴ De acordo com Rolland, o esvaziamento da presença francesa na América Latina ocorre nas primeiras quatro décadas do século XX. Sua tese central, como

¹ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

² RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*. In: *Fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

³ Flores da Cunha governou o Rio Grande do Sul de 1930 até 1937, quando tentou resistir ao golpe do Estado Novo. Em seu exílio, em Montevideu, sustentou um movimento conspiratório contra o governo de Vargas, denunciando as arbitrariedades ditatoriais. Esse foi o tema central de minha dissertação de mestrado.

⁴ ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina - cultura, política e identidade*. Brasília: UnB, 2005.

bem acentua o título de seu trabalho, é a curva de declive da influência francesa, diretamente ligada à diminuição dos interesses políticos e culturais da França pelo Brasil. Isso reforça a importância e a significação desta pesquisa, visto que as MMFs ocorrem entre os anos 1920 e 1940, período em que as relações bilaterais Brasil-França se enfraquecem e se distanciam.

Em termos temporais, essa é, em linhas gerais, a tênue camada empírica a que o trabalho vai reportar-se, com vistas a analisar a conexão entre os fios⁵ da expansão cultural francesa, a reformulação e modernização do Exército Nacional e a deflagração do Estado Novo, a partir do cruzamento de dados obtidos em fontes primárias e secundárias. Tais dados constituem o bloco de conteúdo empírico sobre os quais a investigação se debruça.

A teoria da história fornece os elementos necessários para que se estabeleçam as relações entre as fontes e a narrativa, de tal modo que se possa conferir sentido ao conteúdo empírico e edificar a tese aqui defendida. Essa teoria da história, voltada aos aspectos pertinentes à importância do exército e ao seu papel decisivo na preponderância e prestígio internacional de um estado, ganha forma nos estudos desenvolvidos por Nicolau Maquiavel.

Assim, os capítulos desta tese estruturam-se, *a priori*, com base na obra de Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*⁶, em que é defendida a importância de um exército bem orientado que pugne pela defesa nacional, opondo-se às investidas de forças alheias e dos mercenários. Para Aron, a arte da guerra é relevante, e, mesmo em tempo de paz, devem-se preparar as tropas para um conflito iminente, o que obriga os soldados a estarem sempre em ação e disciplinados.

O objetivo de todo exército é a guerra, e o mundo vive dentro da constante dialética de guerra e paz, pois segundo Aron na paz as nações preparam-se para a guerra e na guerra trabalham pela paz. Desta forma, Aron enfatiza o quanto o político e o militar caminham juntos, e decidem lado a lado fazer ou não a guerra, assim como selar ou não um armistício. Mas um estado só toma decisões de acordo com a força militar de seu país. Neste jogo de poder e de hegemonia os exércitos tem papel relevante nas questões de política interna e externa, assim o poder militar emergi junto ao estado como uma força paralela ao poder

⁵ HÖLSCHER, Lucian. The new annalistic: a sketch of a theory. In: History and Theory: studies the philosophy of history. n.3, v.6, 1997.

⁶ ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: UnB, 1986.

político. Trata-se de uma teoria que enfatiza e valoriza a ordem militar junto à ordem política, e mostra que a união destes poderes conduz a um estado forte e hegemônico, tanto interna quanto externamente.

As MMFs têm por objetivo primeiro a preparação e modernização da força terrestre brasileira, o que conferiria um maior relevo internacional ao Brasil. O trabalho realizado pelos franceses pode ser dividido em dois momentos: o período conturbado da década de 1920 e o início da centralização administrativa da era Vargas, com fim das tensões políticas e sociais.

Nos anos 20, os franceses reorganizam os cursos regulares de carreira, principalmente os do Estado Maior do Exército (EME): são construídas novas instalações, elaborados novos regulamentos e enviados oficiais à França para realizarem cursos de aperfeiçoamento. Nos anos 30, o número de oficiais franceses nas MMFs é reduzido, e a continuidade dos trabalhos se dá com o auxílio de militares brasileiros, devidamente capacitados e instruídos. A política de valorização do Exército, desenvolvida por Vargas, amplia as importações de armamentos, aumenta o efetivo militar e eleva os soldos.

Como se trata de tema pouco presente na bibliografia nacional, o ponto de partida para a presente investigação é esse quase silêncio historiográfico existente, a partir do qual se procurou fazer um levantamento das questões norteadoras da pesquisa. Muitas indagações se colocam: por que contratar uma missão estrangeira para preparar o Exército Nacional? Essas missões promovem verdadeiramente mudanças de cunho ideológico ou doutrinário? Qual o objetivo da França no envio destas missões? As escolas militares tornaram-se importantes para a vida nos quartéis?

Com base em uma literatura especializada, identificaram-se algumas questões pertinentes ao campo da instrução militar, que auxiliaram na problematização do tema, na medida em que atualizavam indagações do tipo: ocorrem alterações na doutrina militar? O que distingue uma doutrina militar de uma doutrina de guerra? Qual é a doutrina militar dos anos 20 e dos anos 30?

A preparação de um exército para a guerra exige sempre uma hipótese de guerra. Pois bem, no caso das MMFs, quais as hipóteses de guerra por elas cogitadas para o Exército Brasileiro? Em uma conexão causal com essa questão, coloca-se, imediatamente, a

interrogação: que país foi considerado inimigo iminente? Para o Exército desse período, qual é a nação, em tese, considerada como pretensa inimiga?

Julga-se pertinente indagar também qual o papel dos remanescentes integrantes dos movimentos tenentistas nessas reformulações militares. No plano da história nacional, qual a posição dos *tenentes* quanto à vinda das MMFs? O Exército é realmente remodelado nos anos 20 com as MMFs? Há, de fato, uma modernização? A possível reestruturação nos anos 20, sob a influência das MMFs, capacita realmente a força terrestre a auxiliar Getúlio Vargas a deflagrar o golpe de 1937?

A República Velha caracteriza-se também pela força policial que detém cada estado federado, instruída e armada independentemente da vontade e dos recursos do governo federal. Em 1936, desfechando o golpe final contra a oligarquia e o poder político dos coronéis, as forças estaduais são federalizadas. Mas, a partir desse importante fato, surgem novas interrogações: a supressão das brigadas estaduais é um pressuposto aos planos de fortalecimento do Exército? Suspensas as brigadas, não há mais força armada antagônica ao Exército, dentro do território nacional? Góes Monteiro é um dos propulsores da suposta reforma administrativa militar? Ocorre uma união intencional entre a política centralizadora estadonovista e o Exército fortalecido?

As instruções desenvolvidas nos cursos de promoção de carreira do Exército Brasileiro podem estar intrinsecamente correlacionadas aos interesses franceses de expansão cultural. A França muito se empenha, no final do século XIX e início do século XX, pela difusão das alianças francesas e dos liceus pela América Latina, oferecendo muitas bolsas de estudo para estrangeiros, a fim de difundir e expandir o idioma francês. Convém não esquecer que a Universidade de São Paulo (USP) é fundada e organizada, na década de 30, sob a influência dos professores franceses. Dessa maneira, podem-se considerar as MMFs como um prolongamento da política de expansão cultural francesa? As MMFs são um meio de propaganda cultural? Ocorre, por intermédio desses cursos, a difusão da língua francesa? A literatura utilizada nos cursos é em qual idioma?

A presente tese objetiva analisar a questão da reestruturação e da possível modernização do Exército Nacional, ocorrida no campo ideológico, no que concerne à doutrina militar. Mas essa possível reformulação não abarca apenas o aspecto ideológico doutrinário; ela perpassa concomitantemente o reaparelhamento do Exército com a

importação de material bélico e de munições. Embora tenha sido privilegiado o campo doutrinário, não se podem deixar de considerar as questões relativas à importância dos armamentos e da expansão da infra-estrutura dos quartéis e dos campos de instrução.

Para analisar essas questões, foram levantadas informações e dados primordialmente em fontes primárias (documentação e imprensa), visto não haver sido identificada nenhuma obra que aborde a doutrina militar do Exército Brasileiro no período em tela, menos ainda a influência que essa possa ter sofrido da doutrina militar francesa.

No que concerne aos estudos sobre a questão da doutrina militar, existem trabalhos como os de Carl von Clausewitz, Albert Tanant, Ferdinand Foch e Charles de Gaulle. Clausewitz, em seu livro, *Da guerra*⁷ faz um estudo minucioso das investidas de Napoleão Bonaparte, identificando o caráter da guerra, sua função e objetivo. O autor enfatiza o valor da moral da tropa, na perspectiva bonapartista.

Segundo Aron⁸, Clausewitz considera o estado uma entidade viva e soberana, em constante conflito com outros estados, seja do ponto de vista bélico, seja do apenas diplomático. A guerra é vista como uma fase normal nesse conjunto de relações, como uma prolongação da própria política. A história militar passa, assim, a ter relevância, na medida em que revela os feitos desconhecidos dos antepassados de cada estado.

Albert Tanant é instrutor no curso de Estado Maior da França entre os anos 1919 a 1926. Em seu livro *La discipline dans les armée française*⁹, descreve os principais caracteres e valores, por ele considerados como essenciais, ao quadro de oficiais e ao comandante da força terrestre. Detalha minuciosamente os atributos de caráter que um chefe militar deve possuir: a abnegação, o respeito hierárquico para o funcionamento e permanência da instituição, entre outros valores morais. É, a partir de seus textos, que se obtêm informações sobre a doutrina de guerra e, posteriormente, sobre a doutrina militar. Também nessas obras podem ser identificadas informações sobre a conduta e preservação do exército enquanto instituição, ou seja, sobre a doutrina a elas subjacente.

⁷ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Brasília: UnB, 1979.

⁸ ARON, Raymond. *Pensar a guerra Clausewitz: a era planetária*. Brasília: UnB, 1986.

⁹ TANANT. *La discipline dans les armée française*. Paris: Charles-Lavauzelle & Cia, 1938.

Foch escreve vários trabalhos sobre o tema, tais como *Conduite de la guerre*¹⁰ e *Des principes de la guerre*¹¹, destacando a participação da França na Primeira Guerra Mundial, os planos estratégicos adotados e os princípios que deveriam nortear o exército para a vitória. Suas idéias, respaldadas em Napoleão Bonaparte e Clausewitz, defendem a importância da história militar para o conhecimento das estratégias e táticas de guerra que obtiveram sucessos, a fim de que essas possam ser readaptadas aos tempos modernos, levando à vitória. Assim como Bonaparte, considera, em primeiro plano, o valor moral da tropa como capaz de vencer até mesmo a inferioridade de efetivo e a superioridade bélica.

De Gaulle escreve algumas obras de muita importância para a literatura militar, entre elas, *Vers l'armée de métier*¹², na qual defende a idéia da profissionalização e do avanço técnico-científico do exército, no âmbito de uma estratégia ofensiva. De Gaulle tenta alertar os franceses sobre a vulnerabilidade da Linha Maginot, defendendo a idéia do reaparelhamento militar da França contra o pensamento pacifista que permeia o povo, os políticos e os militares do período entre-guerras.

Todos esses autores tratam de guerra, estratégia, tática e manobras importantes de forma genérica. Esses ensinamentos de alguma forma penetram nas escolas militares brasileiras e se fazem presentes na doutrina militar do Exército Brasileiro.

Para a contextualização do período em questão nesta pesquisa, foi de grande relevância a leitura de alguns consagrados clássicos da história brasileira, tais como Edgard Carone¹³, Edmundo Campos Coelho¹⁴ e José Murilo de Carvalho¹⁵. Carone, em suas obras *A República Velha* e *A República Nova*, descreve minuciosamente os problemas militares enfrentados pelo Brasil: sua falta de preparo, instrução e armamentos. Expõe toda a querela referente aos sargentos, suas manifestações e sua posição díspar dentro da força, quando

¹⁰ FOCH, Ferdinand. De la conduite de la guerre: la manoeuvre pour la bataille. Paris: Berger-Levrault, 1904.

¹¹ FOCH, Ferdinand. Des principes de la guerre: conférences faites à l'École Supérieur de Guerre. Paris: Berger-Levrault, 1906.

¹² DE GAULLE, Charles. Vers l'armée de métier. Paris: 1934.

¹³ CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974; CARONE, Edgard. República Velha. Brasília: UnB, 1974.

¹⁴ COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política (1930-1945). In: A revolução de 1930: seminário internacional. Brasília: UnB, 1983.

comparada com a dos oficiais. Descreve a revolução de 1930, a participação dos tenentes exilados e a maneira como os mesmos são reaproveitados pelo governo de Vargas.

Edmundo Coelho, em seu importante trabalho, *Em busca da identidade*, afirma que, em 1937, o Exército alcançou níveis inéditos de coesão interna e disciplina, sustentando por tempo indefinido um governo ditatorial. O autor considera que o Estado Novo se torna possível porque atende aos interesses dos militares: “o Estado Novo foi de fato uma ditadura dos militares”.¹⁶

José Murilo de Carvalho, com suas inúmeras obras e artigos, é, sem sombra de dúvida, uma das maiores autoridades brasileiras em assuntos militares. Ele analisa as ideologias que sustentam o meio militar, do soldado-cidadão, a partir da proclamação da República, até o soldado profissional e o soldado-corporação da década de 20 e 30. Carvalho mostra a importância das forças armadas na política nacional, nos movimentos tenentistas, na revolução de 1930 e no golpe de 1937.

Nessa direção, Carvalho sustenta a tese de que o Estado Novo foi “a materialização da política do Exército, tal como fora concebida por Góes Monteiro e pelo grupo de generais a seu redor.”¹⁷ A política do Exército centra-se, à época, na profissionalização, na modernização e no afastamento dos militares de conflitos políticos. Para manter a unidade da corporação, é então preciso que o Exército se coloque acima de qualquer disputa ou simpatia ideológica.

A história militar também é estudada por outros autores militares, tais como: Horácio Acácio Augusto¹⁸, Humberto de Alencar Castelo Branco¹⁹ e José Celso de Macedo Soares Guimarães²⁰. Seus trabalhos, enfatizando a organização interna do Exército, sua base doutrinária, bem como as hipóteses de guerra e as ações em caso de deflagração de conflito armado, constituem-se em estudos elaborados pelos oficiais sobre a corporação e em monografias, apresentadas no final dos cursos de promoção de patente.

¹⁶ COELHO, op. cit. nota 14, p. 111.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p.92.

¹⁸ AUGUSTO, Horácio Acácio. Influências estrangeiras na formação e na doutrina do exército brasileiro. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército, pasta 5669 A, v. 132, 1995. p. 31-39.

¹⁹ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Marechal Castelo Branco: seu pensamento militar (1946-1964). Rio de Janeiro: ECEME, 1968.

²⁰ GUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. Os militares na formação brasileira. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

José Guimarães, que defende a importância de exércitos fortes para a soberania internacional das nações, afirma que, no Estado Novo, surgem os primeiros contornos da lei de Segurança Nacional, sob a inspiração de Góes Monteiro.

Horácio Augusto analisa a influência estrangeira na doutrina do Exército Nacional; quando se refere à França, faz menção à concepção conservadora e imobilista da estratégia francesa, que supervaloriza a Linha Maginot, citando os princípios defensivos e a guerra estática.

Castelo Branco, em seus trabalhos produzidos na década de 60, fala da doutrina militar com suas definições e hipóteses de guerra e da doutrina de guerra. Ele identifica, na doutrina francesa anterior à Segunda Guerra Mundial, o método de raciocínio empregado para a formulação de uma doutrina militar. Defende a profissionalização das forças armadas e, dentre alguns valores doutrinários, enfatiza a disciplina e a fidelidade.

Para Frank Mc Cann Junior²¹, autor americano que trabalha a partir de fontes americanas e brasileiras, as MMFs são de pouca relevância. De seu ponto de vista, os franceses em nada modernizam o Exército Brasileiro, porque se encontram em precária e obsoleta situação militar no período entre-guerras. Mc Cann salienta a importância da vinda para o Brasil das missões militares americanas, na década de 30, bem como a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

No que concerne aos estudos sobre expansão cultural, destacam-se os trabalhos de Guy Martinière²², Denis Rolland²³, Mônica Leite Lessa²⁴ e Patrick Petitjean²⁵, que examinam a influência da cultura francesa no Brasil, enfatizando, principalmente, as iniciativas do governo francês na difusão da língua francesa, com a fundação dos liceus e das alianças francesas. Na década de 1930, a expansão da cultura francesa pode ser percebida pela sua participação e influência na criação da Universidade de São Paulo, cuja maioria dos professores da área das ciências humanas vêm de Paris, para iniciarem, em São Paulo, suas carreiras docentes.

²¹ MC CANN, Frank Junior. *Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

²² MARTINIÈRE, Guy. *Brasil-França: vinte anos de cooperação (ciência e tecnologia)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

²³ ROLLAND, op. cit. nota 4.

²⁴ LESSA, Mônica Leite. *Relações culturais internacionais*. In: *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

²⁵ PETITJEAN, Patrick. *Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras*. In: *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1996.

Guy Martinière procura demonstrar a importância das missões universitárias da França para a América Latina. De um lado, a França busca, com a expansão de sua cultura, principalmente da língua, responder a interesses econômicos, políticos e comerciais: de outro, o Brasil do início dos anos 30 procura preencher sua carência de professores para ministrar cursos na recém fundada USP. Com isso, estabelece-se uma associação entre os centros universitários da França e os da América Latina.

Denis Rolland, em sua tese, defende a idéia de que o modelo francês é aplicado no Brasil somente às elites, pois o francês é uma língua de cultura e a França do início do século XX, um centro propulsor de inovações e de cultura de maneira geral. Mas, o autor considera que todo modelo é uma referência de comportamento, sendo, portanto precível. No decorrer do século XX, o modelo francês perde seu caráter universalista na América Latina, sendo progressivamente esvaziado.

Mônica Leite Lessa trabalha com fontes francesa e brasileira para desenvolver os temas referentes às relações culturais entre o Brasil e a França. Ela considera a França um dos países pioneiros na instrumentalização da cultura como forma de propaganda e expansão. Por meio da propaganda intelectual, estabelecem-se cooperações técnicas e científicas, que evoluem para os intercâmbios e acordos universitários.

Patrick Petitjean utiliza fontes primárias francesa e brasileira para discorrer sobre as trocas científicas ocorridas entre Brasil e França, nas primeiras quatro décadas do século XX. O autor acredita que, até a Segunda Guerra Mundial, os intercâmbios científicos são atuantes, com ênfase na década de 20, quando o francês é quase uma língua oficial no Brasil e as elites brasileiras procuram adotar os modelos de instituições científicas na França.

Na pesquisa primária realizada, para este trabalho, no arquivo do Exército, no Rio de Janeiro e em Brasília, identificou-se um corpo documental sobre o Exército Brasileiro, em que está registrado o método de formulação da doutrina de guerra, da doutrina militar e da doutrina de segurança nacional. Esses documentos pertencem, na sua maioria, a estudos empreendidos na Escola Superior de Guerra Brasileira.

Não foi localizada, entretanto, nesses documentos, nenhuma menção aos princípios ou idéias norteadoras da doutrina militar dos anos 20 e 30. Mas foi possível obter os

boletins do exército, com os textos das leis militares feitas no período e as importantes reformas realizadas, e a revista *Defesa Nacional* de grande valor histórico.

Como pretensão da presente tese é aprofundar o exame desses aspectos, julga-se de singular importância a análise dos textos das conferências proferidas pelos franceses no Brasil, assim como do conteúdo programático dos cursos por eles organizados. Busca-se, com isso, conhecer o conjunto de idéias que embasam a doutrina militar francesa, com vistas à identificação daquelas que possam ter influenciado a reformulação da doutrina militar brasileira.

A hipótese norteadora aqui formulada é a de que, devido à modernização e à reestruturação do Exército Brasileiro, a partir dos anos 20, conseqüência da ação das MMFs, a instituição encontra-se, nos anos 30, bem mais equipada e em melhores condições técnico-culturais, do que na década anterior. Seu efetivo aumenta em cem por cento e está melhor capacitado, o que permite ao governante do Brasil, Getúlio Vargas, contar com um Exército forte e unificado, modernizado devido às novas instruções recebidas e ao seu re-aparelhamento. Esse fato contribuiu para o esvaziamento gradual do poder militar das brigadas estaduais, ao longo dos sete anos restantes da década de 30. Como, conta com o apoio desse Exército modernizado para implementar medidas autoritárias, Getúlio Vargas pode, com o auxílio do Comando Maior do Exército, dar o golpe de estado que instaura, no país, a ditadura, entre os anos 1937 a 1945.

Uma hipótese secundária aventada versa sobre os interesses internacionais de expansão cultural da França, bem como sobre aqueles de ordem econômica, referentes à venda de material bélico (muitas vezes, restos de guerra, em completo desuso). O aspecto econômico é, sem dúvida, um dos principais responsáveis pelo envio de MMFs aos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Outra hipótese secundária refere-se à centralização político-administrativa pretendida por Vargas, com o propósito de pôr termo à estrutura oligárquica descentralizada da Primeira República, delimitando, com isso, a autonomia de cada estado e atrelando-a aos interesses políticos e econômicos do governo federal. Essa pretensão justifica o extermínio das brigadas militares, que agem, à época, como forças paralelas ao Exército e garantem a defesa dos estados, independentemente do jugo da administração federal.

Ainda no plano interno, intenta-se, nesse período, o arrefecimento dos tenentes da via profissional do Exército e também do cenário político, visto esses, em sua grande maioria, não terem recebido instruções das MMFs.

Dentro do corpo militar de então, destaca-se a figura de Góes Monteiro, que pugna pela reforma do ensino militar, pela moralização dos oficiais e graduados e pela ampla centralização administrativa do EME. A implementação desses objetivos vem a fortalecer o Exército num contexto de maior aproximação entre o estado e a corporação, representado pela implantação da ditadura de Vargas, devido à política de federalização das brigadas estaduais e ao fato de as autoridades, descontentes ou discordantes com o regime, estarem no exílio.

Esses são os principais pontos de embasamento desta tese, em relação às fontes secundárias. Como as obras referendadas não se mostraram suficientes para responder às questões suscitadas pela investigação, partiu-se, então, para uma pesquisa de fontes primárias, no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, onde foi localizado o arquivo de Góes Monteiro e vários outros documentos militares relatando a situação do Exército Nacional. Encontraram-se relatórios secretos que indicam as mudanças a serem feitas, traçam planos sobre a nova conduta do país, discutem o envolvimento militar com a política, denunciam fraudes e corrupções no meio militar e também apresentam estudos referentes ao *plano máximo*²⁶; no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde se encontraram os contratos das MMFs e demais correspondências entre os ministros das Relações Exteriores do Brasil e da França, referentes aos acordos bilaterais efetivados, aos salários dos oficiais, e a outros gastos com as instruções; na Biblioteca do ECEME, no Rio de Janeiro, onde se localizaram monografias de conclusão de curso dos oficiais do Exército, referentes às MMFs; no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, no qual se identificaram algumas fontes secundárias sobre o tema e também a *Revista Militar Brasileira*; no Centro de Documentação do Exército, no Arquivo Histórico, em Brasília, onde se teve acesso às documentações sobre as missões militares e a todos os números das revistas *Nação Armada* e *Defesa Nacional*, de grande valia para esta pesquisa, pelos artigos dos oficiais comandantes das MMFs, dos ministros de Guerra brasileiros e de muitos outros militares que ali analisam o momento histórico e refletem sobre a contribuição francesa para o

²⁶ Plano máximo: plano de hipótese de guerra argentino que tinha o Brasil como país inimigo.

Exército Brasileiro; no Estabelecimento gen. Augusto Cordeiro de Farias e na Fundação Cultural do Exército.

Nesse percurso de investigação, recorreu-se também ao Centro de Pesquisas Documentais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, onde foram pesquisados arquivos sobre os temas afins e os arquivos pessoais de Osvaldo Aranha, José Pessoa, Getúlio Vargas e Lindolfo Collor. Na secção de documentação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em Brasília, foi localizada a documentação referente às discussões plenárias sobre a necessidade de contratação de missões estrangeiras para treinar o Exército Brasileiro, e sobre o país a ser escolhido, Alemanha ou França.

A principal pesquisa para esta tese foi realizada no *Service Historique de l'Armée de Terre*, em Paris, onde encontra-se muitos documentos de alta importância que sustentam a formulação desta tese. Neste arquivo consta todo o trabalho realizado pela missão, as propostas de organização, os contratos, a situação do exército brasileiro e os fatos históricos ocorridos no Brasil.

No Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da França, em Paris, outra importante pesquisa foi realizada. Estes documentos fornecem dados e subsídios para entender a concorrência francesa com outras nações européias e com os Estados Unidos, assim como a política de expansão cultural da França por meio do *groupement* e das missões militares.

Entre outros arquivos que contribuíram para esta tese estão: Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, em Berlim, onde encontramos documentos diplomáticos que analisam a constituição do Exército Brasileiro e alguns relatos sobre as MMFs; e o Arquivo do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, em Washington, que contém uma série de documentos sobre o exército e a história brasileira. Estes arquivos foram consultados com a finalidade de identificar como estes países viam a MMF no Brasil, e a posição da França junto à América Latina.

A vitória francesa obtida na Primeira Guerra Mundial é o argumento de maior peso para a escolha do exército francês para instruir a força terrestre no Brasil. Embora muitos oficiais brasileiros tenham ido para a Alemanha em missões de treinamento e mesmo desenvolvido um pensamento germanófilo, eles são votos vencidos nas discussões.

Para melhor organizar o estudo das fontes, a presente tese subdivide-se em três grandes partes, que se subdividem em capítulos. A primeira parte dedica-se à análise dos pensadores que analisam a guerra e os exércitos, com fundamentações doutrinárias e ideológicas. Demonstra as doutrinas militar e de guerra, seus conceitos e definições, a doutrina militar francesa e suas principais características.

Analisa o pensamento doutrinário francês, através do exame das idéias de Napoleão Bonaparte, Carl Von Clausewitz, Albert Tanant, Ferdinand Foch e Charles De Gaulle, com vistas a averiguar sua influência na proposição das diretrizes que fundamentam os alicerces da doutrina militar francesa; discute a base filosófica da doutrina militar brasileira antes da chegada das MMFs, centrando sua atenção na influência do positivismo nas escolas de instrução e no surgimento da corrente nacionalista no meio civil, analisada via pensamento de seus idealizadores, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

São então explorados os conceitos e definições de doutrina militar e doutrina de guerra, para, posteriormente, apontar suas diferenças como deriva ou interdependência uma da outra. A partir do exame do conceito de doutrina, é então apresentado o método de formulação e o grau de prioridade que desempenha para os objetivos militares em tempos de guerra e em tempos de paz.

Identificam-se, no interior da doutrina de guerra, a pretensa hipótese de guerra brasileira e as principais preocupações do Brasil em relação à defesa externa, sob o jugo da história nacional, da posição geográfica, das lutas de fronteira, das disputas territoriais dos interesses geopolíticos e econômicos, e de alinhamentos ideológicos.

Ainda a primeira parte trabalha a expansão cultural francesa, seus mecanismos de expansão em direção à América Latina e, em especial, ao Brasil. Trata sobre a criação das universidades, sobre a propaganda francesa e principalmente a influência cultural da França por meio dos oficiais da missão militar. O foco é o plano do governo francês de implementação de um imperialismo cultural como forma de expansão de sua língua, de sua cultura e de um comércio da sua produção intelectual, assim como os interesses brasileiros na contratação das missões militares.

Examina-se a arquitetura desse imperialismo e os agentes implicados direta ou indiretamente nesse propósito; desenvolvem-se os conceitos de ação cultural, agente cultural, entre outros, mostrando a forma de difusão da língua francesa pelos liceus e pelas

alianças francesas espalhadas por todo Brasil, até culminar com a fundação da USP, cujas aulas eram ministradas em francês, teve sua fundamentação histórica e sociológica pautada pela realidade francesa.

Dentro do universo de vantagens econômicas e militares que representam esses contratos, também há o interesse, ainda pulsante, no caso do governo francês, de difusão da língua francesa. Essa iniciativa marca o final do século XIX e início do século XX, com a expansão dos liceus franceses e das alianças francesas, bem como com as concessões de bolsas de estudos a jovens brasileiros e latinos em geral para universidades e liceus parisienses.

Esse conjunto de iniciativas, pré-estabelecidas pelo governo francês, configura-se como uma forma de imperialismo cultural, que, nesta tese, vai ser estendido aos quadros dos oficiais da força terrestre brasileira. Esses oficiais são obrigados a aprender o francês e a estudar todos os conteúdos desenvolvidos nos cursos de aperfeiçoamento, na sua grande maioria, possivelmente, também ministrados em língua francesa.

Para melhor entender os trabalhos da MMF no Brasil, a análise do tema é realizado em duas fases, a primeira de 1920 a 1930, e a segunda fase de 1930 a 1940.

A segunda parte da tese compreende o período de 1920 a 1930, e trata sobre o exército brasileiro, seus problemas, seus decretos, sua composição, o serviço militar obrigatório e sua história. Decorre sobre os movimentos tenentistas e a conjuntura internacional que motivou a vinda dessas missões militares de instrução para o Brasil. Analisa ainda a conjuntura internacional européia, marcada pela disputa de mercados na América Latina e, especialmente, pelas competições entre França e Alemanha, com o envio de missões militares de instruções para os exércitos latino-americanos.

É feita a análise da composição militar, o tempo de duração e os setores militares desenvolvidos pelas missões. Com esse intuito, demonstra-se a fragilidade do Exército Brasileiro, completamente debilitado e sem condições de assegurar a defesa externa e menos ainda a ordem interna, devido aos poucos efetivos, ao mau aparelhamento bélico e à carência de instruções adequadas. Nesse período, os militares nada mais são do que uma massa desordenada fardada, não podendo fazer frente às brigadas estaduais, que, bem equipadas e instruídas, garantem a segurança local e asseguram a ordem coronelística da República Velha. O Exército, para conseguir ter relevância e prestígio, tem que se impor

militar e politicamente, pois, enquanto beneficia a política dos governadores e o federalismo fragmentário, o sistema impede o crescimento da força nacional, que perde espaço para as regionais, principalmente em se tratando das forças públicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O envio dessas missões representa inúmeras vantagens para o país escolhido: a remuneração dos oficiais que participam das missões é elevada; o exército contratante passa a comprar material bélico diretamente do país instrutor; e o contratado livra-se de todo material bélico obsoleto, de suas sobras de guerras, angariando fundos monetários para um melhor e mais moderno equipamento de sua força. Os problemas e acontecimentos históricos nacionais são aqui colocados conforme a visão francesa, sua análise e reflexão.

Nesta segunda parte é estudada a MMF, os problemas e as críticas enfrentadas pela missão, os projetos e bem feitorias feitos por Gamelin, o material de guerra necessário para a melhoria da força e o desenvolvimento e o papel cada vez mais preponderante da aviação. Analisa-se o trabalho dos membros da MMF nas escolas militares de instrução e as conferências francesas realizadas nestas escolas. Daí parte-se para a percepção da doutrina militar francesa no meio militar brasileiro e sua real influência junto à força.

Na terceira e última parte desta tese se estuda os trabalhos da MMF a partir de 1930, sua nova estruturação e composição. A revolução de 1930, a revolução de 1932 e o Estado Novo são analisados a partir do entendimento francês e da-se ênfase aos aspectos militares que originam estes eventos e a maneira como sofrem as conseqüências destas revoluções e golpe.

Após a revolução de 1930 os tenentes são readmitidos nas fileiras do exército, fato que gera muitos problemas para ordem disciplinar, visto que não possuem cursos de aperfeiçoamento e são indivíduos acostumados a intervir na política, o que contraria a doutrina militar defendida pelos franceses. O governo, então, tem que decretar nova lei de promoções para o ingresso dos tenentes na força militar.

Em 1932, a maioria dos tenentes deixam o exército e a ordem interna nos quartéis é restabelecida e o governo volta a decretar nova lei de promoções. A partir de 1933 o exército tende a se manter cada vez mais coeso em torno do ideal de profissionalismo e seu ápice é atingido na deflagração do Estado Novo.

Nesta última parte se identifica o legado da MMF para o Exército Brasileiro, seu trabalho de reorganização militar, os contratos, as viagens de instrução e manobras de quadros. Se estuda o profissionalismo militar, o pensamento de Góes Monteiro e a guerra moderna. Em continuidade a segunda parte são vistas as escolas, a aviação e os projetos de reorganização.

A seguir se analisa a conjuntura internacional européia, marcada pela disputa de mercados na América Latina e, especialmente, pelas competições entre França e Alemanha, com o envio de missões militares de instruções para os exércitos latino-americanos.

A proposta nova desta última fase é a análise do pensamento americano e alemão sobre a MMF no Brasil a partir dos documentos pesquisados. Esta iniciativa tem por objetivo abordar o tema da MMF sob uma perspectiva de maior amplitude, saindo do campo bipolar França-Brasil para adentrar numa esfera multipolar, no entendimento das relações internacionais do período.

As mudanças ocorridas com as MMFs ultrapassam o âmbito material, representado pela construção de novos quartéis, a importação de armamentos e o re-aparelhamento em geral. O que esta tese defende é justamente a existência de uma modernização mais profunda, extensiva ao campo educacional e teórico. Os instrutores franceses, além de criarem cursos e de aprimorarem os já existentes, modificaram a doutrina militar brasileira.

Nesta última parte, enfatiza-se as relações político-militares e as grandes transformações ocorridas no Brasil. A década de 1920 é marcada por agitações e conflitos internos, estando um grupo de militares à frente dos movimentos de 1922 e 1924, que culminam com a Coluna Miguel Costa-Prestes. Em 1930, ocorre mais um confronto, que modifica os rumos políticos do País e leva os tenentes ao poder militar. A partir desse momento, fica sentenciado o fim da política dos governadores. A centralização administrativa começa a ser rascunhada, tendo como suporte ideológico o nacionalismo de Oliveira Viana, Alberto Torres e Azevedo Amaral.

Enquanto o governo prepara o Estado Novo, o Exército se fortifica e amplia seus poderes. As polícias estaduais passam a configurar-se como o maior entrave, tanto à ordem política, quanto à militar. A retirada de poder dos corpos de provisórios torna-se uma urgência para o desfecho do golpe contra o federalismo e o liberalismo, e também para a

solidificação da imagem do Exército Nacional como a única força capaz de garantir segurança interna e externa.

Enquanto o governo prepara o Estado Novo, o Exército se fortifica e amplia seus poderes. As polícias estaduais passam a configurar-se como o maior entrave, tanto à ordem política, quanto à militar. A federalização dos corpos de provisórios torna-se uma urgência para o desfecho do golpe contra o federalismo e o liberalismo, e também para a solidificação da imagem do Exército Nacional como a única força capaz de garantir segurança interna e externa.

Numa cartada de mestre, a união entre o Exército e o Poder Executivo sustenta, em 1937, a derrocada da política dos governadores, diminuindo o poder dos coronéis e os mandonismos locais. No Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha é o último e maior entrave aos planos de Getúlio Vargas e Góes Monteiro. Góes, chefe do EME, um dos maiores propulsores das mudanças ocorridas no seio da força terrestre, fora aluno dos instrutores franceses, com quem aprendera, desde cedo, que os militares não devem se envolver em política para não criarem cisões e/ou fragmentarem a corporação.

Góes preconiza o fim do partidarismo dentro das forças armadas, a disciplina e a obediência, como pilares básicos para a construção de um Exército forte e respeitável. O Estado Novo, em seu teor não partidarista, é a aliança precisa e necessária para elevar o Exército Brasileiro ao estatuto de única força terrestre cabível, e, em decorrência, acabar com a preponderância das brigadas estaduais, enquanto forças independentes e paralelas.

A ala rebelde do Exército, os tenentes, está incorporada ao governo desde 1930. A revolução de 1932, em São Paulo, possibilita a remoção dos descontentes com o novo governo e a promoção dos militares simpáticos ao novo regime ao EME, no preenchimento dessas vagas. O levante de 1935 serve como mais um pretexto ao desfecho do golpe, pois, o motim oportuniza com que Góes Monteiro proponha aos militares e a Getúlio a instalação de um governo ditatorial. A participação do Exército na vida política nacional é intensa e relevante. Tanto vindos da esquerda, como da direita, os levantes e manifestações são pertinentes, gerando novas diretrizes.

O profissionalismo do exército elevou a moral dos militares e da instituição de maneira geral, assim em 1937 o governo estadonovista é constituído pelo poder militar e

pelo poder político lado a lado. A coesão militar e a representativa da alta cúpula militar concede crédito político à instituição que emerge no seio político e militar.

Para finalizar essas considerações, reafirmam-se aqui novamente os limites e a pretensão desta tese que não se propõe a escrever uma história militar brasileira, mas, sim, uma história política, social, cultural e militar, entrelaçando os fios de tão delicada malha, com vistas a analisar, sob um novo prisma, esse recorte temático tão silenciado pela historiografia nacional.

Com base nas teorias antes introduzidas e nos documentos militares que versam sobre a doutrina militar brasileira, o seu objetivo é a articulação de um bloco empírico de dados históricos pesquisados com o pensamento teórico, como forma mais segura de dotar de sentido os fios que ora se conectam na construção deste texto histórico.

Parte 1

1 Estratégias e pensadores: Aron

1.1 Pensamento de Raymond Aron sobre guerra e política

Raymond Aron, renomado sociólogo francês, ao examinar as relações internacionais, enfatiza a importância das articulações diplomático-militares, inseridas nas relações de poder. O teórico desenvolve uma investigação sobre a obra de Maquiavel¹, Clausewitz,² e Augusto Comte³, refutando ou enfatizando os aspectos mais relevantes de suas idéias. Aron produz inúmeros textos sobre as relações entre guerra e paz, sobre a importância do regime militar em estados com unidade política constituída, e sobre a vontade de soberania, intrínseca a todas as nações, no cenário internacional.

As análises realizadas por Aron têm como foco central a discussão sobre a relevância do pensamento desses teóricos, acima citados. Um dos importantes diferenciais de sua obra reside na tentativa de associação entre saber sociológico e o conhecimento histórico, e na busca de distanciamento de qualquer influência ideológica prejudicial à análise e/ou fuga do empírico. Acredita que a teoria tem por tarefa a definição do objeto de estudo, sem que isso implique a necessidade de colocá-lo no interior de um campo ideológico. Na perspectiva de Adriano Moreira⁴, Aron é um realista, como Maquiavel. E essa política realista, encontrada tanto em Maquiavel, como em Aron, apresenta-se não apenas como uma leitura dos fatos, mas também como uma vontade espiritual de não se prender ao idealismo, mas de raciocinar e pensar a realidade. Em razão disso, ambos priorizam o cálculo político: Maquiavel é um dos pensadores que observa a sucessão dos fenômenos e elabora, a partir dela, seus conselhos sobre a forma de ação em determinadas situações.

Nesse contexto, uma das principais características do realismo é a importância por ele conferida ao poder. O poder é colocado no centro da vida política, estando,

¹ Maquiavel foi exilado de Florença em 1512 com a volta dos Médici à cidade. Os Médici associavam Maquiavel aos republicanos, razão pela qual só com o auxílio do Papa Clemente VII ele conseguiu um novo cargo de chanceler para cuidar das fortificações da cidade, devido à sua reputação como perito militar.

² ARON, Raymond. Pensar a guerra Clausewitz: a era planetária. Brasília: UnB, 1986.

³ ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁴ MOREIRA, Adriano. Teoria das relações internacionais. Coimbra: Almedina, 2005.

conseqüentemente, ligado às relações internacionais contraídas pelos estados: torna-se, assim, elemento essencial à política interna e externa de todo país.

O poder, para Aron, traduz-se como a capacidade que um estado possui de influenciar a conduta de terceiros. A relação de poder entre as nações pode variar de acordo com a natureza dos interesses e conflitos que se estabelecem na posse dessa vontade. Toda a unidade política busca persuadir uma segunda e materializa essa influência através do exercício do seu poder de coesão, que perpassa as esferas econômica, política e militar.

Em que pese Aron ser reconhecido como um discípulo de Maquiavel, não se deve subestimar a influência que sofreu de Clausewitz, sendo, por isso mesmo, considerado um neoclausewitziano. Ainda que possuam bases empíricas diferentes, a guerra é vista por ambos como complexo objeto de estudo que possui relações de relatividade com a paz. Um dos pontos importantes de divergência entre eles reside no fato de Aron considerar o político e o militar como pertencentes à mesma esfera de importância, enquanto o prussiano pensa que o político goza de supremacia sobre o militar⁵.

A vida internacional desenvolve-se através do exercício das esferas de poder em que cada estado está inserido, sendo a guerra um fator autonomizador no movimento das relações interestatais. A partir dessa premissa, Aron passa da macro-análise a um entendimento mais específico dos fatores: examina as figuras do diplomata e do soldado, bem como os papéis que ambos desempenham nas relações internas de poder, antes de transcenderem como expoentes de representação do estado na política externa.

Em sua análise, Aron não deixa de perceber o valor do indivíduo em relação à conjuntura interna do estado, bem como o papel desempenhado por suas paixões e aspirações. Para que determinado grupo político se mantenha no poder, ele precisa não só entender, como falar na perspectiva da comunidade que representa. Para o pensador, a diferença entre político e militar é artificial. Usa como justificativa para sustentar sua posição o fato de o combatente emanar da mesma sociedade que os civis e ter os mesmos desejos e objetivos que esses, porque é proveniente da mesma conjuntura social, política e cultural.

Aron acredita ser a ordenação da força armada necessária para a autonomia do estado. A disciplina e a hierarquia militar são vistas por ele como fatores preponderantes

⁵ CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Brasília: UnB. 1979.

para a manutenção da tropa coesa; daí a relevância do estabelecimento de normas e da imposição do cumprimento de ordens. O pensamento do autor é utilizado no presente estudo como referência teórica, em particular, as idéias expostas na obra *Paz e guerra entre as nações*⁶, dedicada à análise das relações político-militares que permeiam a vida interna e externa de um estado.

O exame de seu trabalho centra-se na leitura crítica que faz dos pensadores anteriormente citados e nas lições por ele legadas em *Paz e guerra entre as nações*, bem como em algumas considerações suas localizadas em outras importantes obras de sua autoria. É preciso ainda aqui ressaltar que Aron acredita na perenidade das doutrinas e dos fenômenos políticos.

1.1.1 Considerações de Aron sobre Maquiavel

Aron considera a obra de Maquiavel *O príncipe*⁷ um dos mais importantes textos de literatura política, razão pela qual incentiva inúmeras discussões sobre as intenções de Maquiavel com esta obra e sobre os seus verdadeiros sentidos. Esse livro é considerado por Aron como a própria imagem da dialética, porque sempre retorna ao princípio quando tenta responder às questões, por ele apontadas: “O que quer dizer Maquiavel? A quem ele quer dar as lições, ao rei ou ao povo? Ao lado de quem ele se posiciona? Ao lado dos tiranos ou dos republicanos? Ou nem de um nem do outro?”⁸

Maquiavel dedica-se à observação dos tipos de estados e dos gêneros de classes social, a partir da qual chega às conclusões que fundamentam as leis por ele propostas, consideradas por Aron como científicas e não morais. Daí por que afirma: *Maquiavel é o fundador da ciência política*.⁹ Maquiavel valoriza a história e o passado; considera que os grandes feitos políticos e militares, acontecidos no decorrer dos tempos, deveriam ser analisados como formas para se evitarem futuros enganos. A história é vista por ele como uma fonte de aprendizado.

Maquiavel analisa a realidade e os acontecimentos políticos, colocando na origem da formação política, as paixões humanas, a vontade do homem. Como bem afirma Aron:

⁶ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB, 1986.

⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

⁸ ARON, Raymond. Prefácio. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Paris: Gallimard, 1962. p. 5.

⁹ id., ib., p. 7.

“a identidade das paixões humanas é a idéia decisiva, é ela que assegura a existência de uma natureza política (...) ou de um ‘determinismo político’ que a ciência analisa e sobre a qual se funda o ato prático”.¹⁰ Aron, em suas reflexões, apresenta o homem como um ser imutável, em um estado de conservadorismo permanente: *l’homme ne change pas*¹¹. Por essa razão, defende o determinismo político; não acredita na mudança de comportamento do homem e não desacredita na teoria da prevalência das paixões humanas.

Para Aron, o pensamento de Maquiavel, além realista, é racionalista; parte da análise racional dos feitos ocorridos na realidade para formular conselhos de virtude que possam conduzir o homem por caminhos mais seguros. Aron salienta, entre os defeitos humanos, a preguiça e a cegueira, que impedem o indivíduo de perceber o perigo iminente. Referindo-se a Maquiavel, diz:

Ele é realista no senso que ele parte dos feitos, mas ele é mais racionalista ainda que realista, porque ele sempre se esforça em restabelecer a desordem dos eventos a uniformidades inteligentes, e regulariza em conselhos prudentes as regularidades observadas.¹²

Mas Maquiavel é contrário à repetição de condutas do passado: mesmo que os eventos, as desordens, os acertos e os erros de antigos governantes se repitam, ele não admite a imitação dos feitos anteriores, porque, em sua concepção, cada estado deve trilhar seu próprio caminho, de acordo com o seu tempo, cujos homens e valores são distintos dos de outras épocas. Pensa também que as circunstâncias, os confrontos, os interesses e as necessidades do príncipe na atualidade não seriam os mesmos que as dos príncipes de antanho, pois os fatos ocorrem em circunstâncias diferentes e com agentes diferentes.

É, nessa perspectiva, que Maquiavel escreve as obras *O príncipe* e *A arte da guerra*¹³, que tanta inovação trazem à literatura política: a partir das experiências das guerras passadas, ele confere uma nova conotação à arte de guerrear e também à ordenação militar. O novo em Maquiavel não reside no valor por ele atribuído à ciência da guerra, mas na maneira como ele transcende o valor do exército, do comandante, do soldado, das leis e da virtude, percebendo o grau de relatividade existente entre a guerra e a política.

¹⁰ ARON, Raymond. Maquiavel et les tyrannies modernes. Paris: Fallois, 1993. p. 63. (grifos do autor).

¹¹ id., ib., p. 63.

¹² id., ib.

¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. A arte da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Aron compartilha da defesa dessa noção de relatividade existente entre guerra e paz e também de outras idéias de Maquiavel. Daí por que é perfeitamente reconhecível a influência das idéias desse teórico italiano sobre o pensamento de Aron, dentre as quais se cita a valorização da indústria no campo militar. Como afirma Aron: “não há um grande exército moderno sem uma grande indústria”.¹⁴ Maquiavel acredita que as cidades ou estados podem ser protegidos graças à evolução da indústria, que, em seu tempo, correspondia, em grande parte, ao desenvolvimento da engenharia. Como ele bem aponta: “a primeira indústria é fazer as muralhas retorcidas e cheias de curvas e recessos”.¹⁵

Para Maquiavel, os seres humanos não são totalmente bons ou maus, mas providos de virtudes que os capacitam a agir como homens de bem. Maquiavel aproxima o poder político do militar. Pensa o político e o militar como forças homólogas, pois um estado não se pode prover apenas com leis, mesmo que sejam boas leis. Segundo afirmação sua, um estado precisa de armas:

E como não podem existir boas leis onde não há boas armas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas. (...) A experiência ensina que os príncipes, agindo por si mesmos e as repúblicas armadas alcançam grandes progressos, ao passo que as armas mercenárias só causam danos.¹⁶

O diferencial no pensamento de Maquiavel reside exatamente na maneira como aprofunda suas concepções, para chegar à conclusão de que a guerra é a política e a política é a guerra. Da guerra depende a permanência de determinado poder político ou não, sendo ela própria uma atividade política. Daí por que, como aconselha Maquiavel, a preocupação maior do governante deve ser com a guerra, mesmo em tempos de paz: “Um príncipe deve, pois, não deixar nunca de se preocupar com a arte da guerra e praticá-la na paz ainda mais mesmo que na guerra e isto pode ser conseguido por duas formas: pela ação ou apenas pelo pensamento”.¹⁷

Maquiavel, dessa forma, propõe uma moderna teoria político-militar, na qual a força militar é um instrumento de estado que se vai adequar aos desígnios políticos. O militar está diretamente relacionado ao político. Como bem elucida Obino: “A doutrina de

¹⁴ ARON, op. cit. nota 1, p. 119.

¹⁵ MAQUIAVEL, op. cit. nota 13, p. 195.

¹⁶ MAQUIAVEL, op. cit. nota 7, p. 75-77.

¹⁷ id., ib., p. 87.

Maquiavel ainda comporta um outro ponto relacionado com o poder, que é a razão de Estado. Ela traduz a norma de ação política dos homens de governo”.¹⁸ Como, em sua concepção, o exército obedece à razão de estado, ele não pode ser composto por homens que visam ao lucro, mas por fiéis adeptos do rei.

Maquiavel defende o exército ordenado que luta pela glória, e critica o exército mercenário, que combate por ambição.¹⁹ Para ele, os bons homens valem mais que a fortuna, e, acima de qualquer interesse material, está o bom e fiel soldado. Maquiavel ressalta a importância da moral do soldado e afirma mesmo que a qualidade do guerreiro supera o alcance das boas armas. Acredita que, para se ter um exército bem ordenado, o comandante tem um papel relevante: deve ministrar técnicas de guerra, identificar a natureza dos combates, conhecer geograficamente a área de conflito e disciplinar seus homens.

O estudioso italiano pensa que tanto os homens do meio civil, quanto os homens do meio militar possuem as mesmas necessidades, paixões e desejos. O indivíduo político, ao pretender representar o povo em cargo público, precisa ter boa oratória para convencer e persuadir àqueles que ele representa e a terceiros, que podem dificultar sua conquista. Esse mesmo fenômeno ocorre no meio militar com os indivíduos que combatem.

Mas, entre os militares, o poder da oratória tem como finalidade a manutenção dos homens unidos e disciplinados em prol de uma mesma causa. Em razão disso, a oratória do comandante torna-se elemento imprescindível para a coesão da tropa. Como afirma Maquiavel: “(...) os excelentes capitães precisavam ser oradores, porque quem não souber falar a todo o exército não poderá realizar boas coisas a não ser com grande dificuldade”.²⁰ O dirigente militar tem que saber entender e falar na perspectiva do soldado. Com essa qualidade de orador, o comandante pratica um ato político, relativizando as fronteiras entre guerra e política.

Maquiavel acredita que a maneira mais viável de defesa e manutenção de um estado independente, é uma poderosa força militar. “Nenhum Estado, portanto, pode sustentar-se

¹⁸ OBINO, José Luiz Feio. O pensamento de Maquiavel. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 714, p. 77-87, jul./ago. 1984.

¹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 132.

²⁰ MAQUIAVEL, op. cit. nota 13, p. 135.

sem um Exército”.²¹ Aliás, é devido a essa preocupação que Maquiavel passa a ser considerado um pensador militar moderno, que, fundado em ensinamentos do passado, constrói, a partir deles, uma nova perspectiva de análise a respeito do poder político e militar, apontando para a inexistência de limites precisos entre o campo militar e o político, pois qualquer desses poderes só age e atinge sua plenitude com a presença do outro.

1.1.2 Considerações de Aron sobre Clausewitz

Aron tem especial interesse pela obra de Clausewitz, que comporta, em seu âmago, questões interessantes sobre paz e guerra, de certa forma em sintonia com as concepções do sociólogo francês. Clausewitz define a guerra como o emprego da violência, diferenciando, sob esse aspecto, o estado de guerra do de paz, uma vez que a guerra é a política executada por meios violentos, e a paz, a política empregada sem o uso da violência.²²

Embora Clausewitz reconheça o controle político sobre todas as atividades guerreiras, ele não consegue entender a noção de estratégia fora do âmbito militar. Como elucida Aron: “Clausewitz usa a palavra estratégia no sentido militar e somente neste sentido”.²³ Dessa forma, ele não diferencia *tática* de *estratégia*, senão pela amplitude da visão, pensando que a meta da estratégia é a vitória militar. Ora, segundo Aron:

(...) a guerra é outra de conjuntura em conjuntura, complexa em cada conjuntura – a tarefa do homem de Estado é determinar a natureza própria de tal guerra singular que lhe incumbe compreender ou conduzir.²⁴

A natureza da guerra depende justamente da vontade política: nem sempre os objetivos da guerra estão no aniquilamento do adversário ou na vitória do conflito armado. O não perder, em determinadas situações, tem o mesmo valor de uma vitória, pois a finalidade da guerra é o atendimento aos interesses nacionais. Aron analisa a concepção de estratégia em uma perspectiva mais ampla, que atende aos interesses civis e militares em tempos de paz e em tempos de guerra. Assim, a estratégia atua fora dos campos de batalha, fazendo parte do cotidiano político no tratamento de questões de segurança nacional. Para Aron, é a estratégia quem:

²¹ MAQUIAVEL, op. cit. nota 13, p. 28.

²² ARON, Raymond. Sur Clausewitz. Paris: Éditions Complexe, 2005.

²³ id., ib., p. 119.

²⁴ ARON, op. cit. nota 1, p. 174.

(...) fixa onde, como e quando os combates ou batalhas serão travados, mas em função do objetivo último da campanha, sendo este objetivo mesmo diretamente ligado à finalidade política da própria guerra. (...) a estratégia pensa e combina os diversos tipos de operações em vista do objeto militar e (ou) do fim político.²⁵

Clausewitz percebe a guerra como a política por outros meios; já Aron, ao analisar a complexidade da guerra, pensa ser a política, a guerra, por outros meios.²⁶ Daí a importância atribuída por Aron ao estudo das entidades políticas, visto que elas são os agentes propulsores da guerra. Nessa direção, antes de analisar a guerra em âmbito geral ou específico, Aron examina o tipo de estado e de força política que a produz. Acredita que, para compreender a guerra, é preciso analisar a política, a estratégia e a tática.

Clausewitz desenvolve seus estudos sobre a guerra a partir dos conhecimentos que detém sobre Napoleão Bonaparte. Em sua obra, analisa a estratégia e a tática napoleônica em muitos combates travados pelo exército francês, examinando as suas idéias sobre mobilidade e concentração de tropa. O autor enfatiza o valor moral que Napoleão atribuía ao soldado, a ponto de considerar o número do efetivo e ponderar a qualidade guerreira do combatente.

O autor prussiano fundamenta suas idéias sobre guerra a partir do esforço de guerra napoleônico, resgatado freqüentemente para estudo pelos generais franceses e alemães. De acordo com Aron, Clausewitz tem uma grande parcela de influência sobre líderes militares e políticos, tais como Marx, Engels, Lenin e Mao-Tsé-Tung:

Quanto a Clausewitz, o mais notável dos escritores militares da burguesia de quem Marx, Engels, e depois Lenin e Mão-Tsé Tung, retiraram as verdades parciais e corrigiram os erros idealistas, permanece sendo o mestre comum dos três interlocutores - russo, chinês e americano.²⁷

Apesar de Clausewitz ser um prussiano, seus ensinamentos são difundidos no exército francês, o que torna relevante analisar a visão dos líderes militares franceses, para, então, compreender a conduta do alto comando e a doutrina militar defendida nas escolas e nas grandes unidades francesas. Aron considera que os generais da Primeira Guerra Mundial retiveram de Clausewitz apenas uma idéia: a batalha decisiva.²⁸

²⁵ ARON, op. cit. nota 1, p. 175.

²⁶ CHACON, Vamireh. Raymond Aron na UnB: conferências e comentários de simpósio internacional realizado de 22 a 26.08.1980. Brasília: UNB, 1998. p. 5.

²⁷ ARON, op. cit. nota 1, p. 253.

²⁸ ARON, op. cit. nota 1, p. 18.

Mas, afinal, que influência tem Clausewitz sobre a doutrina militar francesa? Para responder à questão, Aron analisa a conduta e as obras do gen. Ferdinand Foch, um dos chefes da Primeira Grande Guerra, aluno da escola militar do maj. Lucien Cordot, que ministrava conferências sobre a obra de Clausewitz. Através dos ensinamentos desse comandante, Foch e seus pares conhecem e têm a oportunidade de examinar as idéias de Clausewitz, o que se torna, no futuro, decisivo para a execução dos trabalhos do alto comando francês. Segundo Aron: “Clausewitz entre 1885 e 1900, contribuiu para formação daqueles que redigiram os planos de estado maior no início do século e conduziram os exércitos franceses em 1914”.²⁹

Mas, quando Aron passa a estudar a forma como as concepções de Clausewitz são absorvidas pelos estudiosos franceses, descobre que ele não fora bem compreendido, principalmente por Foch, a quem Aron faz pesadas críticas, ao identificar os pontos errôneos de interpretação apresentados por esse general em suas obras, principalmente no livro *Princípios de guerra*: “(...) incapazes de compreenderem o pensamento global do prussiano, acabavam por caricaturá-lo quando pensavam compreender sua essência”.³⁰

Na interpretação de Aron, Clausewitz é um defensor do valor histórico, devido à falta de acesso existente, no período, às batalhas, aos conflitos, às guerras e a todos os temas ligados à preservação do fato histórico. Foch entende de forma conservadora esse princípio, considerando que os valores passados devem subsistir, transcendendo, na análise de Aron, a idéia de retenção dos fatos como objeto de estudo e defendendo a continuidade dos valores passados no tempo presente. Para Aron, essa conclusão de Foch, entre muitas outras, é errônea e confusa³¹, estando longe de fazer jus à genialidade militar de Clausewitz.

Foch confunde os conceitos de guerra absoluta, com os de guerra nacional, adotando uma posição incoerente em suas análises, pois acredita na guerra única, na qual se aposta toda a sorte da nação em uma só batalha. Segundo Aron: “não fez distinção entre

²⁹ ARON, op. cit. nota 1, p. 28.

³⁰ id., ib.

³¹ Sobre as idéias de Foch faremos um estudo detalhado, pois suas obras compuseram o pensamento da alta cúpula militar francesa, independente do prisma que Foch analisou e entendeu Clausewitz.

guerra absoluta e guerra real, e o conceito de guerra absoluta o levou em direção da guerra total”.³²

1.1.3 Positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e pacifismo vistos por Aron

Aron, ao analisar as idéias de Augusto Comte, demonstra o caráter positivo pacifista existente na doutrina do sociólogo francês. Comte acredita que, quando o homem pensar cientificamente, deixará de fazer a guerra, aqui entendida como a luta de um homem contra outro homem, abrindo espaço, então, para a luta pela exploração dos meios naturais, com a finalidade de obtenção do produto industrializado. A reforma social implicaria, assim, outra de caráter intelectual, valorizada pelo estudo da Matemática, Astronomia, Física, Química e Biologia. Os cientistas substituiriam os sacerdotes e as indústrias, os militares.

A *ciência positiva* parte do pressuposto de que sua constituição ocorreria pela substituição da ordem histórica teológica militar pela ordem social científica industrial. Nessa transição, surgiria o espírito positivo: do teológico para o metafísico e, daí, para o estado positivo. A obra de Comte passa por três fases: de 1820 a 1826: *Opúsculos da filosofia social*; de 1830 a 1842: *Curso de filosofia positiva*; e de 1851 a 1854: *Tratado de sociologia*, instituindo o positivismo como a religião da humanidade.

É no *Curso de filosofia positiva* que Comte defende o fim dos exércitos e da classe militar. Ele pugna pelo pacifismo, pensando que a humanidade caminharia para um período de ausência total de guerras, pois acredita que, com a evolução científica do homem, ocorreria, automaticamente, a espiritual. Isso implicaria, como decorrência, o desarmamento das nações. Como bem mostra Aron, em sua visão, as guerras são anacrônicas:

Augusto Comte falou como profeta da paz porque acreditava que a guerra não tinha mais função na sociedade industrial. A guerra tinha desempenhado uma dupla função histórica: o aprendizado do trabalho e a formação de grandes Estados. No século XIX, porém, ela não tinha mais nenhum papel a desempenhar: as sociedades eram definidas pelo primado e pelos valores do trabalho, não haveria mais uma classe militar, nem motivo para combater.³³

Comte vê a sociedade industrial como pacífica, prevendo, em razão disso, o desaparecimento da classe militar, pois as guerras, em sua ótica, perderiam sentido. Mas, a

³² ARON, op. cit. nota 1, p. 18.

³³ ARON, op. cit. nota 3, p. 85.

classe dirigente, longe de extinguir a força militar, aplica os conhecimentos técnicos e científicos no desenvolvimento de armamento e munições, ou seja, coloca-os a serviço da guerra, como forma de impor sua vontade e prestígio aos outros estados. Como analisa Aron: “a eliminação dos nobres pelos engenheiros, imaginadas por Augusto Comte, se havia realizado, mas o resultado fora a militarização da indústria, não a pacificação da sociedade”.³⁴

A revolução industrial trata de aperfeiçoar as técnicas de guerra, introduzindo, nos campos de batalha, material bélico mais eficiente e de maior mobilidade. A influência da tecnologia no meio militar modifica o valor da estratégia: há a renovação estratégica e tática. Assim, o desenvolvimento histórico prova que a análise de Comte está equivocada: a natureza humana é disposta às competições, o que, em última instância, acarreta conflitos armados. Como bem elucida Aron:

A mobilização total dos homens e das máquinas, para atender às necessidades do monstro da guerra, fez com que surgisse outra interpretação: a sociedade industrial não se teria deixado afastar de sua vocação genuína pelo espírito belicoso da classe militar, (...) baseada na técnica e na organização, ela se tornava espontaneamente uma sociedade militarista.³⁵

Ao comparar o sistema industrial com o militar, Comte enfatiza a preponderância do primeiro sobre o segundo, sem conseguir visualizar o quanto o aprimoramento das ciências bélicas poderia alterar a conduta dos comandos militares e provocar uma relação, cada vez mais estreita, entre a classe dirigente e os homens de farda. A cooperação industrial reafirma princípios já estabelecidos no seio militar, tais como a hierarquia e a obediência, dois antigos e importantes alicerces das doutrinas militares, que, com o avanço da indústria bélica, se tornam ainda mais imprescindíveis. Conforme análise de Aron:

A hierarquia militar criou uma situação de comando, dominação do homem sobre o homem. Esta dominação legítima, nós chamaremos de autoridade. Si os subordinados obedecem a esta autoridade legítima sem importar quem seja o titular e qual o julgamento que os subordinados tenham sobre ele, nós podemos dizer que a instituição nada perdeu ou, si nós preferimos, foi transmitido aos titulares dos postos a autoridade intrínseca que ele possui.³⁶

³⁴ ARON, op. cit. nota 6, p. 395.

³⁵ id., ib., p. 194.

³⁶ ARON, Raymond. Plaidoyer pour l'Europe décadente. Paris: Laffont, 1977. p. 489.

A ciência é vista por Comte como a fonte das leis e do pragmatismo, pois o desígnio único da história e do homem é o progresso do espírito humano. Ora, a evolução espiritual necessita da religião, meio de obtenção do amor, da unidade e da moral. Assim, em sua terceira fase de estudo, Comte funda a religião positiva, baseada no pacifismo entre as nações e centrada no desenvolvimento das ciências. Para Comte, a sociedade moderna, conhecedora dos avanços científicos, está naturalmente em contradição com o aprimoramento da arte da guerra. Como ele próprio afirma: “(...) chegou, enfim, a época na qual a guerra séria e durável deve desaparecer totalmente da elite da humanidade”.³⁷

Comte pensa que o espírito científico é antagônico ao espírito militar, e que o homem, em um âmbito maior de racionalidade, estaria apto a entender essa verdade e, aos poucos, se desfazer de sua natureza bélica. Considera que a inteligência avançada é própria daquele que é capaz de enxergar à frente de sua natureza instintiva e primata. Para ele, onde ainda existem armas e espírito bélico, há atraso e ignorância, o que não é mais justificável e aceitável em um período de desenvolvimento técnico-científico. Assim, postula que:

(...) nenhuma inteligência um pouco avançada se recusa mais a reconhecer, de modo mais ou menos explícito, o decrescimento contínuo do espírito militar e a ascendência gradual do espírito industrial, como uma dupla consequência necessária de nossa evolução progressiva, (...). Numa época em que a repugnância característica das sociedades modernas pela vida militar se manifesta continuamente, das mais variadas formas e com uma energia, sempre crescente até o seio das forças armadas (...).³⁸

Raymond Aron, longe de pensar como Comte, defende a idéia de que as guerras nunca são anacrônicas. Acredita que esse estado de elevação positiva almejado por Comte é algo impossível, porque a guerra possui uma gramática própria que está acima do desenvolvimento das ciências e, até mesmo, das armas termonucleares. Para Aron, existe um intrínseco liame entre a política e o fato militar, ou seja, uma correlação de cunho sociológico entre o modo de organização dos exércitos, o método de combate e a política.³⁹

³⁷ COMTE, Auguste. Cours de philosophie positive. t.VI. Pman, 1975, p. 239.

³⁸ id., ib., p. 375-379.

³⁹ ARON, Raymond. Memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 715.

1.1.4. Marco teórico: Aron e a importância dos exércitos

Raymond Aron, como se pode ver pela análise por ele empreendida sobre Machiavel, Clausewitz e Comte, fornece um importante subsídio à sustentação das posições aqui defendidas. Dentre elas, destacam-se a importância da guerra e, conseqüentemente, da força militar, a relatividade entre o político e o militar, a necessidade de disciplinar e adestrar a força de combate e a consideração do poder militar como força pertinente para a autonomia internacional do estado.

Assim, a partir do pensamento de Aron, procuram-se aqui melhor definir algumas questões: o que é estratégia e a qual poder político está ligada? A que campo de atuação pertence a tática? Por que é importante para o estado criar e manter um poderio armamentista? O que significa para um país ter um exército forte na esfera da política interna? E, na externa? Por que armar, ordenar e disciplinar o exército? De que maneira os poderes político e militar se fundem?

Aron acredita na interdependência entre o político e o militar: tratam-se, para ele, de dois poderes que se precisam mutuamente, porque a política condiciona a estratégia e a tática, razão pela qual a separação entre ambos é artificial: *a guerra é a política por outros meios*.⁴⁰ No interior de um estado, o antagonismo civil-militar desaparece quando a questão do valor de cada setor se funde e se interliga: “o valor militar, demográfico e econômico de uma terra muda com as técnicas de combate e produção, com as relações humanas e as instituições”.⁴¹

A conduta das operações militares está diretamente subordinada aos desígnios políticos de cada estado, de cada unidade política. Quanto mais as ordens se afastam do teatro de operações e se aproximam do comando maior, mais influências políticas sofrem. Em decorrência dessa constatação, conclui: “O pensamento estratégico nunca está separado do pensamento político”.⁴² A guerra é fenômeno complexo que está em relação de relatividade intrínseca com a paz.

As técnicas de combate estão articuladas a muitas variantes, tais como o desenvolvimento da indústria bélica e a própria tradição do país; são, portanto, relativas,

⁴⁰ ARON, op. cit. nota 6, p. 14.

⁴¹ id., ib., p. 12.

⁴² ARON, R. Les sociétés modernes. Paris: Gallimard, 2006. p. 1047.

uma vez que sua eficácia depende do inimigo contra quem as emprega e do período histórico em que são utilizadas. Segundo Aron:

No período de entre-guerras, a técnica de combate e a organização do exército tornavam a mobilização geral legítima e possível. Todos os cidadãos em estado de combater podiam ser postos em armas, desde que a indústria os equipasse. Como a regra era a mobilização total, o potencial da força militar passava por proporcional ao potencial econômico.⁴³

A indústria e as técnicas de combate possuem papel relevante no adestramento da tropa e, conseqüentemente, na escolha da estratégia a ser empregada durante o confronto. Mas um combate ou um combatente não devem ser definidos pelo método utilizado. Tampouco se podem estabelecer juízos de valor sobre determinado exército pelas armas ou táticas empregadas no confronto. Um exemplo latente é a guerra do Vietnã, na qual o bem equipado soldado americano se deixa vencer pelo mal equipado guerrilheiro vietnamita.

A guerra e a política caminham juntas e se formam de modo interdependente: a guerra corresponde às intenções políticas, e a política depende dos meios de guerra disponíveis. O fim da guerra se dá quando o adversário se submete à vontade do estado vencedor; a vitória ocorre pela imposição de uma vontade sobre uma outra unidade política. O inimigo tem que se curvar, se submeter frente às imposições do estado preponderante, o que, muitas vezes, acaba por confundir o desejo de força com o desejo de vitória. A esse respeito, Aron alerta:

Quando os estados se engajam em luta, surge o risco de que a vitória militar se torne um fim em si mesmo, fazendo-os esquecer os objetivos políticos. A vontade de vitória absoluta, isto é, uma paz ditada soberanamente pelo vencedor, é muitas vezes a manifestação do desejo de glória mais do que do desejo de força.⁴⁴

As relações entre os estados (interestatais) ocorrem por duas vias: a diplomática, em tempos de paz; e a militar, em tempos de guerra. Dessa maneira, Aron atualiza as figuras do diplomata e do soldado, como representantes legais das coletividades: “o diplomata, no exercício de suas funções, é a unidade política em nome da qual fala; no campo de batalha, o soldado é a unidade política em nome da qual mata o seu semelhante”.⁴⁵

O diplomata, como encarregado de persuadir o outro através de sua oratória e de seu poder de convencimento, é o agente que atua em tempos de paz. E, quando não alcança os

⁴³ ARON, op. cit. nota 6, p. 116.

⁴⁴ id., ib., p. 129.

⁴⁵ id., ib., p. 52.

objetivos que lhe são confiados, é também quem ameaça com a guerra. A guerra é o último recurso da diplomacia, tanto do ponto de vista dos homens de estado, que tomam a decisão, quanto na ótica dos sociólogos, que interpretam o comportamento dos homens de estado.⁴⁶ A paz e a guerra estão em constante articulação, são duas faces da mesma moeda: na paz, negocia-se para evitar a guerra; na guerra, luta-se para estabelecer a paz.

Paz e guerra fazem parte da dialética internacional entre as nações, sejam elas mais ou menos equipadas, ricas e desenvolvidas: o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra.⁴⁷ A paz, seja ela de que tipo for, existe na mesma proporção que a guerra, classificada por Aron, como *interestatal*, quando é travada entre dois estados, ou como *superestatal*, quando ocorre entre blocos antagônicos.

Aron destaca três elementos de análise que desafiam a ciência política: (1) a determinação do campo diplomático; (2) a identificação das relações de poder que se estabelecem no campo diplomático; (3) a identificação mais clara da técnica de guerra a que os governantes se referem para impor sua posição no jogo das relações internacionais.⁴⁸

A diplomacia emprega a persuasão, o convencimento para obter seus objetivos sem a utilização da força, ao passo que o soldado usa a estratégia. A estratégia de guerra precisa definir quais os objetivos a serem atingidos com o conflito, a natureza do inimigo e os meios disponíveis para a luta. Mesmo que um exército seja bem preparado e equipado, sempre existe o risco, o imprevisto, a surpresa. Segundo Aron, “a guerra é um jogo. Exige ao mesmo tempo coragem e cálculo”.⁴⁹

O cálculo é avaliado não apenas pelo meio militar, mas também pelo político, pois: “a guerra é ato político, surge de uma situação política e resulta de uma razão política”.⁵⁰ Em caso de guerra, três elementos são substanciais: as armas, o efetivo e a ação coletiva. Deles depende a defesa nacional que possui sua doutrina estratégica, formulada pelo político e pelo militar. Os meios empregados em campo de batalha e a ação tática são uma escolha dos comandantes militares, mas a estratégia de guerra sofre influência direta do

⁴⁶ ARON, op. cit. nota 42, p. 881.

⁴⁷ ARON, op. cit. nota 6, p. 52.

⁴⁸ ARON, op. cit. nota 42, p. 881.

⁴⁹ ARON, op. cit. nota 6, p. 71.

⁵⁰ id., ib.

poder político. O objetivo da tática é vencer a guerra; o da estratégia é alcançar as metas políticas.⁵¹

O poder político manifesta-se pela aplicação da força. Aron não deixa dúvidas quanto à diferença entre poder e força; denomina de *força potencial* os recursos humanos, materiais e morais de um estado e de *força real* os recursos efetivamente utilizados, em caso de conflito. O poder é a aplicação da força, do ponto de vista militar, econômico e político. Segundo Aron: “o poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens”.⁵²

Nessa relação de poder, as alianças e as inimizades são, na maioria dos casos, temporárias e determinadas pela relação de força. As nações relacionam-se e competem entre si neste jogo internacional. O sistema internacional é constituído pelas unidades políticas que podem sempre ser agentes propagadores de guerra. Daí por que as forças disponíveis pelo estado devem estar em constante mobilização. Após a definição da doutrina de defesa nacional, os poderes militar e político determinam a doutrina estratégica a ser empregada e postulam as missões políticas que devem ser executadas pelos militares. É, em razão disso, que Aron acredita não existir separação entre o político e o militar:

A política não comanda apenas a concepção do conjunto da guerra. Em certos casos, determina também uma batalha, os riscos que os chefes militares devem aceitar, os limites estratégicos impostos às iniciativas táticas.⁵³

A constante mobilização, trabalhada e exercitada pelas forças armadas, são simulações de casos de guerra que atendem aos interesses da estratégia, de acordo com a doutrina militar e o pretense inimigo que tem em mente. O adestramento, nesse caso, consiste em exercitar, no teatro de operações, o que realmente os combatentes podem vir a ter que executar, em caso de conflito armado.

Nesse sistema de inter-relação político-militar, conclui Aron, a qualidade da força a ser empregada é definida pelo político. Assim, afirma: “Ninguém duvida de que a qualidade da classe militar e a eficiência do exército sejam influenciados pelo regime

⁵¹ ARON, op. cit. nota 22, p. 33.

⁵² ARON, op. cit. nota 6, p. 99.

⁵³ id., ib., p. 86.

político e pela psicologia da nação”.⁵⁴ O militar representa um determinado setor da sociedade; ele provém da sociedade, assim como o político, e as ordens militar e política são as mantenedoras da estrutura social. Conforme Aron:

Cada aparelho militar é a manifestação armada de uma dada hierarquia social, ou ainda, para inverter a fórmula, é a ordenação militar de uma certa sociedade, levando em conta a eficácia das armas e de suas diversas combinações.⁵⁵

Em toda sociedade, o exército é a expressão das relações de classe. A estrutura interna do estado é importante, pois a política interna e externa caminham juntas. É preciso equilibrar e manter as forças internas para se obter a política de poder, cujo caráter é internacional⁵⁶. Quando, em tempos de paz, as dissidências não se resolvem pela diplomacia, então o último recurso a ser utilizado é a guerra:

A guerra é o choque de condutas organizadas, uma prova de força entre as “equipes”, cada uma das quais pretende levar a melhor sobre a outra mediante a multiplicação do vigor de cada combatente pela disciplina do conjunto.⁵⁷

O objetivo do combatente ou da batalha é levar vantagem sobre o adversário ao explorar o êxito militar. Nessa direção, a disciplina é tida como um fator preponderante para a obtenção dos propósitos de guerra e para a formação de bons quadros militares: sem a disciplina, não é possível a vitória. Mas, para Aron, a disciplina é a expressão da hierarquia social, devido às relações humanas que os combatentes contraem entre si e com as classes sociais.

Dentro do estado, os meios econômico, político e militar estão interligados e derivam das classes sociais. Esses agentes são identificados por Aron como os propulsores da força de uma unidade política: através do desempenho de cada um deles, chega-se a diferentes graus de poder. O cenário internacional é composto por países que se situam em diferentes escalas de poder ou potencial, o que acarreta maior ou menor poder de coação frente aos conflitos em âmbito interestatal.

É através da ameaça e da força armada que um estado consegue impor sua vontade sobre os demais. Para Aron: “A coação tem sido inseparável da política”.⁵⁸ A capacidade de

⁵⁴ ARON, op. cit. nota 6, p. 119.

⁵⁵ id., ib., p. 228.

⁵⁶ id., ib., p. 737.

⁵⁷ id., ib., p. 448.

⁵⁸ id., ib., p. 925.

equilibrar ou conter a força de outros estados depende das condições de um estado de se sobrepor à vontade do outro. O estado é detentor do monopólio da violência legítima, e, como tal, possui o exército com a função de combater o inimigo externo, seja qual for a natureza ideológica deste estado.⁵⁹

A estratégia político-militar tem preponderância em todos momentos das negociações (coação e ou persuasão) e do conflito armado, salvo, segundo Aron, a seguinte exceção: “a inteligência estratégica e o esforço de persuasão só são reduzidos à impotência nos momentos extremos do combate”.⁶⁰

A relação político-militar está intrinsecamente ligada à inteligência estratégica e é elaborada pelas duas esferas de força. Pode-se considerar que a conduta da guerra se faz pelo poder civil e a conduta das operações de guerra pelo poder militar, sem esquecer, não obstante, como lembra Aron, que não há uma separação, a não ser de forma artificial, entre o poder político e o militar. Portanto, é difícil, senão impossível, identificar a linha divisória entre conduta de guerra e conduta de operações. Sobre essa distinção, Aron afirma:

À medida que se sobe do nível do comando de pelotão para o estado maior geral, as ordens são cada vez mais influenciadas por considerações políticas e pela pluralidade dos objetivos, vinculando-se não apenas à situação local, e as operações específicas a serem executadas, mas a totalidade da campanha e à própria guerra.⁶¹

Acompanhando a linha de pensamento de Aron, pode-se concluir que um estado, para ter prestígio e gozar da consideração internacional, precisa desenvolver e fortalecer suas forças internas, que perpassam o econômico, o político e o militar. É, nesse contexto, que a teoria e os estudos de Aron complementam e interessam a presente tese. O Exército Brasileiro tem papel preponderante na história nacional, após seus anos de revitalização, de instrução e de profissionalização, ocorridos na década de 20, e de fusão com o setor político, nos anos que se sucedem à revolução de 1930.

A Missão Militar Francesa de Instrução (MMF) contratada ordena, disciplina e aperfeiçoa os quadros do exército: introduz novos regulamentos, refaz outros, cria grandes

⁵⁹ ARON, op. cit. nota 42, p. 1019.

⁶⁰ ARON, op. cit. nota 6, p. 920.

⁶¹ id., ib., p. 700.

unidades de combate, constrói escolas, quartéis; e, enfim, em 10 anos, de 1920 a 1930, profissionaliza esses militares.

Após a revolução de 1930, o novo governo que se estabelece, além de renovar contrato de instrução com o governo francês por mais 10 anos, solicita que esse faça algo mais do que instruir a tropa, requerendo aos oficiais franceses que, além de ministrar cursos, palestras e ensinar técnicas de combate, também participem da organização do Exército.

O que ocorre no Brasil, nos anos pós-trinta, é a tomada do poder político por parte de homens que pretendem ascender em um contexto de maior autonomia interna, e, devido a isso, removem todos os obstáculos que possam colocar em xeque seus planos de ampliação do poder. Daí por que uma das primeiras medidas por ele adotada é o armamento e fortificação cada vez maior do meio militar federal, a par de um esvaziamento paulatino do poder regional dos coronéis e das brigadas estaduais.

As autoridades militares não compactuantes com o novo governo são logo descartadas, sendo então promovidos aos cargos de coronel do exército e da marinha indivíduos que correspondam às expectativas do poder dirigente. Aos poucos, há uma fusão entre político e militar; os planos estratégicos são formulados visando à defesa nacional e ao bem geral da nação, contrapondo-se ideologicamente ao comunismo.

O inimigo iminente, utilizado como motivo para a deflagração do golpe de 1937, é o comunismo, por eles configurado como uma ameaça ao poder político constituído. Essa idéia é então trabalhada no imaginário da maioria da população, apresentando-se como um temido fantasma vermelho. Os coronéis e líderes regionais que se contrapõem ao regime ditatorial, são exilados; as brigadas estaduais, federalizadas. E o Exército encontra-se então forte e preparado, no contexto interno, para sustentar no poder o governo ditatorial que se instala.

Em 1937, o governo Vargas possui um exército bem equipado, capaz de neutralizar as forças de oposição. O regime do Estado Novo nasce e é mantido através da união dos poderes militar e político. Segundo Aron, a importância conferida ao exército depende da política de estado que é estabelecida, da pretensão à autonomia internacional e da vontade de persuasão tanto externa quanto interna.

2 Idéias doutrinárias brasileira e francesa

2.1 Formação doutrinária: Brasil e França na década de 1920

A presente secção propõe-se à identificação e análise do pensamento doutrinário presente no Exército Brasileiro às vésperas da chegada da Missão Militar Francesa (MMF), bem como ao exame de algumas idéias preponderantes nos círculos políticos brasileiros influentes da época. Para atingir este objetivo, parte-se do estudo do pensamento militar francês, via alguns de seus principais expoentes, dentre os quais estão Napoleão Bonaparte¹ (1769-1821) e o general francês Ferdinand Foch² (1851-1929), cujos trabalhos inspiram-se nos escritos do prussiano Carl Von Clausewitz³ (1780-1831). A reflexão sobre esses textos possibilitou a identificação de alguns aspectos relevantes da doutrina militar que se passa a examinar, pois os elementos e o percurso adotado em sua formulação e no desenvolvimento da doutrina militar diferenciam-na da doutrina de guerra, fornecendo a metodologia de elaboração de ambas. Nesse percurso, recorre-se também aos trabalhos de militares brasileiros, tais como Augusto Fragoço, Golbery do Couto e Silva, Castelo Branco, entre outros.

O objetivo é, pois, a abordagem do tema da *doutrina militar*, de forma a permitir que, no capítulo subsequente, se possam analisar as mudanças ocorridas com a chegada da MMF e a forma como o pensamento francês foi recebido pelo Exército Brasileiro, verificando as reais alterações que possam ter acontecido na mentalidade militar.

¹ O gen. Napoleão Bonaparte é o maior líder militar francês de todos os tempos. Reverenciado por sua capacidade estratégica e por seus atos de bravura, seus feitos e ditos influenciam ainda a grande parte dos oficiais franceses. Uma das maiores contribuições de Bonaparte para a doutrina militar foi o papel relevante que atribuiu à moral da tropa.

² O gen. Ferdinand Foch foi líder do Exército Francês durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917, chefe do Estado Maior. Escreveu várias obras militares significativas, entre elas: FOCH, Ferdinand. Des principes de la guerre: conférences faites à l'école superier de guerre. Paris: Berger-Levrault, 1906.

³ Carl Von Clausewitz, general e teórico militar prussiano, foi diretor em 1818 da Escola de Guerra de Berlim. Escreveu a célebre obra militar: CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Brasília: UnB, 1979.

2.2 Influência positivista no Exército Brasileiro

O positivismo, ao qual já se fez referência na secção 1.1.3, é uma doutrina político-filosófica surgida no século XIX sob orientação de Auguste Comte⁴, que valoriza as ciências e o avanço técnico-científico com objetivo de elevar o espírito do homem e, conseqüentemente, proporcionar o progresso da humanidade. Essa filosofia é compreendida, pelo referido teórico, como um conjunto de concepções que a inter-relacionam com a política e a teologia, de tal forma que a república só pode ser entendida através do teológico, pela fé.

O Positivismo se compõe essencialmente de uma filosofia e de uma política que são necessariamente inseparáveis, como constituem uma a base e a outra o fim de um mesmo sistema universal, onde a inteligência e a sociabilidade se encontram intimamente combinadas.⁵

O positivismo tem simultaneamente um caráter *ortodoxo*, ao se outorgar o estatuto de religião da humanidade, e *heterodoxo*, ao se conceber como filosofia política, ou simplesmente como gênero literário. Para a vertente heterodoxa, a ordem é o estado de polícia, e o progresso é representado pela sociedade tecnicamente desenvolvida, ou seja, industrializada, ideal a ser alcançado, principalmente no caso de um país essencialmente agrícola como, à época, é o Brasil, e, mais particularmente, o Rio Grande do Sul.

Enquanto ciência social, o positivismo propõe-se à análise das demais ciências e ao estabelecimento de sua hierarquia, através da utilização de um método sistemático e metódico. Como afirma Comte: “(...) me parece incontestável que, dentro do sistema geral das ciências, a astronomia deva ser colocada antes da física propriamente dita (...)”.⁶ A matemática é vista por Comte como um modelo de análise; a astronomia, como um percurso de observação sistemática; a física, por sua função experimental; a química, como a arte das nomenclaturas; a biologia, como aperfeiçoamento da teoria da classificação; e a sociologia, como dependência do método histórico.⁷

⁴ Auguste Comte, filósofo francês considerado o pai da sociologia.

⁵ COMTE, Auguste. *Système de politique positive*. Paris: Gallimard, 1929. t.1, p. 02.

⁶ COMTE, Auguste. *La science sociale*. Paris: Gallimard, 1972. p. 191.

⁷ PETIT, Annie. *História de um sistema: o positivismo comtiano*. In: TRINDADE, Helgio. *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 23.

Para Comte, o homem é um ser histórico que sofre e propaga fenômenos na sociedade, por ele denominados de *fenômenos sociais*. O estudo dessas manifestações constitui a ciência sociológica, que tem por função o exame dos acontecimentos sociais para, a partir deles, atingir o estado ideal.⁸ Ao sistematizar as ciências, Comte confere à astronomia o primeiro lugar em preponderância, embora não deixe de salientar a importância da matemática para a vida científica: “É pelo estudo da matemática, e somente por ela, que podemos ter uma idéia certa e aprofundada de que é uma ciência”.⁹

Para além das ciências, Comte trata também da moral, por ele considerada como elemento essencial na evolução do espírito humano. Propõe um relativismo entre a moral e o teológico, principalmente após a segunda fase de seus trabalhos, quando já havia fundado a igreja Positiva. Como ele próprio afirma: “a moral individual constitui o único domínio que convém diretamente à disciplina teológica (...)”¹⁰ A religião é por ele considerada como de cunho universal, sendo concebida a partir da presença de alguns elementos – pensamentos, atos e sentimentos. Ela é vista como um veículo eficiente na propagação das idéias ao associar o amor à ordem e ao progresso. Conforme Comte:

Eu estou mais e mais convencido a caracterizar tua adoração particular pela fórmula fundamental que eu a princípio consagrei à religião universal: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim.¹¹

Para o sociólogo francês, a aliança da religião com o princípio de ordem e progresso reafirma a importância do indivíduo e de seu avanço intelectual e científico no processo de transformação da sociedade, para alcançar o estado positivo. Partindo dessa idéia, ele passa então à defesa da conservação de valores morais do espírito humano que agem por intermédio do teológico, afirmando a capacidade da religião positiva na solução de conflitos e de toda espécie de caos. De acordo com Comte:

Você não ignore que a Religião da Humanidade constitui a única garantia sistemática da ordem, da propriedade e da família, que comprometem mais e mais todas as crenças oficiais, incapazes de tomar frente a uma imediata anarquia.¹²

⁸ MILL, John Stuart. Auguste Comte et le positivisme. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 82.

⁹ COMTE, Auguste. Philosophie première: cours de philosophie positive (Leçon 1 à 45). Paris: Herman, 1975. p. 71.

¹⁰ COMTE, Auguste. Correspondência de Comte à sua esposa. 27.05.1850. In: Auguste Comte: correspondance générale et confessions. Arquivos Positivistas. Paris: EHESS, 1982. t.V, 1849-1850, p.122.

¹¹ id., ib., p. 161.

¹² id., ib.

A máxima comteana de *ordem e progresso* é bastante conhecida no meio político brasileiro, tanto que é escolhida como lema da República no Brasil. Mas, considerando que os sentidos se alteram de acordo com o contexto e a intenção de quem aplica determinadas máximas, valeria aqui questionar o que Comte entende como a ordem e o progresso. Examinando seus próprios documentos, conclui-se que, para Comte, a ordem é a preeminência que convém, sem a qual não é possível reter o domínio natural do público, do privado, do teórico, do prático, da moral e do político.¹³ A união do progresso à ordem possibilitaria o atingimento de um estado orgânico de conciliação que já está sistematizado em todos espíritos avançados.¹⁴ A ordem e o progresso são considerados uma associação imprescindível para o perfeito funcionamento do estado, como bem remarca Comte:

Qualquer defeito que exista nas convicções sociais (...) não impedirá os bons espíritos e os corações honestos de adotar espontaneamente a divisa sistemática do futuro: Ordem e progresso.¹⁵

Para Comte, no estado positivo, vigoraria a paz e a industrialização. A sociedade industrial transforma-se em um mito, um ideal a ser alcançado e passa a simbolizar a perfeição. Caso o estado atinja a harmonia esperada, os exércitos perderiam seu sentido e, nessa situação, os positivistas defendem o fim dos exércitos nacionais:

A instituição dos exércitos pagos, e logo dos permanentes, desenvolvidos dentro deste curso, fornecem testemunho geral da decadência radical dos meios militares e da preponderância decisiva da atividade pacífica.¹⁶

Comte pensa que, com a aplicação das ciências e da tecnologia na vida cotidiana, o homem elevaria seu espírito e entenderia o atraso das guerras e do estado de beligerância. O avanço tecnológico traria o avanço espiritual e a sociedade, de modo geral, viveria em harmonia, em um estado pacífico, sem precisar resolver as questões políticas, econômicas e/ou diplomáticas por meio das armas. Os conflitos e desentendimentos seriam solucionados pelo uso do conhecimento e da coerência, sem atingir os níveis de barbárie e atraso, próprios da ação militar.

¹³ COMTE, Auguste. Auguste Comte: extraits de son oeuvre finde (1851-1857). Paris: Le Soudier, 1898. p. 17.

¹⁴ id., ib.

¹⁵ id., ib., p. 16.

¹⁶ id., ib., p. 165.

O pacifismo tecnológico é uma das mudanças, esperadas pelo positivismo, que não ocorre. No Brasil, o positivismo fundamenta muitas alterações no meio político-social. O aspecto documental ocupa posição de preponderância em relação aos demais; o valor científico reside no que é testado e comprovado, surgindo assim o historicismo. Mas, como surge e se configura o historicismo?

De acordo com os estudos de Martins, o historicismo é uma espécie de reação à crise de orientação no período da Revolução Francesa, estando ligado, no século XIX, à construção da história por especialistas, o ofício de historiador se torna uma profissão acadêmica com requisitos de qualificação específica.¹⁷ Segundo Martins:

Entende-se por “historicismo” a época do desenvolvimento da ciência histórica, na qual esta se constituiu, como ciência humana compreensiva, sob a forma de uma especialidade acadêmica.¹⁸

Para Comte, tudo o que se conhece são os fenômenos, mas esse conhecimento é relativo e não absoluto, pois segundo Mill: “nós não conhecemos nem a essência nem o real modo de produção do feito”.¹⁹ O feito ou fenômeno e as articulações dele decorrentes são, então, comprovados pela metafísica.

Comte acredita que a natureza dos fenômenos ocorridos depende da influência das gerações passadas; quando já se detém a ciência concreta, ou as exatas, seu método de análise parte do particular para o todo. Comte entende o método como o caminho para alcançar a verdade, ou seja, a comprovação do fenômeno. Como explica Mill:

A filosofia da ciência se compõe de duas partes principais: os métodos de investigação e as condições de prova. O método indica as vias pelas quais o espírito humano chega às conclusões, as provas são o modo de comprovar a certeza.²⁰

Essa característica de proeminência da prova, da certeza e do documento gera a história positivista que se detém na narrativa, oriunda dos arquivos documentais. Podem-se destacar, de acordo com Bosi, as seguintes mudanças ocorridas no Brasil sob a influência positivista:

¹⁷ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Historicismo: tese, legado, fragilidade*. História Revista, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v. 7, p.4, 2002.

¹⁸ id., ib., p. 02.

¹⁹ MILL, op. cit. nota 8, p. 27.

²⁰ id., ib., p. 71.

(...) a separação da igreja do Estado, a implantação do casamento e do registro civil e a secularização dos cemitérios. A divisa da nova bandeira nacional, ordem e progresso, representou talvez a vitória simbólica mais ostensiva da linguagem de Comte na construção do imaginário republicano.²¹

Outro meio de difusão das idéias de Comte, no País, é o surgimento da igreja universal positivista. No Brasil, os principais representantes da religião positivista são Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) e Miguel Lemos (1854-1917). Teixeira Mendes desenha a bandeira nacional e nela inscreve o seu lema *ordem e progresso*. Junto com Miguel Lemos, Teixeira Mendes funda o Templo da Religião da Humanidade no Rio de Janeiro, e a Sociedade Positivista Brasileira, em 1876.²²

O positivismo influencia fortemente a política e o Exército Brasileiro desde o período imperial. Os oficiais brasileiros aderem a essa corrente filosófica e, a partir dela, passam a organizar as escolas militares e a doutrina, alastrando sua influência por toda a corporação. A falta de projeção social vivida pelos militares auxilia nessa aproximação. Como afirma Quartim de Moraes:

(..).o positivismo apresentava uma alternativa para o papel social e político dos militares ao propor, na ausência de uma identidade profissional, uma identidade política: a doutrina do soldado-cidadão.²³

As escolas militares²⁴, a partir de 1850²⁵, começam a sofrer forte influência positivista via ensino da matemática e da geometria analítica, devido à difusão do *Curso de filosofia positiva*, segunda fase dos escritos de Comte. Os mestres repassam aos alunos a idéia tecnicista de progresso científico, e a escola, que deveria adestrar os alunos para o cumprimento das tarefas militares, se volta ao ensino da matemática. Conforme explica Torres:

²¹ BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 38.

²² São muitas as obras elaboradas em por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira, mas em co-autoria destacamos: O catolicismo e o político. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado do Positivismo no Brasil, 1910.

²³ QUARTIM DE MORAES, João. A tutela militar. São Paulo: Vértice, 1987. p. 30.

²⁴ Benjamin Constant e o Marechal Roberto Trompowsky foram expoentes da difusão positivista na escola Militar; mas, além deles, havia também: Pereira de Sá, Augusto Dias Carneiro, Almeida Fagundes, Lauro Sodré, Gabriel de Moraes Rego, Antônio José Osório, Manuel Almeida Cavalcanti, Saturnino Nicolau Cardoso, entre outros.

²⁵ De acordo com a monografia de Sebastião Peçanha, intitulada O positivismo: reflexos para o exército, ensinamentos históricos, Benjamin Constant, um dos maiores expoentes do positivismo no meio militar tomou conhecimento da doutrina de Comte em meados de 1857.

Alguns professores de matemática, travaram conhecimento com Augusto Comte, que entrou para a história do Brasil por intermédio do I volume do *Cours de Philosophie Positive*, onde desenvolve teorias matemáticas.²⁶

A matemática é ministrada sob orientação positivista, e é, dessa maneira, que se dissemina entre os oficiais a teoria que preconiza *a ordem e o progresso*, fundada no desenvolvimento científico, na ética, na paz e no fim dos exércitos. A matemática, no contexto positivista, é a ciência fundamental para o conhecimento das outras ciências, pois segundo Lins: “Quem não aprendeu a raciocinar em matemática, resente-se dessa falha, a vida toda. Por isso, Augusto Comte restabeleceu-lhe o antigo nome de Lógica, no lugar de matemática, que significa apenas ciência”.²⁷ Benjamin Constant, professor de matemática, através de seus estudos sobre a disciplina, encontra em Comte a motivação para seguir com seus ensinamentos. Para Peçanha:

(...) sua vocação sempre fora o magistério e, dentro deste, o ensino da matemática; não tinha vocação para a carreira militar (...). Foi sempre o Dr. Benjamin, raramente tratado pelo seu posto.²⁸

Na Escola Militar, a ciência matemática, ministrada sob orientação da *síntese subjetiva* de Comte, valoriza a geometria e o cálculo. Benjamin Constant, além de aplicar seus conhecimentos de matemática sob influência positivista, também segue os postulados da religião positiva, freqüentando a igreja fundada no Rio de Janeiro, sob esta orientação. Como bem ressalta Peçanha, Constant é: “antes um professor, um engenheiro, um matemático, um pensador, que propriamente um militar”.²⁹

A reforma operada por Constant no regulamento das escolas do Exército, em 12 de abril de 1890, não modifica a estrutura militar: permanece incentivando a cultura acadêmica, sem promover a profissionalização da força. Como elucida Peçanha: “Os oficiais recém saídos da escola de formação fogem da tropa. Esta, por sua vez, desaparelhada, não lhes oferece motivação”.³⁰

O ministro da Guerra no governo de Rodrigues Alves, gen. Francisco de Paula Argolo, preocupado com a situação caótica do Exército passa a denunciar a estrutura e a

²⁶ TORRES, João Camilo de Oliveira. O positivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1957. p. 210.

²⁷ LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 278.

²⁸ PEÇANHA, Sebastião. O positivismo: reflexos para o exército, ensinamentos históricos. Rio de Janeiro: ECEME, 1986. p. 16.

²⁹ id., ib., p. 16.

³⁰ id., ib., p. 32.

requerer novas reformas. Em 1898, é elaborado pelo Marechal João Tomaz de Cantuária, um conjunto de mudanças, conhecido pelo nome de reforma cantuária, que propõe maior aproveitamento técnico e diminui os ensinamentos teórico-filosóficos dos regulamentos em vigor. Essa reforma, como a de Constant, não afasta a doutrina positivista do seio militar, embora não tenha tido uma repercussão prática sobre a profissionalização da força. O Exército, desde a Proclamação da República, necessita de profundas e urgentes reformas. Segundo Peçanha:

Durante mais de duas décadas, após a Proclamação da República, verifica-se, no Exército, uma situação, caracterizada por alguns historiadores como “lapso de segurança”, em que a Força encontrava-se muito abaixo das condições mínimas de operacionalidade necessária para fazer face à uma hipotética agressão externa.³¹

A falta de preparo da força de terra pode ser comprovada, em vários momentos, tais como a Revolução Federalista de 1893-1895³², a Revolta da Armada de 1893-1894³³, e Canudos, de 1896-1897³⁴. Logicamente, essa carência de profissionalização não se deve apenas ao pensamento positivista dos líderes militares no período, que os aproxima das ciências exatas e os afasta das ciências bélicas. A política governamental é igualmente responsável pelo descrédito e esquecimento das forças militares no país.

Os baixos soldos, a falta de escolas, a carência de instrutores competentes no preparo militar, a ausência de material bélico moderno em funcionamento e as péssimas condições de infra-estrutura são outros motivos para a decadência da estrutura militar nacional e internacional do Brasil. Esse contexto, torna emergencial a resolução da questão instrucional, pois a continuidade do ensino positivista, ao acarretar a ausência de espírito militar nas escolas e nos alunos lá adestrados, cria um círculo constante de despreparo para a vida militar. A esse respeito, afirma o chefe do EME, gen. Bento Ribeiro:

³¹ PEÇANHA, op. cit. nota 28, p. 31.

³² Revolução de cunho ideológico, ocorrida no Rio Grande do Sul entre maragatos (Gaspar Silveira Martins) e Pica-Paus (Júlio Prates de Castilhos), que demonstrou superioridade armada contra o Exército Brasileiro. Para saber mais ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. A revolução federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983.

³³ A Revolta da Armada foi feita por alguns elementos da marinha contra os maus tratos que sofriam na instituição. Para saber mais ler: CARONE, Edgar. A República Velha. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

³⁴ Canudos foi uma revolta de cunho sócio-religioso liderada por Antônio Conselheiro, durante o governo de Prudente de Moraes. Para ampliar conhecimentos, ver a obra: MELLO, Frederico Pernambucano de. A guerra total de Canudos. São Paulo: A girafa, 2007.

Não resta dúvida que aos atuais professores faltam, em geral, o espírito militar, o tirocínio prático, o conhecimento exato do mecanismo dos exércitos em seus menores detalhes. Há não só no professorado militar como nos que habitam no Estado maior do Exército talentos brilhantes e inteligências esclarecidas e funda e elevada cultura científica (...).³⁵

A idéia do fim dos exércitos é desenvolvida por Comte em seu *Curso de filosofia positiva*, t. VI, final da segunda fase e início do apostolado. Os adeptos da doutrina acreditam que o governo deveria ser integrado por intelectuais capacitados que se perpetuariam no poder pela hereditariedade. Com a elite intelectual à frente dos negócios de estado e com o avanço e aprimoramento da sociedade industrial, o homem progrediria espiritualmente e consolidaria o mundo pacífico, sem guerras e sem a existência de soldados e instituições militares.

A difusão, entre os positivistas, de idéias contrárias ao Exército, chega ao extremo de se repudiarem os heróis de guerra e de se pregar o fim dos bustos, estátuas, monumentos e outras formas de manifestação que reconstruam os feitos militares do passado. Como bem pontua Torres: “o Apostolado combatia as comemorações das vitórias alcançadas pelos exércitos brasileiros nas guerras em que estivemos envolvidos, notadamente contra o Paraguai”.³⁶

Entre os militares que lutam por uma intervenção reformista³⁷, como ocorre na Questão Militar, Benjamin Constant é um dos expoentes máximos. Mas, as reformas propostas por Constant não são tão profundas como outras subseqüentes, como já se ressaltou anteriormente. Aliás, é nesse período histórico que surge a concepção de *soldado-cidadão*, indivíduo que representa a ideologia intervencionista do militar na política. Na perspectiva do soldado-cidadão, é recomendável sua participação ativa no processo político, bem como sua intervenção na política com tendências renovadoras, como acontece com a proclamação da República. Segundo Carvalho:

³⁵ RIBEIRO, Bento. Relatório de 1917. In: Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. Brasília: EME, 1996. p. 69.

³⁶ TORRES, op. cit. nota 26, p. 213.

³⁷ Segundo Murilo de Carvalho, a intervenção reformista, do soldado-cidadão, era a forma dos militares participarem da política e adquirirem maior representação social. A proclamação da República foi um ato de intervenção reformista.

(...) implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar.³⁸

Os militares pertencentes ao Exército sofrem, então, pela marginalidade em que vivem; são vistos como indivíduos aos quais não resta nenhuma outra opção, além de aderir às fileiras militares. A força de elite federal, na época sob o comando do poder central, integra a Guarda Nacional. Algumas brigadas estaduais, bem instruídas e armadas, pertencem aos estados federados e obedecem ao comando dos governadores. Embora pela legislação federal sejam qualificadas como forças paralelas, das quais o governo federal poderia dispor, em caso de agressão, elas, em geral, atuam, no período, como forças antagônicas, representativas da hegemonia regional. Os membros do Exército ganham baixos soldos, têm pouca ou nenhuma qualificação profissional, sendo totalmente desprovidos de *status* social, já que os militares respeitados, no período, são os integrantes da Guarda Nacional.

O soldado-cidadão representa o civil de farda, que ascende socialmente pela interferência política. O positivismo aproxima tanto o militar do cidadão comum, que, nessa concepção filosófica, o soldado brasileiro passa a ser considerado o cidadão armado. Assim, a forma que esses esquecidos da pátria encontram para se posicionar frente ao desprezo da elite, é o intervencionismo político do soldado-cidadão. Como ensina Mc Cann: “(...) o conceito de soldado-cidadão foi baseado no ressentimento contra a elite que ignorou o corpo de oficiais, com baixos salários, as poucas promoções e a escassez das armas”.³⁹

O Exército Brasileiro até 1920 é sustentado por esse embasamento doutrinário de inspiração positivista: o objetivo dos integrantes da Escola Militar é aprender os ensinamentos de engenharia, matemática, deixando de lado os conhecimentos referentes à representação e função de um militar. Os militares formam-se engenheiros na Escola Politécnica e têm direito de trabalhar no meio civil; são mais acadêmicos do que combatentes, pois, em seu corpo doutrinário está enraizado o cientificismo comtiano. Como explica Torres:

³⁸ CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 39.

³⁹ MC CANN, Frank. Origins of the new professionalism of the brazilian military. Journal of interamerican studies and world affairs, n. 4, v. 21, nov. 1979.

Um dos baluartes mais fortes do positivismo no Brasil situava-se nas classes armadas. E os principais núcleos positivistas em nosso país localizaram-se no Rio Grande do Sul e na capital federal, onde sempre existiram maiores concentrações de tropas mercê de suas respectivas situações de fronteira e sede do governo.⁴⁰

Dessa forma, o positivismo marca a história doutrinária do Exército Nacional desde o período imperial, passando pela proclamação da República, e a Primeira República, até a chegada da MMF, quando o ensino profissionalizante passa a ser ministrado nas academias, e o conceito de soldado-cidadão cede espaço ao conceito de soldado-profissional.

A concepção de soldado profissional opõe-se aos princípios constantes no conceito de soldado-cidadão, pois apregoa a não intervenção pública e, até mesmo, a não participação política. Com a chegada dos franceses às escolas de instrução do Exército, começa, então, a mudança no embasamento doutrinário dos militares. Os oficiais franceses vêem o Exército como *la grande muette*, ou seja, o grande mudo, que cuida e se interessa apenas pelos assuntos de interesse da força.

A influência positivista pode ser sentida também pelos civis durante a República Velha, principalmente no Rio Grande do Sul, um dos maiores estados propagadores dessa tendência. Os dois maiores expoentes do positivismo no Brasil são o Exército Nacional e o Partido Republicano Rio-Grandense, PRR. Como remarca Bosi:

Iniciando a sua carreira como deputado republicano, em 1809, sob a égide do castilhismo, e sucedendo na presidência do Estado, em 1928, a seu mentor, Borges de Medeiros, Getúlio representa o elo entre o comtismo dos republicanos e a vértice nacionalista, planificadora e trabalhista quando, sob a sua influência direta, regeu o Brasil dos anos de 1930 até o golpe udeno-militar de 1964. (...) A presença comteana é tangível na sua formação ideológica: executivo forte, escasso apreço pela instituição parlamentar, autoridade no trato das finanças públicas; apoio a nacionalização dos serviços públicos e de empresas de interesses estratégicos; enfim, mediação do governo nas relações entre o capital e trabalho, concretizando nas leis que promulgou desde o governo provisório com a criação do Ministério do Trabalho.⁴¹

O PRR⁴² preocupa-se com a eficiência administrativa e representa a elite gaúcha, além dos interesses do setor agrário. A doutrina republicana é a expressão da causa conservadora, sendo praticada por meio de intensa disciplina doutrinária. Defende a liberdade estadual acima de todos princípios e deseja leis próprias, o direito exclusivo sobre

⁴⁰ TORRES, op. cit. nota 26, p. 210.

⁴¹ BOSI, op. cit. nota 21, p. 46-47.

⁴² Para aumentar os conhecimentos sobre o PRR e positivismo no RS recomendamos, entre muitas obras, ler: PINTO, Celi Regina. Positivismo: um projeto político alternativo. (RS: 1889-1930). Porto Alegre: LP&M, 1986.

a terra gaúcha, a independência dos estados, a não intervenção federal sobre o território estadual, e a separação da renda da união da renda do estado. Segundo Trindade:

É o positivismo, pelo seu conteúdo antiliberal, que vai fornecer os meios constitucionais e ideológicos para o desenvolvimento de uma modernização controladora. Esse voluntarismo político castilhisto impõe com sucesso sua dominação e cria sua própria legitimação através da adaptação do positivismo ao contexto histórico local.⁴³

Mas, embora o PRR seja republicano e antiliberal, ele pugna pelo liberalismo⁴⁴ nas relações com o governo federal e na administração rio-grandense, visto que, no estado, se opera com importações, exportações e solicitação de crédito ao exterior, sem o aval ou consentimento do governo federal. Nesse contexto de independência regional, o PRR cria um poderoso aparato militar e faz da Brigada Militar Gaúcha um símbolo do regime por ele instituído.

Os bem armados e adestrados homens da força gaúcha são um dos sustentáculos da política local, comprovando que o positivismo, no Rio Grande do Sul, não adota plenamente os ensinamentos de Comte. Como bem esclarece Celi Pinto⁴⁵, o positivismo no Rio Grande do Sul foi pessoal e intransferível.

É importante ressaltar que a influência positivista exercida sobre Getúlio Vargas é mínima ou, talvez, nenhuma, apesar de ele ter sido um seguidor da política de Borges de Medeiros. Quando se analisa a evolução histórica das Forças Armadas, em especial do Exército, pode-se perceber, de pronto, que Getúlio não adota esse tipo de postura. A geração de 1907, tal como denominada por Joseph Love⁴⁶, referindo-se aos líderes políticos gaúchos de cunho positivista, não se caracteriza pelo desejo de extinção dos exércitos.

O PRR possui disciplina doutrinária positivista, preocupa-se com a eficiência administrativa, é federalista, republicano e elitista. A Brigada Militar (polícia militar estadual da época) vira sinônimo da República; é o símbolo da força do novo regime.⁴⁷

⁴³ TRINDADE, Helgio. O jacobinismo castilhisto e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 146.

⁴⁴ De acordo com Antonio Paim, em sua obra A agenda teórica dos liberais brasileiros, no Brasil existiu um liberalismo de representação limitada, aos quais ele denominou de liberais conservadores. Se diziam liberais, mas atuavam politicamente fora do modelo liberal e em defesa de seus interesses, retardando a democratização da política.

⁴⁵ PINTO, op. cit. nota 42.

⁴⁶ LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1971.

⁴⁷ Para saber mais sobre o PRR e o positivismo gaúcho ver: PINTO, op. cit. nota 42.

A análise dessas características gerais do positivismo, tal como é adotado pelos políticos gaúchos, permite concluir que a defesa dessa postura filosófica tem, no estado, um caráter limitado e particular, não levando em consideração todas as propostas ou princípios comteanos.

Salienta-se também que a Brigada Gaúcha torna-se, nessa fase, uma bandeira de propaganda do Estado Rio-Grandense. O aspecto antimilitar, defendido pelo positivismo, não se faz, portanto, presente na política de Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, e de todos os outros membros do PRR. Como bem argumenta Cabeda:

(...) Borges de Medeiros governaria o Rio Grande do Sul por um quarto de século, apoiado na Constituição redigida por Castilhos e em dois pilares de rígidas normas de hierarquia e disciplina: o Partido Republicano Rio-Grandense e a Brigada Militar.⁴⁸

O positivismo no Rio Grande do Sul e no Exército Brasileiro não atinge o utópico estado aguardado pelo filósofo; ocorrem outras leituras dos postulados, e as idéias adaptam-se aos objetivos existentes no meio de utilização. A força de terra, através dos estudos científicos da matemática e de outras ciências, desenvolve o academicismo nas suas fileiras. O PRR, ao implantar um regime político visando aos interesses da elite regional, estrutura uma poderosa força militar. Não obstante, o Brasil, tanto pelo cientificismo empregado no Exército, quanto pela organização política originária do PRR, é um dos países no mundo nos quais mais se aplicam e desenvolvem as idéias de Comte. Segundo Paty e Petitjean:

O Brasil é certamente um dos países no mundo onde a influência francesa positiva foi a mais importante. Ela, antes de tudo, tocou o domínio político: dentro do contexto da formação do Estado brasileiro no final do século XIX e o nascimento da República, as idéias de ordem fundadas sobre as verdades científicas que foram colocadas em prática por uma elite esclarecida, encarregada de conduzir o progresso para o bem comum, e que não poderiam deixar de seduzir os militares e os burocratas (também os intelectuais) do aparelho de estado nascente.⁴⁹

Entretanto, o caráter pacifista, um dos pontos altos da doutrina positivista, não é considerado nem pelos integrantes do Exército e nem pela administração federal, um aspecto negativo na orientação militar nacional. Ao contrário, esse aspecto encontra

⁴⁸ CABEDA, Coralio P. B. A missão de instrução do exército na Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1909-1932). A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 754. out./dez. 1991.

⁴⁹ PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick. Sur l'influence scientifique française au Brésil aux XIX et XX siècles. Cahiers des Ameriques Latines, n. 4, p. 37-38, 1985.

respaldo em muitos militares que se desviam da idéia de unidade institucional. Como explica Forjaz: “O positivismo tinha uma orientação essencialmente antimilitarista, e sua difusão entre os militares brasileiros produziu essa tendência a ‘desmilitarizar’ o militar e torná-lo o mais civil possível”.⁵⁰ Os cursos ministrados no Exército, no início da Primeira República, passam a ter configuração positivista, introduzindo mudanças curriculares para melhor propagar a doutrina. Como bem afirma Salgueiro:

A duração dos cursos é aumentada e o enfoque cientificista e filosófico nos currículos é muito evidenciado. Nenhuma atenção, no entanto, é dada a preparação técnico profissional do militar combatente, atividade fim da força terrestre, por contrariar as idéias pacifistas embutidas nas máximas de Comte.⁵¹

Esse fato faz com que Edmundo Campos Coelho venha a pensar que o Exército, antes da chegada das Missões Militares de Instrução, não possui uma doutrina militar, ou mesmo uma doutrina de guerra. Ele afirma que o exército só adquire um corpo institucional após as grandes mudanças políticas desencadeadas pela revolução de 1930 e a implantação do golpe de 1937. Segundo Coelho:

A fase iniciada em 1930 foi denominada de institucional não só porque o exército tornou-se uma unidade ativa, mas sobretudo porque completou-se o processo pelo qual ele deixou de ser mera “organização” para transformar-se em “instituição” na consciência de seus membros.⁵²

A discussão sobre a existência ou não de um corpo de doutrinas no meio militar, ou sobre ser ou não o Exército uma organização institucional, é considerada de grande relevância para o desenvolvimento do tema. Discordando das idéias de Edmundo Coelho, defende-se, nesta tese, a posição de que o corpo doutrinário, presente nos regulamentos, nos estatutos, nas leis e nos decretos militares do Exército antes de 1920 é de cunho positivista, sendo empregado e utilizado nas escolas e no cotidiano militar.

Considera-se que o Exército, nesse período, tem um caráter institucional, porque possui regulamentos, normas e funcionamento que o qualificam enquanto instituição legalmente organizada, mesmo que sua doutrina não corresponda exatamente às funções

⁵⁰ FORJAZ, Maria Cecília Spina. A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, n. 2, p.7, abr./jun. 1983.

⁵¹ SALGUEIRO, Luís Sergio Melucci. O positivismo e o exército. Revista Militar Brasileira, n. 132, 4, p. 50, 1995.

⁵² COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p.128 (grifos do autor).

que o militar deve desempenhar na sociedade e na vida política de uma nação, ou mesmo que o militar não execute o papel que lhe é destinado pelos outros poderes nacionais.

A partir dos estudos realizados sobre a influência positivista no meio militar, acredita-se que a ideologia positivista é a doutrina militar existente e praticada em todos escalões da caserna no Brasil, até o início dos anos 20, embora, concomitante ao ideário positivista praticado pelos militares comece a surgir, no País, uma forte tendência doutrinária nacionalista, chegada pelas mãos de uma elite intelectual.

A corrente nacionalista, defendida por altos setores políticos, é utilizada como propaganda ideológica e justificativa para a deflagração do golpe de 1937. Após a revolução de 1930, que posteriormente será analisada sob a égide militar, Getúlio Vargas chega ao poder e passa a executar uma série de medidas em direção à centralização administrativa do país.

A partir de 1930, o nacionalismo se intensifica na vida brasileira, expandindo-se pelas escolas. O governo assume postura voltada para os símbolos da pátria, tais como o Hino, a Bandeira, as datas cívicas, os heróis nacionais e toda uma série de normas que atendem aos interesses políticos de envolvimento da nação em uma corrente ideológica que sustente o estabelecimento do Estado Novo.

Os principais representantes dessa corrente doutrinária, também idealizadores dos novos princípios ideológicos que norteiam o Brasil nos anos 20 e 30, são Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral. O nacionalismo confere as matizes da nova constituição, outorgada em 1937, defendendo a valorização e o apoio às Forças Armadas e pugnando pelo estado autoritário.

2.3 Nacionalismo como ideologia de governo

A revolução de 1930 altera os rumos da história no campo político, doutrinário e militar. Após assumir o governo provisório, Vargas passa a demonstrar seus reais intuitos de instauração de um executivo forte, o que posteriormente evolui para um governo ditatorial. Mas, para que tal mudança ocorra, é preciso mais do que um golpe de força, ou mesmo o entrelaçamento de interesses comuns de classes, setores ou oligarquias.

O governo de Getúlio Vargas busca um embasamento doutrinário que justifique seus atos centralizadores na forma de condução das questões políticas, econômicas, sociais e militares: o nacionalismo. O apelo ao nacionalismo serve de sustentação às atitudes centralizadoras do governo e de freio a qualquer interferência oposicionista: todo estado autoritário deve vigiar as formas de expressão para que elas não resultem em perigo contra a ordem constituída.

Essa ideologia nacionalista surge em virtude da crise econômica que assola o mundo no início do século XX. Após a Primeira Guerra, a Europa entra em colapso financeiro, enquanto os Estados Unidos emergem como potência mundial. É a crise do liberalismo, que impulsiona então o surgimento de doutrinas totalitárias: na Alemanha, o nazismo; na Itália, o fascismo; na Rússia, o regime comunista.⁵³

No contexto brasileiro, o nacionalismo é empregado para centralizar o poder, acabar com a independência política e econômica dos estados federados, conter o mando oligárquico e coronelístico, extinguir as brigadas militares e justificar ideologicamente o governo Vargas. Para tanto, são imprescindíveis as interpretações e considerações de um pequeno grupo de intelectuais acerca da realidade política do Brasil. Ignácio Manoel Azevedo Amaral (1889, 1950), Francisco José Oliveira Vianna (1883-1951) e, posteriormente, Francisco Campos (1891-1968) são os pensadores a serem analisados para que se possa melhor entender a doutrina nacionalista e a maneira como essas idéias são absorvidas pelo governo de Vargas. Como bem explica Amaral, a esse respeito:

A democracia liberal, cuja experiência fora feita nas circunstâncias mais favoráveis para eliminar todas as causas que pudessem embaraçar o seu êxito, aparecia diante da consciência nacional com os traços inconfundíveis de uma forma de organização estatal inadaptável ao meio brasileiro. Dentro das configurações do regime democrático-liberal com o seu sistema representativo baseado no sufrágio universal e na eleição direta e envolvendo restrições e embaraços permanentes à ação do executivo, não era possível defender a nação contra os perigos que a ameaçavam. O estado, qual o organizara a constituinte de 1934, mostrava-se impotente para assegurar a unidade nacional e afastar da sociedade brasileira o perigo que ameaçadoramente se iam esboçando com possibilidades imprevisíveis de alarmante confusão social. É claro que esse Estado, incapaz de desempenhar as funções mais simples e essenciais de toda a organização política, não conseguiria nunca enfrentar e resolver satisfatoriamente os problemas que se acumulavam no plano econômico e dos quais dependia o

⁵³ Para conhecer mais sobre a crise do liberalismo e as correntes doutrinárias, ver: VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

progresso material da nacionalidade e indiretamente a estabilidade da organização política e social do país.⁵⁴

O governo brasileiro, na década de 30, passa a se preocupar com a questão do inimigo interno, que, nessa fase, está consubstanciado na figura dos coronéis, em especial na dos caudilhos, e na dos comunistas. A configuração desses inimigos é essencial à causa autoritarista, pois justifica o fim das autonomias regionais e da política liberal como forma de atingir os objetivos de industrialização e de progresso nacional.

O nacionalismo desenvolve-se no Brasil da era Vargas como um valor político-cultural que desperta a conscientização pelo nacional, de um ponto de vista que privilegia parte da elite brasileira. Assim, o nacionalismo aplicado no País, apesar de ter sido organizado sob uma estrutura controladora e autoritária, é interpretado pelos dirigentes e defensores nacionalistas como um regime democrático.

Para melhor entender essa questão, cabe aqui uma discussão sobre o nacionalismo: qual seu conceito? Pode ele ser democrático e/ou autoritário?

De acordo com Hermes Lima, o nacionalismo é uma “atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam”.⁵⁵ Percebe-se a existência de um largo espaço para reflexão sobre o nacionalismo e o que ele representa, pois os valores nacionais ou de independência nacional dependem do prisma adotado pelo governo que o estabelece como horizonte ideológico. Daí por que, sendo o nacionalismo uma vertente ideológica que pode assumir configurações distintas, dependendo de quem analisa os fatos e/ou os executa, talvez o importante seja reconhecer as medidas políticas impostas pelo governo Vargas na tentativa de construir o estado nacional.

O continuísmo político é um dos importantes princípios nacionalistas defendidos por Oliveira Vianna, pois, assim, o chefe da nação permanece um longo período à frente da administração, impedindo, com isso, que ocorra um avanço liberal. Esse chefe, segundo o autor, deve governar amparado no carisma, o que evidencia a característica popular e paternalista do regime: “presidente que não divida com ninguém a sua autoridade; do

⁵⁴ AMARAL, Azevedo. O estado autoritário e a realidade nacional. Brasília: UnB, 1981. p. 77.

⁵⁵ LIMA, Hermes. Nacionalismo. In: SCHWARTZMAN, Simon (org). O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo. Brasília: UnB, 1981. p. 71.

presidente, em quem ninguém mande; do presidente soberano, exercendo em suma, o seu poder em nome da Nação, só a ela subordinado e só dela dependente”.⁵⁶

O autoritarismo prevê um comportamento disciplinar e obediente por parte de toda nação, acatando com presteza as decisões do chefe maior. Ora, o sentimento de nacionalidade é o caminho mais profícuo para alcançar esse estado de obediência, pois, como bem observa Oliveira Vianna, o povo, considerado por ele como uma massa desordenada e inculta, carece de sentido:

Uma vasta congêrie humana, acumulada nas cidades ou dispersas pelos campos e sertões; congêrie de desplantados de infixos, de semi-nômades, de servilizados, sem pão, sem terra, sem vontade, sem consciência cívica, agrupados em clãs, sob a proteção dos grandes proprietários rurais.⁵⁷

Essa passagem corrobora a idéia de que o regionalismo é prejudicial e de que todo *mandonismo local* deve ser combatido, pois o poder oligárquico é avesso à prosperidade técnico-científica. O federalismo centralizado é visto como o novo, o moderno, contrapondo-se ao poder regional das oligarquias, que simbolizam, na visão nacionalista, o atraso, o arcaico. Adotando-se este discurso, passa-se a fazer franca oposição ao caudilho, interpretado pelos intelectuais nacionalistas como o sujeito contraventor, avesso à ordem e à disciplina e, principalmente, como aquele que sobrepõe os interesses regionais aos nacionais. Como ressalta Vianna:

O caudilho teatral e cavalheiresco, o homem dos grandes golpes e das grandes temeridades, do tipo “libertador”, à maneira gaúcha, de balde se agitará na sociedade matuta à procura de caudatários. O espírito encolhido e timorato, incapaz de solidariedade, do homem da mata deixá-lo-a, ridiculamente, a bracejar no silêncio e no vácuo.⁵⁸

O combate ao caudilho, com especial referência ao Rio Grande do Sul, deve-se à representatividade política do Estado e ao poder de ação da Brigada Militar, que, se comparada com os efetivos e armamento do Exército, está em franca posição de superioridade, notadamente nas décadas de 1920 e 1930.

No início da década de 1920, as condições militares não são sequer razoáveis: faltam armamentos e os que existem são obsoletos; não há pessoal suficiente, e aqueles que compõem as fileiras não possuem especialização. O período é marcado ainda, como já se

⁵⁶ VIANNA, Oliveira. O idealismo da constituição. São Paulo: Nacional, 1939. p. 212.

⁵⁷ VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Nacional, 1938. p. 10.

⁵⁸ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. v.2. p. 336.

referiu, pelo predomínio das brigadas estaduais que, em especial em São Paulo e no Rio Grande do Sul, são bastante bem equipadas e treinadas.

Entre 1906 e 1924, a força estadual de São Paulo contrata uma missão militar francesa, iniciativa bem anterior a do governo federal, para o Exército Nacional. Assim, essa tropa estadual não só tem maior poder que o Exército, como evita os exageros de mando dos coronéis. Como afirma Love:

A nível estadual, a força pública paulista contribuiu para crescente integração organizacional ao reforçar a concentração de autoridade nas mãos do governador. A reforma do sistema judiciário estadual, juntamente com a militarização da força em 1906, enfraqueceram o poder dos coronéis, impedindo assim, a emergência de senhores locais, todo poderosos, verdadeiros “senhores de guerra”.⁵⁹

A brigada gaúcha, embora não tenha recebido nenhuma missão estrangeira para instrução de seus quadros, também possui poderio armado, devido às compras de material bélico feitas diretamente pelo governador do estado no exterior. Com homens bastante bem adestrados, devido à condição fronteiriça, seus destacamentos estavam em estado de permanente vigilância.

As questões fronteiriças historicamente influenciam a organização e o preparo militar do Rio Grande do Sul, por se constituírem em motivo de constantes atritos com os países vizinhos do Prata⁶⁰. Acostumados à defesa do território, os gaúchos crescem aprendendo o manuseio de armas, juntamente com as lidas campeiras. A Argentina, em especial, é considerada a pretensa inimiga brasileira não apenas pelos rio-grandenses, mas também pelo governo federal, que envia constantes destacamentos para proteger a região.

A Guarda Nacional, criada em 1831, por longo tempo preferida pela elite, é extinta em 1918, deixando de fazer sombra ao Exército Brasileiro. Conhecida como a guarda burguesa, possui destacamentos em várias cidades brasileiras, recrutando apenas cidadãos que ganhem em torno de 200 mil réis nas grandes cidades e 100 mil réis no campo. Assim, nenhum membro da elite que deseje seguir a carreira militar escolhe ingressar nas fileiras do Exército, mas sim na Guarda Nacional. Essa discriminação e marginalização do Exército

⁵⁹ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 304. (grifos do autor).

⁶⁰ Para saber mais, ler: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

gera, em grande parte dos oficiais, uma antipatia contra a classe dominante, visto serem eles, na grande maioria, provenientes de famílias pobres. Como bem salienta Carvalho:

(...) criou-se um verdadeiro divórcio entre Exército e elite civil Marginalizada a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra esta elite, representada sobre tudo pelos políticos.⁶¹

No início dos anos 30, Getúlio Vargas passa a advogar em prol de um nacionalismo que se alastra por todo país, através da propaganda exacerbada em favor do regime, da valorização das paradas cívico-escolares e dos símbolos nacionais, da repressão ao inimigo interno, da censura e dos mecanismos administrativos de controle. O golpe, deflagrado em 10 de novembro de 1937, é a consolidação efetiva de um novo governo, orientado ideologicamente para o nacionalismo, cujos princípios, elaborados por Francisco Luís da Silva Campos, então ministro da Justiça, fundamentam a nova Constituição brasileira.

A Constituição de 1937, conhecida como *a polaca*, devido à similaridade com a constituição polonesa, encerra os objetivos almejados por Getúlio em termos de reestruturação política do Brasil. As liberdades são extintas, assim como os partidos políticos, pois segundo Campos:

O resultado infalível das democracias de partido, que nada mais são virtualmente do que a guerra civil organizada e codificada. Não pode existir disciplina e trabalho construtivo num sistema que, na escala dos valores políticos, subordina os superiores aos inferiores e o interesse do Estado às competições de grupo.⁶²

O argumento utilizado pelos teóricos para justificar o desfecho de tal golpe é justamente a desordem em que se encontra o País, com a vigência da política *café com leite*. O coronelismo sobrepõe o regional ao nacional⁶³, de tal forma que o governo federal acaba por perder seu eixo, o que torna premente, acreditam, intervir por meio de forte centralização de forma a mais rapidamente conter os desmandos ocasionados pela estrutura organizacional da República Velha. Como explica Amaral:

⁶¹ CARVALHO, op. cit. nota 38, p. 22.

⁶² CAMPOS, Francisco. O estado nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 39.

⁶³ Angela Castro Gomes, na obra *Regionalismo e centralização política*, esclarece como o Brasil, na década de 30, evoluiu politicamente de um regime de força para um regime de direito. A força estava nas mãos das oligarquias, dos coronéis que por imposição de sua vontade dirigiam a política nacional. A revolução de 30 com o auxílio dos tenentes, assumiu proposta centralizadora e aos poucos retirou o poder local e regional e o transferiu para o governo federal. Instalou-se um regime intervencionista, burocrático e constitucionalista.

O golpe de 10 de Novembro representou, em tais circunstâncias, uma iniciativa do chefe da nação para precipitar, com a urgência que o caso exigia, a mutação política que se tornara não apenas imperiosamente necessária, mas inevitável. A ordem que existia tinha forçosamente que ruir. A alternativa que se apresentava ao Brasil era apenas de uma escolha entre a derrocada da democracia liberal, em condições que permitissem a ocorrência de uma situação de anarquia e de desintegração nacional, e a substituição do Estado corrompido, que se desarticulava, por uma nova ordem baseada nas realidades do meio brasileiro e capaz de proporcionar à nação os meios de salvar-se e de iniciar pela primeira vez uma obra de organização política e econômica racionalmente orientada.⁶⁴

A nova ordem, baseada na realidade do meio brasileiro, de imediato outorga uma lei de Segurança Nacional, mobilizando todo País com a aspiração de ordem e disciplina. Seu objetivo é fornecer ao poder executivo as bases jurídicas e legais de contenção das manifestações contrárias ao novo *status quo*, possibilitando a repressão de todas as iniciativas contrárias ao Estado Novo. É o estado de polícia, assim justificado por Campos:

Podemos dizer que o problema da ordem deixou de, graças a um modelar aparelho repressivo – sem excessos, mas sem desfalecimentos – de ser o fantasma que tolhia qualquer iniciativa proveitosa para o país. Os crimes contra o Estado são punidos com rapidez, serenidade e isenção de ânimo. Como estamos longe do tempo em que processos desta natureza levaram três, cinco, dez anos para resolver-se.⁶⁵

E o nacionalismo emerge fundamentalmente em nome da modernização dos meios, da transformação de um País essencialmente agrícola em um modelo de desenvolvimento, capaz de suprir suas próprias necessidades, inspirado em um dos grandes expoentes do PRR, Getúlio Vargas, que, para alcançar seus fins, serve-se das causas internacionais, como a oposição ao liberalismo, e do inimigo interno, configurado pelos caudilhos e comunistas. Os aspectos positivistas, de ordem, progresso, ética, moral e crescimento industrial são alguns pontos teóricos conservados na consolidação do nacionalismo. Segundo Carvalho:

Os autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, elaboraram com clareza o que estava em gestação: o Estado deve assumir a tarefa de organizar a Nação, de modernizar o país. Era o programa da modernização conservadora assumido plenamente pelo regime surgido após 1930, no qual os militares e técnicos tiveram grande participação.⁶⁶

Ora, para alcançar as proposições do Estado Novo, faz-se necessário o aumento do poder militar, de tal forma que o Exército possa figurar como defensor do regime

⁶⁴ AMARAL, op. cit. nota 54, p. 78.

⁶⁵ CAMPOS, op. cit. nota 62, p. 126.

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 126.

constituído. Daí a importância de se federalizar as forças paralelas, o que, aliás, justifica as ofensivas do nacionalismo em direção ao poder oligárquico dos coronéis. As brigadas militares são compostas, em sua essência, por indivíduos melhor instruídos e armados do que os do Exército, que, além disso, defendem interesses regionais. Um outro exemplo de poder local, além da Brigada Gaúcha, é a Força Estadual de São Paulo.

É preciso ter presente que o nacionalismo é pensado exatamente sob a égide dos problemas a serem resolvidos para que se alcance um determinado patamar de *segurança nacional*. É, nesse contexto, que a força terrestre brasileira atinge sua modernização e passa a alimentar o poder político. Para que melhor se possa entender a posição de relevância destinada às Forças Armadas pelo pensamento nacionalista brasileiro, destacam-se os principais pontos da doutrina militar do Estado Novo, de acordo com Coelho:

1. As Forças Armadas são órgãos essencialmente políticos.
2. Ao invés de fazer a política nas Forças Armadas, deve-se fazer a política das Forças Armadas.
3. Os princípios da organização militar devem reger a reorganização nacional. Isto é, não são modelos políticos, mas modelos organizacionais os mais adequados para a reorganização nacional.
4. Reorganizada a Nação nestes moldes, o Estado haverá de ter perfil centralizado e a Nação haverá de ser movimentada por governos fortes apoiados basicamente nas Forças Armadas.
5. Tais princípios de reorganização nacional haverão de disciplinar a sociedade civil além de permitirem o máximo rendimento nas diversas áreas de atividade nacional.
6. No binômio Segurança – Desenvolvimento, o primeiro termo deve ser entendido como um “fator de produção” indispensável ao desenvolvimento. E cabe à organização militar produzir este fator. A capacidade da organização militar em produzir eficientemente este fator de função do nível de desenvolvimento da Nação. Daí advém a necessidade de participação crescente da organização militar na formação de políticas substantivas relacionadas ao Desenvolvimento.⁶⁷

Os princípios gerais que passam a reger as Forças Armadas, em especial o Exército, apontados em Coelho, demonstram e comprovam sua ascensão enquanto força armada, força política e também instituição a serviço do governo federal. Uma vez banidos os inimigos paralelos – a guarda nacional e as brigadas estaduais –, o exército entra em fase áurea de projeção social. O profissionalismo ocupa as fileiras militares e o soldado-cidadão cede espaço ao soldado profissional. Como enfatiza Mc Cann:

⁶⁷ COELHO, op. cit. nota 52, p. 166-167. (grifos do autor).

(...) in the first two decades of the new century, the professional soldier embraced the citizen-soldier idea as a vehicle to reform the army. This reform in turn would lead to a widening of the army's influence, power, and roles.⁶⁸

Aqueles que, segundo a Constituição brasileira, devem ser concebidos como aliados do Exército, constituem-se, na verdade, em inimigos, principalmente as forças públicas estaduais, porque defendem os interesses oligárquicos regionais. A imagem do regionalismo, com toda sua estrutura coronelística, concentra-se na importância conferida à força armada local.

Ora, a ação das brigadas ou forças estaduais é em prol dos interesses do governo local: elas somente atuam favoravelmente e em conjunto com o Exército se receberem ordens para esse fim do governador ou do coronel e, não, do presidente da República. Assim, o Exército e a Guarda Nacional são, na ocasião, de fato, as únicas forças que representam os interesses do governo central, sendo que o segundo possui um reduzido contingente de elite, que faz franca oposição ao Exército.

Com essa centralização política, fundada ideologicamente no nacionalismo, que passa a figurar como meta primordial do estado, há um paulatino esvaziamento do controle regional, que atinge seu ápice com a nacionalização das forças públicas regionais e o surgimento do Exército como força máxima, com preparo técnico e material. O civil fardado, integrante de suas fileiras, cede espaço ao homem de tropa preparado, adestrado e bem equipado, a serviço dos interesses nacionais.

O soldado-cidadão desaparece, porque o ideal militar passa a ser o profissionalismo e a especialização em cada um dos setores relevantes para o estado. A MMF é contratada justamente com a finalidade de instruir o Exército Brasileiro.

Em 1920, quando os franceses começam seu trabalho de instrução, a Guarda Nacional já está extinta, mas as brigadas estaduais ainda existem como forças antagônicas. As questões e/ou cisões internas são enormes, pois, além das brigadas estaduais, o Exército também tem que enfrentar as insurreições dos jovens tenentes, fato que divide os militares em duas facções.

Quando os franceses chegam no Brasil, doutrinariamente o Exército está embasado no positivismo, tendendo ideologicamente para o nacionalismo. O avanço científico e a

⁶⁸ MC CANN, op. cit. nota 39, p. 510.

defesa nacional são questões que caminham lado a lado na Primeira República brasileira. Mônica Lessa destaca:

(...) ciência e nacionalismo fazem par neste período entre 1870 e os anos 1920. De mais a mais a preponderância das relações científicas internacionais e a concorrência entre as potências.⁶⁹

No início do século XX, intensifica-se a busca pelo aprimoramento científico e, conseqüentemente, a influência das nações mais avançadas sobre as demais. O domínio dos conhecimentos técnicos em vários setores e a propaganda sobre a detenção desse poder leva muitos países à expansão econômica e cultural. O Estado Novo tem como meta o progresso científico e, nesse contexto, procura desenvolver uma política modernizadora de cooptação das forças internas da nação. A cooptação política em nome do avanço industrial do Brasil se dá via corporativismo. A nova elite político-militar que se instala no poder, ao propor a união do país, centraliza todas as decisões e utiliza o estado como meio de execução das reformas que julga pertinentes. O corporativismo de estado, ocorrido no Brasil durante o Estado Novo, é assim caracterizado por Stepan:

O corporativismo se refere a um conjunto de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação dos interesses. Onde predominam tais disposições, o Estado muitas vezes concede privilégios ou até cria grupos de interesses, tenta regular o seu número e lhes dá a aparência de um monopólio quase representativo juntamente com prerrogativas especiais. Em retribuição por essas prerrogativas e monopólios o Estado exige o direito de controlar os grupos representativos por uma variedade de mecanismos a fim de desencorajar a expressão de exigências conflitantes “estreitas”, com base na classe.⁷⁰

O controle que o estado mantém sobre os grupos e/ou indivíduos atenua-se positivamente pela propaganda ideológica homologada pelo nacionalismo. O Estado Novo é considerado por Azevedo Amaral como autoritário e democrático. Na sua concepção, não há antagonismo entre autoritarismo e democracia: o que vigora é o nacionalismo e as ações do indivíduo submetem-se ao poder público. A união nacional ocorre via coletividade em geral, que é vigiada para evitar que suas formas de expressões resultem em uma ameaça ao governo. Como ressalta Amaral:

⁶⁹ LESSA, Mônica Leite. *L'influence intellectuelle française au Brésil: contribution à l'étude d'une politique culturelle (1885-1930)* (tese de doutorado). Paris: Université Nanterre, Paris X, 1997. v.1 et v2. p. 458.

⁷⁰ STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 71.

O estado autoritário sendo essencialmente nacional, o que equivale a dizer que ele e a nação constituem pela sua união consubstancial um todo perfeito e indissolúvel, desobedeceria aos imperativos do instinto de conservação nacional se tolerasse qualquer atividade política dirigida contra a sua existência, estabilidade e pureza.⁷¹

O autoritarismo, para Azevedo Amaral, não possui a leitura do ditatorial, do opressor ou do tirânico. A forma como a propaganda do governo estadonovista é trabalhada na sociedade faz o regime angariar muitos adeptos em todas classes sociais, independentemente dos interesses intrínsecos de cada setor. As idéias dos intelectuais nacionalistas são imprescindíveis para a organização do sistema controlador estadonovista: ao serem incorporadas como ideologia de governo, passam a sustentar as bases de um estado ditatorial. O autoritário, o corporativo e o cooptativo são interpretados sob a ótica nacionalista, e justificados por si próprios. Toda atitude controladora do governo é realizada e justificada em nome da defesa e da organização nacional: assim, as liberdades não são banidas, pois o cidadão age na defesa de interesses nacionais, almejados por toda a coletividade. Segundo Amaral:

Aparentemente, a doutrina da constituição imprime um certo aspecto de precariedade às liberdades individuais, colocadas todas na dependência das reações que possam vir a ter sobre o interesses comum da sociedade. Mas essa precariedade é apenas ilusória e na realidade o estado autoritário não restringe nenhuma liberdade, mas apenas adapta o exercício das atividades de todo gênero que cada um tem de atenuar espontaneamente sem comprometer o funcionamento eficiente da organização nacional.⁷²

O indivíduo pode agir com liberdade, desde que não contrarie o estabelecido pelo novo regime. Para Francisco Campos, idealizador da nova Constituição, a existência dos partidos e a disputa eleitoral travada por eles constitui-se em uma guerra civil organizada e codificada. O crescimento da Nação advém do regime nacionalista, que, ao impor ordem, assegura o bem comum da coletividade. Veja-se como Amaral se manifesta acerca da existência dos partidos políticos: “Ele se tornara um instrumento de divisão do país, quando os antagonismos de superfície, assim gerados, traziam em sobressalto constante, perturbando o seu regime de trabalho”.⁷³

O Estado Novo elimina os partidos políticos, instala um governo central autoritário e estende seu domínio através da propaganda nacionalista, veículo de condução das idéias

⁷¹ AMARAL, op. cit. nota 54, p. 115.

⁷² id., ib., p. 150.

⁷³ CAMPOS, op. cit. nota 62, p. 39.

de defesa nacional e garantia de respaldo e apoio popular às medidas de Vargas. Ocorre, no período, uma verdadeira cooptação política, fundada na neutralização da ação e na participação dos brasileiros na construção e sustentação do Estado Novo. Segundo Tavares:

Cooptação política é o processo pelo qual o Estado, através da superposição de níveis de mediação na participação política das forças sociais, consegue absorver e socializar os atores potencialmente representativos das diferentes forças da sociedade civil, dos interesses parciais e contrapostos em direção aos quais se movimentam aquelas forças, e do conflito social que entre elas conseqüentemente se instala.⁷⁴

Os indivíduos mais ativos e não cooptáveis, ou seja, os descontentes com o regime são então enviados ao exílio ou às prisões, denunciados pelos próprios cidadãos, devido à forte doutrinação das idéias nacionalistas. Vargas manipula as categorias sociais pelo populismo, concedendo aos cidadãos benefícios e direitos que, em verdade, se constituem nos deveres que ao Estado, por obrigação, cabe assegurar à população. Guerreira Ramos compara Getúlio a um líder bonapartista pela maneira como sabe se aproveitar da política populista. Conforme Ramos:

Quando um governo se põe acima da sociedade política, considerando-se livre de vinculações partidárias, verifica-se o quadro de bonapartismo (...). Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, por cima das classes, por cima dos partidos, busca o apoio direto do povo.⁷⁵

O projeto do Estado Novo é organizado em nome da defesa nacional e da modernização do Brasil. O poder centralizado extingue, então, os partidos políticos e reprime toda manifestação contrária, ou de esquerda. Conforme discurso de Getúlio Vargas,

A Nação regozija-se ao ver os seus defensores unidos e alheios das competições políticas, que só servem para dividi-los e enfraquecê-los, e acompanha, confiante, o nobre empenho com que se devotam às lidas do aperfeiçoamento profissional e ao estudo dos grandes temas da nossa defesa.⁷⁶

Essa *modernização conservadora* implantada no País sustenta-se ideologicamente pelo nacionalismo, contando também com o apoio da igreja católica. As relações entre a igreja e o estado brasileiro, cindidas em 1889, com a proclamação da República e o surgimento do casamento civil, são restabelecidas em 1933, quando Vargas institui o

⁷⁴ TAVARES, José Antonio Giusti. A estrutura do autoritarismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 145.

⁷⁵ RAMOS, Guerreira. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 37.

⁷⁶ VARGAS, Getúlio. In: Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938. p. 198.

catolicismo como a religião oficial do País. A igreja, em concordância com o governo, estende, na década de 30, sua influência nas escolas públicas, com o ensino religioso facultativo.

Vargas, com o apoio da igreja, o embasamento doutrinário nacionalista e a federalização das brigadas estaduais, que deixam, portanto, de representar a ameaça de condução de um representante regional ao poder, passa a apostar na aliança com o Exército, que, em 1937, aparelhado e profissionalizado, serve de sustentação à implantação do Estado Novo. Segundo Góes Monteiro:

O liberalismo dissolvia as energias, cegava o povo e paralisava as reações. Esse liberalismo criminoso foi varrido porém, com o assentimento das Forças Armadas e, como primeiro passo para o ressurgimento do Brasil, foram instituídas as bases de um regime orgânico, destinado a exigir dos brasileiros a contribuição que cada um seja capaz de dar à obra de engrandecimento da Pátria.⁷⁷

A obra de engrandecimento da pátria, como defende Góes Monteiro, faz-se a partir da inclusão das Forças Armadas dentre as metas centrais do governo Vargas, o poder armado como instrumento de sustentação do regime, mas, em troca, com espaço de exercício de uma participação política. O Estado Novo promove a nacionalização do Exército. Como afirma Tavares:

Concretamente, a tarefa de atualizar o pressuposto crucial do monopólio da coerção, deveria consistir na nacionalização do Exército, isto é, na edificação de uma burguesia militar, hierarquizada e disciplinada, dotada de um potencial de força armada, que deveria ser ao mesmo tempo imposta, do centro à periferia do sistema político, e consensualmente reconhecido pelas dirigentes latitudes do país, como a agência única no Exército do monopólio estatal da coerção sobre a totalidade do território nacional.⁷⁸

Pode-se, nessa perspectiva, afirmar que o Exército desempenha uma dupla função no governo estado novista: a de força de apoio e de elemento de coerção nacional. Partindo desse pressuposto, busca-se, então, identificar a forma de estruturação interna da força, estudando as doutrinas militar e de guerra, o planejamento estratégico e a influência interna e externa sofrida pelo Exército para emergir, em pouco tempo (sete anos), como uma poderosa arma de repressão e consolidação do regime ditatorial instalado no País.

⁷⁷ MONTEIRO, Góes. In: Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938. p. 168.

⁷⁸ TAVARES, op. cit. nota 74, p. 122-123.

3 Doutrina militar: âmbito de atuação

3.1 Doutrina militar: conceitos e definições

O termo *doutrina*, de maneira geral, remete ao “ensino ou aprendizado do saber”.¹ Com o tempo, no entanto, seu conteúdo foi-se alargando, de modo a abrigar entre seus sentidos o de “conjunto de teorias, noções e princípios, coordenados entre eles organicamente, que constituem o fundamento de uma ciência, de uma filosofia, de uma religião”.²

Tendo por base essa acepção mais ampla de *doutrina*, que comporta o conjunto de princípios e noções a respeito de um referido tema, passa-se a analisar as definições de doutrina militar, extraídas de textos elaborados por militares, que, como se pode ver, não ficam muito distantes dessa acepção, antes citada. Para Fragoso, doutrina militar é:

Um conjunto de elementos básicos, de princípios militares de guerra adequados, processos e normas de comportamento que sistematizam e coordenam as atividades do Poder Militar da Nação, para realizar as ações estratégicas e táticas, a fim de fazer face às hipóteses de Guerra admitidas.³

Segundo Fragoso, a doutrina militar é um conjunto de princípios militares que tem por finalidade garantir a segurança da nação diante das hipóteses de guerra pré-estabelecidas. Dessa maneira, Fragoso, ao propor sua definição, agrega o termo *hipótese de guerra*, atualizando a necessidade de distinção conceitual entre a *doutrina militar* e *doutrina de guerra*, de forma a melhor compreender a relevância de cada uma dessas definições, que podem, posteriormente, ser articuladas, quando agem em conjunto. Segundo o coronel Nemo, integrante do exército francês do início do século 20, a noção de doutrina baseia-se:

¹ BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: UnB, 1999. v. 1, p. 381.

² id., ib., p. 382.

³ FRAGOSO, Augusto. A doutrina militar brasileira: bases para sua formulação. Rio de Janeiro: ESG, 1959. p. 04.

- de um lado, em dados sociológicos que definem a posição da guerra na vida das sociedades e em dados filosóficos e morais que justificam, legitimam e codificam o seu emprego;
- de outro lado, na estimativa, obrigatoriamente subjetiva, da relação entre o potencial amigo e o do adversário, avaliados ambos com precisão desigual, segundo normas apropriadas.⁴

O Coronel Nemo, ao ministrar conferência aos oficiais franceses das academias militares, assim propõe o conceito de doutrina militar:

A doutrina é, antes de tudo, uma definição das formas prováveis da guerra e um conjunto de preceitos – deduzidos logicamente da avaliação da estrutura social, da mentalidade do povo, dos recursos demográficos e materiais, e da situação em armamentos do país.⁵

Parece importante, nesse momento, estabelecer com clareza a diferença de conceituação entre essas duas expressões – *doutrina militar* e *doutrina de guerra*. Sendo ambas, como qualquer doutrina, um conjunto de princípios, o que as distingue, no caso, é justamente a sua finalidade e emprego. A doutrina de guerra trata especificamente do uso das estratégias e táticas, em uma situação de beligerância; a doutrina militar, seria uma doutrina de execução tendo em vista o emprego que se teria atribuído às forças armadas na doutrina de guerra. De acordo com Nemo, eis a diferença substancial entre esses dois tipos de doutrina:⁶

	Doutrina de guerra	Doutrina militar
Finalidade	- Definição das formas gerais de guerra; - Precisão das tarefas a serem executadas pelos diferentes meios de guerra; - Fixação das regras gerais de combinação dos meios.	- Determinação das regras práticas sobre a atuação das forças armadas, no quadro geral das atividades de guerra de uma coligação e, mais particularmente, de um país.

Examinando os conceitos abordados por Nemo e a sua tentativa de distinção entre as doutrinas de guerra e militar, conclui-se que o referido coronel não trata com profundidade o tema. Uma vez estabelecida a conceituação de doutrina, é imprescindível distinguir a doutrina militar da doutrina de guerra, pois, em tempos de paz, o que vigora é a doutrina militar, que, aliás, se mantém ativa também em tempos de guerra; já a doutrina de guerra é pontual: só tem aplicação em caso de guerra.

⁴ NEMO. Sugestões para o estabelecimento de uma doutrina. Mensário de Cultura Militar, Rio de Janeiro, XI, n. 126, p.22, jan./fev. 1959.

⁵ id., ib., p. 22.

⁶ id., ib., p. 33.

A doutrina de guerra, por sua vez, é constituída pela estratégia e tática: no interior desses dois movimentos, é planejado o teatro de operações, são determinadas as forças a serem mobilizadas, os meios disponíveis para o ataque e/ou a defesa, de acordo com as prováveis hipóteses de guerra.

A doutrina militar considera os planos de ações da doutrina de guerra e exercita cotidianamente a força para o desempenho das funções esperadas, em caso de conflito. Ora, o quadro comparativo antes citado, oferecido por Nemo, pouco diz sobre o caráter das doutrinas e, principalmente, sobre o ponto de corte que existe entre elas.

A doutrina militar é muito mais que um conjunto de regras práticas, embora esteja consubstancialmente subjacente aos regulamentos militares, como o francês superficialmente cita; ela reflete o pensamento da época, as preocupações, os interesses, a organização administrativa do exército, a mobilização, a disponibilização dos meios, a compra de material, a instrução, as conferências, os cursos, enfim, todo envolvimento diário da força. A doutrina militar fornece as bases para a doutrina de guerra e esta, por sua vez, passa a orientar a doutrina militar, havendo entre elas uma relação de complementaridade.

Em tempos de paz, o exército trabalha e prepara-se para o tempo de guerra: a finalidade de todo exército, por mais pacífica que seja a política de estado, é a guerra. Daí por que ambas as doutrinas são interligadas, se complementam, e se necessitam mutuamente. Quando se fala em doutrina militar, não se pode deixar de considerar a doutrina de guerra, e vice-versa. E, como são essas doutrinas que regem e orientam um exército, considera-se relevante entender seu significado.

A doutrina de guerra trata de como aplicar os meios disponíveis em caso de conflito armado; ela comporta os estudos estratégicos das ações de guerra em determinado teatro de operações. Tais estudos contêm dados geográficos, estatísticos, de comunicação, de transportes, bem como aqueles referentes à capacidade de pessoal, ao adestramento da força beligerante inimiga, entre outros. São análises de cunho mais pragmático sobre a força e o país ou região em questão.

O termo *forças armadas*, atualmente, comporta a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Mas, a presente tese trata do período compreendido entre os anos 1920 e 1940, quando ainda não existe o que se denomina a Força Aérea. No Brasil, ela só é

fundada em 1941, após a desvinculação entre os aviões do Exército e da Marinha, para a criação de uma nova força.

Na doutrina militar, estão inculcadas as finalidades, a organização e o funcionamento cotidiano das forças armadas. Ela tem um caráter, acima de tudo, nacional, pois parte das preocupações e interesses do estado, pugnando por sua unidade e pela manutenção das instituições. Sua base política sustenta-se no *conceito estratégico militar* (CEM). Conforme Couto e Silva:

No Conceito Estratégico Nacional devem encontrar-se os elementos principais da Estratégia Geral da Nação. O estabelecimento da doutrina militar exige até que se remonte aos fatores que condicionaram esse conceito: valor do poder nacional, as hipóteses de guerra, as áreas estratégicas, as políticas de consecução, os acordos e alianças militares, o conhecimento aprofundado dos inimigos prováveis, o estudo total dos teatros de operações, dos recursos nacionais existentes e dos que podem ser mobilizados.⁷

O *conceito estratégico nacional* abrange a política de segurança nacional e, conseqüentemente, a doutrina militar. Como se verá posteriormente, na metodologia empregada para a formulação da doutrina militar, esse conceito deriva da doutrina de guerra e engloba fatores de maior amplitude, necessários à garantia da segurança nacional. A doutrina militar contém a concepção de guerra, a concepção geral das operações, a finalidade das forças armadas, as bases de organização, os métodos de ensino e de comando. Conforme Ferdinando Carvalho:

A doutrina militar é, em sua essência, uma filosofia de guerra, segundo a qual uma nação orienta a aplicação de suas forças armadas dentro da missão que lhes é atribuída para a consecução dos objetivos nacionais. Essa doutrina rege a atuação das forças militares na multiplicidade de situações com que se podem defrontar, dá os fundamentos para as organizações militares, orienta as normas táticas e estratégicas, dirige o esforço técnico-militar, impulsiona e canaliza a preparação profissional e moral que constituem elementos ponderável do potencial bélico. Assenta-se, para isto, nos princípios de guerra, cuja solidez vem desafiando, através dos tempos, a extraordinária evolução dos meios e as repercussões do progresso científico e industrial.⁸

Essa filosofia de guerra, tal como é conceituada por Couto e Silva, é preparada para intervir, em caso de conflito. Todo exército tem como finalidade a guerra; e sua tarefa, em tempos de paz, é a preparação, a instrução e o adestramento da tropa para agir em caso de

⁷ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Marechal Castelo Branco: seu pensamento militar (1946-1964). Rio de Janeiro: ECEME, 1968. p. 246.

⁸ CARVALHO, Ferdinando. Bases da evolução das Forças Armadas: doutrina, documentação. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, L, v. LXXV, p.96, jan/jun. 1963.

conflito. Com esse objetivo, a doutrina militar aponta uma hipótese de guerra e, a partir dela, define a estratégia e a tática a serem empregadas. Trata-se, aqui, de hipótese de guerra no singular, mas cabe lembrar que pode haver mais de uma hipótese de guerra, correspondendo às pretensas nações inimigas.

A hipótese de guerra é a suposição mais provável a respeito de uma nação, como pretensa inimiga. Os estudos da defesa nacional são elaborados a partir dessa probabilidade. Identificados os possíveis inimigos, traçam-se os planos de guerra, alicerçados respectivamente nas doutrinas de guerra e militar, pois a “fixação da hierarquia das hipóteses de guerra é uma decisão-chave para o planejamento da segurança nacional”.⁹ Para cada perigo iminente, deve haver uma hipótese de guerra. Como afirma Couto e Silva:

Admitindo que se tenha chegado, pela análise da conjuntura, a discernir quais os antagonismos que poderão conduzir à guerra-seja externa, seja interna – a tais antagonismos corresponderão, portanto, hipóteses de guerra a considerar no planejamento.¹⁰

O grau de urgência ou de hierarquia de uma hipótese de guerra permeia os objetivos nacionais permanentes, tais como o fortalecimento do poder nacional, a neutralização ou redução de antagonismos e a própria ampliação dos objetivos nacionais. É a partir da hipótese de guerra que se estruturam a defesa e os planos de ação, com implicações decisivas sobre o emprego das forças. As hipóteses são formuladas com base nas relações de amizade ou inimizade do país, considerando questões ou pendências anteriores, que tenham ficado no passado, ou se perpetuado até o momento presente. Segundo Couto e Silva:

A enumeração das possibilidades do inimigo indicará, portanto, as ações de caráter dominante que ele poderá levar a efeito, definindo-lhes a natureza, valor, origem e zona de incidência, prazos críticos respectivos, finalidade específica, grau de probabilidade e quaisquer outros condicionamentos que possam precisar, além de, se for o caso, o relacionamento que entre elas exista ou mesmo seu desdobramento no espaço e no tempo.¹¹

O que se planeja é um ataque ou contra-ataque, face à hipótese de guerra que ameaça a segurança da nação. Prepara-se uma guerra preventiva, adestrando e mobilizando

⁹ COUTO E SILVA, Golbery. Planejamento estratégico. Brasília: UnB, 1981. p. 44.

¹⁰ id., ib., p. 38.

¹¹ id., ib., p. 148.

todos os meios materiais e humanos, para uma pretensa ação beligerante que, na realidade, pode nunca ocorrer, ficando apenas no campo da observação hipotética.

A finalidade primeira das forças armadas é a guerra. A doutrina militar estrutura o corpo de princípios e operações para cumprir essa finalidade. Os treinamentos militares servem como aplicação das regras codificadas pela doutrina. Como bem elucida Castelo Branco:

A Doutrina Militar Brasileira necessita codificar “regras gerais” aplicáveis em possíveis operações e que dêem uma fisionomia da forma da guerra. Serão normas, no plano estratégico e mesmo no domínio tático, para as nossas forças armadas e para brasileiros, face eventualmente, a adversários prováveis.¹²

A política nacional é quem fornece as regras para a formulação da doutrina militar. A definição da doutrina militar de uma nação é consequência da escolha sobre seu ritmo de desenvolvimento econômico, científico e social.¹³ Um exército sem doutrina é um peso morto, improdutivo e oneroso para o país, pois não possui função, planejamento e estratégia para colocar em ação, no caso de operações militares. O exército sempre esteve na dependência do estágio de civilização da sociedade e da capacidade de seus dirigentes políticos.¹⁴ A análise dos problemas relativos à defesa nacional deve partir do político e do militar concomitantemente, para que sejam traçados planos de defesa a serem aplicados na vida cotidiana nos quartéis.

Um planejamento estratégico é elaborado, tomando como fundamento o estudo dos meios econômicos, dos meios de segurança, da disciplina intelectual e dos meios de mobilização e logística militar de uma nação. O objetivo do planejamento estratégico é a colocação em prática dos meios mais eficazes de vencer o pretenso inimigo:

O Planejamento Estratégico Militar visa à previsão de ações que se contraponham aos antagonismos, pressões e, particularmente, às pressões dominantes, de origem externa ou interna, que se manifestem ou possam manifestar no domínio das relações internacionais ou no campo interno e que só possam ser neutralizados ou reduzidos pelo emprego dos meios preponderantemente militares.¹⁵

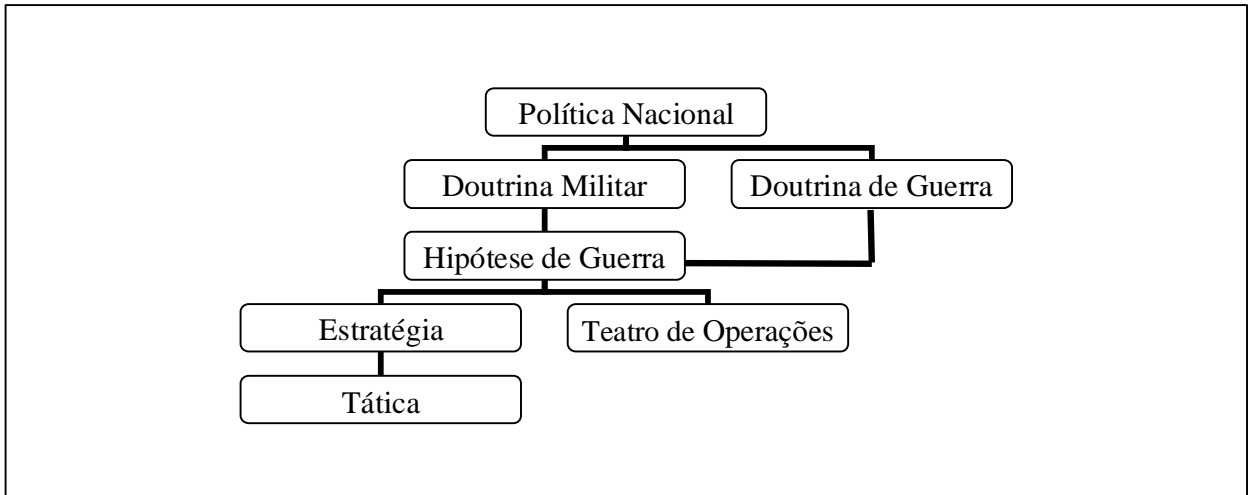
¹² CASTELO BRANCO, op. cit. nota 7, p. 257.

¹³ BERTRAND. Pour une doctrine française. Paris: Gallimard, 1965. p. 19.

¹⁴ CASTELO BRANCO, op. cit. nota 7, p. 230.

¹⁵ ESG. Doutrina militar brasileira. Rio de Janeiro: ESG, 1983. p. 127.

O quadro-síntese que segue procura estruturar os conceitos trabalhados e as distinções detectadas entre a doutrina de guerra e a doutrina militar:



Definidos os conceitos de doutrina implicados neste trabalho, passa-se a examinar o método aplicado na formulação de uma doutrina militar. Quais as preocupações do estado e do exército, ou das forças armadas, para a formulação da doutrina? Qual a diferença entre doutrina de guerra e doutrina militar? O que é planeamento estratégico? Como é vista a segurança nacional na perspectiva da doutrina militar? O que é área estratégica e como pode ser definida? Essas, entre outras questões, são pertinentes para o entendimento do percurso adotado por este trabalho. Posteriormente, será ainda analisada a hipótese de pretenso inimigo externo do País, que não só justifica internacionalmente a vinda da MMF para o Brasil, como define uma área de atuação para as manobras operacionais do Exército.

A desestruturação interna, a falta de preparo, a falta de efetivo e os escassos armamentos também explicam a vinda de estrangeiros para trabalhar no adestramento militar, mas o inimigo externo é um fator impulsionador do preparo e desenvolvimento da força de terra. Se a finalidade maior de um exército e das forças armadas é a guerra, então como analisar o pretenso inimigo brasileiro que, em 1919, põe a força de terra em alerta e influencia os planos de defesa nacional, tanto na área estratégica, como na estruturação e divisão das grandes unidades?

3.2 Formulação de uma doutrina militar: metodologia de análise

Distinguidos os conceitos de doutrina militar e de guerra, busca-se nesta secção identificar a metodologia empregada pelos militares para definir os princípios da doutrina que melhor se adapte aos interesses nacionais. Para examinar o tema, parte-se da visão defendida pela Escola Superior de Guerra. Para ela, a finalidade maior de uma doutrina militar é orientação para a organização da força e, concomitantemente, para o preparo e emprego das Forças Armadas. O exército, antes de elaborar qualquer princípio, faz um estudo aprofundado das capacidades e do pensamento nacional. Avaliar a estrutura social, por exemplo, implica muitos fatores que se desdobram durante essa análise, tais como, entre outros, a renda *per capita*, a divisão de renda, a divisão de classes.

Para se chegar à mentalidade do povo e elaborar um discurso convincente a ser aceito pela maioria, é necessário saber das carências, exigências e expectativas dos indivíduos, além de deter todo um conjunto de informações de caráter geoeconômico que passam pelo domínio de conhecimentos sobre o potencial hidrográfico, vegetação, termoeletricas, transportes, recursos industriais, entre outros. A história da política internacional é um dos maiores aliados para o desenvolvimento da doutrina, e são as questões de atrito com os pretensos inimigos continentais ou extracontinentais que fornecem a hipótese de guerra, um dos sustentáculos da doutrina militar.

No objetivo de identificar um corpo de doutrina, parte-se de estudos tático e técnico, da ação dos agrupamentos, da tática geral empregada, do campo inimigo: terrenos, meios, efetivos, grau de instrução e outros. “O inimigo pode apresentar-se de uma infinidade de maneiras; ele dispõe de meios dos quais se ignora a força exata”.¹⁶ É impossível prever as ações de guerra do inimigo, “nenhum estudo, nenhum raciocínio pode revelar com certeza o que ele é, o que será, o que ele faz e o que vai fazer”.¹⁷ Dadas as dificuldades, é importante que todas as variáveis possíveis sejam analisadas. Como afirma De Gaulle:

Assim, pois, aplicando as diversas categorias de variáveis – o inimigo, o terreno, os meios -, suas faculdades ordinárias de imaginação, de raciocínio, de julgamento, de memória mesmo, recorrendo aos procedimentos de exame que lhe

¹⁶ DE GAULLE, Charles. O fio da espada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 29.

¹⁷ id., ib., p. 31.

são peculiares – dedução, indução, hipótese-, a inteligência abraça essas variáveis, as estuda, as põem em ordem.¹⁸

A concepção geral de guerra, para ser organizada, precisa necessariamente responder às seguintes questões: como as forças armadas devem estar organizadas? Como devem ser preparadas? Como devem combater? Pois, como explica Ferraz Filho, a doutrina está diretamente relacionada ao poder de emprego da força, e depende de seu potencial:

Condicionada ao campo da prática, e não da “teoria”; da ação concreta e objetiva e não da especulação abstrata e subjetiva, a Doutrina é evolutiva e adaptável às circunstâncias, às novas técnicas, aos meios disponíveis e às condições conjunturais.¹⁹

A doutrina é normativa, conjuntural e evolutiva. Ela acompanha todas as evoluções realizadas no campo técnico-científico, como, por exemplo, a modernização da aviação, com a implementação de aviões supersônicos e invisíveis aos radares, a possibilidade de reabastecimentos em vôo, entre outros. A doutrina, além de regulamentar e organizar o exército, também analisa as condições e o preparo do inimigo, embora esteja ciente de que as ações de guerra do outro não podem ser previstas em sua íntegra, pois é impossível avaliar as surpresas e formas de resistência que o adversário pode oferecer. De acordo com Castelo Branco:

Uma doutrina militar forma um corpo de princípios, e processos, retirados quase sempre de dados de uma teoria, ou de várias teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de nação para organizar suas forças, prepará-las para a guerra, levá-las a operações admitidas e previstas. Além de adaptar dados teóricos, pode ainda criar elementos doutrinários próprios, tendo em vista atender particularidades da nação e de seus prováveis contendores.²⁰

As doutrinas militares e de guerra precisam se modernizar, da mesma maneira como ocorre com a indústria bélica. Convém lembrar que a doutrina militar define o emprego das forças armadas, estando, portanto, intrinsecamente relacionada à doutrina de guerra. Ela é, aliás, fundamentada pela concepção de guerra, da qual decorre uma metodologia de orientação, que subjaz ao seu surgimento. Segundo Doufour:

¹⁸ DE GAULLE, op. cit. nota 16, p. 33-34.

¹⁹ FERRAZ FILHO, Lindolpho. Bases fundamentais da doutrina militar. Rio de Janeiro: ESG, 1965. p. 3.

²⁰ CASTELO BRANCO, op. cit. nota 7, p. 245.

Conceber uma Doutrina não será mais que um jogo de idéias, se não se concretizar a existência dos meios que permitem experimentá-la contra a do adversário, e impor-lhe a nossa vontade.²¹

Os princípios gerais que regem a doutrina militar são a conduta, a organização, as ações e os encargos. Ela possui três fases de constituição: a formulação das bases fundamentais; a corporificação, composta pelas regras e normas empregadas nas forças armadas, tais como princípios teóricos, tradição, histórico militar, documentação e literatura; e a aplicação ou fase final, momento em que ela sai do campo teórico e é testada na prática. Como salienta Fragoso:

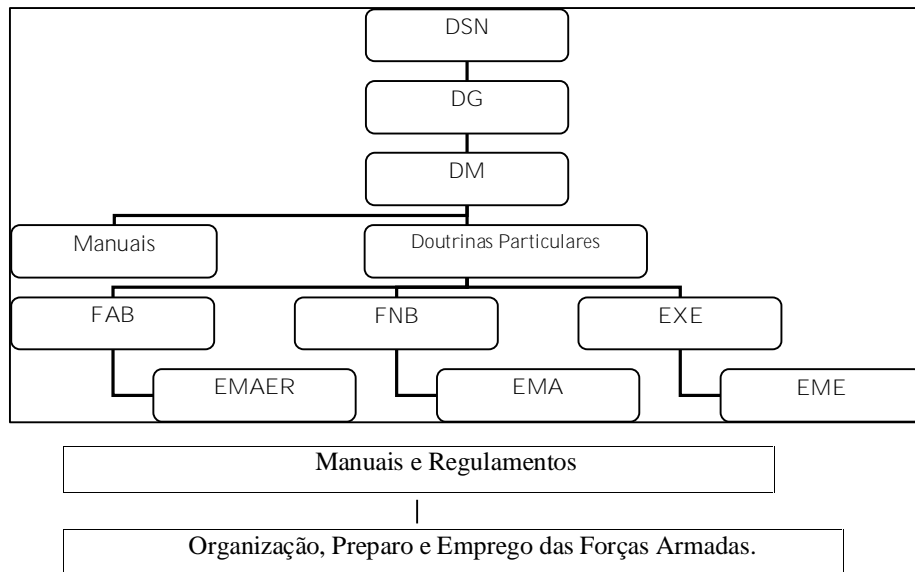
Desse processo surgem as diretrizes, as instruções e as normas gerais, os manuais de campanha, técnicos e de instrução, os regulamentos, programas-padrão, etc, consolidando aspectos relacionados com a aplicação prática, o adestramento e o emprego.²²

Pode-se concluir, a partir desta explanação, que a segunda fase, ou seja, a da corporificação, fornece subsídios para a formulação da doutrina militar e seu emprego no campo prático. Todavia, logo após essa experiência prática no teatro de operações, obtêm-se novos manuais e princípios, que se constituem em um novo conjunto de diretrizes, a ser integrado à fase da corporificação. Ocorre, assim, um movimento circular de idéias, diretrizes que, após serem utilizadas nos campos tático e estratégico, retornam ao campo teórico da corporificação, ao plano de operações.

O plano de operações é o documento estabelecido pelo comandante chefe das operações, que fixa, em linhas gerais, o emprego das tropas mobilizadas, devendo, dessa maneira, respeitar o plano de guerra, elaborado *a priori* pela doutrina militar.

²¹ MIRANDA, Antonio Duarte. Doutrina militar brasileira. Rio de Janeiro: ESG, 1969. p. 24.

²² FRAGOSO, op. cit. nota 3, p. 3.

Doutrinas que regem as forças armadas²³

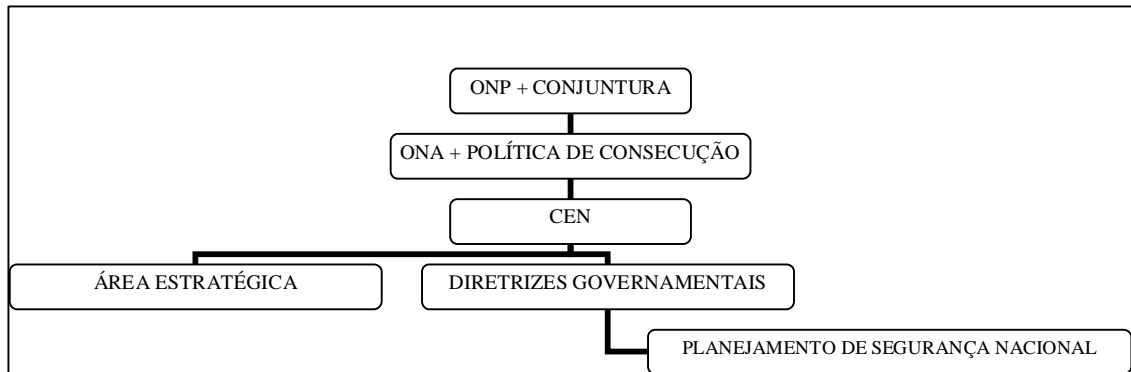
A doutrina militar compreende a concepção de guerra contra um inimigo, que pode ser qualquer outra nação do mundo; a concepção geral de operações envolve princípios e todas as operações em hipótese de guerra: a organização de comando; o adestramento militar; o ensino das forças armadas e a mobilização militar. Em síntese, a doutrina militar comporta conduta, organização, ação e encargos.

Um país pode ter mais de uma hipótese de guerra, dependendo do número de pretendidos inimigos da nação. A estratégia trabalha as ações de força para a neutralização, redução ou superação do antagonismo do pretendido adversário. Quando existem dois ou mais antagonismos, estabelece-se então uma hierarquia na execução das hipóteses de guerra, conforme a iminência de efetivação real da guerra.

Na visão de Couto e Silva, uma nação possui *objetivos nacionais atuais* (ONA) e *objetivos nacionais permanentes* (ONP). Os ONP dependem da conjuntura política, psicológica, econômica e militar do país, enquanto os ONA dependem de política de ação do governo no momento presente. Daí entrar em ação, conforme Couto e Silva, o conceito

²³ MIRANDA, op. cit. nota 21, p. 25. DSN; id., Doutrina de segurança nacional; DG; id., Doutrina de guerra; DM; id., Doutrina militar; FAB; id., Força Aérea Brasileira; FNB; id., Força Naval Brasileira; EXE; id., Exército; EMAER; id., Estado Maior da Aeronáutica; EMA; id., Estado Maior da Armada; EME; id., Estado Maior do Exército. Esta fonte data da década de 60, e tem por base a doutrina militar americana.

estratégico nacional, as áreas estratégicas, as diretrizes governamentais e o planejamento da segurança nacional.



A área estratégica é uma parte física do país, transformada em teatro de guerra nas operações e treinamentos militares, de acordo com a esperada ação e vontade de suposto inimigo. A estratégia, de maneira geral, é, por si só, uma ação militar. De acordo com Couto e Silva:

área estratégica é uma área que, pelo seu potencial estratégico, constitui um campo de aplicação efetivamente útil para uma ação ou ações estratégicas visando à consecução ou, pelo menos, à salvaguarda dos objetivos no Conceito estratégico Nacional.²⁴

O estado é o agente principal na formulação do planejamento da segurança nacional, responsável pela aplicação do poder nacional. A ele estão subordinadas a estratégia, a tática e toda ação militar e dele depende a atuação das forças nacionais: economia e forças armadas. O governo federal tem o direito e também o dever de fixar o objetivo das operações militares e até de destituir chefes militares que demonstrem incapacidade de comandar.

Ao ser elaborada, a doutrina militar considera os aspectos sociológicos da sociedade, por meio da análise dos valores morais, lançando um discurso filosófico que justifique e legitime a preparação para a guerra, ou a guerra real. Segundo Ferraz Filho, “a doutrina militar é deduzida da doutrina de guerra que, por sua vez, deriva da doutrina de segurança nacional”.²⁵ Sua finalidade é oferecer as bases ao emprego das forças armadas, de maneira eficiente, para sua utilização prática na guerra, mantendo a disciplina intelectual e

²⁴ COUTO e SILVA, op. cit. nota 9, p. 203.

²⁵ FERRAZ FILHO, op. cit. nota 19, p. 25.

oferecendo ampla compreensão das operações militares na consciência militar. Dessa maneira, pode-se concluir que a doutrina de segurança nacional, a doutrina de guerra, a doutrina militar e as doutrinas específicas de cada força estão sempre condicionadas ou dependentes da hipótese de guerra, pelo pretense inimigo. Conforme Monteiro:

A doutrina militar, emanada essencialmente da de guerra, é eminentemente objetiva e quase toda codificada em manuais, regulamentos e quadros de dotações. Élan tem como finalidade orientar o preparo das forças armadas para o seu emprego previsto na doutrina de guerra e realizar esse emprego de forma eficiente, coordenada, metódica e disciplinada.²⁶

As doutrinas de guerra, militar e de segurança nacional estão interligadas, sendo interdependentes; a partir delas, são elaborados os manuais e as doutrinas particulares, de cada força, exército, marinha e aeronáutica. A defesa é o maior objetivo da doutrina militar. Ela constitui-se em “um conjunto de decisões e de atos. Pode se conter no âmbito da segurança quando esse âmbito indique a necessidade de ações de defesa”.²⁷ A doutrina de segurança nacional gira em torno de quatro eixos principais: objetivos nacionais, segurança nacional, poder nacional e estratégia nacional. Segundo Comblin:

La Sécurité Nationale est la capacité donné à la Nation par l’Etat d’imposer ses objectifs à toutes les forces qui s’y opposent. (...).
Qu’est-ce qui peut faire les succès d’un concept apparemment si paradoxal? Que l’on ne juge pas trop vite ses défenseurs. Le concept de sécurité nationale devient très opérationnel des le moment où l’on définit l’ennemi. La Sécurité Nationale ne sait peut-être pas très bien ce qu’elle defend, mais elle sait très bien contre qui.²⁸

A formulação das três doutrinas corresponde às bases fundamentais, com seus princípios de guerra, estrutura e finalidade das forças armadas. É o estudo da história militar, das ações estratégicas. A formulação consiste primeiramente em um método de raciocínio. A fase da corporificação compreende a aceitação dos princípios teóricos, aspectos e ensinamentos ligados à tradição histórico-militar. A sua aplicação deve ser executada mesmo em tempos de paz, com vistas ao treinamento das tropas.

²⁶ MONTEIRO, Fausto Carvalho. Fixemos a doutrina militar brasileira. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 563, p.36, jun./jul. 1961.

²⁷ BOAVENTURA, Jorge. A doutrina de segurança nacional. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. Militares: pensamento e ação política. São Paulo: Papyrus, 1987. p.46.

²⁸ COMBLIN, Joseph. Le pouvoir militaire en Amérique Latine: l’idéologie de la sécurité nationale. Paris: Delarge, 1977. p. 41.

A doutrina militar objetiva confere bases ao emprego das tropas nas operações, a fim de obter eficiência prática e conscientizar os oficiais de maneira geral sobre os problemas que tangem às operações militares. De sua essência, deriva a formulação dos manuais de instrução. Como afirma Malan:

Ao formular uma Doutrina Militar, ou melhor, ao reformulá-la (partindo do pressuposto de que ela já existia) é necessário:

- o reexame das idéias e conceitos básicos;
- a reorganização e reequipamento das Unidades Militares;
- a verificação da nova organização em campos de instrução e manobras;
- a reformulação dos manuais doutrinários.²⁹

A instrução é muito importante, pois são das escolas preparatórias que os novos oficiais, após longos estudos de manuais e de conceitos básicos, migram para as mais diversas partes do país. A difusão do conteúdo recebido dá-se em larga escala por toda organização. “O ensino militar, ministrado nas escolas, é a base essencial da eficiência do Exército”.³⁰ A eficiência dos métodos de ensino está proporcionalmente relacionada à qualificação dos militares nos campos de operações, sob a luz da doutrina militar empregada.

Considerando-se todos os fatores que geram e influenciam a doutrina militar, pode-se concluir que ela depende da ação de variados fatores que se interligam, tornando-a flexível e sujeita a constantes mudanças. Sua mais alta finalidade é o fornecimento das bases de emprego das forças militares, a partir das quais passam a atuar a estratégia, a tática, nas áreas estratégicas e em todos movimentos operacionalizados pelas forças armadas. Seus objetivos estão sujeitos às idéias de defesa do estado. Como enfatiza Carr: “Todo o estado no aspecto de poder, está dirigido para a guerra, não como uma arma desejável, mas como uma arma que pode ser necessária como último recurso”.³¹

Para que o exército seja utilizado como um recurso em caso de necessidade, ele precisa estar organizado e apto para o confronto. Deve acompanhar as mudanças na área técnico-operacional e manter seus regulamentos e regras atualizadas, pois são os princípios teóricos que corporificam o exército e fornecem subsídios à doutrina militar e à doutrina de guerra.

²⁹ MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988. p.188.

³⁰ AGUIAR, Alberto Cardoso. Relatório do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: 1919. p.24.

³¹ CARR, Edward Hallet. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: UnB, 1981. p. 110.

O preparo para guerra é realizado considerando a hipótese de guerra, que, por sua vez, define o teatro de operações ou área estratégica e, a partir daí, a estratégia e a tática de guerra. Todos estes fatores compõem o plano de guerra formulado pela doutrina de segurança nacional com o propósito de atender aos objetivos da nação.

O estado é o principal agente do processo que direciona o emprego, o meio e o local de atuação das forças armadas. É quem fornece, de acordo com os objetivos nacionais, as doutrinas de guerra e militar, e a decorrente aplicação dos recursos militares do país, material e humano.

3.3 Influências à doutrina militar francesa

No período entre-guerras, o exército francês ainda pensa e vive de acordo com os meios e as estratégias da Primeira Guerra, a guerra de trincheiras. Sua perspectiva estratégica baseia-se na defesa, e, para tal, prossegue fazendo pesado investimento na Linha Maginot, segundo constatação do *Anuário Militar do Brasil*:

Continua ainda sendo feito o trabalho para a extensão da linha Montmedy ao longo da fronteira belga até o Canal da Mancha, mas ainda serão necessários dois anos para completá-la. Todo o sistema de defesa, que o Estado Maior Geral considera inexpugnável e sobre o qual repousa todo o lado francês de mobilização e o plano de defesa do Estado Maior, custou à França 400 milhões de dólares.³²

Os militares franceses seguem, assim, investindo na Linha Maginot³³. O povo francês, cansado de guerra, passa a fazer campanhas pacifistas. Desacreditando na iminência de uma nova guerra, “o contribuinte recusa-se a financiar grandes despesas de ordem militar”.³⁴ Dessa forma, a defesa nacional francesa passa a agir com passividade, pois o Estado Maior pensa que os investimentos na Linha Maginot seriam suficientes em caso de um ataque. Trata-se de uma estratégia voltada para a defesa.

Como afirma Augusto: “A concepção conservadora e imobilista da estratégia francesa era fundamentada em operações de guerra estática e princípios defensivos”.³⁵

³² Anuário Militar do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, ano 4, n.4.

³³ A fortificação que se erguia na fronteira norte da França recebeu o nome de Linha Maginot, devido ao ministro da Guerra de 1929 a 1931 e um de seus idealizadores, André Maginot.

³⁴ SCHNEIDER, Fernand. História das doutrinas militares. São Paulo: Bertrand, 1975. p.116.

³⁵ AUGUSTO, Horácio Acácio. Influências estrangeiras marcantes na formação e na doutrina do Exército Brasileiro: do descobrimento aos dias atuais. Rio de Janeiro: ECEME, 1991. p. 36.

Logo após a Primeira Guerra, os franceses, traumatizados com as trincheiras, buscam substituí-las por uma fortificação, o que seria uma grande vantagem, conforme análise de Duroselle: “Substituir as trincheiras a céu aberto, sujas, lamacentas, perigosas, por fortificações confortáveis com metros de construção sobre a cabeça, veio a ser uma sorte de obsessão nacional”.³⁶

A linha Maginot é então considerada pelas doutrinas militares e de guerra francesas como suficiente para evitar o ataque alemão, em caso de nova guerra. Assim, o governo francês aplica grande parte dos investimentos destinados às forças armadas na construção dessa fortaleza ou muralha militar que deveria ter impedido a invasão da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Segundo Castelo Branco:

(...) a doutrina estabelecia a concepção de uma guerra estática, caracterizada por uma frente fixa, contínua, ao longo da fronteira, destinada a esperar o alemão invasor, sem mesmo cuidar de ir ao encontro do inimigo. Até a aviação seria empregada somente para interceptar e não para atacar.³⁷

Mas nem todos os militares franceses pensam dessa forma. De Gaulle opõe-se veementemente à reação pacifista da França e propõe a formação de um exército de manobra e de choque mecânico, com mobilidade. Defende a especialização, a aviação forte, a formação de um corpo de reserva. Pugna, enfim, o preparo de um exército de elite. Suas idéias, que encontram o apoio de alguns jornalistas, como André Pironneau e Rémy Roure, sofrem, não obstante, fortes oposições: “a doutrina de De Gaulle é combatida pelos generais Marie Eugene Debeney (1864-1943), Maxime Weygand (1867-1965) e pelo Marechal Pétain (1856-1951)”.³⁸

As idéias pacifistas que dominam a França no período entre-guerras devem-se às grandes perdas ocorridas na Primeira Guerra: “os abusos recentes do exército desenvolveu, em nosso povo uma psicose anti-guerreira”.³⁹. Trata-se de um pacifismo de elite, conforme a classificação de Scheler, pois a ela não deseja passar novamente pelas penosas experiências da Primeira Guerra. O povo, temeroso de que uma nova catástrofe se abata sobre o país, recusa-se a aplicar os dividendos nacionais em rearmamento. Conforme análise de Marill:

³⁶ DUROSELLE, Jean Baptiste. *La décadance (1932-1939)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1979. p. 243-244.

³⁷ CASTELO BRANCO, op. cit. nota 7, p. 247-248.

³⁸ SCHNEIDER, op. cit. nota 34, p. 120.

³⁹ DE GAULLE, Charles. *Vers l'armée de métier*. Paris: 1934. p. 102-103.

O poder político pensa em efeito que a aspiração dos franceses exige uma orientação pacífica da nação, e que método estado de causa é preciso evitar a todo preço os horrores da guerra de trincheiras. É assim que em 1928 é adotado o serviço militar de um ano, que condena o Exército francês a não dispor mais que vinte divisões, em tempo de paz, e que dá aos reservistas um peso decisivo em caso de guerra.⁴⁰

A redução do tempo de serviço militar francês de dois para um ano representa um atraso para a força, pois, com isso, diminuiu também o tempo de treinamento de seus integrantes, obrigando a procurar suporte nas linhas de reserva. Alinhado com opinião pacifista da população em geral, o próprio exército não calcula bem o perigo representado pela estratégia ofensiva alemã. O pensamento do Estado Maior, arraigado à estratégia defensiva da guerra de trincheira, gasta boa parte do orçamento militar na grande fortificação. De acordo com Marill: “A França finalmente confiou nas fortificações para estabelecer sua política militar e para resistir ao revisionismo alemão radicalmente contra as cláusulas do Tratado de Versales”.⁴¹

Em 30 de setembro de 1927, é criada a Comissão de Organização das Regiões Fortificadas, para manter a construção de fortificações ao longo da fronteira. Na França, no período entre-guerras, há três grandes generais, saídos da Primeira Guerra: Ferdinand Foch (1851-1929), Joseph Jacques Césaire Joffre (1852-1931) e Philippe Pétain. Foch é o comandante chefe das forças aliadas que leva a França a vencer a guerra; Joffre vence, em 1914, a batalha de Marne⁴²; e Pétain é o vencedor, em 1916, da batalha de Verdun⁴³.

Esses vultos históricos defendem a estratégia do *front fortifié* e influenciam as decisões no período. Mesmo após sua morte, Foch, por exemplo, deixa seguidores; entre eles, destaca-se Maxime Weigand, que, seguindo as orientações do mestre, mantém-se empenhado na construção das fortificações. O órgão mais importante na França, responsável pelas decisões de ordem militar, é, então, o Conselho Superior da Guerra, cuja direção foi ocupada até 1931 por Pétain, seguido por Weigand até 21 de janeiro de 1935, e, posteriormente, por Maurice Gamelin até 1938.

Em 21 de janeiro de 1938, Gamelin passa a ocupar o cargo de chefe do Estado Maior, general da Defesa Nacional. O Estado Maior não deixa de ser um prolongamento

⁴⁰ MARILL, Jean Marc. La doctrine militaire française entre les deux guerres. Revue Historique de L'Armée, Paris, n. 184, p.26, 1991.

⁴¹ id., ib., p. 28.

⁴² A batalha de Marne ocorreu no período de 05 de setembro a 12 de setembro de 1914.

⁴³ A batalha de Verdun ocorreu no período de 21 de fevereiro a 19 de dezembro de 1916.

dos que lá ocuparam o comando, a menos que ocorra uma cisão e mudem radicalmente os altos comandantes da força. Segundo Garret: “os generais Weygand e Gamelin eram adeptos da organização de um sistema fortificado permanente sobre a fronteira Norte”.⁴⁴

As fortificações exigem muitos investimentos, equivalentes a cerca de 7 a 8 milhões de francos por ano. Em 14 de janeiro de 1930, André Maginot, ministro da Guerra da França, faz votar a lei que ordena a construção da muralha e obtém um crédito de 2.900 (dois mil e novecentos) milhões de francos para a construção da defesa da fronteira⁴⁵. Mas, esse primeiro crédito logo se esgota. Weigand, chefe do Estado Maior, em 1940, apóia a política das fortificações e o investimento dessas relevantes quantias nos fortes, mas não deixa de perceber que a França carece de armamentos mais modernos e da ampliação do quadro de efetivos, devido à diminuição do serviço militar para um ano. Como bem explica Garret, em seu estudo sobre a linha Maginot:

A modernização estava no começo. Faltava em particular uma artilharia anti-aérea, anti-carros de combate, morteiros, carros de combate rápido, transmissões adaptadas à época, artilharia de campanha (...). A motorização apenas começava.⁴⁶

Assim, a França, com a defasagem de seus armamentos, passa a precisar de material bélico à altura do progresso técnico, principalmente porque a situação, na Europa, está cada vez mais perigosa. “A Alemanha sob a ditadura de Hitler reformou o Exército em potente força”.⁴⁷ Em 1934, a Alemanha sai da Sociedade das Nações e da Confederação de Desarmamento, viola o Tratado de Versalhes e intensifica seu rearmamento. Enquanto isso, apenas em 2 de julho de 1934, a França desvincula a Aeronáutica do Exército e cria a *l'Armée de l'Air*.

A Alemanha, como país vencido na Primeira Guerra, parte para a adoção de uma estratégia ofensiva, enquanto a França, como país vencedor, se mantém na retaguarda e adota estratégia defensiva. Sem dúvida, dentre os aspectos mais vulneráveis da conduta francesa, está o apoio à estratégia defensiva, concentrada na Linha Maginot: com isso, toda força econômico-militar centraliza-se em único ponto. A este respeito, afirma Garret:

⁴⁴ GARRET, Charles. *Ligne Maginot et dissuasion nucléaire: continuité de la pensée française?* (thèse de doctorat, 3 cycle). Nantes: 1985. p. 159.

⁴⁵ id., ib., p. 45.

⁴⁶ id., ib., p. 168.

⁴⁷ id., ib., p. 172.

(...) a defesa que espera o ataque inimigo à beira de uma linha fortificada é uma defesa passiva. A passividade é o risco maior em tempos de guerra.(...) a guerra vitoriosa é feita de iniciativas, iniciativas que levam às vezes a defensiva.⁴⁸

Dessa forma, a defasagem armamentícia dos franceses e também a adoção de uma estratégia ultrapassada para o período – a aviação, ainda ligada ao exército, funciona como uma das armas agregadas à infantaria, considerada arma principal – são os principais erros dos franceses. É verdade que a aviação busca, na época, emancipar-se do Exército: em 1928 é criado o Ministério da Aeronáutica e em 1931 o Conselho Superior do Ar. Mas o avião é ainda visto como um elemento de apoio; não se dimensiona sua significativa importância em caso de ataque. Como afirma Duroselle:

Para a aviação, a questão crucial é as relações com o Exército, que emergiu nos anos 20. Segundo o exército, a aviação deve constituir um apoio a sua estratégia. (...) Logo, o essencial da força aérea deve ser uma aviação de cooperação.⁴⁹

O Estado Maior francês não vislumbra o quanto o avião seria preponderante em combate na Segunda Guerra, delegando-lhe simples tarefas de abastecimento de tropa e reconhecimento de terreno, razão pela qual a aviação fica subordinada ao Exército até 1938. De Gaulle, além de defender a importância do avião, também denuncia o fato de que a Linha Maginot não seria suficiente para garantir a segurança da França em caso de conflito. Ele procura demonstrar que a melhor estratégia de guerra é a ofensiva e que, caso contrário, o inimigo tende à conquista de mais espaço e à invasão territorial. Diz ele: “O defensor se permanecer passivo, ver-se-á surpreendido, imobilizado, envolvido, (...). Se, ao contrário, dá mostras de espírito empreendedor (...) não só parará os golpes, como arrebatará ao inimigo a iniciativa”.⁵⁰

Muito tardiamente, a França percebe que um exército profissional é o melhor terreno para a atuação do espírito militar. Inicia, em 1939, uma preparação de divisões blindadas, o que não é suficiente para conter os avanços alemães. Como afirma Schneider:

Depois de um período de hesitação, marcado por um esforço tanto na Linha Maginot como nas outras fortalezas, tenta-se infelizmente já bastante tarde, uma experiência de motorização e mecanização. Na verdade, numa democracia, uma vitória é sempre nefasta para o exército do pós-guerra, quando a Nação não antevê possibilidades de conflito, recusando-se a custear despesas para renovar o aparelho militar. É que a reforma das forças armadas é tanto uma questão política

⁴⁸ GARRET, op. cit. nota 44, p. 361.

⁴⁹ DUROSELLE, op. cit. nota 36, p. 247.

⁵⁰ DE GAULLE, Charles. Por um exército profissional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996. p. 42-43.

e financeira como militar. E, não tendo Forças Armadas adequadas à sua estratégia, os generais franceses terão de contentar-se com a estratégia de suas Forças Armadas. Será esse o grande drama de 1940.⁵¹

De Gaulle escreve três trabalhos de grande relevância no período entre-guerras: *Le fil de l'épée* (1932), *Vers l'armée de métier* (1934) e *La France et son armée* (1938), que não obtêm, na ocasião, bom acolhimento por parte do alto comando francês e também pela população, embuída de extremado pacifismo. Nesses escritos, De Gaulle, acima de tudo, defende a importância de uma maior especialização por parte dos quadros do exército, tanto de oficiais como de graduados:

O momento é chegado de juntar a nossa massa de reservas e recrutas o elemento principal da resistência nacional, lento a reunir, difícil a colocar em obra o gigantesco esforço não será correspondido que ao último grau de perigo, um instrumento de manobra capaz de agir sem prazo, o que quer dizer permanentemente na força, coerente, cansado os exércitos no ponto da cobertura francesa sem um exército profissional.⁵²

De Gaulle consegue prever, com presteza, como seria o próximo combate mundial, em termos de armamento e preparo técnico-militar, lançando as bases para a preparação da França, caso a guerra realmente ecloda. Esse embasamento dá origem a uma nova doutrina de guerra, apoiada na mecanização das forças e na ofensiva, o que contraria a doutrina de guerra do alto comando francês e, principalmente, a opinião dos grandes vultos da história militar francesa, participantes da Primeira Grande Guerra. De Gaulle não hesita, em nenhum momento, em apontar a evolução militar que se faz necessária e que não é percebida por Joffre e Foch:

No conflito do futuro, cada vez que uma frente se romper, ver-se-ão tropas rápidas correr até muito longe atrás do inimigo, atacando seus pontos sensíveis e transformando todo seu sistema. Assim será restaurada essa extensão estratégica dos resultados de ordem tática, que nem Joffre (...) nem Foch jamais puderam obter, e que constituía outrora o fim supremo e como que a natureza da arte militar.⁵³

De Gaulle também reconhece que o exército é uma instituição refratária e conservadora: apesar de ter em seu âmago homens de ciência e de ação, trata-se de um órgão bastante cauteloso, quando o tema é mudança. A transformação, no meio militar, implica uma reorganização geral de todos os quadros e segmentos, partindo da doutrina

⁵¹ SCHNEIDER, op. cit. nota 34, p. 121.

⁵² DE GAULLE, op. cit. nota 39, p. 44.

⁵³ DE GAULLE, op. cit. nota 50, p. 123.

para o emprego da força, do conjunto normativo e doutrinário até os aspectos técnicos e armamentistas.

De Gaulle acredita que, da mesma forma como as técnicas evoluem, devem avançar as condições do exército no domínio dessas técnicas: “as condições modernas da ação militar reclamam guerreiros com habilidade técnica crescente”.⁵⁴ Interroga-se mesmo sobre a possibilidade de existência de discursos contrários a essa ordem natural de evolução:

(...) as conferências internacionais retêm, tecem, como os parlamentos, o discurso geral contra o progresso do material de guerra. Mais o que? Nada pode contra o espírito dos tempos.⁵⁵

Para De Gaulle, esse avanço da máquina, da indústria bélica, altera toda a concepção de guerra – as idéias, as leis e a doutrina militar –, pois “as doutrinas de guerra, em efeito, seguem como é natural o mesmo curso que levam os séculos e os impregnam de mecanismo”.⁵⁶ Também chama atenção para a história militar, sem negar, porém, o progresso científico. Reconhece que os feitos do passado são importantes, mas assinala as mudanças tático-estratégicas que os novos tempos impõem:

Diante do futuro desconhecido, o espírito humano procura um recurso e acredita encontrá-lo, do ordinário. Como a política consulta os precedentes ou o jurista o costume, assim o soldado se esforça a tirar dos fatos da guerra completadas as regras próprias a lhe guiar os atos de amanhã.⁵⁷

Em vários trechos de suas obras, De Gaulle faz referência ao espírito francês, e, não propriamente, ao espírito militar. O espírito francês é por ele colocado como sobrepunjante, sendo o fator desencadeante de todas as outras idéias e doutrinas vindouras:

O espírito francês, curioso e compreensivo, ele tem necessidade de lógica, gosta de encadear os fatos pelos raciocínios, fia-se na teoria com mais boa vontade do que na experiência. Essas disposições naturais, acentuadas pelo que a ordem militar possui, necessariamente, de imperiosa e reforçadas pelo dogmatismo inerente ao ensino, fazem florescer, entre nós mais do que alhures, as doutrinas de escolas.⁵⁸

⁵⁴ DE GAULLE, op. cit. nota 39, p. 54.

⁵⁵ id., ib., p. 53.

⁵⁶ id., ib., p. 64.

⁵⁷ id., ib., p. 141.

⁵⁸ DE GAULLE, op. cit. nota 16, p. 39-40.

O espírito francês é para De Gaulle o princípio norteador de toda organização militar: por intermédio dele, advém a preparação para a guerra e, principalmente, o caráter do chefe. É do caráter que surge todo processo criador, pois “o caráter imprime dinamismo próprio aos elementos da ação”⁵⁹ A ação a que se refere é a guerra em si mesma, a ação são homens em meio às circunstâncias.⁶⁰ Dessa maneira, argumenta que ação e doutrina estão constantemente interligadas na preparação da guerra, e que ambas emanam do espírito francês:

Ele (o espírito francês) se esforça sem cessar na construção de uma doutrina que lhe permita, a priori, orientar a ação e conceber a sua forma, sem levar em conta as circunstâncias que lhe deveriam servir de base.⁶¹

Os estudos e conclusões de De Gaulle são importantes justamente para demonstrar que, entre os oficiais superiores da França, há divergências de pensamento. No momento em que escreve seus trabalhos, ocupa a patente de major, não havendo sido entendido por muitos de seus superiores e também pelo povo francês em geral, que não admite nenhuma hipótese iminente de guerra.

O trabalho de De Gaulle passa a ser valorizado pelos franceses somente após o início da Segunda Guerra Mundial, quando fica patente que a Linha Maginot não é capaz de deter o ataque germânico e os alemães marcham triunfantes sobre Paris. O pensamento doutrinário militar da França fundamenta-se na invencibilidade da defesa, ou seja, na Linha Maginot: “a manobra é a peça mestre de toda guerra e a fronteira fortificada constitui a espinha dorsal”.⁶² Ainda tentando evitar o fracasso francês contra as investidas alemãs, em janeiro de 1940, De Gaulle escreve para o gen. Gamelin, solicitando a organização de uma força de choque mecânica, com forte aviação e um exército de manobra para enfrentar os blindados do inimigo, mas Gamelin não lhe dá ouvidos.

A França fecha os olhos para o avanço tecnológico dos armamentos, o que, naturalmente, altera as coordenadas estratégicas e táticas da guerra. A porcentagem de efetivos por arma na Primeira Guerra Mundial, em 1918, é, de acordo com Marill, de:

⁵⁹ DE GAULLE, op. cit. nota 16, p. 57.

⁶⁰ id., ib., p. 142.

⁶¹ id., ib., p. 98.

⁶² MARILL, op. cit. nota 40, p. 24-34.

50,4% infantaria; 35,7% artilharia; 6,9% engenharia; 4,0% cavalaria e 3,0% aviação.⁶³ Na Segunda Guerra, há proeminência da artilharia e da aviação.

De Gaulle distingue a inteligência do instinto: a inteligência é quem proporciona o conhecimento teórico, de onde partem as doutrinas; o instinto é, “com efeito, em nosso ego, a faculdade que nos liga mais perto à natureza”.⁶⁴ Ao aliar o instinto à inteligência, o homem está, para ele, mais próximo do êxito, enfrentando o conflito armado com mais chances de derrotar o inimigo.

Em caso de guerra, são as circunstâncias que determinam o que se deve e pode fazer, sendo cada momento um caso particular. Daí por que inteligência e instinto devem caminhar juntos, tirando o melhor proveito do fator circunstancial. Relembrando os ensinamentos napoleônicos, De Gaulle afirma: “Aproveitar as circunstâncias, adaptar-se a elas, explorá-las, tais foram as bases das concepções de Napoleão. Procurar-se-ia em vão, nos seus planos e ordens, a sombra de uma teoria de procedimento”.⁶⁵

Assim, embora as suas idéias possam parecer bastante inusitadas para o período na França, De Gaulle, como muitos outros militares franceses, também apóia sua teoria no exemplo histórico fornecido pelos atos e ensinamentos de Napoleão Bonaparte. Esse líder militar, cujas ações ocupam espaço incomensurável na literatura militar francesa e exercem uma influência que perpassa os séculos, é atualizado, juntamente com as circunstâncias e toda evolução técnico-científica, quando o assunto é *legado militar*. É assim que De Gaulle a ele se refere:

Sempre habilíssimo em adaptar as suas concepções às circunstâncias que estudava apaixonadamente: o inimigo, o terreno, as distâncias, a personalidade dos seus comandantes imediatos, o valor e o estudo de suas tropas.⁶⁶

3.3.1 Pensamento de Napoleão Bonaparte

Napoleão Bonaparte é um *expert* na exploração dos efeitos psicológicos dos seus comandados para melhor conduzir a guerra; possui grande poder de oratória e sabe comover e estimular seus soldados, valorizando sobremaneira os aspectos psicológicos de

⁶³ MARILL, Jean Marc. De la grande guerre à la chute du mur de Berlin: ruptures et évolutions de la doctrine militaire française. Paris: Armée de Terre, Cours Supérieur de Etat-Major, p. 27.

⁶⁴ DE GAULLE, op. cit. nota 16, p. 34.

⁶⁵ id., ib., p. 101.

⁶⁶ id., ib.

sua tropa e do inimigo. Para obter melhor proveito desses aspectos morais, ele desenvolve alguns princípios que considera essenciais para a formação militar do chefe e bom desempenho de suas funções em guerra. São eles:

- conhecer sua profissão;
- conhecer seus homens e interessar-se por eles;
- dar exemplo;
- verificar o cumprimento de suas obras;
- decidir com acerto e oportunidade;
- empregar a tropa de acordo com suas possibilidades.⁶⁷

Toda a ação bélica napoleônica enfatiza o conhecimento do inimigo e o estudo aprofundado de suas condições, seu potencial armado e humano, assim como a consideração às disposições. Conhecedor de Maquiavel, Napoleão, assim como ele, valoriza o cálculo: “em uma guerra tudo se obtém pelo cálculo”.⁶⁸ Ele surpreende em seus ataques. Como afirma Bonnal:

Ele deu a guerra um selo de energia e de violência que não poderiam supor os homens do século XVIII. (...) Para Napoleão, vencer não era o suficiente; era preciso prender ou destruir o inimigo.⁶⁹

Bonaparte vai alcançando, de batalha em batalha, a fama de gênio da guerra e de grande conquistador. As primeiras noções sobre a arte militar, ele as obteve entre os anos de 1788 e 1789, na Escola de Artilharia de Auxonne. Napoleão parte dos princípios gerais para resolver os problemas que se apresentam: é um percurso que vai do abstrato para o caso concreto.

No teatro de operações, Bonaparte não costuma dividir o Exército: ele economiza todos os esforços sobre um ponto e, de surpresa, ataca e persegue o inimigo. A essência da guerra, ou o método napoleônico de guerra é o da concentração de esforços. Como bem remarca Colin: “(...) o princípio mais seguido invocado (...) que parece ser a essência mesma de seu método de guerra, é o princípio da concentração de força”.⁷⁰

⁶⁷ CORREIA NETO, Jonas. Influência Napoleônica no exército brasileiro. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano LVI, v. XCV, p. 79-80, jul./set. 1970.

⁶⁸ LUCIAN, Regenbogen. Máximas y sentencias del emperador: Napoleão Bonaparte. Barcelona: Edhasa, 2001. p.43.

⁶⁹ BONNAL. L'esprit de la guerre moderne: de Rosbach à Ulm. Paris: Librairie Militaire Chapelot, 1903. p. 13.

⁷⁰ COLIN. L'éducation militaire de Napoléon. Paris: Flammarion, 1911. p. 354.

Os princípios de Napoleão e seus feitos de guerra vem sendo estudados e pesquisados por militares e civis, para um melhor entendimento de suas inúmeras vitórias no desenrolar das batalhas. Napoleão calcula matematicamente seus riscos e possibilidades, antes de investir contra o inimigo. Ao definir a ciência militar, propõe: “A ciência militar consiste em bem calcular todas as chances antes, e em seguida fazer exatamente, quase matematicamente, a parte do acaso”.⁷¹ Seus feitos militares são exemplo e sinônimo de como vencer um conflito, razão pela qual ele entra para a história como mito da arte da guerra francesa. Como afirma Lacroix:

A glória militar de Bonaparte fora tão refulgente, que todo o mundo se acostumara a considerá-lo somente como o homem dos campos de batalha. Foi com admiração e quase com espanto que se viu dirigir os movimentos da indústria, presidir os trabalhos da ciência, inspirar as maravilhas da arte.⁷²

Suas palavras de ordem aos soldados são sempre de coragem, apoio e determinação. Na visão de Bonaparte, as primeiras virtudes do soldado são a constância e a disciplina; o sentimento que reconhece é a virtude. As combinações militares feitas nos campos de batalha e o incentivo moral dado ao soldado por Napoleão conseguem, muitas vezes, anular a superioridade numérica dos adversários, pois é a força moral quem decide uma batalha. Napoleão afirma que: “a força moral mais que o número decide a vitória”.⁷³ Ao findar a batalha de 20 de outubro de 1805, na Baviera, contra o exército da Áustria, Bonaparte assim se dirige à sua tropa:

Soldados! Eu vos anunciara uma grande batalha; mas graças às más condições do inimigo pude obter os mesmos resultados sem correr nenhum risco; e isso, que é sem exemplo na história das nações, tal resultado, não nos custou nem 1500 homens fora de combate.

Soldados! Este sucesso é devido à vossa confiança sem limite em vosso imperador, à vossa paciência em sofrer fadigas e privações de toda espécie, à vossa rara intrepidez.⁷⁴

O mais importante dentro da organização da força é a disciplina e a honestidade dos militares encarregados dos cargos administrativos. Possuindo internamente uma boa estrutura, o exército passa a adestrar os homens sobre as questões concernentes à guerra. Para que o exército esteja apto às conquistas, precisa, na concepção de Bonaparte, de: “Um

⁷¹ ARCHIVES DE LA MARINE. Vues politique: Napoleão Bonaparte. Paris: Fayart, 1939. p. 298.

⁷² LACROIX, Désiré. História de Napoleão. Rio de Janeiro: Garnier, 1904. p. 308.

⁷³ ARCHIVES DE LA MARINE, op. cit. nota 71, p. 285.

⁷⁴ LACROIX, op. cit. nota 72, p. 340.

bom general, de bons quadros, uma boa organização, uma boa instrução, uma boa e severa disciplina fonte de boas tropas, independente da causa pela qual ela se bata”.⁷⁵

Esta é uma das máximas de Napoleão perpetuadas entre os militares franceses, sendo incorporada como doutrina militar pelo Estado Maior francês. Bonaparte também valoriza a informação, que ocupa papel preponderante nesse ínterim, pois reconhece a necessidade de se dispor de um amplo conhecimento sobre o inimigo. Toda documentação e informação podem modificar os rumos do combate, e, em se tratando de Napoleão, também alterar os cálculos matemáticos.

Bonaparte imputa relevância ao estudo da história para as ciências militares, pois acredita que o sucesso nas batalhas advém do conhecimento dos feitos dos grandes heróis de outrora. A história é quem pode fornecer ao chefe as lições de experiências passadas, não para uma simples imitação, mas para a ampliação do saber técnico estratégico. Conforme Bonaparte:

Faça a guerra ofensiva como Alexandre⁷⁶, Aníbal⁷⁷, César⁷⁸, Gustavo-Adolphe⁷⁹, Turenne⁸⁰, o príncipe Eugène⁸¹ e Frédéric⁸², leia, releia, a história de suas oitenta e três campanhas; se modele sobre eles; É o único meio de vir a ser um grande capitão e de surpreender os segredos da arte.⁸³

Ao valorizar a história e os feitos de outros importantes generais, Bonaparte desenvolve a idéia de que a arte da guerra compõe-se de princípios, que devem ser analisados na prática, nas ações de outrem. Para Napoleão, o momento na guerra é tudo; acredita que só os generais que sabem aproveitar as oportunidades, atingem a vitória. Por outro lado, como, para ser um guerreiro, é preciso guerrear, impõe-se um princípio pragmático que leva Napoleão à conclusão de que só teoria não faz o bom soldado.

⁷⁵ARCHIVES DE LA MARINE, op. cit. nota 71, p. 282.

⁷⁶ Alexandre III (356ac – 323ac), Rei da Macedônia. Conquistou terras que iam dos Bálcãs à Índia, o Egito e o Afeganistão.

⁷⁷ Aníbal Barca (247ac -183ac), General cartaginês, lutou na Segunda Guerra Púnica contra Roma.

⁷⁸ Caio Julio César (13.07.100ac – 15.03.44ac), líder militar da República Romana, participou das guerras na Gália e estendeu o domínio romano até o Oceano Atlântico.

⁷⁹ Gustavo Adolfo (9.12.1594 – 6.11.1632), rei da Suécia, conhecido por *leão do norte* por seus progressos na arte da guerra. Lutou contra Polônia, Dinamarca e Rússia.

⁸⁰ Henri de la Tour d’Auvergne, visconde de Turenne (11.09.1611 – 27.07.1675), marechal da França em 1643, lutou na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

⁸¹ Príncipe Eugênio de Savóia – Carignon (1663-1736), participou da guerra Austro-Turca em 1683, e guerra de sucessão espanhola (1702-1714).

⁸² Frederico Guilherme I (1688 -1740), rei da Prússia, conhecido por *rei sargento*. Tomou o exército prussiano o melhor da Europa. Criou a escola de cadetes e o recrutamento regular.

⁸³ARCHIVES DE LA MARINE, op. cit. nota 71, p. 299-300.

Valorizando a história, o momento de ação e questionando a teoria, Napoleão elege então três condições imprescindíveis para a obtenção da superioridade militar. São elas: “1. A sua organização; 2. O hábito da guerra no oficial e no soldado; 3. A confiança de todos em si próprios; quer dizer, a bravura, a paciência, e tudo o que a idéia de si dá de elementos morais”.⁸⁴

Napoleão confere à arte da guerra um caráter particular e pessoal. Ele utiliza a estratégia de desmoralização do inimigo, surpreendendo-o, com o propósito de conferir maior entusiasmo e segurança às suas tropas, durante o confronto. Como ele próprio assinala: “não há nenhum soldado meu que não creia que poderá vencer sozinho”.⁸⁵ A esse respeito, salienta Baldet:

Os primeiros cuidados de Napoleão são, ao mesmo tempo, desmoralizar o inimigo e surpreendê-lo com o “choque” estratégico que o vai ferir no ponto mais vulnerável, destruindo deste modo os seus planos, e impondo-lhe o seu, à força, para levantar tanto quanto possível o moral de seu exército.⁸⁶

Os princípios e ensinamentos bonaparteanos são de grande relevância para o presente estudo, em virtude de seu legado haver sido perpetuado, no decorrer dos anos, pelos militares franceses, passando a incorporar sua doutrina. Instrução militar, bons mapas, conhecimento do inimigo, intelecto e discernimento e, acima de tudo, disciplina são princípios de Napoleão. Da mesma forma, preceitos como a calma, a firmeza e a ousadia são considerados atributos primordiais em um comandante, que, com disciplina e autoridade, conduz seus soldados à vitória, nos campos de batalha.

Entretanto, há um aspecto na conduta de Napoleão, colocado em evidência por Clausewitz em seus textos, que convém aqui ressaltar: a preocupação de Bonaparte com o caráter psicológico de seus homens, ou seja, com a moral da tropa. Bonaparte considera o aspecto moral mais importante que o potencial de fogo e mesmo que o número de contingente na hora da batalha, tanto de seu exército, quanto da força adversária.

⁸⁴ DUARTE, Antonio Paulo. Como fazer a guerra. Lisboa: Sílabo, 2003. p. 43.

⁸⁵ BONAPARTE, Napoleão. Notas em MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 92.

⁸⁶ BALDET, Marcel. A vida quotidiana nos exércitos de Napoleão. Paris: Hachette, p. 153.

3.3.2 Pensamento de Carl von Clausewitz

Em longos estudos sobre a atuação de Napoleão, muitos deles focalizados na visão de primeiro plano dos valores morais dos combatentes, Clausewitz teoriza sobre a guerra, influenciando, com suas análises, outros exércitos e oficiais, inclusive os franceses. Esse prussiano, um homem de seu tempo, vive em um período de forte influência iluminista, sendo inspirado militarmente pelos feitos napoleônicos. Ele cria uma filosofia de guerra, apoiada na relevância dos aspectos morais na conduta da guerra:

Desde 1806, Clausewitz havia encontrado na importância dos fatores morais as bases de sua teoria sobre a guerra (...). As campanhas de Napoleão lhe serviram de inspiração e ele as estudou e analisou profundamente.⁸⁷

Na era pré-napoleônica, as batalhas campais são evitadas; adota-se a arte da manobra, na qual o lado com as maiores vantagens práticas e estratégicas vence. Bonaparte introduz as idéias de mobilidade e concentração. A guerra é um instrumento racional de política. Na perspectiva napoleônica, a iniciativa do soldado passa ter papel preponderante. Segundo Clausewitz:

(...) o elevado moral do soldado francês era um fator inteiramente novo na guerra. Napoleão compreendeu a extraordinária importância deste novo fator. Alimentou e intensificou o entusiasmo do homem nas fileiras através de discursos dramáticos e manifestações de solicitude.⁸⁸

A guerra, considerada racional, nada mais é do que “um ato de violência planejado com o objetivo de forçar o adversário a executar o nosso desejo”.⁸⁹ Definida como um duelo, a guerra é concebida como um ato de violência que almeja fazer o adversário ceder e atender às exigências do exército vencedor. Dessa forma, pode-se interpretar, de acordo com Clausewitz, a guerra como um instrumento político, que pode ser usado toda vez que as divergências não tiverem soluções diplomáticas. Sendo assim, não se trata de um ato isolado, mas da continuidade da política na ação militar. Conforme afirma Clausewitz: “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”.⁹⁰

⁸⁷ CLAUSEWITZ, Carl Von. Princípios de guerra. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943. p. 9.

⁸⁸ CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Brasília: UnB. 1979. p. 14.

⁸⁹ id., ib., p. 9.

⁹⁰ id., ib., p. 87.

A guerra, como um instrumento político, nunca pode ser excluída desse contexto, pois “a guerra é apenas uma parte das relações políticas e, por conseguinte, de modo algum qualquer coisa de independente”.⁹¹ A guerra corresponde aos interesses do estado, e o estado, por sua vez, deve medir suas ações na proporção direta do poderio armado de seu país. Assim, a ação militar e a ação política estão intrinsecamente interligadas; o exército nada mais faz do que executar a política, quando faz a guerra. Como destaca Clausewitz:

a condução da guerra é, pois, nas suas grandes linhas, a própria política, que agarra na espada em vez da pena, sem deixar por isso de pensar segundo as suas próprias leis.⁹²

Clausewitz considera a guerra uma arte e, como tal, confere importância à estratégia, pois nela estão inseridos os elementos morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos. A estratégia está sempre presente no combate, porque ela é o próprio plano de guerra. A guerra não é um só golpe e nem um ato isolado, mas um duelo no qual se pretende modificar alguma realidade, a partir do uso e total desenvolvimento das tropas.

Para desarmar o estado adversário, é preciso identificar o território, as forças armadas e a vontade ou interesse do inimigo. Após destruir primeiramente as forças armadas, visto serem elas as defensoras do estado, toma-se o território adversário e faz-se o desarmamento do inimigo, o que, na visão de Clausewitz, não significa o fim do conflito:

Nas guerras em que um dos campos é incapaz de desarmar completamente o outro os motivos de paz surgirão e desaparecerão nos dois campos, em função da probabilidade de futuros êxitos e do necessário dispêndio das forças.⁹³

O maior destaque em termos de doutrina de guerra e, conseqüentemente, de doutrina militar, é justamente a inclusão dos valores morais. Todas operações militares demandam valores morais, pois a moral está intrinsecamente presente na estratégia, na tática e em todos momentos da batalha. Para Clausewitz, os principais poderes morais são:

Os talentos do chefe de guerra, as virtudes guerreiras do exército e o seu sentimento nacional. Ninguém pode determinar de uma maneira geral qual é o

⁹¹ CLAUSEWITZ, op. cit. nota 88, p. 737.

⁹² id., ib., p. 743.

⁹³ id., ib., p. 93.

maior desses valores, pois já é difícil dizer o que quer que seja da sua força e muito mais difícil ainda compará-los uns aos outros.⁹⁴

O nacionalismo e a virtude de guerreiro e militar são as grandes ênfases de Clausewitz, quando se refere ao comando e à composição do próprio exército. Ele assim define esses atributos:

A virtude guerreira é para as partes aquilo que o gênio do comando é para o todo. O comandante só pode dirigir o todo, não cada parte individual, e aí onde ele não pode dirigir as partes, o espírito militar deve orientá-las.

A virtude militar é, por consequência, uma das mais importantes forças morais do exército em guerra e, quando está ausente, é preciso que outra a substitua – a superioridade eminente do chefe ou o entusiasmo do povo – onde notarmos que os efeitos são desproporcionados aos esforços despendidos.⁹⁵

Os estudos de Clausewitz, analisados por muitos chefes militares, são seguidos e adotados, inclusive, na Primeira Guerra Mundial. Seus ensinamentos são trabalhados nos cursos e aplicados às práticas militares francesas, via gen. Foch. Como bem questiona Aron:

Aquele que procura as responsabilidades históricas de Clausewitz, no curso das operações de 1914-1918, se depara com uma dupla tarefa: que influência exercera ele no pensamento militar dos franceses? E no dos alemães? Digamos, em termos simbólicos, em Foch por um lado, e no conde Schlieffen, por outro.⁹⁶

É certo que neste momento, não cabe aqui analisar o pensamento alemão que perpassa a Primeira Grande Guerra, mas, sim, como os ensinamentos de Clausewitz são estudados e interpretados pelo exército francês. Foch é ex-aluno do comandante Lucien Cordot, que, em 1885, ministra conferências sobre Clausewitz aos oficiais franceses da Escola de Estado Maior, tais como do gen. Tanant.⁹⁷ Como explica Aron:

Clausewitz, entre 1885 e 1900, contribuiu para a formação daqueles que redigiram os planos de Estado Maior no início do século e conduziram os exércitos franceses em 1914.⁹⁸

Esse importante trabalho de Aron apresenta pesadas críticas ao gen. Ferdinand Foch, no que concerne à sua interpretação dos ensinamentos de Clausewitz, em *Príncipes de la guerre*. A título de ilustração, aborda-se um dos pontos levantados por Aron nesse

⁹⁴ id., ib., p. 211.

⁹⁵ CLAUSEWITZ, op. cit. nota 88, p. 214-215.

⁹⁶ ARON, Raymond. Pensar a guerra Clausewitz: a era planetária. Brasília: UnB, 1986. p. 27.

⁹⁷ General Tanant foi comandante da L'Ecole Spéciale Militaire de Saint Cyr, de 1919 a 1925.

⁹⁸ ARON, op. cit. nota 96, p. 28.

sentido. Não cabe aqui concordar ou discordar desta análise, mas compreender como Foch absorve os ensinamentos de Clausewitz e, conseqüentemente, como essas idéias penetram o universo militar brasileiro. Assim, segundo Aron, Foch:

(...) confunde o conceito da guerra absoluta com a realidade das guerras nacionais e explica estas últimas em termos que nem sempre são coerentes. (...) não fez uma distinção entre guerra real, e o conceito de guerra absoluta o levou em direção ao de guerra total ou, se preferirmos, de mobilização total dos recursos em vista de uma decisão radical.⁹⁹

Será realizada uma breve análise dos tipos de guerra citados por Aron, quando se tratar de aspectos concernentes à doutrina militar francesa. O importante é ressaltar, neste primeiro momento, que Clausewitz, assim como Bonaparte e Foch, coloca em relevo os fatores morais da tropa durante a guerra. Com conhecimentos provindos das histórias sobre os grandes feitos de Napoleão, Foch defende a idéia de que os princípios do passado subsistem e de que a história e o ensino militar são de grande relevo para o bom desempenho da tropa. Já Clausewitz, segundo Aron, confere valor ao histórico, devido, tão somente, à falta de conhecimento sobre os feitos e a vida de destacados antepassados. Assim, afirma, no auge de suas análises críticas, que:

o livro de Foch, *Príncipes de la Guerre*, que surgirá em 1903, onde eram reproduzidas as conferências de 1900, nos ensina, melhor do que qualquer outro, a que ponto os oficiais da época, incapazes de compreenderem o pensamento global do prussiano, acabavam por caricaturá-lo quando pensavam compreender sua essência.¹⁰⁰

Com sua pesquisa, Aron lega importante contribuição aos estudos de história militar, pois além de expor o pensamento de Clausewitz, realiza um aprofundado exame sobre a forma como esse teórico do militar é interpretado por diferentes líderes militares e civis, que, de alguma maneira, marcam sua época. Observe-se a seguinte colocação feita sobre Clausewitz:

Quanto a Clausewitz, o mais notável dos escritores militares da burguesia de quem Marx e Engels, e depois Lênin e Mão-Tsé-Tung, retiraram as verdades parciais e corrigiram os erros idealistas, permanece sendo o mestre comum dos três interlocutores – russo, chinês, americano – do diálogo histórico de nosso

⁹⁹ ARON, op. cit. nota 96, p. 29-30.

¹⁰⁰ id., ib., p. 28.

tempo, interlocutores estes que reproduzem de algum modo “a estranha trindade”.¹⁰¹

Clausewitz considera a guerra um prolongamento da política, na medida em que o trabalho da diplomacia não tenha sido suficiente ou competente para resolver as questões pendentes entre duas ou mais nações. Dessa maneira, exército e política se completam e atuam em conjunto: o exército assegura a execução dos objetivos do estado, e o estado determina a ação militar. Aron, considerando as idéias de Clausewitz, assim se manifesta:

(...) esses ensinamentos comportavam uma dupla relação entre o Exército e a política, qual seja: o Exército é um meio a serviço da política e a política determina a organização e o modo de combate dos exércitos.¹⁰²

Nessa complexa relação entre o exército e a política, Aron atribui ao estadista o papel de pessoa chave, de quem depende a tomada de decisão sobre os rumos durante o conflito: “a figura sobre a qual recaem as maiores exigências da guerra, é ele que se vê compelido a servir de mediador entre as exigências da guerra e as necessidades da política”.¹⁰³

3.3.3 Pensamento de Ferdinand Foch

Na visão de Foch, o entrelaçamento entre militares e políticos estrutura-se na medida em que, no estado francês, esses se misturam aos interesses militares, pois, quando o assunto é manter e preservar a nação, políticos e militares comungam os mesmos ideais. Seguindo as idéias de Clausewitz, também imputa papel de destaque às leis morais: “a tática procura conduzir esta batalha racionalmente obedecendo as leis morais e aos princípios mecânicos, para determinar a queda indiscutível do adversário”.¹⁰⁴

O quartel é para Foch o local onde se encontra a chave da história, onde as grandes batalhas do passado e seus ilustres chefes ganham o espaço e a atenção que lhe são devidos. Os casos concretos da história são estudados e analisados, tendo em vista uma melhor ação futura. Acrescenta:

¹⁰¹ id., ib., p. 253.

¹⁰² ARON, Raymond. Clausewitz e a guerra popular. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 649, p. 54, mai./jun. 1973.

¹⁰³ ARON, Raymond. Presença de Clausewitz no século XX. Military Review, n. 728, p. 56-57, nov./dez. 1986.

¹⁰⁴ FOCH, Ferdinand. De la conduite de la guerre: la manoeuvre pour la bataille. Paris: Berger-Levrault, 1904. p.2.

De nossos estudos históricos, resulta igualmente que uma campanha é uma série de atos estrategicamente saídos cada um de uma grande batalha. Mas estes diferentes atos estratégicos são simplesmente religados ao acaso, ou pela inspiração inconsciente do diretor ou, ao contrário, resultam de uma lógica incontestável que nós podemos estudar o vestígio, estudando as relações de causa e efeito que reúnem as ações de um exército.¹⁰⁵

Foch considera a guerra como metódica e dotada de princípios; ao mesmo tempo a reconhece enquanto arte e ciência. A guerra moderna, segundo ele, é a nacional, envolvendo toda a nação no conflito. O método de guerra é representado pela estratégia e pela tática. Trata-se de uma ciência, cujo método consiste na experimentação dos resultados de pesquisa nos campos de batalha, onde cada combate pode ser decisivo e levar à vitória. Como afirma, trata-se de um evento que se origina numa eventual ofensiva política:

Tanto dizer que a guerra nasce de um pretexto, quando um dos adversários a deseja; que antes da ofensiva estratégica há a ofensiva histórica ou logo política. Mas este desejo, para ser justificado, é acompanhado do desenvolvimento da força.¹⁰⁶

Foch ressalta o aspecto instrutivo da guerra, representado pela aplicação prática dos ensinamentos da academia. E transcende a essas normas e regulamentos pré-concebidos nos tempos de paz, nos quais se conjugam teoria e potencial de execução, discernimento e percepção do comandante chefe da operação. Para Foch, a guerra é sempre ofensiva; só vence o inimigo o exército que tem atitude. No período entre-guerras, ele apóia a estratégia de fortificações defensivas: sua estratégia é definida como defensiva-ofensiva.¹⁰⁷ Foch refuta a noção de que se aprende guerra em campo de batalha, porque considera que, para fazer o mínimo durante o combate, é preciso aprender muito sobre a arte de combater. Conforme Foch: “A realidade do campo de batalha é que não se estuda; simplesmente, se faz o que se pode para aplicar o que se sabe. Então, para poder um pouco, é necessário saber muito e bem”.¹⁰⁸

Assim, percebe-se que, mesmo dando uma ênfase especial aos feitos durante a batalha, Foch revalida a importância dos ensinamentos teóricos, visto que quanto mais conhecimentos o militar obtiver, maiores serão seus feitos no momento do emprego de

¹⁰⁵ FOCH, op. cit. nota 104, p. 2-3.

¹⁰⁶ id., ib., p. 8.

¹⁰⁷ GARRET, op. cit. nota 44, p. 22.

¹⁰⁸ FOCH, Ferdinand. De principes de la guerre. Paris: Berger-Levrault, 1906. p. 5.

forças. A teoria e a história militar são seus objetos permanentes de estudos, sem, contudo, nunca perder de vista as teorias bonaparteanas. Segundo Foch:

A teoria concluiu então: para seres vitoriosos, é preciso ter número, de metralhadoras fuzis, de metralhadoras canhões, bases, e posições sábias. A Revolução, Napoleão sobre tudo, os responde: nós não somos mais numerosos, nós não somos melhores armados, nós lhe abatemos, porque, pela nossa combinação nós faremos o número o ponto decisivo; pela nossa energia, nossa instrução, pelo emprego de nossas armas, fogo e baionetas, nós chegaremos a suscitar nossa moral e à quebrar o vosso.¹⁰⁹

Os valores morais, tal como anteriormente aludidos por Clausewitz, são considerados por ele como fator preponderante ao bom desempenho da tropa, tese aludida e defendida por Napoleão Bonaparte ao longo de seu comando. Foch compartilha dessa mesma idéia e, ao mencionar a relevância da moral da tropa, cita uma passagem de Bonaparte:

Lembram-se a primeira proclamação de Bonaparte: “Soldados, vocês estão nus, mal nutridos, o governo lhes deve muito, e não pode lhes dar nada. Vossa paciência, e coragem que vós mostrai no meio destas rochas são admiráveis, mas nenhuma glória vos procuram, nenhum estilhaço recai sobre vós. Eu quero vos conduzir aos mais férteis lugares do mundo. Ricas províncias, grandes cidades estarão em vosso poder, vós encontrareis honra, gloria e riqueza.¹¹⁰

Ao utilizar esse pequeno trecho do discurso de Bonaparte, Foch, além de enfatizar o estímulo com que Napoleão fustigava seus soldados, também procura demonstrar a importância concentrada no homem que está à frente das operações. O comandante é a figura chave e central em uma batalha; por meio de seus atos e palavras, deve adotar uma postura de firmeza, coragem e determinação, necessárias à superação de qualquer dificuldade e ao arrebatamento da vitória, mesmo que essas dificuldades sejam inferioridade armada ou de efetivo. É a partir do entusiasmo em batalha e da vontade de vencer que se chega à vitória. Como apregoa Foch:

Vontade de vencer: primeira condição da vitória, primeiro dever do soldado, por consequência; mas também resolução suprema que o comandante deve na necessidade fazer passar na lama do soldado.

¹⁰⁹ FOCH, op. cit. nota 108, p. 3.

¹¹⁰ id., ib., p. 29.

Aqui aparece a necessidade, para um exército vencido, de uma grandeza de primeira ordem, o comandante, é o homem que quer empreender na batalha, a necessidade de um dom: o do comandante.¹¹¹

O objetivo de todo estado, quando em conflito, é a vitória. Mas impor sua vontade sobre a do inimigo implica muitos fatores como estratégia, tática, armamento, efetivo e adestramento da tropa. Tais elementos, aliados à ambição e à competência do comandante em incentivar moralmente seus homens, conduzem ao êxito militar. Foch valoriza, em seus escritos, a ação preponderante do chefe, afirmando:

Os grandes resultados da guerra são os feitos do comandante. E é justo que a história traga em seus títulos a memória dos generais: as vitórias para os, os defeitos para os desonrar. Sem o comandante não há batalha e não há vitória possível.¹¹²

Pode-se perceber o espaço de intervenção decisória que Foch atribui ao comandante da tropa e as qualidades de liderança que considera necessárias. É, segundo ele, dessa maneira que se constrói toda teoria de guerra e a teoria militar. Daí por que a história é o meio pelo qual se obtém o conhecimento das batalhas e dos chefes: a história militar é a mola mestra que move a construção das doutrinas. É com base nos feitos anteriores que se pré-estabelecem as novas atuações, em caso de guerra ou em tempos de paz. Como destaca Foch: “a teoria tem seu direito de observar, de analisar. De concluir, de fixar as bases da verdade, em estudando como procede, o comando superior”.¹¹³

As bases da verdade são levantadas na análise e no estudo dos feitos do comando superior, pois, segundo Foch, é na paz que se ensinam os verdadeiros meios de aprender a guerra e de determinar os seus princípios. Foch, como bem registra o título de sua obra, está permanentemente preocupado em dogmatizar as forças armadas, impondo-lhes princípios, cuja importância e veracidade são comprovados pelos estudos históricos.

A expressão verdade é, por ele, muitas vezes referenciada como relativa a um apostolado dos bons e maus exemplos, ou daquilo que um exército deve ou não fazer em tempos de paz ou de guerra. A história da guerra é utilizada por ele como um manual que prepara o indivíduo, em tempos de paz, para uma nova guerra, pois é por intermédio da

¹¹¹ id., ib., p. 270.

¹¹² FOCH, op. cit. nota 108, p. 271.

¹¹³ id., ib., p. 273.

história da guerra que se aprendem os princípios da arte da guerra. Eis o que representa, para Foch, a teoria da guerra:

A teoria da arte da guerra não tem a pretensão de formar Napoleões, mas ela procura conhecer as propriedades da tropa e do terreno. Ela assinala os modelos, os chefes – a obra realizada no domínio da guerra, e ela aplina as vias da natureza concedida as capacidades militares.¹¹⁴

A teoria da guerra é para Foch precursora na formulação dos princípios de guerra, os quais todos os militares devem não apenas conhecer, mas colocar em prática. Entre esses princípios, destacam-se: a liberdade de ação, a economia das forças, a livre disposição das forças, a segurança, entre outros. Conhecê-los melhor, neste momento, foge aos objetivos desta tese, pois o importante aqui é entender a base de raciocínio de Foch e não o trabalho introspectivo com a doutrina de guerra. O princípio de economia de forças é a arte de não desperdiçar forças e não dispersar esforços, ou seja, de saber utilizar com inteligência os recursos existentes, de maneira proveitosa, mantendo sempre uma reserva disponível, de acordo com o tempo, o espaço e os meios.

A liberdade de ação é a abertura e, ao mesmo tempo, a responsabilidade que todo chefe tem para determinar o momento exato de avanço ou recuo. A livre disposição de forças refere-se à tática a ser empregada durante o confronto; a segurança significa a ação inteligente, com vistas à perda do menor contingente possível. Estes princípios, na visão de Foch, devem reger as decisões do comandante que precisa, além de conhecê-los teoricamente, saber aplicá-los. “Conhecer os princípios, se não sabe aplicá-los, não conduz a nada. Na guerra, o fato está sobre a idéia, a ação sobre a palavra e a execução sobre a teoria”.¹¹⁵

O importante, para Foch, é saber aplicar esses princípios de maneira racional, pois a guerra é considerada por ele como uma ciência; por isso, os princípios estratégicos são fundamentais. Assim, a partir de seu estudo, chega-se a um método de emprego das forças por meio da estratégia e da tática. Toda operação tem metas e objetivos, e, de acordo com esse propósito, emprega os meios a seu dispor. Não cabe aqui examinar ou precisar os conceitos de tática e estratégia, tal como são concebidos por Foch, mas, sim, tentar

¹¹⁴ id., ib., p. 7-8.

¹¹⁵ FOCH, op. cit. nota 108, p. 9.

compreender que os estudos de estratégia e de tática são responsáveis pela geração de doutrinas de guerras posteriores. Conforme explica Foch:

O método que nós seguimos, e as aplicações que nós estudamos estrategicamente darão lugar, e você verá igualmente se manifestar o que nós chamamos de doutrina ou disciplina intelectual. A mesma maneira de ver todos os resultados, e a mesma maneira de abordar todos os sujeitos: objetivamente; a mesma maneira de tratar: adaptação, reservas, meios ao fim visado, ao objeto.¹¹⁶

A pretensa guerra que estaria por vir, é, nesse momento, chamada de guerra moderna, “ação comum que Clausewitz caracteriza por uma dupla condição: união de forças no tempo e no espaço”¹¹⁷. A guerra moderna, tanto na visão de Clausewitz, como na de Foch, prevê a destruição completa do adversário; nela, todas as forças são reunidas para a derrocada total do inimigo, a fim de que o mesmo não possa futuramente promover revanches. Conforme Foch:

Esta destruição, ele a interpreta, a prepara para a batalha, que procura a derrota do adversário, desorganiza o comandante, a disciplina, o viés tático, as tropas, as forças.

Ela se realiza pela perseguição, onde o vencedor explora a superioridade moral que a vitória lhe deu sobre o vencido, o faz em pedaços, termina as tropas desmoralizadas, desagregadas, impossíveis ao comando, quer dizer, forças que não são mais forças.¹¹⁸

A guerra moderna¹¹⁹, para Foch, preconiza a destruição do inimigo e a utilização de métodos racionais que combinam estratégia e tática. É também conhecida como a *guerra total*, envolvendo o esforço de toda nação para gerir e manter o fomento de guerra. Para um melhor desempenho, é necessário a isso se somar o maior conhecimento possível da história militar e, principalmente, dos feitos dos grandes gênios da guerra. O caráter e a formação do comandante é fator decisivo para a conferência do suporte moral à tropa, de forma a poder conduzi-la aos melhores resultados. A arte militar é complexa, sendo dependente de muitos fatores, que, segundo Foch, se desdobram em princípios a serem seguidos e aplicados. Diz ele:

¹¹⁶ id., ib., p. 18.

¹¹⁷ FOCH, op. cit. nota 108, p. 93.

¹¹⁸ id., ib., p. 265.

¹¹⁹ A guerra moderna analisada por Foch é a guerra vindoura, a que ainda não ocorreu, mas que tem grande probabilidade de ser real. O exército em tempos de paz é preparado, de acordo com a hipótese de guerra, para um novo conflito. Os trabalhos de Foch, acima mencionados, foram elaborados antes da Primeira Guerra Mundial, em 1904 e 1906. Em tese, o primeiro conflito mundial teria sido a guerra moderna, aludida por Foch.

A arte militar não é uma arte recreativa, a guerra não é um artigo de diletantismo, um esporte. Agente não a pratica sem razão, agente não a pratica sem um objetivo, como você poderia fazer a música, a pintura a caça ou o tênis, sem que haja um grande inconveniente para seguir o exercício, à fazer pouco ou muito. Na guerra tudo se encadeia, se comanda, se penetra, agente não faz o que quer. Cada operação tem uma razão de ser, quer dizer um objetivo; este objetivo uma vez determinado fixa a natureza e o valor dos meios à colocar em obra, o emprego a se fazer das forças.¹²⁰

Foch, embora possa ter cometido erros de interpretação no que concerne à doutrina de Clausewitz, segundo críticas de Aron, é um estudioso das campanhas napoleônicas e das idéias de Clausewitz. É, a partir desses estudos, que define a guerra moderna como uma guerra nacional, salientando a importância do nacionalismo, e, principalmente, dos aspectos morais. Como enfatiza Schneider:

Foch acaba concluindo que tanto o elemento mecânico como o psicológico conduzem ao que se chama a batalha-manobra, que é a batalha por excelência, baseada na ação da reserva, esse imprevisto que acaba por arrancar a vitória.¹²¹

Foch defende a idéia de que todo exército deve acatar e respeitar a autoridade dos generais, dos chefes, pois eles possuem a árdua responsabilidade de responder por todas as ações da instituição. E, ao contrário do que acontece atualmente em muitos países, Foch pensa que o estado maior deva ser composto por um pequeno e qualificado número de oficiais superiores. Segundo análise de Recouly: “(...) o método de comando de Foch se revela a nós sob a forma de Estado Maior minúsculo, funcionando como um simples gabinete militar (...)”¹²²

Finalizando esta explanação a respeito das idéias de Foch, destaca-se a sua preocupação com o aspecto disciplinar a ser imposto a todo exército em tempos de paz ou de guerra: em sua concepção, são a disciplina e a obediência ampla e irrestrita que mantêm a ordem, permitindo o respeito e o reconhecimento hierárquico. Sem a disciplina, não existe hierarquia, nem obediência, o que, conseqüentemente, decreta o fim das ordens militares. Segundo Foch:

O Exército, de início, é um ser delicado que vive da disciplina. A disciplina é a força principal dos exércitos, e ela é também a primeira condição de sua

¹²⁰ FOCH, op. cit. nota 108, p. 13.

¹²¹ SCHNEIDER, op. cit. nota 34, p. 93.

¹²² RECOULY, Raymond. Foch: essai de psychologie militaire. Paris: Payot, 1921. p. 90-91.

existência; sozinha, graças à organização hierárquica, a transmissão e a execução de ordens que resulta, ela permite ao chefe dirigir uma ação qualquer.¹²³

Foch influencia sua época e as posteriores com seus ensinamentos, principalmente na Escola Superior de Guerra Francesa, onde são formados os futuros comandantes do Exército Francês. Segundo análise de Earle:

A influência dos ensinamentos de Foch na Escola de Guerra se fez sem dúvida sentir na elaboração do Plano de Campanha francesa, onde a doutrina da ofensiva se afirmava totalmente.¹²⁴

Com base nas campanhas de guerra desenvolvidas por líderes detentores de vitórias, tais como Napoleão, Foch cria e desenvolve os princípios de guerra a serem seguidos em campanhas posteriores. Como afirma Schneider, ele define “em estilo clausewitziano a educação militar dos futuros chefes, e colocou o ensino militar entre dois pólos: os princípios e os casos concretos históricos”.¹²⁵ Inspirado na doutrina napoleônica, acredita que a guerra é nacional, envolvendo interesses comuns a todos e, principalmente, à supremacia da nação. Mencionando Napoleão e reafirmando sua importância da história das guerras, Foch afirma: “Para Napoleão há princípios de guerra. Estudando os altos feitos dos grandes capitães, encontramos estes princípios”.¹²⁶ Segundo Recouly:

Nós estamos em plena doutrina Napoleônica. Foch desenvolveu sua idéia, estabeleceu que a guerra será de mais em mais nacional, que ela será feita pelas massas mais e mais consideradas, que o fator humano jogará de mais e mais um papel predominante. Onde a necessidade de voltar a uma estratégia que vise a batalha como argumento supremo e que empregue a manobra (...).¹²⁷

A guerra tem suas origens e seu fim, tem sua natureza e metodologia. É, de acordo com essa natureza, que os militares se servem dos meios apropriados para executar os combates. O militar precisa conhecer e estar ciente desses fatores para atingir os resultados almejados. A arte da guerra consiste em ter mais força que o inimigo. Com esse intuito, devem ser destruídos seus centros de apoio. Como aponta Foch: “procurar as armas

¹²³ FOCH, op. cit. nota 108, p. 276.

¹²⁴ EARLE, Edward Mead. *Les maîtres de la strategie*. Paris: Berger-Levrault, 1980. p. 260.

¹²⁵ SCHNEIDER, op. cit. nota 34, p. 89.

¹²⁶ FOCH, op. cit. nota 108, p. 8.

¹²⁷ RECOULY, op. cit. nota 122, p. 41.

inimigas, centro da força adversária para os bater e destruir, e tomar a direção e a tática que lhe conduzam mais rápido e mais seguramente, esta é toda a moral da guerra moderna”.¹²⁸

A vitória, na guerra moderna, depende primordialmente da tática, da ordem e da evolução dos combates. Não é necessário apenas ter armas superiores às do inimigo, mas também sua moral. A batalha nada mais é do que a luta entre duas vontades, e a guerra é, em si, um departamento de força moral.

3.4 Principais características da doutrina militar francesa

A partir da análise dos pensamentos de Napoleão Bonaparte, segundo Clausewitz e Ferdinand Foch, entre outros expoentes do meio militar francês, é possível estabelecer algumas linhas gerais a respeito da doutrina militar vigente na França, nos anos 20, principalmente no que concerne aos aspectos norteadores dos estudos e da conduta dos oficiais franceses. Ao elaborar esta análise, considera-se, *a priori*, que novos sentidos podem emergir a cada nova leitura, pois “há sempre algo de impróprio e de figurado nas palavras”.¹²⁹

Dessa maneira, é importante compreender que não se pretende aqui a formulação de verdades eternas, mas a proposição de uma versão interpretativa da teoria militar francesa e da leitura sobre ela produzida no Brasil, que considere os métodos e circunstâncias em que foi assimilada pelo Exército Brasileiro. Entende-se, assim, como Matos, que: “(...) o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, questionando, assim, a suposta universalidade das chamadas ‘asserções da verdade’”.¹³⁰

Como anteriormente já foi mencionado, a doutrina de guerra francesa, no período entreguerras, fundamenta-se na ação defensiva, devido aos próprios propósitos da Primeira Guerra Mundial. É a estratégia defensiva que embasa toda doutrina de guerra e militar da França, nesse período.

¹²⁸ FOCH, op. cit. nota 108, p. 41.

¹²⁹ MATOS, Olgária. A filosofia francesa no Brasil: a pragmática da leitura humanista. In: PERRONE-MÓISES, Leyla (org). Do positivismo à desconstrução. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 206.

¹³⁰ id., ib., p. 208. (grifos da autora).

É importante salientar esse aspecto, porque, posteriormente, vai procurar demonstrar que esse é um ponto de discordância entre os franceses, que culmina por motivar cisões internas, às vésperas da Segunda Guerra. Como afirma Castelo Branco:

(...) a doutrina estabelecia a concepção de uma guerra estática, caracterizada por uma frente fixa, contínua, ao longo da fronteira, destinada a esperar o alemão invasor, sem mesmo cuidar de ir ao encontro do inimigo. Até a aviação seria empregada somente para interceptar e não para atacar.¹³¹

Quando um exército se estrutura a partir de um princípio defensivo, todos os planos estratégicos e táticos são de defesa, e isso está diretamente relacionado à mentalidade que se perpassa o corpo de oficiais no desempenho de suas atividades. Os franceses insistem, na ocasião, em acreditar que a fortificação da Linha Maginot é suficiente para conter qualquer ataque alemão. Segundo Leal:

(...) a idade avançada e o espírito conservador dos generais do alto – comando, a maioria heróis da Primeira Guerra Mundial, tais como Foch, Pétain, Weigand e Gamelin, que se obstinavam em defender as táticas por eles utilizadas, tornando-os cegos e avessos a quaisquer novos materiais e novas formas de emprego.¹³²

A França, por tradição militar, considera o exército e as forças armadas em geral como o grande mudo. Seus integrantes não podem fazer política, discutir política ou manifestar-se sob a égide ideológica, devido à necessidade de manter a disciplina.¹³³ Aos militares, cabe cuidar dos problemas das ciências militares, embora a ciência militar seja também um problema da alçada governamental. A instituição armada serve para assegurar o governo constituído e defender a nação das ameaças externas, não lhe sendo facultado intervir ou questionar o rumo da política nacional.

Eis as idéias e valores que constituem a doutrina militar francesa da época.

3.4.1 Guerra total

A guerra é o fim ao qual se destina todo exército. Para o entendimento das idéias legadas pela missão estrangeira ao Exército Brasileiro, é necessária a compreensão da

¹³¹ CASTELO BRANCO, op. cit. nota. 7, p. 247-248.

¹³² LEAL, Guaracy Albano Freire. A evolução da arte da guerra e do pensamento militar entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 777, p. 117, jul./ago./set. 1997.

¹³³ BOLOT, Louis Edmond. La grande muette. Paris: Flammarion, 1902.

concepção de guerra que norteia o universo da doutrina francesa, para quem as beligerâncias podem ser de três tipos: absoluta, real e total.

A guerra absoluta compreende o emprego total de violência, com vistas a massacrar, aniquilar, ou desarmar o inimigo. É o conflito sem controle, sem limites, que leva à destruição do adversário. Todos os recursos possíveis devem ser utilizados pelos combatentes, pois eles irão até as últimas conseqüências, visto que a hostilidade entre as partes, nesse tipo de confronto, atinge seu ápice.

A guerra real é aquela em que a força está subordinada à realidade, estabelecendo-se em uma relação de relatividade com a política. “A política realista corresponde à guerra real. A política ideológica, a guerra absoluta”.¹³⁴ Todo atrito, logicamente, está diretamente relacionado ao poderio de seu estado; o que difere, na guerra real, é que ela não pretende o aniquilamento do inimigo, mas a obtenção do objetivo político.

A guerra total é a guerra nacional. Ela envolve todo país no conflito; por isso, a denominação de nacional. Conforme Martins: “A noção de guerra total significa, nesse momento, que “todos” teriam, na guerra, uma questão pessoal a resolver”.¹³⁵ É também considerada guerra moderna. Ela demanda avanços rápidos sobre o inimigo e, para tal, é preciso que toda nação esteja apta a se engajar no conflito, sem hesitação. Os rápidos sucessos iniciais derivam da capacidade de boa mobilização.

A mobilidade requer excelente e extensa rede férrea e amplo sistema rodoviário. O plano de mobilização registra minuciosamente o que fazer em caso de conflito, distribuindo funções a cada indivíduo da nação. Na guerra total, considera-se que todo armamento que o estado possui é sempre pequeno na deflagração real do conflito. Assim, é indispensável que a nação beligerante produza seu próprio material bélico, senão fica dependente de um segundo país.

O importante, na guerra moderna, é a mobilização de todos os recursos nacionais, de toda força que emana do povo, e a utilização, com toda intensidade, do valor moral nos discursos dirigidos à população. A guerra total faz parte da doutrina de guerra francesa e, conseqüentemente, da doutrina militar. Assim, em relação à doutrina militar francesa, pode-

¹³⁴ DE BRAY, Pierre. *La troisième guerre mondiale est commencée*. Paris: Presse Continentales, 1958. p. 81-82.

¹³⁵ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Guerra é guerra*. Humanidades, Brasília, n. 03, v. 10, p. 231, 1994 (grifos do autor).

se destacar, de acordo com Tristão de Araripe, uma localização em três pontos fundamentais:

- a- A noção da guerra total;
- b-A adaptação da organização do tempo de guerra à organização administrativa e econômica do tempo de paz;
- c- A necessidade de uma legislação flexível e bastante geral para permitir a adaptação às circunstâncias e as modificações impostas à organização da guerra.¹³⁶

Essas três proposições demonstram a consciência dos franceses na probabilidade de ocorrência de uma guerra de destruição em massa. Dessa convicção, decorre a iniciativa de flexibilização do judiciário e de manutenção da organização econômica, em tempos de paz. A característica essencial do exército é o uso da força brutal, fator que o diferencia dos poderes legislativo, judiciário e executivo. O exército é a mão forte, destinada a auxiliar os outros poderes nacionais, quando for necessário. Apenas os três poderes constituídos não bastam a um estado: é preciso usar a força ao lado da lei. Conforme análise de Clerc:

Seria uma ilusão acreditar que é suficiente a um Estado ter o direito para ser respeitado pelos seus vizinhos, como seria vão supor que é suficiente editar uma regra para que ela seja aplicada. O direito não se impõe pela sua própria virtude. (...) É necessário colocar a força ao lado do direito, a sanção ao lado da regra, porque, infelizmente, a maior parte dos homens pretendem que eles respeitem o direito e a regra, então que em realidade é somente a força que eles temem.¹³⁷

A estratégia define o tipo de guerra a ser efetuada, guerra total ou guerra nacional, e, conseqüentemente, os meios a serem empregados, os efetivos, a área estratégica, entre outros aspectos. A tática, enquanto *ciência de aplicação das manobras*.¹³⁸, executa as operações previstas e ou idealizadas no planejamento estratégico. É, segundo Marmont: “A arte dos movimentos executados na presença do inimigo com a formação que oferece mais vantagens a quem está em mais harmonia com as circunstâncias”.¹³⁹

A guerra comporta duas perspectivas: a guerra enquanto profissão e guerra enquanto aspecto moral. Pode-se perder ou ganhar uma guerra moralmente, e pode-se, efetivamente, perder ou ganhar a guerra, devido ao mau ou bom profissionalismo.

¹³⁶ ARARIPE, Tristão. A organização geral da nação para a guerra. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, XVIII, p. 21, dez. 1930.

¹³⁷ CLERC, Henry. L'obéissance militaire: étude juridique. Paris: Charles-Lavauzelle, 1935. p. 01.

¹³⁸ MARMONT. De l'esprit des institutions militaires. Paris: Librairie Militaire, 1873. p. 22.

¹³⁹ id., ib., p. 27.

3.4.2 Caráter do chefe

Entre os pontos altos da doutrina militar, está o caráter do chefe, do comandante e as qualidades que são indispensáveis à sua função. As decisões do chefe adquirem a forma de ordens ou instruções e devem corresponder às reais necessidades da tropa. *L'armée est une nation dans la nation*.¹⁴⁰ Para o estado, o caráter do chefe militar é de suprema importância, pois, quando precisa da intervenção armada, é, na personalidade do comandante do Estado Maior, que encontra os recursos de que precisa dispor.

É no Estado Maior que se formam os comandos; ele é o responsável pela preparação dos elementos para a ocupação dos cargos de chefia, cabendo-lhe também verificar “se as ordens do chefe são recebidas e executadas e se todas as necessidades da tropa foram satisfeitas”.¹⁴¹ A função do comando é a organização, a instrução, a educação e o combate. Em tempos de paz, a missão principal do comando é a instrução para o melhor emprego da tropa, em tempos de guerra.

O Estado Maior é composto por oficiais de alta patente, que educam os novos generais e comandantes, de acordo com seus valores morais, “(...) o generalato é muito mais do que o comando de exércitos em campanha. Pois um exército é, recorrendo ao lugar comum, a expressão da sociedade de onde ele provém”.¹⁴² O comandante, além de ser bem preparado e conhecer com afinco os princípios que regem a instituição a que serve, deve também ter iniciativa e discernimento para agir em momentos inesperados, ou inusitados. Como afirma Foch:

Cada posto, tem atualmente seu papel indispensável na ação; não é apenas suficiente ser sustentado por um soldado valente perfeitamente disciplinado, é preciso um chefe que conhece sua profissão e seja capaz de iniciativa.¹⁴³

O chefe deve estar sempre bem informado e documentado, mesmo que mais tarde se verifique que tal informação obtida não procede, porque o chefe deve dispor de todo o conhecimento para melhor tomar as decisões e conduzir a tropa por caminhos mais seguros. As principais informações, em caso de guerra, concernem à sua própria situação e à do

¹⁴⁰ VIGNY, Alfred. *Servitude et grandeur militaires*. Paris: Gallimard, 1965. p. 29.

¹⁴¹ BAUDOUIN, Louis. *A doutrina*. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1931. p. 08.

¹⁴² KEEGAN, John. *A máscara do comando*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999. p. 16.

¹⁴³ FOCH, Ferdinand. *Memoires: pour servir a l'histoire de la guerre de 1914-1918*. Paris: Plon, 1931. t. 1 e 2, p. 24.

inimigo. Suas ordens devem ser sempre claras e precisas, contendo as idéias, a missão e os meios a serem utilizados para que ela se cumpra com sucesso. Dessa forma, evitam-se outras interpretações por parte do oficial que recebe a ordem.

O chefe deve conhecer a história, as grandes batalhas e, principalmente, a natureza da guerra e do inimigo. “Para Napoleão as informações sobre o inimigo possuíam importância determinante”.¹⁴⁴ Mas o chefe, ainda na visão de Napoleão, deve ter a percepção das circunstâncias e adequar suas ordens e decisões ao desenrolar dos fatos: “a doutrina napoleônica era caracterizada por uma noção de subordinação do chefe a situação, aos feitos e pela vontade que ele devia ter de conhecer, de dominar e de provocar tudo que lhe fosse mais favorável”.¹⁴⁵

A ordem se faz necessária em todos momentos da vida militar: servir à pátria é obedecer aos desígnios do alto comando, do chefe. O chefe deve contar com o respeito da tropa pelo seu exemplo; são os seus princípios e atitudes que levam os subordinados a o seguirem. Segundo Chevallier: “Se o General é fiel aos seus princípios (...) ele será objeto de respeito e de estima e de afeição das tropas”.¹⁴⁶

O chefe, para ter êxito no comando das unidades, tem que despertar o respeito e a admiração dos subordinados. As ordens emanadas, autoritariamente, são cumpridas, mas o subordinado não a executa com satisfação. A relação chefe subordinado mantém a doutrina da instituição fortificada e coesa, pois nela se encontram os principais aspectos da vida militar: disciplina, obediência, servidão, confiança e caráter do chefe. Essa máxima é defendida por Maquiavel, quando ele diz que o *príncipe* não deve ser temido, mas respeitado pelos súditos. De acordo com Toulemonde:

O Homem de autoridade sozinho goza do privilégio da confiança intelectual sem limites, dentro de todos ou quase todos os domínios, pela admiração que possui no espírito dos subordinados. O homem de autoridade impõe facilmente a obediência sem discussão, e este fato implica da parte do subordinado um esforço bem mais penoso e um grau de confiança maior que ao dar seu consentimento e afirmação.¹⁴⁷

¹⁴⁴ CARRIAS, Eugene. La pensée militaire française. Paris: Presse Universitaire de France, 1960. p. 222.

¹⁴⁵ CARRIAS, op. cit. nota 144, p. 219.

¹⁴⁶ CHEVALLIER, Camille. Sagesse du chef. Paris: Raisin, s.d. p. 251.

¹⁴⁷ TOULEMONDE, Abbé Jean. L'art de commander: psychologie de la autorité personnelle. Paris: Librairie Bloud & Gay, 1929. p. 169.

Existe uma tênue diferença entre comandar com autoritarismo e comandar com autoridade. O autoritarismo provoca sentimentos negativos no subordinado, que acaba por não respeitar e não admirar o chefe; já a autoridade emanada pelo chefe inteligente agrada psicologicamente os comandados, que nem pensam em questionar a missão, mas em satisfazer seu chefe e voltar para casa com a certeza do dever cumprido.

Quando o chefe é admirado e respeitado, cativa a confiança de seus subordinados, sendo mais facilmente por eles seguido. Para isso, o chefe deve acreditar na causa de que está incumbido, pois “a força do Exército é o espírito que o anima”.¹⁴⁸ O chefe deve ter calma para transmitir segurança; deve falar pouco, evitando tagarelices, para não perder seu prestígio. O chefe nunca critica seus superiores ou as ordens superiores, pois, se assim o fizer, passa a oferecer margens para que seus subordinados não cumpram suas decisões, criando um clima de desconfiança e incerteza: o exemplo é sempre a melhor lição.

Todos os caracteres exigidos do chefe postulam sua adaptação ou não ao cargo de comando e o seu lugar na força. A competência específica do chefe é comandar; caso não possua os atributos exigidos para o posto, não pode desempenhá-lo, pois isso acarretaria grande prejuízo para a instituição, devido à falta de profissionalismo e competência. Entender que cada militar adequa-se a determinado serviço é agir com sabedoria, sem prejuízo para a força. Como explica Gavet: “Para desenvolver os valores de uma unidade, é preciso: 1. despertar e estimular o valor dos elementos individuais; 2. colocar esses elementos no lugar certo em suas funções; 3. exigir que aí ajam com todo vigor, isto é, com toda sua inteligência”.¹⁴⁹

Entre as competências do chefe, está a compreensão e o respeito às importantes variantes psicológicas que podem interferir na relação chefe/subordinados, que devem, então, ser consideradas. “O chefe deve conhecer seus homens para estar em condições de adaptar suas ordens à capacidade de cada um”.¹⁵⁰ Ao identificar os elementos de que dispõe, o chefe sabe como se dirigir e dar a ordem a cada um deles, respeitando sua individualidade e seus valores. Quanto maior for sua representatividade na cadeia hierárquica, mais aprimoradas devem ser suas qualidades.

¹⁴⁸ COURTOIS, Gaston. A arte de ser chefe. Lisboa: Sampedro, 1968. p. 35.

¹⁴⁹ GAVET, André. A arte de comandar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958. p. 57.

¹⁵⁰ COURTOIS, op. cit. nota 148, p. 74.

O chefe sempre é um agente educador, aquele que ministra instruções e também organiza as ações. Mais do que “comandar”, ordenar significa “por em ordem”, isto é, “organizar”.¹⁵¹ Considerar o aspecto psicológico é um dos principais fatores que conduzem ao êxito da causa militar, porque o chefe precisa de respostas. De nada resolve possuir todos atributos de chefe, se não tem habilidade com os subordinados, pois é deles que provém as respostas, ou seja, a fiel execução das ordenanças.

Quando o chefe não é correspondido pelos comandados, tem o direito e o dever de puni-los, mas os indivíduos castigados devem ter a compreensão de que, na verdade, não é o chefe que os está a punir, mas os regulamentos, as normas, a doutrina militar, que reclamam a obediência de todos. Conforme afirma Courtois:

Punir não é só um direito; é, sobretudo, um dever, por vezes doloroso, mas ao qual ninguém deve furtar-se. O homem punido tem obrigação de dar-se conta de que não somos nós que o castigamos, mas a lei e os regulamentos de que somos representantes.¹⁵²

O exército é motivado pelo trabalho de equipe; a base dessa instituição repousa no bom relacionamento de seus membros. A simpatia e a afetividade do chefe podem criar, no ambiente, maiores facilidades no desempenho das funções. As qualidades do chefe podem ser consideradas como a mola mestra do sucesso no exército; é sobre os seus ombros que são conduzidos os desígnios da força. Conforme análise de Maquiavel: “O que mais costuma manter o Exército unido é a reputação do general, isto é, de sua coragem e boa conduta, sem elas, nem o berço de ouro nem qualquer outro tipo de autoridade é suficiente”.¹⁵³

Napoleão bem ressalta a imprescindível importância do chefe no bom desempenho do exército. O chefe, em sua visão, é aquele que guia que toma as decisões, que analisa as possibilidades e os riscos, aquele que tem a responsabilidade de colocar as tropas em marcha e de fazê-las combater. Todo cálculo de ataque e de defesa é feito pelo chefe; qualquer erro que cometa pode ser fatal para o aniquilamento da tropa e a derrota da nação. Dado o grau de responsabilidade que pesa sobre o chefe, Napoleão define assim sua primeira qualidade: “A primeira qualidade de um general chefe é de ter uma cabeça fria,

¹⁵¹ id., ib., p. 115. (grifos do autor)

¹⁵² COURTOIS, op. cit. nota 148, p. 140.

¹⁵³ MAQUIAVEL, Nicolau. A arte da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 161.

que recebe as justas impressões dos objetos, que não se acalore nunca, não se deixe deslumbrar, embriagar pelas boas ou más novidades”.¹⁵⁴

3.4.3 Servidão e obediência

Os oficiais que recebem as ordens do chefe devem, por sua vez, saber, acima de tudo, “servir faz a grandeza do oficial de Estado Maior e isso exige um esforço contínuo”.¹⁵⁵ A Escola de Estado Maior é encarregada de formar esses oficiais e ensiná-los como devem servir para alcançar um desempenho proveitoso; por meio de seus estudos os oficiais são paulatinamente preparados para o comando. Entre as qualidades desses oficiais, segundo Baudouin, estão:

(...) antes de tudo ele deve ser trabalhador consciencioso. (...) ele deve fazer suas as idéias do chefe(.) deve dar o exemplo de confiança, de bom humor, se esforçando para contagiar com tais sentimentos o coração da tropa para qual ele trabalha.¹⁵⁶

Uma das grandes qualidades do oficial francês é a servidão. O militar deve servir em tempos de paz para que possa servir ainda mais e também comandar em tempos de guerra. Segundo Foch: “na guerra para saber comandar é preciso antes ter aprendido a obedecer”.¹⁵⁷ A obediência é um dos principais e mais difíceis valores do militar, pois implica inteira dedicação à causa militar ou nacional. Como afirma Tanant: “De início e antes de tudo: Servir. Servir, quer dizer se dar de corpo e alma a alguém ou alguma idéia. Em nosso caso particular, este alguém é a França, e esta idéia, é a idéia de pátria”.¹⁵⁸

A ordem do chefe, suas qualidades e a forma como essa ação é recebida pelo corpo de oficiais faz parte da doutrina, ao mesmo tempo em que necessita da doutrina para continuar articulada com o corpo de oficiais. Ocorre um movimento circular, diretamente proporcional, entre a prática e a teoria, no qual uma é interdependente da outra, para que o sistema possa funcionar, sem nenhum prejuízo à estrutura da instituição. Assim, o exemplo é tudo e “o chefe deve ser um modelo vivo de tudo que exige”.¹⁵⁹ É, na formação militar,

¹⁵⁴ BONAPARTE, op. cit. nota 85, p. 300.

¹⁵⁵ BAUDOUIN, op. cit. nota 141, p. 14.

¹⁵⁶ BAUDOUIN, op. cit. nota 141, p. 13-14.

¹⁵⁷ RECOULY, op. cit. nota 122, p. 42.

¹⁵⁸ TANANT. L'officier de France. Paris: La Renaissance du Livre, 1920. p. 7-8.

¹⁵⁹ LEBAUD. Comandar. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.p. 120.

que está patenteada a sobrevivência do exército. Daí decorre a importância vital das escolas preparatórias, como bem aponta Baudouin:

Esforçar-nos-emos em proporcionar-vos todos os elementos necessários à vossa formação militar e em inculcar-vos um método de trabalho. Esses elementos e esse método constituirão a Doutrina, isto é, uma maneira comum de encarar e tratar os problemas de ordem militar. Somente a doutrina permite obter o rendimento máximo, e sem ela haverá dispersão de esforços e, conseqüentemente, a impossibilidade em conseguir-se resultado satisfatório.¹⁶⁰

A obediência, segundo estudo de Henry Clerc, pode ocorrer em três níveis: a passiva, considerada obediência cega; a legal, aquela em que o indivíduo só obedece pela lei: *se ele recebe uma ordem ilegal, ele não obedece*¹⁶¹; e a com reservas, considerada impraticável pelos militares. É a obediência cega que deve ser praticada no meio militar para que a instituição tenha êxito. Como afirma Clerc: “A obediência rigorosa dos chefes militares às ordens do governo necessita, para ser eficaz, uma obediência semelhante no interior do Exército em todos os graus de hierarquia”.¹⁶²

O alto comando do exército e das forças armadas deve acatar as decisões políticas tomadas pelo governo, sem questioná-las, independentemente de seu teor ou legalidade. Para que se cumpram as ordens determinadas pelo político, é necessário que toda cadeia hierárquica militar corrobore e pratique as missões estipuladas. A união no exército advém do grau de obediência e entendimento entre seus membros. Ainda segundo Clerc:

A força do exército vem da sua coesão, obtida por uma estreita dependência de todos os órgãos que a compõe. Na execução de uma ordem dada por um superior, ele não deve ter nenhuma hesitação por qualquer motivo que seja, mesmo que ele tenha uma dúvida sobre a legalidade da ordem.¹⁶³

A obediência praticada pelo militar deve ser cega, sem questionamentos, dúvidas, hesitações ou problematizações. Seus integrantes devem se esforçar para não fazer nenhum juízo de valor, pois sua função não lhes permite; não lhes cabe, em qualquer escala hierárquica, ter posicionamentos, porque “o Exército é cego e mudo. (...) Ele não vê nada e age por competência”.¹⁶⁴ A obediência é um dos maiores valores do militar. Conforme

¹⁶⁰ BAUDOUIN, op. cit. nota. 141, p. 23.

¹⁶¹ CLERC, op. cit. nota 137, p. 76.

¹⁶² CLERC, op. cit. nota 137, p. 68.

¹⁶³ id., ib., p. 68.

¹⁶⁴ VIGNY, op. cit. nota 140, p. 18.

Vigny: “A servidão militar é dura e inflexível como a máscara de ferro do prisioneiro sem nome, e dá a todo homem de guerra uma figura uniforme e fria”.¹⁶⁵

Mas a servidão não é uma qualidade fácil de ser praticada, pois, para obedecer sem restrições, sem questionamentos, é preciso confiar nos chefes e superiores e ter, acima de todo e qualquer propósito, o objetivo do dever cumprido. A figura fria e uniforme, citada acima por Vigny, é a noção comum que se tem a respeito do militar. Independentemente de sua vontade, está a vontade da instituição que sempre nada mais é do que a vontade do governo federal. Segundo análise de Toulemonde:

(...) obedecer às ordens sem discutir implica um esforço bem mais penoso e também um grau superior de confiança. (...) Desde a decisão anunciada pelo chefe a sua execução, pelos subalternos, existe uma distância que separa a ordem lógica da ordem ontológica. Porque a obediência sem objeção supõe não somente que se acredita na inteligência e na capacidade do chefe, mas também que somente sob a impulsão desta voz, nós vamos transpor as limites do domínio do espírito, para colocar o corpo em atividade e concluir cansado, sofrendo risco para a saúde, e talvez de vida. Crer não supõe humilhação; obedecer comporta em outra pena, um labor, um mal e um risco físico.¹⁶⁶

A obediência cega e passiva é, sem nenhuma dúvida, um ato difícil que, muitas vezes, pode se contrapor aos ideais e aos valores intrínsecos dos executantes. Por isso, nem sempre se estimulam os militares a desenvolver o senso crítico e o pensamento filosófico a respeito das razões e das próprias justificativas. Os atributos intelectuais podem comprometer seriamente a carreira do militar, pois antes de obedecer, ele irá questionar. O espírito pessoal vai, assim, aos poucos, sendo apagado; desaparecem os caracteres que diferenciam um militar dos outros colegas de classe. De acordo com Girardet:

(...) o oficial perde pouco a pouco a habilidade de agir e de pensar por si mesmo: o medo das responsabilidades, furta-lhe diante das iniciativas, paralisa a audácia e a imaginação, estas são a maior parte das últimas conseqüências do culto da ordenança e do respeito devotado ao sacro-santo regulamento.¹⁶⁷

3.4.4 Disciplina

A disciplina é outro aspecto preponderante na doutrina francesa. Por seu intermédio, os subordinados obedecem e mantêm-se assim a hierarquia: “é na virtude da obediência,

¹⁶⁵ id., ib., p. 21.

¹⁶⁶ TOULEMONDE, op.cit. nota 147, p. 158.

¹⁶⁷ GIRARDET, Raoul. La société militaire: de 1815 à nos jours. Paris: Perrin, 1998. p. 79-80.

que parece daqui em diante se resumir a honra militar”.¹⁶⁸ A disciplina possui importância indiscutível no meio militar, pois é ela quem regula e coordena os esforços. A disciplina é a força principal dos exércitos. Sem ela, perdem-se a obediência e, conseqüentemente, a organização hierárquica. Conforme Tanant:

A disciplina material é necessária, mas ela é insuficiente e de baixa qualidade. A disciplina moral produz os efeitos mais duráveis, sobretudo na guerra. A verdadeira disciplina continua sendo a obediência passiva e uma iniciativa obediente. Em efeito, entre a ordem dada e as condições efetivas de realização, há sempre uma distância. Aquele que quer realmente obedecer faz por si mesmo, o que é necessário para complementar a vontade do chefe.¹⁶⁹

Disciplinar é uma tarefa a ser desempenhada pelo corpo e pelo espírito. Uma das preocupações dos franceses é com o corpo dos integrantes da tropa. Os homens devem ter porte, boa aparência e músculos trabalhados. Para isso, são imprescindíveis as aulas de educação física. A resistência física, aliada à destreza, forma o bom soldado. Segundo Foucault:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. (...) A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício. (...) o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num processo que lhe é específico, o exame.¹⁷⁰

Foucault, ao analisar a disciplina como forma de repressão por parte dos agentes do estado, fornece subsídios sobre a importância da disciplina do corpo para os integrantes de uma força. A educação física é adotada no adestramento dos corpos, deixando-os mais resistentes ao terreno, ao tempo e aos imprevistos que possam ocorrer em estado de guerra. Os franceses têm a preocupação com o fortalecimento e desempenho físico da tropa.

Um dos pilares da doutrina francesa, na sustentação da prática da educação física para o adestramento e educação dos soldados e oficiais, são as competições esportivas. Os indivíduos preparados fisicamente vencem os campeonatos ocorridos na instituição, o que psicologicamente gera o desejo de vitória. Os desafios apresentados aos militares procuram incentivar corpos trabalhados e resistentes. A instrução tem por meta, como aponta Lebaud:

¹⁶⁸ GIRARDET, Raoul. *La société militaire dans la France contemporaine (1815-1939)*. Paris: Plon, 1953. p. 118.

¹⁶⁹ TANANT, op. cit. nota 158, p. 35.

¹⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 143.

Fortalecer o corpo (...). Antes de tudo, o homem será um belo animal. Nesse corpo robusto, a alma deve ser encorajada. Desenvolver o sentimento do dever e retemperar a vontade. Enfim, ensinar o uso das armas e a habilidade de servir-se delas em combate, em ligação com os camaradas, constituem a instrução propriamente dita: Técnica e Tática.¹⁷¹

Em caso de conflito, é preciso que o exército tenha em suas fileiras os melhores homens, bem preparados fisicamente e capazes de demonstrar, nas operações de guerra, as qualidades de um corpo treinado mediante muitos esforços. Talvez seja preciso suportar o frio, nadar por muitas horas, atravessar vales e desertos, subir cerros e montanhas, fazer escaladas e enfrentar toda a sorte de intempéries, à mercê do clima e do relevo, pois tudo depende da estação e da área estratégica, no desempenho das táticas treinadas. De acordo com De Gaulle:

A Instrução militar, mais rude e variada do que nunca, reclama uma grande plasticidade dos músculos e do espírito. Se a espécie de missões que o Exército profissional terá que desempenhar exige do comando combinações sagazes e previdentes – porque se deve ser avaro do capital limitado –, ela implica nos executantes qualidades juvenis: gosto do risco e falta de apego a si mesmo. As tropas de carreira não devem padecer de nada do que torna doloroso o afastamento de um lugar: costumes, interesses, laços de família.¹⁷²

A disciplina é um dos aspectos doutrinários que mantém a força coesa, permitindo que o poder hierárquico não seja quebrado. Está diretamente relacionada à obediência e à servidão militar; ela é o élan de sustentação da estrutura militar. Segundo De Gaulle: “Em virtude da disciplina, uma espécie de contrato é firmado entre o chefe e os subordinados. Fica entendido que a obediência é devida por estes àqueles, e que cada um se esforce para realizar o que lhe é hierarquicamente prescrito”.¹⁷³

Não há disciplina sem submissão, independentemente de ser tempo de paz ou de guerra; em qualquer circunstância, as ordens são acatadas pelos subordinados de acordo com o grau da cadeia hierárquica. “A disciplina obriga a deferência e o respeito aos superiores, em todas circunstâncias”.¹⁷⁴ Como bem afirma Bonaparte: “as primeiras qualidades do soldado são a constância e a disciplina”.¹⁷⁵

¹⁷¹ LEBAUD, op. cit. nota 159, p. 85.

¹⁷² DE GAULLE, op. cit. nota 50, p. 91.

¹⁷³ DE GAULLE, op. cit. nota 16, p. 44.

¹⁷⁴ BOLOT, op. cit. nota 133, p. 300.

¹⁷⁵ ARCHIVES DE LA MARINE, op. cit. nota 71, p. 285.

A submissão às ordens dos superiores é essencial. Sob nenhuma hipótese, elas devem ser questionadas, pois esse tipo de discussão leva à incerteza, à falta de confiança e, fatalmente, à indisciplina. As discórdias e as rebeliões devem ser banidas do exército pela punição de seus membros ou mesmo pela sua baixa das fileiras. Quanto mais disciplinado for o exército, maior sua probabilidade de atingir as metas propostas. Segundo Maquiavel, “devem-se punir os agitadores de maneira exemplar, mas de tal maneira que isso seja feito antes que imaginem tua intenção de fazê-lo”.¹⁷⁶

3.4.5 Espírito de grupo

No meio militar o *eu* não existe, o que há é um sentimento de coletividade: o espírito de grupo é estimulado. Os interesses da tropa, do regimento e da instituição estão acima das vaidades e interesses pessoais. Segundo Tanant:

Não se deve mais esquecer que a verdadeira disciplina comporta não somente as sanções penais. Mais ainda recompensas.

Não teve em nosso exército que de recompensas individuais. Nós temos, forte decreto judiciário que acorda as recompensas coletivas feitas para excitar a emulação e desenvolver o espírito de corpo: citações, forragens, remição na decoração da bandeira.¹⁷⁷

Velar pelos interesses do grupo é uma das inumeráveis qualidades que o chefe e todos os integrantes são obrigados a possuir. As recompensas coletivas fortalecem o espírito de grupo, de corpo de tropa. O chefe deve adotar sempre a iniciativa de mostrar a importância do trabalho em conjunto e o valor de cada elemento no contexto. A imparcialidade é outra característica que, *a priori*, compõe a figura de liderança: tem que ser praticada no seio da equipe, pois ao aplicar as ordens e ao impor a disciplina, não se deve, nem pode praticar nenhuma arbitrariedade. A justiça deve imperar acima de tudo e de todos. Como afirma Tanant:

A justiça exclui a arbitrariedade contra qual todos nossos regulamentos, desde dois séculos, tomou todas as precauções possíveis. Mas, para que a arbitrariedade não exerça seus estragos, é essencial que o chefe faça abstração das pessoas.¹⁷⁸

¹⁷⁶ MAQUIAVEL, op. cit. nota 153, p. 161.

¹⁷⁷ TANANT. La discipline dans l'armée française. Paris: Charles-Lavauzelle, 1938. p. 242.

¹⁷⁸ id., ib., p. 302.

3.4.6 Confiança

Somente com justiça a instituição adquire confiança: daí a necessidade de um comportamento neutro do chefe, sem priorizar seus interesses particulares ou mesmo os amigos que lhe sejam caros. A confiança transpõe os limites internos dos quartéis e faz com que a nação se sinta segura ao possuir um exército justo e confiável. Não se trata apenas da confiança exigida nos campos de batalha, mas, em sentido amplo, daquela praticada e estimulada cotidianamente. É na disciplina, na submissão, que está alicerçada a confiança. Segundo Gavet:

Educai-vos desde o início na concepção ideal do papel do oficial. Constatari e discriminari as altas qualidades que fazem o valor de um chefe militar e o colocam em situação de obter a confiança e a submissão absoluta dos homens que tem sob suas ordens.¹⁷⁹

A confiança deve sempre estar presente entre o chefe e o soldado, o chefe e os oficiais. A atitude do chefe está inserida e consubstanciada na mais nobre tradição do exército francês, pois, caso impere a desconfiança, um clima de inquietude pode ameaçar a ordem constituída e a construção dessa relação segura entre chefes e subordinados. “O confidente profissional do oficial, é seu chefe”.¹⁸⁰ Na alma dos franceses, segundo Tanant, está claro que:

A disciplina não é somente este lugar exterior que a gente imagina às vezes. Ela é antes submissão e obediência, mas ela supõe, em quem comanda, a confiança para com seus subordinados. É preciso que ele saiba que estes que lhe seguem, e que, mesmo longe de seu olhar, eles se conformarão às suas ordens com inteligência e devotamento. E ela supõe em quem obedece, a confiança no chefe, confiança que não é assegurada que pelo devotamento e capacidade do chefe que está acima de toda suspeita. Em uma palavra, a disciplina, é a confiança de cada um em todos, é a realização desta unidade moral que é o recurso primeiro da força.¹⁸¹

3.4.7 Coragem

Além da confiança, a coragem é outro atributo também referendado pelos oficiais franceses como elemento essencial ao bom comportamento de unidade. É preciso coragem para obedecer, para respeitar a hierarquia, para executar com presteza uma ordem e para

¹⁷⁹ GAVET, op. cit. nota 149, p. 141.

¹⁸⁰ TANANT, op. cit. nota 177, p. 313.

¹⁸¹ id., ib., p. 324.

manter cotidianamente o estado ideal da força; é necessária a coragem para vencer o inimigo e enfrentar qualquer adversidade nas linhas de confronto. Segundo Tanant:

A verdadeira coragem e a verdadeira disciplina exigem que cada um fique no seu lugar e cumpra a função que lhe é devotada. Agir de outro modo é criar a desordem.

Mas a coragem quer ainda outra coisa. Meditação, a famosa ordem do general Pétain quando ele tornou-se comandante em 1917.¹⁸²

A coragem é um importante atributo que todo corpo militar precisa cultivar. O perigo está à frente e o inimigo, com certeza, desempenhará os conhecimentos para os quais foi treinado. A coragem tem que se impor ao medo e à insegurança do confronto e mesmo ao temor da morte. De acordo com Tanant:

A coragem verdadeira é a vontade de enfrentar o perigo que vai se apresentar e que vamos medir como ela vai nascer sem conceber sua grandeza que logo será realmente diante de você, e é a vontade de dominar, que a sustenta.¹⁸³

Coragem em tempos de paz e de guerra é o que se espera dos comandantes e de seus comandados. Um bom chefe, antes de tudo, deve participar atos de coragem frente aos seus subordinados. Não se deve esquecer a preponderância no exemplo na relação chefe-comandados: chefe deve ser corajoso, honesto, sincero, e pensar, acima de tudo, no melhor para o grupo. Assim, a personalidade do chefe é decisiva, em qualquer momento, como evidencia Tanant:

O caráter, freando as paixões, dão ao homem o domínio de si, obriga o espírito a não procurar que a verdade e a não querer que o bem. Se adquire nesta ciência a necessidade de conduzir os homens que você aspira no futuro.¹⁸⁴

3.4.8 Ambição

Na doutrina militar francesa, conta-se também com a ambição, que, em uma perspectiva positiva, é outro atributo essencial à vitória do exército, em tempos de guerra, e às maiores conquistas, em tempos de paz. A autoridade também assume papel de relevância: o chefe deve saber dar voz de comando em toda e qualquer situação. A ambição é o sentimento que conduz o homem à vitória e à obtenção de seus objetivos.

¹⁸² id., ib., p. 313.

¹⁸³ TANANT, op. cit. nota 158, p. 70.

¹⁸⁴ TANANT, op. cit. nota 158, p. 109.

O exército tem por finalidade a segurança da nação e, para cumprir seus objetivos, necessita de homens audazes que possuam a capacidade física e intelectual para corroborar com os ideais de sua pátria. E a ambição é um dos valores imprescindíveis a todos integrantes, desde o soldado até a mais alta escala hierárquica. A autoridade tem que ser utilizada com base na legalidade e nos valores morais. Os valores morais e intelectuais são tidos como os mais importantes e preponderantes, entre todos os outros, e devem estar acima das ambições pessoais de cada militar, conforme o pensamento de Tanant:

Um oficial mesmo muito brilhante mesmo muito inteligente mesmo muito corajoso, que tenha a conduta privada imoral é um detestável oficial. Ele desonra o exército, que deve poder lhe rejeitar de seu meio.¹⁸⁵

3.4.9 Moral

A força moral é a principal energia em um exército e em uma batalha. Segundo Pétain, “há três coisas em um Exército: a moral da tropa, seu material e seu instrutor e seu número”.¹⁸⁶ O chefe deve conhecer psicologicamente seus subordinados, saber sua conduta militar, seus dotes físicos e intelectuais. Apenas teoria não é suficiente para isso; é preciso que seja empregada, na prática, a disciplina e todos os princípios militares, para que o chefe os conheça. A força moral individual é muito importante, pois é com a ação e o esforço de cada membro que se chega à vitória. Como bem remarca Tanant:

Toda nossa história militar, todos os escritos dos filósofos, como a memória dos mais modestos dos guerreiros, tudo prova que a grande questão, a única questão, a guerra, se origina da força moral. Nós testemunhamos em 1917.¹⁸⁷

O exército é formado por uma composição orgânica de forças. Como bem elucida Vigny, “o Exército é uma Nação dentro da Nação”.¹⁸⁸ É um organismo que possui regulamentos, rotina de trabalho, produção intelectual, cursos de formação, regras de conduta, doutrina e muitas outras características que o diferenciam do meio civil e permitem que tenha vida própria dentro da Nação.

O valor moral de cada um conforma a força moral da instituição. Dessa maneira, chega-se ao espírito militar: com uma equipe concisa e consciente de seu dever e do sentido

¹⁸⁵ id., ib., p. 138-139.

¹⁸⁶ RECOULY, Raymond. Joffre. Paris: Potigues, 1931. p. 26.

¹⁸⁷ TANANT, op. cit. nota 177, p. 334.

¹⁸⁸ VIGNY, op. cit. nota 140, p. 14.

que possuem as funções que desenvolve. O comando, a subordinação, a educação militar, os princípios, a hierarquia, a obediência, a disciplina e a coragem compõem as faculdades morais. De acordo com Marmont, integrante do exército francês: “Três coisas são necessárias para dar valor às tropas: amor à ordem, hábito de obediência e a confiança em si mesmo e nos outros. Essas são sob o aspecto moral, as bases fundamentais de um Exército”.¹⁸⁹

3.4.10 Hierarquia

O chefe, pessoa de destacada relevância para o meio militar, aquele que direciona a instituição, lidera guerras, dá instrução nas academias e escolas, é automaticamente o responsável direto pela manutenção e preservação da doutrina militar. São os chefes que mantêm as tradições acesas, os heróis reverenciados e a história militar ativamente aplicada aos seus quadros. Mas, segundo Tanant, duas últimas qualidades não lhe podem faltar: um bom coração e a benevolência. A abnegação, “o sentimento de disciplina, que faz servir, a idéia de honra, de coragem, a autoridade, o exemplo, tudo não é nada, si lhe falta o coração”.¹⁹⁰

A disciplina, a hierarquia e a subordinação são os princípios que embasam o exército e lhe fornecem continuidade. Para Gavet, eles se completam simultaneamente:

Hierarquia e subordinação são termos quase sinônimos. A hierarquia é a organização formal do exército, o quadro da estrutura do órgão, que mostra o sistema de transmissão com suas ramificações cada vez menores. A subordinação é o princípio que assegura a transmissão.¹⁹¹

A hierarquia simboliza a instituição e lhe dá legitimidade; através dela se age em nome do legal, do pré-estabelecido em lei. A hierarquia ordena as funções e os indivíduos, mantém a disciplina e a subordinação. O exército existe como corporação pela sua organização, estabelecida hierarquicamente. A esse respeito, acrescenta Rouquié:

É a hierarquia que legítima tem uma função de canalização, a hierarquia se reserva a função de “filtragem”, quer dizer que ela descarta as demandas consideradas não legítimas e aceita as outras demandas. Ao mesmo tempo, ela

¹⁸⁹ MARMONT, op. cit. nota 138, p. 216.

¹⁹⁰ TANANT, op. cit. nota 177, p. 140.

¹⁹¹ GAVET, op. cit. nota 149, p. 96.

interpreta os papéis constitucionais das forças armadas, e ela vigia a manutenção dos valores corporativos.¹⁹²

Os valores corporativos são mantidos e sustentados pela hierarquia, e, nesse contexto, estão simbolizados todos os outros caracteres da doutrina antes trabalhados. Quando se pratica diariamente a hierarquia, está-se agindo de acordo com a subordinação, o respeito e confiança no chefe, com espírito de grupo, liderança, ambição, coragem, disciplina e determinação. A hierarquia e a subordinação fazem parte da vida cotidiana dos quartéis, e, nessa prática, estão inseridos todos os outros valores doutrinários.

Ao chefe, impõe-se uma série de predicados, considerados essenciais ao bom entendimento e funcionamento da força. Para que as coisas se passem da maneira prevista e esperada e possam concomitantemente atingir as metas e resultados almejados, é necessário e fundamental o corpo de doutrina. Portanto, todas as características aqui expressas fazem parte da doutrina militar, sendo para ela de valor inestimável.

O exército é preparado para a guerra e desse, adestramento, decorre uma série de outras medidas que acabam por impulsionar outros setores da sociedade, tais como a indústria e os valores políticos. O exército possui seus costumes e tradições, seu modo de pensar ligado aos armamentos e as técnicas de guerra, transportando seus interesses corporativos para outros segmentos da vida nacional. Independentemente da nação entrar ou não em guerra, essa influência é sentida, e ideologicamente toca a cultura política do estado: “É definitivamente a emersão de uma nova cultura política que a guerra pode dar nascimento, cultura política dentro da metáfora guerreira (...)”.¹⁹³

É de extrema importância que um estado constituído tenha sua força preparada e equipada, mesmo que não tenha a pretensão de entrar em guerra, pois é também da força militar que advém o prestígio internacional. E o meio militar, por si só, incentiva o desenvolvimento de outros segmentos nacionais, importantes para a economia. Segundo Caplon e Vennesson:

A guerra ela mesma, e igualmente as tensões internacionais, sua amplitude, o grande papel que eles conferem a instituição militar e a seus valores, exercem uma influência sobre as instituições políticas, as ideologias, os valores políticos de sociedade. A guerra pode contribuir para a emergência do militarismo, mas

¹⁹² ROUQUIÉ, Alain. Les partis militaires au Brésil. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p.33.

¹⁹³ VENNESSON, Pascal; CAPLON, Théodore. Sociologie militaire: armée, guerre et paix. Paris: Armand Colin, 2000. p. 113.

este fenômeno é muito diferente da simples existência das forças armadas no seio de um Estado.¹⁹⁴

Assim, o militarismo é mais do que a existência das forças armadas no seio da sociedade: é um grupo corporativo que mantém vivos valores, disciplina, hierarquia, prioridades, e muitos outros aspectos que interferem na cultura política do país, assim como sofrem a influência da sociedade. São dois vieses que se completam e se necessitam para coexistirem.

Esses são os princípios da doutrina militar francesa dos anos 20. Posteriormente, procurar-se-á analisar como essas idéias e valores são introduzidos no universo militar brasileiro e de que forma modificam a doutrina.

O presente capítulo tinha como objetivos centrais o exame das formas de constituição de uma doutrina militar, bem como a análise da base filosófica positivista de sustentação dos quartéis nacionais e do surgimento, no decorrer da década de 30, do nacionalismo no seio da política brasileira. Finalmente, buscou-se traçar uma configuração da doutrina militar francesa, passando por seus principais teóricos, à época em que é enviada ao Brasil a MMF.

¹⁹⁴ id., ib., p. 112.

4 Expansão cultural francesa: ação e agentes culturais

No início do século XX, o desejo de expansão cultural francesa é motivado, entre outros fatores, pelas divergências e disputas com a archi-inimiga Alemanha. Nesse período, a rivalidade entre esses dois países, já por demais conhecida, dá origem a uma corrida armamentista e ao desenvolvimento de uma política de expansionismo cultural.

Ainda no final do século XIX, surge na França uma forte corrente nacionalista, que conta com o aval do governo e da população em geral. Esse sentimento conduz à valorização dos produtos nacionais, tanto no seu aspecto material, quanto no intelectual, procurando elevar a França à condição de centro internacional.

O nacionalismo francês desse período é uma reação contra a Alemanha vitoriosa da guerra de 1870, cujas conseqüências históricas e intelectuais estão ainda muito presentes. Como elucida Digeon: “Os nacionalismos são os representantes da geração de 1890, são os que intelectualmente mais aproveitaram da reação após a guerra de 1870”.¹ A França, derrotada na guerra franco-prussiana², além de tudo, perde os territórios de Alsácia e Lorena para Alemanha.

Ora, a possibilidade de uma nova guerra desperta então nos franceses e alemães protestos de inflamado patriotismo e desejo de aumentar o poderio armado. O nacionalismo renova o espírito nacional, e a idéia de guerra passa a ganhar contornos mais precisos. Segundo Digeon:

Alemanha tornou-se uma potência mundial; sua formidável expansão começa a ser revelada aos franceses. (...) o nacionalismo intelectual bem constituído em 1905, aproveita. (...) a “Questão Alemã” comanda sempre as preocupações nacionais.³

Em clima de franca competição com outros países da Europa, mas, em especial, com a Alemanha, a França inicia um forte movimento, cujas ações são voltadas à guerra

¹ DIGEON, Claude. *La crise allemande de la pensée française (1870-1914)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959. p. 390.

² A guerra franco prussiana (1870-1871) ocorreu no governo de Napoleão III. O comandante das tropas era o general francês Patrice MacMahon. Entre as razões da derrocada francesa, está a minoria de efetivos e o menor potencial bélico da França. A guerra findou com o Tratado de Frankfurt, assinado em 10 de maio de 1871.

³ DIGEON, op. cit. nota 1, p. 539.

cultural. Embasada no nacionalismo, busca a difusão de sua influência através da propaganda cultural, da expansão da língua, dos livros, da literatura, da história, dos vultos, da culinária, das tradições, da pesquisa e de seus avanços científicos. Como explica Gobard: “a guerra cultural começou sem declaração, sem tambor, sem trompete, mas com golpe de palavras, que mentem, com golpes de imagens que blefam e a golpes de sorrisos que traem”.⁴

Gobard utiliza, nessa passagem os verbos *mentir*, *blefar* e *trair*, porque o primordial para a França, na ocasião, é a exportação de suas idéias e de sua cultura, o que ocorre concomitante com a exportação de seus produtos. O objetivo é a expansão de sua influência e a conquista dos mercados, independentemente do acultramento que se processaria sobre as culturas originárias dos países, a serem seduzidos e cooptados.

Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a França detém o monopólio das relações culturais internacionais. No pós-guerra, segundo Rodrigues: “a política cultural no exterior aparece ainda mais importante”.⁵ Na Bélgica, em 1910, surge o grupo da Entente Científica Internacional, que defende o francês como língua internacional; na ocasião, é também criada a Federação do Bloco Francês, com objetivos semelhantes. Os argumentos citados pela Federação, na defesa dessa idéia, são, segundo pesquisa de Dauzat, os que seguem:

1. É uma língua de alta cultura, clara, elegante, e não é muito difícil;
2. Ela é a filha e herdeira da língua internacional da idade média, o latim;
3. Ela foi durante séculos e até os nossos dias, a língua internacional dos governos, dos diplomatas, dos letrados e doutores, das instituições internacionais, (...), de pessoas bem elevadas de todas as nações civilizadas;
4. Ela é a mais simpática na maioria das nações com outra língua viva;
5. Ela já é ensinada em quase todas as escolas superiores do mundo inteiro.⁶

O imperialismo cultural instala-se oficialmente sob a égide da afirmação nacional. Como constata Salon: “a afirmação vigorosa das nacionalidades e das nações se apoiou sobre as originalidades culturais”.⁷ A ação cultural confere à língua francesa uma conotação

⁴ GOBARD, Henri. La guerre culturelle. Paris: Copernic, 1979. p. 09.

⁵ RODRIGUES, Georgete Medleg. Les attitudes françaises face à l'influence des États Unis au Brésil (1944-1960). Paris: Université Paris IV, 1998. p. 50.

⁶ DAUZAT, Albert. La défense de la langue française: la crise de la culture française – la politesse du la langage internationale. Paris: Armand Colin, 1912. p. 271-272.

⁷ SALON, Albert. L'action culturelle de la France dans le monde. Paris: Fernand Nathan, 1983. p. 06.

de obra de arte, alçando-a ao estatuto de negócio de estado: “se a cultura francesa parece uma religião, a língua francesa é a sua palavra sagrada”.⁸ Segundo Lacorne e Rupnik:

A língua, no discurso político francês (...), é muito mais que um meio de comunicação a serviço de uma cultura. A língua é a cultura e todo ataque contra ela é percebido como um negócio de honra que toca a personalidade francesa e a unidade de estado, a missão civilizatória da França, e logo a identidade nacional.⁹

A língua francesa é vista pelo governo como um veículo de poder e expansão das influências. A propagação da língua francesa e a defesa do ensino de francês ficam então ao encargo dos agentes culturais no exterior. Como afirma Tripé, “(...) a língua francesa faz parte de um conjunto de sinais por onde o poder se comunica e graças a qual nos comunicamos com o poder, a utilização da língua veicula o poder (...)”.¹⁰

Segundo Dollot, “a expansão cultural é antes uma expansão lingüística”.¹¹ O governo francês passa a defender o ensino e adoção da língua francesa em nível internacional; em 1878, é criada a Associação Literária Internacional, com vistas a proteger os direitos autorais; e, em 1895, Lafontaine e Paul Otlet fundam a União Internacional de Bibliografia, tendo como meta a fixação dos princípios bibliográficos.¹²

Concomitantemente a essa expansão lingüística, ocorre a propagação da cultura, dos hábitos, dos costumes e, principalmente, do pensamento francês. A política de expansão cultural é organizada por indivíduos preparados para o ofício, envolvendo diretamente uma determinação de estado e de órgãos públicos. Essa política cultural tende a buscar a cooperação do país que recebe os ensinamentos, ou seja, do país receptor do legado estrangeiro; trata-se de uma *cooperação cultural*. Sob o abrigo desse termo, desviam-se os olhares críticos dos aspectos ligados ao imperialismo cultural.

A expressão *imperialismo*, em qualquer contexto ou natureza, tem, em seu âmago, traços de negatividade, referentes à subordinação de quem sofre a influência e ao exercício do domínio de parte de quem executa a ação imperialista. Assim, na tentativa de evitar

⁸ SALON, op. cit. nota 7, p. 68.

⁹ LACORNE, Denis; RUPNIK, Jacques. La France par l’Amérique. In: L’Amérique dans la têtes: un siècle de fascinations et d’aversion. Paris: Hachette, 1986. p. 35.

¹⁰ TRIPET, Edgar. Langue, littérature et pouvoir. In: Qu’est-ce que la culture française. p.204.

¹¹ DOLLOT, Louis. Les relations culturelles internationales. France: Presses Universitaire, 1964. p. 24.

¹² MESNARD, André Hubert. L’action culturelle des pouvoirs publics. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1969.

qualquer reação de xenofobia, patriotismo ou nacionalismo, a política francesa penetra no meio educacional latino baseada na cooperação e na reciprocidade de interesses.

Daí a importância de se fundarem comitês, de se expandirem as alianças francesas, de se receberem missões estrangeiras em seu território, de se ofertarem bolsas de estudo nas universidades francesas, recompensando o estudo do francês por meio de brindes e viagens a Paris, bem como *plantando* professores franceses nas universidades brasileiras. Como afirma Chaubet: “A aliança oferecia no estrangeiro e na França através de seus cursos de férias, um dispositivo de ensino largamente aceito, e de valor inegável”.¹³

Toda pessoa que resida durante um ou quase um ano no exterior e se dedique, mediante remuneração, à difusão e propagação da cultura, da ciência e da técnica francesa era considerada um agente cultural.¹⁴ Mas, segundo Lessa: “ação cultural é um termo desfocado que se usa tanto na definição de uma iniciativa precisa como de uma iniciativa inerente aos negócios culturais de um país”.¹⁵

O termo ação cultural, apesar de sua abrangência, conforme elucida Lessa, é aqui utilizado para designar a política cultural executada pela diplomacia francesa como fator de influência no campo cultural. Essas ações estão ligadas a uma política específica de estado; emanadas diretamente do Ministério das Relações Exteriores da França, elas atuam em favor da propaganda cultural, utilizando-se, prioritariamente, dos meios de ensino, com vistas à difusão da língua francesa. Esse tipo de irradiação cultural se produz via imprensa e meio intelectual, através de conferências, da circulação de livros, entre outros, sendo considerada por Lessa como o terreno mais representativo: “a propaganda intelectual se realiza pela influência intelectual e ela é incontestavelmente uma das forças da política cultural. Sua particularidade é que ela se realiza à muito tempo, ‘em profundidade’”.¹⁶

Segundo Lessa, os efeitos da expansão são sentidos por longa data, porque, mesmo após a retirada dos agentes e dos investimentos financeiros franceses dos países submetidos

¹³ CHAUBET, François. De la propagande á la diplomatie culturelle: aliança francesa e a cultura de guerra (1914-início dos anos 1920). In: ROLLAND, Denis (coord.) Histoire culturelle des relations internationales carrefour méthodologique. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 68.

¹⁴ SALON, op. cit. nota 7, p. 96.

¹⁵ LESSA, Mônica Leite. L'influence intellectuelle française au Brésil: contribution à l'étude d'une politique culturelle (1885-1930). (tese de doutorado). Paris: Université Nanterre, Paris X, 1997. v.1 e 2, p. 39-40.

¹⁶ id., ib., p. 42.

a essa política cultural, os conteúdos apreendidos ainda permanecem ativos por longo tempo, passando de geração a geração.

O trabalho dos agentes consiste, *a priori*, na difusão da língua francesa às pequenas elites locais que desejam, na época, dar aos seus filhos uma educação à francesa, considerada uma referência como modelo educacional. A Europa, em geral, e a França, em especial, são consideradas então como o centro da cultura e do conhecimento. Daí por que parece essencial às elites periféricas o domínio da língua e da cultura francesas.

Os professores franceses, nessa direção, atuam como verdadeiros embaixadores, muitas vezes desempenhando sua atividade mais importante extra-oficialmente, nos bastidores. Como destaca Suppo: “tem como função prioritária às atividades extra-universitárias. É um contexto de guerra de influência no qual eles são encarregados”.¹⁷ E eles parecem conscientes de sua função de embaixadores culturais, participando de jantares e de todo tipo de encontros para se colocarem em constante contato com a elite local e vencer a concorrência que outros países europeus pudessem oferecer.

A França, dessa época, considera-se uma nação de cultura superior. Denis Rolland, em seus trabalhos, defende idéia de que essa superioridade cultural sentida e pensada pelos franceses está ligada à percepção, tradicional na Europa e, em particular, na cultura francesa, de geocentrismo. Mas Rolland alerta para a distinção necessária entre cultura e política, para a compreensão de que civilização e ação política evoluem em domínios conexos, mas distintos.¹⁸

É importante notar que, embora a ação política e a ação cultural possam estar, nesse momento, conectadas e fazerem parte de um único projeto de estado, elas são esferas distintas, que atuam em diferentes campos. Mas, sem dúvida, esse entrelaçamento entre cultura e política proporciona a concretização dos planos nacionalistas governamentais da França.

O cultural representa a subjetividade que, associada à objetividade da ação política, resulta na política cultural adotada. Como diz Bayart, “é o que nomeamos pomposamente

¹⁷ SUPPO, Hugo. La politique culturelle française au Brésil. Paris: Université Paris III, 1992. p. 140.

¹⁸ ROLLAND, Denis. L'Amérique a cessé de regarder vers l'Europe? La France un modèle qui s'efface en Amérique Latine. In : ROLLAND, Denis (org). L'Amérique Latine et les modèles européens. Paris: L'Harmattan, 1998.

uma “cultura política”, é antes de tudo, e talvez somente, um estilo político (...).¹⁹ A política cultural coloca em ação agentes culturais e diplomáticos, envolvidos no financiamento e criação de instituições de apoio e incentivo ao alastramento da cultura francesa.

A expansão cultural francesa ocorre, nesse momento, por intermédio das embaixadas ou das missões culturais, cujos componentes são enviados para fazer conferências, turnês teatrais e musicais, exposições de obras de arte, entre outras atividades. A Aliança Francesa, criada em 1883, marca o início da estratégia de dominação colonialista da França por meio do ensino da língua francesa.

No final do século XIX, são criados, na Europa, organismos encarregados da difusão da cultura. Em 1902, é fundada a Missão Laica Francesa, visto que a Missão Católica Francesa já funciona de há muito. Nas vésperas da Primeira Guerra, surge o Office National des Universités et des Écoles Françaises (Onuef), cuja tarefa é a realização de intercâmbios entre professores universitários.

As missões católicas do início do século XX, tanto da ordem marista, quanto da jesuíta, contam com um número expressivo de professores, em sua maioria, não religiosos, mas que trabalham para a congregação. De acordo com Doka, há cerca de 40.000 professores na congregação masculina para um milhão de alunos, e 45.000 professoras na congregação feminina para um milhão e trezentas mil alunas, entre escolas e universidades²⁰.

A Aliança Francesa tem papel preponderante na difusão da língua. Com a intensificação da ação diplomática e a intervenção direta do Ministério das Relações Exteriores da França nas instituições francesas de ensino no exterior, a Aliança Francesa passa a receber orientações precisas sobre a metodologia de trabalho a ser empregada. Como constata Lessa:

Nos anos 1920, uma circular “confidencial” do Serviço de Ações foi endereçada aos agentes diplomáticos no estrangeiro lhes indicando como orientar a ação da Aliança Francesa nos países que residiam. Não se tratava de “procurar orientar um pouco a ação” (...) mas de guiar, de determinar cada etapa a ser seguida segundo os interesses franceses determinados previamente pelo Quai d’Orsay.²¹

¹⁹ BAYART, Jean-François. *L’illusion identitaire*. Paris: Librairie Artheme Fayard, 1996. p. 158-159.

²⁰ DOKA, Carl. *Les relations culturelles sur le plan international*. Berna: Bâconnière, 1959. p. 40.

²¹ LESSA, op. cit. nota 15, p. 393.

Em 1920, é criado um outro mecanismo de expansão cultural, o Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores da França, cujos agentes estão encarregados de recolher informações sobre o país ao qual se destina o colonialismo. Coloca, assim, nesses postos, intelectuais, com vistas à propaganda e difusão dos valores culturais franceses.

O SOFE age, então, como um serviço de inteligência: seus agentes viajam para tomar contato com o local em que devem desempenhar a tarefa; conhecem a língua, o modo de pensar, o sistema de ensino, as condições econômicas, a política, as condições universitárias, especializando-se, enfim, na região, para, de acordo com os dados obtidos nos levantamentos realizados, melhor planejar sua estratégia de atuação.

Cabe ao SOFE controlar toda ação francesa no exterior, desde a escolha dos selecionados para participarem das missões universitárias, até as escolas francesas, os liceus, os institutos, as alianças francesas e os comitês, assim como os custos desses empreendimentos. O francês deveria, essa é a sua proposta, ser a segunda língua do país sob sua atuação. Concomitante à expansão lingüística, viria, então, a exportação de luxuosos produtos culturais. Conforme Suppo:

A política cultural francesa baseada sobre o prestígio dos produtos culturais universais exige o conhecimento de uma década, ela é a priori destinada exclusivamente às elites. Não se trata de uma escolha política, se trata da única política possível. A política francesa de exportação não aceita se submeter nem as leis de consumo de massa, nem a visão da opinião pública. O produto cultural francês não pode ser adaptado ao mercado, a clientela francofila e francophone deve ser criada permanentemente. Isto explica a insistência junto aos professores, para que ministrem seus cursos em francês.²²

Isso porque, ao se incentivar o uso dos costumes, principalmente da língua, também se está impulsionando o comércio, o consumo de produtos franceses; não apenas de livros, mas de óperas, músicas, obras de arte, culinária, perfumes, vinhos, entre outros. Para tanto, antes de despender francos no envio de missões universitárias, é feito um estudo das condições econômicas do país de destino, a fim de verificar o possível retorno financeiro da França no investimento. Como afirma Leite Lessa: “A tão proclamada ‘influência cultural’

²² SUPPO, op. cit. nota 17, p. 358.

francesa, tradicionalmente apresentada como fruto espontâneo das ‘afinidades latinas’, é, antes de tudo, o resultado de uma política cultural, de uma política de estado”.²³

4.1 Cultura e política

De acordo com Martins, a cultura é dinâmica e inclui ação, formação e transformação. As idéias são as diretrizes do sujeito; elas interpretam o passado, explicam o presente e projetam o futuro. O campo cultural é constituído pelas idéias que elaboram os argumentos racionais, sendo fatores culturais que influenciam as políticas e os comportamentos.²⁴

Para se construir uma identidade, é necessário que exista a memória cultural, pois, segundo Martins, “a cultura é um elemento constitutivo da condição humana”.²⁵ O nacionalismo cultural consolida-se como forma ideológica, tornando a identidade cultural um mecanismo de controle do estado. A instrução é, sem dúvida nenhuma, um instrumento político que, colocado a serviço do estado, atravessa fronteiras.

A sociedade estrutura-se, tomando como referência essa identidade cultural, constituída por valores afins, tais como tradições, hábitos e costumes, enfim, por tudo aquilo que faz dos indivíduos parte integrante de uma nação, que aponta para o que eles têm em comum, e possibilita com que eles se identifiquem reciprocamente. Nessa perspectiva, a diferença sempre representa uma ameaça, razão pela qual a cultura não a admite. Os indivíduos nascem no interior de uma cultura, transmitida de geração para geração: estão, pois, imersos nessa cultura, bem como na língua que a traduz e expressa.²⁶ Dessa forma, a latinidade age como fator de união dos interesses, sustentando o vínculo cultural entre a França e a América Latina.

Mas, embora o indivíduo exista em uma sociedade, ele pode aprender valores diferentes. De acordo com classificação de Reboulet, a cultura pode ser existencial ou conceitual. “A cultura ensinada é essencialmente uma cultura ausente, porque o ensino é

²³ LESSA, Mônica. A dimensão cultural das Relações internacionais França-Brasil entre 1886-1934. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (org). III Simpósio Internacional: estados americanos, relações continentais e intercontinentais – 500 anos de história. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 86.

²⁴ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Relações internacionais: cultura e poder. Brasília: IBRI, 2002.

²⁵ id., ib., p. 58.

²⁶ REBOULLET, André. L’enseignement de la civilization française. Paris: Hachette, 1973. p. 31.

realizado no seio da cultura própria do indivíduo”.²⁷ É preciso considerar que o indivíduo, ao nascer, recebe a cultura materna, mas que, posteriormente, lhe são ensinados valores advindos de outras instituições, tais como a escola e a universidade.

A cultura ensinada pode coincidir com a materna, ou operar por meio da aculturação, ou seja, pelo contato com uma cultura diferente da materna. Segundo Reboulet, a cultura, tanto a existencial, quanto a conceitual, é um processo que funciona em três níveis: como modelo, como código e como imagem.

O modelo cultural determina as regras de conduta a serem seguidas. A França, por exemplo, ao defender um modelo universalista, passa a atuar, como centro de difusão cultural. Os códigos culturais conduzem ao conhecimento, ao saber; decifrando-os, o indivíduo detém o domínio sobre determinada questão. Enquanto imagem, a cultura estabelece os sistemas de valores que pautam a ação de uma sociedade, grupo ou pessoa. Dito de outra forma, a imagem é o recorte da realidade, a partir do qual se estabelecem valores subjacentes às regras de convívio entre os membros de uma comunidade. De acordo com Reboulet²⁸:

Indivíduo	Cultura	Modelo	Condutas
		códigos	conhecimento
		imagem	sistema de valores

O modelo cultural fornece a estrutura de conduta a ser seguida. Um modelo é desenvolvido e transmitido por intermédio de códigos que, quando decifrados, comprovam o grau de aprendizado do indivíduo. Identificados os códigos veiculadores do modelo, o passo seguinte é em direção à imagem, parte mais ampla do processo, pois ela se constitui em um sistema de valores; é ela quem define a noção de certo e errado que o indivíduo, em interação com o modelo, vai adotar.

A França, ao projetar o campo cultural francês como modelo universal, passa a defender sua posição: convoca valores comuns de latinidade para intervir junto aos países latinos, pois essa pretensão de *similaridade* facilitaria a assimilação cultural. Nesse tipo de processo, o país preponderante repassa sua cultura aos países menos favorecidos, utilizando como sustentação os traços em comum entre as culturas; a convocação desses traços é empregada como justificativa plausível para a expansão cultural. Ora, essa expansão vem

²⁷ REBOULLET, op. cit. nota 26, p. 34.

²⁸ id., ib., p. 33.

sempre acompanhada de comércio e de produção cultural. Como elucidada Coelho: “o sistema que melhor da conta da questão cultural quando o que está em jogo é uma política cultural é o sistema de produção cultural”.²⁹

A política externa da França nos anos 20/30 volta-se então para uma expansão cultural, que se desenvolve pela ação dos agentes culturais, a serviço do estado. O que esses agentes fazem é ministrar cursos, conferências e aulas, impregnadas de propaganda que enaltece escritores, literatos, cientistas, e produtos franceses. Trata-se de uma propaganda sutil, utilizada no cotidiano, para dar prosseguimento às disciplinas. De acordo com Doka, constitui-se em uma maneira bastante profícua de conquista do mercado:

A propaganda cultural é a propaganda a longo termo, tem por conseqüência, si ela cumpriu sua missão, uma estima durável, uma consideração durável, uma durável simpatia. Ela acumula um capital de confiança onde o retorno é incalculável; ela fará seu trabalho em circunstâncias imprevisíveis e, por conseqüência, em situações críticas.³⁰

O acordo cultural repousa nas relações diretas entre os indivíduos; diz respeito ao contato direto da cultura de uma dada comunidade com a de outra comunidade. Inicialmente, essa troca de conhecimentos efetiva-se no interior de um pequeno grupo, pertencente à elite local, abrangendo os domínios técnicos, científicos, políticos, econômicos e culturais.

A relação cultural está intrinsecamente ligada à diplomática, e, embora os países que efetuem essa permuta cultural não mantenham, necessariamente, um elevado diálogo diplomático, essa interação se realiza por meio da expansão cultural, que não escapa ao domínio da diplomacia. Logicamente, quando um país coloca sua elite intelectual no exterior com uma tarefa explícita de difusão cultural, está esperando, em troca, algo bastante sólido: não apenas admiração, ensino de sua língua ou respeito a outros valores morais, mas também a exportação de bens culturais e, o mais importante, a continuidade desse mercado. Conforme Dollot:

As grandes potências culturais (...) tem uma verdadeira política de relações culturais apoiados sobre princípios e conduzidos em direções precisas. Planos de ação e de reconversão, escolhas fundamentais, formação de quadros

²⁹ COELHO, Teixeira. Guerras culturais: arte e política nos novecentos tardio. São Paulo: Ilumineiras, 2000. p. 129.

³⁰ DOKA, op. cit. nota 20, p. 33.

especializados, ajuda financeira graduada e escalonada, tudo deve concorrer para a difusão cultural, ser organizado e dirigido de maneira metódica.³¹

Dollot deixa claro o alto nível de organização e precisão com que os membros do ministério francês dirigem a ação de seu país no exterior. Tanto de maneira bilateral, como multilateral, a cooperação e a expansão cultural é efetivada em diferentes níveis de organização: nas escolas, nas universidades, nos comitês, nas alianças francesas, entre outros, fornecendo as sementes necessárias para a transformação de jovens estrangeiros em conhecedores do mundo francófilo.

É importante, não obstante, perceber que toda essa ação planejada pela França conta com a anuência dos países submetidos à ação dos agentes culturais: eles desejam acolher essas missões universitárias, bem como todos os outros meios de propagação cultural francesa. Aliás, esse tipo de projeto só é viável com a concordância do país que recebe essa influência, e principalmente, com o aval da comunidade-alvo dessa ação político-cultural de assimilação de uma nova cultura. Não se trata apenas de uma prática ditatorial de estado, uma vez que ela acontece mediante o assentimento de todas as comunidades associadas, que almejam a concretização dos cursos, conferências, palestras, mostras e feiras.

4.2 Esforços franceses na América Latina: a latinidade

De acordo com os estudos realizados por Guy Martinière, o conceito de América Latina foi criado na França, durante o governo de Napoleão III, mais precisamente em 1862: Uma das primeiras obras impressas em Paris, e talvez o primeiro a utilizar o conceito de América Latina foi Charles Calvo, pela livraria Durand (...) “Recueil Complet des Traités”.³²

Italianos, espanhóis, franceses e portugueses são considerados como pertencentes a nações latinas: são os herdeiros da latinidade. A França, no contexto de sua política cultural, usa argutamente essa herança como fundamento para uma aproximação mais fácil e sem resistências por parte dos povos descendentes desses seguimentos, na América. O

³¹ DOLLOT, op. cit. nota 11, p. 29.

³² MARTINIÈRE, Guy. Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble, 1982. p. 27.

novo continente, recém libertado de seus colonizadores portugueses e espanhóis, parece ser terreno fértil para a influência política, cultural e econômica do governo de Napoleão III.

Assim, segundo Martinière, a América Latina configura-se como “símbolo de um prolongamento da Europa humanista, herdeira do mundo greco-latino”.³³ A França, com seu discurso, encarna o próprio gênio latino; é a propagadora da cultura grego-romana, angariando para si a amizade e a fidelidade dos povos latinos. A latinidade passa a operar, nesse contexto, como um instrumento ideológico, uma estratégia de ação, utilizada pelo estado francês para irradiar seu legado cultural em direção aos povos latinos. Como ressalta Corrêa Lima, a latinidade é utilizada como um parentesco:

A relação franco-brasileira está ligada ao conceito de América Latina, criado em meados do século XIX, para evocar um parentesco dos países hispano-americanos entre si e com o Brasil. Este parentesco se dá pela “latinidade”, um veículo que os une aos países europeus de origem latina. A França vai difundir e fomentar este conceito a fim de se tornar líder da latinidade, explorando o seu potencial geopolítico e cultural.³⁴

A teoria da latinidade vai-se contrapor ao pan-americanismo, lançado pelos norte-americanos, em 1889, sendo usada como argumento e justificativa para a legitimação da expansão cultural francesa: a França coloca-se, nessa perspectiva, acima de qualquer outra nação européia, cuja origem lingüística advenha do latim, passando a liderar a política cultural na América Latina. Os latinos, por sua vez, sentem-se atraídos pela França, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Como bem analisa Rolland: “A América Latina vê a França liderando os vencedores; (...) Assim o eco da vitória dos aliados fornece sinais encorajadores e voláteis”.³⁵

Segundo estudos de Rolland, os franceses, apesar de se acharem em superioridade em relação aos povos latinos, não conhecem a América: “por detrás do fantasma da superioridade, há primeiro a ignorância do ‘objeto latino-americano’: na melhor das hipóteses, os conhecimentos constroem um objeto latino-americano global, fluído e

³³ MARTINIÈRE, op. cit. nota 32, p. 31.

³⁴ LIMA, Luís Corrêa. Fernand Braudel e o Brasil: violência e brasilianismo (1935-1945). (tese de doutorado). Brasília: UnB, 2004. p. 39.

³⁵ ROLLAND, Denis. A crise de um certo universalismo: o modelo cultural e político francês no século xx.. In: MOISES, Leyla Perrone (org). Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004. p. 250.

inexato”.³⁶ Mesmo os intelectuais franceses, com todo o seu *conhecimento e sabedoria*, não possuem uma idéia precisa do que seja a América Latina.

Em que pese essa ignorância sobre o continente e o país em que iriam habitar e desenvolver seu trabalho, a elite intelectual francesa mostra-se disposta a enfrentar o desconhecido e penetrar nesse novo universo para expandir a cultura de seu país. É um momento de forte nacionalismo, em que, em defesa dos interesses franceses, muitos professores se *sacrificam*, deixando o país e suas famílias, para se lançarem além mar, com vistas a ministrarem cursos em países periféricos. Esses agentes são considerados por Lessa como militantes da causa da expansão cultural:

Coordenação de ação inspirada pela vontade de difundir a língua e a civilização francesa, inspirada pela concorrência das potências e unicamente possível graças ao militarismo da elite intelectual francesa que sob a cobertura da ação cultural desenvolveu a propaganda cultural da França no mundo.³⁷

4.3 Mecanismos de expansão francesa na América Latina

Neste clima de militância nacionalista, surge a idéia de criação de um agrupamento das universidades francesas para o desenvolvimento de relações científicas com a América, bem como para a implementação de liceus franceses no novo continente. A diplomacia passa a auscultar as opiniões e o sentimento nacional na América Latina, examinando questões referentes à economia, à situação dos mercados, à produção e às necessidades de consumo, pois a França está interessada em aproveitar o agrupamento das universidades em ação na América Latina, para expandir seus interesses políticos, comerciais e financeiros. Como afirma Martinière:

Encontrando, graças ao agrupamento, o meio de associar os grandes centros universitários franceses e latino-americanos com empresas de interesse e de formação comum, a Universidade de Paris contribuiu para firmar a radiação cultural francesa difundindo a ideologia pan-latina.³⁸

O *groupement* possui cinco eixos relevantes de ação: o diplomático, o publicitário, o financeiro, as revistas e os estudos latino-americanos na França. Mas, de maneira geral, sua atuação vai-se tornando cada vez mais diplomática que científica, devido aos interesses do

³⁶ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 261.

³⁷ LESSA, op. cit. nota 15, p. 377.

³⁸ MARTINIÈRE, op. cit. nota 32, p. 57.

estado francês. Segundo Petitjean: “a visão da ciência como uma atividade antes de tudo cultural e a retórica sobre a latinidade são conjugados com essa predominância da diplomacia para limitar o conteúdo do *groupement*”.³⁹

A atividade cultural sobressai-se em relação à científica, porque a ação dos membros do agrupamento é diplomática, visando a um alargamento do poderio cultural francês e, não, à expansão científica e ao crescimento do conhecimento técnico. O desenvolvimento técnico-científico, e/ou a América Latina, não chega pelas mãos francesas, pois essas estão ocupadas unicamente com a ampliação de seu mercado cultural e com o aumento de sua gama de influência junto aos povos latinos, como forma de bloquear a expansão de qualquer outro país concorrente.

Não se pode deixar de salientar que a França aproveita a situação precária da educação e da cultura latina, à época, para *se impor* como modelo a ser seguido e para vender suas idéias e produção intelectual. A elite local, de maneira geral, deslumbrada com os requintes e bons modos franceses, permite, aceita e aplaude todo esse tipo de aculturação a que é submetida.

Dessa forma, a França não encontra resistências para a sua ação nos países latinos. Em 1909, é criado por Gabriel Hanotaux o Comitê France-Amérique, com vistas à promoção de encontros sociais para a troca de informações entre a elite latina e a francesa. Os comitês têm por finalidade a instrução e congregação dos estabelecimentos de ensino de francês quanto à metodologia a ser empregada e às formas de propagação cultural a serem adotadas.

A amizade entre França e Brasil justifica-se, no discurso francês, pela “comunhão do pensamento que se afirmou pelo mesmo respeito pela justiça e pelo mesmo amor à liberdade”.⁴⁰ Um dos argumentos que sustentam essa aproximação entre os povos francês e latino-americano, centra-se nos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

A França é uma das fontes geradoras das idéias iluministas e propagadoras de novos princípios políticos, o que lhe assegura preponderância como difusora da cultura e da civilização. Trata-se de um modelo universal a ser seguido e copiado, o que justifica a

³⁹ PETITJEAN, Patrick. A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950). São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1996. p. 114.

⁴⁰ SECTION FRANCE AMÉRIQUE LATINE. 31.01.1920. Paris: Arquivo MRE, pasta 24.

criação de liceus, escolas e estabelecimentos de ensino nos países latinos. Como bem elucida o Comitê France-Amerique:

O melhor meio de multiplicar entre eles as relações de troca intelectual, é notadamente pela criação de institutos que permitam aos homens dos dois países melhor se conhecerem estudando suas literaturas nacionais, seus trabalhos científicos, suas disciplinas intelectuais. As trocas de missões médicas e militares, de conferências, de professores e de estudantes são as primeiras aplicações desta idéia.⁴¹

Nessa tarefa, a França conta com apoio e incentivo dos estabelecimentos de ensino católicos, que gozam de muito prestígio entre a elite, que confiava a educação de suas filhas às mães e freiras francesas. As instituições religiosas, então espalhadas por todo continente americano, são exemplos de requinte e boa educação. Segundo Baudouin:

As meninas da sociedade continuavam a se encontrar na casa das damas francesas do Sagrado Coração, à Lima, no Rio de Janeiro, em Bogotá, onde elas ficavam magnificamente instaladas. No Rio de Janeiro, as irmãs de Notre Dame de Sion tinham igual prestígio.⁴²

Além das instituições cristãs, há também os organismos laicos, como os liceus e as alianças francesas. Para unir e organizar os sul-americanos francófilos, são fundados, em muitas cidades, os Comitês France-Amérique. Em complemento a esses organismos permanentes de propaganda, também passam a acontecer as missões militares, científicas e literárias, que muito contribuem com esse objetivo.

Um dos métodos empregados nesse processo de expansão é o envio, aos países de destino, de conferencistas com conhecimento da língua local, para atrair também os integrantes da classe média que não dominam o idioma francês. A finalidade é angariar o maior número possível de adeptos na defesa dos interesses da França e de todo conjunto de idéias que permeiam o imaginário francês. Os serviços de informação, tais como agências de notícias, jornais e revistas, considerados relevantes para o atingimento dessa meta, são acionados, disputando espaço palmo a palmo com outras agências de informações. Como bem salienta Baudouin:

⁴¹ SECTION FRANCE AMÉRIQUE LATINE, *op. cit.* nota 40.

⁴² BAUDOUIN, Louis. L'effort réalisé par la France en Amérique du Sud depuis la guerre (Conférence du 6 mars). Paris : Maison de la Amérique Latine, 1935. p. 17.

A agência Havas luta contra as agências norte americanas, muito potentes, e nós não temos mais que um jornal francês: o Correio do Prata, publicado em Buenos Aires. Ele é bem feito, mas infelizmente falta amparo.⁴³

A agência Havas, fundada pelo escritor Victor Margueritti, é subvencionada pelo Ministério das Relações Exteriores francês, estando ligada à Associação Nacional de Expansão Econômica. A França passa, na ocasião, a desenvolver uma política internacional de expansão cultural em prol da ação de grandes editores, como Armand Colin e Alcan. São montados comitês encarregados da distribuição do material por todo território francês. Como destaca Chaubet:

Ao norte de Loire: Amiens, reims, Epinal, Nancy, Bar-le Duc, verdun, Besançon.
Ao sul de Loire: Châteauroux, Poitiers, Cognac, Bordeaux, Agen, Saint Etienne, Bayonne, Auch, carcassonne, Montpellier, Nîmes, Aix.⁴⁴

Entre 1905 e 1910, surge a política governamental de expansão cultural externa oficial na França, imposta aos países latinos como modelo cultural. De acordo com o próprio Ministério das Relações Exteriores da França, a política cultural diferencia-se da política externa nos seguintes aspectos:

A política cultural exterior da França sabe ser dissociada de sua política exterior. Ela é em efeito um elemento essencial da imagem que nosso país dá de si mesmo na cena internacional e da credibilidade de nossas intervenções.⁴⁵

A política cultural faz parte da política externa, sendo por ela conduzida de forma a sustentar e difundir uma melhor imagem da França nos países em que ela possui interesses político e econômico. Ela passa a atuar como agente de propaganda da política exterior e, nesse contexto, favorece o desenvolvimento de outros setores franceses, como o militar, o industrial, e o artístico, entre outros. A América Latina é um dos alvos desse exercício de sedução cultural. Segundo a ótica do Ministério das Relações Exteriores:

Se trata de um continente onde nosso país não exerce nem influência diplomática nem poder econômico dominante, ação cultural será uma dimensão essencial de uma política mais global, o vetor privilegiado da imagem que a França entende promover e o papel que ela entende jogar em favor da paz.⁴⁶

⁴³ BAUDOUIN, op. cit. nota 42, p. 22.

⁴⁴ CHAUBET, François. La politique culturelle française et la diplomatie de la langue: l'alliance française (1883-1940). Paris: L'Harmattan, 2006. p. 43.

⁴⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA FRANÇA. Le projet culturel extérieur de la France. Paris: Direction Général des Relations Culturells, Scientifique et Technique. p. 12.

⁴⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA FRANÇA, op. cit nota 239, p. 107.

A política cultural é, na verdade, a intervenção velada de um estado sobre outro, em questões relativas à educação, às artes e às instituições. A propaganda política direcionada diretamente a outro país é algo perigoso, que pode ter como consequência uma ação contrária de rejeição, pois, ao invés de conquistar admiradores e adeptos, há sempre o risco de fomentar revolta e desconfiança.

Por outro lado, a propaganda sustentada por um programa voltado para difusão da cultura, com a concordância das embaixadas e de outros veículos e agentes propagadores, passa a gozar de credibilidade, tornando a população favorável e receptiva às influências estrangeiras. De acordo com Salgado:

O método francês por excelência era conseguir implicar as autoridades locais em suas iniciativas. O SOFE tentava conseguir não apenas a concordância de princípios, mas também, quando era possível, a participação ativa e inclusive a contribuição financeira oficial dos países interessados. Era sempre melhor ser solicitado do que se impor: a rentabilidade melhorava de forma significativa.⁴⁷

Os mecanismos adotados na difusão da cultura começam a ser implementados no início do século XX. Em 20 de novembro de 1907, é fundado por Henri le Châtelier e Paul Appell, o *groupement* das universidades e das grandes escolas na França, com vistas a um relacionamento mais próximo com a América Latina e ao envio de missões universitárias. Também são criadas as Associações Franco-Brasileiras no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1910, surge o *Bureau des Écoles et des Oeuvres Françaises* e a primeira edição do *Bulletin de la Bibliothèque Americaine*. Em 1922, aparece a Associação Francesa de Ação Artística (AFAA), com objetivo de organizar e desenvolver turnês artísticas internacionais. A AFAA é um organismo diretamente ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Todas essas associações e estabelecimentos franceses, que estão a serviço do desenvolvimento e manutenção de relações diretas e pessoais com os países latinos, contam também com uma estrutura de apoio aos estudantes. Com essa ação conjunta, tão bem organizada, fica favorecido o envio de professores, cujos quadros já estão estruturados nas universidades da França, segundo as necessidades latinas, sendo enviados delegados temporários para supervisionar os trabalhos efetivados pelos profissionais da educação. A esse planejamento tão harmoniosamente articulado se acrescem a remessa regular de livros,

⁴⁷ SALGADO, Lorenzo. Orígenes y objetivos de la política cultural. In: L'Espagne, la France et l'Amérique Latine: politiques culturelles propagandes et relations internationales, XX Siècle. p. 137.

revistas, teses, artigos, bem como de toda produção cultural francesa que pudesse interessar.

É a política do idioma francês no exterior como referência para a criação de novas formas de ação. O francês passa a ser considerado a língua da civilização universal e a França de então a *mãe intelectual das nações latino-americanas*.⁴⁸ Neste contexto, torna-se fundamental a renovação do ensino superior, porque justamente as universidades se configuram como territórios de disputa e concorrência entre as grandes nações européias. Como enfatiza Chaubet: “as universidades estrangeiras mobilizam todas as energias da França, como na Alemanha e também na Inglaterra”.⁴⁹ Segundo Chaubet:

Quanto à Alemanha de Weimar, ela orienta seu esforço cultural sobre o público universitário. Ela se fez, sobre tudo, em virtude de uma verdadeira revolução conceitual e prática dada a sua filosofia geral das relações estrangeiras, e em particular ao seu recorte cultural.⁵⁰

Embora a Alemanha e a Inglaterra também se tenham lançado nessa política de expansão cultural, a França é um dos países europeus que a administra com maior competência, abrindo, no período, o maior número de estabelecimentos escolares dentro e fora da Europa, mesmo em outros continentes que não apenas a América. Conforme a pesquisa realizada por Chaubet:

Escolas Francesas subvencionadas e sua repartição geográfica em 1912⁵¹

África do Norte	América do Norte	América Latina	Europa e Turquia	Extremo Oriente
29	06	18	66	32

Os métodos de ação colocados em prática na divulgação da língua francesa são a criação de escolas e bibliotecas, a venda e doação de livros, a organização de conferências, a proposição de cursos de férias e a promoção de atividades artísticas e semanas literárias. As alianças francesas são um dos principais veículos dessa propaganda. Em 1900, o Brasil já possui dois comitês franceses, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, o que ainda é considerado pouco pelas autoridades encarregadas da execução da política cultural expansionista francesa. Segundo Rolland:

⁴⁸ LESSA, op. cit. nota 15, p. 194.

⁴⁹ CHAUBET, op. cit. nota 44, p. 77.

⁵⁰ id., ib., p. 252.

⁵¹ id., ib., p. 87.

(...) no domínio lingüístico, a língua francesa parecia continuar, em muitos dos grandes países sul-americanos, sendo a língua estrangeira mais estudada entre as duas guerras: nos anos de 1920 evidentemente, mas por toda parte, de maneira mais discutível, nos anos de 1930.⁵²

As somas envolvidas nesse projeto são vultosas, e é considerável o seu aumento após a guerra. Como afirma Chaubet: “a guerra, mais ainda o período imediato pós-guerra, deram lugar a um forte ativismo ‘cultural’”.⁵³ Chaubet comprova sua constatação com o quadro que segue, referente às despesas da França com os comitês estrangeiros:

Despesas em francos correntes realizados pela Aliança Francesa entre 1883 e 1918⁵⁴

	1883-1918 Sommas enviadas da França	1894-1917 Sommas gastas no local pelos comitês no estrangeiro	Total
América do Norte	114.164	1.936.891	2.048.055
América Latina	79.244	5.236.050	5.315.294

Todos esses gastos se justificam pelo interesse do governo em garantir a presença francesa no exterior, em assegurar o envolvimento de minorias com acesso ao ensino de francês, em defender a França e os interesses franceses, e em manter, no exterior, uma plataforma de ação do Quai d’Orsay. Assim, as alianças francesas e os comitês são estruturas de ensino e de práticas francesas que, agindo no interior de outra cultura, representam diretamente o governo francês.

Os gastos com a propaganda francesa aumentam e se intensificam devido à projeção de países concorrentes, tais como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Itália e a Alemanha. A década de trinta é um período, para a França, de grandes dificuldades na manutenção de sua política expansionista cultural, pois o nazismo ascende, com propagandas massivas do novo regime, o que intensifica a disputa entre franceses e alemães.

A rivalidade entre a França e a Alemanha sustenta-se em uma frontal oposição intelectual: são países que representam duas culturas ou civilizações diferentes. Justamente nesse contexto, a França tenta manter-se como modelo universal da civilização e, com isso, barrar as investidas da Alemanha, com sua forte propaganda nazista, na América Latina.

O estado francês poderia se utilizar de dois métodos para atingir os seus objetivos: a ação direta sobre outros países, ou a mobilização, incentivo e patrocínio de instituições

⁵² ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 285.

⁵³ CHAUBET, op. cit. nota 44, p. 148.

⁵⁴ id., ib., p. 101.

privadas que abrissem representações no exterior. A agência Havas é um exemplo de organização que recebe ajuda financeira do governo francês para se manter em serviço no exterior. Como constata Mesnard, referindo-se a Havas: “não rentável em certos países, lutou contra a propaganda anti-francesa da agência alemã Transocéan”.⁵⁵

Os franceses coordenam sua ação no exterior na tentativa de formar *usinas de opiniões*, que, como afirma Chaubet, consistem na conquista de adeptos à causa e aos interesses franceses. São pequenos centros eficazes na denúncia das ações alemãs e na supervalorização das iniciativas francesas. Nessas ocasiões, filmes são enviados para o exterior, intensificam-se as exposições temporárias e são tomadas, segundo Chaubet, as seguintes decisões:

Uma das primeiras medidas tomadas pela administração de Léon Blum em favor da ação ao estrangeiro tocava em diferentes atores. Ele instaura de uma parte uma Comissão Permanente de Ensino Francês no exterior (comum ao MEN e ao MAE) e de outra parte deu nascimento (Decreto de 14 de Outubro de 1936) a uma Comissão Interministerial de Ação e de Informação francesa no exterior (...).⁵⁶

Léon Blum (1872-1950), primeiro ministro francês, nos anos de 1936 e 1937, preocupa-se com os avanços germânicos, investindo na divulgação da cultura francesa no exterior.⁵⁷ O Ministério das Relações Exteriores da França (MAE) tem, em 1911, uma Secretaria de Ações e, cria em 1920, a Direção Geral das Relações Culturais, com vistas ao aprimoramento da propaganda no exterior. O governo francês preocupa-se também com as questões comerciais, pois deseja angariar um número maior de importadores para seus produtos e não apenas aqueles de cunho cultural. Como enfatiza Poidevin:

O Quay d’Orsay reagiu enviando missões para América do Sul (...). Procurava suscitar a criação de bancos franceses na América Latina, na Bélgica, na China a fim de combater a influência alemã e também servir aos interesses do comércio francês (...). Recomendava a criação de agências comerciais se inspirando no exemplo alemão.⁵⁸

Após 1919, a Alemanha procura intensificar suas relações comerciais com os países da América Latina que têm um papel determinante em suas transações comerciais, em

⁵⁵ MESNARD, op. cit. nota 12, p. 116.

⁵⁶ CHAUBET, op.cit. nota 44, p. 275-276.

⁵⁷ Nesse momento, o presidente francês é Joseph Bédier (1864-1938).

⁵⁸ POIDEVIN, Raymond. La puissance française face à l’Allemagne autour de 1900. In: La puissance française a la belle époque: mythe ou réalité? Paris: Complexe, 1989. p. 236.

especial, o Brasil, o Chile e o Peru. Conforme Poidevin: “a partir de 1924, a Alemanha reencontrou pouco a pouco seu lugar no comércio mundial”.⁵⁹ Em 1938, a América Latina já assegura boa parte do comércio do Reich. Como Poidevin procura comprovar com o quadro abaixo:

Alemanha e Estados Unidos nas importações dos estados da América Latina⁶⁰

	Alemanha			Estados Unidos		
	1932	1935	1937	1932	1935	1937
Argentina	9,2	9,1	10,3	13,4	14,4	16,4
Brasil	8,9	20,7	20,0	30,0	23,3	24,3
Chile	14,7	20,0	26,0	23,1	27,0	29,1

Embora a Alemanha fique em desvantagem, no que concerne à exportação de seus produtos, em relação aos Estados Unidos, ela consegue manter excelente grau de entendimento comercial com os países latinos. Essa vantagem alemã também impulsiona a França a prosseguir suas investidas na expansão cultural e a demarcar sua influência frente às conquistas germânicas.

4.4 Expansão cultural francesa no Brasil

A consideração aos esforços de expansão feitos pela França em direção à América Latina é imprescindível para que se possa bem compreender e analisar a penetração das idéias e obras francesas no Brasil, pois a implantação dessa política cultural empreendida pelo estado francês no Brasil obedece aos mesmos moldes da implementada em outros países latinos.

Para que um país consiga exportar sua cultura, é preciso que exista o desejo de acolhê-la de parte de quem recebe o legado cultural, ou seja, o interesse na difusão desse saber. No Brasil, essa primeira condição da expansão cultural é de pronto satisfeita, porque a elite, na ocasião, está voltada para a França à procura de modelos culturais e científicos. Segundo análise de Osório de Almeida: “O francês foi durante longo tempo quase a única língua de trabalho científico que os brasileiros poderiam dispor”.⁶¹

⁵⁹ POIDEVIN, Raymond. *L'Allemagne et le monde au XX siècle*. Paris: Masson, 1983. p.101

⁶⁰ id., ib., p. 113.

⁶¹ ALMEIDA, Miguel Osório de. *La colaboración científica entre la France et le Brésil*. Cahiers de politique étrangère, Paris: Institut des Études Americaines, p. 2, 1973.

No Brasil, a colônia francesa é pequena e inexpressiva, razão pela qual a França, para atingir seus objetivos de expansão, conta com a elite brasileira, desejosa dos ensinamentos e da cultura oferecidos pelos moldes franceses. De acordo com Lessa: “do século XIX até o entre-guerras, francesas foram as modas, os grandes editores, os bons livreiros, os melhores estabelecimentos comerciais e a melhor educação”.⁶² E o ensino religioso católico é de grande auxílio nessa empreitada, visto que os jovens, pertencentes às classes mais abastadas, exigem uma formação mais acurada, que, na ocasião, está justamente sob o controle dos padres e freiras católicas.

Assim, a igreja católica é uma das vias de mediação da influência cultural escolhidas pelo governo francês para atuar sobre o Brasil, não apenas por intermédio da educação nas escolas católicas, mas também pelo prisma religioso. Como explica Veillot: “É preciso que o catolicismo brasileiro tenha os olhos fixos sobre o catolicismo francês”.⁶³

O Brasil, como os outros países latino-americanos, é cooptado pela idéia de latinidade. Segundo Rodrigues: “podemos tranqüilamente chegar à conclusão que o destino do Brasil estava sempre ligado a este “mundo latino” e, mais particularmente a seu representante por excelência, a França”.⁶⁴

Curiosamente, as idéias francesas que influenciam as universidades brasileiras à época, contrapõem-se a uma construção teórica francesa bem conhecida no meio brasileiro, o positivismo. O positivismo, corrente filosófica francesa, examinada no capítulo anterior, também é utilizado como legado cultural da França, com ampla penetração nas esferas culturais da América Latina, em especial, no Brasil, que adota esta filosofia na Escola de Medicina, na Escola de Engenharia e na Escola Militar do Rio de Janeiro.⁶⁵

Mas, no momento da expansão universitária e do envio de professores franceses para o Brasil, o positivismo é visto como uma tendência que freia a experimentação e retarda a criação das universidades no Brasil. O amadurecimento das ciências no Brasil se dá, contrapondo-se à doutrina de Comte. Os brasileiros que participam ativamente das

62 LESSA, Antonio Carlos Moraes. A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil (1945-2000). (Tese de Doutorado). Brasília: UnB, 2000. p.102.

63 VEUILLOT, François. La Pensée Française au Brésil. Les Amitiés Catholiques Françaises, n. 2. p. 16, 1932.

64 RODRIGUES, op. cit. nota 5, p. 44.

65 DANTES, Maria Amélia. Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX. In: DANTES, Maris Amélia (org). Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996.

trocas culturais estão, na ocasião, em geral, ligados ao Direito, à Engenharia e à Medicina, como é o caso de Miguel Osório de Almeida, do advogado Vergueiro Steidel e do médico Bittencourt Rodrigues.

Nas relações culturais ou intelectuais, existe a vontade, o desejo de promoção dos aliados pela ação de uma cultura, quando em contato com a outra. A expansão cultural torna-se um incentivo ao desenvolvimento da política nacional francesa, do comércio internacional e da formação de aliados ou adeptos da França. No Brasil, essa expansão se materializa através de três tipos de escolas: as secundárias, as congregacionistas e as laicas.

Nessa perspectiva, um dos grandes difusores da cultura francesa no Brasil é Georges Dumas (1866-1946), professor da Sorbonne que chega ao Brasil em 1908, com formação em Medicina e em Filosofia. Como salienta Martinière:

a filosofia, mais particularmente a concepção positivista, comtista, da filosofia, George Dumas, um dos melhores especialistas, exerceu uma verdadeira fascinação sobre a classe dirigente brasileira.⁶⁶

George Dumas é um dos maiores representantes da política de expansão cultural da França no Brasil. Ele cria verdadeiros comitês com vistas às trocas de professores e estudantes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1911, o Brasil ganha uma disciplina na Sorbonne *Chaire d'Études Brésiliennes*, especializada em temas brasileiros, que registra a união entre paulistas e franceses. No ano seguinte, Dumas funda a Associação Franco-Brasileira em Belo Horizonte e inaugura cursos de estudos franceses em São Paulo.

Mas, essas iniciativas voltadas à criação de vínculos e à implementação de instituições propagadoras da cultura francesa não são resultados apenas das iniciativas do *groupement* ou de Dumas. Em 1915, nasce no Brasil, o Comitê Católico de Propaganda no Estrangeiro e é fundada a Sociedade Franco-Brasileira de Instrução Moderna. Em 15 de abril de 1916, começa a funcionar o Liceu Francês, com objetivo de fazer frente às ofensivas internacionais de expansão cultural dos Estados Unidos e da Alemanha.

Em 1919, surge nova iniciativa francesa: Irma Villards vem para o Brasil e funda, no Rio de Janeiro, o Clube de Arte Francesa, com vistas à difusão da cultura e das obras

⁶⁶ MARTINIÈRE, op. cit. nota 32, p. 54-55.

francesas. É uma iniciativa de cunho particular, mas que obtém o apoio governamental, pois a senhorita Villards é altamente recomendada pela diplomacia francesa.

O Clube de Arte Francesa, por ela dirigido, destina-se ao público intelectual brasileiro. Composto por obras de arte, literatura e música francesas, tem ainda como expectativa abrigar um conservatório e uma biblioteca francesa.

As primeiras conferências ministradas no Clube obedecem a um programa de divulgação literária, abordando como temas: “O heroísmo francês nas trincheiras; Os poetas franceses antigos, modernos e contemporâneos; O teatro no exército; As influências sociais da guerra sob o ponto de vista francês, entre outros”.⁶⁷

Do lado brasileiro, os primeiros conferencistas são Goulard de Andrade, poeta membro da Academia Brasileira de Letras; Rafael Pinheiro, deputado, jornalista e professor na Escola Normal; Affonso Lopes de Almeida, jornalista e titular da Academia Brasileira de Letras, entre outros.

Em 1921, são inauguradas duas livrarias francesas no Rio de Janeiro, a Garnier e a Briguiet, que, em 1936, se fundem em Garnier-Briguiet. Em 1922, é fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura; em 1925, é criado um espaço para o Brasil na Cidade Universitária de Paris e o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura em São Paulo. O Instituto Franco-Brasileiro traz para o Brasil mais de quarenta professores de francês e envia para a França mais de trinta professores brasileiros.⁶⁸

Muitos professores e universitários, aproveitando-se das rivalidades entre França e Alemanha, desenvolvem trocas científicas por preços reduzidos. Assim, os anos 20 e 30 são marcados pelo forte desenvolvimento de missões universitárias entre França e Brasil. De acordo com Martinière:

A grande obra de colaboração universitária franco-brasileira, realizada por George Dumas e Jean Marx, foi sobretudo o envio de missões universitárias de ensino à São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1935-1939. Num momento em que a influência material da França na América Latina conhece um sensível declínio.⁶⁹

⁶⁷ Correspondência do Comissariado Geral de Informação e Propaganda para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 18.04.1919. Paris: Arquivo MRE, pasta 24, série B, p. 172-6.

⁶⁸ SUPPO, op. cit. nota 17.

⁶⁹ MARTINIÈRE, op.cit. nota 32, p. 63-64.

Mesmo quando esse processo entra em declínio, os agentes propagadores da cultura francesa fazem forte resistência aos fatos e mantêm-se em franca atividade no Brasil. A política do *front populaire* aumenta os créditos direcionados ao Brasil por meio do SOFE, que passam de 36.258.500 francos em 1936, para 57.599.100 francos em 1937, atingindo o topo de 63.518.650 francos em 1938.⁷⁰

É importante perceber que, no final da década de 30, há o esfriamento das relações entre França e Brasil. É justamente, nesse período, que a diplomacia francesa mais incentiva a cooperação cultural e os intercâmbios entre os professores universitários que fazem parte do *groupement*. A prova mais substancial desse fato é a participação efetiva de muitos professores franceses na fundação de algumas universidades brasileiras.

4.5 Criação da Universidade de São Paulo (USP)

Na década de 30, na França, ocorrem movimentos em favor do colonialismo cultural, ou seja, da organização de missões culturais e educacionais civilizadoras rumo aos países menos favorecidos. O Brasil é um dos países percebido como uma colônia indireta.⁷¹ Assim, o *groupement* intensifica sua ação junto a alguns elementos da elite e do governo brasileiro para garantir o envio de professores universitários franceses ao Brasil.

Em 17 de julho de 1934, é fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo que, com auxílio de Dumas, recruta treze professores europeus, dentre as quais, seis são franceses, quatro italianos e três alemães. Embora a maioria dos professores escolhidos e contratados tenha sido de nacionalidade francesa, Rolland, faz a seguinte leitura dos fatos:

A predominância francesa está clara em matéria de ciências humanas e das sociais; mas os italianos ficaram encarregados da matemática e da física; os alemães da química, da zoologia e da botânica. Esta restrição de domínio de influência francesa apenas na área cultural “não científica” é sensível no Brasil, mesmo onde no início do século, no entanto, a medicina e as ciências exatas francesas ainda predominava.⁷²

São Paulo torna-se um centro de expansão das ciências humanas sob influência francesa. Julio de Mesquita Filho (1892-1969) é um dos principais brasileiros a defender a

⁷⁰ SUPPO, op. cit. nota 17, p. 329.

⁷¹ PETITJEAN, op. cit. nota 39, p. 315.

⁷² ROLLAND, op. cit. nota 18, p. 398.

manutenção dessa base de apoio na educação brasileira. Além da USP, prevê-se a criação da Faculdade Municipal de Letras, em 1936, com dez professores franceses, e da Faculdade de Ciências, em 1937, igualmente com a corroboração dos profissionais da França.⁷³ Ainda segundo Martinière, a criação da USP significa o ponto alto do contato cultural entre a França e a América Latina: “A fundação da Universidade de São Paulo foi a grande obra da vida de George Dumas e a descoberta do Brasil por uma plêiade de intelectuais franceses”.⁷⁴

A Universidade de São Paulo torna-se o laboratório do projeto de cooperação Brasil-França, para o qual os pesquisadores franceses especializados em ciências humanas e sociais vêm para analisar e descrever *in loco* a cultura latino-americana. Trata-se de uma universidade pública, livre de influências religiosas. Os cursos que a integram ficam centralizados pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse importante laboratório, o livro francês ocupa considerável espaço, desenvolvendo a cultura e promovendo o comércio com a França.

O governador de São Paulo, Armando Salles de Oliveira (1887-1945), encarrega, na ocasião, Julio de Mesquita Junior e Teodoro Ramos de procurarem professores europeus para a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, principalmente na França, Alemanha e Itália.⁷⁵ De acordo com a análise de Schwartzman, a USP tem, à ocasião, os seguintes objetivos:

O primeiro objetivo da nova Universidade era “promover o progresso da Ciência por meio da Pesquisa”, o segundo era transmitir conhecimento, o terceiro, formar especialistas e profissionais, o quarto promover a difusão e a popularização das ciências, artes e letras por meio de cursos de curta duração, conferências, programas de rádio, filmes científicos.⁷⁶

A USP é um projeto político liberal dessa elite paulista que deseja modernizar o país, criando uma educação aos moldes europeus, centrada no espírito científico, ou seja, na formação de pesquisadores. Em 1934, são contratados os seguintes franceses: Émile Coornaet, professor de História da Civilização; Robert Garric, professor de Literatura

⁷³ Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para Laval, ministro das Relações Exteriores da França, 03.08.1935. Paris: Arquivo MRE, Affaires Politiques, n. 120. (Propaganda da França, 1935-1936).

⁷⁴ MARTINIÈRE, op. cit. nota 32, p. 159.

⁷⁵ MONBEIG, Pierre. A filosofia que orientou a criação da USP continua válida. In: História Viva II. São Paulo, 1981. p. 253.

⁷⁶ SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e as novas universidades. In: Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e Tecnologia, 2001. p. 170.

Francesa; Étienne Borne, professor de Filosofia e Psicologia; Pierre Deffontaines, professor de Geografia; Paul Arbousse Bastide, professor de Sociologia e Michel Berveiller, professor de Literatura Greco-Latina. O quadro elaborado por Suppo⁷⁷, permite a visualização dos docentes franceses:

Professores franceses na USP

	História da civilização	Geografia	Literatura francesa	Sociologia	Filosofia	Letras e filosofia	Economia política
1934	Emile Cornaet	Pierre Deffontaine	Robert Garric	Paul Bastide	Etienne Borne	Michel Berveilleur	
1935	Fernand Braudel	Pierre Monbeig	Pierre Hourcade	idem e Lévi Straus	Jean Mangué	Idem	
1936	idem	idem	idem	idem		Idem	François Perroux

Os alemães ministram três cadeiras: Química, Botânica e Zoologia; os italianos, quatro: Matemática, Física, Literatura Italiana e Geologia; e os brasileiros, três: André Dreyfus, Biologia; Antonio Soares Romero, Física; e Plínio de Ayrosa, Etnologia e Língua tupi-guarani. Os contratos com os professores estrangeiros são renovados e efetivados nos seguintes anos: 1934, 1935, 1938, 1939 e 1940.

Em 1935, os franceses são os responsáveis por oito cadeiras: Geografia, Sociologia, História, Filosofia, Literatura Francesa, Filosofia Greco-Latina, Física e Matemática. Nesse mesmo ano, a Itália tem três cadeiras, a Alemanha, duas e a Inglaterra, uma. A rivalidade entre os países europeus pode ser também sentida na formação das missões universitárias. Como afirma Petitjean:

Nesses anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, as rivalidades entre a França, a Itália e a Alemanha marcaram fortemente a constituição das missões, e suas sucessivas renovações. Eram, por sinal, um excelente meio de pressão, que as autoridades brasileiras utilizaram freqüentemente para obter os melhores professores pelo menor custo.⁷⁸

Os professores estrangeiros vêm para permanecer por pelo menos três anos no Brasil, em regime de dedicação exclusiva e contam com um assistente brasileiro. Com o novo regime implantado por Vargas, em 1938, essas contratações são prejudicadas, pois o ministro da Educação, Gustavo Capanema⁷⁹ (1900-1985), passa a centralizar todas as

⁷⁷ SUPPO, op. cit. nota 17, p. 1129.

⁷⁸ PETITJEAN, op. cit. nota 39, p. 261.

⁷⁹ Capanema assumiu o Ministério da Educação no período de 1934 a 1945.

decisões e a exigir que os professores tenham um perfil católico. Como afirma Hugo Suppo:

Gustavo Capanema estabeleceu uma ligação entre os setores mais conservadores da Igreja Católica (Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca e o Cardeal Leme do Rio) que cessaram seus ataques contra a intervenção do Estado nas atividades educativas em troca da adoção nas escolas públicas dos princípios doutrinários e pedagógicos da igreja.⁸⁰

A vinda desses professores estrangeiros para lecionar na USP atende à demanda da elite social que deseja para seus filhos o melhor e mais moderno ensino, respondendo, com isso, aos interesses europeus de expansão cultural, principalmente no caso da França. Nas horas vagas, os franceses dedicam-se à pesquisa e especializam-se em temas concernentes à América Latina. Alguns se tornam verdadeiras referências, como é o caso do historiador Fernand Braudel e do etnólogo Lévi- Strauss, entre outros.

O Brasil torna-se um campo de estudos para muitos pesquisadores, que, ao chegarem, percebem de pronto a riqueza de contrastes, estudam a região e se tornam reconhecidos pelas descobertas e análises que realizam. É importante lembrar, como anteriormente já se encontra destacado em Rolland, que os franceses têm, à época, pouco conhecimento sobre a América Latina e sobre o Brasil. Assim, as pesquisas realizadas pelos professores franceses são extremamente relevantes para a ampliação das referências sobre o continente latino-americano.

4.5.1 Universidade Nacional do Brasil, Distrito Federal e Porto Alegre

Em 1939, é fundada a Faculdade Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, que conta, em seu quadro de docentes, com inúmeros professores estrangeiros. Diferentemente da USP, esses professores são contratados oficialmente, com autorização direta de Getúlio Vargas, devendo ter, como requisito básico para essa contratação, uma ligação com a igreja católica.⁸¹ De acordo com o quadro de Suppo⁸²:

⁸⁰ SUPPO, op. cit. nota 17, p. 247.

⁸¹ MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (14930-1960). In: A história vivida II. São Paulo, 1981.

⁸² SUPPO, op. cit. nota 17, p. 1133.

Quadro dos professores franceses na Universidade Nacional do Brasil

Ano	História da Filosofia	Literat. Francesa	Psicologia	Geo. Humana	Hist. Mod e Contemp.	Economia Política	Socio-logia	Política	Hist. Antiga Medieval
1939	Henri Poirier	Fortunat Strowski	André Ombredani	André Gibert		Maurice Byé	Jacques Lambert	André Gros	Antoine Bon
1940	idem	idem	idem		Victor Tapié	idem	idem	Oliveira Vianna	idem
1941	idem	idem	idem	Francis Ruellan	idem	idem	idem	—	idem

Oliveira Vianna é o responsável pela disciplina de Política em 1940. A disciplina de História Contemporânea e Moderna não tem candidatos franceses para lecionar no Brasil, ficando esta cadeira em aberto.

De acordo com os estudos de Ferreira, os professores franceses, destinados a lecionar na Universidade do Rio de Janeiro, são mais velhos e mais titulados que os professores recrutados por Dumas para lecionar na USP.⁸³

A Universidade do Distrito Federal, iniciada em 1935, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Anísio Teixeira, conta, segundo Massi, com grande participação de professores franceses: Émile Brehier (Filosofia), Eugène Albertini, Henri Hauser e Henri Troncon (História), Gaston Léduec (Linguística), Pierre Deffontaines (Geografia) e Robert Garric (Literatura).⁸⁴ Veja-se o outro quadro elaborado por Suppo⁸⁵:

Quadro dos professores franceses na Universidade do Distrito Federal

Ano	Psic. e Filos.	Hist. da Filosofia	Hist	Geo	Lit. Francesa	Filos. Romana	Lit. e civilização Greco-Romana	Lit. Comparada	Civ. Romana	Est. Soc.
1935	Etienne Souriau	Emile Brehier	Henry Hauser	Pierre Deffontaines	Robert Garric	Jean Bourciez	Jacques Perret	Henri Tronchon	Eugène Albertini	Gaston Leduc
1936	idem	idem	idem	idem	idem		idem		idem	idem
1937	-	-	-	Arbos	Cherel	-	Millardet	-	idem	idem
1938	-	-	-	Pierre Deffontaines	Robert Garric	-	-	-	-	idem
1939	-	-	-	-	Fortunat Strowski	-	-	-	-	André Gros

Em Porto Alegre, a Universidade não dispõe de um grande número de professores estrangeiros, como ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo. Não obstante, com o apoio e

⁸³ FERREIRA, Marieta de Moraes. Les professeurs français et l'enseignement de l'histoire à Rio de Janeiro pendant les années 1930. In: ROLLAND, Denis (org). Pour l'histoire du Brésil. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 123-140.

⁸⁴ MASSI, op. cit. nota 81. p.417.

⁸⁵ SUPPO, op. cit. nota 17. p. 1133.

incentivo do interventor, José Antonio Flores da Cunha, passa a ser ministrada uma cadeira de literatura francesa nas faculdades de Direito e Medicina. Conforme Suppo: “O general Flores da Cunha sonhava patrocinar uma série de conferências de Georges Dumas”.⁸⁶

Em 1932, surge a Universidade Técnica do Rio Grande que, em 1934, se torna a Universidade de Porto Alegre, oferecendo cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia e o Instituto de Belas Artes. De acordo com Schirmer, já em 1935, Flores amplia a Universidade, com a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras.⁸⁷

Flores da Cunha incentiva a inclusão da disciplina de francês nos currículos universitários, o que oportuniza a contratação de três professores franceses para a universidade. Esse fato ganha importância nos despachos diplomáticos, devido ao grande número de alemães residentes na região sul. Esses colonos, além de desenvolverem forte atividade econômica, são agentes que procuram influenciar o comportamento dos brasileiros em relação à sua cultura de origem. Magnam assim relata a posição francesa quanto à criação dessas disciplinas: “missão cumprida de maneira impecável para o grande bem de nosso país em um centro de alta propaganda inimiga”.⁸⁸

A rivalidade entre França e Alemanha é sentida de forma bastante intensa no Brasil, principalmente devido ao considerável número de imigrantes alemães no sul do país. Em contrapartida, a colônia francesa é muito reduzida, podendo ser considerada inexpressiva, se comparada à organização dos alemães. Assim, o governo francês passa a intervir junto ao governo brasileiro, na tentativa de conter os avanços germânicos no que concerne ao comércio e a cultura local, por meio de propaganda anti-alemã, com afirma Tettamanzi. “Era incontestável que o discurso sobre o perigo germânico no Brasil existisse, e que era recorrente”.⁸⁹

Mas os franceses não desistem de seus objetivos no estado gaúcho. Dessa forma, além das disciplinas ministradas na Universidade de Porto Alegre, são realizadas conferências científicas, com intuito de levar esse tipo de influência cultural às regiões mais longínquas em relação à capital do país, o Rio de Janeiro. Em julho de 1936, François

⁸⁶ SUPPO, op. cit. nota 17. p.268.

⁸⁷ SCHIRMER, Lauro. Flores da Cunha de corpo inteiro. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p.132.

⁸⁸ Correspondência de Magnam de Bellevue, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, 25.07.1936. Paris: Arquivo MRE, Affaires Politiques, n. 120.

⁸⁹ TETTAMANZI, Régis. La germanité face à l'héritage latin des Amériques: la construction française du peril germanique au Brésil 1900-1940. In: ROLLAND, Denis. (org) Archéologie du sentiment em Amérique latine: l'identité entre mémoire et histoire XIX et XXI siècle. Paris: L'Harmattan, 2005.p. 170.

Perroux e Paul Bastide ministram palestras no Rio Grande do Sul com a finalidade de ampliação do número de franceses nas universidades brasileiras. Conforme matéria publicada no jornal *A Federação*: “A civilização européia deve ser o livro da América. Os luminares europeus devem ser os consultores dos americanos”.⁹⁰

A presença francesa na capital gaúcha é escassa; a pequena influência existente advém das congregações religiosas e dos positivistas. Os raros professores franceses que chegam a Porto Alegre, à época, permanecem por no máximo dois meses, apenas para cumprir algum programa de conferências.

4.5.2 Liceus e alianças francesas

A França procura de todas maneiras ampliar sua influência no Brasil: entre os meios de difusão mais atuantes de sua cultura estão os liceus e as alianças francesas. Essas instituições propagam os ensinamentos baseados na política estabelecida pelo governo francês, e, para atrair o maior número possível de alunos interessados nos conteúdos propostos, distribuem prêmios aos estudantes com melhor aproveitamento nos cursos. O Colégio Militar e a Escola Normal de Porto Alegre são algumas das instituições contempladas com o benefício. Conforme correspondência de Courtenaz:

Eu tenho a honra de informar a Vossa Excelência a bela impressão e os resultados felizes para nossa propaganda, obtidas graças à distribuição de prêmios franceses aos estabelecimentos de ensino dirigidos por nossos compatriotas congregados a Porto Alegre.⁹¹

A imprensa rio-grandense não deixa de registrar positivamente as premiações concedidas pelos franceses aos alunos brasileiros que mais se destacam na aprendizagem da língua francesa: “Entre os vários prêmios que foram oferecidos destacavam-se os conferidos pelo governo da república Francesa e pelo Cônsul da França aos alunos que mais se distinguiram no corrente ano letivo no estudo desse idioma”.⁹² Todos os anos, novos prêmios são concedidos como recompensa aos esforços realizados pelos jovens estudantes.

⁹⁰ O professor François Perroux na Universidade de Porto Alegre. *A Federação*, 21 jul. 1936, p. 03.

⁹¹ Correspondência de Courtenaz, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 29.06.1935. Paris: Arquivo MRE, Affaires Politiques, dossiê 172-1 à 172-6, pasta n. 120, 1930-1940.

⁹² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 dez. 1932, p. 05.

Mas não são apenas os alunos dos liceus e das alianças francesas que recebem os prêmios e são convidados, muitas vezes, a estudar em Paris. Os alunos das escolas primárias e secundárias que recebem o ensino de francês, de acordo com o currículo escolar da época, também são alvos da propaganda francesa. Esses alunos, muitas vezes, são considerados mais importantes do que os que já se encontram em instituições francesas, pois são cooptados externamente.

Os liceus franceses, fundados nas capitais brasileiras, submetem-se a um órgão superior aglutinador, a Sociedade dos Liceus Franco-Brasileiros. Essa sociedade é regida por um conselho composto por cinco a quinze membros, dos quais faz parte o Barão D'Anthouart, antigo ministro Plenipotenciário da França no Brasil.

A orientação pedagógica é coordenada por um conselho técnico, composto por três membros: Georges Dumas, professor da Sorbonne, membro da Academia de Medicina; Ernest Martinenche, professor da Sorbonne; Lapradelle, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Paris. A sede da sociedade está situada em Paris, na Avenida Champs Elysées, 82.

4.5.3 Liceu do Rio de Janeiro

O Liceu Francês do Rio de Janeiro entra em funcionamento em primeiro de maio de 1916, instalado em um vasto imóvel na Gávea. Abre com apenas 100 alunos, mas, no decorrer de apenas um ano, já possui 236 alunos; em 1917, já conta com 291 inscritos e em 1918, com 315 inscrições. O governo francês, que em 1919, dispõe de 800.000 francos para investir em liceus franceses no Brasil, destina 100.000 francos para o liceu do Rio de Janeiro:

Este esforço financeiro se justifica de nossa parte pela utilidade de ajudar o desenvolvimento de uma instituição que distribui desde agora um ensino de caráter francês a mais de trezentos alunos jovens dos meios familiares do Rio, preparados para vir à França completar seus estudos superiores.⁹³

Em 1920, o embaixador francês no Brasil, M. Conty, escreve ao governo francês demandando o envio da soma de 400.000 francos para o Liceu Francês no Rio de Janeiro, que corre o risco de fechar, devido às parcas condições econômicas. Por ser esse Liceu de

⁹³ Correspondência n. 24, 23.05.1919. Paris: Arquivo MRE, série B, 172-6.

grande importância para a influência francesa no Brasil, George Dumas também se engaja à solicitação da remessa de fundos. Conforme será visto a seguir, nessa época, os liceus de São Paulo e Porto Alegre também carecem de auxílio financeiro.⁹⁴

4.5.4 Liceus de São Paulo e Porto Alegre

Em 1919, os liceus de São Paulo e Porto Alegre não passam de meros projetos a serem implantados, razão pela qual o governo francês resolve enviar créditos para servirem de fundos iniciais, de forma a fortalecer essas iniciativas de cooperação com o ensino de francês.⁹⁵ A criação dos liceus é considerada de grande importância para a diplomacia francesa, pois, segundo documento, representa:

(...) proteção da propriedade literária, obra que responde as aspirações da juventude brasileira, que se instrui em nossos livros de ciências e de filosofia; completa a ação das instituições das meninas dirigidas pelas religiosas francesas (...); também os esforços da Aliança Francesa e do comitê de Associação politécnico.⁹⁶

O Liceu de São Paulo é fundado em 1922, subvencionado pelo governo francês. Lá os professores oferecem ensino preparatório para as universidades e grandes escolas do país. Os métodos de ensino e programas do liceu são elaborados segundo as normas francesas. Como informa o Boletim Sul Americano:

Os métodos de ensino, o regime escolar, os programas dos cursos de francês latim e grego, de literatura e filosofia serão estabelecidos pelo Conselho Consultivo da “Sociedade Anônima Francesa de Liceus Franco-Brasileiros”, com sede em Paris, e serão postos em vigor sob a direção de um grupo de professores agregados da Universidade Francesa.⁹⁷

Os diplomas dos alunos são expedidos pela Universidade de Paris, oferecendo acesso a todas as escolas e universidades da França. O conselho administrativo do Liceu de São Paulo é composto por oito membros, sendo quatro brasileiros e quatro franceses. Entre os brasileiros, estão Jorge Tibiriçá, presidente do conselho, Ramos de Azevedo, Ruy de Paula Souza e Victor da Silva Freire.

⁹⁴ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 4.10.1920. Paris: Arquivo MRE, pasta 24.

⁹⁵ Correspondência n. 24, op. cit. nota 93.

⁹⁶ id., ib.

⁹⁷ Boletim Sul Americano, n. 80, 13.04.1922. Paris: Arquivo MRE, série B 172-6.

Os liceus funcionam sob o controle do Comitê Franco-Brasileiro, fundado em 1914, com objetivo primordial de salvaguardar os interesses franceses no Brasil, desenvolvendo e estreitando cada vez mais os laços entre os dois países. É mais um esforço para a difusão da língua francesa no Brasil e, teoricamente, da língua portuguesa na França.

O Comitê tem como meta a veiculação de propaganda da França, por meio de conferências, visitas de personalidades, representações, notas à imprensa e emissões radiofônicas. A *cooperação cultural* procura denotar a idéia de que ambos os países participam de uma ação comum e recíproca, com trocas culturais em situação de igualdade. Complementando as ações do Comitê, surge uma seção especial, segundo o Baron d'Anthouart:

O Comitê France-Amérique, que desde 1909 trabalha com o sucesso e desenvolve as relações com as Américas, tomou sua parte neste trabalho de reorganização. Reunindo a grande parte de seus adeptos e representantes dos interesses franceses no Novo Mundo, pensa em constituir, com a sua colaboração, uma seção especial de ordem econômica.⁹⁸

4.5.5 Aliança Francesa

A Aliança Francesa é fundada, na França, em 24 de janeiro de 1884. A instituição tem por finalidade a expansão da cultura e principalmente da língua francesa; dedica-se, assim, a fundar e subvencionar escolas francesas pelo mundo e/ou a introduzir cursos de francês em escolas já existentes. Sua ação é intensa: forma mestres, distribui recompensas aos alunos, premiando com bolsas de estudos em Paris, incentiva o consumo de publicações francesas, publica boletins periódicos, organiza conferências e atua através de outros meios de propagação da língua francesa.

Muitos países, em várias partes do globo, sofrem, no período, forte influência da Aliança Francesa: Bélgica, Itália, Espanha, Rússia, Áustria, Hungria, Marrocos, Tunísia, Grécia, Colômbia, Venezuela, Brasil, Argentina, entre diversos outros. Em todos esses locais, são formados os comitês de ação, para auxiliarem as alianças a cumprirem seus objetivos.

As alianças francesas são, assim, uma das instituições pioneiras na promoção e desenvolvimento do ensino da língua francesa em muitos países. Surgem no final do século

⁹⁸ BARON, D'Anthouart. La politique française en Amérique Latine. Paris: Imprimerie Nationale, 1918. p. 23.

XIX, mas se mantêm até hoje nessa mesma função. No início do século XX, cumprindo as determinações do Ministério das Relações Exteriores e tornando-se também agentes propagadores da cultura e da língua francesa, corroboram com a política de expansão cultural empreendida pelo governo. Diferenciam-se, não obstante, de outras instituições, conforme Doka: “Do ponto de vista jurídico, a Aliança Francesa tinha uma independência formal frente a frente com o Estado (...)”.⁹⁹

As alianças não são instituições diretamente vinculadas e subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores da França. Seu compromisso é com o ensino da língua francesa, embora jamais tenham se negado a contribuir com a política diplomática de seu país. Segundo Mathieu, “a Aliança Francesa se impôs (...) como um interlocutor privilegiado e indispensável na obra cultural engajada na América Latina”.¹⁰⁰ Ela desenvolve inúmeras atividades, com vistas à expansão da cultura francesa. De acordo com estudo de Bruzières:

No exterior, é preciso manter ou renovar o contrato com os comitês no estrangeiro, reorganizar as turnês de conferências, enviar livros, que muito faltam e são reclamados por todos os lugares, fundar bibliotecas e manter as subvenções concedidas aos numerosos estabelecimentos de ensino do francês pelo mundo.¹⁰¹

Entre 1924 e 1931, ocorre uma grande expansão das alianças francesas, acompanhando a política de expansão cultural. Em 1920, o presidente da Aliança é Raymond Poincaré (1860-1934), que costuma chamar os integrantes desse projeto de cavaleiros de Cervantes da França. Conforme Bruzières: “Nós somos intitulados os Cavaleiros Cervantes da França”.¹⁰²

De 1932 às vésperas da Segunda Guerra Mundial, sua influência entra em declínio: o número de alunos se reduz e as alianças entram em crise, acompanhando o enfraquecimento do modelo universal francês, que arrasta consigo todas as instituições que trabalham na difusão e propagação da cultura francesa.

⁹⁹ DOKA, op. cit. nota 20, p. 38.

¹⁰⁰ MATHIEU, Gilles. Un enjeu diplomatique: la politique culturelle de la France en Amérique Latine dans l'entre deux guerres. Paris: IHEAL, 1990. n. 9, p. 131-139.

¹⁰¹ BRUZIÈRES, Maurice. L'Alliance Française: histoire d'une institution. Paris: Hachette, 1983. p. 84.

¹⁰² id., ib., p. 94.

4.6 Publicidade francesa no Brasil

Os franceses acreditam deter no Brasil uma grande influência intelectual, mas se preocupam com questões referentes aos negócios e comércio. Embora exista muita simpatia de parte dos brasileiros pela França, eles procuram garantir maior respaldo, com vistas à manutenção da influência e de seus negócios com o Brasil. Ora, o melhor meio para resguardar a posição adquirida é via publicidade.

Na visão francesa, a publicidade deve ser pensada e executada com método e eficiência, ser econômica e atingir o objetivo a que se destina. Primeiro, é preciso conhecer bem as possibilidades de investimento de que o governo francês dispõe no exterior e esclarecer a opinião pública francesa sobre os objetivos governamentais internacionais para que a população olhe com complacência o financiamento deste projeto político; depois, é necessário identificar toda propaganda estrangeira que possa neutralizar as intenções francesas, em países de seu interesse, como o Brasil.

Preparado o terreno no solo pátrio, cabe então criar, no local alvo de influência, uma instituição francesa, como uma “revista periódica que será o órgão fundamental de nossa propaganda metódica”.¹⁰³ É preciso também articular-se com vários jornais de importância no país, tais como *O Comércio*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo.

A propaganda metódica deve ser executada no dia a dia, sem dar tréguas aos concorrentes internacionais que disputam o mercado brasileiro. Assim, a diplomacia francesa busca ter uma coluna aberta em jornais de prestígio, para, cotidianamente, dirigir mensagens aos seus leitores. As matérias colocadas na coluna devem ser bem elaboradas, razão pela qual é sugerido então “o envio ao Brasil de um especialista capaz de redigir os artigos de propaganda no dia a dia”.¹⁰⁴

4.7 Propaganda germânica no Brasil

Assim como a França, a Alemanha também passa a mover massiva campanha em favor de sua cultura e contrária à propaganda francesa. Os alemães são numerosos, têm

¹⁰³ Documento n. 24. Publicidade da França no Brasil. Paris: Arquivo MRE.

¹⁰⁴ id., ib.

muitas colônias no Brasil, tornando-se alvo das preocupações francesas. Como salienta Rolland:

A presença econômica alemã, mais ou menos apoiada sobre as numerosas “colônias” e ampliada durante o primeiro quarto do século, revigora-se rapidamente. Os franceses, em geral, mais preocupados, mesmo no campo latino-americano, com o antagonismo franco-alemão que com uma avaliação global, inquietam-se com isso. Mas, e quase sempre, para reafirmar alto e forte, que o modelo francês está intacto.¹⁰⁵

Os alemães visam restaurar a antiga admiração que o Brasil nutria, antes da Primeira Guerra Mundial, pela força econômica da Alemanha, pelos atributos do povo alemão e pelo seu desenvolvimento na área científica. Mas, todo prestígio gozado pela Alemanha anteriormente ao conflito mundial certamente se perdeu no Brasil. Assim, embora não exista nenhum sentimento anti-alemão, nenhuma frieza de tratamento, a propaganda alemã passa, astutamente, a reivindicar a anulação de cláusulas do tratado de Versalhes e a lutar contra a ação *caluniosa* da França.¹⁰⁶

Sempre que a Alemanha contesta as cláusulas do tratado de Versalhes, cria um ambiente hostil à França e ao Brasil, que se envolveu na primeira guerra mundial, ao lado dos aliados, razão pela qual tem que defender a legalidade do tratado.¹⁰⁷ Os franceses, por sua vez, argumentam que a propaganda alemã e as reivindicações quanto a Versalhes são caluniosas.

Depois da Primeira Grande Guerra, o governo alemão desencadeia um processo forte de publicidade anti-francesa pela América Latina. Trata-se de uma propaganda violenta, da qual os arquivos franceses conservam múltiplos vestígios.¹⁰⁸ As publicidades alemãs são impregnadas de tendenciosidade no que concerne às responsabilidades sobre a guerra, tendo como objetivo atrair novamente a simpatia do povo brasileiro pela cultura e ciência alemã, ampliando, assim, seu mercado de exportação com o Brasil.

Mas há, sem dúvida, uma grande diferença entre a propaganda em favor da influência alemã ou francesa e aquela contrária à França ou à Alemanha. O governo francês, em suas correspondências diplomáticas, reclama da exorbitância das calúnias de

¹⁰⁵ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 278.

¹⁰⁶ Rapport pour la propagande allemande au Brésil. Paris : Arquivo SHAT, dossiê 3391.

¹⁰⁷ id., ib.

¹⁰⁸ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 253.

guerra feitas pelos alemães e afirma: “A luta pela influência francesa deve ser feita com atividade, constância e serenidade”.¹⁰⁹

Os franceses alegam que a maioria da população brasileira é analfabeta, que os cidadãos brasileiros qualificados como eleitores são os que possuem um mínimo de instrução, como saber ler e escrever. Esse fato faz com que políticos inescrupulosos se aproveitem da ignorância em favorecimento próprio. Além disso, não fazia parte desse parco conhecimento da população o estudo das relações estrangeiras, o que facilitava a ação alemã no Brasil.¹¹⁰

Os jornais da época têm a pretensão de representar a sociedade brasileira; mesmo as folhas com tiragens pouco representativas, eram, por vezes, veículos inescrupulosos de sustentação do poder de poucos e de divulgação de informações com a finalidade de defender interesses escusos: “é feita uma ilusão de espírito e criada uma sorte de paixão a favor dos interesses que na maior parte do tempo não são interesses de ninguém”.¹¹¹

Mas, apesar de os franceses terem razão nesse ponto, não se pode deixar de considerar que a propaganda alemã sempre esteve em evidência no Brasil, devido ao expressivo número de descendentes alemães aqui existentes. Esses colonos influenciam os jovens brasileiros a terem tendências germanófilas, como, por exemplo, o desejo de estudar na Alemanha. Alguns brasileiros, segundo os franceses, desenvolvem amizade sincera e cega pelos alemães. A imprensa, seguindo pelo mesmo caminho, abre suas colunas às campanhas pagas pela Alemanha.¹¹²

Os alemães seduzem muitos brasileiros enviados à Alemanha em missões militares, fortalecendo os laços das indústrias militares alemãs com o Brasil. No Brasil, não havia sentimentos de aversão à expansão alemã; ao contrário, os jovens turcos, militares destacados para obter instruções na Alemanha, acabam por simpatizar e defender a influência germânica no Exército Brasileiro.

Obviamente, por trás desse jogo de expansão cultural e propaganda alemã, há os interesses econômicos. Os alemães procuram uma clientela suscetível de absorver sua grande produção. A influência da indústria militar alemã no Brasil é tão fortemente sentida

¹⁰⁹ Rapport pour la propagande allemand au Brésil, *op. cit.* nota 106.

¹¹⁰ Rapport pour la propagande allemand au Brésil, *op. cit.* nota 106.

¹¹¹ *id.*, *ib.*

¹¹² *id.*, *ib.*

na primeira década do séc. XX, que a França, nesse período, fica praticamente fora do mercado exportador para o Brasil. A indústria metalúrgica alemã precisa de compradores que absorvam sua grande produção, apostando, inclusive na clientela privada.¹¹³

Além da exportação, as indústrias alemãs fazem ofertas para produzir, na região de Encruzilhada, no Rio Grande do Sul, região que possuía jazidas de estanho. O governo do Reich passa a encomendar manganês aos estados de Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.¹¹⁴ Os colonos que habitam a região são excelentes informantes sobre as riquezas locais. Assim, além de exportar e importar minérios, os alemães se interessam por estabelecer firmas no Brasil.

Como há cumplicidade entre os imigrantes e o governo alemão, eles passam a agir como cidadãos alemães e, não, brasileiros, ou seja, não reconhecem o Brasil como pátria. Os filhos e netos de colonos, com privilegiada situação política ou econômica, passam a adotar atitudes suspeitas no entendimento francês e a beneficiar apenas elementos provenientes da Alemanha.

Alguns brasileiros devotam sincera amizade pelos alemães, que, na análise francesa, é cega, pois ignora que o envolvimento de alemães com brasileiros não passa de um jogo de influências altamente manipulado. Alguns jornais brasileiros são severamente criticados pelos franceses por aceitarem matérias pagas por alemães, sem questionar o conteúdo desta propaganda tendenciosa.

Os jornais *Correio da Manhã* e *O Globo* expressam uma postura anti-francesa, criticando as iniciativas francófilas. Nesses veículos, a propaganda alemã é sistemática e denigre a imagem da França junto ao público brasileiro, no intuito de desconstruir o modelo francês. Segundo Rolland: “a atividade diplomática, as missões e a propaganda antifrancesa da Alemanha reforçam o declínio da difusão do modelo francês, que incluía a francofonia e a francofilia, expressão de uma percepção do modelo como tal”.¹¹⁵

Apesar de todas as críticas e alardes feitos pela França contra a ação alemã, as pesquisas de Rolland demonstram que a Alemanha expressa claros interesses pela América

¹¹³ Rapport pour la propagande allemande au Brésil, op. cit. nota 106.

¹¹⁴ Relatório do cel Nalot, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra da França, 22.01.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 3398.

¹¹⁵ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 281.

Latina, ao fundar instituições que têm por finalidade aumentar seus conhecimentos sobre o continente latino-americano. Segundo Rolland:

A Alemanha faz também um importante esforço para melhorar o conhecimento da América Latina entre seus cidadãos, instala-se rapidamente cinco institutos especializados em América Latina, e esses institutos são generosamente financiados, com a preocupação de formar os que tem algo a fazer no continente.¹¹⁶

Independente de ser francesa ou alemã, o importante é estar ciente que essa publicidade se realiza, porque há o consentimento dos responsáveis pelos meios de comunicação, sejam eles jornais, periódicos, revistas ou rádios. Se os alemães ganham espaço na publicidade latina ou brasileira, é porque existe não apenas algum interesse político ou ideológico de parte dos proprietários desses veículos de difusão, mas, principalmente, porque há mercado para esse gênero de matéria, ou seja, um público disposto a consumir esse tipo de informação.

4.8 Missão Militar Francesa e influência cultural

A difusão do francês pelo meio militar brasileiro faz parte da bem pensada propaganda cultural francesa no exterior, idealizada, primeiramente, pelo Ministério das Relações Exteriores e, posteriormente, pelo Ministério da Guerra daquele país. Dentro das próprias delegações das missões militares francesas no exterior, há membros preparados para executarem os planos de governo de difusão cultural. Como afirma Mesnard: “O Ministério do Exército (...) colabora na ação cultural no estrangeiro, colocando à disposição dos ministérios responsáveis uma parte de soldados que são encarregados da tarefa de cooperação cultural ou técnica”.¹¹⁷

A MMF junto ao Exército Nacional contribui para a propagação das idéias e, principalmente, das doutrinas militares francesas no seio da oficialidade brasileira. Concomitantemente, no meio universitário, há as missões de ensino das quais já se falou, que se desenvolvem em consonância com a elite acadêmica nacional. Conforme Martinière:

A missão militar francesa permanente no Brasil contribuiu para o alastramento latino da França como a cooperação universitária promoveu de seu lado

¹¹⁶ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 257.

¹¹⁷ MESNARD, op. cit. nota 12, p. 301.

multiplicando as missões pontuais da Universidade francesa de alto nível na América Latina e acolhendo estudantes latino-americanos em Paris.¹¹⁸

Da maneira similar ao ocorrido com o público universitário quanto à irradiação das idéias francesas, os oficiais brasileiros são cooptados pela mesma política de difusão no que concerne à área da saúde. Soma-se a isso o fato de George Dumas ser um médico que, além de desempenhar sua função de agente cultural nas universidades brasileiras, em especial, na USP, também tem envolvimento com os cursos de saúde, promovidos pelas escolas militares. Como elucida Martinière:

Um tal dispositivo de exportação de idéias apareceu complementado pelo desenvolvimento da cooperação estreita dentro do domínio militar, em prolongamento direto dos eventos da Primeira Guerra Mundial onde Georges Dumas teve papel notável na cooperação dos serviços militares de saúde.¹¹⁹

Os franceses, dentro do sistema militar, são completamente avessos à abertura de suas escolas para militares estrangeiros. Por isso, as missões saíam da França para dar instruções no exterior, mas poucos são convidados a freqüentar as escolas militares francesas. Como afirma Rolland:

A formação francesa é realizada principalmente dentro da própria América Latina, no âmbito de missões militares, uma vez que as escolas militares são pouco abertas aos latino-americanos. Com efeito mais que suas correspondentes alemãs ou norte-americanas, as escolas militares francesas tem dificuldades em abrir-se aos militares estrangeiros, julgando-os demasiados “exóticos”: desde 1906, grupos de oficiais brasileiros foram ao contrário enviados à Alemanha, no próprio ano em que uma missão francesa se instalou em São Paulo para formar a polícia local.¹²⁰

As missões militares francesas são um meio de propagar a língua e a cultura francesa. Segundo análise de Suppo: “a missão Gamelin (...) constituiu um excelente meio de propaganda francesa no exterior”.¹²¹ Em nenhum momento da atuação da MMF, pode-se dissociá-la da ação político-cultural e econômica, simultaneamente empreendida através dos discursos, conferências, livros, manuais e ofertas de armamentos e outros objetos de estudo. “A presença militar estrangeira no Brasil estava ditada muito mais pelos interesses econômicos, diplomáticos e de propaganda”.¹²²

¹¹⁸ MARTINIÈRE, op. cit. nota 32, p. 82.

¹¹⁹ MARTINIÈRE, op. cit. nota 32, p. 82.

¹²⁰ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 171. (grifos do autor).

¹²¹ SUPPO, op. cit. nota 17, p. 310.

¹²² LESSA, op. cit. nota 15, p. 246.

As instruções ministradas nos cursos das escolas militares utilizam referências bibliográficas francesas, e, embora alguns instrutores falem razoavelmente o português, os alunos são obrigados a entender o francês para efetivar suas pesquisas. Segundo Lacorne e Rupnik: “lembramos também que o Exército Francês é sem nenhuma dúvida o único exército no mundo que se utiliza de muitos recrutas para propagar o uso do francês no estrangeiro a título de ‘cooperação militar’”.¹²³

Os manuais e regulamentos brasileiros passam por modificações inspiradas nas documentações francesas. Essa difusão das obras e das idéias militares francesas entre os oficiais brasileiros leva Blay a fazer a seguinte afirmação:

A França tornou-se uma referência cultural para as elites militares brasileira, o que entra em linha de conta no momento da escolha crucial do engajamento do Brasil na defesa do mundo livre.¹²⁴

Não resta dúvida de que a elite militar e também os graduados sofrem a influência das idéias e obras militares francesas, no que concerne à guerra, à estratégia, à tática e aos manuais militares. Mas, em contrapartida, essa influência, no final dos anos 30, vai-se dissipando e dando lugar à crescente esfera de domínio norte-americano, tanto em termos técnicos, quanto no aspecto doutrinário. Portanto, a decisão brasileira de se posicionar a favor do mundo livre, como destaca Blay, não está diretamente relacionada ao fato de os militares brasileiros terem recebido instruções francesas ou terem sido alvos da propaganda e da expansão cultural da França.

A partir de 1936, acontece no Brasil uma Missão Militar Americana de Artilharia Costeira, que será vista posteriormente. A partir dessa data, as relações entre Brasil e Estados Unidos se estreitam-se e a influência das idéias e da doutrina de guerra e militar americana começa a se fazer presente. O Brasil participa da Segunda Guerra Mundial com aviões, armamentos e instruções americanas.

No entanto, é certo que, nos anos 20 e no início dos anos 30, ocorre, no meio militar brasileiro, a assimilação da cultura e da mentalidade militar francesa, tanto por intermédio da língua, quanto pela própria instrução técnica. Na visão de Suppo: “a missão foi

¹²³ LACORNE, op. cit. nota 9. p. 35.

¹²⁴ BLAY, Jean Pierre. La mission militaire française son influence intellectuelle et technologique dans la : formation des elites militaires bresilienne (1919-1940). In: Guerres mondiales et conflits contemporains: propagande et conditionnement des Esprits au XX siècle. Revue Trimestrielle d’Histoire, Paris, n. 177, p. 104, 1995.

considerada essencial na criação do espírito militar nacional, afastando os militares da política e consagrando o papel social do oficial”.¹²⁵ Na breve reflexão elaborada por Suppo em sua tese doutoral, aparece como principal objetivo da MMF, a venda de material de guerra, acoplada à propaganda cultural.

Mas não se pode deixar de considerar que assim como a elite brasileira deseja receber os ensinamentos e a educação francesa, alguns oficiais brasileiros também possuem o mesmo ideal; não são apenas livros e conteúdos militares que circulam nas academias e escolas militares. Como evidencia Salkin:

Nossa língua é geralmente obrigatória nos colégios e nas escolas militares. A elite latino-americana que sonha descobrir Paris, entende como ponto de honra raciocinar com as expressões de Descartes, a recitar os poemas de Victor Hugo e a aplaudir as tropas em torno da comédia Francesa.¹²⁶

Os oficiais franceses que vêm para o Brasil ou para outros países, em missões militares, são considerados de grande valor para o governo na empreitada de elevar internacionalmente o prestígio moral da França; são chamados de *artisans de la propagande française*.¹²⁷ Em maio de 1928, a Direção de Cavalaria Francesa oferece, gratuitamente, à Escola de Veterinária do Exército Brasileiro um certo número de livros, que tratam basicamente de patologias, semiologia, higiene dos cavalos de guerra e inspeção das carnes. Entre esses volumes há:

Vade Mecum de Mollereau e Percher; Dicionário veterinário de Fontaine e Hugnier – 8 volumes; Livro de Anatomia Comparada de Lesbre – 2 volumes; Revista Veterinária Militar de 1922 a 1928; Revista Veterinária de Lyon e Toulouse – 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927.¹²⁸

Como incentivo à propaganda, o Serviço de Obras Francesas no Exterior, com autorização do ministro das Relações Exteriores, passa a fornecer regularmente à MMF no Brasil alguns jornais e periódicos, de caráter militar, a título de propaganda. As revistas,

¹²⁵ SUPPO, op. cit. nota 17, p. 313.

¹²⁶ SALKIN, Ives. *Présence et influence militaires françaises en Amérique Latine de 1919 a 1940 (thèse de doctorat)*. Paris: Sorbonne I, 1983. p. 24.

¹²⁷ Correspondência do gen Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, para o ministro da Guerra da França, 08.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 7N 3378.

¹²⁸ Correspondência do chefe da Seção Veterinária da França para o Estado Maior do Exército da França, 23.05.1928. Paris: Arquivo SHAT, dossiê: 3398.

cuja manutenção é considerada importante no Brasil, são *l'Illustration*, *Revue des Deux Mondes*, *France Militaire* e *Revue de Paris*.¹²⁹

Além desses periódicos citados, há muitas outras revistas recebidas pelos membros da missão, tais como: *Asas*, *A Aeronáutica*, revista do Ministério do Ar, *Boletim de Navegação Aérea*, *Aviação Francesa*, revista dos *Clubes Aeronáuticos*, *Revista do Exército do Ar*, entre outras.¹³⁰ Percebe-se que o enfoque na divulgação das revistas sobre aviação é grande, o que se deve ao fato da significativa importação feita pelo Brasil de aviões e material de aviação.

O chefe da MMF, gen. Noel, demanda ao governo francês o envio gratuito de obras, por ele consideradas de extrema importância para a educação dos oficiais brasileiros. Argumenta, na ocasião, que a intensificação de certas propagandas estrangeiras deve aumentar consideravelmente, por meio dos abonos concedidos pelo governo francês no envio da produção militar. Entre as obras solicitadas por Noel, estão:

Regulamento sobre a Manobra e Emprego da Engenharia; Regulamento sobre gás de Combate; Dos princípios da Guerra, de Foch; As Transformações da Guerra, de Colin; A Guerra Napoleônica: Sistemas de Operações, de Camon; O Sistema de Guerra de Napoleão, de Camon; Campanha de 1806: Estudos Táticos sobre a Campanha de 1806, de Bremard; A Manobra de Iéna, de Bonnal;¹³¹

A propaganda também se faz pela exposição e, principalmente, pela venda de material bélico. O gen. Spire, por exemplo, solicita ao governo francês o envio de três aviões anfíbios para utilização dos oficiais aviadores que fazem parte da missão. Esse pedido se justifica pela concorrência industrial; assim o favor “constituirá um excelente meio de propaganda”.¹³²

Sempre preocupados com a expansão alemã, os franceses não se descuidam das iniciativas germânicas feitas no Brasil, e, por intermédio de correspondências ou relatórios, notificam o que acontece às principais autoridades francesas. Em julho de 1937, o gen. Noel informa ao ministro da Guerra da França que o terramare Office Berlin havia enviado

¹²⁹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.03.1929. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3398.

¹³⁰ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 02.07.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê: 3398.

¹³¹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 08.05.1935. Paris: Arquivo SHAT, dossiê: 3398.

¹³² Correspondência do ministro de Comércio e Indústria da França, para o ministro da Guerra da França, Paris, 24.07.1928. Paris: Arquivo SHAT, dossiê: 3398.

as seguintes publicações para militares paulistas: *Volk und Wehr*, *Wissen und Wehr*, *Parole Bush*, *Deutsche Wehr*, *Rufhauer*, *Die Kriegsmarine*, *Militar Wochenblatt*.¹³³

A França, em sua política de expansão cultural, tenta conter os avanços dos alemães que habitam o Sul do Brasil. A região Sul é então considerada como uma área estratégica, que deve ser bem guamecida, o que justifica o envio contínuo de destacamentos e a criação da bem equipada Escola Militar de Porto Alegre. A Alemanha é considerada pelos franceses como um sério perigo aos brasileiros, pois os colonos falam alemão e representam os interesses de seu país de origem, sem desenvolverem laços ou vínculos com o Brasil ou mesmo com os brasileiros. Uma das idéias aventadas nesse processo é a de que os alemães, possivelmente, desejem constituir um exército colonial. Como afirma Darcanchy:

A idéia de um exército colonial prussiano no sul do Brasil não é nova, nem é nossa. Já em 1903, um dos mais autorizados órgãos do pan germanismo o “Grenzboten” de Leipzig escrevia entre outras coisas o seguinte: Concedamos ao país (referia-se ao Brasil) tanto governo autônomo quanto possível (...) organizemos um exército colonial em que todo indivíduo faça o seu tempo de serviço militar sem voltar à Alemanha.¹³⁴

A questão referente ao serviço militar dos alemães que moram no Brasil é bastante delicada, pois o governo brasileiro deseja contar com essa massa de homens nas fileiras nacionais, principalmente quando passa a pugnar pela elevação do efetivo de tropa. Mas os germânicos não aceitam e mantêm a cidadania alemã, o que cria um impasse diplomático entre Brasil e Alemanha, a ser examinado no capítulo seguinte.

A política militar da França, aliada à política exterior, impulsiona a difusão da cultura francesa no meio militar brasileiro. Como afirma Baudouin, quando a missão francesa é reduzida, e não há condições de ter pessoal francês à frente dos cursos a serem ministrados, esses são aproveitados em cargos de coordenação, como conselheiros técnicos, supervisionando o trabalho dos brasileiros:

A missão militar francesa, sob as ordens do General Gamelin, em 1919, e hoje sob o comando do General Huntziger, composta por trinta oficiais no início, e quinze agora, dirige uma Escola de Estado Maior, uma Escola de Aperfeiçoamento e um centro de Transmissões; seus membros são conselheiros

¹³³ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 130.

¹³⁴ DARCANCHY, Raoul. O pan-germanismo no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Affaires Culturels et Scientifiques, 1915. p. 29. Paris: Arquivo MRE, dossiê 57 a 101, pasta 104.

técnicos na escola Militar, na escola de Saúde, na escola de Intendência e na Escola veterinária.¹³⁵

4.9 Declínio do modelo francês

Na década de 1930, o modelo cultural francês começa a perder força e entra em cena o modelo norte-americano. Principalmente depois da Segunda Guerra, o interesse da França pela América Latina diminui e vice-versa. Os laços culturais e comerciais vão ficando, a cada dia, mais frágeis; é o fim de uma parceria. Como afirma Rolland: “O modelo francês parou progressivamente de ser considerado como um modelo universalista, contraindo-se em sua dimensão simples de modelo nacional”.¹³⁶

Rolland pensa que não existe nenhum modelo cultural que resista à ação do tempo, independente de sua tendência, ou seja, que os modelos culturais estão fadados ao esgotamento, mesmo que tenham coexistido por longo prazo:

Todo modelo cultural, mesmo aquele com tendência universalista, é perecível: sua durabilidade e validade são limitadas, no entanto, é aí que se encontra seu principal interesse: “o naufrágio é sempre o momento mais significativo”, escrevia Fernand Braudel.¹³⁷

A França, em especial Paris, a Cidade Luz, é empregada como referência cultural e educacional; aponta para artigos de luxo; é modelo de princípios políticos como o Iluminismo, entre outros. Assim, o modelo cultural francês é adotado na América Latina durante o século XIX e o início do século XX. Mas, seu predomínio cede lugar à expansão americana, e às relações franco-latinas se resfriam. Para Rolland, a questão que interessa, nesse contexto, é:

A questão nos dias de hoje é, talvez, saber o que se deve fazer com esses restos do passado. Em que medida é oportuno tentar vivificar, ou, sobretudo, instrumentalizar essas lembranças de um passado faustoso, na hora, mais ainda que da globalização, de uma construção européia que tarda em instalar estruturas comuns de cooperação cultural e política exterior.¹³⁸

Essa influência cultural francesa é sentida e vivida por uma parcela muito estreita da sociedade latino-americana e, dentre ela, a brasileira. A elite local, aquela que possui

¹³⁵ BAUDOIN, op. cit. nota 42, p. 20.

¹³⁶ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 294.

¹³⁷ ROLLAND, op. cit. nota 35, p. 294-295. (grifos do autor).

¹³⁸ id., ib., p. 297.

condições sócio-econômicas para adotar uma educação européia, na verdade, representa o recorte francófilo latino-americano. Como bem alerta Rolland:

Ademais, cada vez que o historiador toma ao pé da letra o discurso ligado à “influência francesa”, essa percepção pensada pelos franceses é uma atitude seriamente errônea: um francês é, quase que implicitamente, levado a encontrar somente (e a só ter trocas significativas) com a parte francófila – ou pelo menos a parte aberta para a Europa – das elites. E, quanto mais esse francês é conhecido, mais importantes são as possibilidades de que ele só perceba o que tenham querido mostrar-lhe.¹³⁹

O importante dessa conclusão, apontada por Rolland, é que os efeitos da relação Brasil-França são sentidos por uma fatia muito pequena do que significa então a América Latina. A elite, grupo restrito, não representa integralmente o mosaico étnico-cultural da população latina. As trocas e intercâmbios culturais se passam entre as elites intelectuais francesa e brasileira, havendo essa última, aos poucos, se apercebido do declínio do modelo francês.

Na década de 30, as críticas contra a superioridade da França são cada vez mais latentes, e os jornais passam a expor os interesses comerciais subjacentes às missões universitárias e militares, destinadas ao Brasil. Embora a França tenha saído vitoriosa da Primeira Guerra Mundial, as conseqüências do conflito são sentidas nos âmbitos político, econômico, social e científico. De acordo com análise de Denis Rolland: “nas disciplinas científicas, o destino francês depois da guerra já está claramente ultrapassado por outros países, a Alemanha ou os países anglo-saxões, mesmo no caso de uma disciplina em que o prestígio continua existindo: a medicina”.¹⁴⁰

Quanto mais se aproxima o final da década de 30, mais diminui o número de professores franceses na América Latina. E, mesmo nos tempos de maiores intercâmbios culturais, a América Latina nunca se transforma em um prolongamento da Europa, ou em sua herdeira natural. É, isto sim, “o local de uma aculturação, de um desvio”.¹⁴¹ Sem dúvida, a França é a grande beneficiária de todo esse processo, não apenas pela influência que exerce, mas também pelas vantagens econômicas conquistadas com esse mercado cultural.

¹³⁹ ROLLAND, Denis. A crise do modelo francês: a França e América Latina, política e identidade. Brasília: UnB, 2005. p. 129.

¹⁴⁰ Id., ib., p. 172.

¹⁴¹ id., ib., p. 214.

A noção de centro cosmopolita, de superioridade cultural e de mundo civilizado, defendida pela França, na visão de Rolland, está centrada em três vértices: “Muitos intelectuais e diplomatas franceses permanecem imbuídos de uma axiomática superioridade cultural, acampada atrás de três muralhas: o voluntarismo, o etnocentrismo e a ignorância”.¹⁴²

Na análise de Rolland, o voluntarismo, o etnocentrismo e a ignorância são as estruturas que mantêm viva a idéia de superioridade cultural. Primeiro, porque os professores franceses, que são enviados a qualquer parte do globo, com a missão de lecionar o idioma francês, vão por livre e espontânea vontade, não sendo obrigados a fazê-lo. Há o etnocêntrico, porque esses agentes se vêem como o centro da civilização, tendo como missão *salvar* os países menos favorecidos das trevas culturais. E, por último, porque há a ignorância, facilmente percebida pela própria conotação que o termo superioridade cultural traduz.

Para favorecer ainda mais o declínio do modelo francês, os agentes não deixam de poder contar com o apoio das instituições católicas, que passam a representar uma *faca de dois gumes* para a expansão cultural francesa, pois são contrários à idéia de república laica, não admitem a separação entre poder espiritual e temporal, e fazem franca oposição às disposições governamentais francesas.

Nos anos 30, o pan-americanismo ganha força, e os países latinos voltam-se, cada vez mais, para a influência norte-americana. Mais tarde, com o início da Segunda Guerra e o fracasso da França, devido a fácil invasão alemã a Paris, em junho de 1940, acabam-se as últimas tentativas de aproximação ou reaproximação entre latinos americanos e franceses. Como afirma Rolland: “Na América Latina, a derrota da França em junho de 1940 e a invasão de seu território provocam em primeiro lugar entre os franceses expatriados, assim como entre as elites francófilas locais, uma impressão de vazio cultural”.¹⁴³

Até o início da Segunda Guerra, o governo francês não tem um caráter autoritário; é um exemplo político para muitos países da América; mas, depois da derrota sofrida pela França em 1940, o governo Vichy passa a assumir uma postura antidemocrática, recebendo críticas de muitos países latinos, com exceção do Brasil, visto que a imprensa no Estado

¹⁴² ROLLAND, op. cit. nota 139, p. 201.

¹⁴³ id., ib., p. 327.

Novo é controlada pela censura. A derrocada francesa altera a postura política do país, e leva os povos latinos a conhecerem uma nova França. Como elucida Rolland:

(...) essa presença da França Livre na América Latina limita o estreito domínio de formação possível de uma nova imagem da França ligada ao referencial “Vichy”. Ao ponto em que, em certos países, quem não é a favor do General De Gaulle é logo suspeito.¹⁴⁴

Aos latinos-americanos, a imagem de uma França livre é importantíssima, pois firma os ideais iluministas, defendidos pela Revolução Francesa. No imaginário, fica retida a lembrança da França ideologicamente posicionada a favor da liberdade, da fraternidade e da igualdade.

Assim, essa *decepção* auxilia as intenções norte-americanas de se posicionar entre as relações América Latina/Europa e impor o pan-americanismo sobre a latinidade. No Brasil, por exemplo, os Estados Unidos podem contar, na ocasião, com o apoio de Osvaldo Aranha, representante brasileiro em Washington: “Aranha é, segundo os arquivos norte-americanos, a peça central dessa cooperação entre Rio de Janeiro e Washington (...)”.¹⁴⁵ A França perde posições e não interessa mais a muitos dos países latinos, tais como o Brasil. Segundo análise de Rolland:

No entanto, para compreender o alinhamento político brasileiro aos Estados Unidos no que diz respeito aos assuntos europeus, trata-se também de considerar o fato de que a França não tem mais peso suficiente, mesmo depois da Liberação, para desempenhar um papel verdadeiro no cenário dos grandes da política internacional. Embora De Gaulle consiga restaurar, com a idéia de uma potência francesa, a idéia de uma política exterior independente, Paris não participa, no entanto, das decisões dos Três Grandes sobre a condução das operações militares e sobre o futuro dos países vencidos.¹⁴⁶

A França livre não existe mais e a sua ocupação pelos alemães deixa marcas profundas, inclusive nas estruturas culturais do período. Após a Primeira Guerra, a vitória da França a aproxima dos países latinos e favorece a construção, no imaginário, de um modelo francês baseado na liberdade, na democracia e nos direitos humanos. Em contrapartida, durante e após a Segunda Guerra, a França, derrotada e humilhada, desconstrói esse modelo político e cultural e mostra a consolidação de um país, baseado num modelo político conservador, autoritário e ditatorial.

¹⁴⁴ ROLLAND, op. cit. nota 139, p. 382.

¹⁴⁵ id., ib., p. 399.

¹⁴⁶ id., ib., p. 402.

Mas o que é um modelo? O que é o imaginário? Como funcionam as representações? Utilizando o trabalho de Rolland, pode-se considerar que “modelo é a realização concreta que serve de referência”.¹⁴⁷ Pode-se, então, concluir que a França serve como referência à sociedade latina naquilo que possui de melhor em termos culturais, ou seja, as grandes produções teatrais, as óperas mais requisitadas, os grandes escritores, pensadores e artistas, entre outros. Conforme Rolland:

(...) o modelo está ligado a um conjunto – principalmente retórico mais concretamente discernível e apreciável – de representações, a imagem da França, e dele é praticamente originário. Nesse sentido, a imagem pode ser considerada como geradora do modelo.¹⁴⁸

Esse modelo, essa referência povoa o imaginário latino durante muitos anos; é a imagem do ideal e do apropriado, como o Iluminismo, por exemplo. Os franceses utilizam essa percepção da simbologia do modelo ideal como modelo de identificação, no caso, da latinidade, fundamentando-se nos axiomas da anterioridade e superioridade cultural.

Mas o modelo francês entra em declínio, quando a modernidade política da França deixa de ser referência para a América Latina, quando não possui mais elementos novos que atraiam e instiguem o interesse desses países. Como enfatiza Rolland: “Na América Latina a França definida como país de cultura por excelência, na seguinte metade do século XIX desde 1918 é pouco a pouco percebida também como um conservatório cultural, um país de cultura não ativa”.¹⁴⁹

O modelo universalista entra em colapso, restando à França impor-se como um modelo nacional. Além de perder espaço na propaganda e no mercado financeiro, seus traços culturais e produtos vão aos poucos desaparecendo do comércio latino. Como explica Calleja:

O livro francês, que ocupava um lugar privilegiado na livrarias latino americanas, antes da guerra, começou um lento declive devido a um acúmulo de causas confluentes: a fragilidade dos circuitos de distribuição, o desinteresse das editoras privadas em colocar em promoção seus produtos e estabelecer filiais na América,

¹⁴⁷ ROLLAND, op. cit. nota 139, p. 459.

¹⁴⁸ id., ib.

¹⁴⁹ id., ib., p. 466.

a inadaptação dos manuais franceses às necessidades locais cada vez mais nacionalistas e ao preço excessivo das obras (...).¹⁵⁰

Em 1935, a situação da expansão francesa e, principalmente, da venda de livros decaiu, devido aos elevados preços e à concorrência internacional, pois os alemães reduzem em 25% os preços dos livros germânicos. Quando cai a importação das obras francesas, Dumas ainda tenta imprimir essas obras no Brasil, e Arbousse Bastide propõe-se a criar um Clube de Cultura Francesa, mas ambas iniciativas não frutificam. O livro francês torna-se, cada dia, mais caro e escasso no Brasil, apesar de lhe ser atribuída grande importância. Segundo Suppo: “A questão do livro veio a ser uma prioridade para o governo francês, ela é objeto de uma das resoluções publicadas de comum acordo pelas comissões comerciais francesas e brasileiras que se reuniram no Rio de Janeiro”.¹⁵¹

Na tentativa de manter as vendas de livros franceses no Brasil, o governo da França reduz as taxas de exportação, supre gradualmente as taxas de reenvio dos livros não vendidos, reduz o preço dos livros vendidos no varejo e mantém a propaganda das obras. Mas a perda de mercado do livro francês produzido na França configura-se como um caminho sem volta. Em 1939, a USP cria um serviço de gráfica universitária, destinado a imprimir as obras da universidade, em particular, as obras dos professores franceses e de seus alunos.¹⁵²

Com o declínio do modelo francês, com a retirada da MMF do Brasil, com o fim das missões universitárias e com o enfraquecimento dos laços econômicos entre França e Brasil, devido às dificuldades do mercado, as relações bilaterais entre esses dois parceiros vão-se dissipando, encerrando-se, em meados de 1940, esse forte período da francofonia e francofilia brasileira.

¹⁵⁰ CALLEJA, Eduardo Gonzáles. Instrumentos y estrategias em tiempo de conflicto: acción cultural y propaganda hacia América latina. In: ROLLAND, Denis (org). L'Espagne, La France et l'Amérique Latine. p. 196-197.

¹⁵¹ SUPPO, op. cit. nota 17, p. 294.

¹⁵² id., ib.

Parte 2

1 Exército Brasileiro

Em dezembro de 1889, um decreto determina o efetivo do Exército Brasileiro em 24.877 homens, divididos entre as quatro armas: infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia. Durante a revolução de 1893-1895, o governo chama, para engrossar as fileiras, um corpo de voluntários e os membros da Guarda Nacional. Mesmo assim, entre 1895 e 1908, o quadro do Exército não passa de 28.000 homens.¹ O Estado Maior do Exército (EME) é criado em 1896, com as seguintes atribuições, segundo Magalhães:

Promover a organização do exército, a direção e a execução das operações militares; organizar o plano geral de defesa na república, distribuição e colocação das tropas, da hierarquia militar e da composição dos quadros do pessoal do Exército; Organizar o plano geral de mobilização, de concentração e de transporte; propor ao Ministério da guerra todos os meios conducentes à instrução e disciplina das tropas.²

A primeira reforma realizada no Exército é dirigida pelo marechal João Nepumuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra de Campos Sales, no período entre 1898 e 1902. Mallet reorganiza a Escola de Estado Maior, os serviços de engenharia, artilharia, saúde e intendência. Também desenvolve um programa de defesa de costa, que muito favorece a empresa Krupp na exportação de material.

O decreto n. 3.189, 6.01.1899, regulamenta as funções do EME. Seu artigo primeiro tem a seguinte redação: “O Estado Maior constitui uma repartição subordinada ao ministro da Guerra e tem a seu cargo preparar o exército para defesa da pátria no exterior e manutenção das leis interiores”.³ O artigo segundo estabelece como funções do EME: a organização do Exército e das operações militares, a definição do plano geral da defesa da nação, a formação dos quadros de pessoal e a estruturação do plano geral de mobilização, concentração, transporte, instrução e disciplina da tropa.

O EME deve encarregar-se da inspeção dos comandos e das direções gerais, no que diz respeito à disciplina e à instrução da tropa. Cabe-lhe a organização em tempos de paz e

¹ Correspondência de Salat, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 26, 174-2.

² MAGALHÃES, João Batista. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 316.

³ Decreto n. 3.189, 6.01.1899. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

de guerra: estudos estatísticos, missões militares, estudos dos teatros prováveis, meios de defesa, planos de campanha, mapas geográficos e topográficos, emprego das vias férreas, telegrafia e telefonia, criptografia, pombos aéreos, legislação militar, justiça militar, administração, aquisição de livros, revistas militares e técnicas.

O chefe do EME deve velar pelo cumprimento das leis militares, pela disciplina e instrução da tropa, pela intermediação entre o ministro da Guerra e os comandos das regiões militares: é ele quem propõe as medidas convenientes, define os temas para as grandes manobras, faz as viagens de inspeção, encaminha os processos militares aos tribunais, responsabiliza-se pelo relatório anual para o ministro da Guerra sobre os trabalhos desenvolvidos no ano anterior, preside comissões de promoções, nomeia conselhos de investigação e de guerra. Os adidos recebem ordens diretas do chefe de EME para o cumprimento de suas funções no exterior.

O min. Argollo, seguindo o programa de defesa de costa definido pelo governo de Rodrigues Alves de 1902 a 1906, passa então a elaborar novos regulamentos para as escolas. No mandato do presidente Afonso Pena, é escolhido para ministro da Guerra Hermes da Fonseca, principal reformador do Exército. Com a lei de 1908, fica, então, mais uma vez estabelecido o serviço militar obrigatório em tempos de paz, o que outras leis, de 1874 e 1892, já determinavam, mas que nunca fora posto em prática.

1.1 Reforma de 1908

A lei de 1908 classifica as forças militares em três categorias, para efeitos de mobilização: exército de primeira linha, que é o ativo; exército de segunda linha, que é formado por antigos elementos da Guarda Nacional, sem limite de idade e por elementos da reserva; exército de terceira linha, que é constituído pela Guarda Nacional. A referida lei também impõe a colaboração das sociedades de tiro quanto ao efetivo, pois elas possuem, então, muitos sócios civis, conhecedores das armas e com experiência em tiro, sendo uma profícua fonte de homens para integrarem as fileiras militares.

De acordo com a Constituição de 1891 e com a posterior lei de 4.01.1908, todo brasileiro entre 21 e 44 anos deveria servir ao Exército. São considerados brasileiros inaptos os que cumpriram pena por crime infame, os que não possuem direitos cívicos, os

desertores e os inaptos fisicamente. Com a obrigatoriedade do serviço militar, o indivíduo deve então ficar nove anos, dos 21 aos 30 anos, no exército de primeira linha e catorze anos, dos 30 aos 44 anos, no exército de segunda linha: os primeiros sete anos na Guarda Nacional e os outros sete anos na reserva da Guarda Nacional.⁴

A denominação de Guarda Nacional surge no Brasil pela primeira vez com a milícia criada pela lei de 18.08.1831. Essa organização passa então a ocupar o lugar de muitas outras milícias, tornando-se o serviço militar obrigatório para os cidadãos entre 20 e 60 anos. A Guarda Nacional já existente em âmbito federal, estadual e municipal, normalmente, nos municípios, organiza-se em companhias. Nos locais em que o governo julga útil, forma-se também um batalhão de cavalaria. A nomeação dos oficiais e sub-oficiais é feita, à época, por um juiz de paz; os coronéis e majores são escolhidos pelo governo do Rio de Janeiro e pelos governadores das províncias; e o comandante superior, com dois oficiais de ajudante de ordens, pelos municípios.⁵

1.2 Guarda Nacional

As leis que regem a Guarda Nacional, à época, estabelecem que nenhum oficial do Exército ou da Marinha pode ser escolhido como oficial ou comandante superior dessa instituição para serviço ordinário, ou seja, para o serviço previsto cotidianamente. A Guarda Nacional pode ser chamada por lei, decreto, ou ordem especial, para formar corpos auxiliares do Exército, em caso de necessidade de defesa do território brasileiro. Esses corpos deveriam, a princípio, ser formados por guardas voluntárias, consideradas as suas condições físicas. Em cada município, podem ser constituídas uma ou várias brigadas da Guarda Nacional de infantaria, cavalaria ou artilharia. As brigadas de infantaria compreendem, então, três batalhões de serviço ativo e um batalhão de reserva; as brigadas de cavalaria comportam dois regimentos; e as de artilharia compõem-se de um batalhão de artilharia de posição e de um regimento de artilharia de campanha.⁶

⁴ Relatório sobre o Exército Brasileiro do ano de 1920: exército de segunda linha. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁵ id., ib.

⁶ id., ib.

A Guarda Nacional subordina-se unicamente ao Ministério da Justiça, e sua mobilização só pode ser autorizada pelo congresso. As nomeações e as patentes são registradas no Ministério da Justiça. Segundo documento oficial, “os oficiais da guarda nacional recebiam as mesmas honras e privilégios dos oficiais do exército”.⁷

O governo, a época, encarrega-se de supervisionar a Guarda Nacional, podendo intervir no conselho de qualificação; impor a entrada de oficial do Exército como membro ou como presidente; substituir o conselho de revisão por um conselho especial, para o qual o próprio governo designa os membros; substituir os comandantes superiores provisoriamente. A instituição pode ser mobilizada em caso de ameaça, como, por exemplo, aconteceu na Guerra do Paraguai e durante a Revolução Federalista de 1893 a 1895.⁸

A lei de 4.01.1908 cria os serviços de reserva de primeira e segunda linha, dos quais participam os homens aptos ao serviço militar de até 37 anos, e deixa, para a Guarda Nacional, os de 37 a 44 anos, acentuando seu caráter de milícia territorial. A lei de 1908, não obstante, só começa a ser posta em prática mais tarde pelos decretos de 1915 e 1918.⁹

O decreto de 29.05.1918 estabelece que a Guarda Nacional é uma força de segunda linha, que serve para reforçar o exército de primeira linha, devendo contribuir para a organização e funcionamento dos serviços e defender os locais e pontos estratégicos dos teatros de operações. A Guarda Nacional fica, então, diretamente subordinada ao alto comando do Exército, segundo ação efetiva do Ministério da Guerra e de outros órgãos a esse ministério subordinados. Seus integrantes devem ter nove anos de serviço no exército de primeira linha, condição também exigida para que sejam nomeados oficiais da Guarda Nacional.¹⁰

1.3 Exércitos de primeira e segunda linha

O exército de primeira linha é o de campanha, encarregado da defesa do território nacional contra o estrangeiro. O tempo de serviço militar a ser dedicado é de 1 a 2 anos,

⁷ Relatório sobre o Exército Brasileiro do ano de 1920: exército de segunda linha, op. cit. nota 4.

⁸ id., ib.

⁹ id., ib.

¹⁰ id.,ib.

para os voluntários e sorteados; de 2 a 3 anos, para os engajados e reengajados; e de 5 anos, para os candidatos voluntários ao posto de sargento. Os reservistas do exército de primeira linha dessa época são os cidadãos licenciados do serviço ativo, os instruídos no tiro de guerra, os reservistas das forças auxiliares e todos cidadãos com idade entre 21 e 31 anos que nunca prestaram o serviço militar.

O exército de segunda linha é composto por oficiais e graduados, recrutados de forma regulamentar, entre 30 e 37 anos, que cumpriram serviço na primeira linha e passaram para a segunda linha. Na prática, esse exército não está então organizado no Brasil. O Exército ainda possui, nessa época, forças consideradas auxiliares, que correspondem ao exército de terceira linha: a força militar da capital federal, as guardas nacionais e as forças militares dos diferentes estados da federação. “Os mais importantes são de São Paulo – 1 brigada de polícia mista, cavalaria, 1 esquadrilha, elementos de artilharia de campanha (10.000 homens). Rio Grande do Sul – 1 brigada policial mista (10.000 homens). Minas Gerais – 4 a 5 batalhões”.¹¹

O exército de segunda linha é composto, no âmbito federal, por um general chefe de departamento, um coronel como sub-chefe, um oficial superior, um capitão assistente, um major adjunto, dois oficiais subalternos como auxiliares, quatro sargentos secretários. Nos estados, deve haver um coronel chefe, um oficial superior, um capitão secretário, dois primeiros sargentos e dois ajudantes de ordens.¹²

Infelizmente, as reformas determinadas pela lei de 1908, assim como ocorreu com leis anteriores, não são colocadas em prática. Como afirma Salat: “o serviço obrigatório não foi aplicado (...) as sociedades de tiro se afastaram de seu fim militar para um fim esportivo ou político, e não responderam as expectativas que foram postas sobre elas para formar reservistas(...) unidades esqueléticas pela insuficiência notória de efetivo”.¹³

De acordo com o decreto de 9.11.1917, as sociedades de tiros e o ensino militar estão subordinados ao Ministério da Guerra. No ano de 1918, as sociedades contam com

¹¹ Relatório sobre o Exército Brasileiro, jan. 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

¹² Relatório sobre o Exército Brasileiro: exército de segunda linha, op. cit. nota 4.

¹³ Correspondência de Salat, op. cit. nota 1, p. 174-2.

cerca de 52.521 membros pagantes, dos quais, apenas 3008 têm o título de reservistas. Em 1919, já existem no Brasil cerca de 461 sociedades de tiro.¹⁴

Quadro de postos e graduações do Exército atualmente

Divisão dos postos	Postos
oficiais gerais	general do exército - 4 estrelas general de divisão - 3 estrelas general de brigada - 2 estrelas
oficiais superiores	coronel tenente coronel major
oficiais intermediários	capitão
oficiais subalternos	primeiro tenente segundo tenente
Graduados	sub-oficial primeiro sargento segundo sargento terceiro sargento cabo
Praças	soldado

1.4 Reforma Hermes da Fonseca e reforma de 1915

Hermes da Fonseca, em 1910, assiste, a convite do governo alemão, a manobras realizadas em Berlim com o objetivo de fazer propaganda do exército alemão, visando à contratação de uma missão militar alemã pelo governo brasileiro. O Brasil envia, à Alemanha, nos anos de 1908, 1910 e 1912, pequenos grupos de militares, que ficam conhecidos como os jovens turcos, para receberem instruções. Segundo Capella: “Os jovens turcos, cujo modelo de organização perfeita era a Alemanha, pretendiam atuar sobre a sociedade como um todo, criando, a partir do exército, as bases da nação por eles desejada”.¹⁵

Os brasileiros enviados à Alemanha ficam aquartelados em casernas, por dois anos, para receberem instruções. Segundo Mansur: “os quartéis alemães eram verdadeiras escolas de guerra e de disciplina militar”.¹⁶ Quando esses oficiais voltam ao Brasil, o próprio Exército Brasileiro não sabe como colher e aproveitar essas informações; não há nenhum

¹⁴ Correspondência de Salat, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.06.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

¹⁵ CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Militares e organização nacional: os jovens turcos. Ciências sociais hoje, São Paulo, Vértice, ANPOCS, p. 163, 1988.

¹⁶ MANSUR, Carlos Alberto. A influência dos jovens turcos na EEM. Rio de Janeiro: ECEME, 2002. p.30.

encarregado para tal tarefa, o que explica o fato de que, conforme Mansur: “no terceiro estágio nenhuma modificação havia ocorrido na condução da instrução militar no corpo da tropa nem no ensino militar”.¹⁷

Assim, os oficiais, quando retornam da Alemanha, passam a dar instruções em três unidades no Rio de Janeiro, inclusive para sargentos, que devem instruir os soldados. Entre as contribuições dos jovens turcos ao Exército, estão os jogos de guerra, baseados na doutrina alemã, e a publicação da revista *A Defesa Nacional*, inspirada na revista alemã militar *Wochenblatt*.¹⁸

Os programas curriculares ganham então a disciplina do jogo de guerra, um exercício tático que emprega o uso de mapas e de peças para simular confrontos ou evoluções de guerra entre duas forças.

Os jovens turcos acreditam, na ocasião, que o exército alemão é capaz de superar o francês: admiram a disciplina, instrução e espírito militar dos oficiais, tornando-se, espontaneamente, propagadores da organização alemã, à época, incomparável a qualquer outra. Eles pensam que a razão do interesse demonstrado pela França em firmar um contrato com o Brasil se deve ao seu interesse nas exportações de material bélico. Como elucida Hayes: “consideravam a doutrina francesa como uma cópia tímida e imperfeita da doutrina alemã”.¹⁹

A França dessa época não abre facilmente suas escolas aos estagiários estrangeiros; mas, em virtude da propaganda da Alemanha geradora desse tipo de concepção, a diplomacia francesa solicita, em 1914, ao ministro da Guerra da França, a abertura desse precedente. O ministro da Guerra brasileiro, Marechal Caetano de Faria, assina, em fevereiro de 1915, um decreto que estabelece uma nova reorganização do Exército, fixando o efetivo em 52.000 homens, o que representa mais uma tentativa de mudança e organização, na verdade, sem nenhum efeito prático.

O Brasil tenta, nesse período, modernizar sua força armada, mas, para tal fim, precisa percorrer um longo caminho. De acordo com Domingos, um exército moderno é aquele que está legitimado, regulamentado e controlado pelo poder central; aquele que desenvolve a indústria e avança científica e tecnologicamente: o comando deve basear-se

¹⁷ MANSUR, op. cit. nota 16, p. 33.

¹⁸ id., ib., p. 46.

¹⁹ HAYES, Robert Ames. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991. p. 122.

na formação profissional contínua e nas promoções hierárquicas, detendo, finalmente, a autonomia operacional e o distanciamento da sociedade civil.²⁰

O decreto de 15.02.1915 estabelece que quem exerce o comando supremo do Exército é o presidente da República. Define, também, que os órgãos do alto comando são o Ministério da Guerra, o EME, a Inspeção do Exército e os altos comandos, sendo que o Ministério da Guerra tem poder sobre as demais instituições, passando a centralizar todos os negócios referentes à administração do Exército. O Ministério é presidido pelo ministro da Guerra, considerado o auxiliar imediato do presidente da República, agente de sua inteira confiança, cabendo-lhe também auxiliar na execução dos serviços, de forma a propiciar tanto os meios para seu desenvolvimento, como os recursos necessários à força.²¹

Como estrutura, o Ministério da Guerra compreende o gabinete do ministro, o secretariado, a direção de contabilidade, o departamento de pessoal de guerra e o departamento central, sendo responsável pelos serviços de Direção de Engenharia, Direção de Material de Guerra, Direção de Administração, Intendência de Guerra, Direção de Serviço de Saúde.²²

Ocorre que um decreto presidencial posterior, datado de 18 de novembro de 1920, define o EME como o centro diretor e coordenador supremo de todos os serviços do Exército, ficando esse órgão encarregado da preparação para a guerra, da instrução, e dos regulamentos. O chefe de EME deve ser um general de divisão, escolhido pelo presidente da República.

Subdividido em regiões, o EME passa a encarregar-se dos diversos serviços: informações, operações, estudo sobre exércitos estrangeiros, missões militares, planos de concentração, ligação com a marinha, manobras, viagens de inspeção, escolas, regulamentos, efetivos, transporte, aprovisionamento, mobilização, material bélico, estatísticas e estudo de história e geografia.

Com isso, o EME torna-se o órgão essencial do alto comando, sendo de sua competência o preparo do Exército para a guerra em tempos de paz, bem como o estudo dos elementos necessários para a defesa nacional. O EME deve, assim, preocupar-se com o

²⁰ DOMINGOS, Manuel. *Acerca da modernização do Exército. Comunicação & Política: pela integração latino-americana*, Rio de Janeiro, Cebela, n. 3, v. 22, 2004.

²¹ Decreto, 11.12.1919. In: *Relatório sobre o Exército Brasileiro do ano de 1920*. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

²² *id.*, *ib.*

constante progresso da instrução de forças, tendo ação direta sobre as forças e sobre os serviços. Todas as medidas decorrentes dessa preparação devem ser aprovadas pelo alto comando, ou seja, pelo ministro da Guerra. O EME não intervém em assuntos que não sejam concernentes a movimentos de tropa, manobras, serviços, recrutamento, emprego e instrução dos oficiais; destina-se, enfim, a todos trabalhos técnicos de competência particular.²³

As Inspeções de armas e serviços é o órgão através do qual o alto comando e seus departamentos essenciais exercem seu poder sobre todos os comandos e forças: sua ação é preventiva e verificadora, com vistas a assegurar o bom funcionamento dos negócios militares, o progresso da instrução, a solidez da disciplina, a administração competente, os procedimentos adequados por parte dos responsáveis, o estado de organização da tropa, sua preparação e eficácia em caso de guerra. À frente das Inspeções, está um inspetor oficial general.²⁴

Cada arma tem uma Inspetoria que a tudo e a todos deve investigar, no que concerne ao estado dos recursos, à instrução do pessoal, às suas qualidades, enfim, aos assuntos relativos à direção e execução de guerra. Os grandes comandos são órgãos do alto comando encarregados do efetivo, do desenvolvimento da instrução, da manutenção da disciplina, da execução dos serviços, do zelo pelo bom funcionamento administrativo, das necessidades da força e da obediência aos regulamentos. O grande comando deve ser exercido por um oficial general nas regiões militares e grandes unidades. Ao comandante da região militar, cabe a função de coordenar sua região específica, excetuando-se os que estão a serviço direto do alto comando.

O EME subordina-se ao Ministério da Guerra, comportando quatro seções. A primeira encarrega-se da organização e distribuição de tropas; a segunda, da mobilização, transporte e estudo do teatro de operações; a terceira, do serviço geográfico e topográfico; e a quarta, da história militar do Brasil.

O chefe do EME é também o responsável pela Escola de Estado Maior (EEM) e pela Escola de Aviação, ambas encarregadas da preparação do Exército para a guerra. À

²³ Decreto, 11.12.1919, op. cit. nota 21.

²⁴ id., ib.

época, os franceses acusam o EME de não cumprir suas funções, devido à evidente falta de organização do Exército e à sua incapacidade absoluta de fazer guerra.²⁵

O Exército Brasileiro, no início do século 20, está longe de ser uma força moderna: carece de material bélico potente e pertinente para o período, de preparo do pessoal e de organização administrativa. Para modernizar a sua força, o Exército precisaria reequipar os seus quadros, adestrá-los e emergir como principal força de apoio ao governo federal. Assim, as suas reais necessidades vão muito além da reorganização de regulamentos, do envio de oficiais para o exterior e de pequenas reformas, como as que tentam fazer Hermes da Fonseca e Caetano de Faria. É preciso transformar civis de fardas em verdadeiros militares.

Na Primeira República, os oficiais são, em sua maioria, originários de famílias pobres, sendo muitos deles até mesmo criminosos. De acordo com Carvalho: “Criou-se um verdadeiro divórcio entre exército e elite civil. Marginalizada, a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra essa elite, representada sobretudo pelos políticos”.²⁶

1.5 Serviço militar obrigatório

Olavo Bilac, em 1915, passa a mover forte campanha em favor do serviço militar obrigatório, devido aos baixos efetivos do Exército e à necessidade premente de uma reestruturação que o tornasse operacional. Bilac pensa que o sorteio militar é o primeiro passo para se chegar ao serviço militar obrigatório e ao exército idealizado: “um exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e de coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade afirmada em soberania popular e em consciência cívica”.²⁷

Assim, a lei de 1908 só começa a ser aplicada a partir de 1917, com o sorteio dos recrutas, realizado no final de 1916, determinando o serviço militar obrigatório de dois anos de duração. De acordo com Bento Ribeiro: “(...) só o serviço militar pessoal e obrigatório nos dará um exército novo, forte, homogêneo (...). E esse serviço militar pessoal e

²⁵ Decreto, 11.12.1919, op. cit. nota 21.

²⁶ CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 22.

²⁷ BILAC, Olavo. A defesa nacional. Rio de Janeiro: Bibliex, 1965. p. 107.

obrigatório é o único sistema que nos poderá resolver satisfatoriamente o problema das Reservas”.²⁸ Mas, segundo análise de Salats: “Os resultados foram medíocres, no ano de 1919 o contingente da tiragem à sorte foi fixada em 42.000 homens, sendo que 25.000 homens foram chamados e apenas 17.000 responderam ao pedido”.²⁹

Em 1918, dos 50.437 homens convocados, apenas 16.985 são incorporados e, em 1920, esse número diminui para somente 14.780 ingressantes nas fileiras do Exército. Para evitar essa diminuição cada vez maior do efetivo, em 8 de outubro de 1920,³⁰ um novo decreto, elaborado com a participação da MMF, encurta o tempo de serviço militar dos voluntários de um a dois anos, para o período máximo de quatro a dezoito meses. O governo federal solicita, então, aos estados que façam o mesmo com os cargos estaduais, passando também a assegurar que o tempo de serviço no exército ativo será contado como tempo de serviço em cargo civil.

São feitos, na ocasião, inúmeros esforços na tentativa de se obterem os reservistas das sociedades de tiro e também das forças estaduais de polícia. “Em realidade, as reservas do exército ativo não existem”.³¹ Em 1918, passa-se a exigir a carteira de reservista como condição para poder participar de concursos públicos. Nesse mesmo ano, é extinta a Guarda Nacional, e, com essa medida, segundo Carvalho: “o Exército pode contar com abundante e qualificado material humano, modernizar e sistematizar o treinamento, preparar reservas, promover a educação cívica, como queriam Hermes, os jovens turcos e Bilac. Podia finalmente diminuir a distância que o separava da elite civil”.³²

No ano de 1920, entra em vigor, como já se referiu, a lei que prevê o serviço obrigatório de quatro a dezoito meses para os voluntários e os sorteados. Os alistados de cada município recebem um número de tiragem, que é colocado então em uma urna, cujo total corresponde, assim, aos inscritos que se submetem ao sorteio. A redução no tempo de serviço constitui-se em medida tomada na expectativa de aumentar o número de sujeitos interessados em ingressar no serviço militar.

²⁸ Relatório do gen. Bento Ribeiro de 1917. Brasília: EME, Documentos Históricos do Estado Maior, 1996. p. 67.

²⁹ Correspondência de Salats, op. cit. nota 14.

³⁰ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

³¹ Relatório sobre o Exército Brasileiro, 01.01.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 26, 174-2.

³² CARVALHO, op. cit. nota 26, p. 24.

Ocorre que o recrutamento é feito tardiamente, os recrutas chegam com atraso de dois meses ao regimento, o que retarda o início das instruções, pois é necessário averiguar suas aptidões para a incorporação e há um grande número de insubmissos. Algumas guarnições, consideradas ruins devido à sua localização, quase não têm oficiais, embora, formalmente constem com a quantidade suficiente de homens no efetivo.

Para tentar organizar essa situação caótica, os franceses sugerem as seguintes medidas: “o alojamento poderia ser assegurado aos oficiais e suas famílias em casas construídas pelo Estado.(...) e um suplemento de soldo poderia ser acordado (...)”.³³ A MMF considera urgente o desenvolvimento de valores morais na população, com ênfase no sentimento de dever militar, com vistas ao incentivo do ingresso de jovens no Exército.

O decreto n. 15.934, 22.01.1923, altera esse contexto, pois determina que todo brasileiro é obrigado a cumprir o serviço militar, devendo alistar-se no exército ou na armada: os que têm entre 21 e 30 anos de idade, no exército de primeira linha; os que estão na faixa etária entre 30 e 44, no exército de segunda linha. O exército de primeira linha, por sua vez, divide seu contingente em ativo e reserva. O tempo de serviço é de um a dois anos.

Os sorteios continuam sendo feitos em sessões públicas; todo indivíduo que fraude o sorteio por omissão do nome ou mutilação física proposital, deve ser punido com prisão de seis meses a um ano. O art. 134 estipula: “nenhum cidadão poderá ser nomeado para o funcionalismo público federal ou admitido, em qualquer caráter, em repartições e estabelecimentos da União, sem que apresente a carteira de reservista do Exército”.³⁴ Um dos problemas de recrutamento e de efetivos no Brasil, reside, à época, na questão dos imigrantes que desejam prestar o serviço militar em seu país de origem.

1.6 Dupla cidadania dos imigrantes italianos no Brasil

Os italianos, assim como outros imigrantes, inclusive os alemães, possuem, na ocasião, dupla cidadania: a de sua origem e a brasileira. Isto passa a representar um problema para a prestação do serviço militar em um país como o Brasil, que conta com

³³ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 05.08.1919. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

³⁴ Regulamento do Serviço Militar, decreto n. 15.934, 22.01.1923. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar. p.67.

pequeno efetivo e com inúmeros jovens imigrantes. Muitas vezes, esses jovens preferem prestar o serviço militar em seu país de origem, ou são chamados a cumprirem suas obrigações militares pelo exército de seu país, como faz a Itália.

Os governos do Brasil e da Itália estabelecem, então, um acordo sobre o serviço militar dos jovens filhos de pais italianos, nascidos no Brasil. Esses imigrantes, considerados brasileiros no Brasil e italianos na Itália, são até então chamados para cumprirem suas obrigações militares nos dois países. Brasil e Itália solucionam da forma que segue, o problema estabelecendo um *modus vivendi*:

Os filhos de italianos que prestaram o serviço militar no Brasil devem, caso queiram ir para Itália, ser portadores de um certificado das autoridades militares brasileiras assinado pelo Ministro da Guerra e pelo das Relações Exteriores, constatando que ele cumpriu o serviço no exército brasileiro.³⁵

A partir dessa resolução, ao chegar na Itália, o jovem imigrante deve procurar a embaixada do Brasil em Roma e trocar o referido certificado, depois de classificado, por uma carta do embaixador, a ser apresentada às autoridades italianas, caso o cidadão seja requisitado a servir nas fileiras da Itália, comprovando, assim, a realização do serviço militar no Brasil.³⁶ Apenas o livro de reservista não é julgado como documento suficiente.

O Brasil, a par dos italianos, passa também a enfrentar esse mesmo problema com os imigrantes de origem francesa. E, após muitas discussões, chega também a um acordo com a França.

Para a França, os filhos de franceses, nascidos no Brasil, são franceses, estando, portanto, submetidos às obrigações de serviço militar em seu país de origem. O governo francês não vê, em consequência, como entrar em acordo com o Brasil a esse respeito. Maurice Herbetta considera que: “uma modificação no regime existente não pode ser concebida senão por uma profunda e unilateral modificação em nossa legislação interna, pelo abandono ao princípio de direito sanguíneo”.³⁷ Mas, como essa situação permanece pendente, elabora-se, na ocasião, um projeto de acordo entre os dois governos:

Primeiro: os indivíduos franceses nascidos no Brasil, serão considerados como tendo satisfeito as obrigações do serviço militar em tempos de paz que lhes é

³⁵ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 31.01.1929. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, 172-6.

³⁶ *id.*, *ib.*

³⁷ Nota de Maurice Herbetta para o diretor dos Negócios Políticos e Comerciais com a América, Paris, 31.03.1920. Paris: Arquivo MRE, dossiê 26, 174-2.

imposto pelas leis francesas caso tenham satisfeito as obrigações da lei militar brasileira, justificado por um documento oficial das autoridades brasileiras. Segundo: os indivíduos franceses nascidos no Brasil serão considerados como tendo satisfeito no Brasil suas obrigações do serviço militar em tempos de paz imposto pelas leis brasileiras caso tenha satisfeito as obrigações da lei militar francesa, justificada por um documento oficial das autoridades francesas.³⁸

Dessa maneira, acaba-se por resolver satisfatoriamente o problema da dupla cidadania em relação ao serviço militar dos jovens imigrantes.

1.7 Exército Brasileiro em 1919

O chefe supremo do Exército é o presidente da República, representado, na Instituição, pelo ministro da Guerra e pelo chefe do EME.³⁹ Mas, tanto o Ministério da Guerra, quanto o EME e outros órgãos a eles associados não possuem, a essa época, nenhuma eficácia real, pois, em caso de necessidade de aplicação prática em algum teatro de operações, não há nem material, nem instrução para emprego da força. As escolas militares funcionam em péssimas condições, sem exercícios práticos e com baixíssimo rendimento.

Como a EEM está fechada e o efetivo é muito baixo, o governo brasileiro solicita aos integrantes das sociedades de tiro e aos estudantes universitários que ingressem nas fileiras do Exército, tendo em vista que algumas unidades militares estão tão desfalcadas de pessoal e de armamentos, que só existem no papel.

As forças estaduais, cujo funcionamento é independente do Exército, não podem, em princípio, possuir material de artilharia, nem metralhadoras. Mas essa lei é freqüentemente descumprida pelos governadores estaduais, que fazem pesadas encomendas de armamentos no exterior. Eficazmente organizadas, as forças estaduais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo possuem, à época, altos efetivos: São Paulo, cerca de 8000 homens; Minas, cerca de 2000 homens.

O material de guerra existente no Exército é de origem alemã: o fuzil e a carabina são Mauser; a artilharia é instrumentada com material Krupp. Existe um medíocre arsenal

³⁸ Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

³⁹ De acordo com o art. 48 da Constituição de 1891, o presidente da República é o administrador do Exército e da Armada, encarregado de prover cargos militares na instância federal.

no Rio de Janeiro para reparar as armas de infantaria que se encontram em péssimas condições, e o arsenal de Porto Alegre está ainda em pior estado.

A essa época, os oficiais mal conhecem sua profissão. Os quadros superiores contam com oficiais muito velhos, despreparados para ocupar cargos de comando. A artilharia tem apenas instrução teórica; não existe mobilização, nem organização: “o exército brasileiro é inferior como organização, preparação e serviços ao exército argentino, seu adversário eventual”.⁴⁰

Ainda em 1919, para se começarem os trabalhos de organização militar, é então elaborado o decreto de 11.12.1919, que subdivide o território nacional em sete regiões militares e duas circunscrições militares⁴¹, como se pode ver a seguir:

Divisão do território nacional

Regiões	Local de comando	Estados inseridos
1ª	Rio de Janeiro	DF, RJ, ES
2ª	São Paulo	SP, GO
3ª	Porto Alegre	RS
4ª	Juiz de Fora	MG
5ª	Salvador	BA, SE, AL
6ª	Recife	PE, PB, RN
7ª	Belém	PI, MA, PA, AC
1ª Circunscrição	Curitiba	PR, SC
2ª Circunscrição	Campo Grande	MT

A cada uma das regiões, corresponde uma divisão de infantaria (DI) em tempo de paz. Maurice Gamelin assim que começa seus trabalhos no Brasil propõe a alteração dessa organização para cinco DIs, mais a brigada mista de Mato Grosso, considerando que essas DIs têm efetivos baixos, não comportando o nome de corpo de tropa orgânica organizada. Também sugere o desdobramento das forças policiais existentes em alguns estados, tais como o Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, utilizando-as parcialmente nas operações ativas do Exército.⁴²

É também criada uma nova circunscrição militar nos estados de Santa Catarina e Paraná; em 1923, essa segunda circunscrição é transformada em 5ª Região Militar. Assim, em caso de guerra, o Brasil deve comportar: treze DIs, cinco ativas, cinco de

⁴⁰ Relatório sobre o Exército Brasileiro, op. cit. nota 31.

⁴¹ Documento sobre o Exército Brasileiro, 1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴² Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.10.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

desdobramento e três mistas; três DCs; duas brigadas mistas de Mato Grosso e as Forças Policiais. Para constituir essas unidades, é necessário um efetivo de 50.000 homens.⁴³

O decreto de 11.12.1919 estabelece também que o Exército deve ser composto por doze regimentos de infantaria; vinte e sete batalhões de caçadores; duas companhias de estabelecimento; dez destacamentos para o serviço de ordens; cinco regimentos de cavalaria divisionária; onze regimentos de cavalaria independente; onze regimentos de artilharia de campanha de seis baterias; cinco grupos de montanha de vinte e cinco baterias; cinco grupos de cavalo de três baterias; vinte e quatro baterias de artilharia de costa; seis batalhões de engenharia de campanha: um batalhão e uma companhia independente de engenharia de caminho de ferro; cinco corpos de trem; uma companhia de aviação; uma companhia de aéreo estação; dez companhias de serviços de saúde.⁴⁴

Oficiais do Exército Brasileiro em 1919⁴⁵

Armas e service	Marechal	Gen. Div.	Gen. Brig	Cel.	Ten. Cel.	Chefe Esquadrão	Cap.	Ten.
Ministro do Supremo Tribunal Militar		02						
Estado Maior	01	08	20					
Infantaria				31	28	71	289	343
Cavalaria				13	19	31	118	201
Artilharia				25	39	62	187	205
Engenharia				11	15	28	70	55
Intendência					03	05	21	84
Médicos			01	06	14	31	85	111
Farmacêuticos				01	02	06	23	33
Veterinários						01	05	42
Dentistas							02	10
Quadro especial		01	02	11	10	08	09	
Quadro normal				01	01			
Chamados pelo decreto 3.10.19			01	01				
Total	01	11	24	100	131	243	309	1089

Mas, essa organização, no momento, não passa de um bom projeto, no papel. Em princípio, um certo número de DIs está longe de ter completo o número de corpos de tropa esperado para sua constituição orgânica. Dos três DCs previstos, somente são criados dois, que, ainda por cima, carecem de um certo número de elementos. Os corpos de tropa contam com um efetivo excessivamente reduzido. De maneira geral, os serviços são inexistentes.

⁴³ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 42.

⁴⁴ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre o Exército Brasileiro, 1920, decreto 11.12.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁴⁵ id., ib.

Enfim, no que se refere ao material (armamento, uniformes e equipamentos, carros, material de serviço), há uma penúria quase que total.⁴⁶

Além da questão do efetivo, o Brasil dos anos 20 apresenta graves problemas de várias ordens, tais como a difícil e limitada comunicação entre os estados e as raras vias de acesso dificultando a mobilização. A rede ferroviária é acanhada. De acordo com o levantamento feito pelos franceses, a via férrea, em 1890, compreende 10.000km; em 1907, avança para 20.000km; e, em 1921, comporta já 30.000km, o que ainda é inexpressivo, se considerado o tamanho do país.

Por outro lado, as péssimas condições de vida das tropas do Exército - em locais insalubres, sem fardamentos, sem armas - e as difíceis condições de executar a defesa do país, levam A Defesa Nacional à seguinte denúncia:

Na 3. região, no Rio Grande do Sul, a situação é de miséria. Quase nenhum corpo está convenientemente abrigado das intempéries, sendo que alguns deles se acham em prédios onde o tipo é endêmico (...) mal agasalhada de casa e de roupas. (...) Ninguém ignora que o Brasil está quase inteiramente desarmado.⁴⁷

A referência a essa precária condição de muitos destacamentos do Exército consta no relatório de Calógeras: “Ninguém ignora que o Brasil está quase inteiramente desarmado”.⁴⁸ Para além de desarmado e em péssimas condições técnicas e matérias, o Exército precisa também instruir seus quadros, principalmente os oficiais superiores, com vistas a colocar em funcionamento o EME. Segundo críticas de A Defesa Nacional:

Os oficiais que atualmente tem o curso de EM são diplomados pelos regulamentos de 1874, 1889,1898 e alguns pelo regulamento em vigor. Os que estudaram pelo regulamento de 1874 e 1889 pouco ou nada aprenderam na escola, porque naquele tempo ninguém se preocupava com Estado Maior, era coisa que passava inteiramente despercebida. O mesmíssimo fato deu-se com os oficiais que foram diplomados pelo regulamento de 1898, que tiraram o curso de EM, estudando pouco ou nada de EM. (...) Se há exércitos que exigem o curso de EM para o generalato, eles guiam-se por um critério, que nós não podemos adotar tal o atraso em que nos achamos. (...) Mas isso é lá na velha Europa, onde há verdadeiro serviço de EM e se faz esse serviço, assunto que ainda apalpamos porque o desconhecemos completamente.⁴⁹

⁴⁶ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 42.

⁴⁷ A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 85, ano VIII, p. 1 e 2, 10 ago. 1920.

⁴⁸ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1920. Brasília: Centro de Documentação do Exército. p. 43.

⁴⁹ O Estado Maior. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VI, n. 66, p. 199, 10 mar. 1919.

Calógeras, ao assumir a pasta da Guerra, prova estar determinado a melhorar a situação do Exército, tanto materialmente, quanto moralmente. Assim, a contratação da missão estrangeira é por ele impulsionada, na tentativa de elevar a condição militar no Brasil. Conforme Cordeiro de Farias: “a construção de novos quartéis em várias regiões do Brasil é obra de Calógeras, seguramente um dos maiores ministros da guerra da história brasileira”.⁵⁰

1.8 Exército Brasileiro em 1921

Em 1919, o orçamento votado para os gastos do Exército é de 80.249:643\$143 réis; em 1920, de 109.640:592\$704 réis; em 1921, de 122.256:754\$721 réis. Embora esses números provem o aumento dos investimentos do país nas necessidades militares, o Exército ainda está longe de atingir o grau de modernidade esperado.

Além disso, esses valores compõem o orçamento ordinário; há, sempre, não obstante, gastos que dependem de orçamentos extraordinários. Assim, a questão financeira representa o maior entrave aos planos de modernização do Exército.

A compra de material no exterior é feita com os créditos aprovados no orçamento ordinário, podendo ocorrer a solicitação de créditos extraordinários para a aquisição de algum material necessário. Em 1923, por exemplo, são aprovadas verbas extras para a aquisição de material no estrangeiro: “2.500 contos para aumentar a produção da fábrica de pólvoras; 1000 contos para seguir os trabalhos e aumentar a produção da fábrica de cartuchos; 500 contos para a reorganização do arsenal de guerra”.⁵¹ Mas, sem dúvida, é o ano de 1921 que conta com maior incentivo do governo para os assuntos militares em todos os setores, do pessoal e instrucional ao de arsenais e materiais de guerra.

Embora disponha de maior incentivo financeiro do estado, o Exército Brasileiro vive ainda um período de extrema penúria e necessidade. Conforme consta no relatório de Calógeras, a infantaria está atrasada com antigas noções de fuzil e baioneta:

Novos petrechos individuais de arremesso eram precisos: a granada de mão, a granada de fuzil. Armas leves de capacidade de fogo tornaram-se imprescindíveis: fuzil automático, fuzil metralhador, metralhadora leve(...).

⁵⁰ CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 65.

⁵¹ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Na cavalaria sabre, lança e mosquetão, já não bastavam, como se supunha antes de 1914. Na artilharia uma verdadeira revolução tivera lugar. Eram precisas séries diferentes de peças: um canhão de acompanhamento de artilharia, um canhão de trajetória tensa com alcance cerca de 12 quilômetros (...) Na engenharia nada tínhamos.(...) Na aviação era necessário criar a arma com suas especializações.⁵²

A situação dos arsenais brasileiros é péssima: há carência de direção técnica e inexistência de disciplina profissional quanto à mão de obra; a organização do trabalho é deplorável, primando pela ilogicidade e contraprodução na organização material.⁵³ São criadas, então, novas oficinas no arsenal para produção de ferramentas, as máquinas são reclassificadas para usinagem de projéteis, podendo, com trabalho contínuo, chegar à produção de 150.000 unidades por ano. O arsenal de Porto Alegre precisa de reorganização, pois seu grande efetivo não justifica a dependência do arsenal do Rio de Janeiro.

Os esforços para a reestruturação da força estão direcionados ao aumento do número de oficiais e de tropa de segunda linha, à obtenção de mais recursos, à definição dos regulamentos, ao estabelecimento do serviço de tempo de guerra e ao estudo da questão administrativa no interior do corpo de tropa.

Calógeras passa a reclamar de poucas verbas para comprar forragens aos cavalos: “o Exército compra cavalos para os matar de fome. (...) Que serviço se pode exigir de um organismo não alimentado?”.⁵⁴ Sem os cavalos, a Escola de Cavalaria fica impedida de funcionar; mas faltam até mesmo recursos para alimentar os animais.

O decreto n. 15.235, 31.12.1921, organiza o Exército ativo em tempos de paz, com quatro armas: – artilharia, infantaria, cavalaria e engenharia –, sendo, cada uma delas, responsável pelo estabelecimento dos regimentos de seus corpos de tropa, dos grupos incorporados, das fortificações, da aviação e da companhia de carros de assalto.

O art. 13 desse decreto determina a autoridade dos comandos regionais para disciplinar e administrar todas as unidades de tropa, os serviços e estabelecimentos militares.

Já o art. 14 cria a função de inspetor de região, reservada exclusivamente a um general de divisão, a ser exercida de acordo com as instruções estabelecidas pelo EME e

⁵² Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1921, p. 16-17. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME.

⁵³ id., ib., p. 26.

⁵⁴ id., ib., p. 41.

aprovadas pelo ministro da Guerra. O general de divisão é o posto maior da hierarquia, em tempos de paz.⁵⁵

Dentre todos esforços feitos pela MMF, em 1921, o que obtém melhor resultado é a constituição das escolas de Estado Maior e de Aperfeiçoamento: há, até então, uma fusão constante entre a EEM, o curso de Revisão, a escola de Aperfeiçoamento e o corpo de tropa.⁵⁶ Os regulamentos são, por isso, quase que totalmente refeitos, sob intenso trabalho, pois devem levar em consideração a tradição do Exército Brasileiro e as condições especiais do clima e do relevo.

A reforma do EME é realizada tomando como fonte de inspiração o Estado Maior Francês. Cria-se a lei de requisição, com vistas à organização do abastecimento nacional; constitui-se um corpo de intendência; e reorganiza-se a administração. Começa, então, a organização da mobilização: os corpos de tropa são transformados em destacamentos de execução; na estruturação da aeronáutica, são criadas três esquadrilhas de guerra: caça, bombardeamento e observação, formando, no total, cinco esquadrilhas de aviação divisionária.⁵⁷

De acordo com o decreto n. 15.235, 31.12.1921, o Exército estrutura-se, em tempos de paz, em cinco DIs, três DCs, e uma Brigada Mista. Os destacamentos dividem-se em companhia, batalhão, esquadrão, bateria, esquadrilha e regimento, sendo comandados por um oficial ligado à arma desempenhada pela função, como bem demonstram os quadros abaixo.

Divisão dos destacamentos e comandos

Unidade militar	comandante
QG da infantaria	general de divisão
QG da cavalaria	general de brigada
QG da brigada mista	general de brigada
QG artilharia	general de brigada
Companhia de infantaria	capitão
Batalhão de infantaria	major
Regimento de infantaria	coronel
Esquadrão de cavalaria	capitão
Regimento de cavalaria	tenente coronel
Brigada de cavalaria	coronel
Bateria de artilharia	capitão
Regimento de artilharia	coronel

⁵⁵ Decreto n. 15.235, 31.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁵⁶ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para gen. Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 19.08.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N 3378.

⁵⁷ id., ib.

Companhia de engenharia	capitão
Batalhão de engenharia	tenente-coronel ou coronel
Esquadrilhas de aviação	capitão

Unidades comandadas por generais⁵⁸

Posto	Cargo	Total
general de divisão	chefe do EME	01
	inspetor de Regiões	03
	comandante de Regiões e Divisões	04
Total		08
general de brigada	sub-chefe de EME	02
	chefe de dep. de pessoal de guerra	01
	diretor do material bélico	01
	diretor de engenharia	01
	diretor de remonta	01
	comandante de circunscrições militares	02
	comandantes de DC	03
	comandantes de Brigadas de Infantaria	08
	comandantes de Brigada de artilharia	04
	comandante do Primeiro Distrito de Artilharia de Costa	01
Total		24

Em 1921, de acordo com o artigo *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa*, publicado no Jornal do Brasil de 13 de novembro de 1921, o Exército conta com o seguinte efetivo⁵⁹:

Efetivo do Exército - 1921

Generais e Oficiais	3.000
Sub-oficiais e homens de tropa	43.000
Reservistas	10.000
Alunos nas escolas militares	2.000
Força militar nos estados	16.000

O artigo posiciona-se de forma favorável à MMF e expõe os efetivos de algumas forças da América do Sul do período, procurando demonstrar que o brasileiro é bem superior.

Forças da América do Sul

Argentina	22.000
Chile	21.000
Paraguai	2.500
Bolívia	5.500
Uruguai	10.000
Peru	8.000

⁵⁸ Decreto n. 15.235, op. cit. nota 55.

⁵⁹ O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa. Jornal O Brasil, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

Embora, segundo essa fonte, o efetivo brasileiro seja mais elevado que o dos países vizinhos, a referência pode ser desconsiderada, se comparados os tamanhos dos territórios e a quantidade de habitantes de cada um desses países. As imensas fronteiras brasileiras estão, a essa época, em verdade, praticamente desguarnecidas, sem pessoal e sem armas para combate.

Em 1923, o orçamento de guerra é fixado em 243.000 contos de réis e o efetivo fica assim distribuído:

Exército Brasileiro: efetivo em 1923⁶⁰

Corpos de Tropa	Efetivo
Infantaria	19.717
Cavalaria	6.350
Artilharia	7.309
Artilharia de Costa	1.429
Engenharia	2.297
Aviação	909
Carros de Assalto	141
Administração	305
Formação Sanitária	70
Contingente especial, aspirantes, alunos, secretários	2.500
Total	38.527

1.9 Movimento tenentista de 1922

O movimento revolucionário de 1922 possui foco conspiratório centrado no Clube Militar, que se mostra hostil à eleição de Artur Bernardes, devido às falsas cartas divulgadas, cuja autoria é atribuída a Bernardes, denominando Hermes da Fonseca de *sargento sem compostura*. De acordo com Conty:

O presidente deste grupo é o Marechal Hermes da Fonseca, que parece nada ter feito durante o exercício de seu próprio mandato presidencial, ou ter tudo esquecido. Este velho inspirado por uma mulher agitada e ambiciosa e por seus filhos ávidos (...) se obstina a preparar ao novo eleito os dissabores que ele mesmo conheceu no poder.⁶¹

O Clube Militar, fundado em 26 de junho de 1887, perde sua força na República. Tanto ele, como o Clube Naval transformam-se em verdadeiras associações políticas que se

⁶⁰ Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁶¹ Correspondência de Conty, embaixador na França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.05.1922. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 17, 172-2.

acreditam com o direito de julgar os atos do alto comando, procurando intervir também em questões de competência das autoridades judiciárias ou do governo.

O tenentismo representa, na ocasião, um movimento de vanguarda em prol da luta por mudanças políticas. É composto pelo grupo dos chamados soldados-cidadãos, que se supõem com o direito de intervir nas decisões de estado. Segundo Sodré, o tenentismo é uma: “organização de agrupamentos militares aguerridos que buscavam, pela luta armada de início, ocupar espaço na área política, impondo mudanças que não importassem em tocar na estrutura do exército”.⁶²

Na noite de 4 de julho de 1922, o governo toma conhecimento de algumas disposições instauradas pelos revoltosos, mas não consegue impedir a rebelião na Escola Militar, instigada pelos instrutores e pelo comandante da cartucheria do Realengo. No entanto, o governo obtém êxito em “parar nas diversas estações do caminho férreo os oficiais que da capital saíam para excitar as tropas”.⁶³

Assim, em 6 de julho de 1922, ocorre uma capitulação do levante do Forte de Copacabana. Mas, o movimento dos tenentes não morre aí; ao contrário, estende-se por toda a década de 20, vindo a cessar somente em 1930, quando Vargas, mais uma vez demonstrando sua avidez pelo poder, coopta os tenentes revoltosos para a sua causa. De acordo com Siegfried, os militares são uma força organizada que pode voltar-se contra o estado: “(...) é preciso constatar que, quase por toda América Latina, o exército é a única força social organizada. O estado está à mercê desta força, que protege a sociedade contra a desordem, mas que poderá também ser contra ele”.⁶⁴

Entre os motivos da rebelião dos tenentes está a proibição dos militares, - envolvidos com temas ligados à justiça eleitoral e ao fim da política café com leite - em que Minas e São Paulo se revezam no controle do poder -, de participação política. Os tenentes vêem-se como cidadãos e passam a exigir direito a uma atuação ativa nas questões políticas. Conforme Capella: “o tenentismo, na década de 20, se insurge contra essa

⁶² SODRÉ, Nelson Werneck. O tenentismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 55.

⁶³ Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.07.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁶⁴ SIEGFRIED, André. Amerique Latine. Paris: Armand Colin, 1934. p. 104.

proposta de estrita profissionalização, que os impede de atuar politicamente à revelia de seus superiores hierárquicos”.⁶⁵

O presidente Epitácio Pessoa age na ocasião com bastante intransigência, enquadrando o levante de 22 como rebelião pela derrubada de seu governo. Ora, a penalidade para esse crime é a exclusão do Exército. Segundo o ex-tenente Cordeiro de Farias: “nossa determinação de realizar outro levante nasceu da intolerância de Epitácio”.⁶⁶ Na análise de Quartim de Moraes, os tribunais foram demasiado severos com os rebeldes de 1922, condenando cinquenta oficiais a até 20 anos de prisão. Alguns desses militares são presos; outros optam pela clandestinidade, mas todos se tornam revolucionários em 1924.

1.10 Movimento tenentista de 1924

Na noite de 4 para 5 de julho de 1924, eclode o levante militar tenentista no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os rebeldes são comandados pelo general da reserva Izidoro Lopez. O general Abílio de Noronha, comandante da divisão de infantaria da Segunda Região Militar é detido. A maior parte dos edifícios públicos é ocupada, da mesma forma como as estações ferroviárias, os postos e os telégrafos.

O Exército remete, então, em 7 de julho, tropas sob o comando do general de divisão Eduardo Sócrates, comandante da Primeira Região Militar para o local e o ministro da Marinha envia navios para o porto de Santos. O governo decreta estado de sítio por sessenta dias e feriado em São Paulo até 15 de julho, com vistas a manter fechados os estabelecimentos públicos. Os rebeldes tomam São Paulo, e o governo procura agir com cautela para evitar a perda de vidas humanas.

Como a situação se agrava e o clima se torna inquietante, Bernardes retira sua esposa e filha do Palácio do Catete e decide enviar o Terceiro Regimento de Infantaria para São Paulo, mas os oficiais se recusam a obedecer: mesmo elementos que não fazem parte do levante negam-se a combater os camaradas rebelados.

O governo brasileiro faz, então, mais encomendas de armas às firmas francesas e envia para São Paulo o general Tertuliano Potyguara (1873-1957), comandante da Primeira Brigada da Vila Militar, homem que goza de grande reputação, por haver sido ferido, em

⁶⁵ CAPELLA, op. cit. nota 15, p. 172.

⁶⁶ CAMARGO, op. cit. nota 50, p. 73.

1918, no front francês. Além disso, o general é enérgico e devotado ao governo. Ele embarca do Rio Grande do Sul com um regimento de quatro batalhões. Como relata Gamelin: “Assim parece que numericamente ao menos, o governo dispõe de forças mais do que suficientes para dominar o movimento. Mas tudo dependerá das disposições da tropa e dos oficiais”.⁶⁷

A artilharia do governo passa a bombardear, durante vários dias, a cidade de São Paulo, em especial, o Quartel Central da Luz. Alguns aviões são enviados para Mogi das Cruzes, entre eles, seis Bréguets, dois Spad escola e dois Nieuports.⁶⁸

A revolução de 1924 consegue dividir o Exército em revolucionários e legalistas. O ministro da Guerra reúne então, em seu gabinete, os generais que estão no Rio de Janeiro com a intenção de *analisar o terreno*, e saber se eles aceitariam sua proposta de constituição de um Diretório Militar; a maioria deles, dentre os quais o próprio general Tasso Fragoso, chefe do EME, não lhe dá ouvidos.⁶⁹

Segundo Gamelin, a situação do conflito é grave: o presidente da República, enfurnado no Palácio do Catete, parece mais preocupado com o *statu quo*, do que com a série de atentados que passam a ocorrer. No Rio de Janeiro são “colocadas bombas na Embaixada da Argentina e enviadas ao ministro das Relações Exteriores, da Agricultura e ao General Potyguara”,⁷⁰ ferindo gravemente o militar. Pior ainda, não se tem conhecimento de quem partem as agressões, se dos revolucionários ou de algum grupo anarquista que se aproveita da situação instável.

Três meses mais tarde, o governo descobre mais um foco de rebeldes nos arrabaldes da cidade, com bombas de dinamite e planos de conspiração. O resultado dessa descoberta, conforme Quirim, é a ocorrência de “novas detenções de oficiais, principalmente em um Regimento de Cavalaria, um batalhão de engenharia, na companhia de carros de assalto e na Escola de aviação”.⁷¹

⁶⁷ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.07.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁶⁸ id., ib.

⁶⁹ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.11.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

⁷⁰ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.09.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

⁷¹ Correspondência de Quirim, chefe interino da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.12.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Na análise de Carvalho, os militares rebelados lutam também pela manutenção de seus direitos enquanto cidadãos e acham-se no direito de intervir nas instituições públicas:

(...) os militares revolucionários, partindo dos princípios de que a condição de soldado não exclui o direito de cidadão, e este tem o dever de intervir na coisa pública, toda vez que correrem perigo as instituições políticas, a liberdade e os direitos do povo, chegaram à conclusão de que “a obediência não é um dever”, decorre de um contrato feito entre o indivíduo e a autoridade, e quando esta rompe o compromisso, “liberta o indivíduo de qualquer obrigação”. E, mais ainda: “que a rebelião não é só um direito, é um dever”, quando a liberdade está em perigo.⁷²

A situação fica cada vez mais delicada em termos de efetivo, pois muitos oficiais são desligados da tropa por suspeição e outros, por serem revolucionários. Os revolucionários estão bem organizados, montando comitês no Estado Maior das Forças Revolucionárias. O ministro da Guerra, repugnando a situação, constata:

Está felizmente muito abaixo da nossa cultura a mentalidade dos militares retardados que se atribuem o papel de árbitros nacionais, sobrepondo as suas paixões individuais aos legítimos interesses superiores da Pátria. (...) O é incalculável os danos feitos aos nossos créditos por aqueles que, contando com a credulidade da ignorância, não só formam, sem nenhuma autoridade moral, promessas que são realidade entre nós.⁷³

Os danos nos créditos a que Setembrino de Carvalho se refere são muito maiores do que os gastos com compras de armamentos, dizendo respeito à perda de efetivo, tanto por baixa, quanto por adesão aos revolucionários, além dos gastos dispensados com a MMF, cujos membros passam a receber sem nada fazer, pois as escolas estão fechadas, uma vez os alunos devem combater rebeldes nas ruas. Segundo Setembrino, a revolução de 1924 foi: “um golpe vibrado contra a ordem com o propósito evidente de satisfazer ambições meramente pessoais”.⁷⁴

A EEM, por exemplo, é obrigada a interromper o curso por um mês e meio. Gamelin considera a ação de 1924 mais grave que a de 1922. Na Escola Militar, são poucos os jovens rebelados; a maioria permanece fiel ao governo; há, não obstante, o fato de o ministro da Guerra não valorizar e nem se interessar pelo Exército e pelos oficiais, posicionamento oposto ao assumido na administração do min. Calógeras. Gamelin faz

⁷² CARVALHO, gen. Estevão Leitão de. Dever militar e política partidária. São Paulo: Nacional, 1959. p. 239.

⁷³ Relatório de Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do Brasil, 1924, p.4. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

⁷⁴ id., ib., p. 5.

ainda a seguinte crítica: “Os homens políticos, que sem dúvida, se escondem atrás do levante militar, não se mostram, e esta tentativa de revolução parece sem chefe e sem fim preciso”.⁷⁵

Na análise cuidadosamente elaborada pelo chefe da MMF, fica claro que, no seu entender, o levante de 1924 não é apenas militar, visto que existem civis que insuflam o movimento para se aproveitarem da situação. O movimento tenentista, como salienta Guimarães, origina-se da insatisfação com a política oportunista adotada no Brasil, que “submeteu os tenentes às manipulações do poder civil”.⁷⁶

Os tenentes almejam reformas sociais e a modernização do país. Segundo Carone: “o tenentismo é um fenômeno histórico delimitado a um tempo cronológico curto – 1922 a 1935”.⁷⁷ Mas, se na década de 20, o tenentismo age com violência, após a Revolução de 30, ele ascende politicamente, mas perde parcialmente seu poder. Há uma profunda divisão entre os tenentes, o que leva Carone a afirmar que: “Não existe tenentismo, mas ‘tenentismos’”.⁷⁸ Os tenentes demonstram sua incapacidade para se manterem no poder sem o uso da violência; em consequência, são logo excluídos do governo; até mesmo suas agremiações desaparecem, comprovando a inoperância da organização.

Ao se examinarem as conclusões de Gamelin, Guimarães e Carone sobre a ação dos tenentes, com seus descontentamentos políticos e possível coligação com civis nos bastidores do movimento, não se pode deixar de constatar o fato de que, ao chegarem ao poder, em 1930, eles passam a demonstrar oportunismo, usufruindo das benesses dos cargos políticos, sem sequer tentarem promover as mudanças na estrutura político-social do país que tanto diziam almejar.

Como os tenentes são defensores da interferência militar na política, eles não aceitam as instruções francesas de manutenção da política fora dos quartéis. Como afirma Coelho: “a profissionalização produz o não intervencionismo, e os tenentes eram menos

⁷⁵ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.07.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

⁷⁶ GUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. Os militares na formação brasileira. In: Brasil. Rio de Janeiro: Riacho Fundo, 1990. p. 79.

⁷⁷ CARONE, Edgar. Tenetismo: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel, 1977. p. 9.

⁷⁸ id., ib., p. 13.

profissionais do que o restante do corpo de oficiais”.⁷⁹ O soldado cidadão é incompatível com a obediência passiva.

O Exército, a partir das instruções francesas, passa a pugnar pela neutralidade política de toda a Instituição; os tenentes, entretanto, não compartilham dessa compreensão doutrinária; por isso, não são os representantes da classe militar, mas de um grupo que quer forçar o surgimento de um Brasil moderno. Como salienta Coelho:

(...) qualquer que tenha sido as idéias político-sociais dos “tenentes”, sua inspiração era o desejo de alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizados do Exército.⁸⁰

O cônsul da França em São Paulo não deixa de notificar os avanços revolucionários de 1924, pois é de interesse do governo francês conhecer o desenrolar dos fatos políticos e revolucionários no Brasil, para saber como melhor se posicionar. Os revolucionários paulistas passam então a oferecer vantagens para aqueles que desejem ingressar nas fileiras de combate. Divulgam o seguinte comunicado:

Os combatentes atuais simples soldados, graduados, voluntários e os que estão junto com as forças revolucionárias receberão do governo provisório como vantagem imediata por dia de 10 a 15 mil réis, mais alimentação e equipamentos. Quando a revolução tiver fim cada combatente receberá à título de gratificação a soma de um conto de réis (...).

As operações militares uma vez terminadas, o governo provisório prestará todo apoio aos combatentes para o transporte das famílias dos combatentes seja no Estado de São Paulo seja em qualquer outro onde desejem fixar sua residência (...).⁸¹

Os franceses acreditam que muitos combatentes não agem pelo entusiasmo da causa revolucionária, mas pelas vantagens que lhes são oferecidas. Emerat, cônsul francês, preocupado com a expansão alemã, revela ter havido envolvimento de colonos alemães na Revolução de 1924: “se confirma que um batalhão exclusivamente composto por alemães está formado. E se fala que um batalhão de italianos está em formação”.⁸²

⁷⁹ COELHO, Edmundo Campos. A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 19, p. 8, jan. jul. 1985.

⁸⁰ COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p. 84.

⁸¹ Correspondência de Emerat, cônsul geral da França em São Paulo, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.06.1924. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 20, 172-2.

⁸² id., ib.

De acordo com as correspondências diplomáticas, o governo federal possui superioridade de efetivo e de armamento sobre os revolucionários. Mas, sem dúvida, o movimento revolucionário atrapalha os planos da MMF em São Paulo, cuja pretensão é colocar mais um instrutor de tropa francês no estado, pois os destacamentos estão minados de elementos rebeldes.

O tenentismo não é o movimento de uma ala do exército, que, há muito tempo desligada das fileiras oficiais, realiza o movimento de 1924, ficando exilada até 1930. De acordo com Silva: “movimento de militares, mas não do exército, o tenentismo nunca foi endossado pelo exército, como corporação e menos, favorecido pelos chefes militares”.⁸³

Como decorrência do movimento de 1924, misturando tenentes a caudilhos, surge, não obstante, a coluna Miguel Costa em São Paulo e a Coluna Prestes no Rio Grande do Sul, que marcham por boa parte do Brasil contra o governo Arthur Bernardes, sendo duramente combatidas pelo Exército. Mas, segundo Cordeiro de Farias, o pior adversário do Exército são: “as polícias estaduais e as tropas dos chefes políticos”.⁸⁴ Ao findar a revolução de 1924, há muito a ser feito, e os aspectos priorizados pelos franceses são os seguintes:

Em resumo, os pontos sobre os quais devem se portar a atenção para o futuro são os seguintes:

- a) Recrutamento – por exame – da Escola de Estado Maior;
- b) Desenvolvimento – na escola de instrução cada vez mais prático (exercícios sobre o terreno);
- c) Seleção metódica na escolha dos candidatos para a escola de aperfeiçoamento, regularizando as antigas condições;
- d) Desenvolvimento de centros de instruções;
- e) Desenvolvimento de nossa influência na escola militar;
- f) Colocar em funcionamento a escola de cavalaria;
- g) Organização da instrução física.
- h) (novas instruções de Aviação).⁸⁵

O período das revoltas tenentistas causa profundos prejuízos à instrução e à evolução técnica do Exército, que usa, na ocasião, todo seu potencial no combate contra os revolucionários, fechando suas escolas e dispendendo importantes somas na compra de armamentos. No que concerne aos trabalhos da MMF, as perdas também são vultosas, levando os franceses a não contabilizarem esse período.

⁸³ SILVA, Hélio. O poder militar. São Paulo: LP&M, 1984. p. 93.

⁸⁴ CAMARGO, op. cit. nota 50, p. 92.

⁸⁵ Paris: Arquivo SHAT, 3391.

2 Exército Brasileiro de 1924 a 1929

O Brasil não possui, no período, fábricas de armamento. O arsenal do Rio de Janeiro produz projéteis de pequeno e médio calibre em pequenas quantidades. Assim, para ter estoques, o Brasil é obrigado a recorrer ao estrangeiro, sendo cliente assíduo dos EUA. Em Realengo, há uma fábrica de cartuchos que recebe chumbo, latão e metal branco¹ do exterior, mas não existem fábricas de material explosivo, a não ser à base de clorato de potássio, que também conta com a importação de material.

Em 1914, o Brasil faz uma encomenda de armas à Krupp, mas a Alemanha deixa de enviar o material, porque entra em guerra e tem necessidade desse armamento. Como o Brasil já havia enviado antecipadamente uma certa quantia para o pagamento da remessa, a Krupp propõe que a empresa Bofors faça a entrega do material. Conforme Gamelin: “Bofors era uma camuflagem da Krupp”.² Bofors é uma empresa sueca, mas Gamelin faz essa afirmação, porque fábricas situadas em outros países burlavam, à época, as restrições impostas às indústrias alemãs.

Assim, a maior parte do material bélico brasileiro é, no período, importado, principalmente, da Alemanha. O governo brasileiro informa, na ocasião, ao governo francês sua luta pela liberação do material de guerra Krupp, comprado da Alemanha, que, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, não lhe fora entregue, embora já estivesse pago, encontrando-se ainda na Alemanha³. Embora a França não concorde com o uso do armamento Krupp, acaba por aceitar, pois a encomenda fora feita antes da contratação da MMF e já havia sido paga, faltando apenas receber a mercadoria.

A concorrência da Bofors deixa os franceses em alerta, no sentido de não perderem nenhuma venda de armamentos. Conty, embaixador da França no Brasil, obtém informações secretas de que a Bofors está oferecendo ao governo brasileiro todo material

¹ O metal branco faz a liga do cobre e do zinco.

² Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

³ Correspondência de Jules Camon, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 30.06.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

de artilharia de que o país necessita a valores 30% mais baratos do que o melhor preço ofertado pelas firmas francesas.⁴

Gamelin, ao comentar que Calógeras, antes de deixar o cargo, fez significativas compras de material de guerra – tais como baterias de montanha, material de ligação e aviação, num total em torno de seis milhões de francos – faz a seguinte observação: “nós tiramos da situação todo partido possível”.⁵

Gamelin pensa sempre em obter proveito de tudo, até mesmo das manobras de instrução executadas. Às vésperas da nova eleição presidencial, prevendo a possível vitória de Arthur Bernardes no pleito, o chefe da MMF afirma: “Eu conto em dar prosseguimento ao meu projeto de me encontrar à Minas Gerais, sob o pretexto de preparar próximas manobras, para ver o senhor Arthur Bernardes e o gen. Setembrino de Carvalho, que parece ser seu provável ministro da guerra”.⁶ Em visita a Minas, Gamelin conclui que Setembrino de Carvalho é um germanófilo.

Mas Gamelin faz também importantes ressalvas quanto às indústrias francesas, no que concerne ao aproveitamento das cláusulas do contrato da MMF. Num primeiro momento, o chefe da MMF afirma que: “os preços cobrados pelas firmas francesas são exagerados, o que constitui um abuso da situação privilegiada feita à nossas indústrias por compromissos escritos ou morais”.⁷ Gamelin alerta também para o fato de que, assim procedendo, pode-se levar o Brasil a suspender as compras, e a França perder, assim, mercado para um outro país concorrente. Ele pensa que a França deve auxiliar o Brasil a formar seus primeiros estoques.

O general brasileiro Leite de Castro faz oposição à França e sustenta a manutenção das relações comerciais com a Casa Bofors de armamentos suecos, dentre empresas estrangeiras a serem contatadas para venda de material de guerra para o Brasil. Diante disso, o gen. Gamelin tenta usar o peso de seu cargo, como chefe da MMF, para evitar que

⁴ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.06.1920. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 28, 174-3.

⁵ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.11.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

⁶ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.06.1922, Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

⁷ Correspondência do adido militar da França no Brasil, para o embaixador da França no Brasil (s.d.). Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

essas negociações se realizem.⁸ A Casa Bofors possui a patente Krupp, estando ligada aos alemães.

O diretor da firma francesa Hotchkiss e Cie passa então a apresentar reclamações ao ministro das Relações Exteriores da França quanto ao tipo de relacionamento da empresa com o chefe da Missão Militar Brasileira em Paris: “desde 1920 o general Leite de Castro não cessou sua hostilidade e injustiça com a nossa sociedade”.⁹ Entre as causas desse comportamento, na visão da empresa, estão as ligações germanófilas do general.

No início da década de 20, surge, no Brasil, uma sociedade privada, denominada Cia Mecânica de São Paulo, com a intenção de fabricar material bélico, em especial cozinhas rolantes. Os franceses vêem nisso um problema, apesar de muitas vezes lamentarem o fato do Brasil não ter indústria própria. Acontece que, se passassem a produzir material de modelo francês, os brasileiros deixariam de importar da França, razão pela qual os franceses recorrem, então, às leis de patentes, com vistas à proteção de seu material industrializado. Conforme Conty:

Em efeito se o estado francês não patenteou as invenções de sua propriedade, nada me parece poder impedir aqui as usinas da Cia Mecânica e outras talvez de fazer os projéteis destinados aos canhões que o Brasil pode comprar na França, de fabricar as peças de reposição, de substituir em todos domínios possíveis a nossa indústria.¹⁰

Em contrapartida, os franceses acham positiva a idéia da Cia Mecânica de comprar da França o material necessário à fabricação de seus bens, tais como maquinários e matérias primas. Além da fabricação de armamentos, o Brasil pretende, na ocasião, fundar sua siderúrgica, uma indústria nacional com capacidade para satisfazer as suas necessidades. Na visão de Conty, “o país sai do período colonial”.¹¹ O plano é explorar aqui os minerais nacionais, via capital nacional.

As patentes, em matéria de invenções, como propriedades industriais, são, à época, regidas no Brasil pela lei de 14.10.1882, que assim define: “uma invenção não é patenteada

⁸ Correspondência do ministro da Guerra da França para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 17.03.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

⁹ Correspondência da Hotchkiss & Cie para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 29.12.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

¹⁰ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 22.01.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

¹¹ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, 23.09.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

no Brasil se ela não é descrita nem empregada no Brasil”.¹² O governo francês, preocupado com o fato de que o Brasil pudesse produzir alguns dos materiais por ele exportados, pensa na reserva de mercado. Nesse sentido, acrescenta o secretário geral: “O estado francês dispõe de um modo de proteção permanente, diante dos estados estrangeiros (...) os materiais descritos ou cedidos não devem ser reproduzidos pelo estado cessionário, ou não poderão ser que sob condições”.¹³

Para que uma invenção seja, a essa época, patenteada no Brasil, é preciso que não tenha sido empregada no país e nem descrita antes do pedido de patente, o que impossibilita a França de patentear parte de seu material bélico no país, como, no caso das cozinhas rolantes, que já são utilizadas nos treinamentos. Os franceses começam então a se queixarem da lei brasileira de patentes, cujos efeitos contrariam seus interesses.

A falta de estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira de armamentos leva o Brasil a importar todo material de que precisa para o desenvolvimento de suas forças militares. Como bem analisa Castro e Silva, referindo-se a década de 1920: “não fabricamos nem explosivos nitro-glicerinados, nem projéteis de artilharia, nem seus estojos, nem preparamos cartuchos de fuzil”.¹⁴ É necessário, ao menos, desenvolver a indústria de matérias primas, como a de alumínio, mercúrio, e outros metais, importantes para o setor.

Assim, em 21 de junho de 1922, o governo brasileiro cria uma missão técnica de pólvoras e explosivos, contando com um engenheiro técnico chefe da missão, um agente técnico, um sub-agente técnico, um oficial de administração chefe de atelier pirotécnico, um químico e um desenhista.¹⁵

2.1 Negociações francesas com o gen. Leite de Castro

Leite de Castro, em maio de 1925, retém por meses o valor de encomendas feitas pelo governo brasileiro, destinado ao pagamento de empresa francesa, cobrando elevada multa pelo atraso na entrega do material, atraso esse por ele mesmo provocado, devido ao

¹² Nota do gen. Remond, diretor de Artilharia, para o secretário geral do Serviço de Liberação de Material ao Estrangeiro, Paris, 22.03.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

¹³ *id.*, *ib.*

¹⁴ CASTRO E SILVA, Egydio Moreira. As indústrias militares em nosso país. Rio de Janeiro: Rodrigues, 1940, p. 31.

¹⁵ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França (s.d.). Paris: Arquivo SHAT, 3391.

não pagamento da encomenda. Considerado pela empresa Hotchkiss como homem orgulhoso, que interfere em questões técnicas, para as quais não tem competência, é acusado de se julgar “gravemente lesado em seu amor próprio, quando em 1922, sem que tenha sido consultado, a sociedade Hotchkiss obteve diretamente no Rio, do governo Brasileiro, uma importante encomenda”.¹⁶

O montante retido por Leite de Castro é de dois milhões de francos, que só são liberados após reclamação da empresa ao ministro da Guerra brasileiro, que, então, intima o general a prestar satisfações. Em 12 de novembro de 1925, essa questão é finalmente resolvida:

O Ministro da Guerra não nos infligiu nenhuma penalidade e nos pagou imediatamente uma soma em francos: três milhões e noventa mil francos pelas faturas atrasadas, de seu lado, a sociedade desistiu de reclamar alguma indenização pelo prejuízo causado pelo atraso no pagamento.¹⁷

Leite de Castro opõe-se a essa decisão, telegrafando para o ministro das Finanças, na tentativa de evitar o pagamento a Hotchkiss, mas nada consegue. O senhor Henri Lage, por exemplo, principal acionista da companhia brasileira de navegação, a Companhia Costeira, desenvolve tratativas com um agente alemão para o estabelecimento de uma linha de navegação entre Brasil e Alemanha.¹⁸

Os aviões são, à época, comprados da França: os Spad, para a caça; os Breguet, para observação e bombardeamento; e os Nieuport de diversos tipos, para o treinamento dos pilotos. “O material de engenharia, de transmissão, o material de serviço de saúde são quase todos comprados na França”.¹⁹ Para a França, o aspecto mais importante da MMF é a exportação de seu material de guerra. Em relatório, Gamelin detalha todo o material de guerra francês que o Brasil importa:

Ogivas de acompanhamento: Stokes e 37 serão compradas na França; Do ponto de vista da artilharia: parece que o Brasil se dará conta que apenas as casas francesas estão à altura de fornecer o material necessário as suas necessidades; 75

¹⁶ Correspondência da Hotchkiss & Cie, op. cit. nota 9.

¹⁷ id., ib.

¹⁸ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.04.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

¹⁹ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para gen. Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 19.08.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N 3378, p. 16.

de campanha: as casas Schneider e Saint Chamont apresentaram em concorrência seus tipos específicos.²⁰

O 75 de campanha, usado no Brasil, é importado da Krupp. Outros armamentos como os 75 de montanha são oferecidos pelos fabricantes franceses. Mas essa questão é considerada delicada, pois os opositores à MMF a definem como eminentemente comercial. Para os franceses, a empreitada é difícil, como bem afirma Gamelin: “sustentar os interesses franceses, mostrando isso o menos possível, e desempatar os interesses, nem sempre é uma obra cômoda”.²¹

2.2 Conselho de Defesa Nacional

Em 1927, é criado um órgão encarregado da definição do plano de guerra, da organização militar e material do Brasil. Assim, o EME obteria mais força e desenvolveria planos em conjunto com a Marinha e o Exército, não passíveis de prejuízo com a troca de ministros.

Bento Ribeiro, desde 1916, vinha manifestando sua preocupação com a falta de doutrina no Exército: “nenhuma doutrina dominante, nenhuma continuidade nos programas nenhum plano conjunto, invariável em suas linhas essenciais”.²² Propõe, assim, a criação de um Conselho Superior de Defesa, destinado à resolução dos problemas de segurança nacional brasileira, abrangendo desde o plano de guerra até a organização geral e a instrução. Ainda em 1916, é criada também a Liga de Defesa Nacional.²³ A Liga tem caráter civil, enquanto o Conselho de Defesa Nacional é essencialmente de foro militar, voltado às questões de segurança nacional na esfera da ação militar.

Há, no momento, extrema preocupação por parte de alguns militares superiores em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos, com vistas a conquistar uma maior autonomia do EME e à descentralização das decisões por parte do Ministério da Guerra, que sofre profundas alterações a cada mudança de governo. Conforme Aguiar:

²⁰ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 19, p. 18.

²¹ id., ib.

²² Correspondência do gen. Bento Ribeiro para o gen. Caetano de Faria, Rio de Janeiro, 24.01.1916, p. 57. Rio de Janeiro: EME, Documentos históricos do Estado Maior do Exército.

²³ A Liga de Defesa Nacional é fundada em 7.09.1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, com vistas a defender o civismo e aumentar o interesse do povo pelos assuntos militares. Em 1916, incentiva o primeiro sorteio militar para aumento do efetivo.

(...) a organização do programa militar, dependente em geral de estudos profundos, longos e de grande reflexão, não deve ser confiada ao Ministro da Guerra, por que pode ser completamente alterado pelo seu sucessor. Deve haver por este motivo, um órgão permanente encarregado dessa organização e capaz de assegurar a continuidade de ação indispensável à sua execução integral. Esse órgão só pode ser o Estado Maior do Exército.²⁴

Esse conselho é criado para atenuar as reclamações quanto ao fato de o Brasil não possuir um Estado Maior forte: a cada novo governo muda o ministro da Guerra e, por conseguinte, toda a orientação militar. Como se viu anteriormente, em 1916, é fundada a Liga de Defesa Nacional, que rende os serviços esperados. Daí por que, em 1927, surge o Conselho de Defesa Nacional.

No Brasil, com a tomada de consciência e instrução dos militares, cresce a necessidade de um órgão coordenador e articulador; com isso, a força, de maneira geral, teria um prejuízo grande. Ora, a criação do Conselho Superior da Defesa Nacional, composto pelo presidente da República e pelos ministros da Guerra, da Marinha, da Viação, do Exterior, da Fazenda e pelos chefe e subchefe do Estado Maior da Armada, responde a essa necessidade. Esse Conselho fica encarregado dos seguintes pontos:

Organização geral do Exército e da armada;
 Disposições essenciais a concentração e mobilização;
 Adoção de novo material de guerra;
 Estabelecimento das linhas ferroviárias estratégicas;
 Criação e supressão de fortificações;
 Criação de bases de operações navais;
 Métodos gerais de instrução;
 Plano de guerra.²⁵

Dessa forma, o plano de guerra passa a ser feito em conjunto pelas forças armadas do país. O ministro da Guerra ganha, conforme decreto n. 11.583, 31.12.1915, um gabinete para auxiliar nos trabalhos, composto por um chefe, oficial superior, quatro oficiais de gabinete, dois auxiliares e quatro ajudantes de ordens.

O gabinete comporta o EME e têm as seguintes funções: “Estudar questões que o ministro reserva (...); examinar os papéis submetidos à despacho do ministro(...); receber

²⁴ Relatório de Alberto Cardoso de Aguiar, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1919, p. 20. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

²⁵ CARVALHO, José Lopes Pereira. Primeira conferência: organização do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: EME, 1921. p. 15.

correspondência reservada; (...) protocolar papéis expedidos; arquivar papéis; ter a seu cargo o livro de ordens do gabinete (...).²⁶

Além do gabinete, há mais três repartições previstas como auxiliares nos serviços do ministro da Guerra: a Secretaria de Estado de Guerra, responsável pela comunicação do ministro com outras autoridades protocolares, redigindo e expedindo todos os despachos; o Departamento de Pessoal de Guerra, encarregado do assentamento e do movimento dos militares, distribuindo-os nas divisões, de acordo com cada arma; e o Departamento Central, responsável pela Biblioteca e o Arquivo do Exército, atendendo adidos e fazendo as publicações militares.

A organização do Exército prevê também superintendências dos serviços técnicos militares para cada área técnica, tais como engenharia, administração, saúde, material bélico, e tiro de guerra, a zelarem pelo abastecimento e bom funcionamento de cada área específica.

A Diretoria Geral de Contabilidade de Guerra, encarregada de toda parte financeira do Ministério da Guerra, deve responsabilizar-se pelos pagamentos, arrecadação, fiscalização e distribuição dos fundos liberados para o Ministério da Fazenda.

Quadro comparativo de despesas com a Defesa Nacional, de 1924 a 1927, em mil réis²⁷

	1924	1925-1926	1927
Guerra	183.104	177.900	194.331
Marinha	77.749	95.176	114.125
Total	260.853	273.076	308.456

Pelo quadro acima, pode-se perceber que os gastos da União com a defesa nacional aumentam no decorrer desses anos. Todavia, o incentivo à defesa do país depende dos interesses de cada administração, ou seja, do entendimento que cada presidente tem sobre as questões militares, como demonstra o quadro abaixo:

²⁶ CARVALHO, José Lopes Pereira. Segunda conferência: organização do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921. p. 31.

²⁷ Documento sobre o Exército Brasileiro, 1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392. Esses valores são em contos de réis. O mil réis foi criado pela lei n. 59, 8.10.1833 e vigorou até 31.10.1942, segundo o site: www.oaixa.com.br/passos/passos2.htm. de 10.08.2008.

Quadro geral de gastos da União com o Exército e a Marinha²⁸

Período	Gastos União com os ministérios	Marinha	Exército	% de recebimento do Exército sobre os gastos da União
1920	1.063.525	71.800	132.236	12,43%
1921	870.100	45.486	157.406	18,09%
1922	1.250.021	110.287	260.822	20,86%
1923	1.352.102	103.036	178.829	12,22%
1924	1.699.785	108.439	229.089	13,47%
1925	1.701.710	102.047	306.381	18,00%
1926	1.719.294	127.327	260.666	15,16%
1927	1.993.765	143.935	295.162	14,80%
1928	2.018.158	155.592	247.000	12,23%
1929	2.224.616	170.652	274.167	12,32%
1930	2.278.690	181.108	302.690	13,28%
1931	1.994.113	121.282	275.404	14,16%
1932	2.859.668	181.902	713.921	24,96%
1933	2.391.813	185.244	422.626	17,66%
1934	3.050.188	218.041	576.145	18,88%
1935	2.872.001	193.881	519.430	18,08%
1936	3.226.081	218.059	569.652	17,65%
1937	4.143.959	426.431	848.108	20,46%
1938	4.735.334	532.593	909.217	19,20%
1939	4.336.580	312.946	786.218	18,12%
1940	4.546.961	361.768	882.361	19,40%

Examinando o quadro acima, pode-se perceber que o Exército, nesse período, recebe, em relação à Marinha, um maior apoio financeiro da União. Mas, o percentual da receita recebida varia segundo os objetivos da política governamental. No ano de 1922, por exemplo, o Exército obtém mais de 20% do total de gastos da União com os ministérios: trata-se da administração de Eptácio Pessoa e o ministro da Guerra é Calógeras. Mais tarde, em 1932, há um forte incentivo a esses ministérios, na administração de Vargas, com dotação de quase 25% do orçamento, o que se mantém até 1940, quando o percentual representa mais de 17 % do orçamento da União.

²⁸ Segundo IBGE: www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas-economias.shtm, 10.08.2008. Esta tabela está em contos de réis. Um conto de réis é igual a 1.000.000 réis e 1mil réis equivale a 0.9 gramas de ouro: www.monarquia.org.br/NOVO/brasilimperial/regimeimperial.html, 10.08.2008.

Equivalência do dólar americano com o mil réis²⁹

Período	câmbio	período	câmbio
1920	0,21	1931	0,07
1921	0,13	1932	0,07
1922	0,13	1933	0,08
1923	0,10	1934	0,08
1924	0,11	1935	0,08
1925	0,12	1936	0,09
1926	0,14	1937	0,09
1927	0,12	1938	0,06
1928	0,12	1939	0,06
1929	0,12	1940	0,06
1930	0,11		

Quadro dos ofícios ativos em 1927:³⁰

Posto	Inf	Cav	Art	Eng	Med	Farm	Vet	Int.	Adm	Cont.	Antigo Intendente
Gen Brig.					01						
Cel	36	16	24	11	06	01		08			
Ten. Cel	38	22	40	24	16	02	01	12			03
Maj.	78	33	53	33	34	01	10	26			05
Cap.	277	127	177	84	121	23	21	08	30	39	19
Ten.	321	154	160	24	132	57	47		39	71	33
Sub. Ten.	44	32	43	15		51	37		13	25	01
Sub. Ten. Comissario	407	97	95	34					18	207	
Total	1201	481	592	225	310	135	136	54	100	342	61

Somam-se, a esse quadro, os treze generais de divisão e os vinte e quatro generais de brigada que compõem o EME, chegando-se a um total de 3.641 oficiais no efetivo.

2.3 Exército Brasileiro em 1928 e 1929

Em 1928, o ministro da Guerra, Nestor Sezefredo de Passos, tem como meta a melhoria das formas de recrutamento, o combate à insubmissão, a redução da influência política dentro do Exército, e a divisão das boas e ruins guarnições entre os oficiais. Os oficiais promovidos a postos superiores devem comandar a tropa em um estado de fronteira por pelo menos um ano, ou seja, no Rio Grande do Sul ou no Mato Grosso. Essa determinação ganha sentido, se se pensar que, à época, a maioria dos oficiais, queria ficar

²⁹ Fonte: <http://www.ocaixa.com.br/bancodedados/dolaranualmedio.htm>, 9.08.2008.

³⁰ Documento sobre o Exército Brasileiro, 1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

no Rio de Janeiro.³¹ A política no interior da caserna manifesta, à época, sérios problemas de disciplina, pois divide os militares em facções partidárias e os incentiva a participarem ativamente da vida política.

Assim, embora essas medidas causem, na ocasião, muitos protestos, o ministro segue em frente com seu projeto e faz reformulações nos regulamentos de instrução, definindo que: todo militar de carreira deve receber obrigatoriamente instrução, ou seja, ser ou ter sido aluno de uma escola militar; os oficiais subalternos devem passar pela Escola de Aperfeiçoamento das Armas; os oficiais superiores devem seguir um curso especial de aperfeiçoamento para obterem as condições necessárias ao exercício do comando.³²

O referido regulamento, promulgado em 28 de dezembro de 1928, determina também que nenhum oficial subalterno pode ser nomeado para ocupar algum cargo, sem que tenha o curso de aperfeiçoamento; da mesma forma, nenhum oficial superior pode ser promovido a coronel, sem ter freqüentado, com sucesso, o curso de aperfeiçoamento; e, o mais importante, nenhum oficial superior pode ser nomeado general sem freqüentar o curso do Estado Maior ou ter brevê de Estado Maior.

O chefe do EME, Tasso Fragoso, descontente com essas medidas, ao não ser ouvido pelas vias competentes, pede, então, demissão de suas funções, depois de sete anos de exercício no cargo. Em seu lugar, assume o gen. Alexandre Henriques Vieira Leal.

Tasso Fragoso, chefe do EME entre os anos de 1922 e 1929 e, depois, entre os anos de 1931 e 1932, não permite, em sua administração, que os franceses se ocupem de outra coisa que não seja a educação e a instrução. Procura deixá-los distantes das questões de segurança nacional, por julgar ser esse um tema sigiloso e de competência do alto comando do Exército Brasileiro: “O Brasil contratou a MMF para nos aperfeiçoar na técnica da profissão e transmitir-nos a experiência colhida na última guerra, mas não para elaborar os planos de defesa do Brasil”.³³

A MMF é, dessa forma, um órgão consultivo do EME, no primeiro período em que Tasso Tragoso está à frente do EM. Ele acredita que os membros da MMF devam ter somente a função de ministrar cursos e conferências, com vistas à profissionalização e à

³¹ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, ao ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 31.01.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³² Id., ib.

³³ Relatório do gen. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1925, p. 118. Brasília: EME, Documentos Históricos do Estado Maior, 1996.

instrução dos oficiais, mas que os assuntos de segurança nacional, tais como planos e estratégias de guerra competem aos brasileiros, sendo seu conhecimento vedado a todo estrangeiro.

Em 30 de novembro de 1929, é votada, pelo Congresso Nacional e promulgada pelo presidente da República, uma lei militar, estabelecendo o efetivo do Exército em torno de 44.000 homens, com orçamento de 290.000 contos de réis, sendo que, desse total, 236.000 deveriam ser gastos com pessoal e 54.200, com material (22% do orçamento do Ministério da Guerra). Desses 54.200 contos de réis, 37.000 seriam empregados nas despesas de serviço (intendência e saúde). Como se pode ver, sobram, para a compra de material, apenas uma quantia entre 5.000 e 6.000 contos de réis.³⁴ Devido à precariedade do investimento em armamentos, gen. Spire faz a seguinte afirmação:

Muito incompleto quanto as suas unidades e a seus efetivos o exército brasileiro é quase inteiramente desprovido de material de guerra. Este desenlace é infelizmente uma espécie de tradição.

Sem dúvida os quadros – os oficiais são excelentes e remarcavelmente instruídos pela missão francesa, sem dúvida os soldados são disciplinados e corajosos, mas a sua instrução é incompleta devido à falta de material de guerra e a redução teórica.

Na infantaria, podemos afirmar que não há um único regimento que dispõe do material necessário a sua mobilização.

As divisões de cavalaria estão ainda em estado embrionário, elas não tem nem artilharia moderna, nem batalhão montado, nem comboios.

Falta quase todo material de artilharia moderna.³⁵

Para melhorar as condições profissionais do alto comando do Exército, passa-se a exigir, no final da década de 20, para acesso ao posto de general, o curso de revisão, e, para o acesso ao posto de capitão, o curso de aperfeiçoamento.³⁶

Mas, a essa época, para além da falta de material e de instrução, o Exército sofre também a concorrência acirrada das forças policiais dos estados. O regionalismo confere amplos poderes aos estados federados, que importam e exportam livremente. De acordo com as características e condições de sua produção, existem, então, acentuadas diferenças entre eles. Como constata Clemenceau: “a autonomia dos estados brasileiros permite o

³⁴ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, ao ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 7.12.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³⁵ Correspondência de Salat, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

³⁶ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre a reorganização do exército. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

pleno desenvolvimento de uma atividade independente no vasto domínio de liberdade federal, as pessoas podem expressar-se e há rivalidades entre as províncias”.³⁷

No âmbito militar, as forças estaduais de São Paulo e do Rio Grande do Sul são, à época, as mais bem preparadas e armadas da federação. A brigada gaúcha, criada em 1893 por Fernando Abott, diferentemente da de São Paulo, nunca utiliza instrutores estrangeiros. Mas a força pública de Pernambuco, assim como faz São Paulo, também intenta contratar uma missão estrangeira para a instrução de seus homens.³⁸

Os estados, no período, compram, freqüentemente, armas e munições no exterior para o equipamento de sua força estadual. A França, não obstante, procura ter muito cuidado com esse aspecto, para evitar indisposições com a administração central. Assim, antes de aceitar encomendas, consulta o governo brasileiro, que, solicitamente, responde: “Agradeço Quay d’Orsay gentileza consulta e declaro fornecimento armas munições encomendadas pelos Estados República especialmente Rio Grande altamente inconvenientes sem audiência governo central”.³⁹

O Exército organiza-se, nessa fase, em bases locais, e os políticos estaduais procuram armar e adestrar a força em seus estados, fato muitas vezes responsável pela fragmentação do Exército. Como afirma Stepan: “assistiu-se a uma “guerra psicológica” na qual se apelavam para as lealdades locais das tropas federais, em oposição à lealdade do exército nacional”.⁴⁰

No segundo semestre de 1929, começa um período bastante conturbado na política brasileira, devido ao clima de eleição presidencial. O ministro da Guerra alerta, segundo Spire, todos os militares: “seu dever era ficar fora de toda agitação política e de ficar servidor fiel de seu país e da legalidade”.⁴¹ Mas, no meio militar brasileiro, tem sido uma constante a tentativa de se conseguirem vantagens na carreira às custas de momentos políticos confusos ou mesmo revoluções.

³⁷ CLEMENCEAU. Notes de voyage dans l’Amerique du Sud. Paris: Hachette, 1911. p.243.

³⁸ Correspondência do cônsul da França na Bahia para Lanel, ministro das Relações Exteriores da França, Salvador, 10.03.1914. Nantes: Arquivo MRE, série A.

³⁹ Documento do Arquivo Itamaraty, estante 284, prateleira 02, maço 08 a 12.

⁴⁰ STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 19 (grifos do autor).

⁴¹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.10.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

O ministro da Guerra também retira, então, armas e munições dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, solicitando que sejam enviados os melhores pilotos para Cruz Alta e Santa Maria. Iniciada a década de 30, com a retirada de poder dos estados e das brigadas estaduais, tem-se então como objetivo o fortalecimento do Estado e do Exército. Como bem explica Quartim de Moraes: “o fortalecimento do Exército, tornando-o um fator autônomo do poder federal favorecia também as tendências à intervenção política das Forças Armadas, enquanto tais, isto é, enquanto corporação armada do estado”.⁴²

O Exército, na década de 20, recebera instrução dos oficiais franceses que incentivavam o predomínio e a hegemonia da força em âmbito federal e, principalmente, a operacionalidade dos militares nos teatros de operações. A instrução ministrada direcionava-se ao emprego prático dos conteúdos, a partir da análise dos planos de guerra do Brasil, suas hipóteses de guerra, suas áreas estratégicas e o material bélico disponível.

2.4 Planos de guerra do Brasil

A superioridade militar da Argentina sobre o Brasil é, a essa época, inquestionável. Os argentinos possuem um exército real e mobilizável, enquanto o brasileiro estrutura-se a partir de divisões esqueléticas. Informado a esse respeito, Gamelin obtém autorização do ministro das Relações Exteriores da França para entrar na Argentina como civil, incógnito, durante as manobras brasileiras, em fevereiro de 1922.⁴³

A organização militar da Argentina, neste período, preocupa sobremaneira os brasileiros: em caso de ataque, a única via férrea que pode defender o território brasileiro não era suficiente. Como afirma, então, Conty: “o caminho de ferro “estratégico” do Rio Grande do Sul será sem nenhuma dúvida lamentavelmente insuficiente. E o General Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior do Exército, efetuará uma viagem para o sul para examinar esta situação”.⁴⁴

⁴² QUARTIM DE MORAES, João. A esquerda militar no Brasil: da coluna Prestes à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994. v. 2. p. 72.

⁴³ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 3.01.1922. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 31,174-5.

⁴⁴ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 10.08.1927. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 15, 172-1.

Toda a instrução e os planos de mobilização são realizados tendo a Argentina como perigo iminente; os teatros de operações da fronteira são valorizados e todos os movimentos da Argentina, analisados. A Argentina, por sua vez, não deixa de cuidar dos avanços que o Brasil está fazendo no campo militar, passando a pugnar pelo pacifismo, como se torna moda, após a Primeira Guerra.

Envolta nesse sentimento de por fim à corrida armamentista, a Argentina passa a acusar o governo brasileiro de militarismo, devido às encomendas de material bélico feitas pelo governo federal. Em resposta a essas críticas, a imprensa carioca comenta o seguinte telegrama: “O jornal “El Diário” de Buenos Aires anuncia a chegada próxima de M. Bauer representante da empresa Krupp, que a viagem tem ligação certa com os projetos de aquisição de material de guerra pelo governo argentino”.⁴⁵

Em 27 de dezembro de 1927, Brasil e Argentina assinam uma Convenção Complementar de Fronteira, para determinar a divisão territorial entre os dois países. No cenário internacional da América do Sul, segundo a análise francesa, o Brasil se opõe à Argentina e tem como aliados o Chile e o Uruguai. O Peru, por outro lado, opõe-se ao Chile, a Bolívia é neutra, e o Paraguai simpatiza com a Argentina.

Assim, Argentina é sempre considerada como hipótese de guerra brasileira. Conforme Moura: “o fantasma do perigo argentino é freqüentemente utilizado na relação Brasil-Estados Unidos, ora por um, ora por outro lado (...)”.⁴⁶ O Brasil e a Argentina, nesse período, disputam a hegemonia na América do Sul, tanto do ponto de vista econômico, quanto militar, o que aproxima o Exército dos centros de decisão e lhe garante maior prestígio. Mas Quirim não acredita nessa probabilidade: “parece pouco razoável e imprudente, da parte da Argentina, de se lançar atualmente numa aventura guerreira. Ela tem, assim como o Brasil, imensos territórios para explorar”.⁴⁷ O Rio Grande do Sul, pensado como área estratégica brasileira⁴⁸, é, então, profundamente estudado pelos franceses. Um dos pontos que chama a atenção dos franceses é o espírito guerreiro e

⁴⁵ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 30.01.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

⁴⁶ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 66.

⁴⁷ Correspondência de Quirim, membro da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁸ O Rio Grande do Sul era uma zona clássica de conflitos na região do Prata: Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), Guerra do Paraguai (1864-1870). Também teve outros conflitos de cunho nacional e regional como a Revolução Farroupilha (1835-1845), A Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923.

separatista dos gaúchos, as bandeiras verde e vermelha com a inscrição República do Rio Grande, que se vêem, então, em algumas repartições no sul. Além disso, logo os franceses passam a temer a ação alemã: “os alemães se propuseram a utilizar este espírito particular do Rio Grande e tirar proveito das numerosas colônias alemães estabelecidas para criar o Estado Austral Alemão”.⁴⁹

O Rio Grande é considerado uma das áreas mais interessantes do Brasil não apenas por sua posição estratégica, como pela presença dos colonos, por seu clima e seu poderio militar: “no Rio Grande as tropas se diferenciam um pouco do resto do exército brasileiro”.⁵⁰ Embora, na ótica francesa, o Rio Grande também precisasse de melhor organização e do desenvolvimento dos setores agrícolas e comerciais, bem como da ampliação de estradas e condições de defesa.

A Argentina, desde 1900, preocupa-se com a profissionalização de seus quadros, o aumento do seu efetivo e de seu arsenal bélico. Importa, desde 1890, armamentos da Alemanha e, em 1899, convida oficiais alemães para a organização de sua Academia de Guerra, cuja composição, quando inaugurada, em 1900, segundo Potash, tem “seu diretor e quatro de seus dez professores oficiais alemães”.⁵¹

À semelhança dos oficiais brasileiros, os argentinos passam a fazer cursos na Alemanha. Alguns têm consciência da necessidade de eliminar a política do meio militar. Em 1921, é fundada a sociedade secreta *Logia General San Martín*, com objetivo de impor a ordem e a disciplina. Como salienta Potash: “os membros da loja desencadearam uma luta implacável contra os oficiais que, a seu juízo, estavam comprometidos com atividades políticas”.⁵² Os militares argentinos são educados para considerarem o Brasil e o Chile como suas hipótese de guerra.⁵³

O Brasil não possui, então, nenhum plano de expansão territorial, mas o Rio Grande do Sul é, historicamente, um campo de batalha. Já a Argentina tem dez regimentos em condições de serem mobilizados, sendo cinco de reserva, e conta ainda com o apoio do Paraguai. Nesses exércitos “servem atualmente oficiais alemães mais ou menos camuflados,

⁴⁹ Documento. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 22, 172-4.

⁵⁰ id., ib.

⁵¹ POTASH, Robert. *El ejército y la política em la Argentina (1928-1945): de Yrigoyen a Péron*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984. p. 18.

⁵² POTASH, op. cit. nota 51.

⁵³ A loja a que se refere Potash, era a maçonaria, que segundo ele, teve importante papel na Argentina, para impedir e combater o alastramento da política no seio militar.

que tendem naturalmente a se opor as missões francesas do Brasil e do Uruguai”.⁵⁴

O objetivo primeiro do Brasil é a formação de um exército que se equipare às forças argentinas. “O Exército foi muito negligente desde a fundação da República (1889), onde predominou as influências comtistas”.⁵⁵ A grande guerra impulsiona o Exército e confere real estabilidade ao governo.

Uma das razões que justificariam um conflito com a Argentina são as questões de fronteira. Em 29 de dezembro de 1927, uma comissão técnica realiza a Convenção Complementar de Fronteira, demarcando nova linha de fronteira entre o Brasil e a Argentina sobre o rio Uruguai. Fica, então, estabelecida a borda brasileira na barra do Quaraí e a borda Argentina, logo em frente, na margem direita do rio Uruguai.⁵⁶

Embora considerada como pouco provável, a invasão do território brasileiro pelo Uruguai, é uma hipótese que não deixa de ser prevista. O mais racional, nessa possibilidade, é que o Uruguai agisse em consonância com a Argentina. Caso isso ocorresse, o eixo central da invasão seria o departamento de Rivera, devido as suas linhas férreas. Outro eixo considerado é Mello-Bagé, onde os inimigos poderiam atingir a linha férrea Bagé - Rio Grande, privando os brasileiros dos produtos vindos da zona portuária.⁵⁷

O Exército passa, então, a ser treinado para combater uma invasão argentina, e os regulamentos procuram organizar a ação defensiva em solo gaúcho. Os ensinamentos táticos realizados nas tropas são oriundos da Primeira Guerra Mundial, “transportados sem modificações importantes para uma guerra que se desenrolaria no Rio Grande”.⁵⁸

A cada teatro de operações corresponde um plano de operações, que pode ser confiado a um grupo do Exército, a um corpo de observação ou a um corpo de cavalaria. Para que os planos sejam executados, é necessário o bom funcionamento dos serviços: “Os serviços são os órgãos encarregados de satisfazer as necessidades dos Exércitos; eles funcionam sob a autoridade do comandante”.⁵⁹ O teatro de operações do Brasil, na região fronteiriça, compreende a:

⁵⁴ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 19. p. 6.

⁵⁵ Id., ib.

⁵⁶ Documento Convenção Complementar de Fronteira, Buenos Aires, 27.12.1927. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 15, 172-1.

⁵⁷ Relatório das modalidades de guerra entre Brasil e Uruguai. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁵⁸ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

⁵⁹ BUCHALET. Cours general d'intendance. Rio de Janeiro: EME, Imprensa. Militar, 1921. p. 24.

500 quilômetros de fronteira com o Uruguai; 600 com a Argentina; 550 com o Paraguai. As operações principais se estenderiam verdadeiramente sobre uma frente mínima de 600 quilômetros, à cavalo sobre as fronteiras do Uruguai e da Argentina. (caso o Uruguai se colocasse do lado argentino, caso ele deixe passar os argentinos, caso os argentinos violem o território uruguaio).⁶⁰

Os serviços são classificados como pertencentes a duas categorias, os de transporte e os de provisão. O serviço de transporte corresponde ao trânsito de pessoal e de material, comportando os serviços de estrada de ferro, serviços automobilísticos e de vias fluviais, como lagos, lagoas, canais e rios e os de estradas de rodagem.⁶¹ Quanto mais no interior do país é o teatro de operações, maiores são as necessidades do Exército, considerando a mobilidade do serviço de intendência para suprir as demandas da guerra. Os serviços de provisão encarregam-se de todas as necessidades materiais do Exército, tais como armamentos, munições, meios de comunicação, equipamentos, vestuário, produtos de higiene, telégrafo, entre outros.

O decreto n. 14.891, 28.06.1921, regulamenta os exercícios, o emprego e o tiro de artilharia. Mas, antes de legislar sobre o tema, o decreto em seu capítulo primeiro, define alguns conceitos básicos de arte militar, como se pode ver a seguir:

Tropa: compõe-se de soldados à pé ou a cavalo, com ou sem viaturas, estas estando atreladas ou em bateria.

Fileira: reunião de soldados colocados numa mesma linha;

Fila: reunião de dois ou mais homens colocados uns atrás dos outros, cobrindo-se à distância de 80 centímetros.

Frente: espaço em largura ocupado por uma tropa;

Ala: a extremidade direita ou esquerda de uma tropa em formação desenvolvida;

Flanco: lado direito ou esquerdo de uma tropa.⁶²

Sempre que o serviço começa, o comandante coloca a tropa em posição de *sentido*. Os exercícios feitos a pé têm por objetivo estimular a destreza, o vigor físico, o aumento da resistência, fazendo uso das armas no serviço de guarnição. O movimento com a baioneta, por exemplo, deve ser rápido e executado com rigor e precisão.

Esse regulamento explica como o soldado deve proceder em *sentido*, *descansar*, *direita* (*esquerda*) *volver*, *meia volta volver*, *marca-passo*, *em frente*, *trocar-passo*, entre outros, com ou sem arma. Ensina os movimentos para o tiro, o uso da espada, da baioneta,

⁶⁰ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 19.

⁶¹ BUCHALET, op. cit. nota 59.

⁶² Regulamento para os exercícios, emprego e tiro de artilharia. Decreto n. 14.891 de 28.06.1921. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército, p. 5-8.

da pistola, da metralhadora e da granada de mão. Após os homens estarem adestrados nesses movimentos e conhecerem a forma de utilização das armas, é que se passa à instrução em conjunto.

Este decreto regulamenta também o funcionamento das ligações entre a aviação, o comando, e a tropa, nas diversas armas. Faz um estudo dos campos de aterrisagens e cita as várias ligações entre as tropas por meio de aviões estafetas, bicicletas, motocicletas, telefone, rádios terrestres, entre outros. Estabelece as condições de tiro dos aviões sozinhos ou em esquadrilha, os tiros simultâneos com muitas baterias; explica o alfabeto Morse, os códigos para comunicação à noite, os sinais de serviço e os sinais convencionais de regulação:

Sinais Convencionais de Regulação⁶³

Fogo	oo-o
A. Direita	-oo
A. esquerda	Oooo
Curto	-o-o
Longo	o-oo
Bom em Direção	-ooo-oo
Bom em Alcance	-oooo-

O decreto n. 14.756, 23.03.1921, regulamentava os exercícios, o emprego e o tiro da artilharia. A manobra e o poder de fogo são os aspectos predominantes na guerra moderna e, segundo o decreto, para obter bom êxito, é necessário que o assaltante, por seus próprios fogos, aniquile a resistência material ou moral do adversário e assim o prive de servir-se utilmente de seus meios de defesa.⁶⁴

A artilharia, por ser considerada a mais importante das armas, tem seu serviço minuciosamente trabalhado nos cursos da Escola de Aperfeiçoamento, possuindo decretos precisos sobre combate. A artilharia é a arma considerada mais poderosa; para conseguir o melhor desempenho é preciso empregar esse poder em massa e ter mobilidade do material, realizando, assim, manobras estratégicas e táticas. O poder dos fogos causa destruição material e moral, pois inquieta o inimigo e o mantém em constante insegurança.

O emprego e a manobra da artilharia variam muito, e cabe ao comando definir o tipo de operação a ser adotado: “O comando é o único responsável pelas ordens dadas. A artilharia a elas se subordina, embora daí resulte seu próprio sacrifício. Mas os

⁶³ Decreto n. 14.891, op. cit. nota 62, p. 67.

⁶⁴ Regulamento para os exercícios, o emprego e o tiro da artilharia, decreto n. 14.746, 23.03.1921, p. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.

comandantes de artilharia (...) devem esforçar-se por dar a sua arma o melhor rendimento, reduzindo-lhes as perdas ao mínimo”.⁶⁵ A proteção da artilharia está nos tiros dos canhões.

O chefe e seus subordinados devem estar em vigilância constante para evitar as dificuldades que se opõem ao combate; necessitam de iniciativa, resolução e espírito de solidariedade acurado, pois todos os homens de todas as armas, sejam soldados ou oficiais, são camaradas de combate.

O objetivo da artilharia é a destruição do inimigo; ela abre caminho para as outras armas; neutraliza os ataques do adversário e procura causar-lhe perdas. A artilharia leve compreende as armas de pequeno calibre e fraca potência; a artilharia pesada é composta por material de grande alcance e com grande velocidade.

Mesmo com a difusão das idéias pacifistas nas conferências mundiais, o Brasil mantém seu projeto de melhor equipar-se e continuar importando armamentos. Em 1922, ocorre, em Washington, uma reunião do Conselho Diretor da União Pan-Americana, na qual o Chile apresenta um projeto para redução de armamentos, diminuindo igualmente os gastos militares e navais. O Brasil não concorda com redução em proporções iguais, pois, devido à sua extensão territorial, precisa de maior quantidade de armas para a defesa da extensão de suas fronteiras.

As autoridades brasileiras reconhecem o desenvolvimento armado dos países vizinhos, tais como a Argentina e o Chile, o que impulsiona seus planos de expansão armada. A Argentina possui a completa e forte organização militar, dispondo de pessoal e apto material para a mobilização, da mesma forma como o Chile.⁶⁶

Os meios para formar uma nação vigorosa e nacional estão concentrados na política interior, é ela que determina a estratégia e a tática do Estado e do Exército. Na análise de Guibert, o que faz uma nação ser respeitada e o que a sustenta *é a constituição militar*.⁶⁷

O Brasil decide recorrer ao apoio da França para profissionalizar seu quadro de militares e ter um exército forte e coeso. A necessidade de aprimorar as técnicas e melhorar o equipamento bélico leva o governo a contratar uma missão militar para instrução e preparo de graduados e oficiais.

⁶⁵ Regulamento para os exercícios, o emprego e o tiro da artilharia, decreto n. 14.746, 23.03.1921, op. cit. nota 64, p. 12.

⁶⁶ Correspondência de Salat, op. cit. nota 35.

⁶⁷ GUIBERT, Comte Jacques. *Essai général de tactique*. Paris: Economica, 2004. p. 47.

3 Missão Militar Francesa: de seus primórdios ao fim da administração Gamelin (1919-1924)

Em meados de 1900, a França é um dos países mais ricos do mundo. A lei de 1889 estabelece o serviço militar obrigatório de três anos e assegura ao exército francês um efetivo de 479.000 homens em tempos de paz, em contrapartida aos 556.000 homens do exército alemão.¹ As idéias doutrinárias francesas provêm dos ensinamentos de Napoleão, envolvendo questões como a economia de forças, a divisão do exército em corpos ou grandes unidades, a utilização de trens para abastecimento da tropa, o emprego de serviço de espionagem, a manutenção do segredo nas operações, a divisão dos teatros de operações em principal e secundários, o princípio da estratégia imutável, a liberdade de ação, entre outros.²

O tratado de Versalhes, assinado após a primeira Guerra, acarreta, por influência da França, pesadas perdas à Alemanha, pois, no momento em que esse acordo é firmado, as forças militares e políticas estavam ao lado da França. Mas, como bem pontua Poidevin: “as forças profundas e potenciais, demográficas e econômicas estavam do lado da Alemanha. Este desequilíbrio era muito perigoso”.³ A Alemanha é então desarmada, perde possessões e tem seu território inspecionado por uma comissão militar dirigida por um general francês.

Mas no período entreguerras, com o aumento das tendências pacifistas, o exército francês reduz o seu efetivo, devido à desvalorização dos soldos, o que passa a incentivar as demissões. Conforme Girardet, há 35.222 oficiais no exército em 1924; 31.483, em 1930; e 28.000, em 1936.⁴ A situação dos militares franceses só melhora na década de 30, devido à ameaça nazista: “A partir dos anos 1937 e 1938, diante de uma situação internacional cada

¹ POIDEVIN, Raymond. La puissance française face à l'Allemagne autour de 1900. In: POIDEVIN, Raymond (org). La puissance française a la belle époque: mythe ou réalité ? Paris: Complexe, 1989. p. 233.

² AZEVEDO, Pedro Cordolino. História militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

³ POIDEVIN, Raymond. L'Allemagne et la France au lendemain de la Premier Guerre Mondial. In: Les relations franco-allemands (1815-1975). Paris: Armand Colin, 1977. p. 238.

⁴ GIRARDET, Raoul. A sociedade militar de 1815 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000. p. 207.

vez mais angustiante, o Exército parece, então, ocupar o centro das preocupações francesas. A propaganda oficial trata de realçar-lhe a popularidade e o prestígio”.⁵

A vida militar na França é centrada nos regulamentos que devem ser obedecidos. Os membros do exército compõem então um tipo de sociedade completamente isolada, fechada a toda e qualquer influência estrangeira. Segundo Girardet, o oficial define-se: “essencialmente por um conceito bem determinado de honra e de dever, por uma completa submissão a um certo tipo de ideal moral”.⁶

As idéias francesas de liberdade, igualdade e fraternidade aplicam-se apenas à população civil, pois, para os militares, a democracia é antagônica ao espírito militar.⁷ Segundo Girardet: “Uma indiscutível grandeza está ligada à moral e a obediência passiva. A aceitação total das leis da disciplina militar pode ser uma forma de renúncia, de esquecer por completo de si mesmo diante de exigências mais altas”.⁸

O exército, na ótica de Girardet, representa uma pirâmide hierárquica com um chefe supremo no ápice e os subordinados na base. Na Terceira República francesa, os militares passam a não ter direitos políticos, nem o poder de candidatar-se a nenhum cargo; perdem até mesmo o direito de votar nas eleições.

De 1872 a 1945, os militares não têm o direito ao voto, e a lei de 10.11.1875 retira-lhes o direito de participação em atividades políticas. A honra e a virtude provêm dos feitos militares, aliados à bravura, à inteligência e à capacidade física.

3.1 Envio da Missão Militar Francesa para o Brasil

A França, no início do século XX, inicia uma política de envio de missões militares para os países que precisavam organizar suas forças armadas. Na década de 1920, a França, em seu desejo de expansão, envia missões militares ao Brasil, Uruguai, Guatemala e Peru, e também missões de aviação ao Brasil, Equador, Peru e Venezuela.

⁵ GIRARDET, Raoul, op. cit. nota 4.

⁶ GIRARDET, Raoul. *La société militaire dans la France contemporaine: 1815-1939*. Paris: Plon, 1953. p. 93.

⁷ A sociedade civil e a sociedade militar francesa eram bem diferentes, enquanto os civis defendiam idéias liberais, como as da Revolução Francesa, os militares obedeciam às normas hierárquicas da instituição e não tinham nenhum direito político, nem mesmo ao voto, era “la Grande Muette”.

⁸ GIRARDET, op. cit. nota 6, p. 106.

Conforme análise de Blay, a presença militar francesa em outros países, promove e auxilia a influência da França: “era essencial para manter a frágil preponderância da França no mundo”.⁹ A Alemanha também se interessa pelo envio de missões militares; daí a disputa entre os dois países, pois a França quer conquistar mercados consumidores, fazendo frente à expansão alemã.

No desejo de expandir sua influência militar e cultural no mundo, segundo Blay: “O General Gamelin impôs aos alunos oficiais uma bibliografia em francês de 224 volumes para guiar sua reflexão num sistema de referências dominado por um modelo francês”.¹⁰ Os franceses articulam-se para promover a difusão de sua cultura, embora seu principal objetivo seja a venda de material bélico. Em 1920, Gamelin publica, em português, regulamentos de campanha e de artilharia, com vistas a facilitar a exportação de armas.

O governo brasileiro, desde o governo de Hermes da Fonseca, deseja contratar uma missão militar estrangeira, pois, já então, envia jovens militares brasileiros para realizarem cursos no exército alemão. Mas, embora o Exército Brasileiro almeje a contratação da missão, não deseja que ela interfira no EME.

A inclinação brasileira inicial é pela contratação da missão alemã. Em setembro de 1908, uma comitiva de brasileiros embarca para Berlim com essa finalidade. Composta pelo Marechal Hermes da Fonseca, pelo presidente da República, pelo general de Divisão Luiz Mondez de Moraes, pelo major Tasso Fragoso e pelo capitão Deschamp Cavalcanti, eles acreditam que: “o Exército alemão deve servir de modelo para a reorganização atual do exército brasileiro”.¹¹

Os representantes franceses, vendo perigo no avanço alemão em direção à instrução dos militares brasileiros, começam, em 1910, a abrir precedentes com vistas a permitir a entrada dos brasileiros nos quartéis da França. O ministro das Relações Exteriores da França, Stéphen Pichon, anuncia a decisão favorável ao ministro da Guerra da França: “o Ministro da guerra me expôs as considerações que são favoráveis para a organização de um

⁹ BLAY, Jean Pierre. La mission militaire française : son influence intellectuelle et technologique dans la formation des écoles militaires brésiliennes (1919-1940). In: Guerres mondiales et conflits contemporains: propagande et conditionnement des esprits au XX siècles. Paris: Revue Trimestrielle d’Histoire, p. 97, 1995.

¹⁰ id., ib., p. 97.

¹¹ Correspondência do ministro das Relações Exteriores do Brasil para D’Anhouard, ministro plenipotenciário da França no Brasil, Rio de Janeiro, 07.09.1908. Nantes: Arquivo do MRE, série A.

novo processo para admitir oficiais estrangeiros em nossas diferentes escolas militares”¹²
Dois anos mais tarde o governo francês oferece ao governo brasileiro maior admissão dos militares em suas escolas:

Nós estamos dispostos a acolher toda a demanda do governo federal com intuito de nos fazer participar de alguma forma na educação do exército brasileiro. (...) O Ministro da Guerra decidiu admitir em grande escala em nosso exército os oficiais brasileiros que seu governo possa nos enviar.¹³

A França deseja expandir sua influência no Brasil, mesmo em tempos de guerra, e um dos melhores meios para atingir esse objetivo é a oferta de instrução aos militares, mesmo que, para tal fim, seja preciso receber oficiais brasileiros nas escolas francesas¹⁴. Embora não seja um país que recebesse receptivamente estrangeiros no seio da instrução militar, ela começa a ponderar sobre essa possibilidade inusitada, com vistas a angariar a confiança do Brasil e exercer sua influência no país.

Com a deflagração da Primeira Guerra, os países europeus perdem as condições de disputar missões militares na América Latina, ficando esse assunto em suspenso até o final do conflito, que, em seu desfecho, coloca a França em evidência mundial, alterando, com isso, a decisão brasileira inicial pela contratação da missão militar alemã.

A vitória francesa é, assim, um fator decisivo na opção brasileira pela missão militar oriunda da França. Entre outras razões, estão ainda o fato de a burguesia brasileira estar voltada para França e conhecer o idioma; de os alemães haverem perdido prestígio com a derrota na Primeira Guerra Mundial; e de o eixo econômico europeu centrar-se, na ocasião, no eixo França e Inglaterra, países que podem auxiliar o Brasil financeiramente.

A França impressiona o Brasil, após seus quatro anos de combate na Primeira Guerra. Além disso, logo que acaba o conflito, a França preocupa-se em restaurar sua economia, priorizando, por esse motivo, o envio de missões de instrução a países que precisam desenvolver seu exército. Segundo Salkin, são confiadas cinco funções a esses militares:

¹² Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para Gaillard Lacombe, embaixador da França no Brasil, Paris, 08.10.1910. Nantes: Arquivo MRE, série A (grifos do autor).

¹³ Correspondência do mistro das Relações Exteriores da França para Lavalande, ministro penipotenciário da França no Brasil, Paris, 22.01.1912. Nantes: Arquivo MRE, série A.

¹⁴ Documento n. 824 da Legação da França, Rio de Janeiro, 24.10.1918. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 26, 174-2. A legação da França no Brasil se transformou em embaixada em 1919.

Representação: (...) simbolizavam a vitória de nossas armas; Informação: pesquisa sobre as forças armadas locais; Instrução (...); Organização: sem dúvida a mais delicada (...). Como fazer admitir a tal general latino-americano, sem que ele perca a honra, de adotar todas medidas possíveis propostas por um coronel francês situado junto dele como chefe de Estado Maior ou como conselheiro técnico; Promoção de vendas de materiais: Em 1919 a França tinha a preocupação de escoar o mais rápido seu estoque de armamentos, munições e material diverso que ela constituiu ao longo dos anos precedentes. Ela tinha a convicção que se livrando deste comércio, ela fomentaria sua economia paralisada à quatro anos.¹⁵

No período entre 7 de dezembro de 1917 e 15 de janeiro de 1918, o major Fanneau de la Horie realiza uma viagem ao Rio Grande do Sul, percorrendo as cidades de Marcelino Ramos, Santa Maria, Cruz Alta e Porto Alegre, o que demonstra o interesse francês pelo Brasil e pelos conflitos de fronteira que o país poderia ter. Como aponta Horie: “Santa Maria no pé da montanha tem importante estrada de ferro, é o centro de gravidade do Rio Grande e um ponto estratégico dos mais importantes em caso de conflito com a Argentina”.¹⁶

O governo brasileiro, em 1918, contrata uma missão francesa de aviação para instruir os pilotos, composta, de acordo com Malan: “de três oficiais, um sargento ajudante e especializado em fotografia aérea e cinco sargentos mecânicos”.¹⁷ O primeiro chefe dessa missão, em 1918, é o capitão Magnin; em 1920, passa a ser o capitão De Séguin. A lei brasileira de 7.01.1919 autoriza o Brasil a contratar uma missão estrangeira para o Exército, e a lei de 28.05.1919 estabelece, já em seu artigo primeiro, que essa missão seria francesa: “art. 1. O governo contratará na França, para fins de instrução no Exército, uma missão militar (...). Art. 2. O chefe dessa missão servirá junto ao EME na qualidade de assistente técnico, e terá a superintendência de todos os assuntos confiados à missão”.¹⁸

O presidente da República, Epitácio Pessoa, é o propulsor da vinda da Missão Militar Francesa (MMF) para o Brasil. Segundo Gamelin, trata-se de: “homem inteligente e enérgico, de espírito aberto a todas grandes questões. (...) Ele estava sendo auxiliado por

¹⁵ SALKIN, Yves. *Présence et influence militaires françaises en Amérique Latine de 1919 a 1940.* (tese de doutorado). Paris: Sorbonne I, 1983. p. 34-38.

¹⁶ Relatório sobre a viagem de Fanneau de la Horie ao Rio Grande do Sul. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 20, 172-2.

¹⁷ MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro.* Rio de Janeiro: Bibliex, 1988. p. 16.

¹⁸ O projeto 425 foi aprovado por 93 votos contra 21, sessão de 23.12.1918. Brasília: Biblioteca do Supremo Tribunal Militar.

um brilhante deputado de Minas gerais, Pandiá Calógeras, apaixonado pela questão militar”.¹⁹

Calógeras, ministro da Guerra de Epitácio, é filho de professor de origem grega, trazido para o Brasil pelo Imperador Dom Pedro II, e de mãe com ascendência francesa. Epitácio Pessoa e Calógeras são figuras determinantes para a vinda da MMF para o Brasil.

Gamelin, antes da assinatura oficial do contrato, viaja ao Brasil para obter todas informações sobre o país: sua história e cultura, o exército, a população, o clima, o relevo, os meios de transporte, as linhas férreas, os portos, os rios, as áreas estratégicas; deseja, principalmente, fornecer ao ministro da Guerra da França uma série de dados importantes ao estabelecimento dos planos de instrução nas escolas militares.

O Rio Grande do Sul é um dos primeiros locais visitados por Gamelin, por sua importância estratégica, e pelas suas interessantes fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Ao retornar dessa viagem, ele elabora o projeto de instrução e reorganização do Exército. Como o terreno da zona fronteira é plano e descoberto, Gamelin aconselha o uso de metralhadoras Hotchkiss e dos canhões Saint Charmont. Sugere que a missão seja composta pelos seguintes cargos:

Coronel sub-chefe da missão: para comandar a Escola de Estado Maior e dirigir os Cursos de Altos Estudos; Major de Estado Maior: para ser o chefe do Estado Maior da missão; Oficial técnico de artilharia (capitão): para trabalhar na fabricação de diversos materiais, inclusive da infantaria; Engenheiro para serviço de Pólvoras: para coordenar as questões referente à pólvora; Na Escola de Estado Maior: Um professor para cada arma; Na Escola de Aperfeiçoamento: um tenente coronel para ser o comandante e um oficial de cada arma para dar instrução; Oficial de Infantaria Técnico em ogivas de infantaria (tenente); Oficial de artilharia (tenente): instrutor técnico; Oficial de engenharia; Oficial de serviço telegráfico.²⁰

Um dos primeiros objetivos do Exército, com a vinda da missão, é a reorganização das escolas de instrução, em especial, da Escola de Aperfeiçoamento dos Oficiais, o que leva os franceses a afirmarem que: “parece limitada esta reorganização”.²¹ Apenas dar instruções e reorganizar escolas é tarefa demasiado restrita para um país como a França que deseja vender seu excedente de guerra e ainda pretende, como afirma Gamelin: “sentar

¹⁹ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre a ação da MMF no Brasil, Rio de Janeiro, jan. 1919 a jan. 1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

²⁰ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre sua viagem ao Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, 11.06.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

²¹ Diretivas para o chefe da Missão Francesa no Brasil. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 30, 174-5.

definitivamente nossa influência militar no Brasil.²² Gamelin constata tanto a ausência de exercícios práticos de terreno e de manobras com armas, como a total inexistência de mobilização: a infantaria ignora o combate de fogo, não há corpo de oficiais e nem de reserva aptos ao serviço. Registra, enfim, que há muito por fazer em todos os domínios.

Em 1918, o Brasil recebe o primeiro adido militar da França: Ploton. E, em 1919, possui já três missões militares francesas em seu território: a Missão do Estado de São Paulo; a Missão de Aviação e a MMF. Essas missões têm ação independente uma da outra; não há ligação hierárquica entre os três chefes: apenas em 1924, quando o Capitão De Séguin deixa o Brasil, a Missão Militar de Aviação passa a fazer parte da MMF.

O ministro das Finanças do Brasil, Azevedo Marques, assinala três pontos especiais a serem executados pela França, envolvendo favoravelmente as negociações da missão: a baixa das tarifas aduaneiras sobre o café, a multiplicação de meios de transportes entre os portos francês e brasileiro, e a criação, no Rio de Janeiro e em São Paulo, de uma loja de arte francesa, onde seriam oferecidos aos compradores brasileiros as grandes manufaturas francesas e as obras dos melhores artistas.

Os países latino-americanos não escapam à crise financeira do pós Primeira Guerra, o que prejudica as exportações francesas. No caso brasileiro, entretanto, a França tem um acordo, desde 1900, que beneficia os produtos franceses com a cobrança de taxas mínimas, ou seja, a França já possui concessões financeiras do Brasil, mesmo antes da contratação da MMF.

Embora o ministro brasileiro tenha anunciado essas medidas em favor da França, Magnin alerta: “o ensino de nossa língua é um dos melhores meios de salvaguardar nossos interesses. Eu não deixei de visitar todos os estabelecimentos franceses”.²³ Toda influência que se propaga pelo meio cultural é mais duradoura, porque está intrinsecamente associada ao recorte intelectual do indivíduo.

Os franceses consideram que o Brasil passa por demasiadas crises financeiras. Em 1923, por exemplo, o Brasil acumula um déficit de 229.955 contos de réis, não há equilíbrio financeiro, a inflação aumenta e as importações são extremamente caras. Assim, as despesas com as grandes obras necessitam de leis especiais, autorizando-as. Os

²² Diretivas para o chefe da Missão Francesa no Brasil, op. cit. nota 21.

²³ Correspondência do cap. Magnin, chefe da MMF de Aviação, para Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 06.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3378.

empréstimos feitos no exterior pelos estados federados causam dificuldades de créditos ao Brasil, pois eles, muitas vezes, pagavam irregularmente seus compromissos.

Na ocasião, uma das possíveis soluções seria a venda de ações do Banco do Brasil, mas como elas são inalienáveis, o conselho de acionistas reúne-se para votar alguma lei que permita essa venda. Evitar a especulação com o câmbio também é tarefa difícil, principalmente em um país que, basicamente, só exporta café. Mas, a riqueza do país depende dessa exportação, o que torna necessária uma forte política de desenvolvimento da produção. Para isso, não obstante, precisa-se de créditos no exterior.²⁴

O ministro da Guerra brasileiro, ao negociar a contratação da MMF, tem como objetivo primeiro a instrução, via organização e/ou reorganização das escolas. Não são esses, entretanto, os interesses franceses no acordo: “não se poderá esquecer que os serviços que nós vamos render ao Brasil instruindo e reorganizando seu exército, deve ter por conseqüência lógica o fornecimento de material de guerra”.²⁵ Enquanto o Brasil se preocupa com a instrução e profissionalização de seu efetivo militar, a França pretende obter superavit em sua balança comercial, vendendo a sucata que não mais lhe faz serventia.

Na base de planos de expansão de sua influência, está em primeiro lugar, o interesse francês na venda de material bélico para o Brasil: essa é a principal motivação da França para firmar o contrato de envio da missão. Como bem salienta Casenave: “nós temos múltiplas vantagens em fornecer o material de artilharia para o Brasil”.²⁶ Essas vendas de armamento teriam excelente repercussão nos países vizinhos ao Brasil, que poderiam, então, também se tornarem clientes da França.

Os membros da MMF costumam aconselhar os exércitos sob sua instrução a respeito dos melhores materiais a serem adquiridos, o que faz com que esses se dirijam aos fabricantes franceses para realizarem suas encomendas. Como explica Salkin:

(...) o fabricante apresentava o pedido ao ministro da guerra. O “serviço de cessão de material para o Estrangeiro” (SCME) instruía o negócio sobre o plano técnico e fornecia suas conclusões ao EME. Este escritório do estado maior dava seu parecer sobre esta oportunidade de venda e comunicava o dossiê ao Quai

²⁴ Relatório da Missão Financeira Inglesa no Brasil, Rio de Janeiro, jun. 1924. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3391.

²⁵ Diretivas para o chefe da Missão Militar Francesa, op. cit. nota 21.

²⁶ Correspondência de Casenave, embaixador da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.12.1918. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3391.

d'Orsay. (...) o Ministro das Relações Exteriores decide e envia sua decisão ao Ministro da Guerra que informa o representante diplomático. O fabricante e o cliente são, neste momento, autorizados ou não a seguir o processo de venda e aquisição.²⁷

Segundo a análise de Salkin, um dos pontos fracos da MMF é justamente o material bélico para exportação, pois as fábricas francesas não se empenham devidamente em vencer as concorrências internacionais e, ainda por cima, disputam o mercado entre si: “a rivalidade entre as sociedades Schineider e Saint-Chamond que disputam o mercado dos canhões de montanha; (...) a ineficácia do representante local da firma Hotchkiss, onde as metralhadoras são apreciadas (...) Apatia das sociedade de aeronáutica”.²⁸ Também há carência de chefes capacitados para serem enviados como comandantes das missões.

A dificuldade em encontrar um chefe apropriado para uma missão militar se deve ao papel que esse oficial deve desempenhar no país estrangeiro, pois dele se espera mais que o cumprimento militar de comando e instrução. Um chefe de missão deve desempenhar com destreza as funções de representante diplomático, ser capaz de angariar as simpatias locais e ter jogo de cintura suficiente para, sem atritos, desfazer qualquer resistência contra a presença de estrangeiros junto à força militar.

O chefe de missão deve possuir também um profundo conhecimento a respeito dos ofícios brasileiros que ocupam cargos de chefia no Exército. Assim, por exemplo, todos os principais integrantes do Exército Brasileiro têm sua ficha profissional minuciosamente examinada pelo governo francês. Vejam-se as informações colhidas sobre o general de divisão José Fernandes Leite de Castro:

- Idade de 65 anos
- pertence à artilharia
- Delegado pelo governo brasileiro para seguir as operações de guerra na França em 1916. Esteve ligado a um regimento de artilharia do 20. corpo, depois ao Estado Maior desta corporação, presidente da comissão de compras brasileira em 1929. Comandou o setor de artilharia de costa no Rio de Janeiro. Foi importante integrante na Revolução de 1930.
- Ministro da guerra de 1930 a 1932
- Nomeado, em maio de 1933, Presidente da Comissão Militar Brasileira na Europa, com sede em Paris.²⁹

²⁷ SALKIN, op. cit. nota 15, p. 38.

²⁸ id., ib., p. 39.

²⁹ Documento enviado para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 07.05.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3381.

A MMF começa seu trabalho e, já no final de 1920, Gamelin consegue a licença para a contratação de dois militares médicos, como instrutores na Escola de Saúde, e a renovação, por mais dois anos, da Missão Militar de Aviação.³⁰

3.2 Decretos e leis

A análise dos decretos, regulamentos, contratos e leis estabelecidas no Exército durante a permanência da MMF são importantes, porque nesses documentos estão contidos a doutrina militar e os processos de organização que, a partir de então, passam a vigorar no meio militar. Os regulamentos servem de base para a instrução aplicada nas escolas, e unificam os quadros e a tropa. Conforme A Defesa Nacional: “os regulamentos esboçam e definem (...) toda a doutrina, em suas linhas fundamentais: a fiel interpretação dela, porém e sua conseqüente aplicação são frutos de temas práticos envolvendo progressivamente o conhecimento de todas as armas e serviços”.³¹

A transformação ocorrida nos regulamentos leva em consideração os ensinamentos de guerra, os materiais disponíveis e as condições de emprego. Ela é dirigida pelo chefe de EME, auxiliado pelo chefe da MMF. Também não se pode deixar de assinalar que alguns regulamentos são cópias ou traduções dos que existem na França, o que significa, por vezes, um problema, porque carecem de uma adaptação à realidade brasileira, como é o caso dos regulamentos de pontes e minas.

São modificados ou criados³² pela MMF os seguintes regulamentos: regulamento para a direção das grandes unidades; regulamento para o Exército e o combate de infantaria; regulamento para instrução física militar; regulamento para exercício e combate de cavalaria; regulamento para os exercícios, combate e tiro de artilharia; regulamento para serviço do exército em campanha; regulamento para instrução dos quadros de tropa; regulamento para organização do terreno; regulamento para inspeções, revistas e desfiles; regulamento para emprego dos meios de transmissão; regulamento para organização geral

³⁰ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o gen. Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, sobre os resultados da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 19.08.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N3378.

³¹ Artigo. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano IX, n. 106, p. 294, jun. 1922.

³² Os regulamentos existentes foram modificados e atualizados segundo o entendimento dos franceses; os regulamentos que não existiam, mas julgados pertinentes pelos franceses, foram então criados.

dos serviços no exército; regulamento de minas; regulamento de pontes; regulamento reservado para o serviço de Estado Maior de Campanha; regulamento para o serviço da Intendência de guerra.

Todos esses regulamentos, não obstante, devem adaptar-se à realidade do Exército Brasileiro, pois “muitos regulamentos, em efeito, possuem apenas base teórica fundamentada sobre o material que é desejado (mas que no momento não existe)”.³³ Esses regulamentos fornecem ao Exército seu corpo de doutrina e possibilitam-lhe a operacionalização das manobras. Conforme Costa: “passamos a ter um corpo de doutrina, que a todos atingiu em função dos regulamentos que lhe davam autenticidade”.³⁴ Os corpos de tropa são transformados, em conformidade com as leis de 1919 e 1920.

Os regulamentos normatizam a conduta da tropa e dos oficiais, as formas de ascensão hierárquica, definindo a função de cada posto e de cada órgão e estipulando as divisões de unidades. Tratam, enfim, de todos assuntos pertinentes ao Exército, desde a administração até os exercícios práticos das unidades. É nos regulamentos que estão firmados os direitos e deveres do dia-a-dia de cada militar e de cada repartição; é neles que estão determinados os modos de funcionamento e de execução. Daí por que, em seu âmago, contêm a doutrina militar e a doutrina de guerra.

Assim, os regulamentos devem ser compatíveis com a capacidade de pessoal e de armamentos da instituição, ou seja, ter uma função prática. Caso contrário, as leis são inoperantes para a capacidade da instituição, sem nenhum valor prático ou moral. A modificação ou formulação de uma lei depende das condições reais de emprego da força.

3.3 Contrato da Missão Militar Francesa em 1919

Quando a missão comandada por Gamelin é contratada, tem a seguinte composição: um oficial general, um oficial de ordens para o chefe da missão, um oficial superior de Estado Maior, um oficial de artilharia, um engenheiro especializado em pólvora, um coronel subchefe da missão e comandante da Escola de Estado Maior. Para a EEM, prevê-

³³ Muitos desses regulamentos, com efeito, têm apenas base teórica, fundamentada sobre o material que se deseja ter (e que não existe no momento), Rio de Janeiro. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

³⁴ COSTA, Paulo Celso de. A missão francesa e a reformulação no Exército Brasileiro (monografia). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2001. p. 51.

se um oficial diretor de estudos, três oficiais professores, um da cavalaria, outro da infantaria e outro da artilharia, como docentes das respectivas escolas. Para a Escola de Aperfeiçoamento, conta-se com um oficial superior comandante da escola e três oficiais professores, um de cada arma (cav, art e inf), um oficial de cavalaria, um oficial de infantaria, um instrutor técnico de ogivas, um oficial de artilharia, um instrutor técnico, um oficial engenheiro, um oficial especializado em serviço telegráfico e rádiotelegráfico, um subintendente, diretor da Escola de Intendência, um veterinário, diretor da Escola de Veterinária, um segundo veterinário adjunto e um ferreiro. A missão compõe-se, assim, de 23 militares.³⁵

Os oficiais franceses usam uniformes do Exército Francês e lhes é conferida, no Exército Brasileiro, “a patente hierárquica superior à que ocupam na França. (...) O general chefe da missão terá o posto de General de Divisão e o sub chefe da missão terá o posto de general de brigada”.³⁶

O chefe da MMF presta assistência técnica ao chefe de EME, com vistas à instrução e organização do Exército. Ele deve ser consultado sobre todos os assuntos referentes à instrução, visto que a missão se ocupa especialmente da EEM, da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária.

Na segunda cláusula do contrato, há duas questões de grande importância para os dois países. A primeira delas preserva o espaço da missão: “Durante a presença da missão francesa, o governo brasileiro se compromete a não contratar outra missão estrangeira com finalidade militar, salvo técnicos para fábricas, arsenais e serviços geográficos do Exército”.³⁷ A segunda garante a reserva de mercado francês: “O Governo brasileiro dará preferência à indústria francesa na compra de material de guerra na condição da igualdade de valor técnico, o material ter preço idêntico ao proposto por outra potência, no mesmo prazo de entrega”.³⁸ Essa cláusula tem alto preço para o Brasil, pois toda vez que deseja comprar material de guerra fabricado por outro país tem que se justificar, com base nos três pontos exigidos pelos franceses: preço, qualidade técnica e prazo de entrega.

³⁵ Contrato da Missão Militar Francesa, 1919, art. 1. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

³⁶ id., ib., p. 2.

³⁷ id., ib., cláusula II, p. 3.

³⁸ id., ib.

Os membros da missão devem permanecer no Brasil por quatro anos e têm direito a uma indenização anual, de acordo com o posto hierárquico que ocupam³⁹:

Posto	Indenização
General, chefe da missão	65 contos de réis
Coronel, sub-chefe da missão	46 contos de réis
Ten cel	43 contos de réis
Major	36 contos de réis
Capitão	30 contos de réis
Tenente	25 contos de réis
Sub-oficial solteiro	12 contos de réis
Sub-oficial casado	16 contos de réis

Os integrantes da missão, antes de deixarem a França, recebem, por intermédio da legação do Brasil em Paris, os valores referentes aos gastos de viagem de Paris para o Rio de Janeiro, em primeira classe para os oficiais, e, em segunda classe para os sub-oficiais, o mesmo devendo acontecer em seu retorno. Também ganham uma indenização para as despesas com equipamentos e instalação, que variam de acordo com a patente militar⁴⁰:

Posto	Indenização
Chefe da missão	7.600 francos
Oficial superior	5.000 francos
Oficial subalterno	3.500 francos
Sub-oficial	1.500 francos

O chefe da missão tem um carro à sua disposição e outros dois carros são colocados à disposição dos oficiais da missão para usar em serviço. A França, em caso de guerra, se reserva o direito de chamar os membros que estão no Brasil, com o devido consentimento do governo brasileiro.

Na possibilidade de haver rescisão contratual, fica estipulado o seguinte: se a rescisão for pedida pelo governo brasileiro, os oficiais terão direito a uma indenização equivalente a um ano de soldo, acrescida da indenização indicada no art. VII.⁴¹ Caso o desligamento ocorra pelo governo da França, este terá de pagar a viagem de regresso dos militares franceses a Paris. Em situação de guerra, os militares devem retornar imediatamente à França, caso haja solicitação do governo francês.

³⁹ Contrato da Missão Militar Francesa, 1919, op. cit. nota 35, art. 6, p. 4. Apenas para ter uma idéia de valores no período, um padeiro recebia 15 mil réis por mês, um operário recebia 3 mil réis por mês e uma dúzia de laranjas custava 400 réis. Fonte: www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=261. de 10 de agosto de 2008.

⁴⁰ Contrato da Missão Militar Francesa, 1919, op. cit. nota. 35, art. 7, p. 5.

⁴¹ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 30, p.6.

Esse contrato é assinado, em 8 de setembro de 1919, pelo enviado extraordinário do Brasil a Paris, Régis de Oliveira e pelo presidente do Conselho, ministro da Guerra da França Clemenceau. Os chefes da MMF ocupam a pasta de general, com exceção de Baudouin que vem como coronel. O primeiro contrato da MMF estipula sua composição em um oficial general, 35 oficiais e 6 suboficiais.

Sempre que o chefe da MMF percebe a necessidade de substituir ou ingressar um novo integrante à missão, ele solicita ao Estado Maior francês que lhe envie a ficha de prováveis militares aptos ao serviço. Na ficha constam, resumidamente, os serviços prestados, as notas obtidas nas escolas francesas, sua arma, idade, posto e origem.

Relação dos membros da MMF 1919-1924⁴²

Função	Nome e sobrenome	Arma	Origem, Formação	T. D	Posto no Exército BR.
Gen. chefe da Missão	GAMELIN, Maurice		St. Cyr	gen. brig.	gen. brig.
Chefe de E. M	LELONG, Albert	Inf.	St. Cyr	maj.	ten. cel
Of. De E. M.	PETIBON, Jean	Inf	St. Cyr	maj.	maj.
Com. esc. E. M.	DURANDIN, Eugène	Art.	Politécnico	ten.cel.	cel
Prof. Tática	DEROUGEMENT, Maurice	Inf	St. Cyr	chefe de brigada	ten. cel
Prof. Curso Inf.	BARRAND, Gabriel	Inf.	St. Cyr	chefe de brigada	ten. cel
Prof. Curso Art.	PASCAL, Ferdinand.	Art	Versalhes	cap.	ten. cel
Prof. Curso de Cav.	CHAVANE DE DALMASSY, Henri	Cav.	St. Cyr	cap.	maj.
Prof. Equitação	GIFFON, Paul	Cav.	St. Cyr	cap.	maj.
Com. Esc. Aperfeiçoamento	BARAT, Albert	Inf.	St. Cyr	ten. cel.	cel.
Prof. Curso Eng.	THIERERT, Loius	Eng.	Politécnico	cap.	maj.
Prof. Curso Eng.	GUERIoT, Jean	Eng.	Politécnico	cap.	maj.
Prof. Curso de Inf.	DUMAY, Raymond	Inf	St. Cyr	cap.	maj.
Prof. Curso Cav.	PICHON, Paul	Cav	St. Cyr	cap.	maj.
Prof. Curso Art.	BERSARD, Pierre	Art	Fontainable	cap.	maj.
Prof. Equitação	DE PAUL, Marcel	Cav.	St. Cyr	ten.	cap.
Adjunto Curso de Art.	COURANT, Auguste	Art.	aluno aspirante	ten.	cap.
Adjunto Curso Inf.	LEMEHAUTE, François	Inf.	aluno aspirante	ten.	cap.
Com. Esc. Intendência	BUCHALET, Louis	Intendência	Escola de Intendência	sarg. intendente	sarg. intendente
Prof. Curso Adm.	SALY, Sébastien	Adm.	Escola de Adm.	of. adm 2. Cl	of. adm 1. Cl
Adjunto Curso de Adm.	FAUVELET, Joseph	Adm	Escola de Adm.	of. adm	of. adm
Ser. Saúde	MARLAND, Louis	Ser. Saúde	Escola de Saúde	méd. 1. Cl	méd.

⁴² Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3381.

Ser. Saúde	BOUISSOU, Jean	Ser. Saúde	Escola de Saúde	méd. 2. Cl	méd 1. Cl
Com. Esc. Vet.	MARLIANGEAS, Henri	Ser. Vet.	Alfort	vet. 2. Cl	vet. 1. Cl
Prof. Esc. Vet.	DIEULOUARD, Paul	Ser. Vet.	Alfort	vet. 1. Cl	vet. 1. Cl
Com. Esc. Av.	DE SEGUIN, Louis	Av.	St. Maixent	cap.	ten. cel.
Prof. Esc. Av.	ROSWAG, Jean	Av.	Fontainable	cap.	maj.
Instrutor	LAFAY, Etienne	Av.	Fontainable	ten	cap.
Instrutor	DUMONT, Hubert	Av.	Fontainable	ten.	cap.
Serviço de Pólvora	NICOLETIS, John	Polvóras	Politécnica	eng. 1. Cl	eng.

Considera-se relevante mostrar este quadro com a procedência dos militares franceses e seus postos de origem, pois, conforme o contrato da MMF, os elementos que vêm ao Brasil, passam a ocupar patente superior e têm, logicamente, melhor remuneração. Esse fato significa um atrativo para a vinda ao Brasil.

3.4 Obstáculos enfrentados pela Missão Militar Francesa

Gamelin, sem dúvida, faz jus ao cargo de chefe da MMF, pois tem conhecimento e formação para desempenhar suas funções como militar e como representante diplomático. Ele, logo que chega, percebe não ser bem quisto pelo alto comando: “Eu percebi rápido que quase em totalidade, os representantes do alto comando viam negativamente as instruções”.⁴³ A primeira medida considerada pelos franceses como ofensiva é o fato de terem sido impedidos de desembarcar no Rio de Janeiro, ficando em quarentena na Ilha Grande, por razões sanitárias.

De acordo com Gamelin, os adversários fazem uma concentração em bloco em torno de Bento Ribeiro, chefe do EME; alguns são totalmente germanófilos. Conforme Mc Cann: “O Exército Brasileiro estava sendo refundido segundo o modelo francês, para tristeza dos militares mais nacionalistas e daqueles que estavam convencidos da superioridade do equipamento e dos métodos alemães”.⁴⁴

Em 1919, o embaixador francês informa sobre o envolvimento notório de quatro brasileiros. São eles: o general Alberto Cardoso de Aguiar, o coronel Amaro Cavalcanti, o capitão Souza Reis e o prefeito do Distrito Federal, Lauro Muller.⁴⁵ De fato, a atmosfera

⁴³ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 19.

⁴⁴ MC CANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército Brasileiro. In: Revolução de 1930 – Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1983. p. 218.

⁴⁵ Correspondência de Casenave, embaixador da França no Brasil, para Stephen Pichon, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, s.d. Paris: Arquivo MRE, dossiê 13, 172-1.

geral não é favorável aos franceses, que encontram forte oposição, principalmente no EME, que procura barrar as medidas e propostas idealizadas pela missão. Alguns militares escrevem cartas de protesto contra a atuação da MMF, como é o caso do major Chaves:

(...) o contrato é oneroso e nem todos oficiais franceses estão á altura do respectivo vencimento, que em geral são enormes! Há oficiais como o general Durandin (na França coronel) que nunca deram uma aula (...). Há oficiais que recebem um dinheirão para ensinar equitação a oficiais, que por saberem tanto como o instrutor, este vai uma vez por semana. (...) O general Gamelin é a confusão personificada.⁴⁶

O contrato é realmente oneroso, devido às vantagens que os franceses possuem com gastos de passagens, mudanças e indenizações a que têm direito. De acordo com o estabelecido no contrato, os franceses passam a ocupar uma patente superior a que possuem no exército francês.

Os militares franceses encontram, assim, alguns obstáculos para cumprir sua função. O primeiro deles é o próprio país que, com suas rudes condições materiais, pouco oferecia; os terrenos são vastos; há instabilidade política, intrigas, revoluções e acirrada concorrência internacional. Além disso, os oficiais mais antigos não aceitam a instrução e pensam que não há nada para mudar no Exército, procurando colocar, no caminho de Gamelin, todos os empecilhos possíveis. Mas, na visão do embaixador Casenave, o pior de tudo é que: “O exército do Brasil não existe, nenhum de seus serviços está organizado e nem em via de organização, nenhum oficial brasileiro tem a menor idéia e nem se dão conta de sua importância e de sua existência”.⁴⁷

O ano de 1920 começa em clima hostil para os membros da MMF, o que limita sua ação e, conseqüentemente, sua influência no meio militar. Gamelin percebe que há um grupo com interesses na instrução: “Um certo número, os mais inteligentes, quer nos usar o mais rápido possível, sem dúvida com o pensamento de poder se livrar de nós, logo que seja possível. É certo que é com esta carta que devemos jogar, porque é o que nos permitira

⁴⁶ Correspondência do maj. Chaves para o Estado Maior do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 19.07.1919. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, estante 80, maço 19.

⁴⁷ Correspondência de Casenave, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.02.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

fazer um trabalho tangível”.⁴⁸. Os poucos que aceitam a instrução, fazem-no na intenção de aprender as lições. Assim, os franceses trabalham em um ambiente inóspito.

3.4.1 Desavenças entre Bento Ribeiro e Gamelin

As desavenças intensificam-se com a visita dos soberanos belgas ao Brasil: durante essa visita, os integrantes da MMF devem participar da solenidade de recepção, juntamente com o EME, mas Bento Ribeiro não os convida. Esse fato contraria o contrato, o que faz Gamelin advertir o chefe de EM através de seu chefe de gabinete: “se eu não for convocado a meu lugar protocolar, meus oficiais e eu nos absteremos da revista”.⁴⁹

Na última alínea do art. II do contrato, está especificado que: “o general chefe da MMF terá lugar nas cerimônias oficiais com o sub chefe da missão e os oficiais a sua disposição imediatamente após o chefe de Estado Maior do Exército Brasileiro”.⁵⁰ Somente mediante essas reclamações, Gamelin recebe o convite para a revista das tropas e o ministro da Guerra, Calógeras, coloca Bento Ribeiro a pé e não a cavalo, sob pretexto de receber os reis Belgas.

O importante neste episódio, para os franceses, é que, durante a revista, Gamelin vem logo atrás do chefe do EME, como está estabelecido no contrato, respeitando-se, assim, o cumprimento das regras estabelecidas. Dessa forma, o incidente se resolve satisfatoriamente para os membros da MMF.

No relatório do chefe do EME, Bento Ribeiro, para o ministro da Guerra, ele se posiciona contra algumas medidas adotadas pelo conselho de Gamelin a respeito do funcionamento das Escolas Militares criadas pela MMF, medidas essas aceitas pelo ministro da Guerra e também pelo EME.

Gamelin escreveu para Bento Ribeiro dizendo que não considera oportuno criticar medidas que ele mesmo havia consentido. Bento pede demissão, e a imprensa passa a mover forte campanha contra a França, dizendo que os oficiais franceses se interessam em ganhar altos soldos e fazer economia. Soma-se às desavenças entre Gamelin e Bento

⁴⁸ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.03.1920. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

⁴⁹ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.09.1920. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

⁵⁰ id., ib.

Ribeiro, o fato de o ministro da Guerra, Calógeras, ser um civil, o que desagradava alguns militares brasileiros.⁵¹ Estes pensavam que a pasta da guerra deveria ser administrada por um militar, conhecedor dos problemas e da rotina da vida nos quartéis.

Entre os oficiais, o cap. Bertoldo Klinger, é considerado o braço direito de Bento Ribeiro. Trata-se de um dos jovens turcos, acusado de ter ligação com alemães e ascendência sobre Bento Ribeiro contra a expansão da influência francesa no meio militar. Por isso, o capitão é enviado como adido militar no Peru, na tentativa de afastá-lo do EME. Segundo Carone:

(...) a vinda da MMF, do General Gamelin, provoca descontentamento; a simpatia pelo ensino tático alemão e a admiração pela Alemanha são algumas das razões dessa atitude. Mas a vitória aliada em 1918 produz no mundo toda admiração pelos franceses; a vinda dos gauleses faz com que Bertholdo Klinger e outros militares entrem em choque com os oficiais estrangeiros.⁵²

Um dos jornais que fazem oposição à MMF está a Gazeta de Notícias, que publica um artigo, instigando a população contra a ação dos militares franceses no país: “explorar os sentimentos de amor próprio nacional contra os oficiais franceses e demonstrar que o exército brasileiro não tem nada a aprender com as instruções estrangeiras”.⁵³

Devido a esses desentendimentos e pressões, Bento Ribeiro demite-se em caráter irrevogável. O general Barbedo, comandante da Divisão do Rio de Janeiro, tenta organizar uma manifestação de solidariedade, mas não é seguido por seu corpo de oficiais, ficando sozinho⁵⁴. Gamelin lamenta apenas que o Exército não o tenha substituído por um oficial mais jovem: a antiguidade continuou a triunfar: “os generais nomeados não nos são hostis, mas são homens muito velhos intelectual e fisicamente, incapazes de assimilar as novidades”.⁵⁵

Apesar de nos relatos de Gamelin constar apenas essa iniciativa do general Barbedo, McCann faz a seguinte afirmação sobre o episódio: “o Chefe de Estado Maior achou que

⁵¹ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 23.02.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

⁵² CARONE, Edgard. A república velha. Brasília: UnB, 1970. p. 342.

⁵³ Correspondência de Conty, op. cit. nota 51.

⁵⁴ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.05.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

⁵⁵ id., ib.

Gamelin estava usurpando sua autoridade e renunciou, quase provocando um motim dos oficiais”.⁵⁶

A imprensa não deixa esse episódio passar despercebido e acusa a MMF de ganhar a vida às custas do Brasil, colocando os oficiais franceses na condição de imperialistas estrangeiros. O jornal *A Razão* faz o seguinte alerta: “não pense o chefe da MMF, general Gamelin, que está de fato nas escravizadas possessões de sua querida pátria e considera o exército brasileiro como o da Argélia ou do Senegal”.⁵⁷ Passa, então a defender que os militares brasileiros não são inferiores aos franceses.

O jornal *Gazeta de Notícias* argumenta que Bento Ribeiro é um homem de cultura que não fica deslumbrado com a MMF e que não a aceita como infalível, ao contrário de Gamelin: “considera-se um sábio infalível e indiscutível”.⁵⁸ E ainda acrescenta que Bento Ribeiro se cercara dos mais talentosos jovens, que a mando de Gamelin são dispersados pelo ministro da Guerra: “por processos ocultos, o Sr. Calógeras os foi dispersando a pedido naturalmente dos super-homens da missão”.⁵⁹

Os membros da missão acusam os oficiais que assessoram Bento Ribeiro de serem germanófilos e anti-franceses, principalmente o capitão Klinger, o que dificulta as relações entre o EME e a MMF. Bento Ribeiro critica as iniciativas da MMF nas instruções na EEM. Esses acontecimentos levam Gamelin a concluir: “O menor passo em falso de nossa parte, todos esses militares estarão contra nós”.⁶⁰

Outra iniciativa hostil de Bento Ribeiro é a tentativa de comprar aviões da Itália, fato que, de acordo com Quartim de Moraes, leva Gamelin a pressionar o governo brasileiro: “Gamelin, então, ameaçou que se os aviões fossem italianos, não se poderia exigir que os pilotos dêem aulas em aparelhos que não conhecem”.⁶¹ Bento Ribeiro sai do EME e são, então, comprados aviões franceses.

⁵⁶ MC CANN, Frank. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982. p. 85.

⁵⁷ *O Exército Brasileiro e a missão militar francesa*. *A Razão*, Rio de Janeiro, 18.02.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê: 31, 174-5.

⁵⁸ *As vitórias do general Gamelin*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23.02.1921. Paris: Arquivo MRE, 174-5.

⁵⁹ *id.*, *ib.*

⁶⁰ Relatório do gen. Maurice Gamelin, *op. cit.* nota 30. p. 19.

⁶¹ QUARTIM DE MORAES, João. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991. v. 1. p. 127.

3.4.2 Venda de material bélico francês para o Brasil

O jornal A Pátria, em oposição à atitude do governo no que concerne à compra de material bélico francês e favorável à posição da Argentina quanto à aquisição de armamentos alemães, afirma:

Contrariando mais uma vez a vontade dos aliados e desprezando a rigidez do Tratado de Versalhes, os nossos vizinhos realizaram grandes compras de equipamento alemão para o seu exército. (...) Enquanto Calógeras adquire canhões de modelo condenado e metralhadoras gastas pela guerra, a Argentina vai à Alemanha abastecer-se do melhor equipamento e adquirir o mais moderno armamento Krupp.⁶²

Alguns jornais de esquerda, que discordam da iniciativa governamental de contratar uma missão francesa para instruir o Exército, acusa a França de desovar seus restos de guerra no Brasil e afirmam que melhor qualidade têm os produtos alemães.

3.4.3 Alta oficialidade

A MMF faz o levantamento de todos os problemas e necessidades militares do Brasil e constata a falta de base e planos de defesa. Os especialistas, então, tentam influenciar e determinar como deveria agir o EME para amenizar esses problemas. Mas não são bem vistos e nem bem-vindos. Como explica Cidade:

O principal obstáculo à entrada da missão no EM era antes um caso brasileiro do que francês: o exagerado amor próprio de chefes que não podendo ou não querendo fazer pessoalmente certos trabalhos, não concordavam que os oficiais das novas gerações o fizessem sob a direção – pelo menos a começo - dos especialistas franceses.⁶³

Para afastar os oficiais que não obtêm êxito nas provas escritas ou práticas, é criado um mecanismo especial, a fim de minimizar os efeitos negativos sobre sua auto-estima. Segundo Cidade:

Para afastamento de oficiais que fracassavam nos trabalhos de campo realizados nas grandes manobras, ou nas partidas do jogo de guerra, criara-se o “caco de granada”. O oficial era declarado ferido e recebia ordem de passar o comando que estava exercendo a seu substituto. Para afastamento dos que em trabalhos táticos

⁶² Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 31.05.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391; A Pátria n. 248, 30.04.1921.

⁶³ CIDADE, Francisco de Paula. Da MMF aos nossos dias. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, n. XLII, v. LXI, p. 132-133, jul.dez.1954.

por escrito ou em provas orais se mostravam insuficientes, havia o “bilhete azul”, isto é, o convite a pedir trancamento de matrícula. Velhos oficiais superiores foram tristemente colhidos nas malhas implacáveis dos instrutores franceses.⁶⁴

O atraso e a falta de experiência dos oficiais brasileiros é grande. De acordo com Cidade: “Oficiais superiores com a carta da região e a bússola nas mãos erravam o caminho e terminavam sem saber onde estavam”.⁶⁵ A deficiência militar brasileira, segundo todos documentos analisados, é inegável, mas alguns trabalhos de McCann não consideram esse atraso e criticam o trabalho da MMF no Brasil, afirmando que: “No final da década de 20, o principal treinamento dado aos recrutas do Exército Brasileiro era a instrução de ordem unida, de modo que fizessem uma boa apresentação nas paradas”.⁶⁶

É importante perceber o grau de instrução e aparelhamento do Exército quando a MMF começa seus trabalhos. Somente dessa maneira, pode-se então analisar o quanto o Exército evoluiu ou não, rumo à profissionalização desejada. Não convém comparar a força militar brasileira com outra força militar do período, e julgar o trabalho da MMF ineficiente; é preciso entender o caminho percorrido pelos militares brasileiros, dentro de suas limitações, para então, concluir sobre a validade ou não da contratação desses oficiais franceses.

3.4.4 Contratação de missão geográfica austríaca

O Brasil contrata, em 1920, uma missão austríaca para trabalhar com cartografia militar, sob a chefia do barão De Hube, diretor do Instituto de Geografia de Viena. Devido à ausência de mapas do Brasil, torna-se prioridade a elaboração de mapas das regiões de fronteira e perto de guarnições do Exército, consideradas áreas mais importantes. Essa missão militar depende diretamente do chefe do EME, pois tem por meta a formulação de mapas militares, a formação de oficiais em topografia, para dar instruções, e de um quadro especializado.

Em uma das disposições do contrato da MMF com o governo brasileiro, fica estabelecido que o Brasil pode contratar outra missão militar para fins de serviço

⁶⁴ CIDADE, op. cit. nota 63, p. 133.

⁶⁵ id., ib., p. 137.

⁶⁶ MC CANN, Frank. Influência estrangeira no Exército Brasileiro. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 717, p. 91, jan. fev. 1985.

geográfico. Isso é feito sob a influência do marechal Bento Ribeiro e do chefe de serviço geográfico brasileiro.

A contratação da missão austríaca gera muito descontentamento entre os franceses que se opõem à sua vinda. Na tentativa de impedir que outra missão estrangeira venha para o Brasil, passam a argumentar que a contratação dos geógrafos austríacos contraria o Tratado de Saint Germain: “O governo francês protestou junto à Áustria, que alegou, que os oficiais não possuem mais nenhum posto no Exército Austríaco e que ela não tem nenhum poder sobre eles”.⁶⁷

A Áustria afirma que os integrantes da missão agem por sua própria conta, e que nada pode fazer para impedi-los. O Brasil, através do ministro da Guerra, gen. Aguiar, argumenta que os especialistas austríacos vindos para o serviço geográfico configuram um pequeno grupo isolado, o que não desrespeita o Tratado de Saint Germain, pois não há guerra contra a Áustria e o Brasil não é signatário desse acordo: “no parágrafo primeiro do artigo 158 do Tratado de Saint Germain, a Áustria se engajou, em particular, de tomar as medidas apropriadas para impedir suas iniciativas de ajuda, em qualquer situação”.⁶⁸

As tentativas francesas de desarticulação da vinda da missão austríaca não surtem efeito, sendo considerado mais um ponto de desagravo entre alguns militares de tendências germanófilas e os franceses.

Um dos problemas enfrentados pelos franceses é o da mudança de governo, o que obriga à reorganização de sua atuação. Como bem elucida Salats: “a cada troca de governo tem reorganizações, que por sua freqüência estão bem perto de significar desorganização”.⁶⁹

3.5 Projetos de Gamelin

Gamelin pretende remediar o estado deplorável em que se encontra o Exército e, para isso, precisa apaziguar seus antagonistas, representados pela ala germanófila e por antigos militares, e ganhar a confiança dos militares brasileiros. A tarefa do gen. Gamelin

⁶⁷ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 30. p. 5.

⁶⁸ Documento, 19.11.1920. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

⁶⁹ Correspondência do chefe de esquadrão Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.08.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

não é de fácil execução: além de seus talentos militares, tem seguidamente que recorrer aos seus talentos diplomáticos.

A MMF tem como objetivo inicial a instrução, reorganização e criação de escolas, colaboração na revisão dos regulamentos e nas viagens do EME, bem como o auxílio em manobras e exercícios de quadros. Seus integrantes fazem parte do Conselho Técnico que opera sobre a organização geral da instrução, e sobre o material bélico necessário.⁷⁰ A cúpula militar brasileira quer acabar com o ensino de conhecimentos sem aplicação prática. Como afirma o general Aguiar: “Sobretudo era preciso tirar o caráter eminentemente teórico de que se vinha ressentindo o nosso ensino militar”.⁷¹

É com a finalidade de transformar essa formação militar meramente teórica em conhecimento pragmático que se apela para a vinda de instrutores franceses para ministrarem cursos de aperfeiçoamento específicos para cada arma, de técnicos de artilharia e engenharia e de Estado Maior e de Revisão. O projeto inicial pugnava pela vinda da MMF para a instrução dos oficiais e a reorganização e criação de escolas militares destinadas a profissionalização do exército.

No primeiro contrato, estabelecido em 1919, a missão compõe-se dos seguintes cargos: um general chefe, um coronel sub-chefe e diretor da EEM, um oficial superior do EM, um oficial superior diretor de estudos e quatro oficiais professores, um oficial superior diretor da escola de aperfeiçoamento para oficiais e três instrutores de cada arma, um instrutor técnico para artilharia, um instrutor técnico para infantaria, um oficial infante, um oficial engenheiro e um oficial do serviço de telegrafo e rádio telegrafo, um subintendente, um veterinário, um ajudante de veterinária, um mestre para o curso de administração, um oficial técnico de artilharia e fabricação e um engenheiro do setor de pólvoras. Totalizando 23 oficiais.⁷²

Gamelin considera que a primeira grande tarefa da MMF é a luta pela sua aceitação pelo Exército para, posteriormente, desenvolver a influência francesa. As principais guarnições do interior e da fronteira do Rio Grande do Sul, importantes do ponto de vista militar, por serem consideradas áreas estratégicas, são então visitadas. Gamelin elabora um

⁷⁰ Pasta da Missão Militar Francesa. Brasília: Centro de Documentação do Exército Brasileiro.

⁷¹ Relatório de Alberto Cardoso de Aguiar, ministro da Guerra, 1919, p. 24. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

⁷² id., ib.

plano para reorganização do Exército, mas sofre forte oposição de grande parte dos generais brasileiros, inclusive do chefe do EME, Bento Ribeiro. Assim a reorganização, em um primeiro momento, fica no plano teórico.

O projeto de Gamelin visa à formação de grandes unidades, mas, devido à falta de capacidade do alto comando e do EME, não é possível constituir mais de 5 destacamentos de infantaria e 3 destacamentos de cavalaria em tempos de paz. Os DIs devem ser dotados dos meios necessários ao combate em grandes frentes, principalmente a artilharia, conforme detalhamento fornecido por Gamelin: um grupo com quatro baterias de montanha, dois regimentos a três grupos de três baterias de 75, um regimento de artilharia pesada, compreendendo um grupo de 120 L e outro de 155 C (os carros devem ter o peso máximo de 2.400 Kg cada um).⁷³

O plano é organizar o efetivo em cinco divisões de infantaria, seu desdobramento para a mobilização, a transformação de três brigadas de cavalaria em três divisões e a utilização das forças policiais nas operações. Esse conjunto de medidas tem por meta fazer frente à hipótese de guerra brasileira à Argentina.⁷⁴

Os estudos e levantamentos feitos por Gamelin mostram a inexistência de corpos de tropa aptos à mobilização e o desconhecimento total do que é um dossiê de mobilização. Segundo Gamelin: “o dossiê de mobilização é a função de emprego prevista para a unidade, quer dizer, o plano de guerra. Ele é estabelecido de acordo com a rapidez de partida desta unidade”.⁷⁵

Nos dossiês de mobilização, são estudados os efetivos, o número de reservistas, as requisições de cavalos e carros, a distribuição de armamentos e munições, a previsão de mantimentos, entre outros. Como o Rio Grande do Sul, é considerado uma área estratégica, Gamelin faz o levantamento de todo material necessário ao equipamento da região.

A questão militar no Brasil resume-se a uma concentração de forças no Rio Grande do Sul, constituinte de uma vanguarda geográfica e étnica, sem ligações com os centros vitais do país, senão pela ferrovia São Paulo - Rio Grande. Para resolver o problema, Gamelin faz a seguinte proposição:

⁷³ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s.d. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁷⁴ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 30.

⁷⁵ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França de 05.08.1919. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Constituição de uma força armada de cobertura para mobilizar no local; melhora indispensável dos meios de concentração; uma segunda via férrea; organização de uma via de comunicação marítima até a região de Santa Catarina, prolongada por uma estrada de ferro que irá até Porto Alegre.⁷⁶

Os pontos essenciais levantados por Gamelin que têm urgência na reestruturação do Exército Brasileiro são os seguintes:

- Constituição completa – em tempos de paz – as grandes unidades, sobre o modelo atualmente fixado.
- Colocar em aptidão de recrutamento e mobilização.
- Sobretudo, formação de quadros e de alto comando suscetíveis de dominar um número maior de unidades.
- Constituição de um quadro de oficiais da reserva.
- Fazer funcionar os serviços.
- Dotar as unidades de material regulamentar.⁷⁷

A penúria de quadros, a falta de oficiais aptos a assumir cargos de chefia de seção e a quase inexistência de oficiais da reserva obrigam as pequenas unidades existentes a funcionarem limitadamente. As questões levantadas por Gamelin compõem apenas a primeira fase de trabalhos da missão, pois, em um segundo momento, é preciso reorganizar os elementos e os serviços do Exército.

Gamelin também pretende fazer alterações em questões administrativas da intendência, controlando a administração dos corpos de tropa e das grandes unidades; criando um modelo de uniforme; tomando medidas, em caso de guerra, de requisições e de revitalização nacional. Mas Gamelin tem consciência de que esse projeto administrativo “discordaria violentamente dos hábitos administrativos do país (falta de regularidade, liberdade absoluta dos chefes de corpos; abusos em todos os escalões)”⁷⁸.

O projeto almejando a reorganização do Exército tem o objetivo de responder às necessidades em tempos de paz e em tempos de guerra, impondo mudanças essenciais, tais como: o afastamento do Exército da política, o desenvolvimento do espírito militar e do espírito de corpo de tropa, o combate ao espírito de classe ou de casta, que contraria a concepção de exército nacional e democrático; o incentivo à disciplina militar e a consciência profissional que se constituem na base do exército; o desenvolvimento de corpos de oficiais que acessem de maneira rápida aos altos graus de mérito profissional; a garantia de assegurar aos oficiais de carreira cujo interesse e satisfação profissional sejam

⁷⁶ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 60.

⁷⁷ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 73.

⁷⁸ id., ib.

uma justa recompensa, criando uma atmosfera de segurança moral, sustentada pela ordem e regularidade, com rendimento máximo e mínimo de despesas.⁷⁹

Na visão francesa, deve ser suprimido o direito dos oficiais da ativa a concorrerem às eleições e às funções públicas; assim, caso alguém queira se candidatar a qualquer cargo, deve, antes, pedir sua passagem para a reserva. A profissão de oficial é incompatível a qualquer outra; daí por que não convém ao oficial, em qualquer circunstância, participar das lutas eleitorais.⁸⁰ Até mesmo as eleições existentes no Clube Militar devem ser suprimidas: os franceses sugerem que a escolha do presidente seja feita por uma junta.

Por outro lado, é preciso e urgente criar um corpo de oficiais da reserva, embora muitos militares brasileiros sejam refratários a essa idéia, e, finalmente, retomar as reformas administrativas. Os elementos medíocres e suspeitos devem ser afastados do exército ativo: “todo oficial que não se decidir a mostrar sua lealdade ao governo não terá lugar no exército ativo”.⁸¹

Os grupos de oficiais e os efetivos de tropa, acreditam os franceses, devem ser preparados com rigor em bases fixadas pelo regulamento de instrução de quadros, levando todos os elementos a não ter nenhuma outra preocupação que não seja suas obrigações profissionais. Cabe ainda a manutenção da instrução aos reservistas como unidade de quadro e desenvolvimento das escolas e centros de instrução, bem como a dotação dos corpos, devidamente constituídos, das armas e munições necessárias para a sua instrução e mobilização. Além disso, é necessário estabelecer relações estreitas entre o exército nacional e a forças de polícia, que sempre defendem sua autonomia: “Que meios provam sua fidelidade?”⁸²

O estabelecimento de um plano de mobilização parcial, como o existente na França, é outra meta cara aos franceses. Para dotar o Exército Brasileiro da amplitude concernente com um exército moderno é também necessária a criação de alguns organismos, tais como serviços de fabricação e reparação de materiais e serviços de automóveis. A reforma deve

⁷⁹ Relatório do gen. Maurice Gamelin sobre a reorganização do Exército. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁸⁰ id.,ib.

⁸¹ id., ib.

⁸² id., ib.

ser profunda, calcada na experiência de um exército democrata, mas adaptado às necessidades locais.⁸³

Quanto às promoções, o avanço ao posto de tenente coronel por antiguidade deve ser suprimido, passando a ser realizado por escolha. A passagem para o cargo de general exige frequência ao curso de revisão e a passagem para o posto de capitão exige a frequência à Escola de Aperfeiçoamento. Uma comissão de promoção, a ser nomeada, passa a analisar as listas elaboradas anualmente pelo ministro da Guerra. As listas das promoções aprovadas são publicadas.⁸⁴

Os sub-oficiais, para se tomarem oficiais, precisam atender às condições previstas, após, pelo menos, 15 anos de serviço. Essa medida favorece os bons elementos saídos das escolas militares. Antes, devem fazer um estágio, ficando um ano junto ao corpo especial dos sub-oficiais candidatos ao posto de oficiais; após exames e provas são então encaminhados à Escola Militar do Realengo, onde recebem instruções sobre as diferentes armas e fazem um novo exame para testar suas aptidões.⁸⁵

Os franceses acreditavam também na importância da criação de um corpo de oficiais da reserva, indispensável para a mobilização; na constituição do EME; no desenvolvimento das escolas e centros de instrução; na dotação do Exército de todo material de guerra necessário à mobilização; na reforma das instituições de linha de tiro; no estabelecimento de relações diretas entre o Exército e as forças armadas locais e na definição de um plano geral de mobilização.⁸⁶

Os homens de tropa e os oficiais devem passar por uma rigorosa seleção para ingressarem no exército. Os reservistas precisam manter-se em treinamento e mobilização. Todas as armas devem ser dotadas de modernos materiais de guerra e possuem um plano de mobilização definido que funcione em caso de necessidade. Alguns organismos devem ser criados, como fábricas de armamentos, de carros, entre outros.

Gamelin organiza dois quadros-síntese com as reformas que devem ser implementadas no Exército Brasileiro, um, para a organização da defesa nacional quanto ao pessoal; outro, referente à parte material:

⁸³ Relatório do gen. Maurice Gamelin sobre a reorganização do Exército, op. cit. nota 79.

⁸⁴ Projeto de Reorganização do Exército Brasileiro por Gamelin, Rio de Janeiro, 1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁸⁵ id., ib.

⁸⁶ id., ib.

Quadro sintético das principais medidas para a satisfação das necessidades do Exército⁸⁷

Defesa Nacional quanto ao pessoal

Direção Superior de Guerra	
Conselho Superior de Guerra – órgão de preparação da execução dos planos de operações;	
Plano geral da organização da Defesa Nacional:	justiça, foro exclusivo militar;
	lei de reorganização geral do Exército;
	lei dos quadros e efetivos;
	lei do serviço militar
	lei de promoções;
	lei de movimentação dos quadros.
Recrutamento	
Quadros:	
EM;	
EEM;	
Escola das armas e serviços;	
lei que regule os comissionados;	
Exército ativo: efetivo, armas, instrução.	
Tropa:	
Reservas do exército ativo: CPOR;	
Tiros de Guerra;	
Escola Militar Preparatória;	
Solução do problema das Polícias.	

Defesa Nacional quanto ao material

Material: Construção de quartéis – plano progressivo;	
Aquisição de material de guerra no estrangeiro;	
Fabricação nacional – organização de fábricas: viaturas, aviões, motores, etc;	
	equipamentos, fardamentos
	siderurgia e engenharia
	aquisição de estoques:
	aparelhamento das fábricas do governo;
	compensação para civis.
Remonta: obtenção de animais.	
Transporte: problema ferroviário: execução dos programas pelo EME;	
problema rodoviário: melhoramento das estradas;	
construção de novas estradas;	
aquisição de viaturas.	
problema marítimo: escolha e aparelhamento de portos com embarque e desembarque de pessoal e material.	

Os quadros sintéticos expressam o recorte analítico feito por Gamelin, ao priorizar as necessidades do Exército e propor possíveis soluções para os problemas e deficiências detectadas. Essa reflexão passa a orientar os outros chefes militares da missão, que procuram seguir o programa de reformas elaborado por Gamelin. Os franceses trabalham guiados pela continuidade do projeto. Gamelin, ao constatar a enormidade do serviço de

⁸⁷ Documento. Paris : Arquivo SHAT, 3391.

organização que deve ser posto em prática, afirma: “meus amigos do exército brasileiro sabem a afeição que eu tenho por eles, mas esta afeição não é cega”.⁸⁸

3.6 Mudanças feitas no Exército em 1921

As modificações sugeridas pela MMF são orgânicas; trata-se de alterações de decretos e de práticas, com a execução dos novos regulamentos. É criada uma companhia de carros de assalto, ligada à arma da infantaria, e prevista a formação de uma esquadrilha de aviação de combate no Rio Grande do Sul, com funcionamento determinado para o início de 1922. Conforme Salats:

O trabalho feito durante estes dois anos foi rude, mas seus resultados de grande importância. Pelos novos regulamentos de manobras inspirados em nossos regulamentos (...), enfim pelo ensinamento constituído em diversas manobras de quadros, a missão sem contestação, sentou a influência militar francesa no corpo de oficiais.⁸⁹

A reforma no EME é realizada adotando os métodos de organização e comando franceses. As reformas no serviço de intendência e de administração estão em curso. Na aviação, a indústria francesa consegue vencer as concorrentes estrangeiras. Como salienta Salats: “as encomendas, à indústria aeronáutica francesa, para o ano de 1921, representou cerca de 4.000.000 de francos. (...) desde o começo da missão, se conta dez ou doze milhões de francos”.⁹⁰ Como sempre, o ponto de referência francês é a concorrência com Alemanha; eles estão satisfeitos por superarem a influência germânica no Exército Brasileiro. Segundo Salats:

Conscientes desta inferioridade, os alemães, no lugar de tentar colocar a Alemanha como uma rival da França sobre o terreno da influência militar neste país, procurou prejudicar a influência francesa denunciando o militarismo da França e os perigos que podem vir a correr os povos da América do sul.⁹¹

O Brasil importa da França material de saúde, carros, fornos de campanha, carros de assalto, munições, fuzis, material telefônico e telegráfico, entre outros. A MMF é o instrumento indicado para a venda dos produtos franceses e o desenvolvimento da sua

⁸⁸ Projeto de Reorganização, op. cit. nota 84.

⁸⁹ Relatório do chefe de esquadrão Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 25.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁹⁰ id., ib.

⁹¹ Relatório do chefe de esquadrão Salats, op. cit. nota 89.

influência militar, via propaganda de sua doutrina, divulgada a partir do conteúdo de cursos, livros, filmes, entre outros materiais culturais.

No ano de 1921, o ensino desenvolve-se: são feitas importantes encomendas de material para a França, o Exército está quase que inteiramente conquistado e os franceses, finalmente, são admitidos com confiança entre os militares brasileiros. Mas, esse momento de grande sucesso tem fim com a revolução de 5 de julho de 1922. De acordo com Gamelin:

Podemos dizer que no Brasil não há verdadeiros partidos políticos, mas clãs, não em torno de programas, mas de personalidades (...). No parlamento não há nem direita nem esquerda, e os deputados como os senadores se classificam por bancadas, quer dizer por representações de diferentes estados. O sufrágio universal é uma ilusão (...). A política brasileira resulta de um compromisso entre um soberano quase absoluto (...) e alguns grandes feudatários, os governadores dos estados.⁹²

Gamelin compara o sistema político brasileiro ao regime feudal, afirmando ser um período sem ideologias e sem adversidades no campo da idéias. Os grupos políticos são constituídos, segundo ele, por elementos sedentos de poder, que se enfrentam ou se unem pela manutenção ou obtenção de privilégios.

Os franceses intensificam sua ação no sul do país e nas manobras executadas em outubro de 1921; é simulada uma invasão argentina ao estado gaúcho, porque, de acordo com os estudos estratégicos franceses e, principalmente, os brasileiros, a Argentina é considerada a provável hipótese de guerra brasileira.

Gamelin aconselha a urgente aquisição de armamentos para infantaria, carros de assalto, um canhão calibre 75 mm, um canhão calibre longo 120mm e um canhão de montanha 75 mm, um canhão calibre longo 155 mm, materiais móveis de costa. A princípio, Gamelin pede que, assim que o material seja comprado, dotem-se primeiramente as três divisões de cavalaria, uma divisão de reserva do Rio Grande do Sul e a força de Mato Grosso.⁹³

Os franceses consideram importante a renovação do contrato da MMF para garantir a expansão de sua influência no Brasil, principalmente porque, sem a presença da missão no Brasil, os americanos iriam angariar todas as encomendas de material. De acordo com

⁹² Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 19.

⁹³ Nota do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre o material a ser adquirido pelo Brasil, Rio de Janeiro, 04.09.1920. Paris: Arquivo SHAT, 3378.

Conty: “eu estimo desejável a renovação do contrato de nossa missão. Mas os resultados dependem essencialmente do chefe que esta missão terá a sua cabeça”.⁹⁴

A MMF no Brasil é considerada pela análise dos militares franceses um exemplo a ser seguido em outros países. Como enfatiza Magnin: “a MMF no Brasil é o modelo do que deve ser uma comissão no estrangeiro. Os resultados obtidos confirmam o que eu digo”.⁹⁵

3.7 Missão francesa no conturbado ano de 1922

Em fins de 1922, chega ao poder Artur Bernardes, na visão de Gamelin, “um desconhecido de certas questões vitais de um estado moderno”.⁹⁶ Ele pensa o Exército como uma força policial; coloca, como ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, um germanófilo, que tenta diminuir a influência da MMF. Setembrino cerca-se de oficiais hostis à MMF, devido ao fato, segundo Gamelin, de não terem obtido êxito nas escolas de instrução. O marechal é assim descrito por ele:

O Ministro da guerra, não tem nenhum valor militar, se desinteressava mais e mais pelo que deveria ser seu verdadeiro trabalho, seguia sua mira política. Desperdiça milhões para dotar a tropa de fardas brancas para a Revista de 7 de setembro, mas não paga o soldo dos oficiais e da tropa (...). Todas as obras úteis estão mais ou menos paralisadas. Nós vamos ser obrigados a fechar a escola de pilotagem por falta de aviões em condições.⁹⁷

Um dos principais objetivos do governo Arthur Bernardes é a obtenção de um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. A Liga nasce dos escombros da Primeira Guerra Mundial e tem por meta assegurar a paz e o direito internacional. O Brasil é um dos países fundadores e membro temporário, mas sai da Liga em 1926, ao perceber que não conseguiria um assento permanente.⁹⁸

O chefe do EME, Tasso Fragoso, nesse período, embora não apóie a MMF, também não se posiciona como um inimigo. Artur Bernardes faz uma administração baseada em

⁹⁴ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 29.10.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

⁹⁵ Correspondência de Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França (a bordo do Jules Michelet), 06.11.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

⁹⁶ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 92.

⁹⁷ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.09.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁹⁸ Para conhecer mais sobre o tema ver: VARGAS, Eugênio Garcia. O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

cortes orçamentários e o Exército foi o primeiro a sofrer com isso. Conforme Gamelin: “O programa de desenvolvimento e de armamento colocado em obra por Calógeras, sob nossa influência, foi interrompido”.⁹⁹

O Brasil possui, então, 32 milhões de habitantes, mas o país mais poderoso militarmente da América do Sul é a Argentina, com 8 milhões de habitantes. Isso significa uma séria questão de defesa nacional. Um dos principais problemas vivenciados pelos brasileiros é a falta de comunicação entre as regiões; há carência de vias férreas, fora Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e o Brasil dessa época é quase que totalmente desprovido de meios de comunicação.

Gamelin planeja colocar pouco a pouco em obra toda força nacional, pois um país com 32 milhões de habitantes tem condições de aumentar o efetivo do Exército, com uma força armada de cobertura no sul do país, o estabelecimento de oito regiões militares, a garantia de ligação entre o centro do país e o sul, dobrando a via férrea existente e tendo uma base marítima em Florianópolis.¹⁰⁰

Gamelin pensa que aos brasileiros falta inteligência, gosto pelo trabalho e perseverança. O Brasil é um país de clima quente, imenso e com precária rede de comunicação; assim, o tempo não conta para os brasileiros, pensa ele, e a vida passa sem preocupações. Considera o ministro da Guerra um pobre de espírito, que põe à prova a paciência dos franceses.

Durante o governo Bernardes, a influência e a obra francesa se desenvolvem nas escolas, nas instruções e também junto ao EME. Existe, no momento, um grupo de alunos trabalhando no EME sob a influência francesa, entre eles: “jovens generais de brigada que foram nossos primeiros alunos, são homens de valor”.¹⁰¹

São então colocadas em atividade a Escola de Estado Maior com um Centro de Estudos Superiores; uma Escola de Aperfeiçoamento, para tenentes e capitães de todas as armas, com instruções variadas; uma Escola de Intendência, para oficiais intendentess e administradores; uma Escola de Aplicação do Serviço de Saúde, para a formação de

⁹⁹ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro. Paris: Arquivo MRE, Dossiê 32, 174-5.

¹⁰⁰ id., ib.

¹⁰¹ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 99.

médicos militares; uma Escola de Veterinária; e uma Escola de Aviação, com ateliês para os aviões.

Em projeto, há ainda a Escola de Cavalaria. Embora as outras escolas tenham obtido êxito, Gamelin registra a permanente desconfiança dos brasileiros: “Eu sempre senti uma real resistência (por parte dos brasileiros) ao me ver agir diretamente sobre as jovens gerações”.¹⁰² Para o serviço de pólvoras, o Brasil contrata um engenheiro militar e quatro agentes técnicos franceses.

É importante perceber que a atuação da MMF depende da evolução política do país, das prioridades e desígnios do presidente da República para cada setor, bem como de quem assume os cargos de ministro da Guerra, de chefe de EME e dos oficiais chamados para assessorá-los. O chefe da MMF deve estar atento e sensível aos interesses das autoridades e, acima de tudo, manter neutralidade no que concerne aos assuntos de ordem política.

O governo de Artur Bernardes, na visão de Gamelin, não é popular, comete abusos de poder e não se interessa pelo Exército. Conforme registra: “o exército não está satisfeito em ver o quanto o governo se interessa por ele, sobretudo em comparação com o governo precedente”.¹⁰³ O ministro da Guerra demonstra pouco interesse pelos assuntos militares. O embaixador da França assim o descreve: “O Marechal Setembrino é o protótipo do velho general político: ignorante, enredador, presunçoso e cruel”.¹⁰⁴

Gamelin reconhece, de pronto, a grande diferença de mentalidade existente entre brasileiros e franceses e admite: “para ter sucesso é preciso fazer grandes sacrifícios”.¹⁰⁵ Um dos pontos sensíveis a ser tratado é a questão econômica, pois toda missão é suscetível de ser acusada de missão comercial. “A missão militar deve evidentemente, trabalhar por uma propaganda francesa”¹⁰⁶, afirma Gamelin, mas com prudência, sem distribuir obras e brochuras em locais polêmicos. É preciso atentar para a melhor ocasião de distribuição do material que contenha o pensamento francês.

¹⁰² Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 99.

¹⁰³ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.07.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 20, 172-2.

¹⁰⁴ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.08.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 20, Rio de Janeiro: 172-2.

¹⁰⁵ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, op. cit. nota 99.

¹⁰⁶ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 99.

Gamelin afirma que, pela versatilidade do país, é impossível viver mais que o dia-a-dia.¹⁰⁷ A cada novo governo, segue-se uma nova orientação política e a MMF tem que se adaptar ao novo sistema e manter um certo equilíbrio, principalmente em período de renovação de contrato.

A camaradagem entre os militares, no Brasil, nem sempre é demonstração de fraqueza, principalmente quando uma presença estrangeira é mal vista pelo alto comando: “Eu só me senti em terreno seguro quando me vi e fui tratado como bom camarada pelos generais brasileiros”.¹⁰⁸ Essa afirmação de Gamelin é de grande importância para este trabalho, lembrando que, para a doutrina militar francesa, o que importa no meio militar é o profissionalismo e não as relações pessoais.

3.8 Final da administração Gamelin

Em 1923, o EME já possui, em seu quadro, antigos oficiais instruídos pela MMF. Como afirma Gamelin: “O Estado Maior do Exército é atualmente composto, quase totalmente, por antigos alunos de nossas escolas, que puderam apreciar os serviços oferecidos pela missão”.¹⁰⁹

A missão foi responsável por muitas mudanças no meio militar, dentre elas, a criação de um rancho nos regimentos, pois há a necessidade de alguém que cuide dos alimentos e da compra desses mantimentos dentro da administração militar: todo setor deve ter pessoal instruído trabalhando e gerindo os serviços.

O decreto n. 15.537, 25.04.1923, estabelece que cada regimento deve ter um rancho, e onde há rancho há também uma comissão de rancho para contratar serviços, fornecimento de gêneros, exame das carnes frescas, realização de contratos e acordos, compras em geral, pagamentos e fiscalização da contabilidade.¹¹⁰

O regulamento do Serviço de Engenharia é estabelecido em 1924 e trata da organização do Serviço de Engenharia; inspeciona a arma e a direção dos serviços de

¹⁰⁷ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.06.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

¹⁰⁸ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 99.

¹⁰⁹ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 339.

¹¹⁰ Regulamento para o rancho da tropa, decreto n. 15.537, 25.04.1923. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.

transmissões: telefonia, telegrafia, rádio-telegrafia e pombos-correios; abastece o Exército com os materiais de engenharia; fiscaliza e repara o material distribuído; constitui os depósitos para conservação do material e organiza projetos de obras militares.

O Serviço de Engenharia é composto por uma direção de engenharia; serviços de engenharia nas regiões e circunscrição militares; serviço telegráfico militar; depósito central de material; e depósitos regionais de material de engenharia. O art. 32 estabelece que: “só poderão executar obras ou trabalhos de engenharia e ser nomeados para os quadros desse serviço oficiais da arma de engenharia. Contudo, em caso de falta absoluta, poderão as obras e trabalhos ser confiados a oficiais de outras armas com o curso de engenharia”.¹¹¹

Em 1924, Gamelin faz uma nova relação do material imprescindível ao Exército para a manutenção da instrução com base prática. De acordo com Gamelin:

Material necessário para o Exército Brasileiro¹¹²

Fuzis		400.000
Mosquetes		80.000
Pistolas		200.000
Armas automáticas e ogivas de infantaria	Fuzis-metralhadora	15.000
	Metralhadoras ligeiras	1.600
	Metralhadoras pesadas	1.300
	Canhões de 37	450

¹¹¹ Regulamento para o Serviço de Engenharia. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924. p.21.

¹¹² Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.10.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Munições de infantaria		Cartuchos: fuzis, musquetões, fuzis-metralhadora, metralhadoras		600.000.000	
		Pistolas		30.000.000	
		Canhões 37mm		280.000	
		Granadas a mão de ofensiva		400.000	
		Granadas de defensiva		200.000	
Material e munição de artilharia		Canhões	Obus a bala	Obus explosivo	Obus fumigene
	75 campanha	1.000.000	1.000.000	2.000.000	50.000
	75 montanha	100	100.000	200.000	5.000
	120 longo	150	75.000	150.000	4.500
	155 curto	350	175.000	350.000	18.500
	155 longo	80	40.000	80.000	2.400

Artilharia de assalto	Carros canhões	135
	Carros metralhadoras	81
	Carros T. S. F.	09
	Carros de serviço	

Material de ligação	Telefones		6.500
	Mesas, cabos, fios		
	Aparelhos de telégrafo		80
	Sinalização	Aparelho de 10	4.000
		Projeter de 35	20
	T. S. F.	Postes portateis	25
		Postes receptores	45
		Amplificadores	200
		Emição para aviões	500
		Postes com ondas para 1000 metros	160
		Postes com ondas de 300 metros	40
		Postes com ondas de 0.500	15
		Postes com ondas de 2K.	06
	T. P. S	radiogonômetros	25
		Emissores receptores	450

Artifices		Tubos lança fuzil	Lança granadas V. B.	Pistoletas de 23	Pistoletas de 35	
	Ogivas de lançamento	400	1.500	9.000	400	
	Fuzis diversos					45.000
	Cartuchos					126.000
	Cartuchos para pistoletas					206.000

O material de engenharia exige a compra de 28 barcos, 500.000 sacos de terra, 1.000 toneladas de grampos para pontes, 2.500 toneladas de fios de ferro, e outros materiais para construção.¹¹³ Considerando todos problemas enfrentados na reorganização do Exército, Gamelin assim conclui: “(...) nos cinco primeiros anos de minha estada no Brasil, a Missão Militar Francesa obteve o máximo que se poderia esperar, devido às circunstâncias, o meio e a mentalidade”.¹¹⁴ Segundo Gamelin, o resultado das manobras de quadros é pouco proveitoso, devido à pouca instrução das unidades.¹¹⁵

3.9 Missão Militar Francesa junto à polícia estadual de São Paulo

Em 1905, é contratada a primeira missão militar francesa pelo estado de São Paulo, no governo de Jorge Tibiriçá, cujo secretário da Justiça é Washington Luís. O primeiro contrato é assinado em Paris, com duração prevista para dois anos. O primeiro chefe da missão é o cel. Balagny, auxiliado pelo ten. Negrel e pelo sarg. Brousse.

Os coronéis do interior de São Paulo, como, aliás, os do restante do país dominam, à época, a burocracia política. Para restringir esse mandonismo, é que se procura reforçar o poder da polícia estadual. De acordo com Love:

A nível estadual, a Força Pública paulista contribuiu para a crescente integração organizacional ao reforçar a concentração de autoridade nas mãos do governador. A reforma do sistema judiciário estadual, juntamente com a militarização da força, em 1906, enfraqueceram o poder dos coronéis, impedindo, assim, a emergência de senhores locais, todo poderosos, verdadeiros “senhores de guerra”.¹¹⁶

Assim, a missão é contratada com vistas ao fortalecimento do poder estadual paulista. Não obstante, logo de início apresenta alguns problemas. Em 11 de junho de 1906, o sarg. Mello, da força pública de São Paulo, mata o ten. Negrel, demonstrando o clima de hostilidades contra a missão, pelo menos de parte dos instruídos. Como argumenta

¹¹³ Relatório do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 112.

¹¹⁴ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s/d, p. 2. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

¹¹⁵ id., ib.

¹¹⁶ LOVE, Joseph. A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 304.

Nayrolles: “o sargento Mello foi apenas um instrumento nas mãos dos oficiais”.¹¹⁷ Esse sargento havia sido punido com oito dias de detenção por embriaguez.

Em virtude desse assassinato, os oficiais suspeitos são então detidos: alguns elementos, considerados perigosos, são substituídos e são promovidos os oficiais que demonstram simpatia pelas instruções. Balagny, segundo Nayrolles, enfrenta a oposição de parte dos militares da força policial e da opinião pública paulista, acabando por alcançar resultados importantes: “conquistou a estima e confiança do governo de São Paulo que não parou de renovar o contrato”.¹¹⁸

Como a força pública de São Paulo não está subordinada ao governo federal, essa missão militar opera independentemente da chefada por Maurice Gamelin. O cel. Jusselain, chefe da MMF de São Paulo, percebe, de pronto, o estado de desorganização e solicita à França o envio de mais colaboradores. Segundo Gamelin: “(...) para manter sua autonomia, o Estado de São Paulo tinha intenção de reforçar sensivelmente suas forças de polícia, para se liberar de toda intervenção do exército federal”.¹¹⁹

São Paulo quer armar sua polícia, mas a França não lhe pode vender armamentos, porque a Constituição Federal Brasileira proíbe que um estado receba armamentos de guerra, que não sejam apenas de artilharia ligeira. Caso a França deseje exportar para um estado federado, pode criar, com isso, um incidente político com o Brasil, o que não lhe convém, devido aos planos da MMF junto ao Exército Nacional.¹²⁰

O estado de São Paulo pretende reorganizar sua força de polícia com uma divisão ativa de 14.000 homens e uma milícia do mesmo efetivo; para tal fim precisa dos seguintes armamentos: canhões 75mm; canhões de montanha; metralhadoras e fuzis metralhadora; autos; material de cozinha sobre rodas e material sanitário e de aviação.¹²¹ Embora haja oposição nacional e até murmúrios de que São Paulo deseja se separar do resto do país, a força militar continua seu projeto, havendo constituído importante poderio regional. De acordo com Hoppenot: “Metralhadoras, baterias, de artilharia de montanha e de campanha,

¹¹⁷ NAYROLLES, Danielle. *La mission militaire française à São Paulo (1905-1913) ou mission Balagny* (master). Paris: Sorbonne 3, 1969. p. 20.

¹¹⁸ Id., ib.

¹¹⁹ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.12.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

¹²⁰ Correspondência de Édouard Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, para o ministro do Comércio e da Indústria da França, Paris, 23.02.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

¹²¹ Correspondência de Ploton, encarregado Comercial da França no Brasil, para o ministro de Comércio da França, Rio de Janeiro, 28.12.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

várias esquadrilhas de aviões, carros de assalto a dotaram os meios de ação mais eficazes que pode dispor hoje uma força de Exército”.¹²²

Os canhões devem ser Schneider, as metralhadoras e fuzis Hotchkiss, os autos podem ser Citroen ou Renault. O importante, para o momento, é o encarregado da França se aproximar mais do governo paulista para obter o privilégio de todas as encomendas. E, como o governo federal proíbe a compra de armamentos pesados pelos estados, Ploton considera que: “nós devemos agir com a mais extrema prudência para não nos expor à dificuldades caso a situação fique delicada entre os dois governos”.¹²³

O projeto de reorganização é audacioso, de 8.829 homens passa para 14.079, aumentando os gastos orçamentários do estado com a polícia, de 23 mil contos de réis para 45 mil contos de réis. Mas esse projeto é criticado pelo senador João Sampaio, que assim se manifesta:

No perigo de um militarismo declarado, que já colocou muitas vezes em perigo nossas instituições, por feito de elementos subversivos de nosso exército nacional, mais o perigo de um militarismo regional, mais perigoso talvez se nós considerarmos a composição das tropas e dos estados maiores do exército e dos estados. A rivalidade dos estados particularmente sobre este terreno ingrato, fará forçosamente sentir seus efeitos perniciosos. E a União ela mesma poderá um dia se encontrar impotente na presença destes elementos coligados. Como o governo federal poderá em caso de luta entre dois estados impor sua intervenção aos beligerantes se estarão mais eficazmente armados que ele? Se a paz armada, no domínio internacional, é um mal, que diria de uma paz armada que se organiza no seio de um país e que tende a por em fracasso a autoridade do poder central?¹²⁴

Como a situação interna não é fácil e a Constituição Federal não autoriza o estado de São Paulo a executar essa compra de material de guerra, Hoppenot, o representante francês no Brasil, aconselha:

as complicações internas e externas que estão surgindo na política de armamento atual neste Estado devem nos ditar uma atitude reservada perante as compras que São Paulo se propõe a fazer na Europa e particularmente na França. Eu creio que toda intervenção oficial deve ser cuidadosamente descartada como as conversas entre os representantes paulistas e as indústrias francesas, e eu me proponho de minha parte, salvo indicações contrárias de vossa excelência, de não acolher, senão com grande reserva as entradas que podem ser feitas nesta embaixada a este respeito.¹²⁵

¹²² Correspondência de Henri Hoppenot, encarregado de assuntos franceses no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 7.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

¹²³ Correspondência de Ploton, op. cit. nota 121.

¹²⁴ Correspondência de Henri Hoppenot, op. cit. nota 122.

¹²⁵ Id., ib.

A França, assim como deseja vender para São Paulo todo material bélico de que o estado necessita para reequipar sua força pública, tem interesse em não se indispor com o governo federal brasileiro. Resolve, então, agir com prudência e, caso seja efetuada alguma venda para esse estado federado, ela deve ser feita extraoficialmente, sem contrair incompatibilidades com o governo central, a fim de não prejudicar a MMF.

Além de São Paulo, outros estados também passam a solicitar a importação de armamentos; entre eles, figura o Rio Grande do Sul. O estado gaúcho encomenda armas e munições sob o pretexto de armar a polícia de certas municipalidades. Como essas encomendas são feitas sem intervenção oficial do governo brasileiro, o ministro francês aconselha a não aceitá-las.¹²⁶

O comandante da Missão de São Paulo, o gen. Nerel, aplica, na força de São Paulo, os mesmos regulamentos que o gen. Gamelim traduzira para o Exército Brasileiro. A contratação, em 1905, da MMF pelo estado de São Paulo é feita contra a vontade do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, “que se declarou adepto de uma missão alemã”.¹²⁷ Essa missão se encontra, assim, em situação delicada, pois não é reconhecida pelo governo federal. Mas, o importante para a França é enviar missões para manter a influência francesa nos mais diversos lugares. Como argumenta Mangin:

É preciso dar a cada estado o tipo de missão que eles desejam: missão de comando no Peru, estágio na França para o Chile, missão de instrução no Uruguai, missão de instrução no Brasil, missão privada em São Paulo, falta que faria estes diversos governos procurarem no estrangeiro e talvez na Alemanha, o que faltasse em nossos serviços.¹²⁸

Até 1913, a MMF de São Paulo é chefiada por Paul Balagny que, de 1913 a 1914, vésperas da Primeira Guerra, é substituído por Antoine François Nerel. Em 1919, após findar o conflito mundial, Nérel reassume novamente a chefia da missão. O coronel Jusselain, comandante da missão de aviação, passa a ter problemas com o governo do estado de São Paulo. Como afirma o embaixador da França no Brasil: “o governo de São

¹²⁶ Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o ministro da Guerra da França, Paris, 16.12.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

¹²⁷ Correspondência do gen. Mangin, membro do Conselho Superior da Guerra, para o ministro da Guerra da França, s.d. Paris: Arquivo SHAT, 3394, p. 9.

¹²⁸ Id., ib.

Paulo está cansado da insistência do coronel Jusselain e notavelmente de sua pretensão de ser recebido quando lhe convém pelo Ministro da Justiça”.¹²⁹

A insistência de Jusselain ameaça provocar uma ruptura entre franceses e paulistas que querem o seu afastamento da chefia da missão militar. A diplomacia francesa intervém pedindo calma para resolver a questão. A missão de aviação é dispensada em 1924.

¹²⁹ Correspondência do embaixador da França no Brasil para Stephen Fignon, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.02.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

4 Missão Militar Francesa de 1925 a 1929

O resultado obtido pelos franceses, em 1925, é pouco proveitoso. Há poucos alunos inscritos e com baixo aproveitamento. O problema financeiro persiste, faltam meios materiais em todos os domínios, bem como unidade de instrução na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Cavalaria. O único setor exitoso é a missão técnica de pólvoras e explosivos. O ano encerra-se sem esperanças de criação da arma da aviação, como o projetado.¹

No ano de 1927, são intensificados os exercícios práticos por meio das manobras que, segundo Spire: “marcaram o despertar do exército brasileiro após o período de letargia no qual ficou mergulhado no governo precedente”.² As manobras mostram o quanto a instrução vem sendo aproveitada pelos alunos das escolas e comprovam o nível de preparação das unidades.

O ano, segundo o gen. Coffec, é profícuo, se confrontado com as dificuldades enfrentadas: de um lado, a desorganização provocada pelo governo e ministro da Guerra precedentes; de outro, o tempo gasto, no Brasil, para a realização de qualquer coisa. De acordo com o chefe da MMF, os dirigentes atuais fazem um sério esforço.³ Em 1927 é criado o Conselho Superior da Defesa Nacional que só funciona realmente a partir de 1928, sendo atualmente o Conselho de Segurança Nacional.

O ministro da Guerra decide aplicar o princípio de que todos oficiais promovidos a posto superior, especialmente os promovidos por escolha, devem comandar uma unidade de seu novo posto no Rio Grande do Sul. Essa medida gera muita satisfação entre os franceses, que defendem o fim das promoções por simples escolha, sem avaliação dos méritos de estudo. Conforme Spire: “Esta medida terá, sobretudo, por efeito fazer cessar em parte, a injustiça de dividir os oficiais em duas categorias: os privilegiados que não deixam a

¹ Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 5.02.1926. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

² Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.11.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³ Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

guarnição do Rio e os sacrificados que estão condenados eternamente às guarnições longínquas infortáveis”.⁴

4.1 Renovação e alterações no contrato de 1927

A França via como necessária a renovação do contrato tanto para venda de material, quanto para a manutenção de sua influência sobre os militares brasileiros. Mas o Brasil aproveita-se das ocasiões de renovação de contrato para aumentar suas exigências. Em 1927, solicita a supressão do n.7 do art. II, no n.25 do art. IV, propõe a supressão da palavra “obrigatoriamente”, bem como a modificação dos textos do n.36 do art. VI e do n.38 do art. VII e o acréscimo, no final do n.10 do art. II “subordinado tudo porém às leis administrativas brasileiras”.

O n.7 do art. II suprimido tem a seguinte redação: “o governo federal se empenhará em obter dos governos dos estados, para fim de coordenação, que os chefes de missão militar que eventualmente estejam engajados em algum estado da República Federal, recebam do ponto de vista dos métodos de Instrução e de questões de pessoal, suas diretivas do chefe da Missão Militar Francesa. A este efeito, o governo federal fará acreditar-se junto aos governos interessados”.

De acordo com esse texto, o chefe da MMF passaria a dar instruções a todos outros chefes de missão, espalhados por outros estados federados, como é o caso de São Paulo. Mas o governo brasileiro resolve acabar com esse poder do chefe da MMF. Assim, em 1927, exige a supressão desse item.

O presidente Washington Luís ordena a supressão da palavra “obrigatoriamente” do n.25 do art. IV do contrato como condição para a sua renovação. Esse artigo tinha o seguinte teor:

O general chefe da missão é colocado ao lado do chefe de Estado Maior do Exército Brasileiro como assistente técnico para a instrução e organização, ele colabora estreitamente com ele e deve ser obrigatoriamente consultado sobre todas as questões de instrução.⁵

⁴ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, jan.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁵ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 17.05.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

No n.36 do art. VI, a alínea (a) passa a ter a seguinte redação: “os impostos de toda natureza, presente e futuro, sobre os tratamentos e indenizações serão, no que concerne os membros da Missão Militar Francesa a cargo do governo brasileiro e pago a seus cuidados nas mesmas condições dos direitos aduaneiros”. Já a alínea “b” estabelece: “os impostos presentes e futuros que podem atender ao tratamento e indenizações serão para o governo brasileiro como direitos de aduana”. E acrescenta: “mediante requisição escrita do chefe da missão”.

O n.38 do art. VII: “o transporte do mobiliário e as bagagens pessoais da missão (e de sua família) tanto por terra quanto por mar, se fará as custas do governo brasileiro, que nas condições previstas no artigo VI N.36 ‘b’ terá inteiramente a sua responsabilidade os direito de aduana referente as suas bagagens e mobiliários”.

O governo quer suprimir toda isenção de impostos e de direitos, abolindo todos os favores aduaneiros.⁶ A renovação desse contrato é assinada em 8 de setembro de 1927. Em outubro de 1928, o gen. Tasso Fragoso, chefe do EME, acompanha uma manobra anual de quadros sob a direção do chefe da MMF, ocasião em que Spire aproveita para reforçar ao gen. Fragoso a necessidade de realização de estudos estratégicos das regiões brasileiras e de execução de planos de defesa.⁷

4.2 Viagem ao Rio Grande do Sul

Em janeiro de 1928, Tasso Fragoso, chefe do EME, decide fazer uma viagem ao Rio Grande do Sul e Mato Grosso, acompanhado de oficiais franceses. Essa viagem é importante pelo contato direto com a realidade do país: a imensidão geográfica, as áreas desertas e as dificuldades de comunicação e abastecimento. Nas regiões mais distantes, existem, à época, poucos homens, sendo essa uma das causas de insubmissão. Segundo Spire: “Já existem quadros e às vezes quadros de valor que já passaram pelas nossas escolas

⁶ Relatório de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.05.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁷ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.11.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

e com esforço governamental daqui a um ou dois anos a reconstituição desses corpos de tropa deverá ser completa”.⁸

A tendência no Brasil, nesse momento, é a concentração de efetivo nos principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Com a vinda da missão, há uma maior distribuição de pessoal que passa a se deslocar para outras áreas consideradas estratégicas, como a região fronteiriça. De acordo com análise de Carvalho, “a população brasileira entre 1890 e 1930 cresce 162%, enquanto os efetivos têm um aumento de 220%: 1920- 30.000 homens; 1930- 50.000 homens e 1940- 93.000 homens”.⁹ A terceira região, Rio Grande do Sul, cria um serviço de captura de insubmissos que rende ótimos resultados, sendo seguida pelas outras regiões.

Em dezembro de 1928, a equipe realiza uma outra viagem de estudos ao Rio Grande do Sul, passando por São Paulo, Paraná, Santa Catarina, estados cortados por vales abruptos, rios tortuosos, terrenos difíceis e poucos recursos. No Rio Grande do Sul, as características do terreno são outras, e a viagem pode ser feita de automóvel. A região apresenta leves ondulações, sendo propícia à criação de gado. As cidades percorridas são Santiago, São Luiz Gonzaga, São Borja, Itaqui e Santo Ângelo, locais indicados para a instrução da cavalaria.¹⁰

4.3 Propaganda e expansão cultural francesa no Brasil

A diplomacia francesa visa a desenvolver sua propaganda no Brasil com vistas à sua proposta expansionista. Conforme o adido militar: “É preciso nos convencer que nossos interesses devem ser a todo momento sustentados pela ação de uma publicidade judiciosa”.¹¹ É nessa direção que ganham sentido as sugestões de criação de órgãos franceses, tais como revistas periódicas, e de aproximação com grandes jornais brasileiros. É a propaganda usada como arma política em âmbito internacional.

⁸ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁹ CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p.30.

¹⁰ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.12.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

¹¹ Relatório do adido militar da França no Brasil, Rio de Janeiro, 13.12.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, 172-6.

O embaixador da França no Brasil, Conty, solicita ao governo francês mais verbas para empregar em propaganda no Brasil, principalmente para fazer frente a todas as ações da Alemanha. O governo francês autoriza então o envio de 24.000 francos, destinados a gastos com a imprensa.¹² Como ressalta Conty: “Para a propaganda, para a imprensa, os alemães tem feito, antes e depois da guerra, um esforço financeiro considerável”.¹³

A MMF tem, em dezembro de 1921, um membro encarregado dos assuntos de expansão cultural no meio militar, o major Pendariès.¹⁴ Na visão de Salon, o desejo francês de expansão cultural está acima de sua ambição de exportação de material bélico. Veja-se sua afirmação a esse respeito: “é mais forte que os interesses materiais. A irradiação cultural francesa no mundo foi colocada numa larga medida por muitos lugares de expansão política e militar”.¹⁵

Salon considera que todo contato entre dois ou mais sujeitos, mesmo para executar acordos econômicos e comerciais, constitui-se em uma troca cultural: “a formação dos oficiais e soldados estrangeiros é uma formação, uma ação cultural”.¹⁶

No Brasil, analisa Conty, a imprensa escreve apenas para as grandes cidades, é lida apenas nos locais em que se encontram os dirigentes do país; portanto, a tiragem é muito baixa: “nenhum jornal tira mais que 12.000 exemplares”.¹⁷ Os franceses usam a agência Havas como meio de divulgação de sua propaganda. Segundo Conty: “Graças à Agência Havas, me é possível fazer passar gratuitamente, sob a forma de telegrama vindo de Paris, as informações postas nos envios coletivos do departamento”.¹⁸

A Agência Havas é um subterfúgio para a divulgação das idéias francesas no Brasil, sem custos aos cofres franceses, embora nem sempre esses textos sejam considerados e divulgados pelos jornais brasileiros. Daí por que se faz necessário o investimento em matérias de jornal, mas sem se restringir a um especificamente, pois, na visão francesa, a imprensa tem pouca importância no Brasil.

¹² Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.10.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

¹³ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.03.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, 172-6.

¹⁴ CHAUBET, François. La politique culturelle française et la diplomatie de la langue: L'Alliance Française (1883-1940). Paris: L' Harmattan, 2006. p. 199.

¹⁵ SALON, Albert. L'action culturelle de la France dans le monde. Paris: Nathan, 1983. p. 42.

¹⁶ id., ib., p. 150.

¹⁷ Correspondência de Conty, op. cit. nota 13.

¹⁸ id., ib.

O *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1921, traz um artigo citando seu correspondente argentino *La Prensa*, a respeito do tema MMF no Brasil. O jornal argentino elogia Calógeras pela iniciativa de contratar a MMF e afirma que o Exército Brasileiro já fez progressos significativos, como o aumento de efetivo para 74.000 homens.¹⁹

George Dumas, preocupado com a expansão da influência francesa no Brasil, fica muito satisfeito ao saber da constituição de uma missão militar. Afirma: “Uma missão composta por um homem político conhecido, de um general, e qualquer especialista terão certamente uma influência excelente neste momento”.²⁰ Dumas cita inclusive nomes de prováveis chefes de missão, tais como Joffre, Pichon, entre outros.

Dumas relata o ataque do clero brasileiro à MMF e a luta contra a concorrência norte-americana que incentiva a fundação de escolas e associações no Brasil. Ele pensa que é importante atrair os jovens, as gerações vindouras, estudando as questões de ensino no Brasil e averiguando o que poderia ser feito pela França.

A França envia oficiais qualificados para o treinamento e instrução dos oficiais brasileiros, pois faz parte da propaganda francesa estar bem representado junto a países cujos mercados se deseja conquistar: o gen. Gamelin fora ex-chefe de gabinete do marechal Joffre, havendo comandado uma brigada de caçadores e sido chefe de Estado Maior de uma unidade do exército francês; o maj. Petitbon fizera o curso de Estado Maior e estágios em vários estados maiores; o gen. Durandin fora chefe de Estado Maior da artilharia e diretor do curso de artilharia para oficiais superiores; o gen. Huntziger fizera o curso do Centro de Altos Estudos Militares, exercera o comando do corpo de ocupação francesa no Chile e fora chefe do Estado Maior Geral.²¹

¹⁹ O Exército Brasileiro e a missão militar francesa. *Jornal O Brasil*, Rio de Janeiro, 13.11.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-175.

²⁰ Correspondência de George Dumas para Emile Borel, Rio de Janeiro, 30.10.1917. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

²¹ Pasta Missão Militar Francesa. Brasília: Centro de Documentação do Exército Brasileiro.

4.4 Vigilância francesa sobre as iniciativas alemãs

A MMF é importante, do ponto de vista francês, para combater a influência alemã e defender os interesses nacionais franceses, pois mesmo as casas comerciais e as indústrias alemãs, consideradas inimigas pelos aliados, tinham liberdade para registrar suas marcas no Brasil, na Junta de Comércio.²²

Os alemães mantêm bastante ativa sua propaganda no Brasil, atacando o Tratado de Versalhes, a Polônia, a Tchecoslováquia e a ação da França na guerra do Marrocos, além da divulgação de permanentes reclames de suas indústrias.²³

Os franceses permanecem em constante vigilância sobre as relações de brasileiros com alemães, no que diz respeito ao comércio e à indústria. Ainda em 1918, o brasileiro José Levy tem as correspondências pessoais e de sua empresa Levy Neto vigiadas pelos franceses, porque recebe, todas as semanas, a visita de um empregado da casa alemã Hermann Stoltz, de São Paulo e, com frequência, volumosas cartas com o selo oficial da Alemanha.²⁴

Outro caso digno de nota é uma carta de Bernhard Stark, da Berringer & Co, enviada para Franz Hermann, da firma Hermann & Cia, retida pelos franceses. O documento expõe a intenção de criar, em Hamburgo, uma firma para exportação e importação entre Alemanha e Brasil. Stark deixa claro que os alemães no Brasil possuem toda liberdade para estudar as necessidades do país e recomenda que o negócio seja auxiliado apenas por pessoas de confiança, favoráveis à ação alemã.²⁵

A colônia alemã no sul do Brasil é, à época, já bastante expressiva, o que facilita a evolução dos negócios e das relações diretas entre Brasil e Alemanha. Se comparada à colônia francesa em São Paulo, essa é pequena, quase inexpressiva, sendo composta por alsacianos que trabalham com comércio. Para apoiar esses poucos colonos no Brasil, a França defende a criação de um escritório de comércio francês. No Brasil, em 1925, há cerca de 560.000 italianos, 52.800 alemães e apenas 11.800 franceses.

²² Documento, 11.05.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 34, 174-3 e 174-5.

²³ Correspondência de Jasseron, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.10.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

²⁴ Correspondência de Lucciardi, cônsul da França em São Paulo, para Stephen Pichon, ministro das Relações Exteriores da França, s.d. Paris: Arquivo MRE, dossiê 34, 174-3, 174-5.

²⁵ Documento, 15.05.1915. Paris: Arquivo MRE, dossiê 34, 174-3.

O Brasil não tem então interesse em barrar as firmas alemães, principalmente porque elas significam desenvolvimento para um país eminentemente agrícola. O cônsul francês Lucciardi ressalta: “Eu já assinalei a extrema má vontade do governo brasileiro em especial de seu atual presidente para tomar medidas sérias contra as firmas alemães estabelecidas em seu território”.²⁶

As firmas Teodor Wille e Hermann Stoltz são perseguidas pelos franceses, que pressionam o governo brasileiro para acabar com a expansão desses negócios no país, bem como bloquear as operações dos bancos alemães. Os franceses percebem a rapidez com que os alemães expandem seus negócios pelo mundo. Poidevin afirma: “Se os capitais alemães no mundo estão longe de atingir o nível dos franceses, é preciso sublinhar, (...) que a expansão rápida dos bancos alemães no estrangeiro serviam os interesses econômicos e outros do Reich”.²⁷

O rápido avanço dos bancos alemães no Brasil age em detrimento das finanças francesas. Segundo Poidevin: “o *Brasilianische Bank Für Deutschland* serve os interesses alemães e é o correspondente de dois grandes bancos franceses: o *Credit Lyonnais* e o *Comptoir National d'Escompte de Paris*”.²⁸ Poidevin analisa o recuo francês e o avanço alemão como conseqüências do dinamismo das companhias marítimas germânicas e da boa organização do comércio alemão.

Com muita insatisfação, os franceses registram a chegada, ao Rio de Janeiro, do general alemão Litzmann, que vem fazer conferência no Clube Germânia sobre as operações militares das quais participa no front Russo. O ingresso para a palestra custa dois mil réis, e os militares brasileiros fardados entram gratuitamente. Está clara a intenção, por parte do general, de fazer propaganda dos feitos alemães no meio militar brasileiro, o que provoca a irritação nos oficiais franceses, que disputam o mercado de armas com a Alemanha.

A rivalidade entre França e Alemanha é, à época, tão acirrada que qualquer informação sobre infiltração alemã nas forças militares brasileiras gera uma investigação.

²⁶ Correspondência de Lucciardi, op. cit. nota 24.

²⁷ POIDEVIN, Raymond. La puissance française face à l'Allemagne autour de 1900. In: POIDEVIN, Raymond (org). La puissance française a la belle époque – mythe ou réalité? Paris: Complexe, 1989. p. 227-239.

²⁸ POIDEVIN, Raymond. Les relations économique et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914. Paris: Armand Colin, 1969. p. 336.

Em 1921, chega aos ouvidos de Gamelin que um oficial ativo do exército alemão trabalha no Serviço Geográfico, no qual opera a missão austríaca. Ao verificar a informação, os franceses descobrem que se trata do major responsável pela organização da base de Zeebrugge²⁹, que trabalha para a marinha no estudo e estruturação do Posto Militar do Rio.

Este major fora contratado como um civil; mas, na visão francesa, ele está junto aos austríacos na missão de serviço geográfico para conseguir documentos a respeito do território brasileiro. Esse fato leva Gamelin a afirmar que é difícil entender que os brasileiros permitam que um militar alemão da ativa permaneça infiltrado no exército e na marinha brasileira, pois “assinaram o Tratado de Versalhes, são membros ativos da Sociedade das Nações e se dizem grandes amigos da França”.³⁰

O cônsul da França em Porto Alegre, Puech, recebe brochuras do governo francês para continuar sua propaganda pró-França. Além de acusar o recebimento do material, Puech, faz as seguintes observações sobre a propaganda alemã: “Uma chamada de protesto da ‘Liga das Sociedades Germânicas do Rio Grande do Sul’, contra a ocupação de Ruhr, publicada na Sessão Livre do Correio do Povo, o maior jornal de informação do estado, feito em janeiro deste ano (1923)”.³¹

Esta matéria gera certa comoção entre os gaúchos, pois trata de crianças alemãs com tuberculose que vivem na região de Rhur, chamadas de as vítimas da ocupação francesa. De acordo com Puech, por intermédio do apelo filantrópico: “há um violento protesto político nacional alemão assinado pelo ‘Deustcher Verban’ o cônsul da Alemanha, e o banco alemão Pfeiffer”.³² O jornal O Pharol, órgão da Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica, também fornece notícias sobre a ocupação francesa e procura vitimar os alemães. Os franceses consideram que, no Rio Grande do Sul, a colônia alemã é grande e expressiva e que esses teuto-alemães estão a serviço do governo da Alemanha.

O governo alemão não subvenciona diretamente as escolas alemãs de São Paulo e dos estados sulinos, notícia essa que é bem-vinda aos ouvidos franceses. Existem comitês especiais que recebem do governo alemão, por intermédio do cônsul alemão, subvenções,

²⁹ Zeeburge é uma cidade na costa da Bélgica, uma subdivisão de Bruges, onde foi construída uma base naval alemã na Primeira Guerra Mundial.

³⁰ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.06.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

³¹ Correspondência de Puech, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 13.08.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

³² id., ib.

destinadas a ajudar as escolas e a recompensar a imprensa pelas notícias favoráveis à Alemanha. Segundo Conty:

Apenas para o estado de São Paulo, as subvenções tinham atingido um total de 85 contos de réis, ou seja: dois milhões de marcos em papel. Para o ano de 1922, o governo alemão decidiu elevar esta subvenção à um total de 100 contos (ou seja, dois mil e quatrocentos marcos em papel).³³

A França está atenta a todos movimentos do governo alemão no Brasil, do incentivo às escolas de línguas, aos contratos comerciais e às iniciativas dos colonos na região sul e sudeste.

4.5 Críticas à Missão Militar Francesa

Logo que termina a Primeira Guerra Mundial, os jornais brasileiros, em especial *O Comércio* e *O País* fazem críticas à França quanto à questão dos navios alemães presos pelo Brasil durante o conflito; esses navios são alvo de ambição francesa, que deseja distribuir o material apreendido de acordo com as perdas de cada país aliado, o que contraria os interesses brasileiros, pois o Brasil é o país que menos prejuízos teve com a guerra e que apreendeu maior quantidade de material inimigo. Posteriormente, com o desenrolar dos fatos e a vinda da MMF para o Brasil, o foco das críticas dirige-se a algumas ações dos militares franceses e às negociações feitas entre França e Brasil.

A edição de 8 de março de 1921 do jornal *A Razão* critica o material francês vendido no país, dizendo que o Brasil é um país suicida por comprar metralhadoras velhas para seu exército: “comprando metralhadoras reduzidas com vida apenas de oitocentos tiros, jamais poderemos enfrentar com eficiência inimigos que possuam metralhadoras novas, logo, de mais perfeita pontaria e com vida de nove a doze mil tiros”.³⁴

Em 7 de abril de 1921, o mesmo jornal publica um artigo acusando o governo, em especial, o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, de forçar o exército a comprar material bélico impróprio para as características do país, como o canhão Saint Chamond, beneficiando com isso a França. Esse canhão é pesado e inadequado a terrenos íngremes e acidentados: “após poucos tiros, se encravam na terra, tão fundamente, que as suas

³³ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 24.01.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

³⁴ Armamentos que desarmam. *A Razão*, Rio de Janeiro, 8.05.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

guarnições não podem deslocá-los”.³⁵ Além de criticar o canhão Saint Chamond, o jornal elogia os canhões Schneider, argumentando que eles são mais leves e oportunos ao tipo de terreno brasileiro.

A Razão denuncia o fato de as metralhadoras importadas da França serem caras e sem nenhum valor ofensivo, de os canhões serem inadequados e de Calógeras não servir aos interesses do Brasil, mas aos da França. Essas críticas levam Conty a afirmar: “Esses ataques se produzem em um jornal notoriamente pago pelos alemães, para prejudicar nossa influência e nosso prestígio neste país”.³⁶

O embaixador da França no Brasil, Henri Hoppenot, reclama para o ministro das Relações Exteriores da França, Édouard Herriot, a publicação de um artigo no jornal O Comércio do Paraná, segundo ele, com odiosas acusações contra a MMF. Herriot escreve para Felix Pacheco, ministro das Relações Exteriores do Brasil, solicitando providências enérgicas de parte do governo brasileiro para punir esse veículo de imprensa.³⁷

Pacheco não responde aos apelos do representante francês, porque os insultos da matéria jornalística são contra membros da missão militar e não desrespeitam a pátria francesa, e nem mesmo, o seu exército. Hoppenot não aceita a explicação de Felix Pacheco e mantém sua posição de que o governo brasileiro deveria fazer algo judiciosamente para evitar a exposição de franceses a manchetes caluniosas. Pacheco assim se pronuncia:

No artigo do “Comércio do Paraná” não há ofensa a nobre nação francesa e nem ao seu exército, mas somente, a alguns militares que pertencem à Missão Francesa, que vieram instruir nosso exército. É preciso não confundir estas pessoas com a nação, o povo ou o exército aos militares que fazem parte dela.³⁸

Felix Pacheco argumenta que o art. 4 do decreto n. 4.743, 31.10.1923, condena ofensas feitas contra nações estrangeiras, e que, no caso desse jornal, as ofensas não são contra a França, mas contra membros da MMF, o que adentra na esfera pessoal. Assim, nada pode fazer em relação à penalização judicial federal contra O Comércio do Paraná.³⁹

³⁵ O Sr. Calógeras prepara a nossa derrota militar. A Razão, Rio de Janeiro, 7.04.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

³⁶ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.05.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

³⁷ Correspondência de Henri Hoppenot para ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 13.04.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

³⁸ Correspondência de Felix Pacheco, ministro das Relações Exteriores do Brasil, para M. Henri Hoppenot, Rio de Janeiro, 8.04.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

³⁹ Correspondência de Felix Pacheco, op. cit. nota 38.

Esse jornal talvez não tenha muita relevância dentre os jornais publicados no Brasil nesse período, mas, devido às críticas feitas à MMF, adquire destaque na correspondência diplomática. O artigo do jornal *O Comércio do Paraná*, editado em Curitiba, em 15 de janeiro de 1925, n. 4.109, traz a seguinte crítica à MMF:

O General Gamelim que comandou a Missão durante cinco longos e infelizes anos, já partiu para sua pátria, após ter feito muito pouco pelo nosso exército e ter aproveitado muito de nosso Tesouro.

Estes cinco anos foram anos de tortura, de sofrimento, de humilhação para a dignidade militar de nossos oficiais e de nossos soldados.

A Missão Francesa, contratada, para nossa infelicidade, no Brasil, pelo governo Epitácio Pessoa, com o fim de instruir nosso exército, de acordo com os mais recentes métodos guerreiros da Europa e de desenvolver a capacidade e a disciplina nos melhores exércitos do mundo, executou sua missão de forma deplorável, capaz de provocar nos brasileiros dignos, uma justa indignação. Se o exército fez qualquer progresso, isto é devido unicamente aos esforços e as capacidades dos nossos próprios oficiais, e não a indiferença fantasma e má vontade reconhecida nos membros desta infeliz missão.

O que fizeram na realidade, estes franceses encarregados do exército senão de repugnantes parasitas da fortuna pública?

Nada ou quase nada. E tudo que eles puderam fazer, é ter provocado a morte de oficiais brasileiros em acidentes preparados ou previstos por sabotagem de motor dos aeroplanos e de outras monstruosidades, como a que se passou a pouco no Rio de Janeiro.⁴⁰

As matérias contra a MMF criticam também algumas cláusulas do Tratado de Versalhes, devido à forma dura e implacável com que os aliados tratam a Alemanha.⁴¹ Mas, no entender de Conty, essas notas fazem parte de uma campanha movida contra o governo francês: “as origens da campanha atual são bem visíveis: todos nossos inimigos são ligados contra nós para diminuir nossa influência no Brasil, e pelo termo inimigo é preciso entender não apenas os alemães, mas ainda os bolchevistas”.⁴²

A oposição aos franceses no meio militar brasileiro ocorre de dois modos distintos: via oficiais mais antigos que não dão conta de estudar e aprender os ensinamentos; e via um pequeno grupo dos oficiais mais jovens que freqüentaram a escola alemã, os jovens turcos.

⁴⁰ *Comércio do Paraná*, documento anexo à correspondência de Henri Hoppenot para o ministro das Relações Exteriores da França. Rio de Janeiro: 21.03.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32.

⁴¹ O Brasil detem 46 navios mercantes alemães, dos quais 30 são afretados pela França. A idéia francesa é compartilhar os navios apreendidos entre os aliados na proporção de suas perdas, fato que desfavorece o Brasil visto ter ele perdido 25.000 toneladas e capturado 216.000 toneladas. Nesse impasse, o Brasil cogita não assinar o Tratado de Versalhes.

⁴² Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 5.04.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Entre as acusações mais freqüentes, está a de venda de material velho e usado para o Exército Brasileiro, conforme ressalta Moraes:

Os oficiais da escola de Estado Maior do Exército já haviam encontrado capacetes furados por balas e máscaras contra gás sujas de sangue entre o material de treinamento fornecido pelos franceses, provas indiscutíveis de que a missão aproveitava-se do acordo militar com o Brasil para esvaziar seus depósitos de ferro-velho.⁴³

Essa mesma acusação sobre o material exportado pela França para o Brasil, também é feita por Mccann: “O maj. Ivan Carpenter Ferreira, que Tasso Fragoso envia à França para três anos de estudos na Escola Superior Aeronáutica, classifica o equipamento francês vendido ao Brasil de ultrapassado, pronto mesmo para se jogar no lixo”.⁴⁴

Os franceses preocupam-se com a opinião e as considerações a respeito da MMF, não apenas de parte dos brasileiros, como também dos alemães. O jornal alemão Tag de 18 de março de 1926 publica um artigo com críticas à MMF no Brasil, acusando os oficiais franceses de moverem campanha anti-alemã com o único fim de vender para o Brasil material de guerra fora de uso. Margerin reproduz os seguintes comentários do artigo do Tag:

Como as baterias de artilharia que serviram na primeira batalha de Marne foram vendidas como novas ao exército brasileiro, e os aviadores franceses sabotaram voluntariamente os aparelhos de aviação militar, para forçar o governo federal a fazer novas compras, sem se preocupar naturalmente em colocar em perigo a vida dos aviadores brasileiros.⁴⁵

O jornal alemão Tag, segundo documento francês, é de extrema direita, e, além de acusar a MMF de vender material bélico velho, usado e ultrapassado, também faz a seguinte denúncia, como relata Margerin: “as passagens mais odiosas deste artigo, acusavam os oficiais aviadores franceses de enviar para a morte seus camaradas brasileiros”.⁴⁶

As críticas e denúncias feitas pelos jornais brasileiros e pelo jornal alemão demonstram que o Brasil adquiriu o excedente de guerra da França, sendo usado como

⁴³ MORAIS, Fernando. Montenegro: as aventuras do Marechal que fez uma revolução nos céus do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006. p. 15-16.

⁴⁴ MC CANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército Brasileiro 1905-1945. In: Revolução de 1930 – Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1983. p. 229.

⁴⁵ Correspondência de Margerin, embaixador da França em Berlim, para o ministro das Relações Exteriores da França, Berlim, 19.03.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

⁴⁶ id., ib.

consumidor de armamentos em desuso. Aproveitando-se de sua influência cultural e militar, a França se beneficia economicamente de um país sem armas e sem instrução.

4.6 Olhar epistemológico dos franceses

Os franceses consideram os chefes militares brasileiros alienados e impossibilitados de cumprirem os programas de instrução. O EME está completamente desorganizado e reina a indisciplina: “criaram no exército uma mentalidade de pseudo-disciplina, armada de sofismas e toda feita de falsas aparências a mercê da qual floresce a vadiação, proliferam os parasitas e ascendem na escala hierárquica os espertos e os sortudos”.⁴⁷

De acordo com os franceses, o soldado brasileiro é bravo e resistente às condições ruins de toda ordem que enfrenta: a vida rude que leva, o inconveniente da mistura de raças e a existência freqüente de doenças. O valor da tropa depende, devido às grandes diferenças geográficas do país, da região habitada. Os estados do sul até São Paulo e Minas Gerais são os que fornecem os melhores homens. Os gaúchos são por eles considerados aptos cavaleiros de guerra.

Não existem, no funcionamento geral do Exército, atividades metódicas, sistemáticas e coordenadas. O armamento é ultrapassado, antiquado e insuficiente; o serviço militar, fraco; a justiça militar precária e a hierarquia inexpressiva. Quanto à defesa nacional, nada está organizado. A justiça militar precisa urgentemente de pessoal qualificado para evitar insubordinações e falta de disciplina.

Todo militar punido disciplinarmente tem o direito de pedir *habeas corpus*. O problema que os franceses vêem nessa lei é que os juízes civis são indiferentes às questões militares e, muitas vezes, relaxam a prisão de sujeitos com faltas indisciplinadas, gerando a sensação de que todos podem fazer o que lhes aprouver sem punição, desautorizando, com isso, o chefe militar que impôs a pena.

O Supremo Tribunal Militar é composto por quatro juízes civis e cinco militares. Segundo Coffec: “só é competente quando não intervém nenhum elemento civil. E ele só é

⁴⁷ Plano geral de ação para a reorganização definitiva do exército. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

supremo no nome, porque seus julgamentos são suscetíveis de serem chamados diante do Supremo Tribunal Federal”.⁴⁸

Coffec preocupa-se com o Exército acima de tudo. Conforme relato seu, um dos casos que coloca em cheque a ordem na instituição é o do gen. Menna Barreto, comandante da Primeira Região Militar. Ele inflige uma punição ao maj. Pessoa, que pede *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal, sendo atendido em sua demanda. Menna Barreto solicita então a cassação do *habeas corpus*, justificando as razões da punição e mostrando o quanto a disciplina seria afetada por essa iniciativa, mas seu pedido não é atendido.

Menna Barreto, nada mais tendo a fazer, envia sua demissão ao ministro da Guerra. Segundo Coffec: “esta foi uma manifestação não em favor do homem, mas contra a instituição do *habeas corpus* e contra a ingerência de um civil nos negócios interiores do Exército”.⁴⁹

Além dessa questão da justiça militar, há falta de disciplina, insubordinação e pouco preparo profissional; para a reorganização dessa força militar é necessária a hierarquização dos quadros de oficiais, de acordo com o valor de cada homem. Mas, durante a década de 20, os franceses encarregaram-se apenas das instruções e das escolas.

Em inúmeras correspondências, os membros da missão reclamam da falta de preparo e interesse do ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, pelos assuntos militares. Essas afirmações francesas não são vãs, pois, enquanto os franceses lutam pela abertura de bibliotecas especializadas em assuntos táticos e estratégicos e mandam vir da França livros e trabalhos franceses para ampliar a visão dos militares brasileiros, o gen. Setembrino de Carvalho extingue a Biblioteca do Exército.

A Biblioteca do Exército, fundada em 1881 por Franklin Dória, então ministro da Guerra, tem, em 1925, suas obras e seus pertences distribuídos a terceiros. Em 1937, quando de sua reabertura, passa a ser chamada de Biblioteca Militar.⁵⁰ O Brasil, segundo

⁴⁸ Relatório de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 04.06.1926. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁹ id., ib.

⁵⁰ PEREGRINO, Umberto. História e projeção das instituições culturais do Exército. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

Gamelin, é um país sem classe média e sem verdadeira opinião pública. A elite rege os destinos do país, sem partidos políticos, apenas com clãs locais.⁵¹

4.6.1 Febre amarela

No ano de 1929, ocorre nova epidemia de febre amarela no Brasil, colocando os militares da MMF em alerta. O número de mortes registradas no Rio de Janeiro aumenta consideravelmente: de 16 óbitos em janeiro, para 41 em fevereiro, e para 136 em março. O médico francês integrante da MMF faz recomendações específicas aos militares que se destinam ao Rio de Janeiro, entre elas, a sugestão de que deixem a família na França para não expor mais pessoas ao perigo da doença. As recomendações enviadas pelos franceses para Paris são elaboradas em caráter confidencial. Conforme Marland:

Esta correspondência oficial se destina ao General de Divisão, chefe da missão, a dar informações exatas sobre a epidemia atual, também aos nossos chefes na França, as famílias chegadas aqui a pouco tempo, e aos camaradas que estão por uma estada maior, um julgamento exato sobre as coisas do Brasil.⁵²

O caráter confidencial do documento visa a que os brasileiros não tomem conhecimento das preocupações francesas, pelo dever assumido como militares em missão no estrangeiro, e também a que esse temor não cause uma impressão negativa, devido ao medo da epidemia. O Brasil tem uma imagem a zelar; caso essas notícias se espalhem e sejam oficialmente divulgadas, podem comprometer a reputação brasileira no exterior, diante da possibilidade de alastramento da doença. É preferível, dessa forma, que o assunto seja tratado com máxima discrição.

Os franceses descrevem as iniciativas brasileiras de combate à febre amarela como pouco eficazes na luta contra o mosquito transmissor da doença. A primeira medida é o isolamento dos doentes em hospitais, o que não funciona, devido aos falsos casos de febre amarela, pois há doentes com rubéola, gripe e febre tifóide misturados com pessoas que contraíram a doença.

As residências são desinfetadas todos os dias à tardinha, mas muitas casas não recebem a visita dos agentes públicos de saúde, porque são em número bem superior ao

⁵¹ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.08.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

⁵² Documento n. 11, elaborado pelo cel. méd. Marland, integrante da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 28.03.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

quadro de pessoal envolvido na operação sanitária. A última iniciativa, considerada pelos franceses como a mais eficaz, é o combate aos focos do mosquito: “perto de nove mil homens foram mobilizados (...) 67 milhões de francos foram gastos”.⁵³ A cada cinco dias, uma equipe dirigida por um estudante de medicina, passa a visitar as casas, orientando a população sobre como conter a epidemia.

Os países vizinhos procuram precaver-se contra a disseminação da febre amarela, mas eles são mal vistos pelos brasileiros que entendem essas prevenções como medidas contra o Brasil⁵⁴. A Argentina, em especial, coloca a população em alerta contra o problema, evitando, com isso, o aparecimento de focos do mosquito.

Depois de dez meses de febre amarela e quatro meses de verão tropical, o Rio de Janeiro está no ápice da epidemia. O número de casos ameniza no inverno, mas reaparece no verão. A febre amarela é um sério perigo a todos, não devendo ser menosprezada, pois se alastra por toda cidade e não tem cura; a única forma de prevenção é não ser picado pelo mosquito.

Nessa ocasião, existem duas soluções para os oficiais franceses que já participam ou vão integrar a MMF: o envio das crianças e das mulheres para localidades vizinhas, mais elevadas, onde não são constatados casos de febre amarela, como nas cidades de Petrópolis, Teresópolis, Friburgo, entre outras; ou o retorno das famílias para a França.⁵⁵ A previsão dos franceses é de que, com a chegada do inverno, “os casos de febre amarela vão diminuir sensivelmente pouco a pouco”.⁵⁶ O problema não tem nenhuma solução a curto prazo, dificultando o recrutamento de oficiais para missão, bem como levando alguns oficiais a pedirem rescisão contratual.⁵⁷ E, quando isso ocorre, novos oficiais passam a integrar os quadros da missão.

⁵³ Relatório sobre a febre amarela do cel. med. Marland, integrante da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 2.05.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁵⁴ id., ib.

⁵⁵ Circular do cel. med. Marland, integrante da Missão Militar Francesa, para os candidatos eventuais à Missão Militar Francesa no Brasil, Rio de Janeiro, jan.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3397. p.12.

⁵⁶ Relatório sobre a febre amarela, op. cit. nota 53.

⁵⁷ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

4.7 Método cartesiano

Um dos legados franceses aos militares brasileiros é o método cartesiano, um processo compreendendo raciocínio, comando, ensino (instrução) e execução. Segundo conferência proferida por Gamelin, em 1919, no Clube Militar:

Doutrina de guerra: a doutrina não é absolutamente perdurável, imutável, ela evolui também, mas muito lentamente; Seu primeiro passo é um método de raciocínio. Um método de raciocínio que encare as questões de guerra sempre sob o mesmo ponto de vista: missão, inimigo, terreno e meios.⁵⁸

O método cartesiano foi desenvolvido pelo francês René Descartes (1596-1650) e consiste basicamente em dotar de uma explicação racional a realidade física, comprovada racionalmente pelos fundamentos metafísicos. Descartes, que tinha a constante preocupação com a distinção entre o verdadeiro e o falso, concluiu que, apenas com o uso da razão, poderia identificar esse limite: “o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se chama o bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens”.⁵⁹

Sendo a razão igual nos homens, sua distinção está na aplicação: “porque não basta ter espírito bom, o principal é aplicá-lo bem”.⁶⁰ É o espírito que interfere diretamente na aplicação da razão, ou seja, as emoções, a imaginação e a sensibilidade. Assim, a metafísica é o fundamento da ciência cartesiana, “penso, logo existo”, pois, segundo Descartes: “nada existe no entendimento que não tenha primeiramente existido nos sentidos”.⁶¹

As experiências são necessárias, na visão de Descartes, à medida que se progride em conhecimentos. O cartesianismo é uma ciência dedutiva que valoriza o experimento, pois é através dele, nessa perspectiva filosófica, que se comprova a teoria. Para atingir o verdadeiro, Descartes aponta os seguintes passos:

nunca aceitar como verdadeiro qualquer coisa, sem a conhecer evidentemente como tal; dividir cada uma das dificuldades que tivesse no maior número possível de parcelas que fossem necessárias para melhor resolver; conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, gradualmente, até o conhecimento dos mais

⁵⁸ MIRANDA, Antônio Duarte. Doutrina militar brasileira. Rio de Janeiro: ESG, 1969. p. 15-16.

⁵⁹ DESCARTES, René. Discurso do método e tratado das paixões da alma. Lisboa: Sá da Costa, 1943. p.3.

⁶⁰ id., ib.

⁶¹ id., ib., p. 46.

compostos; fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais, que tivesse a certeza de nada omitir.⁶²

Os franceses usam, à época, esse método nas escolas e nas instruções militares. Num primeiro plano, valorizam a aplicação prática dos ensinamentos, ou seja, as manobras, pois é nelas que se pode efetivamente avaliar o quanto os alunos retêm das explicações teóricas. Os passos descritos por Descartes são aplicados então nas escolas, partindo de conhecimentos menos elaborados para chegar a estágios de maior complexidade.

O ensino francês é racional, valoriza o uso da razão, utilizando, para isso, a metafísica, os pensamentos ordenados em escala hierárquica, tal como a organização do próprio exército. Através da razão, é que se atinge o progresso, no caminho da verdade. De acordo com Matos:

A obra realizada foi sólida, ensinou-nos um método de raciocínio cartesiano que faculta o estudo dos problemas táticos ou estratégicos sob os mesmos ângulos, permitindo assim que sejam dadas, aos mesmos, soluções semelhantes por elementos diferentes; ensinou-nos a ler, entender, interpretar ensinamentos militares expostos nos livros dos mestres e dosá-los de acordo com o escalão considerado; proporcionou grande impulso à bibliografia militar brasileira, difundindo uma doutrina de guerra em publicações que incluíam história, geografia, (...). A meu ver o ensinamento vital da missão, por ser o mais duradouro, foi o método de raciocínio.⁶³

O cartesianismo, tal como é praticado pelos ensinamentos da MMF, só aceita como verdadeiro aquilo que for comprovado, ou seja, o que tiver fundamento científico. Para atingir a verdade dos fatos, o pensamento deve estar ordenado, identificando o problema e as possíveis soluções. Gamelin o chamava de *método do caso concreto*, por via do qual se aprende a fazer a guerra.⁶⁴ O aluno é obrigado a raciocinar para aprender, tendo que encontrar um fundamento e uma função prática no ensino teórico. Toda teoria destina-se à aplicação real; é o caso concreto que visa a desenvolver a mentalidade tática e a ação militar.

⁶² DESCARTES, op. cit. nota 59, p. 22-23.

⁶³ MATOS, João Batista de. Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 56, v. XLIII, p. 57, 2.s 1968.

⁶⁴ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1920, p. 78. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

4.8 Considerações sobre a Missão Militar Francesa

A missão militar encabeçada por Gamelin é considerada de grande sucesso pelos franceses, justamente por contar com um oficial de primeiro plano à frente das instruções. Como afirma Mangin:

A missão militar francesa do Brasil é um modelo do que deve ser uma missão no estrangeiro. Os resultados já conquistados confirmam o que eu tive a honra lhe dizer em uma de minhas últimas cartas sobre este assunto. Estas missões devem ser necessariamente compostas por oficiais de primeiro plano, senão elas irão fracassar. Elas são (...) um excelente modo de propaganda francesa no exterior.⁶⁵

Gamelin dedica essa fase da missão à instrução militar. Os regulamentos franceses são traduzidos para o português, facilitando a compreensão dos oficiais e dos homens da tropa. As conferências francesas são proferidas em francês para estimular o uso da língua, embora eles respondam às provas em português. É conferida ênfase às questões administrativas e de aviação. “A escola de aviação militar do Brasil é bem superior em vista das outras Repúblicas da América do Sul”.⁶⁶

Entre as importantes mudanças ocorridas devido à missão, estão o Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais, de 1920, bem como o Conselho de Defesa Nacional, criado em 1927 para planejar a mobilidade no território nacional, levando em consideração as dificuldades de transporte, de ordem econômica e o aspecto psicológico dos militares.

Durante a década de 20, a missão não vai além da instrução dos oficiais nas escolas. Conforme destaca Spire: “a missão é somente de instrução.(...) no domínio da organização não exercemos nenhuma atividade oficial e nossa interferência não se manifestou que por sugestões e conselhos amigais”.⁶⁷

A influência dos franceses no Brasil depende da visão dos oficiais brasileiros sobre os integrantes da MMF; daí por que seu prestígio deve ser estabelecido desde o começo, valendo mais que o valor profissional de cada homem. Como enfatiza Spire: “ele se baseia

⁶⁵ Correspondência do gen. Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.11.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3394, p.3.

⁶⁶ id., ib., p.4.

⁶⁷ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.06.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

nas condições mais diversas: origem, títulos universitários, função que exercia no Exército francês, serviços de guerra, a idade em relação ao posto, a educação e etc”.⁶⁸

O deputado Lindolfo Collor afirma que os franceses consideram o patriotismo no Brasil voluntarioso e besta, porque é constituído em torno dos governadores de cada estado da federação e, não, do eixo político central, ou mesmo do Exército, sendo urgente a federalização das brigadas estaduais e a centralização administrativa.

O orçamento do Exército prevê quase que exclusivamente o pagamento das despesas com pessoal, somando em torno de 290.000 contos de réis.⁶⁹ O Exército Brasileiro está desprovido de material, e suas unidades e efetivos são pouco numerosos. A infantaria não tem material, a cavalaria não possui batalhão montado, a aviação quase inexistente. Então de que vale resolver a instrução teórica lecionada pelos oficiais franceses se não existe material suficiente para o treinamento? Como sugere Collor: “é preciso elaborar um plano de organização e de armamento sob forma de lei, abrindo um período longo de créditos especiais para aquisição do material necessário”.⁷⁰ O plano de Collor prevê um orçamento de guerra, de 1931 até 1940, com crédito anual de 35.000 contos de réis para aquisição de material.

Segundo o general de Exército Jonas Correia Neto, a MMF desperta os militares para uma nova mentalidade, e para como pensar a guerra: “nos seria imposta uma doutrina Militar francesa, mas que iríamos aproveitá-la para reajustar a nossa (se é que realmente tínhamos uma consagrada, merecedora do título)”.⁷¹

⁶⁸ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s.d. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁶⁹ Discurso do dep. Lindolfo Collor, da Aliança Liberal, sobre o orçamento do Ministério da Guerra para 1930, Rio de Janeiro, nov. 1929. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, 172-6.

⁷⁰ id., ib.

⁷¹ CORREIA NETO, Jonas. MMF. Da cultura, Rio de Janeiro, Funab, ano V, n. 8, p. 37, jun. 2005.

5 Aviação da década de 20 no Brasil

O avião torna-se uma poderosa arma de guerra, mas, em seus primórdios, é fabricado e utilizado como um veículo de diversão. Como afirma Santos: “nos primórdios da aviação, de uma forma ou de outra, todos os aparelhos serviam para treinamento e diversão, sendo que, muitas vezes, era o próprio construtor quem ensinava a manejar as máquinas”.¹

Os europeus e americanos logo percebem a superioridade do avião sobre a cavalaria, e, de acordo com Santos: “os franceses foram os primeiros a empregar a aviação como arma de guerra, a derrubar um avião inimigo e a executar missões de bombardeio”.² Em 1914, a Alemanha é a primeira potência em aviação. Com seus caças Fokker, destaca-se o piloto Manfred Von Richthofen, conhecido como o Barão Vermelho, que realiza oitenta missões bem sucedidas.

Os ingleses criam a Royal Air Force apenas em 1918. Foch não acredita no poder de guerra dos aviões; para ele, trata-se apenas de instrumentos de observação e de abastecimento do pessoal de terra. Na França, a aviação fica, por muitos anos, subordinada ao exército, o que retarda seu uso com eficácia e melhor aproveitamento.

O avião ganha considerável importância como arma de combate após a Primeira Guerra Mundial. Segundo Fay: “(...) as principais potências beligerantes passaram a investir no setor; possuir aviões, saber construir, armar e utilizar as novas máquinas passou a ser uma questão de afirmação de soberania para as nações”.³

No início do século XX, no Brasil, há uma Escola de Aviação Militar nos arredores do Rio de Janeiro, no Campo dos Afonsos, e uma pequena companhia de aviação que depende dessa escola. Mas, enquanto o Brasil apresenta esse precário quadro na aviação, algumas unidades da federação conseguem desenvolver o setor. A autonomia que o regionalismo concede, então, aos estados, permite que São Paulo desenvolva sua aviação, e

¹ SANTOS, Murilo. Evolução do poder aéreo. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1989. p. 21.

² id., ib., p. 25.

³ FAY, Cláudia Musa. Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975), (tese de doutorado). Porto Alegre: UFRGS. p. 2.

em 1917, o estado já possui aviões no Campo de Marte, sob a direção de Orton Hoover. O Paraná, em 1918, tem um avião na Escola de Aviação da Polícia do estado.

A escola do Campo dos Afonsos é fundada, em 1914, pelo italiano Gino San Felice, em um local chamado Chácara dos Afonsos. Devido a dificuldades de toda ordem, essa escola dura apenas um ano. Mas é reaberta em 15 de outubro de 1918, quando chega ao Brasil a Missão Militar Francesa de Aviação.

Em outubro de 1918, o Brasil contrata uma MMF de aviação, que funciona até 1924. Desde 1922, o Exército Brasileiro possui uma Escola de Aviação. Os franceses mostram extremo interesse pela venda de material aéreo; sabendo da intenção do Clube de Aeronáutica Brasileiro, em 1919, de criação de duas escolas de aviação civil, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, oferecem rapidamente seus serviços para o fornecimento do material: “A Casa Farman poderá, conforme os tipos que lhe sejam pedidos, assegurar a fabricação e o fornecimento necessários”.⁴

A intenção é estabelecer vínculos com o governo brasileiro no campo da aviação, pois o primeiro país a conseguir se instalar como fornecedor de material impediria, mais facilmente, que empresas concorrentes conseguissem exportar seus produtos bélicos para o Brasil. Foch e outros militares franceses não acreditam na força da aviação enquanto arma de guerra, mas procuram utilizar-se da venda de aviões para aumentar seu superávit. Segundo Acácio Augusto: “A maioria dos militares gauleses (...) consideravam impossível a guerra ser vencida pela aviação”.⁵

O desejo francês de fornecer todas encomendas do material bélico que os brasileiros precisassem importar nem sempre tem êxito. Em janeiro de 1919, por exemplo, a França envia ao Brasil uma comissão para venda de armamentos, que não prospera em sua tarefa, devido à falta de dinheiro do governo brasileiro e à falta de pilotos aptos para pilotarem os aviões: a carência de pessoal qualificado para a tarefa deixaria as máquinas sem função.⁶

Em 31 de dezembro de 1921, um decreto para a reorganização do Exército prevê a constituição de doze esquadrilhas: cinco de observação, três de caça, três de bombardeamento e uma mista. Esse decreto amplia e desenvolve a aviação como arma de

⁴ Documento sobre Aviação de 26.06.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

⁵ ACÁCIO AUGUSTO, Horácio. Influências estrangeiras na formação e na doutrina do exército. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 131, p. 35, jan., fev., mar. 1995.

⁶ Correspondência de Ploton, adido militar da França no Brasil para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.01.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174.3.

combate, criando para os franceses a grande oportunidade de exportar seu excedente bélico da Primeira Guerra Mundial.

Em 1922, duas mulheres brasileiras obtêm seus brevês, Teresa de Marzo e Anésia Pinheiro Machado. Na opinião dos franceses, o interesse se deve à estada, em São Paulo, da aviadora francesa Adrienne Bolland: ela despertara a atenção sobre essa vocação.⁷

Em 1923, a aeronáutica civil e postal é praticamente inexistente. A aeronáutica militar, subordinada ao Ministério da Guerra, é composta pela Escola de Aviação no Campo dos Afonsos e por um grupo de aviação no Rio Grande do Sul.⁸ O grupo de aviação sulista é constituído por uma esquadrilha de observação, uma de bombardeamento e uma de caça, todas na cidade de Alegrete, na fronteira oeste do Rio Grande; também há um parque de aviação na cidade de Santa Maria, no centro do estado.

O efetivo total da Aviação, soma, em 1923, trinta e nove pilotos, catorze observadores e trezentos homens responsáveis pelo serviço de terra. Faltam pelo menos mais cinquenta e cinco homens de bombardeamento e trezentos no parque de aviação. Até esse momento, a Aviação é equipada apenas com material francês.⁹

A expectativa de crescimento na área da aviação militar e civil é frustrada quando Artur Bernardes, em 1924, assume a presidência da República e retira todo o financiamento e apoio à Aviação. Bernardes considera a aviação uma arma perigosa: “ele fez parar o recrutamento, a instrução e as compras de material. Seu ministro da Guerra não queria ouvir falar em aviação, fez destruir o material existente e decide despedir-se da Missão Francesa de aviação”.¹⁰

Graças à interferência de Gamelin, esse programa não se realiza na íntegra, mas o governo Bernardes representa um atraso para o setor. Quando Washington Luís assume o poder, em 1926, a Aviação é, então, reorganizada sob a orientação do ten. cel. francês Marcel Jauneaud.

Em dezembro de 1927, o Brasil compra 22 novos aviões que ainda não possuem hangares para ficar, sendo esse fato motivo de preocupação para Spire: “nada existe para

⁷ Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.06.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁸ A Aviação Militar de São Paulo pertencia ao estado de São Paulo e, não, ao governo federal.

⁹ Correspondência do cap. Moineville, da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹⁰ Correspondência de Kammerer para Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 15.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

receber esta montagem. Falta lugar, é preciso deixar os aparelhos nas caixas onde eles se deteriorarão sem fornecer nenhum serviço”.¹¹ É preciso investir mais na construção de áreas de apoio em terra.

Para o melhor desenvolvimento da Aviação, é necessária a reorganização da Escola, com estrutura de créditos tanto para ela, como para a compra de materiais; para construção de uma usina de motores e o estabelecimento de planos de vôo. Isto nem sempre é fácil, em se tratando de Brasil, onde cada administração tem suas prioridades e uma maneira distinta de entender a importância das Forças Armadas e da Aviação.

A aviação civil também intenta criar três escolas de instrução, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte. Essa iniciativa deixa os franceses preocupados, porque não possuem a gerência sobre a aviação civil e, caso esse projeto de expansão se concretize, é viável que o governo aprove mais créditos à aviação civil do que à militar.

Os representantes da aviação civil estão organizando, à época, um evento no Brasil para estudo e propaganda de aviões e motores. Trata-se do Congresso Nacional Brasileiro de Aviação, acontecido no período de 14 de julho a 08 de agosto de 1928, no Rio de Janeiro. Nesse evento, estão em pauta as seguintes questões: organização de terra, tráfego aéreo; técnicas de aeronáutica; iniciativas em favor da aeronáutica; medicina especializada; direito aéreo; organização e administração da aeronáutica nacional; educação; turismo e propaganda.

5.1 Concorrência exterior

A aviação é motivo de atenção especial no Brasil do início do século XX, não apenas pela função do avião, mas devido as grandes extensões territoriais e as poucas vias de acesso e comunicação existentes. Por isso, há forte concorrência internacional para a venda de aparelhos e forte interesse em conseguir linhas aéreas no território nacional. Os alemães, por exemplo, como afirma Coffec: “fizeram sérios progressos nas linhas interiores brasileiras, e parecem ser seguidos nesta via pelos italianos; os ingleses obtiveram a

¹¹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 17.10.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

primeira encomenda de aviões e fazem um esforço supremo pra impor ao Brasil seu material aéreo de guerra”.¹²

Os Estados Unidos, por sua vez, também passam a se interessar pelo mercado brasileiro, mas a França, devido à presença da MMF, ainda leva vantagens sobre seus concorrentes na área militar. No contexto civil, o Aero Clube e o Clube Bandeirantes organizam um congresso no Rio de Janeiro, que segundo Spire: “tinha oficialmente por objetivo definir uma organização e um programa de aviação civil no Brasil”.¹³

A França, na tentativa de impedir os avanços de seus concorrentes internacionais, incentiva a formação de especialistas brasileiros para a construção de fábricas, encoraja os fabricantes franceses a colaborarem com a criação da indústria aérea brasileira e luta contra a vinda de missões técnicas para o Brasil.¹⁴

No momento em que os aviões concorrentes entram no mercado nacional, a imprensa brasileira não perde oportunidade para atacar a França. Como frisa Spire: “fazendo crer que somente os americanos do norte e os alemães poderiam apresentar aparelhos modernos”.¹⁵ Então, antevendo o perigo, a França reafirma a necessidade de executar forte propaganda e participar da semana de aviação no Rio de Janeiro com seus aviões e motores.

A França possui dois grandes objetivos com o envio de missões militares para o exterior. O primeiro é a venda de material e o segundo é a expansão de sua influência cultural e militar, justamente para prosseguir angariando mercados. Magnin, chefe da MMF de Aviação em 1919, está preocupado com as investidas dos concorrentes ingleses, americanos e italianos em relação à venda de material de aviação para o Brasil: “nossos concorrentes tem numerosos agentes aqui (...) eles se esforçam para tirar proveito de sociedades pseudo brasileiras de fabricação de material bélico”.¹⁶

Essas sociedades são consideradas pseudo brasileiras, porque, por trás da fachada de firma nacional, está o capital internacional. Elas utilizam a mão-de-obra barata brasileira, as

¹² Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 7.07.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

¹³ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.01.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

¹⁴ Correspondência do gen. Coffec, op. cit. nota 12.

¹⁵ Correspondência do gen. Spire, op. cit. nota 13.

¹⁶ Correspondência do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.12.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

matérias primas e ainda gozam das vantagens que o país oferece para o desenvolvimento da indústria de guerra, tais como a lei de exoneração de impostos às usinas de guerra.

As firmas inglesas Handley Page e Aircraft Manufacturing Company Limited querem a concessão de linhas aéreas no Brasil e assumem o nome de Companhia Manufatureira de Aviões e Aeronaves, tendo por objetivo, na análise de Magnin: “terrenos de graça para construir a usina, declaração de utilidade pública e exclusividade sobre todos as encomendas da aeronáutica”.¹⁷

Os italianos, com seus aviões Caproni, apresentam-se no Brasil com o nome de Sociedade Ítalo-Brasileira e oferecem hidroaviões fluviais. Os americanos querem vantagens para montar uma escola de aviação civil com os aviões Curtiss. O mercado brasileiro torna-se disputadíssimo, e a França não quer perder essa chance. Como bem remarca Magnin:

nossos construtores não tem feito nenhum esforço para aproveitar a situação privilegiada que lhes oferece a presença da nossa missão.(...) é um erro acreditar que eu poderei sempre reservar para a França as encomendas de material aeronáutico que o exército brasileiro terá necessidade.¹⁸

Em muitos documentos, há queixas dos militares franceses contra as empresas francesas de produtos bélicos, porque não se empenham na conquista de mercado e não oferecem preços competitivos. Sem dúvida, como bem elucida Magnin, a MMF é imprescindível para a conquista do mercado militar brasileiro pelos gauleses, pois por sua interferência direta junto ao ministro da Guerra e ao chefe de EME angaria encomendas de compra de material.

Os Estados Unidos desenvolvem uma política de assistência militar, empregando um sistema de trocas de oficiais; com isso, instalam algumas missões no Brasil, tal como a missão de artilharia de costa. A Inglaterra deseja vender seu antigo material bélico e passa a enviar missões para a Marinha. A Itália consegue enviar missões para o Equador e a Bolívia. A Alemanha obtém sua expansão militar através da ação de diplomatas que contam com o auxílio dos imigrantes alemães e do recebimento de estrangeiros para estágio em suas escolas, que passam, então, a propagar seus ensinamentos.

¹⁷ Correspondência do cap. Magnin, op. cit. nota 16.

¹⁸ id., ib.

A situação da França no Brasil é privilegiada, mas fica prejudicada pela concorrência existente entre suas próprias empresas - Creusot e Saint Chamond - o que leva as autoridades francesas a quebrarem sua neutralidade e apoiar a firma Creusot, embora mantenham o assunto com discrição. Como afirma Briand: “não dando ao governo brasileiro a impressão de um desacordo muito forte entre os dois estabelecimentos”.¹⁹

5.2 Missão Militar Francesa de Aviação

De 1918 a 1924, a MMF de Aviação funciona de forma independente da MMF de instrução junto ao Exército; apenas em 1924, integra-se a essa. Em 1919, a Escola de Aviação já está em pleno funcionamento, sendo oficialmente inaugurada em 10 de julho de 1919. Em outubro de 1919, a Escola de Aviação efetua 121 horas de vôo e faz 456 aterrissagens; todos alunos voam sozinhos. A escola também trabalha com fotografias aéreas para a confecção, pelo EME, de mapas do distrito federal.²⁰

O contrato de 1918 é assinado pelo ministro da Guerra da França, Georges Clemenceau e pelo enviado especial do Brasil à França, Olyntho Magalhães. A MMF de Aviação tem como objetivo o desenvolvimento e organização dos serviços de aviação militar para o Exército Federal. A prioridade é a criação da Escola de Aviação para instrução de pilotos e mecânicos. A missão é composta pelos seguintes oficiais: cap. Magnin, chefe da missão; ten. Lafay e ten. Verdier, adjuntos; sarg. Sauvaget, sarg. Meignen e sarg. ajudante, mecânicos dos aviões; sarg. Buisson e sarg. ajudante Gaillard, mecânicos de motores; e sarg. ajudante Dorsand, especialista em fotografia aérea.²¹

Em 1920, é renovado, por mais dois anos, o contrato da MMF de Aviação, contando com: um oficial, chefe da missão; um oficial como instrutor; dois oficiais especialistas; três sub-oficiais mecânicos de motores e cinco sub-oficiais mecânicos de aviões. A MMF encarrega-se da Escola de Aviação: instruções aos pilotos e organização dos serviços de aeronáutica. Os contratos das MMF de Aviação realizados são os que seguem:

¹⁹ Correspondência de Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.11.1928. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3396.

²⁰ Relatório do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, Rio de Janeiro, nov.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35.

²¹ Documento. Rio de Janeiro: Arquivo Itamaraty, estante 283, prateleira 4, maço 15.

Missão Militar de Aviação (1918-1924)

Contrato	Chefe
16.10.1918 (02 anos)	cap. Magnin
16.10.1920 (02 anos)	cap. De Séguin
16.10.1922 (02 anos)	cap. De Séguin
Até 16.10.1924	cap. Jeanaud

A MMF de Aviação é a principal responsável pela instrução e pela Escola de Aviação, assim como pela organização dos serviços aeronáuticos. Os membros da missão usam os uniformes franceses e portam suas insígnias, têm direito a quatro meses de férias a cada dois anos e gastos de viagem pagos pelo Brasil.²²

Em 1920, é construído, com material nacional, o primeiro avião no Brasil, sob a direção do cap. Lafay, chefe de instrução da MMF de Aviação, que estabelece o raio aéreo Rio de Janeiro - São Paulo.²³ Quem impulsiona, primeiramente, a indústria aérea no Brasil é o empresário Henrique Lage. Em seus estaleiros, na Vila Viana, constrói, em 1920, o avião Rio de Janeiro e, em 1922, o avião Independência, ambos projetados pelo francês Lafay, membro da MMF de Aviação.²⁴ Por falta de maior incentivo do governo, Henrique Lage não prossegue com seus planos de industrialização aérea.

No ano de 1921, a aeronáutica encontra-se na seguinte situação, segundo relato de Gamelin:

Uma Escola de aviação no Campo dos Afonsos compreendendo: 1 companhia de aviação com 250 homens; uma esquadrilha de aperfeiçoamento com 60 homens; trinta e oito pilotos, dos quais 12 oficiais; dezenove alunos-piloto, sete oficiais; vinte observadores oficiais; uma escola de mecânicos, com 30 mecânicos e 31 alunos; setenta aviões Nieuport; vinte aviões Bréguet XIV A2; quinze aviões Spad VII; três aviões Sopwith e um avião Spad-Herbemont 34. Um grupo de aviação militar no Rio Grande do Sul que possui elementos e pessoal para constituir: uma esquadrilha de observação com dez Bréguet XIV A2; uma esquadrilha de bombardeamento com dez Bréguet XIV A2; uma esquadrilha de caça com dez Spad VII e um parque de reparação.²⁵

Devido à grande concorrência internacional em matéria de vendas de armamento, e às ofertas de outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos, para o envio de

²² Contrato da Missão Militar Francesa de Aviação de 16.10.1920. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-4 e 174-5.

²³ Aviation au Brésil. Revue Franco-Brésilienne, Rio de Janeiro, n. 243, p. 15, 15.08.1929. Paris: Arquivo MRE, dossiê 104, p. 166-182.

²⁴ Documento. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4 e 174-5.

²⁵ Correspondência do cel. Séguin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

brasileiros como estagiários em suas escolas de instruções, a França resolve abrir algumas vagas para os militares brasileiros com melhor desempenho nos cursos de aviação.

Mas, a França estabelece critérios rigorosos para a realização desses estágios nas suas escolas. Nas unidades, são permitidos apenas quatro oficiais por ano, com 20 a 30 horas de vôos gratuitos. Na Escola de Versalhes, apenas dois oficiais são admitidos, desde que estejam no segundo ano de curso no Brasil, ou seja, já sejam pilotos. Da mesma forma, a Escola Superior da Aeronáutica admite para estágio um oficial ou um engenheiro que fale francês e tenha conhecimentos técnicos científicos comprovados.²⁶ O interesse maior da MMF de Aviação é a venda de material. Como afirma Pernot: “O trabalho das missões de aviação tinha igualmente por fim assegurar a promoção do material francês criando as escolas militares estruturadas sob o modelo francês, empregando os instrutores franceses, (...) e eventualmente facilitando a abertura de linhas aéreas civis”.²⁷

5.3 Organização da Escola de Aviação do Campo dos Afonsos

A Escola compreende dois grandes serviços: o serviço de pista, a cargo do ten. Verdier e do sarg. Buisson, e o serviço das oficinas, sob a direção do ten. Lafay. As oficinas dividem-se em quatro seções: a de motores, dirigida pelo cabo Gaillard; a de montagem de avião, dirigida pelo sarg. ajud. Le Guezec; a de envernizamento, dirigida pelo sarg. Sauvaget; e a de máquinas, a cargo do sarg. Meigner.²⁸

As oficinas têm por função a reparação de motores, a troca de peças dos aviões e também a construção dos móveis e utensílios para a Escola, tais como: mesas, armários, cofres, entre outros, ficando sob a orientação de um sub-oficial francês. Fazem parte desse serviço cerca de sessenta homens, mas muitos têm que receber instruções para trabalhar. Como lamenta Magnin:

infelizmente a maior parte não sabe fazer nada e os meus contra-mestres franceses são obrigados a lhes ensinar a limar e aplinar antes de os utilizar. Os

²⁶ Documento, op. cit. nota 21.

²⁷ PERNOT, François. Les missions aéronautiques française en Amérique du Sud dans les années 20. *Revue Historique des Années*, n. 4, p. 97-107, dez. 1991.

²⁸ Relatório do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, Rio de Janeiro, 01.08.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

marceneiros e os mecânicos brasileiros são raros, estas profissões são sobre tudo exercidas por estrangeiros: portugueses, espanhóis, italianos e americanos.²⁹

No mês de julho desse ano, são feitas 101 horas de vôo e 430 aterrissagens. Os alunos realizam, por dia, quatro vôos de 15 minutos cada um, com um monitor. O programa da Escola prevê: das 6.h até às 9h, exercícios de vôo; das 9.30h às 12h, conferências; das 15h às 16h, trabalho prático nos ateliês; e, das 16h em diante, exercícios de vôo, inclusive noturnos.

Em 16 de outubro de 1922, é renovado por mais dois anos o contrato da MMF de Aviação, embora a Escola de Aviação tenha ficado por dois anos fechada, de 1924 até 1926, devido ao Movimento Tenentista e à Coluna Miguel Costa-Prestes.

A MMF tem que enfrentar muitos problemas, como a hostilidade por parte de alguns oficiais brasileiros, que rejeitam a disciplina imposta pelos instrutores franceses, que não possuem o posto de comando da Escola de Aviação, sendo apenas instrutores. E, nesse quadro de dificuldades, há grande falta de material bélico, especialmente aviões.

No ano de 1923, a aviação não apresenta o desenvolvimento pretendido pelos franceses, devido ao fechamento da Escola de Aviação, porque é convocado um número expressivo de unidades do Exército e da Escola Militar para combater os revolucionários. O clima geral fica pouco favorável à instrução.

Mas, contribuem para esse quadro outros fatores: o governo que está mais preocupado em assegurar sua própria posição; surge uma campanha pacifista de desarmamento a partir da Conferência Pan Americana de Santiago; rompe a Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul. Além disso, o próprio ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, parece mais preocupado com a política do que com o Exército, e o governo faz grandes despesas com a comemoração do centenário da Independência do Brasil.³⁰

Obviamente Gamelin, em sua correspondência, não deixa de citar como um dos fatores, além dos já aludidos, a ação dos inimigos alemães, que influenciam a ala germanófila do Exército.

O ano de 1924 é muito ruim para a aviação brasileira, devido ao movimento tenentista, ao fechamento da Escola de Instrução, ao comprometimento do Exército com a

²⁹ Relatório do cap. Magnin, op. cit. nota. 28.

³⁰ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

revolução e à redução da MMF ao papel de instrução teórica. Essa situação melhora apenas após 1927, como demonstra o quadro a seguir:³¹

	1925-1926	1927	1928	1929
Créditos	0	18.000	27.000	45.000
Alunos	0	53	95	176
Vôos	0	7.000	15.000	30.000

Em 1926, o contrato do Brasil com a missão de aviação é renovado até 8 de setembro de 1927. A MMF de Aviação fica composta por um oficial superior, diretor técnico de instrução, a quem são submetidas todas as questões de aviação; um oficial adjunto, a quem competem instruções e conferências; e dois sub-oficiais mecânicos.

Desde sua inauguração até 1930, a Escola de Aviação é dirigida por dois militares, um brasileiro, o ten. cel. Amílcar Pederneiras e um francês, o cel. André De Séguin. Segundo Moraes, De Séguin dirige a escola com mão de ferro: “uma de suas exigências que mais irritava e às vezes humilhava os brasileiros era o chamado cilindro ideal, logo apelidado pelos alunos de “cilindro francês”.³²

O cilindro ideal compreende um raio de 10 Km a partir da pista dos Afonsos, que vai aproximadamente de Belfort Roxo até Jacarepaguá, com o objetivo de prevenir acidentes, pelo fato de diminuir a extensão do vôo. Os vôos de longa duração são privilégios dos franceses; o cilindro só é extinto em 1931.

O número de acidentes da aviação é significativo. Toda a vez que ocorre qualquer problema dessa natureza, a imprensa de oposição critica a ação dos franceses e os culpa pela venda de material ultrapassado, pela falta de instrução ou mesmo por sabotagem. O cilindro é a maneira encontrada para minimizar a incidência de acidentes sem que os pilotos deixem de voar. Conforme Moraes: “A hierarquia, valor absoluto no Exército e na Marinha, seria atenuada na Aeronáutica, segundo este ponto de vista, por uma ligação forjada no dia a dia dos vôos sem garantia de volta e dos inevitáveis acidentes de percurso”.³³

Em 1927, é assinado um novo contrato com a MMF de Aviação, com duração até 1931, comportando seis oficiais, dois sub-oficiais e um oficial de artilharia antiaérea. Esses oficiais são bem escolhidos e preparados, pois, além da instrução, têm a importante missão

³¹ Relatório do maj. Henri Jauneaud, diretor técnico da Aviação Militar Brasileira, Rio de Janeiro, 16.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³² MORAIS, Fernando. Montenegro: as aventuras do marechal que fez uma revolução nos céus do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006. p. 28.

³³ id., ib., p. 48.

de fazer frente à concorrência estrangeira e conseguir para a França o maior número possível de encomendas de aviões.³⁴

Após os difíceis anos da administração Bernardes, em 1927, o ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, incentiva a aviação com: “organização das fábricas de aviação (motores e células); construção da Escola de Aviação conforme plano estabelecido pela missão e compra de material necessário para o funcionamento da instrução e a criação do primeiro regimento”.³⁵ Coffec enfatiza que os custos para esta empreitada seria de 111 milhões de francos dos quais 72 milhões reverteriam para os cofres das indústrias francesas.

5.4 Acidentes aéreos

Os acidentes aéreos, à época, ocorrem com certa freqüência na Escola de Aviação. E, a cada vez, viram rapidamente tema de discussão nacional, envolvendo jornais e um jogo de pressões contra o governo e a MMF de Aviação. O jornal *A Pátria*, por exemplo, um dos veículos de maior difusão que faz franca oposição aos franceses, noticia que um dos acidentes ocorridos no final de 1923 é resultado da sabotagem de dois membros da MMF: “O Sargento Bernard, sob ordem de seu chefe, o Capitão Moinville, preparou, num avião Bréguet destinado a ser pilotado no dia seguinte por oficiais brasileiros, ‘duas panes’ capazes de causar em pleno vôo um acidente mortal”.³⁶

Essas notícias geram comoção na população, que passa a acreditar na culpa dos franceses e até mesmo em uma conspiração de alguns membros da MMF de Aviação contra os militares brasileiros. Os franceses pressionam, então, o governo brasileiro para prestar esclarecimentos oficiais dos fatos, via imprensa, explicando a maneira como se produzira o acidente, pois pensam que até mesmo pessoas mais esclarecidas, por vezes, acreditam nas calúnias divulgadas pelos seus inimigos, em jornais de oposição.

Nesse período, toda vez que os franceses mencionam a palavra inimigo, estão se referindo aos alemães e aos simpatizantes da cultura e das forças armadas alemãs. Eles afirmam, inclusive em correspondências, que os jornais brasileiros que levantam essas

³⁴ Correspondência de Coffec, op. cit. nota 12.

³⁵ Correspondência de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.08.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³⁶ *A Pátria*, 16.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

calúnias sobre os acidentes aéreos são germanófilos ou pagos pelos representantes alemães no Brasil.

A notícia, publicada nos dias 15 e 16 de dezembro de 1923, dirige-se ao maj. Moineville, acusado de sabotar um aparelho para provocar um acidente mortal. Na perspectiva francesa, esse oficial havia retirado do avião uma peça que o impedia de voar, mas o piloto a recolocara, fazendo-o voar. Não há, assim, nenhuma intenção de sabotagem, apenas esse avião é retirado da instrução. Considera Conty: “Si as imputações caluniosas da imprensa não resistem ao exame de pessoas instruídas de condições técnicas de aviação, o efeito foi enorme sobre o grande público”.³⁷

Para remediar a situação de animosidade contra os membros da MMF de Aviação, o gen. Tasso Fragoso envia uma nota assinada para os jornais, desmentindo e esclarecendo o incidente. Está claro, na visão francesa, que essas calúnias partem de protagonistas alemães, ligados a membros do Exército Brasileiro.

Em maio de 1924, ocorre outro acidente aéreo, presenciado pelo chefe do EME, Tasso Fragoso, que pôde constatar as acrobacias e o desrespeito aos regulamentos, feitos pelo piloto, a 300 ou 400 metros do solo, podendo ser, por isso, incriminado pelo estado do aparelho. Mas ele morre, e a imprensa de esquerda não deixa de tentar culpar os instrutores e os aviões franceses pelo incidente. O acidente é assim registrado por Gamelin:

Um oficial piloto brasileiro, um destes, que moviam campanhas contra nós, se matou, devido à uma imprudência. Felizmente, eu me encontrava com o Chefe de Estado Maior Geral numa manobra de quadros não longe de onde se passou o acidente e o General Tasso Fragoso pode constatar, como eu, que o avião fazia exercícios de acrobacia a 300 ou 400 metros do solo, contrariando a todos os regulamentos.³⁸

Os acidentes aéreos são alvos de especulação por parte da imprensa e dos opositores da MMF, independente dos fatores desencadeadores das panes e dos incidentes.

³⁷ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.11.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-2.

³⁸ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.07.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

5.5 Criada a quinta arma do Exército

Em 13 de janeiro de 1927, é criada a arma de aviação no Exército Brasileiro, abrindo um crédito para compra de material de 115 milhões de francos, a serem gastos em cinco anos, no programa de organização da aviação, segundo o projeto do senador Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864-1940), do Rio de Janeiro, militar de carreira do império e político eleito sucessivamente, desde 1891.³⁹ A Aviação seria composta por uma direção de aviação, uma escola de aviação militar, um depósito central de aviação e unidades de aviação.

A quinta arma do exército compõe-se inicialmente de oito coronéis, dezesseis tenentes coronéis, trinta majores, setenta e nove capitães e setenta e nove tenentes e sub tenentes.⁴⁰ Esse ato é considerado um sucesso para a MMF, por ter sido encabeçado pelo instrutor principal de aviação Jauneaud.

O texto promulgado autoriza a constituição de quadros e a compra de todo material necessário à função da arma. E esse é um tema relevante para os franceses. Como enfatiza Conty: “(...) o interesse que apresenta esta nova lei não escapará aos construtores franceses de material de aviação e aos fornecedores de ogivas e acessórios”.⁴¹ Os oficiais e sargentos aviadores podem exercer atividades técnicas na aviação civil.

Em 2 de junho de 1927, um decreto estabelece o estatuto para o pessoal de aviação, cria a direção de aviação e estabelece o regulamento para a Escola de Aviação Militar. O estatuto trata dos direitos e deveres do pessoal da aviação. A direção de Aviação funciona junto ao Ministério da Guerra, sendo dotada de poderes sobre a aviação militar e civil. O regulamento define o quadro de instrução da Escola e a direção técnica da Instrução.⁴²

É então nomeado, como diretor de aviação o general de brigada Mariante, que goza da simpatia dos franceses, porque colabora com membros da MMF de Aviação. A criação da nova arma abre um crédito de 115 milhões de francos, o que desperta a cobiça francesa, impulsionando as seguintes medidas, segundo Conty:

³⁹ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 4.04.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

⁴⁰ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 01.08.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

⁴¹ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 17.01.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 26, 174-2.

⁴² Correspondência de Coffec, op. cit. nota 12.

realização no Rio de um consórcio de todos os construtores franceses suscetíveis de vender ou de construir no Brasil; reforço da missão militar por pessoal especializado, em particular, um engenheiro da aeronáutica; abrir uma usina de construção e de reparação de células com licença francesa.⁴³

À medida que a aviação civil e militar está sendo organizada no Brasil, ampliando seus efetivos e parques de material, mais se aguça o interesse estrangeiro por esse mercado, despertando a rivalidade comercial entre os países que já possuem sua indústria armamentista desenvolvida e figuram como protagonistas no cenário internacional.

⁴³ Correspondência de Conty, op.cit. nota 39.

6 Instrução francesa nas escolas militares

Antes da chegada da MMF, o ensino militar no Brasil é voltado para as ciências humanas e teóricas; as disciplinas práticas acontecem sem a execução de manobras de quadros. Como afirma Mc Cann, trata-se de: “um tipo de educação que produzia escritores, burocratas e políticos, mas não comandantes de campanha competentes”.¹

Em 29 de janeiro de 1919, o decreto n. 13.451 reorganiza o ensino militar e estipula sua abrangência, prevendo os seguintes cursos: Curso de armas (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia); Curso de Aperfeiçoamento da Arma; cursos técnicos de artilharia, engenharia, aviação; estado maior, revisão, intendência, veterinária, administração e aperfeiçoamento.

O Curso das Armas é destinado aos oficiais subalternos da tropa nas diversas armas; o curso de aperfeiçoamento é dirigido aos capitães e tenentes das armas, contando com instrutores franceses. Os cursos técnicos de engenharia e artilharia destinam-se aos segundos e primeiros tenentes, com vistas à sua habilitação para o exercício de funções técnicas.

A EEM subordina-se diretamente ao chefe do EME; todos os seus antigos professores são dispensados e substituídos pelos franceses. O art.5, III, estipula:

Dez anos a data da presente lei, o certificado do curso de Estado Maior passa a ser requisito indispensável para a promoção ao posto de general de brigada. Para facilitar a execução dessa exigência, o governo permite a matrícula na escola de Estado Maior aos oficiais superiores que requererem nas condições regulamentares e somente dentro daquele prazo.²

O curso tem duração de três anos para capitães e tenentes e um ano para oficiais superiores; em princípio, esse curso para oficiais superiores só permaneceria até 1929. O Curso de Revisão também tem duração de um ano e destina-se aos oficiais superiores,

¹ MC CANN, Frank. Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.41.

² Bibliex. História administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 184.

professores de matérias essencialmente militares da Escola Militar e, excepcionalmente, a alguns capitães com o curso de Estado Maior.³

A EEM é anterior à chegada dos franceses, mas, até então, funciona com muitas deficiências: o curso prático, por exemplo, quando realizado se resume a jogos de guerra e à prova oral de francês, inglês e alemão. Não obstante, se comparado o currículo aprovado por este decreto com o adotado em 1905, constata-se que não existem muitas diferenças na legislação. A principal mudança provocada pela MMF é a aplicação do ensino, o enfoque programático e o nível de exigência nas disciplinas e na execução da parte prática.

A ordem n. 452, de 20 de outubro de 1905, prevê que o curso tenha duração de três anos, com as seguintes matérias⁴: no primeiro ano, estatística, geografia militar, geografia física, tática, estudo de fortificações, armamento, legislação militar, trigonometria e higiene militar; no segundo ano, tática, estratégia, serviço de estado maior, organização dos exércitos sul-americanos, direito militar, direito internacional, economia política, geodésia, desenho e cartas geográficas; no terceiro ano, trabalhos práticos e provas finais. De acordo com Mattos:

Já havia um plano de estudos aceitável, mas faltava-lhe o essencial: professores competentes e autorizados para ensinar a arte de comando. Seus antigos professores, verdadeiros autodidatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falariam de operações a que na verdade nunca haviam assistido.⁵

O decreto n. 5.698, 2.10.1905, determina que a EEM deve dar instrução militar complementar para os oficiais que servirem no EME. Mas a instrução desenvolvida com base nesse decreto não é compatível com as necessidades do Exército. Como afirma Araújo Martins: “Houve uma mistura de ensino da escola de formação de oficiais, com ensino militar intermediário (que não existia, como a ESAO) e com ensino superior acadêmico, gerando um ensino técnico e teórico que não dava embasamento”.⁶

Entre as atividades teóricas da escola, está a aprendizagem de língua estrangeira que se faz necessária, devido a fato de os manuais adotados na escola serem cópias dos

³ Decreto n. 13.752, 10.09.1919. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

⁴ Ordem do Exército n. 452, 20.10.1905. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

⁵ MATTOS, Marechal João Baptista. Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, n. 56, p. 56, 1968.

⁶ MARTINS, Alcimar Marques de Araújo. A influência da MMF na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais. (monografia da ECEME). Rio de Janeiro: ECEME, 2003. p. 33.

existentes na França e na Alemanha. Mesmo com a reforma realizada por Hermes da Fonseca, a situação não melhora, segundo análise de Araújo Martins: “pela ausência de uma doutrina que padronizasse os seus estudos e ações”.⁷ Em 1918, devido à Primeira Guerra Mundial, a EEM fica suspensa e só recomeça seus trabalhos em 1920, quando é reinaugurada pela MMF.

Os resultados obtidos nas escolas em 1921 são sensivelmente melhores que os de 1920, pois os oficiais tornam-se mais confiantes e rendem mais; sem dúvida, os mais jovens são os melhores. Conforme Gamelin: “raros são os que aos cinquenta anos, são mais capazes”.⁸ Os ensinamentos táticos são repassados e pouco a pouco se difunde a unidade de doutrina, o que leva Gamelin a afirmar: “Os melhores elementos do corpo de oficiais brasileiro vão pouco a pouco passar pelas nossas escolas, e como eles se declaram unanimemente encantados do proveito que tiram, este ano ganharemos influência na nossa doutrina e no métodos”.⁹

No ano de 1921, o Curso de Revisão tem trinta e nove oficiais matriculados, dos quais doze são desligados a pedido, um desligado por falta de pontuação e vinte e seis concluem o curso. No Curso de Estado Maior, são vinte e nove oficiais matriculados, dos quais um é desligado a pedido, doze concluem o curso e dezesseis continuam. Na Escola de Aperfeiçoamento, matriculam-se noventa e sete oficiais, entre eles, trinta e seis de infantaria, vinte e nove da cavalaria, vinte e oito da artilharia e sete da engenharia.¹⁰

A instrução francesa nas escolas centra-se nos seguintes temas: curso de estratégia e história militar, tática, cavalaria, transmissões, higiene, geografia e tática naval, história militar do Brasil, caminhos de ferro, aeronáutica, armamentos, educação física, entre outros. São inauguradas, nesse ano, as Escolas da Intendência, de Veterinária e de Administração.

As manobras realmente sérias só começam a ser executadas após a chegada da missão, quando a realidade das instruções dos quadros é levada em consideração para, a partir daí, se chegar à prática das execuções. A MMF de Aviação percebe que a melhor

⁷ MARTINS, op. cit. nota 6, p. 39.

⁸ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, dez. 1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁹ id., ib.

¹⁰ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME.

tática de guerra para o Brasil são as manobras em retirada, em busca de proteção nas terras gaúchas. O Rio Grande do Sul tem sua geografia estudada com vistas à identificação das posições mais seguras para o recuo de tropa.

A Escola Militar da Praia Vermelha, por ser de nível superior, tem disciplinas com exigências mais brandas. Após 1920, os exames de instrução passam a ser atos solenes. Conforme Carvalho, após um mês de encerramento da instrução: “formava-se, em cada companhia, esquadrão e bateria, a ‘Escola de Monitores’, sob a direção do oficial ou aspirante designado para a instrução de recrutas (...)”.¹¹

Os oficiais são obrigados a conhecer os regulamentos e os códigos do Exército. O corpo de tropa tem suas atividades distribuídas em escolas. Segundo Carvalho: “cada oficial era obrigado a fazer, pelo menos, uma conferência ou apresentar uma memória durante o ano”.¹² Ao lado das escolas, são fundadas bibliotecas com temas afins. Nas escolas, também se dá ênfase ao preparo físico: os oficiais podem escolher entre praticar esgrima, natação, ginástica e jogos atléticos.

Há precariedade na instrução das escolas do Exército; não há nem mesmo bibliotecas sobre assuntos militares. E para melhorar esta situação Gamelin deseja colocar os franceses como comandantes das escolas em que se desenvolvem as instruções e, não, deixá-los apenas como comandantes técnicos. Nesse sentido, assim se manifesta:

Um dos pontos mais importantes é que nós queremos nos elevar ao título de “comandante” das escolas confiadas à missão, para não mais fazer dos oficiais franceses que apenas “Diretores Técnicos”! Eu estou resoluto sobre este assunto, porque a palavra comandante figura no contrato, eu fiz antes de qualquer coisa remarcar que nenhuma modificação pode ser feita no contrato sem o consentimento do governo francês.¹³

Os franceses querem que o ingresso na Escola Militar se dê por aptidão para a vida militar, tentando afastar os jovens que, sem condições de freqüentar uma faculdade civil, acabam por ingressar na Escola da Praia Vermelha, onde os instrutores realmente capazes

¹¹ CARVALHO, gen. Estevão Leitão de. Dever militar e política partidária. São Paulo: Nacional, 1959. p. 61.

¹² id., ib., p. 64.

¹³ Correspondência do gen Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.02.1920. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

são raros. Como explica Domingos: “geralmente autodidatas, se especializavam em matérias que não eram exatamente militares”.¹⁴

Segundo críticas de McCann contra a MMF, é comum que os franceses escolham elementos medíocres para assumirem cargos de confiança: “tornou-se claro que alguns oficiais franceses tinham deliberadamente evitado escolher militares altamente talentosos, quanto maiores as falhas mais a MMF ficava no Brasil”.¹⁵ Quanto aos ensinamentos ministrados nas escolas, Mc Cann faz a seguinte análise:

(...) história da estratégia e história militar passaram de 24 aulas em 1920 para uma em 1928; táticas de infantaria jamais teve uma orientação lógica, o curso mudava todos os anos; cartografia não tinha sido mais ensinada desde 1924; e transporte militar, mobilização e aviação foram abandonados ou tratados em duas ou três sessões por ano. As irregularidades eram tantas que se propôs a criação do cargo de inspetor de instrução.¹⁶

Mas, enquanto McCann critica as instruções, Malan afirma: “criou-se um acesso coerente, desde a formação do subalterno (...) até o general, através de degraus perfeitamente balizados. Surgiram novas especialidades, compartimentou-se o ensino para aprofundar o conhecimento dos executantes (...)”.¹⁷ O chefe do EME, Tasso Fragoso, também demonstra seu reconhecimento pelo ensino ministrado pela missão:

A Escola de Estado Maior e a de Aperfeiçoamento de Oficiais estão transformadas em viveiros, donde saem, em curto prazo, oficiais com coadjuvação mais racional para as funções complexas da guerra moderna. (...) A influência da Missão tem sido, portanto, intensa e fecunda, e será cada vez mais útil se a ampararmos com a nossa sincera coadjuvação e a orientarmos inteligentemente no sentido dos nossos verdadeiros interesses.¹⁸

O conhecimento dos oficiais, saídos das escolas, por vezes gera alguns inconvenientes, visto que seus superiores e comandantes não possuem o mesmo grau de instrução. Como afirma Magalhães: “os oficiais que saíam de suas escolas e iam servir na tropa ou órgãos correlatos, eram melhores instruídos que seus chefes. Estes, as vezes,

¹⁴ DOMINGOS NETO, Manuel. *L'influence étrangère sur la modernisation de l'Armée Brésilienne (1889-1930)* (tese de doutorado). Paris: Paris III, 1979. p. 72.

¹⁵ MC CANN, Frank. *A influência estrangeira e o Exército Brasileiro (1905-1945)*. In: *Revolução de 1930 – Seminário Internacional*. Brasília: UnB, 1983. p. 222.

¹⁶ id., ib.

¹⁷ MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988. p. 182.

¹⁸ Relatório do gen. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1922. In: *Documentos Históricos do Estado Maior*. Brasília: EME, 1996. p. 101.

procuravam aproveitá-los mas, geralmente, não queriam saber das novidades”.¹⁹ É um período em que o conhecimento se restringe, curiosamente, aos membros de menor posição hierárquica.

Em 1922, há quatro colégios militares no Brasil: em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Barbacena e Fortaleza, destinados aos filhos de militares e de civis. Ao findar o período do colégio, os alunos podem escolher entre ir para a escola militar ou a naval.

A Escola Militar funciona como internato e tem como objetivo a instrução dos jovens com orientação para execução das funções de oficiais do Exército até a patente de capitão. É uma escola de cadetes com três anos de curso: no primeiro ano, instrução prática; no segundo, instrução na arma a que se destina - infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia; e, no terceiro, curso especial na arma e nomeação como aspirantes. Arthur Bernardes recusa-se a dar clemência aos jovens expulsos da escola por motivos disciplinares. Devido a esse fato, o número de aspirantes saídos da escola no ano de 1923, em diferentes armas, é no total de cinco.²⁰

As aulas são ministradas em francês, mas, como os oficiais brasileiros apresentam muita dificuldade no idioma, para auxiliar na eliminação desse problema, Tasso Fragoso cria, em 1926, um curso de conversação em francês. Tasso Fragoso, embora tenha sido sempre favorável à vinda e à permanência da MMF, não deixa de criticar o que julga inadequado para o melhor aproveitamento militar, como, por exemplo, as férias dos membros da missão:

O major Gueriot embarcou para a França, em férias, a 26 de dezembro de 1928 e só regressou a 05 de julho de 1929, ficando assim ausente no Brasil seis e meio meses; com isso ficaram prejudicados os seus cursos principalmente o da EAO, onde foi ministrado em grande parte pelo oficial brasileiro seu auxiliar, acrescendo, que pouco depois de sua chegada, partiu para pinheiros em exercícios. (...) estou assim convencido de que o período de férias deve ser reduzido a dois meses, inclusive a viagem, e isto já constitui uma grande regalia, em face com o que se passa com a maioria dos oficiais brasileiros, que, anos atrás, só tinham direito a quatro semanas de férias, agora elevado a 30 dias.²¹

Os franceses começam a penetrar na Escola Militar, após a reforma de 1924, quando um dos membros da MMF assume o cargo de sub-diretor do Ensino Militar. Nessa escola,

¹⁹ MAGALHÃES, João Batista. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 330.

²⁰ Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

²¹ Relatório do gen. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1929. In: Documentos Históricos do Estado Maior. Brasília: EME, 1996. p. 141.

os primeiros dois anos são comuns a todos os alunos e, no ano seguinte, é realizado um curso especial, de acordo com a escolha da arma. Segundo Câmara:

Há poucas referências ainda para consulta mais aprofundada, sobre o trabalho da MMF na Escola Militar do Realengo. Depreende-se, no entanto, das fontes dadas à luz, que a influência da MMF foi marcante na assessoria ao comando em relação ao ensino profissional da escola Militar, particularmente em relação à chefia dos pequenos escalões.²²

Em 1925, Coffec defende a importância da educação física na instrução militar para a formação de corpos aptos a vencerem as dificuldades de terreno e de clima. Sugere que essa disciplina seja desenvolvida em todas as escolas:

A educação física foi particularmente negligenciada. Será bom: ter um capitão especialmente encarregado desta instrução; que os oficiais instrutores tenham seguido o curso de educação física antes de começar a dar instruções; que o médico encarregado de instrução física seja intangível; que seja designado um mestre de armas e de provas de esgrima.²³

Coffec administra os trabalhos nas escolas com pulso firme e força os alunos a terem maior dedicação aos estudos. Ele interdita as autorizações para ir ao Rio de Janeiro durante a semana e organiza salas de estudos que permitam à instituição ter sessões de estudo obrigatório e sob vigilância. Em 1925, são elaborados os regulamentos da cavalaria e de organização de terreno.

O decreto n. 5.632, 31.12.1928, trata do ensino militar. A instrução primária divide-se em: elementar, para soldados analfabetos em escolas regimentadas; elementar e profissional, para os corpos de tropa e especialistas de profissões elementares, como operários; e complementar, ministrado nas escolas de sargentos, para os sargentos infantis, artilheiros, cavaleiros, entre outros. A instrução secundária comporta o ginásio, nos colégios militares, e o profissional, no curso preparatório da Escola Militar, destinado a civis e a sargentos que desejem ser oficiais.

A instrução superior divide-se em: Escola Militar, para candidatos a oficiais das armas; Escola de Aviação Militar; Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais, para as armas de infantaria, artilharia e engenharia; Escola de Cavalaria, Centro de Instrução de Artilharia

²² CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: a força de um ideal. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985. p 96.

²³ Correspondência de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para Nestor Sezefredo dos Passos, chefe de Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 4.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

de Costa, Centro de Instrução de Transmissões, Instituto Geográfico Militar, Escola de Estado Maior, Escola de Intendência, Escola de Aplicação do Serviço de Saúde e Escola de Aplicação de Serviço Veterinário.

O art. 6 dessa lei estabelece que só podem ser promovidos por merecimentos os oficiais com o curso de aperfeiçoamento.²⁴ Quando o oficial sai da escola, fica obrigado a servir, durante dois anos consecutivos, na unidade de tropa. Os oficiais de armas só podem pedir demissão de seus postos após cinco anos de efetivo serviço militar, salvo quem pague indenização à nação. Em 1929, o cargo de diretor de Ensino Militar é ocupado por um membro da MMF, com as seguintes atribuições:

Orientar e coordenar o ensino militar, estabelecer diretivas para os assuntos teóricos e práticos, que facilitassem a organização dos programas (...); examinar, corrigir e encaminhar os programas; acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento do ensino militar, fazendo cumprir os programas; propor e dirigir os exercícios de conjunto e apresentar o seu juízo sobre os instrutores.²⁵

A partir de 1920, os alunos com média muito bom recebem, de acordo com o regulamento do EME, como prêmio, uma viagem de aperfeiçoamento na França. O fato é que os alunos chegam muito despreparados para o acompanhamento dos cursos de uma escola superior; por isso, passa-se a realizar uma seleção mais severa para admissão na escola e os programas são revisados. Os franceses preferem ter menos alunos com aptidão, do que muitos alunos sem nenhum talento. Até a chegada dos franceses, o Exército não tem, segundo Miranda: “uma estrutura devidamente organizada e eficiente, e nem mesmo um estabelecimento de ensino capaz de propagar novas idéias sobre a necessidade de modernização do pensamento da força”.²⁶

Os brasileiros, no final da década de 20, na pretensão de diminuir a influência da MMF nas escolas, propõem não só o acréscimo de oficiais brasileiros como adjuntos aos professores franceses para se tornarem futuramente instrutores, como a supressão da nota de aptidão militar. A esse respeito, Coffec afirma: “a oposição continua formal e irredutível

²⁴ Decreto n. 5.632, 31.12.1928. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

²⁵ MOTTA, Jehovah. Formação do oficial do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 282.

²⁶ MIRANDA, Jaguarê Saraiva. A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920: idéias, valores, relacionamentos com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares. Rio de Janeiro: ECEME, 2002. p. 21.

no que concerne a nota de aptidão e sem intervenção pessoal junto ao chefe de estado maior do exército”.²⁷

Essas novas medidas são um projeto do novo chefe do EME, Alexandre Leal, para deixar o Exército e, em especial, as escolas cada vez mais independentes dos franceses.

Quadro comparativo das escolas entre 1928 e 1929²⁸

Escolas	Cursos	Membros em 1928	Membros em 1929
Escola Estado Maior	of. subalternos	43	85
	of. superiores	0	02
	revisão	4	02
	Centro de Informações de of. gerais	0	02
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	of. subalternos	80	96
	of. superiores	13	24
Escola de Cavalaria	of. subalternos	28	39
	of. superiores	0	07
	sub-oficiais	20	19
Escola de Aviação	oficiais e sub-oficiais	71	121
Centro de Transmissões	oficiais	05	02
	sub-oficiais	19	02
Escola de Intendência	administradores, contadores, de guerra	57	80
Escola de Serviço de Saúde	médicos	34	25
	farmacêuticos	18	14
	químicos	12	02
Escola Veterinária		53	43

Em 1929, Spire solicita ao governo francês duas vagas na Escola Superior de Guerra francesa para dois oficiais brasileiros, assim justificando seu pedido: “há um grande interesse do ponto de vista da influência francesa a prolongar o ensino da missão do Rio nos estágios nas escolas francesas. (...) No retorno ao Brasil, eles serão advogados convencidos e persuadidos de nossa doutrina e defensores de nossos materiais”.²⁹ Alguns oficiais brasileiros são enviados à França para a realização de estágios militares nas escolas francesas: Joinville recebia-os para estágios em educação física e Saumur para estágios na escola de cavalaria.

O ano de 1929 apresenta um dos maiores rendimentos nas escolas tanto em efetivo, quanto na capacidade dos alunos. Em 7 de outubro, abre o curso de informação para

²⁷ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.03.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

²⁸ id., ib.

²⁹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

generais; são também, pela primeira vez, enviados brasileiros para estagiarem na escola de guerra francesa.³⁰

Os comandantes das escolas têm direito a uma indenização anual de 40 contos de réis, a uma indenização para equipamentos, instalações de cinco mil francos, e ao pagamento de gastos com transporte para ele e sua família pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, em primeira classe.³¹ Os professores, para serem admitidos pela MMF, devem ter aptidão profissional reconhecida e assinar o contrato por um ano. O ordenado mensal é de cinco a seis mil francos.

Uma das importantes modificações feitas por Spire, em 1928, é a interação entre os estabelecimentos de ensino, com reuniões semanais dos diretores franceses de cada escola, relatos do realizado na semana anterior e apresentação dos projetos para a semana seguinte. Como afirma Spire:

Eu decidi então, para cada escola, que alguns exercícios (conferências, exercícios sobre mapa e terreno) assistirão professores de outras escolas. (...) algum exercício prático importante organizado por uma escola, os professores de outras escolas participarão com seus alunos – este método parece dar melhores resultados.³²

Cada escola da MMF tem um diretor geral de ensino, encarregado da fiscalização de todos os trabalhos da escola e da elaboração dos programas e dos relatórios de ensino. Ele deve ter conhecimento de tudo o que ocorre na escola, do aproveitamento dos alunos, das conferências acontecidas, entre outros.³³ A matrícula nas escolas é realizada mediante concurso, no Rio de Janeiro, com o programa de conteúdos definido pelo EME.

6.1 Escola de Estado Maior (EEM)

A EEM só passa a vigorar com suas reais funções, após a chegada da MMF, com dois cursos: o de Estado Maior e o de Revisão. O Curso de Estado Maior para capitães e tenentes, tem duração de três anos, e, para oficiais superiores, tem duração de um ano. O

³⁰ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.10.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³¹ Nota para Seção de Pessoal do Serviço de Estado Maior. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

³² Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³³ Regulamento para a Escola de Intendência, 1921.

Curso de Revisão é para oficiais superiores, e tem duração de um ano. Em 1929, o curso de EM passa a ser requisito para a promoção ao posto de general de brigada. Como ressalta Araújo Martins: “A escola passou a ter como finalidade ser um instituto militar de ensino destinado a formar o oficial de EM que seria o assessor imediato do Comando das Grandes Unidades”.³⁴

A EEM, o Curso de Revisão e a Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais são inauguradas em abril de 1920. A EEM funciona no Quartel-General, estando diretamente subordinada ao chefe do EM. Suas turmas não podem exceder a quarenta alunos, porque seu objetivo é, conforme Calógeras: “o desenvolvimento de um centro de estudos militares superiores”.³⁵

Calógeras considera a EEM como uma escola superior de guerra e o Curso de Revisão, um curso de altos estudos para oficiais de maior antiguidade. O ensino tem um caráter eminentemente prático. No primeiro ano, a escola conta com vinte alunos; no segundo, com dezessete alunos; e, no terceiro ano, com quinze alunos.

Para o ingresso nesses cursos, é feito um concurso entre os candidatos à vaga. O curso desenvolve estudos sobre defesa nacional, estratégia e cultura geral. Os alunos fazem uma prova sobre composição tática, resolvendo um caso concreto, relativo às operações de um destacamento, usando o regulamento em vigor. O candidato deve saber usar o mapa, analisar e explorar o terreno e ter segurança em marcha, entre outros.

Os alunos devem fazer provas de História do Brasil, da colonização até a República e de História das Américas, valendo 10 pontos; de Geografia do Brasil e Geografia da América, valendo 8 pontos; de legislação e administração militar, valendo 6 pontos e uma redação em francês, com peso 4³⁶.

No primeiro ano de curso, estudam-se tática das armas, tática das pequenas unidades e realiza-se estágio nas respectivas armas; no segundo, devem-se realizar as seguintes disciplinas: economia política, sociologia, geografia e história militar e tática geral; no terceiro, as disciplinas são: defesa nacional, direito internacional e administrativo,

³⁴ MARTINS, op. cit. nota 6, p. 63.

³⁵ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1920, p. 77. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

³⁶ Boletim do Exército n. 304, 15.04.1920. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

geografia e história militar, tática geral, funcionamento do EME e seus serviços, organização do exército, elementos de estratégia.

Os estágios são feitos após o terceiro ano, desde que obtido o certificado de aptidão. Esse estágio pode durar um ano, e os oficiais passam por diferentes empregos. Aos militares com o curso da EEM anterior à vinda dos franceses, é oferecida, como opção, o Curso de Revisão.

Somente permanecem como estagiários os oficiais com melhores notas, na intenção de os transformar em professores da Escola. Outros vão para o Estado Maior Geral ou para os Estados Maiores da Divisão; os que obtêm menos sucesso são devolvidos à tropa. Nesse período, cabe à EEM a formulação da doutrina militar, que sofre influência dos ensinamentos franceses sobre o método de pensamento cartesiano, que passa a servir de base para a solução dos problemas táticos e estratégicos.

Essa escola destina-se à formação de oficiais de estado maior, colaboradores imediatos do comando, com conhecimentos gerais que possam auxiliar na preparação de comando. No primeiro ano, são realizados estudos de tática e técnica; no segundo, da ação dos agrupamentos; e, no último, de tática geral. O ensino é ministrado com ênfase em quatro aspectos: missão, inimigo, terreno e meios.³⁷

Em 1920, apenas cinco oficiais fazem o curso, obtendo as seguintes menções: um, *muito bom*; três, *bom*; e um, *regular*. O quadro docente da escola é o seguinte: diretor: gen. Durandim; prof. de estratégia e tática geral: ten. cel. Derougemont; encarregado da infantaria: ten. cel. Barrand; encarregado da artilharia: ten. cel. Pascal; e um encarregado da cavalaria: maj. Chavane de Dalmany.³⁸

Os resultados dos cursos de 1920 e 1921 são medíocres, devido à falta de candidatos à escola. Há dez vagas para a infantaria, seis para cavalaria, seis para artilharia e uma para engenharia. Um dos problemas da EEM é que os oficiais superiores não querem ou não têm condições de estudar e aprender os conteúdos desenvolvidos pela MMF, mas, mesmo com pouco preparo, possuem poder de mando, devido às suas patentes. Segundo Cidade:

Os altos chefes militares, embora não o dissessem clara e publicamente, achavam-se demasiadamente velhos para reiniciarem seus estudos e, como não tinham acompanhado os progressos vertiginosos da arte da guerra, evitavam

³⁷ BAUDOUIM. A doutrina. Rio de Janeiro: EME, 1931.

³⁸ Pasta da Missão Militar Francesa. Brasília: Arquivo do Exército.

indesejáveis confronto com os oficiais seus comandados das gerações mais novas.³⁹

Para os oficiais mais antigos na hierarquia, a MMF vem provar que eles não têm mais utilidade para a vida militar. Como afirma Hayes: “já não tinham condições de acompanhar o padrão de ensino técnico que ela se propõe a estabelecer”.⁴⁰ Enquanto os jovens turcos vêem a missão: “como um insulto à capacidade deles de dar cabo ao programa de profissionalização”.⁴¹

Os jovens turcos consideram o exército alemão superior tecnicamente ao francês, embora esse último tenha vencido a primeira guerra. O fato é, que com a instrução da MMF, os postos mais baixos passam a ter maior competência para o serviço, que os mais altos e antigos. Diante disso, muitos oficiais superiores são cooptados pelo presidente da República, que lhes oferece vantagens, gratificações, remuneração especial. Segundo Hayes: “ofereciam oportunidade de praticar corrupção”.⁴² Mas, em 1927, esse problema está solucionado. Conforme Coffec, a EEM livra-se do peso morto que representa a presença de oficiais superiores pouco preparados para seguir um Curso de Revisão.⁴³

No ano de 1923, ocorre a primeira promoção dos alunos que estudaram durante três anos nessa escola, o que, segundo Gamelin: “vai permitir a começar a constituição dos Estados Maiores regionais”.⁴⁴ Os primeiros colocados nas escolas são destinados ao trabalho nas unidades regionais, com vistas à sua organização, segundo os padrões de aprendizado obtidos em sua formação, objetivando a difusão, entre a tropa e os oficiais, desses ensinamentos. Em 1924, começa a ser feita uma seleção entre os melhores alunos da EEM para serem os novos instrutores da escola; só podem concorrer os que concluíram o curso de EM ou de Revisão, com a menção “muito bom”.

O decreto n. 16.393, 27.02.1924, estabelece que o Curso de Estado Maior seria freqüentado por capitães e tenentes das armas em que tivessem feito o serviço arregimentado. Esse curso se destina à formação de oficiais para o serviço de estado maior

³⁹ CIDADE, Francisco de Paula. Da MMF aos nossos dias. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XLII, v. LXI, p. 131, jul.-dez. 1954.

⁴⁰ HAYES, Robert Ames. Nação armada: a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991. p. 135.

⁴¹ id., ib.

⁴² id., ib.

⁴³ Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁴ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

e tem a duração de três anos. Já o Curso de Revisão tem como objetivo rever os conhecimentos adquiridos pelos oficiais no Curso de Estado Maior, para que possam exercer cargos de chefes de Estados Maiores.

Em 1926, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, demonstra grande satisfação com os serviços prestados pela MMF:

A MMF, cuja competência e honestidade estão acima de qualquer discussão, prestou ao Exército serviços de real valor. A feição evidentemente prática que imprimiu ao ensino na Escola de EM, fazendo com que os oficiais-alunos vivessem a vida dos exércitos em campanha, familiarizando-os com o trato das grandes unidades e com o funcionamento de todos os serviços, tem produzido magníficos efeitos, já constatados nas manobras anuais.⁴⁵

Até então, todos os quadros do Exército, desde os oficiais superiores até os graduados, não estão acostumados a estudar com afinco e a ser duramente cobrados em provas teóricas e práticas. O ensino no Exército mergulhara em um marasmo: os conhecimentos ensinados não têm aplicação prática. Como elucida Motta:

O organismo da administração escolar era frágil, não tinha condições para realizar um planejamento e um controle adequado. E, finalmente, o corpo docente, formado na prática e na exaltação do ensino verbal, preso à hábitos e atitudes arraigadas, permaneceu indiferente, quando não hostil, a procedimentos didáticos que lhe exigiam mudanças de concepção e reestruturação de experiências.⁴⁶

O ano de 1927 obtém bons resultados, os alunos apresentam muitos progressos. Mas o problema dessa escola ainda é a falta de conhecimentos práticos nas manobras; assim, o ministro da Guerra do Brasil, em conformidade com Spire, decide adotar a seguinte medida:

Os alunos com melhores notas nas Escolas de Aperfeiçoamento e de Cavalaria, conservando seu direito de entrar, não irão mais diretamente para a escola de Estado Maior. Eles serão por um ano ou dois enviados ao corpo de tropa para difundir o ensinamento que receberam.⁴⁷

Os alunos passam a aprender estratégia, história militar, tática, uso de material, conferências sobre aeronáutica, serviço de saúde e intendência, mobilização, vias férreas,

⁴⁵ Relatório de Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1926, p. 5. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

⁴⁶ MOTTA, op. cit. nota 25, p. 263.

⁴⁷ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.02.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

tática naval, armas estrangeiras, topografia, direito internacional e geografia.⁴⁸ O programa de ensino complementa-se com a prática de língua estrangeira, o francês obrigatoriamente e o inglês facultativamente.

Em 1929, funcionam, na EEM, cinco cursos diferentes. Para os oficiais superiores, o Curso de Revisão com cinco alunos e o Curso de Estado Maior com sete alunos; para os oficiais subalternos, são três anos de curso, o primeiro com trezentos e oitenta e sete oficiais; o segundo, com treze oficiais e o terceiro com vinte e dois oficiais.⁴⁹ Esses números superam as expectativas, em geral, de quarenta e cinco a cinquenta e cinco alunos por ano. Nos anos de 1929 e 1930, surge o curso de Informação que dá origem ao CPEAEX – Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. O progresso mais significativo é a instituição definitiva de concurso para o ingresso nessa escola, e a exigência do brevet para o acesso à grade de general.

6.2 Curso de revisão e curso de informação para generais

O Curso de Revisão tem por finalidade atenuar as disparidades entre os jovens instruídos e aptos ao serviço militar e os oficiais mais antigos, mas sem o mesmo nível de instrução que os oficiais de baixa patente. Em 1920, vinte e seis oficiais se inscrevem no curso: dez infantes, oito cavalarianos, dois engenheiros e seis artilheiros. O desempenho foi: quatro *Muito Bom*, vinte *Bom* e dois *Regular*.⁵⁰

Só podem freqüentar esse curso os oficiais já com o curso de Estado Maior; a admissão para curso depende da aquiescência do chefe do EME. Poucos oficiais se inscrevem no curso, porque se sentem amedrontados e pouco familiarizados com o novo currículo e as exigências dos franceses.

A MMF realiza o Curso de Informação para generais pela primeira vez em 7 de outubro de 1929, tendo como objetivo a atualização dos oficiais generais sobre temas táticos e estratégicos. São alunos José Fernandes Leite de Castro, Alfredo Malan d'Angrogne,

⁴⁸ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁴⁹ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁵⁰ Documento. Brasília: Arquivo do Exército, pasta Missão Militar Francesa.

Andrade Neves, Firmino Antonio Borba, entre outros. Para participar desse curso, os oficiais generais são convidados pelo chefe do EME.

São proferidas, na primeira semana do curso, as seguintes conferências: Infantaria, pelo ten. cel Corbé; Tática geral, pelo cel. Baudouin; Aviação, pelo ten. cel. Jauneaud; Cavalaria, pelo ten. cel. Doudeuil; Artilharia, pelo ten. cel. Chabrol.⁵¹

6.3 Escola de aperfeiçoamento de oficiais

A Escola de Aperfeiçoamento oferece um curso para oficiais superiores; mas, com a vinda da MMF, a instituição passa a ministrar cursos para tenentes e capitães de cada arma; os oficiais superiores passam a ter seus cursos e conferências apenas na EEM, na qual é superado o velho problema das escolas militares brasileiras de prevalência da teoria sobre a prática.

Em 1920, esta Escola de Aperfeiçoamento conta com a participação de trinta e seis alunos oficiais da infantaria, vinte e oito da artilharia, vinte da cavalaria e sete da engenharia. Em seu quadro docente estão: diretor, cel. Barot; encarregado da infantaria, maj. Dumay; encarregado da artilharia, maj. Bresard; encarregado da cavalaria, maj. Pichon; e encarregado da engenharia, cap. Le Mehaute.⁵²

A escola funciona na Vila Militar, tendo como objetivo a formação de novos instrutores para a difusão do ensino nas unidades espalhadas por todo território nacional. Findos os estudos na Escola Militar, os oficiais vão para a ESAO. Na Escola de Instrução, são criados, em 1922, quatro centros especializados: um centro de instrução de especialistas de infantaria, com duração de dois meses; um centro de formação de oficiais instrutores de equitação, com duração de quatro meses; um centro de instrução de artilharia, com duração de cinco semanas; e um centro de transmissão para telegrafistas.

Em 1928, os franceses consideram que esta escola apresenta melhoria significativa, mas que ainda não atinge o rendimento esperado, devido à falta de perseverança dos oficiais alunos, que faltam aulas e não acertam mais que 50% das provas, sendo considerados pelos instrutores como pesos mortos em relação a outra parte que se esforça. Para mudar essa situação, é feita a seguinte proposição:

⁵¹ Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. p. 136.

⁵² Documento, op. cit. nota. 50.

Após dois meses e meio do início da instrução deverá ser feito um exame de habilitação, os oficiais alunos que não satisfizerem serão reinviados a seus corpos. O exame será composto de duas provas: uma de topografia: leitura e emprego de mapa; e a outra técnica de arma. (...) Toda nota inferior a quatro em uma ou outra das provas acarretará a eliminação do oficial.⁵³

Essa escola tem por objetivo o aperfeiçoamento do ensino dos alunos que concluem a escola militar para serem comandantes de pequenas unidades ou instrutores. Há um curso de aperfeiçoamento para cada arma, com um total de cinquenta vagas para infantaria, trinta para a cavalaria, trinta para a artilharia e dez para engenharia. Nesses cursos, muitas provas são realizadas oralmente.

As matérias trabalhadas nessa escola, em todas as armas, são: história, tática, ligação e comunicação, geografia, armamento e material, topografia, higiene militar e serviço de saúde. A Escola de Aperfeiçoamento forma oficiais para serem chefes, para assumirem cargos de liderança; seus alunos são preparados para dar ordens e velar pela sua execução, estarem cientes de tudo o que se passa e manterem constante ligação com autoridade superior e com seus subordinados.

Desde 1928, passa-se a exigir o Curso de Aperfeiçoamento para o avanço de posto hierárquico dos militares; devido a essa norma, em 1930, essa escola conta com cento e quinze alunos.

6.4 Escola Militar

De acordo com os regulamentos de 1913, os alunos da Escola Militar devem escolher a arma a que vão pertencer no final de dois anos de curso. No terceiro ano, os alunos fazem então o curso especial de sua arma. No final do terceiro ano, freqüentam uma escola prática durante dezoito meses e saem aspirantes. Em 1918, a Escola Prática, que só passa a funcionar após 1915, é suprimida. Sobre esse tema, assim se manifesta Salats: “É conveniente de notar que o regulamento de 1905 não teve existência mais longa que o regulamento de 1898. Ele foi substituído no governo do Marechal Hermes da Fonseca pelo regulamento de 1913”.⁵⁴

⁵³ Documento, op. cit. nota 50.

⁵⁴ Correspondência do chefe de esquadrão Salats, adido militar no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Ao analisar a regulamentação da Escola Militar, os franceses encontram artigos que, de acordo com sua visão de instrução militar, são verdadeiros absurdos, tais como o art. 12 que estabelece que todo aspirante a oficial do Exército ou Marinha e mesmo os alunos das escolas militares que não completem o curso ou não obtenham aprovação em alguma matéria, lição ou curso teórico, estão autorizados a realizar uma nova prova no ano escolar normal. Quanto a isso, assim se manifesta Salats: “Eu chamo atenção sobre este artigo que fará com que compreendam o quanto pode vir a ser difícil o papel de professores europeus habituados a tratar a questão de notas ou de exames com seriedade e eventualmente com todo rigor que esta questão requer”.⁵⁵

Essa escola é considerada o núcleo central, a célula mater de toda vida militar no país. Mas possui muitos problemas, tais como a falta de instrutores qualificados e a ausência de disciplinas práticas, que caracterizem um ensino militar. A MMF tem acesso a essa escola a partir de 1924, quando passa a desenvolver seus trabalhos de instrução prática, com serviços de campanha, exercícios de tiro e de educação física. Segundo Malan:

Pela primeira vez a escola passou a dispor de um oficial francês da Missão, especialista em educação física. Ele teve que se ater a instruir monitores selecionados e a fiscalizá-los na retransmissão dos ensinamentos adquiridos, com a ajuda de instrutores auxiliares.⁵⁶

A Escola Militar tem a duração de três anos. No primeiro ano, o curso fundamental trata de matérias como a organização geral do exército, direito constitucional, geometria, higiene militar, administração, armamento, física e eletricidade. Na parte prática, os alunos fazem aulas de educação física, esgrima e tiro com fuzil. Em 1922, o governo brasileiro renova por mais cinco anos o contrato com o ten. Gauthier, instrutor de esgrima militar.

No segundo ano, aprendem os regulamentos de campanha, fortificações, topografia, química, cálculo, mecânica e explosivos. Na parte prática, fazem ginástica, tiro de mosquetão, equitação, construção de pontes, entre outros. O terceiro ano é especial, pois é aquele em que o aluno escolhe a sua arma: o curso de infantaria, no qual os alunos aprendem a lidar com as armas da infantaria, passando a conhecer seus regulamentos e tática; o curso de cavalaria, no qual os alunos treinam o emprego de armas a pé e a cavalo, a construção de fortificações e o serviço de campanha, além do estudo dos regulamentos de

⁵⁵ Correspondência do chefe de esquadrão Salats, op. cit. nota 54.

⁵⁶ MALAN, op. cit. nota 17, p. 137.

cavalaria e táticas; o curso de artilharia, no qual se faz a prática com tiro, bateria, e emprego das armas da artilharia, privilegiando, na parte teórica, os assuntos específicos da artilharia; a escola de engenharia, na qual se aplicam as noções de eletricidade, material de engenharia, resistência dos materiais, pontes militares, trabalhando, na parte prática, com a construção de fortificações, pontes, rotas, caminhos de ferro, telefonia, entre outros.⁵⁷

É criado, em março de 1923, um curso preparatório para a Escola Militar com duração de um ano, sendo os alunos considerados da Escola Militar e pertencentes ao corpo discente. Aqueles que obtêm bom aproveitamento, podem tirar sua carteira de reservista. Em seu currículo, são previstas as seguintes matérias: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, desenho linear, física, química e história natural.⁵⁸

Na tentativa de facilitar o recrutamento, é criado um curso preparatório para os jovens que desejem ingressar na carreira militar, para terem maior conhecimento sobre o primeiro ano de curso na escola.

6.5 Escola de Cavalaria

A Escola de Cavalaria começa a funcionar em 1925. Seus cursos são destinados a graduados e aos oficiais da cavalaria, mas servem também a oficiais de outras armas que desejem receber a instrução eqüestre. Na Escola de Cavalaria e na Escola de Aviação, a oposição aos franceses é mais forte, fato que Conty julga dever-se ao contato mais direto entre alunos e professores: “onde o amor próprio de cavaleiros e aviadores é colocado em jogo”.⁵⁹

Uma das reclamações dos franceses, no ano de 1927, é a falta de homens e cavalos para essa escola. Em 1928, ela obtém progresso: dos cinquenta cavalos existentes em 1927, passa para duzentos e trinta e, com esse avanço, a escola começa a fazer concursos hípicas.

⁵⁷ Documento, op. cit. nota 48.

⁵⁸ Boletim do Exército, n.82, 25.03.1923. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

⁵⁹ Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.12.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

6.6 Escola do Serviço de Saúde

Um dos problemas da organização do Exército é a ausência de médicos militares. O serviço de saúde é exercido por médicos sem conhecimento militar, ou seja, médicos formados pelas faculdades civis, sem recrutamento militar. Os médicos são civis sem nenhum conhecimento de medicina de guerra e mesmo da instituição militar. Esse fato exige um curso de aplicação do serviço de saúde. Mas o período de instabilidade criado pela revolta tenentista traz conseqüências nefastas ao início do Curso de Serviço da Saúde.⁶⁰ Assim, somente a partir de 1923, a Escola de Serviço de Saúde passa a recrutar médicos brasileiros para fazerem o curso e tornarem-se médicos militares.

Essa escola se propõe a fazer uma instrução técnica complementar aos médicos e farmacêuticos sobre as aplicações especiais da cirurgia e da química no exército, bem como a ministrar conhecimentos gerais sobre administração militar e serviço de campanha.

O curso tem duração de um ano e seus alunos são recrutados por concurso. As exigências são o diploma universitário de médico ou farmacêutico, aptidão física e carteira de reservista. Após o curso de aplicação dos serviços de saúde, há também, o curso de aperfeiçoamento que cada profissional deve fazer, após seis anos do término do curso de aplicação.

No programa do curso de medicina, constam as seguintes disciplinas: clínica médica, cirurgia, oftalmologia, otorrinologia, psiquiatria e neurologia, dermatologia e sifilografia, fisioterapia e radiologia, exercícios de bacteriologia aplicada à higiene militar. Na parte teórica, são enfatizadas a cirurgia de guerra, a higiene militar, e as doenças e epidemias do exército. Nessa escola, também é priorizada a instrução de equitação e os exercícios de educação física. Os farmacêuticos têm cursos práticos de bromatologia, toxicologia e análises clínicas.⁶¹

A Escola de Serviço de Saúde tem como objetivo ensinar os médicos e farmacêuticos formados a agirem em caso de guerra com os feridos, com a higiene em campo de batalha e com as doenças que podem afetar a tropa; na montagem de hospitais de campanha e na retirada dos gravemente feridos do campo. Esse treinamento é feito com

⁶⁰ Os médicos militares brasileiros eram recrutados via faculdade civil. Um curso de aplicação no serviço de saúde instalado daria bons resultados.

⁶¹ Documento, op. cit. nota 48.

vistas a evitar que os planos de guerra sejam prejudicados por perdas desnecessárias, em virtude da falta de preparo médico.

Os franceses propõem uma transformação completa na Direção do Serviço de Saúde e criam dois organismos novos: um destina-se à preparação do serviço de saúde em campanha, com um escritório encarregado do pessoal e outro, do material; o segundo é especializado em estudos técnicos, subdividindo-se em diversas especialidades.

Além desses dois órgãos, são criadas direções do Serviço de Saúde e formações sanitárias regimentadas em todas regiões militares, com hospitais, depósitos de material sanitário de guerra, escola de aplicação do serviço de saúde e inspeções técnicas permanentes. O pessoal da saúde recebe orientação específica para o preparo em tempos de paz e um bom desempenho em tempos de guerra. Segundo Salats:

O Exército Brasileiro não tinha antes da chegada da missão nenhum rudimentar regulamento, nenhuma previsão de material ou de pessoal em caso de guerra. Seus médicos tinham recebido nenhuma instrução especial concernente à medicina militar, eram de fato médicos civis de uniforme, preocupados em fazer sua clientela civil e desorientados quanto à medicina das coletividades.⁶²

A organização do serviço de saúde brasileiro tem por base o funcionamento do serviço de saúde francês em operação durante a primeira guerra mundial.

6.7 Escola de Aviação

No ano de 1920, trinta e seis pilotos recebem o diploma militar, pois a escola já existe desde 2 de fevereiro de 1914, quando instruíam civis e militares. Seu quadro compõe-se de: diretor, cel. Magnin; instrutores, cap. Dumont e cap. Lafay.⁶³ As instalações da escola compreendem três hangares grandes de cimento 25x30, três hangares de 15x20, uma garagem, um ateliê mecânico com as máquinas necessárias, um ateliê para o trabalho em madeira, um ateliê de montagem, um ateliê de fotografia, um ateliê de solda, uma enfermaria e uma sala de operações para casos urgentes, e uma entrada subterrânea para gasolina.⁶⁴

⁶² Correspondência do chefe de esquadrão Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.08.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁶³ Documento, op. cit. nota 50..

⁶⁴ Aeronáutica Brasileira. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Em 1923, a Escola teve vinte alunos pilotos, nenhum observador e dez mecânicos.⁶⁵ Embora com poucos alunos, 1923 é considerado um bom ano em relação a 1922, devido à ocorrência do movimento tenentista e ao fechamento completo da escola. Um grande número de alunos participa da Revolução, resultando na desorganização geral da escola. E como nenhuma compra de material é feita em 1922, a penúria é grande, pois há menos aviões que em 1921, acompanhada de forte oposição aos instrutores franceses, incentivada pelo cap. Bento Ribeiro, filho do marechal, antigo chefe do EME, que, no passado, teve problemas com Gamelin.⁶⁶

Os aviões utilizados são quarenta e cinco Nieuport, vinte Spad e vinte Breguet, dez de bombardeamento e dez de observação. A França procura vender para o Brasil todos os aviões de que a Escola precisa, vencendo a concorrência internacional. Os aviadores têm algumas vantagens sobre os demais militares: o tempo de serviço é contado em dobro e lhes são concedidas indenizações: para instrutores, 15 mil réis; para os oficiais, 10 mil réis; para os sub-oficiais, cabos e alunos oficiais, 5 mil réis; e para os alunos da tropa, 2 mil réis.⁶⁷

Devido o movimento revolucionário dos tenentes, a Escola é fechada em julho de 1924 e só reabre em 10 de maio de 1927. Recomeça com cinquenta alunos no curso de sargento aviador e oito no curso de aspirante aviador. O ministro da Guerra faz uma encomenda de material à França para reequipar a escola. Em 19 de maio, é empossado o novo comandante da Escola de Aviação o ten. cel. Othon dos Santos.⁶⁸

Mesmo tendo muitos opositores dentro da Escola de Aviação, a MMF mantém seu trabalho, pois pensa que sua influência constante conseguiria as seguintes vantagens: “combater a influência alemã, desenvolver a influência de sua engenharia e agir à favor de seus interesses comerciais”.⁶⁹ Entre as provas de aviação a que são submetidos os alunos aviadores, estão: acrobacias, velocidade sobre a base, fotografia, aterrizar com precisão, altitude, altitude com passageiro e caça aos balõezinhos.

Esta escola está diretamente subordinada ao chefe do EME e sua função é a formação de pilotos, observadores, mecânicos e especialistas na construção e reparação dos

⁶⁵ Correspondência do cap. Moineville, da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁶⁶ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, op. cit. nota 44..

⁶⁷ Aeronáutica Brasileira, op. cit. nota 64.

⁶⁸ Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 7.07.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁶⁹ Relatório n. 187. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, p. 174-5.

aviões. Possui uma seção de alunos, uma esquadrilha de aperfeiçoamento e companhias parques de aviação.

Os acidentes são constantes na Escola de Aviação, com perdas consideráveis de efetivo e de material. Em outubro de 1927, ocorre um acidente de aviação na pista de pouso do Campo dos Afonsos, quando um avião Breguet se choca contra o solo e os três pilotos a bordo morrem carbonizados. O acidente acontece em frente do general diretor de Aviação, que constata *in locu* o erro dos pilotos: eles viram o avião a baixa altura e se chocam contra a pista. Além disso, o referido avião tem capacidade para duas e não três pessoas.⁷⁰

No início de novembro de 1928, um outro acidente ocorre, segundo os franceses, também, por imprudência do piloto, o tenente Drummond, que fez acrobacias a baixa altura sobre o mar. Como explica Spire: “na evolução a pouca altura do mar o aparelho se precipitou na água e desapareceu com os ocupantes. (...) o oficial passageiro veio à superfície (...), mas o piloto desapareceu”.⁷¹ Naturalmente, esse acidente promove mais uma onda de críticas na imprensa contra a MMF.

Os pilotos aviadores são recrutados entre os militares com menos de 30 anos no exército ativo. Os pilotos observadores são recrutados na arma de artilharia e no EME e não podem ter mais que 35 anos. Na Escola de Aviação, há o curso de aperfeiçoamento e o curso para mecânicos.

Em 1928, a Escola de Aviação faz, em média, 25.000 vôos anuais. Tem, em seu quadro, trinta mecânicos, trinta pilotos e vinte e cinco observadores diplomados com os aviões Breguet, Morane e Potez 25.⁷² Como se pode ver pelo quadro que segue, a aviação se desenvolve bastante nos últimos anos da década de 30.⁷³

⁷⁰ Correspondência gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.10.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁷¹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.11.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁷² Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, sobre a Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 4.10.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁷³ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França de 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

	1927	1928	1929	1930
Aviões em serviço	11	11	26	40
Horas de vôo efetuadas	75	590	650	1.100
Quilômetros percorridos	9.375	73.750	81.250	137.500
Pilotos diplomados em aviões guerra	19	28	62	75

6.8 Escola de Intendência

Em 1921, é inaugurada a Escola de Intendência, tendo como responsável o maj. Buchalet. Essa escola se divide em: curso de intendência, destinado a formar os quadros de intendência de guerra; e curso de administração, para formar os corpos de gestão, junto aos oficiais contabilistas.

Possui ensino geral e um curso técnico específico da área. Em seu programa, constam as seguintes disciplinas: geografia econômica, direito constitucional, legislação industrial e do trabalho, estudo de língua francesa e espanhola e equitação. As matérias especializadas do curso de intendência são: direito administrativo, ciências e legislação financeira, mobilização, vias férreas e concentração, direito internacional e armas estrangeiras sul-americanas.

As matérias específicas do curso de administração são teoria geral de direito e noções de legislação comercial, economia política e direito administrativo. A parte técnica, comum aos dois cursos, trata do estudo das forragens brasileiras, gêneros alimentares, estudos dos transportes brasileiros, vestimenta, equipamentos, alojamentos, contabilidade e organização e fornecimento de substâncias militares. Os intendentess são recrutados entre capitães e tenentes das armas combatentes.⁷⁴

Para o ingresso no Curso de Administração, presta-se um concurso no qual se exigem uma redação em português sobre História do Brasil, uma prova de aritmética, álgebra, geometria, história do Brasil e geografia física e política da América do Sul e do Brasil.⁷⁵ No Curso de Administração, são cursadas as seguintes disciplinas: português,

⁷⁴ Documento, op. cit. nota 48.

⁷⁵ Programa para o concurso de admissão à Escola de Administração Militar. Paris: Arquivo SHAT, 3381.

aritmética, álgebra, geometria, história do Brasil e geografia.⁷⁶ Também é dado destaque às disciplinas de direito internacional, com ênfase nos direitos e deveres de cada estado, no estatuto internacional do mar e de certos rios; ao direito constitucional brasileiro; ao direito administrativo; à legislação financeira; ao direito criminal; ao código civil; à legislação comercial e industrial e às noções de economia política.⁷⁷

Todo corpo de tropa deve ser provido de um conselho de administração, seja batalhão ou esquadrão. As necessidades dos homens são inúmeras e, para satisfazê-las, é preciso infra-estrutura.⁷⁸ Os cursos de administração tratam da forma como se dá a administração no Brasil, os ministérios que auxiliam, os principais representantes, as leis de cunho comercial, industrial e agrícola, a organização dos estados federados, entre outros.

Esses cursos tentam diferenciar o estado de guerra do estado de sítio; mostram, nas leis brasileiras, o que compete ao poder militar, as formas de entendimento das leis e sua importância para a administração militar; o que compete ao presidente da República, suas atribuições e as do vice-presidente, os atos administrativos, os decretos, os regulamentos, a responsabilidade ministerial.

Na Escola de Intendência, o programa de conferências direciona-se aos cursos técnicos de fardamento, de alimentação, de administração do exército e de administração geral, fornecendo dados específicos sobre as condições e as produções brasileiras.

O curso de Serviço de Subsistência da Escola de Intendência, por exemplo, analisa os aspectos, a forma, a estrutura e a constituição química do trigo. As possíveis doenças do trigo e principalmente o trigo no Brasil. Outros produtos também são título de conferências, tais como o amido, o açúcar, o arroz, entre outros.

Aos sábados são feitas sabinas, com provas escritas e orais. O quadro que segue apresenta o programa de trabalho de uma semana nessa escola, cuja carga horária é distribuída entre diferentes conferências:

⁷⁶ Curso de admissão para a Escola de Administração, Rio de Janeiro, 1920, p. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME.

⁷⁷ Boletim do Exército, n. 349, 30.11.1920.

⁷⁸ SALY. Notion d'économie politique (École d'Administration Militaire). Rio de Janeiro, 1921.

Escola de Intendência: programa dos trabalhos de 30 de maio a 04 de junho de 1921⁷⁹

Dia	Hora	Escola Superior de Intendência e Escola de Administração Militar
Maio 30 2. feira	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso geral de intendência (Buchalet) Noções economia política (maj. Saly)
Maio 31 3. feira	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso técnico de subsistência (maj. Fauvelet) Matérias alimentícias e higiene da alimentação (maj. méd. Mariz Pinto)
Junho 01 4. feira	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso geral de intendência (cel. Buchalet) Higiene veterinária (maj. vet. Marliangeas)
Junho 02 5. feira	9h15-10h15	Administração interna nos corpos de tropa (maj. Saly)
Junho 03 6. feira	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso geral de intendência (cel. Buchalet) Noções de economia política (maj. Saly)
Junho 04 Sábado	9h15-10h15	Curso técnico das subsistências (maj. Fauvelet)

Junto ao programa da semana, há a seguinte observação: “Haverá nas segundas, quartas e sextas das 14 às 15 horas curso obrigatório de francês pelo maj. Saly” para os alunos da EAO.⁸⁰

6.9 Escola de Veterinária

Em 1920, o diretor da Escola de Veterinária é o maj. vet. Marliengeas e o professor cap. vet. Dieulouard. Essa é uma das escolas mais afetadas pelo movimento tenentista de 1924, que agita os quadros do Exército; de 1924 a 1926, opera apenas com ensinamentos teóricos, o que contraria os objetivos da escola, que são de instruções práticas.

Em 1927, começa o Curso de Aperfeiçoamento para oficiais superiores e percebe-se a falta de uma biblioteca especializada, com livros que tratem de temas militares. Spire

⁷⁹ Programa das aulas da Escola de Intendência, elaborado pelo cel. Buchalet, diretor Geral de Ensino da Escola de Intendência, 25.05.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁸⁰ Programa das aulas da Escola de Intendência, op. cit. nota. 79.

solicita então, ao ministro da Guerra da França o envio de algumas obras para a modesta biblioteca de veterinária. Justifica assim seu pedido:

Eu me permito de vos assinalar o grande interesse que há do ponto de vista da propaganda francesa, se esta sessão for concedida a título gratuito e se seu transporte estiver assegurado pela mala diplomática. As felizes repercussões deste envio compensarão largamente a falta de indenização que representa para o tesouro francês o preço desta documentação já usada.⁸¹

Esse curso tem duração de três anos; ao final, os alunos recebem o certificado de médicos veterinários, ou seja, é o exército quem forma os alunos em medicina veterinária. Para ingresso no curso, é necessário um bom desempenho nas provas de português, francês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história do Brasil, física, química e história natural.

No programa do primeiro ano do curso de médico veterinário, constam as disciplinas de anatomia, fisiologia comparada nos animais domésticos, histologia, parasitologia e hipologia; no segundo ano, anatomia, farmacologia, patologia, clínica médica, clínica cirúrgica, zootecnia e arte de ferrar; no último ano, higiene e forragens, patologia, clínica médica, clínica cirúrgica, microbiologia, doenças contagiosas, inspeção de carnes e conservantes, legislação militar sobre serviço de saúde e veterinária.

O Curso de Aperfeiçoamento é criado em 1929 e reforça o ensino de patologia cirúrgica, zootecnia, doenças contagiosas, higiene em cavalos de tropa, profilaxia, inspeção de carnes, abatedouros de campanha, ferraduras normais e patológicas, farmácia e legislação militar.⁸²

O Curso de Aperfeiçoamento tem duração de seis meses e é específico para médicos veterinários, tendo como objetivo o desenvolvimento de conhecimentos sobre cavalos de guerra e a inspeção de carnes e conservantes. Também há um curso prático de enfermeiro veterinário, com duração de três meses, para sargentos e cabos. Ao lado da Escola de Veterinária e de Aperfeiçoamento, funciona o hospital militar veterinário que atende animais em geral, não apenas os pertencentes a militares, abrigando também um setor especial para o ensino da arte de ferrar cavalos.

⁸¹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o Ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 22.09.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁸² Documento, op. cit. nota 48.

6.10 Escola de Sargentos de Infantaria

Esta escola substitui o curso de aperfeiçoamento para sargentos, tendo como objetivo a complementação da instrução. Possibilita aos sargentos instruir os integrantes das sociedades de tiro. O curso tem a duração de um ano; para que os efeitos dessa instrução sejam sentidos mais rapidamente, os sargentos são logo incorporados em seus destacamentos. Nessa escola, há a prática diária de educação física, o que, até a chegada dos franceses, não é freqüente no exército.

Em 1928, o regulamento de educação física é elaborado, tendo por base o regulamento francês. Segundo Spire: “os resultados obtidos no ensino e na propagação de nosso método de educação física são até aqui excelentes”.⁸³

6.11 Centro de Instrução de Transmissões

A instalação completa do Centro de Instrução de Transmissões é concluída em dezembro de 1926, passando a funcionar normalmente em 1927. O curso de transmissões destina-se a sargentos radiotelegráficos e a oficiais. Nesse curso, os alunos recebem instrução tática e técnica.

O objetivo do curso é o fornecimento de noções indispensáveis sobre o sistema de transmissões e a criação de instrutores telegrafistas, voltados para área de comunicação. O curso tem duração de vinte dias para os oficiais da infantaria, cavalaria e artilharia, e de três meses para sub-oficiais, sargentos e telegrafistas. Em 1929, é suspenso, devido à falta de inscritos.⁸⁴

6.12 Centros de Formação

Além das escolas, os franceses fundam centros de formação e de estudos que oferecem cursos especializantes mais rápidos e intensivos. São eles: o Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, com duração de quatro meses, que recebe doze oficiais de cavalaria; o Centro de Instrução de Artilharia, com duração de cinco meses, que prepara

⁸³ Relatório do gen. Spire, op. cit. nota 73.

⁸⁴ Documento, op. cit. nota 48.

os oficiais com um curso de tiro; e o Centro de Instrução de Especialistas de Infantaria, com duração de dois meses, destinado a um oficial de cada arma.

Quadro geral dos alunos por escolas⁸⁵

Escola	Data	Matriculados	Formados
EEM	1920	31	31
	1921	68	38
	1922		15
	1929	399	399
EAO	1920	91	
	1921	97	
Escola de Av.	1920		36 pilotos
	1923		20 pilotos 10 mecânicos
	1927		58 pilotos

⁸⁵ A EEM possuía cursos de revisão para o Estado Maior e para Oficiais Subalternos. No quadro acima, está disposto, por ano, a soma total dos alunos de todos os cursos. A EAO é dividida por arma: em 1920 são 36 infantes, 28 artilheiros, 20 cavaleiros e 7 engenheiros. Em 1921 são: 36 infantes, 29 cavaleiros, 28 artilheiros e 7 engenheiros.

7 Conferências ministradas pelos franceses nas escolas de instrução

As conferências ministradas nas escolas do exército são proferidas e publicadas em português e em francês, dependendo de o instrutor ter domínio ou não da língua portuguesa. Gamelin profere muitas de suas palestras em português, pois conhece o idioma. As conferências citadas na seqüência são proferidas em diversas escolas do Exército, durante a década de 20.

A imprensa militar imprime para os membros da MMF cerca de cento e sessenta e sete conferências destinadas à EEM e de cento e dez para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.¹ Parte desse material pode ser encontrado no Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, e no Arquivo Militar de Vincennes, em Paris.

7.1 Conferência de Gamelin em 1919

No Clube Militar, no Rio de Janeiro, Gamelin faz uma conferência sobre A Grande Guerra (1914-1918): sobre o front francês, e, em sua mensagem, pede aos brasileiros que façam muitos esforços, sem desanimar jamais: “esforço físico: pelo gosto dos esportes, dos exercícios; esforço intelectual: em todos os domínios: ciências, artes, literatura, atividades de toda ordem e esforço moral: pela união e subordinação de cada um ao interesse geral”.²

Para alcançar a vitória, é necessário agir e lutar com segurança. Nessa conferência, Gamelin cita as batalhas da Primeira Guerra Mundial, os feitos franceses e os ensinamentos dos grandes mestres da guerra franceses: Napoleão Bonaparte e Ferdinand Foch. Gamelin refere também a importância do método cartesiano como doutrina militar dentro do exército, distinguindo o falso do verdadeiro; para fazer tal distinção, diz ele, o indivíduo

¹ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra no Brasil, Rio de Janeiro, 1921. Brasília: Centro de Documentação do Exército. p. 103.

² GAMELIN, Maurice. La grande guerre (1914-1918): sobre o front francês. Rio de Janeiro: 1919. p. 49-50.

precisa empregar um método de raciocínio; com a utilização desse método, a instituição passa a ter um pensamento coeso, empregando-o em várias circunstâncias.

7.2 Conferência de Gamelin na EEM em 1924

Nessa conferência, Gamelin salienta a relevância da consciência profissional na solidificação do exército. E, faz parte dessa consciência, a disciplina e a subordinação constante do indivíduo à coletividade. O perigo é sempre iminente; daí a importância de se conhecer o material e o homem com quem se trabalha, pois a moral de cada indivíduo deve ser considerada em meio à tropa. Uma formação militar emana da união das consciências individuais, entrelaçadas pela doutrina, que é de extrema importância para a manutenção da tropa coesa.

O importante é enfrentar as dificuldades, os sofrimentos, e as contrariedades. E, quando um soldado ou um oficial é incumbido de uma tarefa ou de um comando, tem que se desempenhar com autoridade; é preciso ter a firmeza dos chefes, pois, segundo Gamelin: “no exercício cotidiano do comando não consintas que outros exerçam a autoridade de que sois depositários. Não tendes o direito de tolerar que vos desobedeçam ou que vos desrespeitem”.³

7.3 Tática de infantaria – ten. cel. Barrant

Essa conferência, proferida em francês, porque Barrant não tem, na ocasião, o domínio do português, expressa suas concepções sobre o soldado; acredita que o homem de tropa é importante na hora do combate, porque é ele quem faz valer os princípios e a vontade do chefe. Daí a necessidade de instruir o soldado e de fazê-lo ter confiança na sua utilidade em combate, em seus camaradas e na sua arma. Conforme Barrant: “tal chefe, tal tropa. Uma tropa manobra como ela é comandada”.⁴

³ GAMELIN, Maurice. Artigo conferência: O chefe. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 154, p. 292-293, 10.10.1926.

⁴ BARRANT. Tática de infantaria: o homem instrumento de guerra, o soldado e o chefe. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 14.

O valor da tropa está no valor do chefe que a comanda. Quanto melhor preparada estiver a tropa, mais rápido será seu deslocamento, e a execução de movimento deve se realizar com destreza para evitar ser surpreendido. Surpresa, movimento e rapidez são os três elementos de ordem moral que importam no momento do combate, sendo decisivos para a vitória. É importante lembrar que toda guerra é uma guerra moral. Como enfatiza Barrant: “vontade de viver, vontade de destruir, vontade de não ter medo e de não temer a morte, é o caráter moral da guerra e do combate”.⁵

7.4 Curso de infantaria – ten. cel. Barrant

A palestra proferida pelo ten. cel. Barrant procura mostrar que a tropa é instruída com um fim único, a guerra. O soldado profissional é o que possui disciplina e obedece a unidade doutrinária que congrega os pontos de vista e faz a união da força. É a unidade de doutrina que conduz a tropa a colocar em prática os meios adaptados para a batalha. Segundo Barrant:

Usa uma iniciativa sempre inteligente e fecunda, sem reduzir as responsabilidades. (...) é o fundamento que nós chamamos de ligação, ligação que é a troca de ordens (...) que liga uns aos outros no escalão hierárquico. (...) é uma comunhão de pensar e sentir, que implica numa comunhão e similaridade de ação na presença de uma situação. Isto é a unidade de doutrina.⁶

Para obter êxito em combate, é preciso ter em mente dois princípios: o da ação e o da economia de forças. O primeiro exige a identificação do que se quer – qual é a missão e a ordem recebida – e depois a análise das possíveis ações que o inimigo poderá fazer para impedi-lo de completar a missão. O segundo princípio concerne em identificar os meios de que se dispõe para a execução da ação, e a forma de praticá-la sem desperdiçar forças.

7.5 Curso de infantaria de combate – ten. cel. Barrant

A palestra feita pelo ten. cel. Barrant alerta para o fato de que, em um combate, defensivo ou ofensivo, o mais importante, no momento do assalto, são os valores morais. Como ressalta Barrant: “surpresa, violência extrema e máxima rapidez na execução do

⁵ BARRANT, op. cit. nota 4, p. 5.

⁶ BARRANT. Curso de infantaria: o combate. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 7.

assalto”.⁷ Em sua exposição, Barrant mostra os diferentes tipos de combate de acordo com o terreno, as condições climáticas e as diferentes formas de travar uma batalha, como, por exemplo, as diurnas ou noturnas.

As tropas são instruídas com a única finalidade: a preparação para a guerra. A tropa tem que estar sempre animada pela vontade de vencer; esse é um dos fatores de sucesso. Quanto mais se modernizam os equipamentos, mais se exige a participação de pessoal apto, capaz de produzir os efeitos mais rapidamente. A instrução é importante em todas as escalas da hierarquia; é preciso instruir os subordinados para que todos comunguem a mesma unidade de doutrina, assim como os oficiais gerais.

A unidade faz a ligação entre todas as escalas hierárquicas, formando uma perfeita comunidade de pensar, sentir e agir. Barrant, ainda nessa conferência, dá ênfase aos carros de assalto e faz um estudo técnico de cada parte do carro, mostrando o funcionamento das peças, sua montagem e a forma de melhor utilizá-lo de acordo com o terreno.

7.6 Tática de infantaria: homem sujeito de guerra, o soldado e o chefe – ten. cel. Barrant

Barrant, ao começar essa conferência, desculpa-se por não falar português. Ele ressalta a importância do homem no meio do combate, seja ele aviador, artilheiro, cavaleiro. Não importa em qual arma, é o combatente, segundo ele, que: “faz valer os princípios e fecunda as vontades do chefe e sua concepção”.⁸ No momento do combate, dois são os sentimentos presentes no coração do soldado: a vontade de ser bravo e cumprir seu dever e o instinto de conservação.

Para que esse sentimento de cumprir o dever seja preponderante ao temor da morte, é preciso, na visão de Barrant, que: “o soldado seja instruído, e tenha confiança em sua utilidade de combate, sua arma, qual que seja, e sua utilidade de defesa pessoal; ele deve ter confiança em seus companheiros também instruídos como ele”.⁹ Não se pode esquecer de

⁷ BARRANT. Curso de infantaria: particularidades do combate. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 3.

⁸ BARRANT, op. cit. nota 4, p. 8.

⁹ id., ib., p. 13.

que uma tropa manobra conforme é comandada; portanto, o valor da tropa depende do valor do chefe que a comanda.

7.7 Curso de infantaria: os mecanismos de marcha – ten. cel. Barrant

Nessa exposição, o ten. cel. Barrant ressalta a importância do terreno onde se desenvolve o combate, pois deve haver uma adequação entre ele e os meios escolhidos para o ataque e a defesa; também se podem analisar os mecanismos de marcha, conforme o terreno da batalha. A arte de locomover um exército é delicada; no caso do Brasil, por exemplo, como não se pode contar com muitas estradas de ferro ou com auto-estradas suficientes, os franceses propõem uma análise da locomoção em terrenos, de acordo com os ensinamentos dos tempos napoleônicos.

Um dos princípios de Foch é *agir e agir com segurança*; o deslocamento da tropa é uma das etapas que devem ser executadas com a máxima segurança para não se perder efetivo em marcha. A guerra é a luta de duas vontades, na qual vence o mais forte, portanto a força para vencer vem da moral. Como afirma Barrant: “na guerra a moral é tudo. (...) Basta explorar estes elementos de predominância decisiva como se explora os meios materiais de ação”.¹⁰

7.8 Estratégia e história militar – ten. cel. Derougemont

Nesta conferência, Derougemont fala da história militar francesa, da campanha e atuação francesa na Primeira Guerra Mundial, bem como das leis militares francesas e da estratégia utilizada pela França para vencer os alemães; examina o que diferencia essencialmente a estratégia do mar. Ludendorff, da estratégia do mar. Foch: “o primeiro não soube ou não pode aproveitar de sua superioridade numérica passageira para escalonar convenientemente seus ataques; o segundo o fez, e obteve a vitória”.¹¹

A guerra sempre tem algo a ensinar e, nesse último conflito, mostrou, segundo Derougemont: “a necessidade de uma boa preparação moral da nação, preparação não

¹⁰ BARRANT. Curso de infantaria: os mecanismos de marcha. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 3.

¹¹ DEROUGEMONT. Estratégia e história militar. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 21.

somente na eventualidade da guerra, mas a idéia que a guerra possa ser de longa duração”.¹² Dessa maneira, não interessa desenvolver o espírito de casta militarista de agressão, mas, sim, um espírito militar guerreiro.

Para uma guerra de longa duração, o exército precisa pensar os seguintes planos: segurança, propaganda, abastecimento, mobilização, finanças, utilização de efetivos e plano diplomático ou de alianças. Derougemont defende a idéia da imutabilidade dos grandes princípios de guerra, mas afirma que: “a última guerra trouxe á luz a importância do ponto de vista estratégico, da surpresa baseada no segredo e na velocidade”.¹³ Descreve assim a batalha moderna:

A batalha moderna deve ser concebida atualmente como uma série de atos ofensivos, destinados a fazer sofrer mais e mais o adversário, a lhe infligir perdas humanas, materiais e abater sua moral de maneira a confinar no mais rápido possível o equilíbrio de suas forças, a dissociação de seus dispositivos e a sua desagregação política e militar.¹⁴

Para se preparar para uma guerra, segundo ele, é preciso ter um plano que fixe o fim geral esperado; ter uma idéia das manobras que o inimigo tentará realizar e reunir e aplicar todos os meios possíveis para impedir o adversário de realizar as investidas planejadas. É impedindo o avanço inimigo e a realização de seus planos de ação, que o exército avança e coibi a força opositora.

A guerra coloca em evidência a necessidade de boa preparação moral da nação, principalmente se for de longa duração. É preciso desenvolver o espírito guerreiro e fazer toda a preparação material, ou seja, o plano de guerra.

O plano de guerra contém internamente um plano de segurança com medidas policiais para impor a ordem nas cidades e internar os inimigos ou sujeitos suspeitos em campos de concentração; ação planejada de propaganda sobre a imprensa nacional; plano de abastecimento para as necessidades materiais do exército e da população; plano de mobilização industrial, com a utilização das usinas existentes para a causa da guerra; plano financeiro, com medidas para sustentar o crédito estrangeiro; plano de utilização de efetivos, como extensão da lei de recrutamentos a chamada para as fileiras do exército de

¹² DEROUGEMONT, op. cit. nota 11, p. 3.

¹³ id., ib., p. 11.

¹⁴ id., ib., p. 15.

homens em idade militar, mesmo que não tenham sido instruídos; e planos diplomáticos ou de alianças.¹⁵

O plano de guerra interessa e envolve todos os departamentos ministeriais, pois a guerra tem um fim político e, durante toda guerra, o governo e o comando devem estar lado a lado. O comando militar deve ser bem definido para que toda corporação obedeça a um só mando, pois a estratégia, segundo Derougemont, é a mesma há séculos: “nós constatamos a imutabilidade dos grandes princípios gerais sobre os quais são baseados, desde séculos, a estratégia e a tática. (...) os processos de combate evoluíram com o progresso do armamento de onde decola a formidável potência de fogo”.¹⁶

A última guerra demonstra a importância da surpresa, baseada no segredo e na rapidez, diz Derougemont, embora reconheça a dificuldade de guardar o plano em segredo, ainda mais por longo tempo. Outra importante medida recomendada é a economia de forças, o bom escalonamento para melhor alimentar o combate, a segurança, pois o inimigo deve ser surpreendido.

7.9 Tática geral – ten. cel. Derougemont

Em sua exposição, o ten. cel. Derougemont fala da tática como a arte de dispor das tropas. O chefe dispõe de seus homens de acordo com as ordens que recebe, levando em consideração os obstáculos que o inimigo pode colocar em seu caminho e suas relações com as grandes unidades vizinhas e também os meios materiais e humanos de que dispõe para mobilizar e pôr em manobra. Derougemont assim conceitua a manobra: “emprego de forças regradas para colocar em harmonia a missão e a situação”.¹⁷

A manobra depende do espírito do chefe, de suas idéias surge o emprego das forças na luta contra os obstáculos oferecidos pelo inimigo. O princípio de segurança da manobra é surpreender e não ser surpreendido; para tanto, o segredo é a garantia do sucesso na batalha. É pertinente manter em sigilo as intenções do comandante e tomar todas precauções de ordem moral e material, dissimulando movimentos, marchando à noite, utilizando camuflagens, entre outros.

¹⁵ DEROUGEMONT, op. cit. nota 11.

¹⁶ id., ib., p. 10-11.

¹⁷ DEROUGEMONT. Tática geral. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 8.

Os grandes princípios do combate são o segredo, a surpresa, a segurança, a economia de forças e o escalonamento. Não se deve manobrar sob fogo e manter sempre a ligação entre todas as armas. Conforme Derougemont: “a organização de um bom sistema de ligação é no momento, o complemento indispensável da tática de combate”.¹⁸

A arma de engenharia é encarregada de facilitar o avanço da tropa, construindo passarelas sobre rios, destruindo obstáculos deixados pelo inimigo, e executando toda e qualquer outra obra que seja necessária à passagem da tropa. À arma de aviação cabe o combate e a observação. A cavalaria deve preencher os intervalos que podem se produzir nas linhas de batalha, alargar a brecha feita na linha inimiga, atacar unidades inimigas em desordem e manter contato entre as tropas. A artilharia tem a missão de abrir fogo e permitir a passagem da infantaria.

De acordo com Derougemont: “a tática é a arte de dispor das tropas”.¹⁹ O chefe dispõe de seus homens, levando em consideração a missão que deve cumprir, os obstáculos que o inimigo pode oferecer para a execução da missão, as relações das grandes unidades com o resto do exército, o transporte, a mobilização, as condições climáticas, o terreno, enfim as circunstâncias locais, e, principalmente, os meios materiais e humanos que possui para colocar em ação: efetivo, valor da tropa, munição, armas, entre outros.

A ordem do chefe é a única maneira possível de concretização dos planos de operações e de manobras. Derougemont frisa que os princípios da guerra são: a surpresa, que integra o segredo; a rapidez; a camuflagem e as precauções com a segurança e a economia de forças, que nada mais significam que não desperdiçar esforços; o bom escalonamento e a ligação estreita e constante entre todas as armas.

7.10 Aeronáutica militar – ten cel De Séguin

Nesta palestra, De Séguin analisa o emprego do avião em diferentes condições climáticas, os diferentes motores, o abastecimento de gasolina. Explana sobre a incapacidade do avião de ocupar o terreno da luta: “o ar é de todo mundo, e ninguém pode

¹⁸ DEROUGEMONT, op. cit. nota 17. p. 4.

¹⁹ id., ib., p. 1.

afirmar que detém uma parte completa e definitiva do ar”.²⁰ Em sua visão, apenas as tropas de terra executam a ocupação do terreno.

Com o desenvolvimento da aviação, a guerra deve ser pensada em três dimensões: água, terra e mar. Mais do que nunca o domínio aéreo se impõe, embora o avião seja um invento novo e diferente das máquinas voadoras a que se está acostumado até o momento, tais como o helicóptero. O avião veio para ficar, e é preciso preparar uma organização de terra para sua ação, com hangares, pistas de pouso, aprovisionamento, entre outros.

A aeronáutica divide-se em dois ramos: observação e combate. Além de tentar abater os aviões inimigos e atacar o campo de batalha adversário, o avião também serve como observador, ou seja, pode dar importantes informações sobre o terreno onde será travado o confronto, sobre os obstáculos a enfrentar, caminhos de ferro, trazer, enfim, informações que podem ser úteis à tropa, em caso de invasão do terreno.

O mesmo ocorre no caso do terreno inimigo; graças à fotografia e à camuflagem obtêm-se informações detalhadas sobre as linhas de resistência do inimigo. Conforme De Séguin: “O reconhecimento fotográfico tem o mérito de dar infinitas informações absolutamente certas”.²¹

7.11 Aeronáutica militar: desenvolvimento, história, organização – princípios de emprego e de comando – ten. cel. De Séguin

Em sua exposição, o ten. cel. De Séguin, ressalta a relevância de uma aeronáutica que se faz, a cada dia, mais imperiosa. Mas, ela está na dependência das condições meteorológicas, de material especializado e de abastecimento. A aeronáutica é uma arma nova, que merece ainda muito estudo; mas, a princípio, tem-se dois tipos de aviação: a de observação e a de combate.

Além da necessidade de aviões e de materiais específicos da arma, também são necessárias a organização e estrutura de terra para dar apoio aos pilotos e às aeronaves, tais como hangares, pistas de pouso, peças de reposição, combustível, entre outros. De acordo com De Séguin, o primeiro objetivo da aeronáutica em uma batalha defensiva é: “aliviar o

²⁰ DE SÉGUIN. Aeronáutica militar: desenvolvimento, história, organização – princípios de emprego e de comando. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921. p. 5.

²¹ id., ib., p. 12.

papel da tropa de terra, reforçar as barreiras que se opõe a força inimiga e parar o ataque da aviação inimiga. Onde entra em ação a aviação ágil de avião contra avião”.²²

As missões de aviação são de reconhecimento, para obter informações sobre o inimigo; de tiro e de ligação. O avião permite conhecer o terreno e os obstáculos a serem enfrentados pela tropa; estabelece o mapeamento de regiões e pode identificar, através da fotografia, as linhas de resistência do inimigo.

7.12 Vestimentas – maj. Fauvelet

A conferência do major Fauvelet sobre vestimentas foi realizada na Escola de Intendência e explica todo o processo de confecção e os tipos de lã e seda presentes no comércio. A seda foi introduzida no Brasil pelos portugueses e Santa Catarina é, neste período, o destaque nacional em sua produção, na cidade de Nova Trento, colônia italiana. Mas a produção é baixa e o Brasil necessita importar o produto.

Esta conferência se faz pertinente para que os brasileiros conheçam os tipos de tecidos para confecção e saibam, em caso de necessidade, preparar seu próprio fardamento. Daí a importância de se aprenderem as regiões fornecedoras de cada tecido, a produção nacional, as quantidades importadas, entre outros.

Importação de seda²³

Ano	Quantidade
1915	93.091Kg
1916	86.746Kg
1917	57.744 Kg
1918	126.906Kg
1919	83.424 Kg

7.13 Trigo – maj. Fauvelet

O major Fauvelet, em sua exposição sobre o trigo, mostra a importância do produto para a subsistência da tropa, fala de sua transformação em farinha e em pão. O Brasil produz, na década de 20, significativa quantidade de trigo, mas que não é suficiente para as suas necessidades, sendo obrigado a importar o produto de outros países, tais como os

²² DE SÉGUIN, op. cit. nota 20, p. 29.

²³ FAUVELET. Curso técnico do serviço de vestimenta. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921. p. 25.

Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai. O quadro a seguir apresenta os dados fornecidos por Fauvelet:

Quantidade de trigo importado pelo Brasil: em toneladas

	1915	1916	1917	1918	1919
Argentina	317.107	417.068	176.088	289.278	300.422
Estados Unidos	53.564	12	3		
Uruguai	74	1.820	4.429	8.212	5.644
Canadá		4.903			
Chile		63	8.348	114	20
Diversos			3.063		5.647
Total	370.745	423.870	191.931	297.604	311.733

O principal estado brasileiro produtor de trigo é, a época, o Rio Grande do Sul, com cerca de 110.000 toneladas. Em segundo lugar, está o estado do Paraná, com 5.500 toneladas e, em terceiro, Santa Catarina com 1.500 toneladas. Isso soma um total de 117.000 toneladas de trigo produzido no Brasil, que é insuficiente para cobrir a demanda, que fica em torno de 700.000 toneladas.²⁴

7.14 Organização do Ministério da Guerra – José Lopes de Carvalho

Esta conferência, ministrada pelo advogado brasileiro José Lopes de Carvalho, apresenta a idéia de que a defesa nacional é o prolongamento da defesa individual do homem e que esse, como ser social, precisa constituir os elementos de defesa coletiva. A ordem social se estabelece a partir da ordem jurídica: “da concepção verdadeira do direito e de seu exercício, portanto, depende a própria vida da sociedade, que só tem a existência estável e o progresso dentro da ordem”.²⁵

O exército e a marinha são forças encarregadas de manter a defesa e, por isso, requerem de seus integrantes o conhecimento de sua importância e da relevância da instituição a que servem: “longe, felizmente, o tempo em que ser soldado era mandar sem saber e obedecer sem compreender”.²⁶

Segundo Carvalho, o soldado deve cumprir seu dever com o ideal de justiça à pátria: “eis a trilogia sagrada que exprime a razão de ser de sua própria existência: deus, justiça e

²⁴ FAUVELET. Cours technique du service des subsistances militaires. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921. p. 20.

²⁵ CARVALHO, José Lopes Pereira de. Organização do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921. p.7.

²⁶ id., ib.

pátria”.²⁷ Para que essa trilogia seja desempenhada com sucesso, o alto comando está dividido em órgãos: Ministério da Guerra, EME, Inspeção de Armas e Serviços e Grandes Comandos.

7.15 Geografia econômica – Delgado de Carvalho

A conferência sobre geografia econômica também é ministrada por um brasileiro, Delgado de Carvalho, trazendo informações concernentes à geografia física: topografia, solo, clima, vegetação e condições de produção; e a geografia humana: história econômica, correntes migratórias – italianos, alemães, fatores sociais e etnografia.²⁸

7.16 Curso geral de intendência – cel. Buchalet

O Serviço de Intendência de Guerra é criado graças à reorganização do Exército Brasileiro pelo decreto de 1.10.1920, que estabelece a formação de pessoal ativo e de reserva, em tempos de paz, para mobilizar o serviço de abastecimento nacional.

A função da intendência é nutrir, equipar e alojar todos os cidadãos das armas, assim como os itens indispensáveis à marcha, o reabastecimento de combustível a todas as outras necessidades dos motores. A tropa não pode parar; os intendentess são os responsáveis pelo suprimento das necessidades básicas. Conforme Buchalet: “O que importa é a boa organização dos serviços, quer dizer, colocar a pessoa certa no lugar certo, os meios de transporte, o material e os estoques, em vista do movimento”.²⁹

Os intendentess não são apenas os alunos de uma escola, mas os colaboradores de uma grande obra, na qual lhes são confiados importantes serviços, pois, de acordo com Buchalet: “a preocupação principal do comandante é logicamente, guardar solidamente sua base, e proteger sua linha de comunicação”.³⁰

O EME estabelece os planos de operação a serem seguidos pelas grandes unidades. Esses planos estão inseridos nos planos de guerra, sendo que cada teatro de operações tem

²⁷ CARVALHO, op. cit, nota 25, p. 11.

²⁸ CARVALHO, Delgado. Geografia econômica. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.

²⁹ BUCHALET. Cours général d'intendance. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921. p. 7.

³⁰ id., ib., p. 13.

um plano de operação. A administração do Exército é confiada ao ministro da Guerra, a autoridade administrativa que, em tempos de guerra, delega poderes aos comandantes.

Nesse conjunto, os intendentos são os agentes que abastecem e permitem que o sistema funcione bem, sem prejuízo da instituição. Para que os planos de guerra e de operações sejam executados, eles dependem do abastecimento de material e de alimentos. Buchalet faz uma explanação sobre a lei n. 4.263, 14.01.1921, que trata das requisições em caso de guerra ou estado de sítio. Essa lei estabelece a maneira como o Exército pode requisitar tudo o que for necessário em situações de conflito.

Entre os bens suscetíveis a requisições, estão: animais, veículos, máquinas, instrumentos de medicina, instalações industriais, ferramentas, meios de iluminação, palha, entre outros. O alojamento ou acantonamento em casas particulares são permitidos, desde que conservando os cômodos indispensáveis aos familiares e empregados.³¹

As estradas de ferro são obrigadas a atender às requisições do governo, concedendo suas estações, fontes de energia, e tudo o que for importante para o Exército. As redes telegráficas e telefônicas, assim como os cabos submarinos ficam sob administração do ministro da Guerra, em tempo de guerra. O art. 19 estabelece que não pode ser requisitado:

Os viveiros destinados ao consumo da família durante um mês. As forragens destinadas à alimentação dos animais durante 15 dias. Os materiais, mercadorias e objetos destinados ao funcionamento normal dos estabelecimentos industriais, não requisitados, durante três meses. Os meios de transporte de médicos, cirurgiões e parteiros.³²

Essas requisições são indenizadas pelo governo, logo que se restabeleça o tempo de paz, por uma tabela de preço organizada pelo Ministério da Guerra e da Marinha, mediante recibo de prestações. É preciso elucidar que as requisições não são expropriações, pois “dão direito a uma indenização”.³³

A lei de requisições é considerada de primeira importância pelos franceses. Como afirma Buchalet: “nenhum plano de mobilização realizável e completo não poderá existir sem esta lei”,³⁴ principalmente, no Brasil, onde algumas empresas privadas dominam a rede de telégrafo, telefonia, entre outras.

³¹ BUCHALET, op. cit. nota 29, p. 156.

³² id., ib., p. 161.

³³ id., ib., p. 187.

³⁴ BUCHALET, op. cit. nota 29, p. 167.

O Brasil precisa pensar em uma organização que responda às necessidades eventuais, inclusive no que dependeria de outros países. E, para diminuir sua dependência externa, Buchalet aconselha a industrialização do país. A organização de uma loja em uma estação férrea é outro propósito dos franceses, de preferência em uma via de comunicação entre duas ou demais linhas férreas, para o reabastecimento das unidades. Essa loja é uma tática de abastecimento, e as táticas variam de acordo com as situações, os meios de ações e as condições de tempo e de espaço.

A administração de intendência tem que calcular os gastos diários do exército com o pessoal e com os programas de compras de armamentos e outras necessidades. Além dessa estimativa de gastos diários, precisa ter um orçamento de guerra previamente analisado, ou seja, em caso de conflito, há a necessidade de saber qual o excedente que deve ser requisitado e sua estimativa da duração do conflito. Conforme Buchalet: “em tempos de guerra, ao contrário, são os eventos que dominam os poderes públicos e a Nação. Antes de prever, é preciso prover”.³⁵

Buchalet pensa que o Ministério da Guerra tem que ter um regime financeiro adequado a um estado de guerra; da mesma forma, cada comandante de unidade, chefe de tropa deve ter pessoal qualificado e habilitado para exercer um controle de gastos. Em tempos de guerra, o controle normal cotidiano é inoperante, sendo preciso ter também um controle para o caso de guerra.

A reorganização do exército precisa ter um serviço de intendência de guerra, para o momento em que aumente o número de efetivo, de animais, de gastos com alimentação, de armas, de munições, de combustíveis, e outros. O exército, em tempos de paz, prepara-se para os tempos de guerra. Acrescenta Buchalet: “convém que vocês considerem que vocês são, não somente os alunos de uma escola, mas antes de tudo, os colaboradores de uma obra, a qual um alto dever militar lhes convida”.³⁶

Para organizar um exército para a guerra, faz-se necessário que todas as unidades conheçam seu papel, sua função e o tempo de ação. As grandes unidades, por exemplo, têm sua organização baseada nos planos de operações, estabelecidos pelo EME, segundo fins políticos e estratégicos. Cada teatro de operações possui um plano de operações.

³⁵ id., ib., p. 374.

³⁶ id., ib., p. 9.

A administração militar é constituída pelos regulamentos, princípios legais emanados do Ministério da Guerra, e, segundo Buchalet, o Brasil precisa urgentemente de uma lei, organizando a administração militar para preencher essa lacuna na organização do Exército Brasileiro.³⁷

7.17 Serviço de saúde em campanha - dr. Marland

Em sua palestra, o dr. Marland explica que o regulamento para o serviço de saúde de campanha é baseado no regulamento francês e nas experiências da última guerra. Os objetivos desse serviço são: medidas de higiene e profilaxia; cuidados com os doentes em marcha ou estacionados; primeiros cuidados e remoção dos feridos em combate; hospitalização e tratamento dos doentes e feridos; abastecimento de material e de pessoal e desinfecção dos campos de batalha.³⁸

Nessa conferência, Marland explica o funcionamento do serviço de saúde em cada arma e nas diversas tropas, apontando o número de ambulâncias, médicos, farmacêuticos, enfermeiros, entre outros, necessários ao bom funcionamento do serviço. Sublinha, principalmente, a diferença entre os serviços de saúde em campanha e os serviços de saúde em tempos de paz, justificando a necessidade de treinamento do pessoal da área de saúde, em especial, dos médicos, sobre como deve ser executado o atendimento em homens feridos e mutilados. Em campanha, o serviço de saúde tem, segundo Marland, os seguintes objetivos:

- A previsão, preparação e execução das medidas de higiene e profilaxia;
- As medidas a dar aos doentes, em marcha ou em acampamento;
- A remoção, os primeiros cuidados, o transporte e a evacuação dos feridos no combate, independente de sua nacionalidade;
- Hospitalização e tratamento de todos os doentes e feridos;
- A substituição de pessoal e o reabastecimento de material sanitário para o corpo de tropa e as formações sanitárias;
- A desinfecção dos campos de batalha.³⁹

³⁷ BUCHALET, op. cit. nota 29, p. 85.

³⁸ MARLAND. O serviço de saúde em campanha. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1922. p. 5.

³⁹ DEROUDEMONT, op. cit. nota 11, p. 5.

7.18 Tática geral – cel. Barat

Em sua explanação, Barat propõe uma análise aprofundada dos combates da primeira guerra mundial para melhor adaptá-los à realidade brasileira. Enfatiza a relevância das forças morais: “as forças morais são um elemento capital na guerra, mas a potência do fogo é um outro”.⁴⁰

7.19 Ensino militar – gen. Spire

Spire enfatiza, nessa conferência, a relevância da nova lei do ensino militar de 1929, que amplia, nas escolas, as instruções práticas com manobras de quadros, simulações de guerra e de invasões inimigas, planejamento tático e estratégico, treino de mobilização de tropa e transportes, entre outros. Essa lei, como salienta Spire, inspira-se na lei de ensino francesa:

(...) a recente lei do Ensino Militar teve como conseqüência a refundição dos regulamentos de todas as Escolas; e, por outro lado, a experiência adquirida em oito anos de funcionamento impôs a oportunidade de algumas modificações ou aperfeiçoamentos. (...) É ele que há mais de cinquenta anos está em uso na ESG de Paris.⁴¹

Spire defende a importância dessa reformulação dos conteúdos das escolas militares, apontando para os objetivos e finalidades dessa lei. Os resultados esperados nada mais são do que transformar os homens que freqüentam esses cursos em verdadeiros soldados combatentes, percebendo os perigos da guerra e preparando-se para enfrentá-los.

7.20 Estradas de ferro: organização do serviço em tempos de guerra – maj. Chavane de Dalmassy

Nessa conferência, o maj. Chavane de Dalmassy, chama a atenção para a relevância das estradas de ferro. Para a execução de um plano de concentração, diz ele, é preciso que se desenvolvam as estradas de ferro e que haja uma estreita relação entre o EME e a

⁴⁰ BARAT. Tática geral. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1923. p. 16.

⁴¹ SPIRE. Conferência. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 186, p. 262, jun. 1929.

companhia férrea, em tempos de paz. A finalidade do transporte de mobilização é propiciar um meio de fornecer ao pessoal, o material necessário em determinado local. O Brasil é um imenso país com dificuldades de comunicação no interior e totalmente desprovido de vias férreas.

7.21 Mobilização – ten. cel. Lelong

A mobilização, segundo o ten. cel. Lelong, depende de boa organização militar em tempos de paz, para que todas unidades entrem em ação no momento do conflito, atendendo ao plano de mobilização estabelecido e posto em prática durante os exercícios e manobras. O plano de mobilização é altamente secreto, sendo conhecido, em sua íntegra, somente por poucas autoridades de Estado e do Exército.

No plano de mobilização, está o efetivo do Exército, as hipóteses de guerra, os planos de cobertura, concentração, abastecimento, requisições e compras no exterior, ou seja, todos os meios e disposições do Exército em caso de conflito. Por isso, esse plano deve ser mantido sob absoluto sigilo, pois é um segredo de estado.

A mobilização é uma operação que coloca em estado de alerta todas as forças militares do país. Para atingir esse estágio, a organização militar, em tempos de paz, faz um plano de mobilização a ser empregado em caso de guerra, contendo disposições rápidas que assegurem o êxito do Exército. Fora o plano de mobilização, o governo tem medidas pré-determinadas a serem executadas em caso de tensão, medidas essas que são objeto de instruções secretas.

A mobilização envolve todos os setores hierárquicos, desde o chefe do EME e o ministro da Guerra até os chefes de serviço, comandantes de unidade e cidadãos comuns. O plano de mobilização contém as hipóteses de guerra, planos de cobertura e de concentração, plano de abastecimento, um programa para requisições, um programa de mobilização industrial e um programa de compras no exterior.

Cada corpo de tropa recebe um jornal ou caderneta de mobilização, e, nesse documento, devem constar as disposições previstas em tempos de paz, as disposições a serem tomadas durante o período de preparação para a guerra e as operações a serem efetuadas no dia-a-dia, hora após hora, logo que a mobilização seja ordenada.

7.22 Considerações sobre as conferências

Essas são algumas das conferências ministradas pelos franceses nas escolas militares brasileiras, às quais se teve acesso, via arquivos. Além dessas, muitas outras, com certeza, devem ter sido desenvolvidas durante o período de instrução da MMF, mas infelizmente, na pesquisa realizada, elas não foram localizadas, razão pela qual não se pode apurar exatamente o total de aulas proferidas. Algumas são mencionadas em correspondências diplomáticas, entre elas estão: A estratégia de Napoleão, feita por Gamelin; e Administração do Exército, de autor desconhecido.

Faz-se importante destacar as conferências encontradas, porque elas correspondem às aulas ministradas nos cursos das escolas militares sob a instrução dos franceses. E, em seu âmago, está inscrita a doutrina e a organização francesa, a preocupação e os pontos julgados relevantes pelos franceses para serem repassados ao Exército Brasileiro; nelas está contido o recorte temático considerado pertinente pelos instrutores da MMF.

Como se pode ver, os alunos das escolas aprendem a importância e a função de cada arma, do terreno, da mobilização, do ataque, da violência a ser empregada, da rapidez, da estruturação do Exército, do Ministério da Guerra, do EME, dos planos de guerra, da estratégia, das operações; enfim, esses alunos recebem instruções sobre o que é a guerra e de como se preparar para ela.

Um importante ponto levantado pelos franceses é a necessidade de o Exército Brasileiro ter um destacamento de intendentes, com oficiais especializados e administração, contabilidade e abastecimento. A intendência de guerra, no Brasil, só é organizada após a chegada da MMF, pelo decreto orgânico de 1.10.1920, quando é organizado o Grande Serviço de Abastecimento Nacional. A lei de requisições só é promulgada em 1.01.1921, quando, na França, ela já existia desde 8 de julho de 1877.

O decreto de 1.10.1920 remodela os serviços administrativos e reorganiza o serviço de intendência de guerra. É criado um corpo novo de oficiais em dois quadros, um encarregado de intendência de guerra e outro, da administração. Seu efetivo é assim fixado: “intendência de guerra, 50 homens, sendo 01 general de brigada, 08 coronéis, 12 tenentes coronéis, 22 majores e 07 capitães. Oficiais e oficiais de administração 80, sendo 30

capitães, 30 tenentes e 20 sub-oficiais”.⁴² Na Escola de Intendência, há duas turmas, uma especializada em intenção e outra em administração.

Primeira Direção Geral da Intendência de Guerra⁴³

Diretor Geral		1 general de brigada, chefe do corpo, inspetor geral
Gabinete		1 cel. adjunto 2 of. administradores
Primeira sessão	Encarregado da mobilização	1 coronel 1 major 2 of. adm.
Segunda sessão	Inspeção e aprovisionamento	1 tenente coronel 1 major 3 of. adm.
Terceira sessão	Serviço de forragens	1 tenente coronel 1 major 4 of. adm
Quarta sessão	Fundos, soldos, transporte de pessoal e material	1 major 1 capitão 5 of. adm.
Quinta sessão	Vestiário, equipamento alojamento	1 major 1 capitão 4 of. adm

A lei n. 4.263, 14.01.1921, regula as requisições militares. Em seu primeiro artigo, estabelece que são permitidas as requisições de tudo quanto for indispensável para completar os meios de aprovisionamento e transporte das forças armadas de terra e mar, quando total ou parcialmente mobilizadas, em virtude do estado de guerra ou em consequência de estado de sítio.

O direito de requisitar é concedido à autoridade militar, no que tange à hospedagem, alimentação e transporte da tropa. Também podem ser requisitados guias, condutores de veículos, tratamento médico aos feridos ou doentes e material de construção com finalidade militar.⁴⁴ O projeto para requisições militares em tempos de guerra permite ao estado:

1. adquirir dos seus proprietários, detentores, ou empresários, as provisões de toda natureza e os meios de transporte indispensáveis à vida das forças nacionais, ou da população civil;
2. de exigir por parte de todos os cidadãos, a prestação dos seus serviços pessoais.⁴⁵

⁴² Modificação no serviço e no corpo de administração militar. Paris: Arquivo SHAT. 3391.

⁴³ id., ib.

⁴⁴ BUCHALET, op. cit. nota 29.

⁴⁵ BUCHALET. Projeto de lei de requisições militares, marítimas e civis. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 3.

O estado passa a ter direito de apropriação sobre o privado, empenhando-se em indenizar os que tiverem direito, ao final da guerra, de restituição⁴⁶ Essa lei, no entendimento de Buchalet, serve não somente para prover os homens da tropa em caso de guerra, mas também para defender o governo central de possíveis especulações que acabam por destruir as forças materiais e morais da resistência nacional.

Os franceses demonstram a importância da produção industrial de alguns setores que corroboram para o bom funcionamento do Exército. Entre eles, está a fabricação têxtil, no uso de grande metragem de tecido na confecção das fardas. E, para tal, sugerem a criação da estação loja: “uma estação loja é um conjunto de lojas localizado sobre uma via férrea situada na linha de comunicação dos Exércitos”.⁴⁷

A estação loja é uma estratégia de abastecimento, que consiste em um conjunto de disposições para prover as necessidades da tropa. A tática de abastecimento é o conjunto das medidas empregadas pelo comandante com objetivo de regulamentar as diversas operações de abastecimento das unidades.⁴⁸ A tática de abastecimento varia de acordo com a situação e com os meios de ação para seu emprego.

Em tempos de paz, estrutura-se a organização do Exército para os tempos de guerra, e, nesse contexto, também se deve fazer a previsão orçamentária de um novo soldo. Os soldos do quadro ativo e da reserva devem ser melhorados, de forma a auxiliar as famílias dos homens envolvidos na guerra.

De fato, o Exército Brasileiro não conta até então com a organização nem mesmo do serviço de abastecimento em tempo de paz; não há lojas centrais para os produtos e nem serviço especializado, em cada região militar, para o abastecimento das necessidades cotidianas, com fardamentos, forragens, viveiros, equipamentos, alojamentos, combustível, iluminação, constituir estoques de provisões, transporte, deslocamento, serviço de soldo, entre outros. O plano de mobilização é um dos documentos importantes que a intendência deve estudar para a realização de seu trabalho. O esforço de abastecimento deve ser intensificado em razão direta da duração do conflito.

Uma das mais importantes leis da intendência, em tempos de guerra, é “abastecer custe o que custar e abastecer no momento desejado”. Para atender a essa lei, é preciso

⁴⁶ BUCHALET, op. cit. nota 45, p. 22.

⁴⁷ BUCHALET, op. cit. nota 29, p. 299.

⁴⁸ id., ib., p. 319.

fazer um trabalho de estatística, analisando os recursos disponíveis e as primeiras necessidades da tropa a satisfazer.

O decreto n. 16.606, 17.09.1924, aprova o regulamento para serviço da intendência. A diretoria de intendência subordina-se ao ministro da Guerra e cada região ou circunscrição militar possui um serviço de intendência regional. Na capital federal, fica a sede de cada um dos serviços especializados: serviço especial de transporte e estabelecimento central de fardamento e equipamento, entre outros.

Quadro das conferências ministradas

Data	Tema	Autor
1919	Primeira Guerra Mundial	gen. Gamelin
1924	Doutrina	gen. Gamelin
1920	Tática de infantaria	ten. cel. Barrant
1920	Curso de infantaria	ten. cel. Barrant
1920	Curso de infantaria de combate	ten. cel. Barrant
1920	Tática de infantaria: homem sujeito de guerra, o soldado e o chefe	ten. cel. Barrant
1920	Curso de infantaria: os mecanismos de marcha	ten. cel. Barrant
1920	Tática geral	ten. cel. Derougement
1920	Estratégia e história military	ten. cel. Derougement
1921	Aeronáutica military	ten. cel. De Séguin
1921	Aeronáutica militar: desenvolvimento, história, organização – princípios de emprego e de comando	ten. cel. De Séguin
1921	Trigo	maj. Fauvelet
1921	Vestimentas	maj. Fauvelet
1921	Organização do Ministério da Guerra	José Lopes de Carvalho
1921	Geografia econômica	Delgado do Carvalho
1921	Curso geral de intendência	cel. Buchalet
1922	O serviço de saúde em campanha	Marland
1923	Tática geral	cel. Barat
1929	Ensino military	gen. Spire
	Estradas de ferro: organização do serviço em tempos de guerra.	maj. Chavane de Dalmassy
	Mobilização	ten. cel. Lelong

De acordo com as conferências ministradas pelos franceses podemos avaliar os conteúdos e os principais pontos enfatizados pela doutrina francesa, tais como: defesa nacional, obediência, hierarquia, planos de guerra, mobilização, abastecimento, lei de requisições, entre outros.

Parte 3

1 Exército Brasileiro: do governo provisório ao Estado Novo

O gen. Góes Monteiro é um dos membros do Exército que ganha grande destaque neste período. Idealizador de um governo centralizado, tinha por meta a unificação do Exército em torno de sua doutrina militar, mantendo a instituição coesa e fazendo-a participar, lado a lado, das decisões políticas. Junto com o gen. Eurico Gaspar Dutra passa a promover mudanças significativas no seio da estrutura militar.

O governo provisório, instalado por Vargas auxilia e incentiva diretamente o desenvolvimento do Exército. Getúlio Vargas destina ao Exército papel relevante na nova política e lhe confere maior importância, pois o considera um núcleo de integração nacional. Afirma: “Até 1930 pouco fizemos para armar e equipar o exército, (...) a Revolução de 1930 trás em seu programa, como um dos pontos principais, o reaparelhamento militar do país”.¹

Sem dúvida alguma, Vargas não mede esforços para equipar e profissionalizar o Exército, e esse progresso rápido e gritante é, à época, incomparável a qualquer outro período histórico. Esse fato leva Coelho a chamar a fase iniciada em 1930 de institucional, pois, em seu entendimento, o Exército deixa de ser uma organização para se transformar em instituição. Ele considera que o governo exerce uma política laudatória, cujo centro específico é o Exército. Coelho define essa política laudatória da seguinte forma: “(...) visa transformar o exército num *partido potencial* e transforma-se, ela mesma, em exercícios de persuasão. (...) a política laudatória foi sempre à estratégia pela qual os grupos políticos civis fizeram dos militares o instrumento de seus propósitos”.²

Instituição é uma estrutura constituída organicamente, com suas normas e regras, no âmbito do estado. O Exército, desde seus primórdios, configura-se como uma instituição, porque possui um ordenamento legal próprio, forma elementos para a vida militar, independentemente do grau ou do profissionalismo da instrução, mesmo à revelia de suas

¹ VARGAS, Getúlio. A República dos Estados Unidos do Brasil e o Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 38-39.

² COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 131.

carências humanas e materiais. Assim, mais uma vez, cabe analisar as posições que induzem a pensar que o Exército tenha sido manipulado quando da deflagração e manutenção do Estado Novo.

A razão dessas reflexões decorre da dificuldade de entender as exigências do estado moderno, principalmente, da forma como é percebido no Brasil, na década de 30. O estado moderno caracteriza-se pela função relevante do Exército junto ao político, como defende Aron. Nas fileiras militares, a modernidade emana da instrução, ou seja, do profissionalismo de seu quadro de oficiais e graduados, pois a guerra moderna exige conhecimentos cada vez mais técnicos e específicos. Assim, o profissionalismo é a característica do oficial moderno, o atributo que o distingue do oficial militar dos tempos anteriores. Segundo Huntington: “The modern officier corps is a Professional body and the modern military officier a Professional man”.³

Para Aron, guerra e paz caminham lado a lado e se complementam na dialética das nações. O poder político define a qualidade da força a ser utilizada; portanto, o nível de qualificação do exército decorre da decisão e das escolhas do setor político e das condições econômicas do país. O capitalismo gera o acúmulo de capital e a expansão de fronteiras; os estados precisam fortalecer-se e mostrar-se preponderantes, com forte economia e força militar. A indústria bélica desenvolve-se com o capital excedente e impõe a hegemonia de um estado perante os outros.

Este ciclo, capital, estado e indústria bélica, é compreendido perfeitamente por Vargas, que, embora num regime extremamente autoritário, divide sua ascensão com as forças armadas, não apenas pelo poder de repressão a elas atribuído, mas também por entender que um estado forte e hegemônico é constituído pela união do poder político com o poder militar. Segundo Carvalho: “refletiam o modelo de relação entre forças armadas e política desenvolvida nas democracias liberais do ocidente, onde a solidez da ordem burguesa, permitia e mesmo pedia, exército primordialmente dedicados à tarefa de defesa externa”.⁴

³ HUNTINGTON, Samuel. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1985. p. 07.

⁴ CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política (1930-1945)* In: *A revolução de 1930: Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1983. p. 121.

Não é apenas Coelho que não entende que o exército enquanto tal é sempre uma instituição. Mc Cann também compartilha dessa posição, ao afirmar: “Antes da década de 30, o Exército não possuía a vontade institucional, a doutrina ou a capacidade para tal papel”.⁵ Essas questões são discutidas na Parte I da presente tese, mas cabe lembrar que a década de 30 representa para o Exército sua ascensão moral, profissional e política, enquanto instituição coesa junto ao estado: não se trata mais de uma instituição que apenas faz parte do Estado.

O estado moderno valoriza a participação do exército, como força atuante na sociedade e na política. O exército, ao invés de promover intervenções na política de estado, passa a dele participar como agente, ao lado do estado. Como bem elucida Mc Cann: “Uma análise a posteriori evidencia que na década de 1930 o Exército foi empurrado, puxado e auto-impulsionado para o centro da política brasileira em um grau que ultrapassou sua experiência em qualquer período desde a década de 1890”.⁶ Mc Cann considera importante a aliança estabelecida entre o Exército e Getúlio na política nacional brasileira desse período, principalmente em 1937, quando da instalação do Estado Novo: “dariam à Vargas paz e segurança internas, e ele lhes daria as armas e indústrias modernas que sustentariam o contínuo desenvolvimento das forças armadas”.

Enquanto as forças armadas garantiriam a segurança interna do país, o governo lhes asseguraria o desenvolvimento de suas funções, com equipamentos modernos e incentivo à indústria bélica nacional. Segundo Mc Cann: “Vargas comprometeu-se a rearmar e equipar as Forças Armadas e a construir um complexo siderúrgico nacional em troca de apoio militar para prorrogar e conferir poderes ditatoriais à sua presidência a fim de eliminar o ativismo político e o regionalismo”.⁷

Para Mc Cann, ao apoiar o Exército, Vargas ganha a presidência da República até 1945. Ele tem no exército seu principal aliado e, através dele, investe contra os chefes locais e políticos que querem enfraquecer seu poder, justificando essa ação em nome do nacionalismo. Para chegar a esse ápice, o Exército passa por muitas crises e cisões internas, como a revolução de 1930.

⁵ MC CANN, Frank. Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das letras, 2007. p. 15.

⁶ id., ib., p. 385.

⁷ id., ib., p. 528.

1.1 Revolução de 1930

No Brasil dos anos 30, as eleições são extremamente fraudulentas, com uso de violência e voto a cabresto por parte do poder local. Existe um tal atraso no que concerne à democracia, que mesmo a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial não altera esse contexto. A guerra, sem dúvida alguma, muda a posição do Brasil no cenário internacional, pois ele passa a fazer parte da política europeia e a participar da Sociedade das Nações.⁸

Essa melhor performance internacional do país não altera, entretanto, seus retrógrados meios de eleições. A maioria dos eleitores masculinos são analfabetos; os que sabem ler têm baixo grau de instrução; os mais instruídos são desinteressados pela situação internacional; e o minúsculo meio capacitado divide-se entre desinteressados pela política e os doutores e intelectuais, que fazem a política.⁹

A campanha eleitoral brasileira feita pela imprensa é paga; assim, os candidatos em melhor situação financeira têm vantagens na divulgação de sua plataforma, o que caracteriza a política como elitista. Sobre as eleições de 1930, entre os candidatos Julio Prestes pelo estado de São Paulo e Getúlio Vargas pelo estado do Rio Grande do Sul, Spire assim se posiciona:

(...) Qualquer que seja o candidato eleito não haverá mudanças no estado atual do governo brasileiro, coisa curiosa, o programa dos dois candidatos, diferem um pouco na forma, mas no fundo são absolutamente iguais quanto aos princípios e modalidades (...) Isso sublinha de maneira clara que no Brasil, a política não é uma luta de idéias, mas uma rivalidade pessoal.¹⁰

Góes Monteiro é um dos responsáveis pela Revolução de 1930, agindo nos bastidores junto a Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. O governo federal reconhece a guarnição do Rio Grande do Sul como uma das mais importantes do país, e as autoridades

⁸ Relatório sobre a propaganda alemã no Brasil. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

⁹ id., ib.

¹⁰ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

governamentais se empenham em manter esses homens fiéis a eles. Mas, os conspiradores de 30 passam a se infiltrar cuidadosamente entre os militares gaúchos.

O presidente Washington Luís pede então uma reunião com as personalidades gaúchas importantes, na tentativa de negociar com a oposição, recorrendo a Borges de Medeiros, figura política de grande destaque, a quem Getúlio Vargas respeita e de quem tem o apoio. Em Minas Gerais, parece mais fácil conseguir algum resultado pela negociação. A situação entra em estado de efervescência antes mesmo do resultado oficial da eleição. Dejean não acredita na possibilidade de uma resolução diplomática com os gaúchos, pois considera o Rio Grande um estado diferente dos outros:

Os gaúchos, como os chamam aqui, são homens rudes e corajosos, habituados a viver a cavalo em suas vastas campinas. Conscientes de sua força fazem valer seus direitos. Pela situação geográfica como pelo caráter de seus habitantes, o Rio Grande se encontra naturalmente na oposição.¹¹

Sem conseguir uma solução para os problemas existentes por meio pacífico, a luta começa e os revolucionários avançam com vantagem sobre as tropas federais. O governo institui o serviço militar ferroviário para deslocamento mais rápido das tropas, mas utiliza-as de maneira equivocada, angariando, com isso, impopularidade, principalmente com a convocação dos reservistas. Já os rebeldes estão com sua moral elevada. Segundo análise de Robien: “por momento o prestígio da vitória pertence ao Rio Grande do Sul, onde as tropas formadas de “gaúchos” relativamente corajosos e bem organizados parecem ser a principal força revolucionária”.¹²

Segundo relato de Dejean, a agitação no estado da Paraíba é bastante sangrenta nos dias que sucedem às eleições; há dificuldade de se saber o que realmente acontece, devido à rigorosa censura governamental via telégrafo e correio. Registra-se a morte de muitas pessoas, mas não se sabe o número exato das baixas. A ação está ligada aos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que constituem um verdadeiro perigo à ordem nacional.

O cel. Baudouin divulga uma lista de recomendações sobre como os membros da MMF devem se comportar, frente à mais essa conturbada situação no contexto brasileiro:

¹¹ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 22.04.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹² Correspondência de Louis Robien, encarregado dos negócios da França no Brasil para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.10.1930. Paris: Arquivo MRE. dossiê 110, 172-2

1. ter em toda circunstância atitude neutra e agir dentro dos limites absolutos de seu papel de instrutor nas escolas, conforme as cláusulas do contrato.
2. evitar toda conversa sobre a situação atual (...) ficar completamente reservado.
3. evitar transmitir notícias ou novidades a quem quer que seja.
4. dirigir-se ao aspecto militar apenas em serviço;
5. circular no meio militar de automóvel ou em caso de impossibilidade de ônibus.
6. conservar relação estreita com o Estado Maior da missão e ter à domicílio, todas medidas necessárias para agir rapidamente.¹³

Durante a revolução de 30, o presidente da República, Washigton Luís, procura incorporar membros da reserva às fileiras federais. Essa chamada do governo causa um descontentamento nos reservistas e em suas famílias. Um certo número dentre eles contesta a legalidade da convocação e passa a atacar o Supremo Tribunal Federal, gerando um elevado número de insubmissos. Como afirma Baudouin:

O número de insubmissão deve ser considerada porque o governo decidiu prolongar para oito dias o prazo da chamada e declarou que os reservistas estão em princípio destinados a manter a ordem interna e que serão enviados ao front apenas em caso de extrema necessidade.¹⁴

Mesmo os militares que permanecem favoráveis ao governo, não querem prosseguir em confronto. O golpe final é desferido em 24 de outubro, sob a direção de alguns generais: “Generais de divisão: Tasso Fragoso, Menna Barreto e Almirante Isaías de Noronha, generais de brigada Leite de Castro, Malan d’ Angrogne, Antonio Borba (...) constituíram um agrupamento com o nome de “Forças Pacifistas de Terra e Mar”.¹⁵

A junta de generais tem urgência em depor o presidente da República e instalar um governo provisório. Dada a necessidade de estancar as hostilidades entre legalistas e revolucionários, para que a situação nacional volte à normalidade, há que se neutralizar a ação dos militares. O governo provisório, segundo Henriques: “dividiu ao máximo as forças armadas, através da inexperiência e do entusiasmo dos jovens tenentes.”¹⁶

Uma vez controlada a situação política brasileira, o comandante da MMF, ten. cel. Baudouin, procura o novo governo constituído. Como informa Dejean: “manifestando aos

¹³ Nota de serviço elaborada por cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, aos militares da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 6.10.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹⁴ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.10.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398

¹⁵ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.10.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹⁶ HENRIQUES, Afonso. Ascensão e queda de Getúlio Vargas: Vargas, o maquiavélico. São Paulo: Palácio dos Livros, 1963. p. 103.

oficiais do antigo regime a consideração que possuía por eles, ele foi muito habilidoso para entrar pouco a pouco em contato pessoal com os homens do novo, onde a influência é preponderante”.¹⁷

Toda a diplomacia nessa hora é pouca, pois os franceses, com sua total neutralidade não apóiam os revoltosos. Afinal a França exportara armas para o governo federal e não para as fileiras rebeladas. Esse fato deixa a MMF em uma situação delicada junto ao governo provisório. Mas os franceses não querem deixar o Brasil, devendo, em consequência encontrar um *modus vivendi* de forma a poder trabalhar com um governo instituído pela força, o que, doutrinariamente, vai contra as idéias francesas de não intervenção dos militares na política.

No meio militar, a situação é bastante delicada; ainda existem animosidades entre rebeldes e legalistas, e a ascensão ao poder de novos líderes militares e políticos representa uma incógnita para os franceses no que diz respeito à renovação do contrato e à administração e priorização do Exército. Concomitante a essa instabilidade, Juarez Távora, um dos chefes revolucionários, faz a seguinte manifestação aos militares: “Eu acho a missão militar francesa inútil, nós devemos dispensá-la. Os métodos franceses inspirados na guerra européia não se aplicam no Brasil. As tropas revolucionárias venceram seus adversários”.¹⁸

Távora manifesta a opinião de que a MMF fracassara em seu trabalho, pois Washington Luís não tivera a força suficiente para vencer os revoltosos, comprovando a falta de preparo e a fragilidade do Exército. Essa declaração de Távora ofende o brio dos franceses, que se defendem com os seguintes argumentos:

- 1- Incompetência total de Távora, personagem mística e iluminada;
- 2- A missão sempre adaptou seu ensinamento ao caráter particular do Brasil;
- 3- Na luta entre revolucionários e legalistas é de remarcar o contrário, que os legalistas não aplicaram nenhum processo realmente militar. O Ministro da Guerra disse textualmente que se tratava de uma guerra civil e se recusou a toda operação verdadeiramente tática, então que, as tropas revolucionárias foram organizadas e manobradas seguindo os métodos militares sob a direção do Coronel Góes Monteiro, antigo aluno brilhante da missão.¹⁹

¹⁷ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹⁸ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.11.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹⁹ id., ib.

Os franceses rebatem as acusações de Távora alegando que o ministro da Guerra não usara os ensinamentos franceses para combater os rebeldes, enquanto que esses, orientados por Góes Monteiro, empregaram a instrução aprendida nas escolas sob a direção da MMF. Daí por que os militares rebelados, usando os ensinamentos aprendidos nas instruções da MMF, lutam e derrubam as forças do Exército. A revolução de 1930 é dirigida por militares ex-alunos das escolas sob orientação francesa. Um exemplo é o próprio Góes Monteiro. Tasso Fragoso confirma a isenção da MMF nos conflitos, quando afirma: “ao contrário do que se ousou afirmar, nunca a missão interferiu em nossos conflitos, nem jamais foi consultada sobre o modo de os reprimir”.²⁰

Após a revolução de 1930, o Brasil, já em 1931, entra em uma nova fase. Os jovens revolucionários, que se intitulam constitucionistas, são ambiciosos e desejam aproveitar outros cargos no governo. Começam, assim, a eclodir crises em diversos estados do Brasil. Mudam-se todos os ministérios e a administração, o que causa desordem e instabilidade.

Depois de instalado o governo revolucionário, em 1930, os tenentes, que apoiaram e fizeram o movimento, são colocados em cargos públicos, como interventores dos estados. Em razão disso, os militares que se mantiveram na legalidade e não aderiram à causa revolucionária, passam a combater o novo governo. Como afirma Geyer: “não contente de ter traído os revolucionários de 1924, por covardia, o governo legal de 1930, por instinto de conservação, continua a trair os princípios revolucionários (...)”.²¹

Os tenentes são alcunhados de *picolés*, pois sua formação é rápida e sem o devido treinamento nas escolas militares. Cabe aqui salientar que os tenentes não haviam sido alunos da MMF; as últimas turmas de tenentes são formadas em 1919, quando a MMF está começando seus trabalhos no Brasil. Conforme Forjaz: “os tenentes históricos se formaram no Realengo nas turmas de 1918 e 1919, portanto, antes da vinda da missão. Além disso, á curto prazo a influência da missão não se fez sentir nessa academia, já que se dedicou aos graus superiores do ensino militar”.²²

Os militares constitucionistas recebem, então, a alcunha de *rabanetes*; tendo formação profissional, passam a disputar espaço com os *picolés*. Para a MMF, a ascensão

²⁰ FRAGOSO, Tasso. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 217. p. 7, jan. 1932.

²¹ Telegrama do cap. Geyer para o gen. Klieger. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

²² FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e forças armadas na revolução de 1930. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 191.

dos tenentes representa um problema: desde os levantes de 22 e 24, esses elementos estão afastados do meio militar; mas, após 30, são reintegrados à força de terra, em posição semelhante ou superior à de seus camaradas que permaneceram no Exército. Os tenentes, segundo Baudouin: “consideravam a missão e sobretudo as escolas que ela dirige e os cursos que ela professava como um entrave eventual inadmissível a uma carreira brilhante baseada unicamente sobre as qualidades políticas à exclusão, em geral, de todo valor militar.”²³

Inicia-se então um período de xenofobia e nacionalismo, com evidente interesse, por parte de alguns, de se livrar da MMF e da Missão Militar Naval Americana, na Marinha. O governo não se manifesta, nem a favor, nem contra a presença estrangeira no país. Os franceses passam a contar apenas com a defesa dos amigos e dos alunos.²⁴ Os membros da MMF, nesse e em outros momentos de turbulência e convulsão nacional, adotam a postura de extrema neutralidade, para serem coerentes com a doutrina que apregoam, que reza que o exército não deve se intrometer nas questões de estado.

A revolução de 1930 traz um período de anormalidade para a vida interna nos quartéis; é estabelecida uma lei de promoções, em caráter de urgência, para a reintegração de elementos à instituição. O decreto n. 19.610, 20.01.1931, dispensa o Curso de Aperfeiçoamento aos novos indivíduos, para promovê-los por merecimento. E, segundo Getúlio Vargas: “sente-se uma insatisfação geral. Atritos surgem, abrolham ódios, nascem desconfianças. Ordens, contra-ordens, desordem. Anarquia geral. O Exército acha-se desarticulado”.²⁵

O decreto n. 19.610, 20.01.1931, surge porque uma parte da oficialidade permanece privada do direito de aquisição dos requisitos necessários à promoção, tal como são exigidos pela lei em vigor, em consequência da negativa de matrícula nos cursos necessários, ou ainda da arregimentação. Essa legislação, em vigor a partir de 1931, em seu art. 2 determina: “Ficam dispensados temporariamente os requisitos para promoção

²³ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.11.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

²⁴ Correspondência do cel. Baudouin, op. cit. nota 18.

²⁵ Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas (31.05.0211), rolo 2.

exigidos pelos artigos oitavo da lei n. 5.168 de 13 de janeiro de 1927 e sexto do decreto legislativo n. 5.632, 31.12.1928.”²⁶

Esse decreto é elaborado para beneficiar os tenentes reintegrados à força, após a Revolução de 1930 e para possibilitar a manipulação das escolhas por parte do governo provisório. O art. 5 estabelece que: “Não será promovido, ainda que ocupe o N. 1 da escala de antiguidade, o oficial de qualquer arma ou serviço do exército que, a juízo do governo provisório, não satisfazer aos requisitos de idoneidade moral.”²⁷

Idoneidade moral é um critério bastante abstrato, haja vista que os tenentes rebelados na década de 20 são tidos pelos presidentes do período como uma ameaça à ordem estabelecida. Mas, depois de terem lutado na revolução de 30 e auxiliado na derrocada de Washington Luiz, esses homens passam a ter valor moral e são reintegrados às fileiras do Exército, em detrimento dos militares que, seguindo os postulados franceses, mantêm-se leais ao governo legal. A doutrina francesa pugna pela não interferência militar na política: *la grande muette*. Assim, os militares formados em suas escolas não possuem tendências golpistas e são educados para se afastarem das disputas políticas.

O decreto n. 5.632, 31.12.1928, inspirado pela doutrina francesa, em seu art. 6 estabelece que: “Para a promoção por merecimento em qualquer arma ou serviço é requisito indispensável o respectivo curso de aperfeiçoamento.”²⁸ No entanto, o que faz o governo provisório com esta lei, após a revolução de 1930? Simplesmente a ignora e faz voltar, em seu lugar, o decreto n. 19.610, para que os tenentes possam ser reintegrados ao Exército de forma legal.

Para cobrir a lacuna deixada pelos generais exonerados ou que pedem demissão, são feitas promoções rápidas entre os militares participantes da revolução. Góes Monteiro, por exemplo, era tenente coronel, mas, em março de 1931, é promovido a general de brigada e, posteriormente, em outubro de 1932, a general de divisão. De acordo com Carvalho, entre 1930 e 1933, excluem-se quatorze generais de divisão e dezoito de brigada e são nomeados dez novos generais de divisão e vinte e seis de brigada.²⁹

²⁶ Art. 2 do decreto n. 19.610 de 20.01.1931. Brasília: Arquivo do Exército.

²⁷ id., ib.

²⁸ Decreto n. 5.632 de 31.12.1928.

²⁹ CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Os oficiais superiores que permanecem leais ao governo de Washington Luís, são numerosos, enquanto os que participaram da revolução são quantitativamente inferiores. Daí por que o governo, o mais rapidamente que pode, passa a promover seus fiéis revolucionários para os postos mais elevados da hierarquia militar, exonerando os generais que não lhe são convenientes.

De acordo com Mc Cann, dos nove generais de divisão existentes em 1930, apenas dois ficaram: Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto. E, dos vinte e quatro generais de brigada, apenas sete permaneceram.³⁰ Afirma Mc Cann:

No início de 1931, a lista de reformados incluía quinze marechais (posto do tempo de guerra), oitenta generais de divisão, 324 generais de brigada, 102 coronéis, 126 tenentes coronéis, 363 majores, 323 capitães, 191 primeiros tenentes e 581 segundo tenentes. Em comparação, o grupo de oficiais da ativa consistia em onze generais de divisão, 25 generais de brigada, 109 coronéis, 164 tenentes-coronéis, 301 majores, 717 capitães, 875 primeiros tenentes, 239 segundos tenentes e 504 segundo tenentes comissionados.³¹

Os tenentes são oportunistas; ingressam nas fileiras da revolução de 30 e, a seguir, conseguem ser reintegrados no Exército, recebendo cargos de destaque no governo, como nomeações para interventores dos estados. Segundo Coelho: “(...) o oportunismo acabou por expor o tenentismo às manipulações dos grupos políticos civis”.³² Esse oportunismo evidencia-se quando os tenentes, tão logo emergem ao poder, não realizam as mudanças com que se comprometeram antes da revolução de 1930. Eles simplesmente usufruem do poder e se aproveitam das prerrogativas do estado.

Os tenentes reintegrados ao Exército não possuem nenhum treinamento nas escolas de instrução francesa; assim, os oficiais legalistas assistem à sua ascensão sem nada poder fazer. A disputa entre eles quase fecha o Clube Três de Outubro, pois os *rabanetes* não aceitam que ex-militares, sem cursos profissionais e sem conhecimentos atualizados de técnicas militares, reingressassem na força nos mesmos postos e funções, ou até mesmo em cargos mais elevados que oficiais preparados e submetidos a testes e árduos exercícios pelos instrutores franceses.

Os revolucionários são completamente antagônicos à doutrina da MMF, que prega a não participação de militares na política e o fim da política nos quartéis. As disputas entre

³⁰ MC CANN, op. cit. nota 5, p. 389.

³¹ id., ib., p. 393.

³² COELHO, op. cit. nota 2, p. 90.

picolés e rabanetes colocam o Exército em uma situação deprimente. Segundo Huntziger: “há muitos anos que a moral do exército brasileiro não esta assim tão baixa”.³³ O ministro da Guerra passa a receber cartas de protestos de oficiais de todas as partes do país, reclamando a inclusão dos tenentes nas fileiras nacionais; corre, inclusive, um abaixo-assinado contra a promoção desses desqualificados militares.

Huntziger entende como um disparate a inserção desses elementos, assim como suas promoções, passando por cima de militares, ex-alunos das escolas de instrução, e submetidos à rigorosa avaliação. Todo o trabalho da missão para demonstrar a importância da disciplina, da obediência e da união do exército fica ameaçado pela iniciativa política de impor, aos demais militares, a presença de elementos revolucionários e sem instrução. A concepção francesa é contrária à dos militares que desejam reformas sociais no país e acreditam que os militares são também cidadãos, com o direito e o dever de intervir nas questões do estado.

Os franceses defendem a não intervenção do exército na política; ele deve ser o *grande mudo*. O fortalecimento do Exército, na década de 30, só se torna possível depois da retirada dos tenentes dos quartéis, acalmando as disputas entre *picolés e rabanetes* e mantendo a coesão da força. Na década de 30, a MMF obtém papel preponderante junto ao EME, deixando de atuar apenas na instrução, para também colaborar na organização da instituição.

1.2 Problemas do Exército

Até 1930, os problemas identificados pelos franceses na década de 20 não estão sanados. A falta de efetivo, por exemplo, persiste. Baudouin acredita que: “era preciso reorganizar completamente o sistema de recrutamento, é preciso, diminuir a autonomia dos estados, e dar ao poder federal meios materiais para a coerção que lhe falta para obrigar os cidadãos a se submeterem ao serviço militar”.³⁴ A noção de dever militar tem que ser

³³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³⁴ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

desenvolvida no povo brasileiro, o que leva tempo, pois a população, de maneira geral, tem o olhar fragmentado por estados.

Os estados da federação, além de terem autonomia e forças militares próprias, também detêm influência sobre a mentalidade dos cidadãos, que não pensam, à época, como brasileiros, mas como indivíduos ligados a determinado cenário regional. No momento do alistamento, os jovens costumam optar pela brigada do estado, pois pensam que os poderes de seus estados defendem os interesses locais, ao contrário do poder federal.

É importante perceber que a federalização das forças militares estaduais e a retirada de autonomia do poder político dos estados é então o único meio encontrado não só para esvaziar o poder dos coronéis e romper com o arranjo administrativo da política dos governadores, como também para aumentar o efetivo do Exército e para consolidar, na população, uma noção de brasilidade.

Devido à falta de efetivo, muitas unidades do Exército permanecem esqueléticas, sem o número suficiente de militares para que possam ser consideradas uma unidade. Essa situação leva Baudouin a sugerir que: “é preferível suprimir as unidades esqueléticas e constituir apenas regimentos e batalhões com efetivo normal, onde a instrução poderá ser dada com maiores frutos”.³⁵

A instrução militar ainda é restrita a um pequeno grupo, principalmente no que tange aos reservistas. Os militares, quando passam para a reserva, ficam praticamente esquecidos, como se não mais fizessem parte do meio militar. Ora, os reservistas têm um valor imprescindível, segundo a doutrina francesa: em caso de guerra, são eles que engrossavam as fileiras, significando o aumento de efetivo em combate. Por isso, mantê-los em instrução e em exercícios práticos, é fundamental para a boa organização do Exército. A partir de 1933, para ter o direito de exercer cargos públicos, torna-se necessário apresentar o certificado de reservista.

A década de 30 começa sem que o Brasil tenha ainda condições de mobilização. Aliás, esta é uma questão para a qual os franceses vêm alertando, há mais de uma década. O Brasil possui poucas vias de comunicação, principalmente vias férreas; considerando que o teatro de operações é o Rio Grande do Sul, a situação fica ainda mais difícil, devido aos

³⁵ Correspondência do cel. Baudouin, op. cit. nota 34.

poucos acessos à região. Como mobilizar então um grande contingente de pessoal para o sul, em caso de conflito, se não há meios para tal?

O Brasil não possui, à época, nenhum sistema de preparação do jovem para o ingresso no Exército. As autoridades não intervêm em nenhuma associação para desenvolver o sentimento de dever militar, nem mesmo nas sociedades de tiro, que, durante muitos anos são consideradas uma extensão dos quartéis, por contarem com alguns instrutores militares e utilizarem armas da infantaria.³⁶

Diante de todos esses problemas do Exército, o ministro da Guerra, Leite de Castro, procura Baudouin para expor suas intenções quanto à forma de resolução das questões mais urgentes. Leite de Castro conhece os pontos fracos da organização militar, mas não sabe como remediá-los. De acordo com Baudouin: “Incontestavelmente, ele se dá conta que se encontra diante de uma desorganização geral do país, abalado pela recente revolução, e o exército não oferece mais do que uma fachada lesada”.³⁷ Sem saber por onde começar, Leite de Castro procura o apoio da MMF, para executar o plano de reorganização geral do Exército.

Um dos problemas identificados no Exército, em 1932, é a falta de organização do estado no que concerne às questões referentes à defesa nacional, pois, sem um plano de guerra, os militares não podem elaborar um plano de operações. Essa questão é levantada pelo EME, que, em boletim, afirma: “há ausência de um plano de guerra previamente estabelecido pelo governo, a fim de orientar este EM na organização do plano de operações correspondente”.³⁸

Em 1932, Tasso Fragoso, chefe do EME, estabelece um programa de equipamento do Exército, para cuja aprovação é exercida forte pressão junto ao ministro da Guerra, devido ao ciúme de alguns oficiais da força de terra quanto à quantia liberada pelo estado para a Marinha. Conforme Huntziger: “oficiais brasileiros enciumados do esforço financeiro de 40.000 contos anuais (80 milhões de francos) concedidos à Marinha,

³⁶ Correspondência do cel. Baudouin, op. cit. Nota 34.

³⁷ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³⁸ Boletim do EME, Rio de Janeiro, EME, 1932. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

trabalham, junto ao Ministério da Guerra, para obter os créditos necessários para a compra de material de guerra”.³⁹

Além de todos esses problemas, antes mencionados, há as disputas internas do Exército: de um lado os oficiais instruídos que exigem a retirada dos tenentes; de outro, os tenentes sem preparo, mas com o total apoio governamental, devido à sua participação na revolução de 1930.

1.3 Revolução de 1932

Em 9 de julho de 1932, é deflagrada a revolução constitucionalista. A instabilidade no interior do Exército já é sentida desde 1930, quando da integração ao corpo de oficiais dos tenentes revoltosos da década de 20, que são então rejeitados pelos oficiais de carreira. Em meados de julho de 32, Leite de Castro, ministro da Guerra, tenta executar uma punição contra um grupo de tenentes que ameaçam se rebelar, não havendo sido, entretanto, obedecido; ao contrário, recebe reclamações de militares do Brasil inteiro, solicitando sua demissão.⁴⁰

Em Recife, Pernambuco, é deflagrado um movimento insurrecional contra o tenente interventor. A população une-se ao 21º Batalhão de Caçadores do Exército Federal e são assassinados dois oficiais do partido revolucionário. Tropas federais dos estados vizinhos e a polícia do Estado da Paraíba são acionadas para impedir o movimento revolucionário. Os vencidos são presos e levados à penitenciária da Ilha de Fernando de Noronha: são cerca de seis civis, quinze oficiais e trezentos homens de tropa.⁴¹

Em São Paulo, o ministro das Finanças do Estado recusa-se a comprar 15 milhões de sacas de café e o interventor pede demissão. Getúlio, sempre mediador, tenta contemporizar, mas a situação, somada ao episódio de Pernambuco, fica cada vez mais tensa. Mesmo o Rio Grande do Sul, estado que liderara a revolução de 30, pensa que a ditadura getulista deveria ser curta, de um ano no máximo, apenas para acabar com alguns

³⁹ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁴⁰ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 2.07.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 111, 172-6.

⁴¹ Relatório do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.11.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398

abusos. Segundo Huntziger: “Era latente no estado que o Rio Grande não fez a revolução para colocar em postos importantes qualquer jovem militar ambicioso”.⁴²

No início dessa revolução, segundo análise de Huntziger, o Exército está melhor equipado que a força paulista, mas essa procura a adesão de Minas Gerais e Rio Grande do Sul à causa revolucionária, para aumentar suas fileiras. Nesse momento, a cláusula sexta do contrato da missão não é respeitada, e o Brasil passa a importar metralhadoras dinamarquesas Madsen e Bofors; e a aviação da Marinha, cerca de 30 aviões americanos.⁴³

Os gaúchos desejam nova constituição e o restabelecimento do clima de tranquilidade nacional. O governo provisório, percebendo a crise em gestação, decide tomar decisões enérgicas para conter as animosidades. Os dois grupos antagônicos, os constitucionalistas, que almejam a volta do governo constitucional, e os jovens revolucionários, os tenentes, que dizem apoiar a forma constitucional de governo, estão em litígio.

Devido à inserção de tenentes na administração federal, o governo fica incapacitado para atuar como árbitro na luta dos partidos. De acordo com Huntziger, a população está descontente com o governo provisório que, em um ano e meio de administração, não realiza nenhuma melhoria e ainda conta com a mediocridade intelectual dos tenentes.⁴⁴

O Rio Grande do Sul é um dos primeiros estados a defender a volta à legalidade. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático Paulista se unem. Em Minas Gerais, também há a união do Partido Republicano Mineiro com o Partido Liberal Revolucionário. Juntamente com o Rio Grande do Sul formam a Frente Única.

A união desses três fortes estados é uma ameaça ao governo provisório. Huntziger afirma: “estes jacobinos (...) querem se manter a todo preço no poder”.⁴⁵ No Rio de Janeiro, fala-se em novo golpe político, pois, mesmo tendo seu prestígio e influência cada vez mais em baixa, os tenentes não deixam de combater seus opositores e manter-se no poder.

Os descontentamentos levam à eclosão de uma guerra civil no Brasil. Dirigidos pelo gen. Klinger, comandante da circunscrição do Mato Grosso, os revolucionários entram em

⁴² Relatório do gen. Huntziger, op. cit. nota 41.

⁴³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁴⁴ Relatório do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 4.03.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁴⁵ Relatório do gen. Huntziger, op. cit. nota 41.

São Paulo na noite de 9 para 10 de julho. O estado paulista quer se livrar da tutela do governo provisório, sem ser dirigido por emissários de outros estados. São distribuídas armas à população e os estudantes e voluntários recebem instruções militares de toda ordem.

É o estado de São Paulo contra a tirania dos tenentes: os oficiais do Exército e os homens da tropa não mostram nenhuma vontade de combater os paulistas “leur frères” e defender um governo sustentado por tenentes.⁴⁶ As tropas do governo estão sob as ordens de Góes Monteiro; para equipar melhor o pessoal, o governo abre um crédito de 20.000 contos.

O Rio Grande do Sul, com um papel capital nessa situação, hesita sob o comando de Flores da Cunha, pois um grupo defende os insurretos e outro, o governo federal: não se conhece, assim, a posição do governador do estado, ou seja, de qual lado ele posicionaria seus bem armados provisórios.

Mais uma vez, em período de turbulência, as escolas de instrução militar ficam fechadas, com exceção da Escola do Realengo. Conforme Huntziger: “Eu tomei todas as medidas pela neutralidade e a correção mais absoluta, conservada em toda ocasião pelos oficiais da Missão Militar”.⁴⁷

O embaixador da França, Krammerer, pede ao gen. Huntziger, chefe da MMF, a máxima neutralidade no confronto: “Não resta que colocar a Missão em “vigia” esperando o fim do conflito e evitar cuidadosamente toda atitude suscetível de ser interpretada como falta de neutralidade”.⁴⁸ Com as escolas fechadas, a missão tem que aguardar o fim do conflito, para retomar os trabalhos. É difícil manter um contínuo método de comando e trabalho, em um país como o Brasil, onde, segundo Huntziger, “as atitudes individuais e burlescas, mesmo as mais insensatas tem admiradores, ainda mais quando são militares politiqueros”.⁴⁹

O Exército não pode desperdiçar nenhum homem, principalmente depois que a segunda divisão da força federal passa para o lado rebelde: são cerca de 5.000 homens

⁴⁶ Corespondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, 16.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁴⁷ id., ib.

⁴⁸ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para M. Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 15.10.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

⁴⁹ id., ib.

engrossando as fileiras paulistas. O governo federal consegue desmobilizar os rebeldes, dissolve essa antiga segunda divisão e monta um outro corpo, via recrutamento de elementos não pertencentes a essa unidade.⁵⁰

O governo federal investe vultosas somas na compra de material bélico, para conter a ação dos revolucionários. Logicamente, a França é o primeiro país a quem o Brasil recorre para o fornecimento de material. O senador Irineu Machado escreve para o governo francês, solicitando o cancelamento da venda desse material para o Brasil, apresentando como justificativa o fato de que a revolta de 1932 pugna pelos direitos humanos, os quais a França tanto defendeu em sua história.

Machado informa que o *ditador* Vargas solicitara ao governo francês um fornecimento de armas para massacrar o povo brasileiro e que tudo o que os rebeldes desejam é restabelecer a liberdade e a unidade nacional, defendendo os mesmos ideais da eterna França na Revolução Francesa.⁵¹

Além de Machado, Otávio Mangabeira também mantém contato com o governo francês para insistir com que a França se mantenha neutra e não venda armamentos ao governo federal: “os insurgentes paulistas tem o apoio da elite da nação brasileira e da maior parte do povo. O governo atual é sustentado por jovens oficiais intrigueiros que defendem apenas seus interesses”.⁵²

O governo francês tem ciência de que Vargas dissolvera o parlamento e extinguiu todas as garantias constitucionais: “Era uma ditadura exercida pelo partido dos tenentes, que fizeram a revolução para terem vantagens no poder”.⁵³ O excesso desses tenentes nas interventorias provocara o movimento pela legalidade, encabeçado pelo estado de São Paulo. Na visão francesa: “este estado é o mais civilizado e o mais rico da federação brasileira. Ele paga, sozinho, mais impostos que os 19 outros estados da federação reunidos”.⁵⁴

⁵⁰ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.10.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁵¹ Correspondência de Irineu Machado, senador e professor da Universidade do Rio de Janeiro, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Paris, 2.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁵² Correspondência de Otávio Manbeira para Robien, Rio de Janeiro, 17.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁵³ Nota para o ministro das Relações Exteriores da França, Paris, 6.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁵⁴ *id.*, *ib.*

O estado de São Paulo propugna a restauração do governo civil nos estados federados, o fim dos abusos e da anarquia militar, o restabelecimento da constituição e a organização de um governo provisório. A força revolucionária conta com “60.000 homens comandados pelo general Klinger, oficial de alto valor, aluno da nossa missão militar”.⁵⁵ Os paulistas possuem fábricas de munição e indústria desenvolvida. Santa Catarina e Paraná também apóiam o movimento, assim como o Rio de Janeiro. Tudo faz crer que o governo Vargas teria grandes dificuldades pela frente,⁵⁶ pois está em confronto com o estado mais rico da federação.

O Exército tem grande necessidade de armamentos, e, de acordo com o art. 6 do contrato com a MMF, o governo francês deve ser o primeiro a ser procurado para compra de material bélico. Mas, frente a essas circunstâncias, o governo francês resolve agir com cautela, pois, auxiliar qualquer uma das partes em uma guerra civil, é contrário às tradições da República Francesa, principalmente porque, na concepção francesa, São Paulo pega em armas “em nome do princípio democrático e para obter o retorno à legalidade constitucional”.⁵⁷ E conclui: “Nestas condições parece que o Ministro da Guerra deve parar os comandos em curso e se abster de toda entrega de armas ou munições a um ou outro dos partidos atualmente em luta”.⁵⁸

Mas, essa postura da França não é seguida por outros países, como a Inglaterra, por exemplo. O governo britânico continua a fornecer armas ao Brasil e, sendo interrogado sobre o tema pelo embaixador da França em Londres, justifica sua posição da seguinte maneira:

a interdição de armas ao Brasil para ser efetiva deve ser universal e há poucas chances de obter o consentimento de outros países exportadores. Uma interdição limitada ao Reino Unido e qualquer outro país não impedirá os fornecimentos de armas provindos de outras nações. O governo de sua majestade ignora se o governo francês pretende fazer um acordo coletivo aplicado a todos os governos do mundo, ou somente a alguns países. Si um acordo universal é pretendido, ele não crê que consiga sua realização, mas ficará feliz em conhecer as medidas

⁵⁵ Nota para o ministro das Relações Exteriores da França, Paris, 20.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁵⁶ Id., ib.

⁵⁷ Nota para o ministro das Relações Exteriores da França, op. cit. nota 53.

⁵⁸ id., ib.

propostas pelo governo francês. Si o acordo em questão é destinado a certos países, o governo britânico o julga impraticável.⁵⁹

A França, mesmo descontente com a concorrência dos outros países europeus e dos Estados Unidos, suspende a venda de armas para o Brasil. As demandas do senador Irineu Machado e de Otávio Mangabeira surtem efeito e conseguem desanimar a França quanto à venda de armas para o Brasil. Mas essa proposta obtém êxito, não devido aos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, mas pelo temor de que Vargas perca o conflito. Caso os insurretos vencessem, como ficariam os membros da MMF e os representantes das casas comerciais francesas? Como continuariam trabalhando para um governo que tinham auxiliado a combater com a venda de equipamentos? Afinal teriam os franceses esquecido sua difícil situação após a revolução de 1930?

A situação é delicada e, logicamente, apesar de ter muito interesse no mercado bélico, os franceses não esquecem os acontecimentos de 1930, quando o governo Washington Luis é deposto, e a MMF vista como defensora da legalidade e provavelmente, antipática ao governo que se instalara. A exportação de armas é importante para a economia francesa, mas a permanência da MMF no Brasil também tem significativa relevância. A França teme novas reviravoltas políticas. Em várias correspondências, os franceses manifestam esse temor, alegando que o Brasil é uma terra sem continuidade política e imprevisível, quanto ao dia seguinte.

Essa teoria pode ser aplicada a muitos acontecimentos da esfera política nacional, e até à própria revolução de 32, quando Flores da Cunha, rompendo com elementos contrários a Vargas, decide unir suas forças às do governo federal e joga todo peso de suas fileiras estaduais contra os rebeldes paulistas, mudando os rumos do confronto.⁶⁰ Vargas sufoca a rebelião e mantém-se à frente do governo federal e a MMF fica em pior situação do que em 1930.

Em retaliação à postura francesa de não exportação de material bélico, o Brasil nega-se a comprar equipamentos da França e passa a importar aviões da Inglaterra e dos Estados Unidos, ficando a França completamente excluída das negociações. São comprados

⁵⁹ Correspondência de Fleuriau, embaixador da França em Londres, para o ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 8.09.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-4.

⁶⁰ Para conhecer mais sobre a revolução de 1932 e a relação de Flores da Cunha com Getúlio Vargas ver: CAMPOS, Derocina Alves. Flores da Cunha X Getúlio Vargas: da união ao rompimento (dissertação de mestrado) Porto Alegre: PUCRS, 1995.

cerca de 100 aviões, com um gasto efetivo de 60 milhões de francos⁶¹, representando quase uma completa reorganização da frota aérea brasileira.⁶²

A maior parte dos aviões, comprados da França, já estão muito velhos, e um certo número deles vai para as mãos dos revoltosos, por intermédio dos próprios pilotos. O sentimento anti-francês, já existente na aviação, fica ainda mais evidente após a revolução de 32. Da Inglaterra, são comprados 20 aviões Fairey, e, dos Estados Unidos, 20 Vought Corsair, 10 Waco, 20 Boeing e 10 Bellanca.⁶³

Essa compra representa um sucesso para a indústria aeronáutica da Inglaterra e dos Estados Unidos. Mas, por outro lado, o Brasil percebe os inconvenientes da utilização de um material bélico não adaptado ao país. O material francês sofre a constante acusação de causar um número elevado de acidentes na aviação, mas, no momento, segundo registro de Kammerer, ocorre a destruição dos aviões americanos e ingleses: “Os aparelhos ‘Moth’ comprados na Inglaterra há alguns meses para servir de aviões escola estão quase todos destruídos pelas aterrissagens desastrosas. Atualmente ainda não se passa um dia que não se registre um acidente”.⁶⁴

Os franceses acreditam que um dia os brasileiros passariam a incriminar o material inglês e americano, assim como haviam feito com o francês e, nesse dia, a indústria aeronáutica francesa teria novamente uma chance.⁶⁵ Essa esperança incentiva a França a manter um adido militar da aeronáutica na América do Sul.

A revolução de 32 estimula a reorganização, o rearmamento e o aumento do efetivo do Exército, pois o governo percebe que só poderia conservar o poder com um forte Exército e com o fim do poderio das brigadas estaduais. O governo federal resolve manter um efetivo de 63.500 homens. De acordo com Huntziger: “este efetivo é sensivelmente o dobro do efetivo regulamentar previsto no orçamento para 1932”.⁶⁶

⁶¹ As pesquisas realizadas na Biblioteca do Banco Central em Brasília e na Biblioteca do Banco do Brasil no Rio de Janeiro não permitiram conhecer a equivalência do franco francês, com o mil réis, neste período. Mas, na Parte II desta tese, há uma tabela da equivalência do dólar americano com o mil réis, segundo fonte do IBGE.

⁶² Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 19.12.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

⁶³ id., ib.

⁶⁴ id., ib.

⁶⁵ id., ib.

⁶⁶ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.10.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Efetivo do Exército Brasileiro previsto para 31 de dezembro de 32⁶⁷

Arma	Regimento	Total
Infantaria	13 regimentos de inf.	
	26 batalhões de caça	
	3 batalhões de inf.	
	1 batalhão escola	
		34.701 homens
Cavalaria	14 regimentos independentes	
	5 regimentos divisionários	
	1 regimento escola	
		10.752 homens
Artilharia	7 regimentos de campanha	
	1 regimento misto	
	3 grupos de artilharia pesada	
	6 grupos de artilharia montada	
	5 grupos de montanha	
	1 grupo escola	
	1 regimento de costa	
		8.704 homens
Engenharia	6 batalhões	
	1 batalhão de caminho de ferro	
		3.159 homens
Aviação	escola	
	1 grupo misto	
	3 companhias preparadoras de terreno	
		2.187 homens
Intendência		1.388 homens
Saúde	1 formação divisionária	130 homens
contingente especial		2.418 homens
Total		63.524 homens

Mas a preocupação do governo em fortalecer o Exército vai além do efetivo, pois a fabricação de munições de guerra torna-se necessária para evitar a dependência internacional. Assim, o governo está decidido a investir cerca de 800.000 francos em uma usina metalúrgica no Rio de Janeiro com vistas à produção de munição de artilharia.⁶⁸

Quanto à aviação, a venda dos aviões franceses encontra resistência por algumas partes. Quando o ministro da Guerra está pronto para assinar o contrato de compra de aviões com a França, é desaconselhado por Eduardo Gomes. Segundo Huntziger: “o major Eduardo Gomes interveio pessoalmente para denegrir o material francês e pedir no lugar compra de material americano”.⁶⁹

⁶⁷ Correspondência do gen. Huntziger, op. cit. nota 66.

⁶⁸ id., ib.

⁶⁹ id., ib.

Uma das importantes conseqüências da revolução de 32 é a eliminação dos tenentes do plano militar e civil, o que auxilia na coesão da instituição, pois os tenentes são defensores da política no Exército, fato que contraria a doutrina militar de não intervenção nas questões de estado. Segundo Forjaz:

A oposição dos tenentes à missão francesa coloca a questão das clivagens ideológicas do Exército no contexto da modernização. Ao mesmo tempo em que esse processo produziu, à longo prazo, uma tendência à homogeneização dos valores da instituição e a predominância da disciplina e hierarquia, a imposição de doutrinas militares européias não se fez sem a emergência de cisões ideológicas e geracionais dentro do exército.⁷⁰

A modernização do Exército ocorre pela importação de material bélico moderno e pela instrução e introdução de idéias militares atuais, em conformidade com os armamentos e o desenvolvimento da guerra. A coesão das camadas militares, ou seja, o fortalecimento do Exército Brasileiro é uma conseqüência dos legados da modernidade; assim os tenentes passam a representar um grupo que provoca cisões na classe, intervém na política e não se adequa aos padrões modernos. O tenentismo, no plano militar, adquire um caráter obsoleto.

Na década de 30, o Exército desempenha suas atividades pela representação integral da instituição, principalmente após 37, quando se faz representar por sua alta cúpula. A partir de 32, os militares passam a ter um entendimento maior do quanto as dissidências políticas podem levar à derrocada da instituição e compreendem seu papel na sociedade enquanto elementos militares, homens de farda a serviço da defesa nacional.

A revolução de 32 mostra que o Exército precisa de mais incentivo. Góes, logicamente, não perde essa oportunidade para conquistar os benefícios de que os militares carecem. A partir dessa revolução, o governo federal começa a fortalecer o Exército, em detrimento do poder das polícias estaduais. Segundo Mc Cann: “a finalidade de Vargas era dupla – aumentar a participação militar do Brasil para assegurar uma posição internacional mais forte e envolver as forças armadas em atividades de defesa, para afastá-las do jogo de poder”.⁷¹

A Revolução de 32 amplia os poderes da União frente aos estados federados, e do Exército frente às brigadas estaduais. Como afirma Góes: “na pasta da guerra, imprimi

⁷⁰ FORJAZ, Maria Cecília Spina. A organização burocrática do Exército na exclusão dos tenentes. ERA, Rio de Janeiro, n. 2. p. 06, abr./jun. 1983.

⁷¹ MC CANN, Frank. Aliança Brasil Estados Unidos (1937-1945). Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

grande rapidez aos trabalhos para a reestruturação do exército. Escrevi uma série de cartas ao chefe do Estado Maior, Gen. Andrade Neves, dando-lhe diretivas para esta reforma”.⁷²

Em outubro de 32, o gen. Espírito Santo Cardoso, então à frente do Ministério da Guerra, após obter bons resultados nos conflitos armados, declara:

“... nós nunca fizemos um esforço parecido; fomos coroados de sucesso, e o mérito é da MMF. Nós temos homens que constituem uma excelente matéria primária, mas de que serve esta matéria sem organização harmoniosa e unidade de doutrina no comando dos estados maiores e dos serviços?”⁷³

De acordo com relatório de Huntziger, um grupo de oficiais que rejeita a presença de Espírito Santo Cardoso, como ministro da Guerra, assim se manifesta via imprensa: “O ministro da guerra não tem mais o apoio da grande maioria do Exército, mas somente de um gabinete sem qualidade para colaborar com ele”.⁷⁴ O argumento do grupo se resume à afirmação de que o gabinete que auxilia o ministro não representa os interesses da força.

Espírito Santo é posto à frente do Exército quando da Revolução de 32, e, logo que assume o poder, passa a venerar o trabalho da MMF e a considerar que toda a evolução doutrinária, o aumento de efetivo, de preparação e adestramento dos militares são conseqüências do esforço técnico profissional dos oficiais franceses. A simpatia do ministro da Guerra é tanta, que o chefe da MMF declara: “É interessante notar estas apreciações vinda de um membro do Governo Provisório colocado no poder pela Revolução de 1930, que, na época, eram os protagonistas das mais ardentes (...) críticas, as mais maldosas”.⁷⁵

O governo Vargas elimina os antigos generais de divisão das fileiras do Exército em 1930. A revolução de 1932 confere-lhe, por outro lado, a chance de substituir os generais de brigada mais novos, nomeados pelo governo precedente. Conforme Carvalho: “Um dos benefícios laterais que a revolução de 1932 trouxe para o governo foi dar-lhe a oportunidade de fazer isto”.⁷⁶

⁷² COUTINHO, Lourival. O general Góes depõe. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956. p. 257.

⁷³ Correspondência de Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.10.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁷⁴ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.05.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁷⁵ Correspondência do gen. Huntziger, op. cit. nota 73.

⁷⁶ CARVALHO, op. cit. nota 4, p. 131.

Em 9 de abril de 1933, o governo estabelece que 254 deputados seriam eleitos em 3 de maio, 214 pelo sufrágio universal, 20 por associações de patrões e 20 por associações de empregados. Após muitas discussões na constituinte, a constituição brasileira é promulgada em 16 de julho de 1934, e Getúlio Vargas eleito presidente no primeiro turno. Segundo Baudouin: “O Brasil entrou agora na via constitucional depois de quatro anos de governo ditatorial e revolucionário”.⁷⁷ Os exilados políticos pouco a pouco retornam, entre eles, Artur Bernardes e Borges de Medeiros.

No período pós 34, durante o governo constitucional, Vargas estabelece mudanças administrativas, tais como o fortalecimento do Exército. Ao perceber as sérias necessidades de armamentos, concorda com a aquisição de material no exterior e ordena o reequipamento das fileiras de terra, com a maior brevidade possível.

1.4 Missão Militar Brasileira na Europa

Em 1933, são enviados oficiais brasileiros em missão para a Europa. Trata-se de uma viagem destinada à compra de armamentos para o Exército, após a liberação do governo de um crédito de cerca de 60.000 contos, o equivalente a 80 milhões de francos. Essa comissão percorre alguns países e suas respectivas firmas, começando pela casa Bofors.⁷⁸

Quando a comissão chega a Paris, vê-se obrigada a pagar um fisco para a França. O governo brasileiro contesta, argumentando que, no Brasil, os militares franceses são isentos de tributos. Mas a França alega não haver relação entre os fatos, sendo-lhe impossível adotar o princípio de reciprocidade. Como relata o embaixador do Brasil na França:

(...) os militares franceses que se acham no Brasil a chamado do nosso governo, e com direitos e deveres taxativamente expressos num contrato firmado entre o governo francês e o nosso, e os membros da missão militar brasileira, mera missão de compra de que nada tem de oficial para o governo francês.⁷⁹

⁷⁷ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.07.1934. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

⁷⁸ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁷⁹ Correspondência do embaixador do Brasil na França para Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores do Brasil, Paris, 29.12.1930. Rio de Janeiro: Arquivo Itamaraty, estante 278, prateleira 3, maço 13.

O governo brasileiro envia para a Europa uma comissão militar para compra de armamentos para o Exército. A missão compõe-se pelo cel. Portella, maj. Paulino de Oliveira, maj. Franklin Estillac Leal, maj. Costa, cap. Ricardo Holi e cap. Edmundo Macedo Soares, tendo por chefe o gen. Leite de Castro.

Quando o navio com a MMB chega à França, é recebido por uma comitiva especial francesa, designada pelo gen. chefe do Estado-Maior da França. A missão, logo parte para a Suécia para visitar a firma Bofors, pois, na verdade, não possui um programa definido e, de maneira geral, procura armas automáticas e ogivas.⁸⁰

De acordo com o cel. Chabron: “Leite de Castro manifestou violenta irritação contra a França (como consequência de 9 de Julho) e deixou entender que a missão deixará provavelmente Paris para se instalar em outro país”.⁸¹ Em julho de 1933, a MMB deixa Paris, após romper o tratado de Comércio com a França. O governo francês, não se dando por vencido, passa a insistir junto ao governo brasileiro para que a MMB volte de Bruxelas e se reconcilie economicamente com a França.⁸²

O gen. Espírito Santo, ministro da Guerra, promulga uma decisão ministerial, em 23 de maio de 1933, suspendendo a MMB na Europa e organizando uma missão brasileira de estudos para a indústria bélica. Entrega a chefia dessa comissão ao gen. Leite de Castro.⁸³

Em 19 de maio de 1933, o governo brasileiro inaugura uma Usina de Explosivos, construída e montada pelo químico Moras, utilizando, em sua quase totalidade, material francês.⁸⁴

Quanto ao material de aviação, existem, à época, duas posições bem definidas: os adeptos do material americano, que fazem franca campanha contra o material francês; e os preocupados com os interesses brasileiros. O material inglês Moth demonstra, já no início de 1932, sua fragilidade, da mesma forma como os aviões americanos. Segundo Huntziger:

⁸⁰ Relatório do ten. cel. Chabron, Rio de Janeiro, 18.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁸¹ Relatório do ten. cel. Chabron, Rio de Janeiro, 25.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁸² Documento de 5.06.1934. Paris: Arquivo MRE, dossiê 129, 174-3.

⁸³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁸⁴ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

“no meio aeronáutico brasileiro a última novidade é a idéia de retornar ao material francês”.⁸⁵

Os americanos, além de conquistarem o mercado brasileiro aeronáutico, conseguem a contratação de uma missão de artilharia, para dar instrução de costa no Brasil, visto serem considerados, no momento, os melhores especialistas em artilharia de costa.

1.5 Missão Militar Americana de Artilharia de Costa (MMA)

Em Washington, o governo brasileiro assina, em 10 de maio de 1934, um acordo com o governo norte-americano para vinda de uma missão militar, por um período de dois anos, com objetivo de cooperar com o desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, superintendendo os cursos e auxiliando a instrução. Enquanto essa missão estivesse operando, nenhuma outra missão estrangeira poderia ser solicitada para o mesmo fim.

A MMA compõe-se por “dois oficiais da artilharia de costa do Exército do Estados Unidos, um ten. cel e um major, também especializados em artilharia de costa, um em técnica de tiro e outro em organização tática”.⁸⁶ Eles usam uniformes dos Estados Unidos e conservam suas mesmas patentes no Brasil. Cada membro da missão tem um oficial brasileiro da artilharia como auxiliar de ensino.

Quadro de vencimento dos membros da Missão⁸⁷

Patente	Valor em Contos de Réis	Valor em Francos
Coronel	72	92.160
tenente-coronel	66	84.480
Major	60	76.800
Capitão	54	69.120

Quando os americanos iniciam seus trabalhos, deparam-se com a falta de pólvora, de torres e fortalezas, de comunicação entre as estações, de material de grande calibre, de projeto de minas submarinas, de proteção anti-aérea para os fortes. Consideram os projetos existentes obsoletos e as usinas de forças inadequadas.⁸⁸

⁸⁵ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁸⁶ Tratado assinado em 10.05.1934 para vinda de uma Missão Militar Americana ao Brasil. Art. 6, título II. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁸⁷ Contrato da Missão Militar Americana de Artilharia de Costa. Art. 12. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁸⁸ Documentos Históricos do EME. Brasília: EME, 1996. Arquivo Centro de Documentação do Exército.

Esse acordo é revalidado, em 1936, por mais dois anos, vindo a findar somente em 10 de maio de 1938. Segundo afirma Aranha: “O meu governo deseja que o referido contrato(...) seja prolongado pelo prazo de mais dois anos”.⁸⁹ Para Baudouin, os Estados Unidos fazem muita pressão para exercer influência no Brasil, não apenas quanto à missão de costa, mas também no que se refere ao campo militar de maneira geral: “Este ano eles obtiveram o envio ao Brasil de três instrutores para artilharia de costa e quatro como instrutor de fortificações”.⁹⁰

A Itália também não fica de fora dessa disputa. Convida três oficiais brasileiros a visitarem sua escola de aviação. Baudouin afirma então: “Há uma rivalidade de influência nos domínios material e moral”.⁹¹

Na década de 30, França ainda tem prestígio na área militar; mas, a partir de 1940, principalmente após a vergonhosa derrota francesa na Segunda Guerra Mundial, ocorre um esfriamento das relações, e os Estados Unidos tornam-se o principal parceiro comercial do Brasil. De acordo com Lessa: “ainda que quisessem estudar em Saint Cyr, os oficiais brasileiros tiveram que se conformar com a generosidade norte-americana, uma vez que as bolsas de estudo concedidas pela França foram suspensas a partir de 1947”.⁹²

1.6 Fim do governo provisório

Em 1934, chega ao fim o governo provisório de Vargas que consegue, então, se eleger e governar constitucionalmente o país. O Exército entra no período constitucional melhor estruturado administrativamente. As leis de 1934 e 1935 auxiliam na melhor organização do Ministério da Guerra e dos quadros e efetivos, na definição do EME como o mais alto órgão de defesa nacional e no aumento dos órgãos de cúpula. Através da lei de reorganização de 1934, o alto comando pode se dirigir diretamente ao presidente, sem precisar passar pelo ministro da Guerra. E o Exército passa a gozar da prerrogativa de admitir estrangeiros em suas fileiras, em caso de guerra.

⁸⁹ Correspondência de Osvaldo Aranha, embaixador do Brasil em Washington, para Cordell Hull, secretário dos Estados Unidos da América, Washington, 9.11.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁹⁰ Correspondência do cel. Baudouin para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁹¹ id., ib.

⁹² LESSA, Antonio Carlos Morais. A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000 (tese de doutorado) Brasília: UnB, 2000. p. 121-122.

O caos gerado pela admissão dos tenentes nas fileiras militares é finalmente solucionado pela revolução de 1932, que afasta a grande maioria desses elementos do meio militar. Com isso, é preciso rever a lei de promoções do Exército, modificada em 1931 para permitir o acesso dos tenentes aos postos do oficialato. Então, a partir de 29 de março de 1934, passa a vigor nova legislação, reconsiderando a importância dos cursos profissionalizantes e impondo-os, em caráter imprescindível, para a ascensão na hierarquia militar.

A lei n. 24.068, 29.03.1934, em seu artigo 16, determina:

Para promoção é indispensável que o oficial possua os seguintes requisitos: a) os cursos correspondentes ao posto e fixados por lei; b) idoneidade moral, isto é sem condenação à prisão por sentença passada em julgamento (...); c) robustez física relativa à sua idade e posto (...) verificado mediante inspeção de saúde; Parágrafo Único: os militares que não satisfizerem os requisitos das letras b e c, serão reformados ou transferidos para a reserva.⁹³

Essa lei recoloca as escolas de instrução no ápice central da vida militar, pois, sem elas, não há mais como ascender profissionalmente. A exigência pela robustez física demonstra mais uma vez o grau de influência dos ensinamentos da MMF, pois a disciplina do corpo se faz necessária para que o militar não só atinja postos superiores, mas também é pré-requisito para que ele permaneça na força. Também é estabelecida, por essa lei, uma delimitação de idade para cada posto militar, estipulando a idade mínima e máxima para cada patente, conforme o quadro abaixo:

Limites de idade⁹⁴

Patente	combatente	não combatente
gen. brig.	59 a 62	
cel.	57 a 60	59 a 62
ten. cel.	53 a 56	55 a 58
maj.	51 a 54	53 a 56
cap.	47 a 50	49 a 42
1 e 2 ten.	40 a 43	43 a 46

Em 1934, o ministro da Guerra é Góes Monteiro, ex-aluno da MMF e tido, em muitos documentos de diferentes chefes da MMF, como um dos mais brilhantes alunos passados pelas escolas militares. Em sua administração, a contribuição da MMF é

⁹³ Lei n. 24.068 de 29.03.1934. Boletim do Exército, n. 19, p. 813, de 5 abr. 1934. Brasília: Arquivo Biblioteca do Exército.

⁹⁴ id., ib.

referência em muitas leis e atividades diárias do Exército. Ele estabelece uma série de mudanças pelo decreto de 6.06.1934, com vistas à reorganização do Exército, entre elas: o regulamento do EME, a lei de reorganização geral do Ministério da Guerra, a lei sobre a reorganização geral do Exército, a lei sobre o serviço militar, a lei de regulamentação do movimento de quadros do Exército em tempos de paz, a lei sobre o estado de sítio e agressão estrangeira.⁹⁵

Essas leis são elaboradas em conjunto com o Estado Maior da MMF. A lei de reorganização de quadros prevê a criação de um regimento de carros metralhadoras, três grupos de artilharia motorizada, três grupos de artilharia anti-aérea e dois batalhões de metralhadoras.⁹⁶ Além dessas leis, são elaborados outros decretos para a reorganização dos serviços militares.

O decreto n. 23.977, 8.03.1934, em seu art. 1 estabelece que a organização do Exército, em tempos de paz e de guerra, é a segurança externa, ou seja, a realização do objetivo político da guerra. No art. 2, determina que a organização do Exército, em tempos de guerra e paz, é a segurança interna. Esse decreto estabelece as normas de funcionamento do Exército em tempos de paz e de guerra, conforme seus comandos, divisões, mobilização recrutamento, entre outros.

O decreto n. 24.572, 4.07.1934, determina as zonas interditadas à navegação aérea e define outras providências. Esse decreto estabelece não só os aeroportos aduaneiros para chegada e partida de vôos internacionais, como delimita as zonas de navegação aérea a serem impostas aos aviões estrangeiros, que, até então, trafegam livremente pelos céus brasileiros. Algumas áreas militares e industriais do Brasil ficam restritas aos sobrevôos.

O decreto n. 24.609, 6.07.1934, cria o Instituto Nacional de Estatística, encarregado de fazer o levantamento sistemático de todos os dados nacional, tais como população, importação, exportação, produção agrícola, produção industrial, entre outros. Em agosto de 1934, Andrade Neves, chefe do EME, é nomeado juiz do STM e, em seu lugar, assume o gen. Olympio Benedito da Silveira. Em 1935, Góes, então ministro da Guerra, passa a defender com veemência o fim do partidarismo na sociedade e da política no meio militar.

⁹⁵ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.03.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁹⁶ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.07.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Ele acredita que a política: “desvia oficiais para atividades fora do exército; intromissão indébita de oficiais em movimentos facciosos; manifestações de preocupações indébita de natureza partidária, estranhas à política do exército”.⁹⁷

Góes Monteiro é muito bem visto pela MMF, tanto por ser um ex-aluno com excelentes menções, quanto por pugnar, em sua carreira profissional, pelos valores defendidos pela doutrina francesa. Conforme Baudouin: “o General Góes Monteiro foi um dos primeiros alunos de nossa missão na EEM, e o General Gamelin fez apreciações elogiosas a seu respeito. (...) ele tem a confiança do exército”.⁹⁸

Nesse ano, os assuntos militares começam a se tornar cada vez mais prioritários para o governo federal. Em 23 de abril, o congresso brasileiro vota por 113 votos a 31 um aumento significativo dos soldos militares a entrar em vigor a partir de primeiro de julho, conforme tabela abaixo:

Aumento dos soldos militares⁹⁹

Patente	Soldo a partir de primeiro de julho
general de divisão	5.000 mil réis
general de brigade	4.500 mil réis
Coronel	3.500 mil réis
tenente coronel	3.000 mil réis
Major	2.600 mil réis
Capitão	2.100 mil réis
primeiro tenente	1.600 mil réis
segundo tenente	1.300 mil réis
Aspirante	1.000 mil réis
Sargento	450 a 600 mil réis
soldado engajado	200 mil réis
soldado voluntário	60 mil réis

Segundo o documento, 1.000 mil réis equivalia a 950 francos. Além do aumento nos soldos, são feitas algumas modificações no comando: o gen. Eurico Gaspar Dutra assume o comando da Primeira Brigada de Infantaria; o gen. José Antônio Coelho Neto é nomeado diretor da Aviação, e o cel. José Joaquim de Andrade, comandante do segundo regimento de infantaria.¹⁰⁰

⁹⁷ Relatório do gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1935. Rio de Janeiro: Imprensa Militar. p.22-23.

⁹⁸ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.01.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁹⁹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 4.05.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

¹⁰⁰ id., ib.

Em maio de 1935, Góes Monteiro é substituído, na pasta da Guerra, pelo gen. João Gomes Ribeiro Filho, que envia uma circular, enfatizando os seguintes pontos:

é proibido aos oficiais e homens de tropa fazer parte de organização que exijam de seus membros fidelidade a certos princípios individuais; é expressamente proibido aos militares de participar de manifestações públicas de caráter político, a infração desta prescrição constituirá ato de indisciplina e de desobediência; as autoridades competentes devem infligir imediatamente punições contra os oficiais e até prescrever exclusão por interesse público dos homens de tropa que transgredirem esta prescrição editada.¹⁰¹

As leis e regulamentos do Exército ficam cada vez mais rígidos, na intenção de manter a força coesa e preparada para o estado de conflito. A oposição parece insatisfeita com a administração de Vargas, e o clima político volta a ficar tenso, discutindo-se, inclusive, sobre a probabilidade de um novo golpe de força de Vargas para conservar o poder. A situação financeira agrava-se com a baixa no preço do café e a diminuição das exportações.¹⁰² No meio político, circulam idéias comunistas, e, com base nisso, Vargas consegue decretar Estado de Guerra, conquistando amplos poderes.

São então considerados crimes contra a ordem pública ou social os abusos de palavras, imagens ou inscrições, que suscitem hostilidades contra o governo ou forças armadas. Os jornais e a propaganda passam a ser controlados. Todo militar envolvido em crime contra ordem é afastado de seu posto, antes mesmo do julgamento, e, caso esse confirme sua participação no crime, a penalidade é a de perda de sua patente militar.¹⁰³

Após o levante comunista de 1935, a situação fica cada vez mais conturbada e o governo se utiliza desse incidente para decretar estado de sítio e privar os cidadãos de seus direitos. Somente no período entre 25 de novembro e 15 de março de 1936, a polícia efetua as seguintes operações por motivos políticos, de acordo com Noel:

3.250 inquéritos;
441 visitas domiciliares;
901 prisões de civis (dos quais 315 foram mantidos);
480 aprisionamentos de indivíduos com ruins antecedentes;

¹⁰¹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

¹⁰² Correspondência de Carpentier, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.01.1935. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

¹⁰³ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.03.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

2.146 prisões de militares (66 oficiais, 196 graduados, 1884 soldados) 2058 foram postos em liberdade (11 Oficiais, 163 graduados e 1884 soldados).¹⁰⁴

Góes Monteiro aproveita-se do levante comunista para elaborar um plano de centralização política do país. É o Estado Novo sendo arquitetado e pensado em seus menores detalhes.

1.7 Organização da defesa nacional

Entre os esforços que o Brasil faz para organizar sua defesa nacional estão as leis e regulamentos, tais como: lei de serviço militar e ensino militar, de 21.08.1933; leis sobre organização geral do Exército e sobre a organização do Ministério da Guerra, de 8.03.1934; e lei de promoções, de 29.03.1934.¹⁰⁵

Os pontos a serem analisados e desenvolvidos para se chegar a uma boa situação de defesa são os elementos constitutivos do Exército, tais como o recrutamento, mobilização, material, forças auxiliares, valor dos soldados, suboficiais e oficiais e organização geral da força. Os órgãos de ação responsáveis pela defesa nacional são: o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Ministério da Guerra, com seus órgãos consultivos e de inspeção, e a administração central.

O Conselho Superior de Defesa Nacional é criado pelo decreto de 29.11.1927 e reorganizado pelo decreto de 15.02.1934. É constituído pelo presidente da República, o ministro da Guerra, o chefe do EME, o chefe do EMA e alguns generais e almirantes escolhidos. Além dessas autoridades, comporta também uma comissão de estudos e um secretário geral.

Desse conselho, participam todos os ministros e os chefes do EME e do EMA, o que faz dele um espaço privilegiado para pensar e discutir a segurança nacional em conjunto com todos os setores especializados no assunto.

O presidente da República é o chefe supremo do Exército; auxiliado pelo ministro da Guerra, juntos resolvem questões de ordem administrativa, criam postos de comando, coordenam os diretores do Ministério e vigiam, de maneira geral, toda organização da

¹⁰⁴ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 103.

¹⁰⁵ Relatório sobre a organização da defesa nacional do Brasil e do Exército. A lei de organização nacional em caso de guerra ainda não foi elaborada, e é a base da organização do País quando em conflito. Ao promulgar esta lei, o Brasil teoricamente terá constituído sua defesa nacional. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

instituição. O Ministério da Guerra compreende o gabinete do ministro, a Secretaria de Estado de Guerra, o EME, a Administração de Pessoal, a Administração Geral do Exército, a Administração Técnica de guerra e outros órgãos com comissões especiais.¹⁰⁶

O gabinete e a secretaria fixam os regulamentos particulares. O EME encarrega-se da instrução do Exército, da defesa do território e da preparação das operações. Ele é o principal responsável pela preparação técnica para a guerra, ocupando destacada importância na organização da defesa. O EME compreende o gabinete do general chefe do EME e quatro seções distintas: a primeira encarregada dos efetivos e mobilização; a segunda, de informações; a terceira, das operações e instruções; e a última, do transporte e funcionamento dos serviços.¹⁰⁷

A Administração Geral do Exército cuida das necessidades materiais; supervisiona a execução dos serviços e gere o patrimônio do Ministério da Guerra. A Administração Técnica estuda os problemas de ordem técnica relativos à fabricação, estoque e renovação de material; prepara a mobilização industrial do país e inspeciona o material de guerra.

Os órgãos consultivos e de inspeção são compostos pelo Conselho Superior de Guerra, pelos generais inspetores dos grupos regionais, um general inspetor da defesa de costa e um general inspetor de fronteira. Os inspetores supervisionam a instrução da tropa, sugerem medidas úteis para instrução e vigiam a defesa territorial. O Conselho Superior de Guerra trata das questões relativas às operações militares e sua preparação.¹⁰⁸

Góes Monteiro, ciente das sugestões feitas pelos franceses quanto à elaboração de um plano de ação da defesa nacional, lamenta que a reorganização do Exército ainda não possa ter a amplitude almejada pelo chefe da MMF. Primeiramente, é necessária a aprovação do legislativo em curto tempo, e, depois, segundo sua análise: “tudo me faz supor que um projeto deste gênero será combatido e não será possível sua aprovação na próxima sessão legislativa”.¹⁰⁹

Dessa maneira, o chefe de EME sugere adaptações fragmentadas, e somente mais tarde, quando a situação política permitir, a execução de todas as medidas necessárias à

¹⁰⁶ Relatório sobre a organização da defesa nacional do Brasil. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

¹⁰⁷ id., ib., p. 5.

¹⁰⁸ id., ib., p. 9.

¹⁰⁹ Correspondência de Góes Monteiro, chefe de Estado Maior, para o general chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 17.08.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

reforma. Constitui, para esse fim, uma comissão central, composta por generais e outros oficiais que exercem postos de comando, para auxiliar nas modificações.

O gen. Noel propõe então ao ministro da Guerra que: o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho Superior de Guerra sejam chamados às suas funções, pois nunca funcionaram; a Comissão de organização do exército seja instituída com a finalidade de organização das novas reformas; sejam organizados exercícios importantes para a instrução; o EME trabalhe em conjunto com os estados maiores de cada região; e seja estabelecido um plano de defesa do Rio Grande do Sul.¹¹⁰

O Brasil conscientiza-se nesse momento da importância de trabalhar com as questões de fronteira, de identificar as pretensas nações beligerantes e de organizar metodicamente um plano de guerra, com base na estrutura e na disposição do Exército. O plano de guerra deve ser trabalhado em todos os exercícios da força, montando uma real e efetiva organização, treinada e apta para o conflito. A identificação do inimigo torna possível a estruturação de operações de ataque e/ ou defesa e a execução cotidiana de treinamento do pessoal.

Na década de 30, o Exército pára de funcionar apenas como uma instituição burocrática e começa a ganhar o perfil de uma instituição militar, preparando seu efetivo para o estado de guerra. O Conselho Superior de Guerra passa a desempenhar suas funções, e os militares estão conscientes de sua condição de combatentes. O levante comunista e as questões de fronteira surgidos no período provam ao Exército a necessidade urgente de organização de sua defesa.

1.8 Questões de fronteiras latino-americanas

1.8.1 Guerra do Chaco

No período entre 1932 e 1935, ocorre a Guerra do Chaco, envolvendo Bolívia e Peru, na disputa pela região do Chaco Boreal. Essa guerra deixa o Exército Brasileiro em alerta, temeroso de que o conflito se generalize e envolva o Brasil. O Brasil favorece a

¹¹⁰ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para João Gomes Ribeiro Filho, ministro da Guerra do Brasil. Rio de Janeiro, 21.09.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Bolívia, enquanto a Argentina apóia o Paraguai, na tentativa de garantir os investimentos feitos no Chaco.¹¹¹

1.8.2 Questão Letícia

O conflito Peru-Colômbia e Bolívia-Paraguai causa repercussões no meio militar brasileiro. As tropas regulares peruanas, transportadas pela margem sul do Rio Amazonas à Letícia (margem norte do mesmo rio), utilizam, em curto percurso, águas brasileiras.

A Colômbia protesta energicamente, exigindo do Brasil neutralidade; caso contrário, seria obrigada a ocupar alguns pontos estratégicos para evitar a ocupação ou trânsito de peruanos. O governo brasileiro envia o encouraçado Floriano ao local do conflito, Tabatinga, e determina a criação de um destacamento de observação e proteção na região, para fazer respeitar a neutralidade do Brasil. O governo brasileiro estava em alerta, pois, segundo Huntziger: “As informações obtidas pelo estado maior brasileiro, parece crer em efeito que os dois adversários, se preparam muito ativamente em via de uma luta importante e próxima (convocação e instrução de reservistas e numerosa compra de armamentos e aviões)”.¹¹²

O conflito Bolívia Paraguai começa a se agravar. O Brasil simpatiza com a Bolívia; o Paraguai continua sendo o velho adversário de 1867. Assim, envia para a região, segundo Corbé: “tudo que tem de melhor e em estado de navegação e de combater”.¹¹³ Os aviões navais brasileiros ficam em alerta. Essa situação beligerante faz o Brasil importar mais armamentos. Surgem, na ocasião, novos planos de reorganização no meio militar, além daqueles idealizados por Góes. Esse é o caso do projeto do gen. Lima.

¹¹¹ Para saber mais sobre a Guerra do Chaco ver: SILVEIRA, Helder Gordim. Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

¹¹² Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.12.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

¹¹³ Correspondência do ten. cel. Corbé, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.02.1933. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

1.9 Projeto de reorganização do Exército do gen. Waldomiro Castilho Lima

Em 1936, o gen. div. Waldomiro Castilho de Lima (1873-1938), comandante da Primeira Região Militar, com sede no Rio de Janeiro, apresenta ao Conselho Superior de Guerra (CSG) um relatório sobre o Brasil como potência militar sul-americana.

Para Lima, o Brasil perde sua supremacia militar sul-americana após a Guerra do Paraguai, ocasião em que a Argentina passa a ocupar esse lugar, com quadros militares competentes, material de guerra moderno, indústria invejável, mobilização e concentração desenvolvidas, excelente aviação militar, artilharia de campanha, infantaria e marinha. E, embora o Brasil possua boas relações diplomáticas com a Argentina, ela é a sua principal hipótese de guerra. Segundo Lima:

Sua fronteira conosco é vulnerável e sua forma especial (território das Missões) constitui uma espécie de espada apontada sobre nosso território, ameaçando com um simples impulso ofensivo, mesmo de pequena envergadura, a “espinha dorsal” das nossas comunicações com o sul, isto é, a grande estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.¹¹⁴

Lima considera que, em caso de guerra, aconteceria uma união hispano sul-americana entre Argentina, Paraguai e Uruguai, devido às estreitas relações comerciais mantidas entre esses países. E, em caso de conflito, o Uruguai ambicionaria a região meridional riograndense e o Paraguai: “pelo seu passado histórico mantém a pretensão secular aos ricos territórios de Mato Grosso”.¹¹⁵ Já a Bolívia aspira à fronteira com o Acre, onde o Brasil possui uma guarnição militar, mesmo antes da Guerra do Chaco.

Em termos de divergências políticas, Lima pensa que o Brasil pode ter problemas futuros com a Argentina, devido ao desejo de predomínio político e econômico desse país. As possibilidades de invasão estrangeira no território das Missões e Corrientes são grandes; trata-se de uma região aberta à invasão militar, pois o rio Uruguai é navegável nesse ponto, não se constituindo em obstáculo ao inimigo, e o relevo gaúcho, em forma de coxilhas, permite o livre acesso.

¹¹⁴ Relatório do gen. div. Waldomiro Castilho de Lima sobre o Brasil como potência militar sul americana. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 047-97.

¹¹⁵ id., ib.

A fronteira gaúcha com o Uruguai e a fronteira do Mato Grosso com o Paraguai também são abertas, em condições semelhantes às descritas, e um ataque pela região fronteira de Santa Catarina e Paraná, embora secundário, levaria a um corte de comunicação com Rio Grande do Sul. Por outro lado, o litoral brasileiro é vastíssimo, sendo difícil o guarnecimento de costa; o inimigo poderia chegar por muitos pontos de desembarque. Frente a esse contexto, conclui Lima: “em São Francisco (SC), poderiam os argentinos instalar uma base naval, donde poderiam cooperar com a invasão provável pela foz do Iguassu a fim de atuar contra a estação férrea São Paulo-Rio Grande”.¹¹⁶

Lima estuda a situação de toda região fronteira brasileira e considera como mais latente as fronteiras concementes ao sul, devido ao fato de ser a Argentina a principal hipótese de guerra brasileira. Assim, considerando a real ocorrência da invasão, Lima examina a situação do Exército e se pergunta: *Por que essa inferioridade relativa?*¹¹⁷ Entre as respostas por ele encontradas, está a necessidade de o país estabelecer-se como nação armada, preparando-se para a guerra moderna, a guerra total, que mobiliza todo o país, todos os recursos e todo o material. E acrescenta Lima: “O Brasil, como Nação Armada, ainda não adotou uma política de aproveitamento integral das forças vivas da Nação e o estado de eficiência material de suas forças armadas é inferior ao do nosso inimigo provável”.¹¹⁸

O plano de guerra é uma obra política; há pouco haviam sido criados os órgãos centralizadores de decisões de guerra, tais como o Conselho Superior de Guerra. A cobertura de fronteiras deve ser rigorosamente melhorada; a concentração de forças no sul deve ser reforçada, e o material bélico, embora numericamente elevado, ainda é insuficiente: “Não temos canhões de campanha em número e qualidade necessárias. Basta citar que os argentinos tem canhões ótimos que atingem 14Kms, ao passo, que os nossos melhores (em pequeno número) alcançam 7 a 11 Kms”.¹¹⁹

Lima compara todo tipo de armamento brasileiro com o argentino e demonstra a inferioridade brasileira, frente ao material bélico do vizinho. As indústrias brasileiras ainda são incipientes; a imensidão do território dificulta o transporte, a comunicação e a

¹¹⁶ Relatório do gen. div. Waldomiro Castilho de Lima, op. cit. nota 114.

¹¹⁷ id., ib.

¹¹⁸ id., ib.

¹¹⁹ id., ib.

mobilidade; e a aviação militar sofre enormemente com a falta de recursos materiais. O próprio comando não tem condições de enfrentar uma guerra. Como afirma Lima: “O alto comando e seus estados maiores não estão em condições de passar rapidamente, sem embaraços nem vacilações, das funções de paz para as de guerra”.¹²⁰

A obrigatoriedade do serviço militar melhora o efetivo, mas as reservas de pessoal instruído ainda são poucas. Lima considera excessivo o número de militares nas forças estaduais, que conta com homens bem instruídos e bem equipados, em melhores condições que o Exército. Diz ele: “Não se justifica absolutamente a existência de elevado número de provisórios, dependentes do governo riograndense”.¹²¹ Os interesses regionais estão acima dos nacionais e isso, na visão de Lima, constitui-se em um dos maiores entraves ao desenvolvimento do Exército.

Para reverter essa situação, Lima faz diversas sugestões de como organizar o regulamento do Conselho Superior de Guerra. Acredita que o alto comando deve deixar de tratar de questões administrativas e burocráticas e preocupar-se apenas com os assuntos referentes à guerra, à preparação e execução de planos de operações, à criação de uma Inspeção Geral do Exército para o preparo para a guerra, deixando a administração do Exército a cargo apenas do Ministério da Guerra; o EME funcionaria como órgão legislativo do Exército.

Essas inspetorias deveriam se subdividir em inspetorias regionais, para prepararem cada região para a guerra. Conclusas suas observações no que tange à administração militar, Lima sugere a adoção de armamentos uniformes, a compra de metralhadoras anti-aéreas, e de canhões metralhadoras, a substituição do fuzil pelo mosquetão, a adoção de artilharia leve, entre outros.

Para Lima, é urgente a criação de grupos de artilharia anti-aérea e órgãos de defesa nas principais cidades do país, como no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. As grandes e pequenas unidades precisam de remodelação, pois, segundo Lima: “a vastidão do território nacional impõe operações em largas frentes”.¹²² Essas operações demandam comandos capazes, conhecedores da doutrina e do método de raciocínio. Citando Foch,

¹²⁰ Relatório do gen. div. Waldomiro Castilho de Lima, op. cit. nota 114.

¹²¹ id., ib.

¹²² id., ib.

Lima conclui: “a realidade de campo de batalha é que, lá, não se estuda, simplesmente fazemos o que sabemos”.¹²³

Lima apresenta, nesse documento, uma importante sugestão para o período: a desvinculação da Aviação dos quadros do Exército e da Marinha:

A constituição de uma força aérea, independente do Exército e da Marinha, diretamente subordinada ao alto Comando, coordenador da preparação das operações militares e diretor geral da guerra em terra, no mar e no ar, correspondente ao princípio fundamental aceito universalmente para que as forças aéreas, agindo sob um controle único, possam obter o Maximo rendimento com o mínimo de meios.¹²⁴

Para justificar sua idéia, argumenta que a França, em 1920, já possui um sub-secretariado para os assuntos da Aviação e que a Inglaterra, desde 1920, conta com o ministro do Ar, encarregado da política aérea. Lima sugere também que o território brasileiro seja dividido em circunscrições aéreas, devido ao seu tamanho, o que favoreceria a instrução das grandes unidades e a própria organização dos serviços.

Lima ressalta a relevância das inspeções em tempos de paz, com vistas à verificação da instrução e mobilização, da real capacidade de comando dos oficiais, do movimento de quadros, do valor tático da organização militar, da eficiência das unidades para a guerra, da situação do pessoal, do material e dos animais, do funcionamento do serviço de EME, e dos meios de comunicação. As inspeções, ao menos anuais, em cada região militar, são imprescindíveis, e os inspetores, além de apontarem os problemas, teriam que sugerir providências.

Examinando esse extenso relatório, apresentado pelo gen. Waldomiro de Lima, pode-se perceber claramente a influência de pontos da doutrina francesa, tais como a valorização da instrução, da história militar, dos exercícios práticos e da preparação das forças para a guerra moderna. A falta de material continua a ser um dos principais problemas da instituição, que acaba por prejudicar os exercícios e a instrução. As brigadas estaduais, por outro lado, ainda são um dos principais obstáculos ao aumento de efetivo e à expansão das idéias nacionalistas contrárias ao federalismo.

No início de 1937, o Exército fica ainda mais duro quanto à supervisão dos serviços e dos integrantes da força. A seleção para o engajamento de jovens fica cada vez mais

¹²³ id., ib.

¹²⁴ Relatório do gen. div. Waldomiro Castilho de Lima, op. cit. nota 114.

severa, embora um dos problemas da instituição seja a falta de efetivos. Góes faz abrir inquéritos sobre a vida e os pais dos candidatos ao alistamento, para evitar a introdução de elementos, ligados ao comunismo ou a qualquer outra facção, que possam prejudicar a coesão da força e a unidade de doutrina.

Essas exigências são acompanhadas de um maior investimento do governo na parte material do Exército. O governo decide motorizar e mecanizar o Exército com auto metralhadoras e carros de combate, bem como com cerca de 70 ogivas para a Primeira Região, Rio de Janeiro. De acordo com Nalot, chefe provisório da missão, o governo objetiva com esse equipamento: “O fim imediato, a causa principal desta criação, é a preocupação de colocar à disposição do governo um meio potente, na ocasião das perturbações que podem suscitar a eleição do novo presidente da república em 1938”.¹²⁵

Em junho de 37, Góes Monteiro leva ao conhecimento de Vargas a existência de um complô contra o governo, encabeçado pelos generais Waldomiro Castilho de Lima, Pantaleão da Silva Cardoso, Pantaleão Telles Ferreira e Basílio Taborba. O gen. Waldomiro, por sua vez, apresenta ao ministro da Guerra uma queixa contra Góes, que, sem a autorização do ministro, é divulgada na imprensa, e o general acaba detido em local militar.

Esse episódio leva o gen. Waldomiro a pedir demissão do seu cargo de comandante da Primeira Região Militar. Noel lamenta muito o fato, pois todos generais envolvidos nesse evento são membros da legião de honra e favoráveis à MMF.¹²⁶

1.10 Levante comunista

Em 23 de novembro de 1935, começa um levante militar comunista no nordeste do país que segue, *a posteriori*, para o Rio de Janeiro. Alguns quartéis de Recife se amotinam, solidários ao movimento que tem origem no 29. Batalhão. Em Natal, o 21. Batalhão

¹²⁵ Relatório do ten. cel. Nalot, chefe provisório da Missão Militar Francesa para o ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 22.02.1937. p. 2. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

¹²⁶ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.06.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

aprisiona seus oficiais e instala um governo de sub-oficiais e de líderes sindicais. O movimento prossegue por outras regiões do interior.¹²⁷

Trata-se de uma rebelião de extrema esquerda que tem por meta a derrubada do estado constituído. O governo toma medidas drásticas para conter a expansão rebelde. Como afirma Noel:

prisão preventiva dos militantes comunistas e de oficiais, tanto do Exército como da Marinha, conhecidos por suas idéias extremistas; estabelecimento da censura na imprensa e sobre os telegramas destinados ao estrangeiro; obrigação para os vigentes de manter um salvo conduto; envio ao nordeste de duas esquadrilhas de aviação e de dois navios de guerra; vigilância nos edifícios públicos e alerta permanente das tropas em todos os quartéis.¹²⁸

É, nessas condições, que ocorre o levante de parte do pessoal da Escola de Aviação e do 3. Regimento, localizado no pé do Pão de Açúcar. A polícia militar e as tropas federais entram em ação com uma bateria de artilharia. Após o confronto, os rebeldes do 3. Regimento capitulam. Na noite de 26 para 27 de novembro, alguns aviadores se rebelam contra o governo, matam o cap. Armando de Souza Mello e os tenentes Benedicto Lopez Bragança e Danillo Saladini, que tentam resistir ao levante. O comandante do 1. Regimento de Aviação é o cel. Eduardo Gomes, que, avisado por alguns sentinelas, parte em ataque ao grupo, sendo ferido na mão. A artilharia é acionada, há bombardeamento do terreno. Os manifestantes não conseguem fugir e se rendem.¹²⁹

Entre os militares aviadores participantes do levante na Escola de Aviação, estão: cap. Sócrates Gonçalves da Silva (foragido), cap. Agilberto Vieira de Azevedo (prisioneiro), ten. Yvan Ramos Ribeiro (prisioneiro), ten. Benedicto Carvalho (prisioneiro), ten. França (prisioneiro), ten. Dinarco (prisioneiro) e os aspirantes Walter (prisioneiro) e Fallet (foragido).¹³⁰

Essas revoltas são fruto da ação da Aliança Nacional Libertadora, partido comunista liderado por Luiz Carlos Prestes, que possui comunicação com a III Internacional. O governo combate energicamente os rebeldes, e a rendição dos destacamentos insubordinados é rápida. A calma é restabelecida em todos estados brasileiros. Mas, esse

¹²⁷ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.11.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

¹²⁸ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 127.

¹²⁹ id., ib.

¹³⁰ id., ib.

levante acaba por gerar um projeto de modificações na lei de Segurança Nacional, cujo teor, segundo Noel, consiste na: “retirada do emprego de militares e funcionários filiados a uma organização comunista; Medidas severas para impedir toda excitação, em particular da imprensa, contra o poder público e o Exército”.¹³¹

O levante comunista não se constitui, com efeito, em uma ameaça à ordem interna do Brasil, mas comprova a existência de indivíduos com tendências extremistas em seu meio. Ao contrário das revoltas de 30 e 32, esse movimento não divide os militares e não coloca a MMF em situação delicada, pois os trabalhos e instruções prosseguem tanto com o EME, quanto com as Escolas de Armas e Estado Maior. O gen. Noel chega à conclusão de que: “Após muita reflexão, é possível supor que a perfeita coesão, que fez prova o exército para extinguir os recentes insurretos, é atribuída em parte a certos chefes de influência feliz das missões que se sucederam no Brasil”.¹³²

Mas o levante comunista é o argumento que falta para impulsionar o alto comando do Exército a exigir uma maior centralização por parte do governo e intensificar os investimentos no setor militar. Segundo o gen. Góes Monteiro: “a hora é de supremas decisões e se o instante fugitivo escapar de nossas mãos, acredito que não tardará que tudo se venha a perder”.¹³³ Na visão de Góes, o problema é institucional, exigindo a destruição dos fatores que conduzem ao flagelo do Exército. O general acrescenta: “nada mais perigoso do que a ignorância em atividade e nós estamos retardados a quase meio século, apesar das exterioridades tendenciosas para demonstrar o contrário. Não há coesão moral entre os chefes, números primos entre si”.¹³⁴

E Góes ressalta a necessidade de reformulação da constituição para o restabelecimento da ordem. As forças armadas sofrem com a infiltração de tantas tendências políticas e ideológicas em seu meio; sua coesão fica prejudicada, levando seus membros a executarem levantes. Como as forças armadas podem garantir os poderes públicos, com tantas cisões em seu âmago?

¹³¹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.12.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

¹³² *id.*, *ib.*

¹³³ Voto do gen. Góes Monteiro na reunião dos generais, 3.12.1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 050-97 (grifos do autor).

¹³⁴ *id.*, *ib.*

Ora, para Góes, o Exército é a instituição que tem por objetivo garantir os poderes públicos, responsáveis pela manutenção da ordem e equilíbrio social do País. Daí por que sugere como solução para o problema: *golpe de estado, consistente em declarar abolida a constituição atual até que outra seja promulgada.*¹³⁵ Embora reconheça ser uma solução perigosa, devido à efervescência do momento, considera ser essa a única solução capaz de varrer os males da sociedade e do Exército. Embora o levante comunista não tenha representado uma ameaça tão significativa para os poderes constituídos e para o Exército, Góes aproveita-se da situação para tentar instalar no país um regime ditatorial. Apesar de possuir deficiências e muitos problemas a serem resolvidos, o Exército não está tão mal quanto registra Góes, tampouco o movimento comunista constituiu-se em ameaça à integridade da instituição ou à sua coesão interna.

É verdade que, em meio à doutrina instalada nas fileiras militares, pugnando pela união da classe militar, pela não introdução de disputas ideológicas e políticas nas casernas e, enfim, pela formação profissional do militar, a penetração dessas idéias e dos indivíduos comunistas entre os membros de corporação constituía-se em um acontecimento grave; mas, guardadas as devidas proporções, trata-se de um incidente de pequena grandeza, o que, em princípio, não justificaria todo alarde feito por Góes, que não tinha outra razão a não ser sua declarada vontade de impor um estado autoritário e ditatorial.

¹³⁵ Voto do gen. Góes Monteiro, op. cit. nota 133.

2 Exército e Estado Novo

O período de 1930 a 1937 é bastante conturbado, havendo contado com greves operárias, a revolução de 1932, o levante de 1935, bem como com inúmeras manifestações populares e debates ideológicos. O Estado Novo, instalado em 1937, freia o liberalismo político, com a adoção de um modelo autoritário, nacionalista e centralizador, que utiliza a propaganda cultural com fins políticos.

De acordo com Azevedo Amaral, no Estado Novo, não há poder civil, porque o regime envolve o conceito de militarização do Estado e não há poder militar, porque o Exército está integrado à nação. Afirmar então: “urge formar a mentalidade capaz de pensar militarmente (...) enraizar na consciência das novas gerações a convicção de que o Brasil só poderá sobreviver como nação independente, se os brasileiros estiverem preparados (...) para enfrentar a guerra, quando ela se tornar inevitável.”¹

A política cultural movida por Vargas defende o regime estadonovista. Como enfatiza Carvalho: “a falta de participação política foi compensada por intensa atividade na área cultural. A cultura passou a substituir a representação política no papel de ligar a política ao povo”.²

A propaganda da imprensa legitima o governo, influenciando a opinião pública, pois divulga a ideologia do governo e censura o que é contrário a ela. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), é responsável pela publicação da revista *Cultura Política*, de cunho nacionalista e conservador. A cultura política é um dos caminhos que o regime encontra para submeter a sociedade ao político.

O regionalismo deixa de existir; Vargas acaba com seu último sopro, quando Flores da Cunha se exila no Uruguai. Flores da Cunha, desde 1934, luta para manter a

¹ AMARAL, Azevedo. Estado Novo. Nação Armada, Rio de Janeiro, p.30, 4 mar. 1940.

² CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 258.

independência do estado gaúcho, negando prestação de contas ao governo federal.³ Ele é o último e maior entrave à consolidação do Estado Novo. Segundo Góes Monteiro:

Com a leviandade típica do caudilho, que arrisca tudo nos azares de um último golpe, embora determine a sua realização uma catástrofe de consequências imprevisíveis, procurava o ex-governador levar os efeitos de suas maquinações aos estados vizinhos, animando, assim, as mais temíveis tentativas de caráter comunista, que não perdem o ensejo fornecido pelas discórdias e incompatibilidades regionais, para dissociar as forças armadas fomentando discórdias, rivalidades, desconfianças e divisões entre seus elementos constituídos.⁴

O alinhamento político do Brasil com aos Estados Unidos ocorre aos poucos, em virtude dos interesses em comum, no campo político, econômico e militar. A França, antes um dos principais países a manter estreitas relações com o Brasil, perde seu espaço, pois deixa de figurar entre os grandes países no cenário internacional. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Rolland: “Paris, não participa, no entanto, das decisões dos três grandes sobre a condução das operações militares e sobre o futuro dos países vencidos”.⁵

O ano de 1937 começa com a efervescente questão da sucessão presidencial, a ocorrer em 1938: Vargas está impedido constitucionalmente de ser reeleito. Os dois prováveis candidatos são Armando Salles de Oliveira, governador do Estado de São Paulo, e Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores.⁶ Entre os militares, Góes Monteiro substituiu o gen. Paes de Andrade na chefia do EME, cargo esse que deveria ser ocupado pelo gen. Waldomiro Lima, mas cuja destinação sofre modificações, devido aos desacertos entre ele e Góes.⁷

Devido à ameaça da expansão comunista, o governo Vargas toma uma série de medidas, tal como uma nova proclamação de estado de guerra em 23 de outubro de 1937.

³ Para saber mais sobre a resistência movida por Flores da Cunha contra a política de Getúlio Vargas, ver: BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

⁴ Relatório do EME, 1937. p. 202. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

⁵ ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina - cultura, política e identidade*. Brasília: UnB, 2005. p. 402.

⁶ Correspondência do cel. Menerat, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 8.01.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3393.

⁷ Correspondência do gen. Noel para ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 2.07.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3393.

Em 11 de novembro, Vargas dissolve o senado, a câmara de deputados, as assembleias legislativas estaduais e os conselhos municipais e outorga uma nova constituição.⁸

É a imposição do Estado Novo, cujas características são: a representação de classe, o incentivo à indústria de base e às estradas de ferro, o cuidado com a segurança interna, segurança nacional e fortalecimento das forças armadas. A centralização política, iniciada com o Estado Novo, leva as forças armadas a intervirem na política, e a cúpula militar apóia Getúlio. Góes varre a política do meio militar, proíbe os militares de votarem e de concorrerem a cargos públicos, mas, em contrapartida, eleva a participação política da instituição na esfera governamental.

A imprensa francesa noticia o Estado Novo como um golpe que se propaga na mais absoluta calma. O jornal *L'Oeuvre* faz o seguinte comentário: “a nova constituição é corporativa. O exército federal e os “camisas verdes” estão a serviço do Presidente Vargas”.⁹

O Estado Novo é considerado pela alta cúpula militar como um meio encontrado para se realizarem no Exército as mudanças necessárias, tais como o afastamento da política de dentro das casernas e a extinção do regionalismo e caudilhismo, que não incorporam em seu seio os valores patrióticos e não têm o Brasil como primeira preocupação. O Exército, segundo a doutrina francesa, tem o papel do grande mudo. A esse respeito, afirma Góes sobre o exército francês: “o patriotismo silencioso do Exército sabe falar, e mais do que falar, agir no momento de se jogarem as cartas definitivas da pátria”.¹⁰

O Exército, sob influência da doutrina militar francesa, busca eliminar de seu meio o germe da discórdia e da insubordinação que quase põe fim à instituição. Como ressalta Góes:

As forças armadas chegaram quase ao último grau de desmantelamento tanto moral como material. E desde que elas não possam repor-se do estado lamentável a que foram atiradas por obra da incompreensão dos homens e da política que

⁸ Correspondência do ten. cel. Nalot, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.11.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁹ Jornal *L'Oeuvre*, Paris, 12.11.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 114, 172-2. Este jornal foi fundado por Gustave Téry em Paris em 13.05.1904. [http://fr.wikipedia.org/wiki/L'Oeuvre_\(journal\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/L'Oeuvre_(journal)).

¹⁰ Correspondência de Góes Monteiro para gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro: 13.09.1938. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

adquiriu os destinos do país, e desde que essa política não mude e continue a envolvê-la, em detrimento delas, caminharão fatalmente para a ruína completa.¹¹

A mudança política defendida por Góes é o Estado Novo, uma ditadura capaz de impedir levantes de toda e qualquer espécie, na qual o alto comando militar passa a deter maior controle sobre os oficiais e a tropa em geral, impedindo, dessa forma, rebeliões internas e separando definitivamente a política dos quartéis. O nacional está acima de qualquer questão, devendo os militares sacrificarem-se para evitar qualquer desrespeito contra a pátria e esquivar-se de participar de lutas facciosas, que, segundo Góes: “só conduzem à desmoralização e à indisciplina das classes armadas”.¹²

O armamentismo estadualista trabalha, na visão de Góes, para o enfraquecimento do Exército, da pátria e do nacionalismo. Os representantes estaduais fazem acreditar que o Exército não tem serventia e que as forças estaduais são as únicas capazes de oferecer segurança. Contra essas idéias regionalistas, argumenta Góes:

O exército é constituído para manter as instituições do estado, garantir a existência da nação, submisso ao governo, às leis, autoridades legitimamente constituídas, não violentar qualquer poder público ou à sociedade em geral. Mas, ele em qualquer circunstância terá de ser respeitado, pois à desmoralização será preferível dissolvê-lo.¹³

O governo federal lança um movimento centralizador contra o caudilhismo, o coronelismo e o separatismo. O Estado Novo é a solução encontrada para resolver o problema brasileiro da supremacia da mentalidade regionalista, pois as medidas referentes à proibição de os estados de se equiparem e de importarem do exterior armamentos de guerra não é até então obedecida. O comércio de armamentos de guerra no mundo é muito forte, e os estados acabam por comprar armas pesadas clandestinamente. Sobre essa questão, manifesta-se cel. Leitão de Carvalho: “O problema da reorganização militar do país não comporta solução intermediária: só deve haver um exército, o Exército Nacional. As policias militarizadas precisam desaparecer como forças armadas constituídas pelos estados e a serviço exclusivo deles”.¹⁴

¹¹ Correspondência de gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra, para o gen. Franco Ferreira, comandante da 3.ª RM, Rio de Janeiro, 7.02.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

¹² id., ib.

¹³ id., ib.

¹⁴ Correspondência do cel. Leitão de Carvalho para Góes Monteiro, ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 15.02.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

O Estado Novo é o regime que propicia essa mudança; em sua constituição, extingue as brigadas estaduais e elege o Exército e a Marinha como as únicas forças a serviço da nação. Como elucida Leitão de Carvalho: “O Exército moderno repousa em bases políticas firmes, para ser o instrumento de força da nação e dispor de órgãos técnicos capazes de enquadrá-la, na eventualidade da mobilização”.¹⁵

Nessa concepção de política forte, exército forte, o militar passa a ser visto como tal dentro e fora dos quartéis: a opinião pública deve ser-lhe favorável, admirá-lo, pois é daí que advém o seu prestígio. Somente assim se pode obter um maior número de jovens para recrutamento. Segundo cálculos dos norte-americanos, a relação entre efetivo e a população deve ser, em média: “4,3 soldados por mil habitantes. (...) com referência ao Brasil, baseando-se nos dados oficiais (...) é de 1,2 soldados por mil habitantes (...). Levando-se em conta o efetivo das policias militarizadas, o número de soldados por mil habitantes é apenas 2,0”.¹⁶

Apesar do empenho de alguns membros da alta cúpula militar em deflagrar o fim das liberdades constitucionais, um grupo de militares posiciona-se contrário a essa medida. A Comissão Militar Pró Frente Popular publica um manifesto em defesa da democracia, afirmando que o dever das forças armadas é a defesa da constituição e, não, a sua violação. Para esse pequeno grupo, Vargas deseja ser um ditador, mesmo sem contar com o apoio político, como o fizera em 1930. Denunciam querer Getúlio: “com o apoio dos “camisas verdes” de Plínio Salgado, a que tanto exalta, preparando-se para de novo, com o manto de chumbo do Estado de Guerra, esmagar as liberdades públicas”.¹⁷

Essa comissão militar acredita que a responsabilidade pela situação que conduz alguns militares e políticos de direita a pretender um golpe de estado cabe aos integralistas e fascistas, dirigidos por agentes do III Reich. Segundo ela: “é preciso não esquecer o depoimento insuspeito do deputado Camillo Mercio, denunciando da tribuna da Câmara, a remessa clandestina de 27.000 fuzis que Hitler fez ao Brasil”.¹⁸

O decreto n. 2.429, 4.03.1938, aprova o regulamento disciplinar do Exército. Seu art. 1 estabelece que: “a hierarquia é a base da instituição, e é tão nobre obedecer quanto

¹⁵ Correspondência do cel. Leitão de Carvalho, op. cit. nota 14.

¹⁶ id., ib.

¹⁷ Manifesto da Comissão Militar Pró Frente Democrática, Rio de Janeiro, ago.1937. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 053-97.

¹⁸ id., ib. Camilo Mercio (1891-1950) foi senador da República nesse período.

comandar. A disciplina da tropa é o reflexo da ação de seu chefe”.¹⁹ Para se atingir a disciplina, é preciso corrigir as atitudes, cumprir as ordens, observar os regulamentos, servir bem ao exército e à nação e colaborar espontaneamente na disciplina coletiva.

Já o art. 4 reza que: “as ordens devem ser cumpridas sem hesitação, por isso que a autoridade de quem elas emanam assume a inteira responsabilidade de sua execução e de suas conseqüências”.²⁰

Considerando transgressão militar toda violação do dever militar, o art. 13 define como crime: faltar com a verdade, utilizar-se de anonimato para prejudicar outrem, concorrer para discórdia e desarmonia entre camaradas, freqüentar ou fazer parte de sindicatos ou associações, não punir um transgressor da disciplina, não levar alguma falta ao conhecimento das autoridades competentes, não cumprir com suas obrigações, deixar de dar qualquer tipo de informação, apresentar documentos sem fundamentos, retardar qualquer ordem, não cumprir ordem recebida, simular doença, chegar atrasado, abandonar serviço, contrair dívidas, tomar parte em jogos proibidos, conversar ou entender-se com preso incomunicável, casar-se sem comunicar ao comandante, desrespeitar superior, dar conhecimento das ocorrências no serviço militar, embriagar-se, fazer propaganda política ou eleitoral, publicar documentos que levem ao desprestígio militar, comparecer fardado à manifestações políticas, entre outras.²¹

A penalidade para militares que infringissem essas normas poderia ser de até 30 dias de detenção. O ponto de partida é a repreensão verbal; na seqüência, a repreensão escrita publicada em boletim, e, em último caso, a detenção ou até mesmo a exclusão da força.

O Estado Novo traz mudanças de cunho político e social para o Brasil e o Exército, que sofrem transformações com sua implantação. Segundo Dutra: “a transformação que o Estado Novo imprimiu as forças de terra não se manifesta apenas em seu equipamento, em seu aparelho, porque atingiu o seu próprio espírito”.²² Dutra acredita que as rivalidades regionais e a desorganização administrativa vivida pelo Brasil contribuem para dividir o Exército, mas que, com a instituição do novo regime, a força de terra assume uma postura profissional e unificada.

¹⁹ Decreto n. 2.429, 4.03.1938. Brasília: Arquivo Biblioteca do Exército.

²⁰ id., ib.

²¹ id., ib.

²² DUTRA, Eurico Gaspar. Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941. p.203.

As forças armadas recebem muitos incentivos do governo, tais como a reforma de quadros, a ampliação do efetivo, a instalação de indústrias bélicas e de bases navais, o equipamento da frota da marinha e a fundação de escolas técnicas. A política partidária é extinta dos quartéis, pois, no pensamento de seus representantes, ela mina as casernas, e o Exército deixa de cumprir a sua missão.

Em 1930, Vargas usa os militares para contrabalançar a influência das oligarquias regionais. Segundo Carvalho: “o auge do entendimento, a lua de mel se deu durante o Estado Novo (1937-1945), quando houve quase total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar”.²³ A centralização, decorrente do Estado Novo, é ideologicamente complementada pela doutrina militar do Exército, o que permite uma lua de mel entre ambos.

O modelo implantado por Góes no Exército é denominado de “intervencionismo tutelar” por Carvalho, que pontua os elementos que o constituem: “primeiro, uma visão do Estado como fato preponderante na vida política; segundo, a necessidade de formulação e implementação, pelo Estado, de uma política nacional; terceiro, a necessidade de elites bem treinadas e capazes para dirigir o estado”.²⁴

Como o exército é um forte aliado, Vargas investe nessa aliança, pois um governo forte é um governo soberano. O Superior Tribunal Militar aumenta o número de condenações com vistas a retirar os elementos rebeldes do efetivo. Vargas aproxima a elite do país das fileiras militares, através dos cursos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). Conforme Carvalho:

O velho exército em que os soldados provinham do proletariado urbano e rural (...) foi transformado em uma nova organização, em que o contingente, agora recrutado em todas as classes, ou quase todas, era renovado anualmente, devolvendo-se à sociedade indivíduos não só treinados militarmente como imbuídos de valores militares, tradicionalmente alheios à cultura brasileira, tanto popular como de elite. Indivíduos disciplinados no corpo e na mente.²⁵

O Exército, em 1937, une-se ao estado, o que, na perspectiva de Aron, representa o enlace do político com o militar, dois sistemas diferentes, mas estreitamente co-

²³ CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Celina (org). As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: EDUERJ, FGV, 1999. p. 55.

²⁴ id., ib., p. 62.

²⁵ id., ib.

relacionados. Como insiste Carvalho: “agora, a ideologia do intervencionismo tutelar apresentava o exército como parte do estado e como instrumento de sua política”.²⁶ Essa afirmação de Carvalho remete diretamente aos planos ditatoriais de Vargas, mas o que ocorre no país nesse momento, apesar de ser oriundo de tais manobras, tem amplitude maior.

O ano de 1937, apesar de, politicamente, o país viver sob repressão, com a extinção das liberdades, representa um marco na vida militar, pois o poder militar emerge no Brasil junto com o poder político, não como parte do estado, mas como sendo o estado. A administração é feita por civis, lado a lado com os homens de farda, e a instituição militar está coesa e de acordo com Vargas. Não se trata de mero instrumento de sua política, mas de um aliado político. Segundo análise de Carr:

O poder militar sendo um elemento essencial na vida do estado, torna-se um só instrumento, mas com um fim em si mesmo. (...) Lutam-se as guerras mais sérias para tornar o próprio país militarmente mais forte ou, com mais freqüência, para evitar que o outro país se torne militarmente mais forte, de modo que se encontra muita justificativa para o epigrama de que “a principal causa da guerra é a própria guerra”.²⁷

O poder está inserido no estado e advém da união do poder militar, político e econômico. Como explica Carr, um não existe sem o outro: “os três elementos essenciais ao poder político são: armas, homens e capital”.²⁸ Alguns historiadores chamam esse processo de *intervenção controladora*: o exército se abstém da política e a intervenção militar é feita pela cúpula da instituição. Isso nada mais é que um exército moderno, agindo num estado moderno, ou seja, as cúpulas política e militar juntas na resolução dos problemas nacionais.

Para a hegemonia internacional do estado, a política e o militar não podem estar desvinculados, pois deles depende a segurança nacional. Góes, quando empossado chefe do EME, em 1937, profere um discurso no qual deixa bem claro que a finalidade do Exército é a guerra e que o Brasil precisa equipar-se e preparar-se para tal fim:

Que faremos nós se houver a guerra? Em que condições iremos suportá-la? Se formos atacados simultaneamente segundo os pontos cardeais? Quais as forças que poderão nos atacar e onde elas tomarão pé na nossa extensa vulnerabilidade

²⁶ CARVALHO, op. cit. nota 23, p. 69.

²⁷ CARR, Edward Hallett. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: UnB, 1981. p. 112.

²⁸ id., ib., p. 128.

física? Quais os meios de que dispomos para sustentar uma guerra e repelir um ataque brusco? (...) sobre que bases iniciar nossa preparação moral, técnica e material, para nos defendermos eficazmente? Quais os elementos reais (e não fictícios) suscetível de se lançar na balança, em busca de vitória, que é a muralha abstrata oposta à possibilidade de catástrofe nacional?²⁹

As respostas dessas questões fornecem o corpo doutrinário e o plano de guerra do Exército Brasileiro. A política de guerra, nesse momento, visa constituir um exército de primeiro choque, pois se prepara para a guerra total, que mobilizaria a nação inteira, para além dos círculos militares. Segundo Góes: “O Brasil hoje, mais do que nunca, precisa ser uma potência militarmente forte, em condições de neutralizar, em qualquer terreno, as agressões de nossos inimigos internos e externos”.³⁰

Góes prioriza o aparelhamento material, a guerra aéreo-química, a industrialização, a formação da mentalidade militar, o domínio aéreo e o princípio de autoridade e defesa nacional.³¹

O efetivo aumenta consideravelmente: em 1920, tem 30.000 homens; em 1930, aumenta para 50.000; e, em 1940, chega a 93.000 homens.³² De acordo com Hayes, o efetivo cresce 400%.³³ O serviço militar obrigatório passa a funcionar sem sorteio. O mundo moderno demanda um poderio econômico ao lado de um poderio militar, e a prova do quanto o Exército evolui e se fortalece está justamente na deflagração do golpe de 37.

O Exército sustenta o golpe e a instalação da política estadonovista. Coelho entende que, embora esse regime tenha civis à frente da administração, é uma ditadura militar: “eles a instauraram, impuseram quase sempre seus pontos de vista, eles a cancelaram. Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército”.³⁴

O Estado Novo representa uma ditadura instituída por uma parte da elite civil nacional, não podendo ser reduzido a uma ditadura militar, pois, embora tenha priorizado as necessidades do Exército e lhe atribuído importância, o regime transcende à esfera militar e

²⁹ Discurso de Góes Monteiro. Boletim Interno n. 125, 1937. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

³⁰ Relatório do Estado Maior do Exército, 1938. p. 205. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

³¹ Documento. Brasília: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, caixa 9 A, pasta 3.

³² VARGAS, Getúlio. A República dos Estados Unidos do Brasil e o Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

³³ HAYES, Robert Ames. Nação armada: a história militar brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

³⁴ COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p. 111.

desenvolve outros setores, como o agrícola e o industrial, entre outros. Como explica Fausto: “representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum era o de promover a industrialização”.³⁵

Conforme análise de Carvalho, “com o Estado Novo desapareceu o soldado cidadão para surgir a corporação e a classe”.³⁶ As polícias estaduais, maior entrave para a hegemonia do Exército, estão neutralizadas, e o Exército torna-se o único responsável pela segurança e ordem interna, acima de interesses regionais e partidários. Conforme Moraes: “no final dos anos 20 e da República Velha, o exército não havia ainda atingido a autonomia decisória e a coesão corporativa que lhe permitiram, em 1937, impor à nação a ditadura estadonovista”.³⁷

A constituição de 1937 proíbe os militares de votarem e os submete a obedecerem o presidente da República: o Exército está livre da fragmentação ideológica. A sua unidade de doutrina está consolidada, o interesse geral da instituição passa a ser definido juntamente com o Estado.

O EME fica responsável pela elaboração dos fundamentos doutrinários do Exército. E o governo auxilia nessa orientação, ao planejar a política de guerra do país. O EME é um laboratório de pesquisas sobre as condições do país e do próprio Exército. “No estado maior reside a célula mater, o coração, o cérebro do exército”.³⁸

Embora Vargas tenha neutralizado grande parte de seus oponentes, um grupo se considera traído pelo regime e resolve rebelar-se contra a ditadura. São os integralistas, que, sem nenhum papel de destaque na nova política, sentem-se excluídos do sistema e resolvem deflagrar um golpe contra Getúlio.

2.1 Movimento integralista

Na noite de 10 para 11 de maio de 1938, a Ação Integralista Brasileira (AIB) deflagra um movimento insurrecional para tomar o poder. Entre os rebeldes, há integrantes da Marinha e do Exército. O movimento é rapidamente contido: 500 integralistas são

³⁵ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 367.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p.43.

³⁷ MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994. p. 73.

³⁸ Relatório do EME, op. cit. nota 30, p.190.

presos. O principal motivo teria sido as decisões enérgicas de Vargas, dissolvendo os partidos, em especial, a Ação Integralista.³⁹

O jornalista Plínio Salgado (1895-1975), fundador da AIB, defende idéias nacionalistas de amor à pátria. Seu lema é *Deus, pátria e família*. Prega o amor à natureza; em seus discursos, enfatiza a figura do curupira, ente folclórico guardião das matas. Plínio, ao apoiar as idéias de Vargas, quanto à instalação do Estado Novo, pensa beneficiar-se com o cargo de ministro da Educação; mas, ao perceber que não faz parte dos plano de Getúlio, resolve desencadear um movimento armado contra o regime instituído. O levante é sufocado pelo governo federal, e Plínio Salgado, junto com outros correligionários, obrigado a exilar-se em Paris.⁴⁰

No Estado Novo, não há lugar para oposições e movimentos contrários ao governo. Quem manifesta seu descontentamento é preso ou exilado: o pensamento oficialmente difundido, em vigor em alguns lares e em entidades representativas, é a favor do patriotismo e do nacionalismo. Os expoentes dessas idéias são Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Viana, entre outros, já estudados na primeira parte desta tese. No campo militar, o maior expoente é Góes Monteiro.

2.2 Pensamento de Góes Monteiro

Em 27 de maio de 1932, Góes assume o comando da Primeira Região Militar e, em seu discurso de posse, faz alusão aos principais pontos a serem priorizados em sua administração. Um dos pontos basilares é que o perigo iminente neste período advém do inimigo interno, tal como as influências estrangeiras e o regionalismo. Esse inimigo, em sua concepção, está camuflado, é secreto e adota processos tenebrosos para se fazer valer. Para combatê-lo, o Exército necessita, segundo Góes, de “assegurar sua coesão, sua unidade em todos seus elementos, com instrução iluminada para disciplina”.⁴¹

Em 1934, Góes é o ministro da Guerra e não poupa esforços para a reorganização da força de terra. A criação do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Superior

³⁹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.05.1938. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁴⁰ Para saber mais sobre o movimento integralista de 1938 ver a obra: SILVA, Hélio. O terrorismo em Campo Verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

⁴¹ Discurso de Góes Monteiro, Rio de Janeiro, 27.05.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

da Guerra e o estabelecimento de um plano de guerra são temas muito debatidos entre o ministro e o EM da MMF.⁴²

Góes acredita que os dois graves problemas que atingem o Exército, a exigirem solução rápida, são o suprimento de material e a preparação do pessoal. A educação e a instrução devem, acredita, estender-se a toda nação através do Ministério da Educação, pela prática da disciplina de educação moral e cívica nas escolas de todo país. Quanto à organização do Exército, pensa ser preciso rever a lei de promoções, o recrutamento e a movimentação de quadros. E Góes propõe também a criação de um novo Conselho:

Toda e qualquer aquisição fora do país deve ter um caráter de absoluto sigilo, para isso ser alcançado com toda segurança e de modo completo, o meio mais prático é fazer vigorar o princípio que faz criar o Conselho de Economias do Exército e a respectiva caixa, evitando que essas economias deixem de ser aplicadas no exército, o que permite, por uma majoração de verbas ordinárias, as quantias necessárias a aquisição e revezamento do material com absoluto sigilo.⁴³

De há muito, Góes defende a centralização administrativa do país. O Estado Novo, por exemplo, já consta, em seus projetos, desde 1935, quando o governo decreta a lei de Segurança Nacional.

Esta lei, promulgada em 4.04.1935, torna crime contra a ordem política as tentativas de mudança da constituição pela violência; a oposição ao livre funcionamento dos poderes constituídos, toda disposição contra a ordem política, a desobediência, a rebelião ou a deserção de militares, a distribuição entre militares de documentos suspeitos e as rivalidades entre elementos militares. Declara também crime contra a ordem social a excitação entre as classes sociais, as disputas religiosas e os atentados contra pessoas por motivos doutrinários, políticos ou religiosos.⁴⁴

As sanções, referentes ao envolvimento de militares e policiais nos crimes mencionados na lei de Segurança Nacional, são as seguintes: suspensão das funções, caso seja declarado culpado; suspensão do posto que ocupa pelo Tribunal Supremo Militar e afastamento da força por até um ano.⁴⁵ Dessa forma, tenta-se coibir a participação de

⁴² Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 16.09.1934. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-5.

⁴³ Correspondência de Góes Monteiro para Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas (34.01.18/2) rolo 3.

⁴⁴ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.04.1935. p. 2. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁴⁵ id., ib., p.3.

militares em movimentos de esquerda, que pudessem colocar em xeque a ordem constituída.

Góes ressalta que as oligarquias, por estupidez e ignorância, chegam a propor a redução do Exército e até mesmo sua extinção, principalmente por acasião dos movimentos tenentistas, quando muito sangue é derramado pelos descontentamentos existentes no seio da instituição. Mas esses problemas, para Góes, estão sanados com o Estado Novo, e o Exército entra em um período de coesão, disciplina e instrução, com vistas à garantia da segurança da nação. Em sua análise: “As guerras são fatais. Elas acontecem quando se menos espera. E pobre dos povos que ela surpreende sem defesa”.⁴⁶

Referindo-se a Washington Luís, Góes considera que o Brasil atravessara um difícil período de militarismo desarmado, sob forma de uma ditadura civil, cuja origem são as oligarquias, no interior das quais o chefe age a serviço de seu partido e não em prol das causas da nação. Contrário a esse tipo de administração política, Góes deseja transformar os quadros da Primeira Região Militar em verdadeiro estado de combate: “com um só coração, um só homem, quando chegar o momento de destruir implacavelmente o inimigo insidioso que ronda e intriga com o objetivo de nos enervar, nos desencorajar e nos atacar de surpresa”.⁴⁷ Para atingir esse objetivo, Góes apresenta a primeira diretiva de seu comando:

Unam-se e ajam de acordo com sua confiança em seu chefe, que pode se enganar, mas que acredita com fervor que a carta decisiva que permite conduzir a Pátria a seus destinos gloriosos será jogada com o exército; descubra você mesmo e identifique o inimigo, por todos lugares onde ele se dissimule; fixe-o resolutamente; combata-o em todos lugares que ele se mostre.⁴⁸

Góes prega o engajamento militar na luta em defesa dos valores brasileiros: “Tudo pelo Brasil, nada contra o Brasil, nada sem o Brasil, nada fora do Brasil que não seja feito pelo Brasil”.⁴⁹ Esse discurso aponta para as questões chaves que permeiam a postura militar na década de 30: coesão, disciplina, engajamento, respeito e obediência ao chefe, defesa nacional, nacionalismo, patriotismo e combate aos inimigos da nação. E, para justificar a proeminência desses elementos, Góes afirma que a guerra é iminente e o Exército deve preparar-se para ela, pois a função principal de um exército é a guerra.

⁴⁶ Discurso de Góes Monteiro, op. cit. nota 41.

⁴⁷ id., ib.

⁴⁸ id., ib.

⁴⁹ id., ib.

Para ter um efetivo e real preparo, a força deve profissionalizar-se, ou seja, estar preparada, adestrada para o teatro de operações, ser conhecedora de seus armamentos e das disponibilidades do inimigo. O soldado profissional tem aptidão para reconhecer os atos preponderantes a serem desempenhados na hora do confronto, para mostrar disciplina, coragem e sabedoria.

2.3 Profissionalismo no Exército Brasileiro

O profissionalismo dos integrantes do Exército é o objetivo maior das autoridades civis e militares brasileiras no momento da contratação da MMF. O que se espera, com este contrato, é trazer, para as escolas de instrução e para o meio militar, oficiais franceses capazes de modificar a situação de total letargia em que o Exército se encontra. De acordo com Nunn: “desde 1920 no Brasil, o profissionalismo militar tem evoluído (...). No Brasil o profissionalismo militar gera o militarismo profissional”.⁵⁰

Para Nunn, o verdadeiro plano de modernização do Exército começa em 1919, com a contratação da MMF: os líderes civis desejam modernizar a força. Segundo Nunn: “In fact, the french instructors purposely allowed their charges great freedom of thought and action in course work and did not interfere in Brazilians Which they transmitted into extra-professional problems”.⁵¹

A MMF moderniza o ensino militar, fazendo-o abandonar o sistema de estudos por polígrafos e introduzindo exercícios práticos e reais, noturnos e diurnos, para o conhecimento do terreno e das armas disponíveis. As escolas passam a aceitar alunos, aprovados mediante criteriosas seleções, elevando o nível dos elementos a ingressarem em suas aulas. A promoção ao posto subsequente só acontece mediante a comprovação de bons resultados nas escolas militares de instrução. E, com o apoio do governo e o árduo trabalho desenvolvido pela MMF, o Exército aumenta o seu efetivo e o seu prestígio junto à sociedade.

⁵⁰ NUNN, Frederick. Military professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications. In: *Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. p. 30.

⁵¹ id., ib., p. 49.

Uma profissão, segundo os estudos de Huntington, centra-se em três eixos: o conhecimento, a responsabilidade e a corporação. O profissional tem conhecimento em sua área, é especializado em algum segmento e, para tanto, desempenha suas funções com responsabilidade e a tende ao espírito de classe de seu segmento profissional. O profissionalismo demanda um conhecimento aprofundado em determinada especificidade; esse é o caso, à guisa de exemplo, do engenheiro de armas, do engenheiro de aviação, do especialista em transportes, entre outros.

Diariamente, a força militar depende e conta com esse conhecimento para poder operar seus projetos em segurança e com eficiência. A prática desses afazeres com responsabilidade compõe a disciplina na força e contribui para o sentimento de corporação, ou seja, cada setor de especialização coeso, no conjunto geral da obra, participa da composição do Exército.

Mas, analisando o contexto militar, o conhecimento do oficial profissional envolve qual especialidade? Sem dúvida, a função do oficial é a guerra, ou seja, o uso da violência, o combate, a defesa do território e da nação. Dessa forma, para que o oficial seja profissional, ele deve desempenhar as funções de organização, equipamento e treinamento; planejar suas atividades e dirigir as operações dentro e fora de combate. Conforme Huntington: “a aplicação da violência é peculiar ao ofício do oficial”.⁵²

A especialidade do engenheiro de armas ou de aviação não se restringe apenas ao campo da engenharia mecânica; ele precisa manusear armas, combater, matar, empregar a violência e derrotar o inimigo. Portanto, sua especialidade transcende o campo meramente técnico e avança para o conhecimento doutrinário. É a doutrina militar e a doutrina de guerra que fornecem os elementos de articulação entre esses conhecimentos exatos, fazendo do oficial profissional um agente capaz, a serviço do Exército.

Onde, como e de que maneira empregar a violência é a especialidade do oficial. A sua função requer uma alta ordem de conhecimento, de qualificação; exige muito estudo e treinamento. Por isso, Huntington chama atenção para a diferença entre usar a violência e saber usá-la: “deve ser lembrado que a peculiar função do oficial é o gerenciamento da violência e não o ato de violência em si”.⁵³ A violência deve ser utilizada apenas para os

⁵² HUNTINGTON, Samuel. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: The Belnak Press of Harvard University Press, 1985. p. 11.

⁵³ *ib.*, *id.*, p. 13.

objetivos aprovados pela nação, pois o militar é monopolizado pelo estado a que serve, e sua responsabilidade está em aplicar os conhecimentos adquiridos justamente para garantir a segurança desse estado.

A segurança, tanto interna quanto externa, é de interesse de todos os cidadãos, mas, o corpo de oficiais sozinho é responsável pela segurança militar, excluindo todos os outros fins.⁵⁴ Portanto, a motivação maior do oficial profissional é o amor à técnica e o senso de obrigação social, com a utilização de seus conhecimentos em prol da sociedade, desconsiderando os incentivos econômicos, e, até mesmo, a baixa remuneração, pois o oficial age por vocação.

O militar profissional surge junto com o crescimento dos estados-nação, com o desenvolvimento da tecnologia e da indústria e com o crescimento urbano. A organização dos estados exige profissionais militares conhecedores das técnicas e dos avanços industriais para impor seu estado como hegemonia política e para garantir a integridade de seu território e a segurança externa do país.

Os mercenários são postos de lado, visto que representam perigo para a organização das forças armadas, pois o oficial passa a ter que devotar lealdade ao seu estado. E, para devotar lealdade ao estado, o oficial não pode estar dividido entre disputas ideológicas. A saída para esse impasse é o isolamento do corpo de oficiais da política. Para atingir esse fim, o melhor caminho, segundo Huntington, *era neutralizar o corpo de oficiais pelo profissionalismo*.⁵⁵

O profissionalismo, iniciado com a MMF, conduz o Exército Brasileiro a trilhar caminhos desconhecidos, auxiliado por um governo interessado em se manter no poder e a emergir como uma nação de desenvolvido poder militar. No final da década de 30, o Exército Brasileiro aproxima-se, pouco a pouco, do governo norte-americano e o Exército, aos poucos, abandona alguns pontos da doutrina militar francesa e cria a Escola Superior de Guerra, sob inspiração da doutrina militar norte-americana.

⁵⁴ HUNTINGTON, op. cit. nota 52, p. 15.

⁵⁵ id., ib., p. 37.

2.4 Góes Monteiro e a aliança norte-americana

Os franceses tinham conhecimento de que Góes Monteiro recebera um convite para assistir às manobras do exército alemão. Em contrapartida, o gen. Gamelin convida Góes para visitar a França, na revista de 14 de julho. Góes, ao tratar com o encarregado dos negócios franceses no Brasil, diplomata Gueyraud, confirma a veracidade do convite alemão e diz que o governo brasileiro acha por bem aceitá-lo, assim como ao convite feito pelo ministro da Guerra da Inglaterra, para visitar o exército inglês.

Para os franceses, a situação é delicada, pois desejam manter sua influência no Brasil. E, embora Góes seja formado na escola francesa e bem considere o alto comando francês, sua visita à Alemanha representa um perigo. Como afirma Gueyraud: “ele não será o único oficial brasileiro a ter uma certa simpatia pelo regime ultra autoritário da Alemanha Hitlerista. Esta é de início uma razão a mais para lhe reservar a melhor acolhida em nosso país”.⁵⁶

George Marshall, novo chefe de Estado Maior do Exército Norte-Americano, visita o Brasil, de 25 de maio a 7 de junho de 1939. Ele vem acompanhado do cel. James Chaney, ten. cel. Lehman Miller, maj. Matthew Ridgway, maj. Louis Compton e do cap. Thomas North. A comitiva americana visita São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Bahia e Pernambuco. Em 7 de junho, Góes parte para os Estados Unidos em companhia de Marshall, tendo que declinar ao convite francês para assistir à revista de 14 de julho.⁵⁷

A vinda da missão americana ao Brasil tem como propósito mostrar a potente aviação americana, pois tudo indica que Góes viria dos Estados Unidos para o Brasil em um avião militar americano, escoltado por aparelhos modernos.⁵⁸ A força americana realiza, à época, importantes manobras aéreas nos céus do Caribe, Cartagena e Bogotá. A vinda de George Marshall ao Brasil, segundo Henry Gueyraud: “estava confidencialmente

⁵⁶ Correspondência de Henry Gueyraud, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 21.04.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁵⁷ Correspondência de Chadebec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.06.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁵⁸ id., ib.

encarregada de examinar os recursos de toda ordem que o Brasil poderia oferecer em caso de conflito, notadamente quanto as bases navais utilizáveis e as matérias primas”.⁵⁹

O presidente do Comitê das Relações Exteriores da Autoridade Aeronáutica Civil, em Washington, segundo Chadebec de Lavalade, declara: “A unificação dos transportes aéreos sobre o continente americano (sob a direção dos Estados unidos) e a ligação entre as repúblicas irmãs que resultará desta unificação será o meio mais eficaz de lutar contra a concorrência alemã”.⁶⁰

Fica evidente, no pensamento francês, o fato de que os EUA querem expandir e controlar a ação da aviação na América do Sul. Os americanos almejam hegemonia no domínio aéreo, tanto sobre as linhas comerciais, quanto sobre aquelas capazes de assegurar o poder de defesa, em caso de conflito.⁶¹

Góes e George Marshall, chefe do Estado Maior Norte-Americano, assinam um acordo de cooperação militar, ao qual o gen. Dutra impõe três condições essenciais, para ser levado a bom termo:

completa manutenção de nossa soberania territorial e militar; completa liberdade de ação para nossas relações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todas as potências mundiais; máxima discrição nas negociações, a fim de não provocar desconfianças e animosidades prejudiciais à cordialidade existente com as demais Nações Sul-Americanas.⁶²

Góes Monteiro também está de pleno acordo com a cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos e deixa claro a Marshall que o centro de gravidade das forças militares brasileiras é a parte meridional do país, em caso de mobilização e concentração. Mas, os americanos não estão interessados na região sul. Segundo as negociações feitas em Washington, seriam preparadas bases aéreas no nordeste, conforme solicitação americana, pois lhes interessa essa área para pouso e decolagens de aviões, ligando-os mais rapidamente à região onde se desenvolveriam os conflitos da próxima guerra mundial, que então já se configura no cenário de algumas nações. Acrescenta Góes:

⁵⁹ Correspondência de Henry Gueyraud, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 3.06.1939. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-5.

⁶⁰ Correspondência de Chadebec de Lavalade, op. cit. nota 57.

⁶¹ id., ib.

⁶² Correspondência de Eurico Gaspar Dutra para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 5.05.1939. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Eurico Gaspar Dutra.

Si o Brasil for envolvido no conflito armado ou apresentar-se a eminência deste conflito, a sua posição geográfica e a sua situação no conserto dos países sul americanos exigem preventivamente a concentração de suas forças principais no sul do país, à condição que fiquem garantidas as comunicações marítimas e a integridade do nordeste, e para este fim as forças aéreas e navais dos Estados Unidos deverão utilizar-se das bases construídas pelo Brasil nos pontos mais convenientes, muito particularmente em Natal e Fernando de Noronha.⁶³

Enquanto os americanos se preocupam com a ocupação da região nordeste do país, em especial, Natal, para reabastecimento dos aviões, os brasileiros continuam com a idéia fixa de que o perigo iminente, a hipótese de guerra está no sul e não abrem mão de deixar as tropas da região meridional mobilizadas, caso a Argentina se aproveite da tensão mundial para invadir o Rio Grande do Sul.

Nesse momento, oficiais brasileiros são enviados aos Estados Unidos para fazerem diferentes estágios e cursos. O Brasil volta-se cada vez mais para os vizinhos americanos, e a doutrina militar e de guerra assim como o material bélico importado passam a serem baseados na mentalidade e na indústria norte-americana.

Em 1940, Dutra, preocupado com desígnios da guerra, aponta alguns graves problemas que o Exército enfrenta com o recrutamento dos jovens, a serem solucionados: cerca de 60% são analfabetos, 50% são fisicamente incapazes e os jovens provenientes das colônias de imigrantes desconhecem completamente o idioma português.⁶⁴ Em contrapartida, o efetivo do Exército aumentara consideravelmente, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro de efetivo do Exército⁶⁵

Ano	Oficiais	Praças	Total
1930	4.185	43.812	47.997
1932	5.037	57.358	62.395
1934	6.103	74.079	80.182
1936	6.585	74.284	80.869
1940	6.429	86.571	93.000

Dutra vê como necessário e urgente investir na preparação moral, técnica e intelectual do soldado, pois a guerra ganha aspectos cada vez mais mortíferos. Como

⁶³ Correspondência do gen. Góes Monteiro para o gen. Marshall, Rio de Janeiro, 8.08.1939. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, rolo 6.

⁶⁴ Relatório do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1940.

⁶⁵ HAYES, op. cit. nota 33, p.167.

ênfatisa: “o poder de um estado é a soma do direito e da força que possui”.⁶⁶ A instrução deve ser ministrada em caráter pré e paramilitar, militar e pós-militar, aos reservistas.

Além de investir na educação de oficiais e recrutas, Dutra dedica especial atenção à organização de um serviço secreto de informações no Exército, órgão que execute a defesa invisível da nação. Acredita que o país deve possuir: “uma polícia social para vigiar a ordem político nacional; um serviço de espionagem das atividades estrangeiras, um serviço de contra-espionagem, visando em sentido oposto – idêntica finalidade”.⁶⁷

O gen. Dutra, ministro da Guerra, sente a falta de um eficiente serviço de informações no Brasil, pois, segundo ele: “operam impunemente agentes a soldo de potências estrangeiras, elementos que visam provocar a perturbação da ordem pública, bem como atuam em nosso meio entidades cuja atividade é contrária aos interesses nacionais”.⁶⁸

O Exército começa a preparar-se para aumentar a supervisão sobre elementos suspeitos e colocar seus membros em alerta, quanto às manifestações estrangeiras, consideradas perigosas à ordem da nação. Algumas leis funcionam como eixo sobre o qual derivam outras organizações e seções. São elas: a lei de organização geral, que fixa a constituição do Exército em tempos de paz; a lei de quadros e efetivos, que estabelece o efetivo dos quadros e unidades; a lei de recrutamento e a lei de promoção de oficiais, que seleciona a elite militar a comandar o país.⁶⁹ Acoplada à legislação existente, o Exército traça algumas importantes diretivas para o ano de 1939.

2.5 - Diretivas do Estado Maior do Exército (1939)

Em caráter extremamente secreto, o EME decide adotar novas diretrizes para o ano de 1939, a partir de um novo estudo realizado sobre o plano máximo argentino, formulado em 1934, relacionando-o às atuais condições da situação sul americana. Analisando o poderio militar dos países sul-americanos - Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Venezuela, Chile e Equador -, o Brasil traça sua política de defesa externa. Faz também estudos sobre as questões sociais, políticas, econômicas e militares dos Estados Unidos.

⁶⁶ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, op. cit. nota 64, p. 69.

⁶⁷ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, op. cit. nota 64, p. 115.

⁶⁸ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, p. 42.

⁶⁹ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, op. cit. nota 64.

O Exército, na iminência de formular o Plano Decenal, tem então por prioridades navais: o Rio de Janeiro, o litoral de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, o litoral do Rio de Janeiro até Natal, incluindo Fernando de Noronha; o rio Paraguai até Corumbá; o rio Paraná; o rio Uruguai, na fronteira gaúcha; e o rio Jaguarão.⁷⁰

Considera ser preciso elaborar um plano de defesa passiva e instruir a população das regiões mais vulneráveis, assim como proceder com urgência a um estudo sobre a guerra química, tanto para fins defensivos, quanto ofensivos. Além disso, propõe-se a analisar: “as condições remotas e atuais que levaram, conduziram aos eixos: Alemanha-Itália-Japão e Inglaterra-França-Rússia- Tchecoslovaquia”.⁷¹

Quanto às disposições militares brasileiras, o EME conclui sobre a necessidade de revisão das questões referentes à mobilização, levando em consideração que: “nunca houve propriamente mobilização no Brasil”.⁷² Essa preparação ainda se encontra no campo especulativo e teórico, havendo necessidade urgente de prática, como salienta Góes, principalmente nas seguintes localidades:

O Rio Grande do Sul, até certo ponto deve ser considerado “teatro Exterior” e, em conseqüência, sua mobilização deve ser total, dentro dos prazos necessários as operações de cobertura, devendo mesmo ser encarada a possibilidade da mobilização instantânea dos municípios situados ao longo da fronteira. As fronteiras do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso.⁷³

Para tal, é preciso fazer um trabalho estatístico, quanto aos recursos econômicos e industriais das diversas regiões brasileiras, também verificando a capacidade de transporte das diferentes regiões. O alto comando está preocupado com as condições reais de cobertura da região sul, revisando regulamentos, instrução e emprego das diferentes armas e preparando os chefes para grandes comandos. A esse respeito, ressalta Góes: “um entendimento com a MMF será sempre indicado afim de melhor utilizar seus serviços e ensinamentos”.⁷⁴

Em 1939, os trabalhos no Ministério da Guerra continuam voltados para os teatros de operações do sul no país, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato

⁷⁰ Diretivas do Estado Maior do Exército para o ano de 1939. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

⁷¹ Diretivas do Estado Maior do Exército para o ano de 1939, op. cit. nota 70.

⁷² id., ib.

⁷³ id., ib.

⁷⁴ id., ib.

Grosso.⁷⁵ Uma poderosa vanguarda é montada nesta região, com duas divisões de infantaria e três divisões de cavalaria, enquanto que, na região norte e nordeste, ficam apenas alguns pequenos destacamentos.

Quadro dos chefes de EME na década de 1930

Período	Chefe de Estado Maior
24.01.1929	gen. div. Alexandre Henrique Vieira Leal
25.10.1930	cel. José Ribeiro Gomes
29.10.1930	brig. Alfredo Malan d' Angrogne
19.03.1931	cel. Epaminondas de Lima e Silva
31.03.1931	gen. div. Augusto Tasso Fragoso
22.08.1932	cel. Arnaldo de Souza Paes de Andrade
23.08.1932	gen. brig. Benedito Olympio da Silveira
06.09.1932	gen. div. Francisco Ramos de Andrade Neves
09.08.1934	gen. brig. Benedito Olympio da Silveira
16.05.1935	gen. brig. Raimundo Rodrigues Barbosa
03.07.1935	gen. div. Pantaleão da Siva Pessoa
26.02.1936	gen. brig. Pedro Cavalcanti de Albuquerque
16.03.1936	gen. div. Arnaldo de Souza Paes de Andrade
26.05.1937	gen. brig. Julio Caetano Horta Barbosa
02.07.1937	gen. div. Pedro Aurélio Góes Monteiro

Quadro dos ministros da Guerra na década de 1930

Periodo	ministros da Guerra
1930-1932	gen. Jose Fernandes Leite e Castro
1932-1934	gen. Espírito Santo Cardoso
1934-1935	gen. Góes Monteiro
1936-1945	gen. Eurico Gaspar Dutra

⁷⁵ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, op. cit. nota 68.

3 Argentina e Plano Máximo

Os brasileiros tratam a Argentina como possível adversária, pois, de acordo com as análises realizadas, esse país procura praticar formas de imperialismo na América do Sul, levando consigo outros dois países do Prata: o Uruguai e o Paraguai. Baudouin, comandante da MMF, considera pouco viável que a Argentina se exponha em um conflito com o Brasil, devido às necessidades do mercado financeiro de permanecer em paz, sem qualquer espécie de conflito armado.¹

Mas Baudouin não deixa de considerar que as inquietações brasileiras são pertinentes e que o Exército Argentino está muito bem preparado, se comparado com o Exército Brasileiro: “suas unidades são completas e a Argentina efetuou no exterior, para equipar e armar seu exército, compras consideráveis, especialmente de material e munição de artilharia e aviação. Cada ano o Exército Argentino efetua grandes manobras com tropa”.²

Confrontando sua organização com a do Exército Argentino, o Brasil sente a necessidade de melhorar suas condições militares no que concerne ao efetivo, à mobilização, ao transporte e à estruturação de maneira geral.

Na última década do século XIX, as duas maiores nações da América do Sul experimentam situações distintas quanto às suas forças terrestres. Enquanto a Argentina possui uma razoável organização nos quadros do Exército, o Brasil vive a angustiante situação de ter que resolver problemas internos e organizar os meios de defesa contra o pretenso inimigo externo.

Em 1900, o Exército Argentino funda a Escola Superior de Guerra e, a partir dessa época, passa a contar com o auxílio e instrução de diversos tenentes coronéis alemães, tais como Von Bellow e Von Thavenay em 1910; Von Goltz e Von Krestzchmer em 1911; e Schlegner em 1912. Segundo Armando Duval, adido militar brasileiro na Argentina, “os

¹ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

² id., ib.

contratos dos professores alemães foram sempre feitos em Berlim pelo adido militar argentino”.³

Além de receber instruções dos oficiais alemães, a Argentina também passa a importar material bélico da Alemanha. Como afirma Potash:

Un aspecto significativo de la importancia que se atribuyó después de 1900 al profesionalismo fue la difusión de la influencia militar alemana en la forma de asesores, períodos de entrenamiento en ultramar y armamentos. Una serie de contratos firmados con las fabricas alemanas de municiones, a partir de la década de 1890, determino que el Ejército Argentino se abastecia casi totalmente con armas y equipos fabricados en Alemania.⁴

Nas décadas de 20 e 30, torna-se mais evidente a concorrência entre França e Alemanha pelos mercados militares na América do Sul. O envio de instrutores e/ou de missões militares para países menos desenvolvidos amplia o mercado bélico e expande a língua e a cultura dos países de origem. A França e a Alemanha disputam missões militares na América Latina: enquanto Brasil, Peru e Uruguai contratam missões francesas, a Argentina, o Chile e o Equador estabelecem acordos com a Alemanha.⁵

A preparação do Exército Argentino é, desde sempre, motivo de preocupação e receio para o Exército Brasileiro. As comparações vão-se tornando inevitáveis e aumentam o investimento na profissionalização e aperfeiçoamento das forças nacionais. O Brasil, porém, funda a sua Escola Superior de Guerra (ESG) apenas em 1949, com um programa extensivo às três forças - Exército, Marinha e Aeronáutica - tendo por princípios fundamentais a segurança nacional, o desenvolvimento e a constituição do Brasil como grande potência.⁶

3.1 Preocupações do Exército Brasileiro com o Exército Argentino

Conscientes de suas carências e do atraso técnico-científico em que se encontram e conhecedores dos avanços da República Argentina em relação aos assuntos militares, os oficiais brasileiros procuram traçar um panorama do contexto militar brasileiro, a partir da

³ DUVAL, Armando. A Argentina potência militar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. p. 368-369.

⁴ POTASH, Robert. El ejército y la política en la Argentina (1928-1945): de Yrigoyen a Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 1984. p.18.

⁵ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Política e segurança. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

⁶ ARRUDA, Antônio. ESG: história de sua doutrina. São Paulo: INL, 1980.

comparação entre essas forças e da constatação de suas fragilidades em relação ao domínio do cenário sul-americano:

Na República Argentina foi o governo que tomou a iniciativa de apresentar um projeto para aumentar os vencimentos dos militares. (...) E os vencimentos dos oficiais argentinos já são bem superiores aos dos oficiais brasileiros, principalmente nos altos postos.⁷

Comprovando a afirmação acima, o mesmo número da revista traz como demonstrativo o quadro abaixo, cujos valores salariais estão expressos em *réis*, moeda nacional brasileira à época:

Quadro comparativo dos vencimentos de oficiais dos Exércitos Brasileiro e Argentino⁸

Posto	Vencimentos dos Brasileiros	Vencimento dos Argentinos
tenente general (marechal)	2.800\$000	3.315\$000
general divisão	2.350\$000	2.890\$000
general brigada	1.900\$000	2.550\$000
Coronel	1.450\$000	1.870\$000
tenente-coronel	1.200\$000	1.360\$000
Major	950\$000	1.071\$000
Capitão	750\$000	714\$000
primeiro tenente	575\$000	561\$000
segundo tenente	450\$000	510\$000

A Defesa Nacional, além de denunciar os problemas existentes no meio militar, passa a descrever o funcionamento do Exército Argentino, fazendo comparações entre as forças, a fim de comprovar a situação de inferioridade ocupada pelo Brasil na América Latina, pois: “na República Argentina o quadro é bem remunerado, sendo somente o valor profissional a base para promoções e, por isso, é zeloso, competente e vive satisfeito”.⁹ A esse respeito, apresenta uma análise que demonstra a gravidade do que pode ser constatado no quadro acima:

No Brasil, os militares, reduzidos à condição de simples funcionários comuns aos quais não se reconhece outra distinção que não seja a de algumas insígnias do traje que lhes é decretado, são naturalmente levados a pensar na recompensa do seu trabalho e dos seus riscos, caindo nas comparações, que não serão aliás com os contínuos ou serventes, mas com magistrados, os deputados e outros quaisquer funcionários de categoria superior, além do mais, porque é perfeitamente justo considerar o que cada um é e não o que deveria ser.¹⁰

⁷ A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VI, n. 71 e 72, p. 3, 15 set. 1919.

⁸ *id.*, *ib.*

⁹ A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 181, p. 49, jan. 1929.

¹⁰ A Defesa Nacional, *op. cit.* nota 7.

Essa constatação é pertinente no período, porque os militares do Exército Brasileiro se sentem desprestigiados pelos civis e pelos destacamentos armados que cada estado da federação possui. O poderio militar, a real força armada, está nas mãos de algumas importantes brigadas estaduais, que possuem material bélico importado e grandes efetivos bem preparados.

A população brasileira não tem nenhum apreço especial pelo Exército, enquanto “na República Argentina o povo está satisfeito com seu sistema militar, tendo orgulho dele e interesse por seu funcionamento regular”.¹¹ O Exército precisa resolver seus problemas internos de forma a assegurar a unidade institucional, acabando com o poder paralelo das brigadas estaduais e colocando-se em posição de destaque entre os exércitos da América Latina. Em meio a todas essas dificuldades, o Exército Brasileiro não perde nunca de vista os progressos militares realizados pela Argentina. Assim, mais uma vez *A Defesa Nacional* lança um alerta, agora informando que a indústria de aviação argentina desponta e coloca o país, ainda na década de 20, em posição de supremacia aérea na América do Sul:

A fundação da indústria de fabrico de aviões na América do Sul, por qualquer país, coloca todos os outros numa situação de inegável inferioridade. E como a Argentina acaba de fazê-lo, a sua supremacia aérea torna-se indiscutível. (...) A comissão argentina presidida pelo General Belloni, que se emprega na Europa em adquirir os armamentos necessários para a execução do programa militar argentino, comprou toda a maquinaria necessária, contratou técnicos e operários especialistas, adquiriu grande copia de material para a fabricação. (...) Os argentinos compraram o brevet da marca Lorraine-Dietrich, e estão em negociações para a aquisição de outras patentes, notadamente do Breguet e Spano-Suíza. (...) As firmas européias que venderam as patentes são obrigadas, nos termos do contrato, a produzir os mesmos tipos na Argentina, introduzindo-lhes os aperfeiçoamentos que forem conseguidos pelas suas matrizes na europa.¹²

A República Argentina vem empenhando-se, desde o início do século XX, no aperfeiçoamento de suas forças, na profissionalização de seus quadros, na aquisição e desenvolvimento de armamentos de última tecnologia, com vistas à supremacia militar, principalmente em relação às nações que considera suas iminentes rivais, Chile e Brasil. O cel. Molina, do Exército Argentino, em meados de 1926, denuncia publicamente que Brasil e Chile planejam formar uma aliança para aniquilar a Argentina, fato que obriga os militares brasileiros a fazerem a seguinte declaração: “(...) nada autoriza imaginar, como fez o ilustre coronel Molina, o Brasil formando aliança com o Chile as garras de uma

¹¹ *A Defesa Nacional*, op. cit. nota 9.

¹² *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 159, p. 97, 10 mar. 1927.

tenalha para esmagar a Argentina, idéia essa que nem por hipótese se poderia enquadrar nos intuitos da política brasileira”.¹³

A Argentina procura mobilizar seu Exército, reorganiza o alto comando, cria novas unidades moto-mecanizadas e aéreas, moderniza o material de artilharia, acrescenta às suas grandes unidades mais um DC., intensifica a instrução técnica profissional do pessoal no estrangeiro. Suas bases navais e aéreas asseguram-lhe o domínio marítimo no Atlântico Sul. Conforme Dutra: “está infiltrando seu controle no Paraguai e na Bolívia para alienar simpatias e atrações de nosso país”.¹⁴

Dutra considera que toda vez que o Brasil reforça suas condições militares, a Argentina preocupa-se e aumenta seu potencial bélico. A Argentina, em sua análise, busca falar mais alto que os outros países sul-americanos.¹⁵

3.2 Plano Máximo argentino

O *Plano Máximo* é pouco referendado pelos livros especializados. Frank McCann faz uma breve referência a ele em sua obra *A nação armada*: “os argentinos haviam desenvolvido o *Plano Máximo* baseado na hipótese de guerra com o Brasil e o Chile”.¹⁶ Assim, o conhecimento desse tema advém da pesquisa realizada no Arquivo Góes Monteiro, que se encontra no Arquivo Nacional.

Na afirmação do cel. Molina, anteriormente mencionada, repousa a idéia central do *Plano Máximo*, desenvolvido pelo alto comando argentino, em meados de 1933. A Argentina adentra e prepara seus quadros contra uma pretensa investida chilena, apoiada pelo Exército Brasileiro. A pretensa hipótese de guerra considerada como a mais perigosa seria a união entre Chile e Brasil. Em contrapartida, o Brasil tem a Argentina como seu potencial inimigo, e todas as manobras e distribuições de quadros são executados pensando na ameaça argentina.

¹³ A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 149, p. 123, jun. 1926.

¹⁴ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, p. 31.

¹⁵ id., ib., p.31.

¹⁶ MC CANN, Frank. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Recife: Guararapes, 1982. p.65.

A situação de desconfiança e de rivalidade militar é tão intensa que gera uma certa crise diplomática, chegando a ponto de as autoridades argentinas tratarem “os adidos militares brasileiros com “visível desconfiança”, impedindo-os de visitarem as zonas de combate”.¹⁷

A leitura dessas ocorrências e dos interesses latino-americanos faz com que o sul do Brasil, como em períodos antecedentes, continue sendo bem vigiado e guarnecido com os destacamentos já existentes, dotados de um grande efetivo. O Rio Grande do Sul tem prioridade de defesa, pois, caso haja uma invasão armada no país, esta deve se dar pelo sul, organizada pelas forças argentinas.

Brasil e Argentina disputam espaços de influência nas relações internacionais latino-americanas. Como bem analisa Gordim Silveira:

A relação Brasil X Argentina era uma disputa em torno da configuração de um sistema de poder na América do Sul, sustentado pela transposição ideológica dos padrões das relações entre países capitalistas. (...) é de se notar a maior presença do Exército, centro dos estudos geopolíticos, junto às instâncias de decisão do estado, tanto na Argentina, quanto no Brasil. Na verdade, as Forças Armadas constituem-se em sustentáculos fundamentais da retomada do controle do Estado pela oligarquia, no caso Argentino, e do estado de compromisso, levado a efeito pela política varguista, no Brasil.¹⁸

A política varguista percebe a superioridade militar argentina e utiliza a fragilidade do meio militar para fortalecer suas relações com o alto comando e fazer com ele alianças. Concomitante às novas contratações das missões francesas, ocorre uma pesada importação de armamentos. Muitos oficiais superiores são enviados para cursos de complementação no exterior; as promoções são devidamente regularizadas e respeitadas; além disso, Getúlio, após o golpe de 1930, passa a atender aos seus próprios interesses políticos e auxilia nas transformações exigidas pelos militares e pela concorrência externa do Exército Argentino.

Em 1930, depois de 10 anos de instrução francesa, o Exército Brasileiro aumenta seu efetivo, contando com oficiais profissionalizados e com o apoio do governo central para a importação de armamentos e o pagamento de cursos complementares no exterior. As medidas de Vargas conferem novo ânimo ao Exército, pois mantêm as missões de instrução

¹⁷ MC CANN, op. cit. nota 16, p. 67-68.

¹⁸ SILVEIRA, Helder Gordim. Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 85.

e passam a apoiar a instituição. Essas medidas justificam a preocupação que o Exército Argentino passa a ter com Exército Brasileiro, em meados de 1933.

A disputa entre esses países fornece as bases para a formulação do *Plano Máximo* argentino, que passa a definir a concepção operativa e a distribuição de seus cargos, considerando que, “por circunstancias del momento, deben considerarse adversários de la primera hora a Chile, Brasil, Uruguay y Bolívia”.¹⁹ O plano, após estabelecer seus pretensos inimigos, passa a justificá-los. No caso do Brasil, eis a explicação:

La expansión territorial puede ser un objetivo complementario del Brasil, en una guerra contra la Argentina, si se tiene en cuenta la situación de Misiones, que aparece introduciéndose como una cuña en territorio brasileño, reduciendo la zona de influencia brasileña sobre el Paraguay, impidiendo el usufructo de las cataratas del Iguazú, y sustrayendo yerbatales a esta importante industria del Brasil, seriamente afectada, algunas veces, por medidas proteccionistas argentinas em favor de la yerba misionera.

La incorporación de Misiones a la soberanía del Brasil permitiría a este el dominio de una de las puertas de salida del Paraguay, con lo que aumentaría considerablemente su influencia sobre este país; y la conquista de aquel territorio no presenta las serias dificultades de Corrientes y Entre Ríos.²⁰

Uma possível pretensão de expansão territorial brasileira é a justificativa para que o Brasil figure entre os países que ameaçam a paz na República Argentina. Os outros países acima referendados não serão aqui analisados, por não comporem o foco principal desta tese. Daí se desenharam os objetivos de guerra e as zonas de ação do Exército Argentino, que, após analisar os fatos e também as distribuições de tropas brasileiras, afirma:

Nuestro objetivo de guerra debe ser el desgaste y la derrota de las fuerzas brasileñas, con miras hacia una paz garantizada y con compensaciones por los gastos y perjuicios ocasionados por la contienda; por parte del Brasil, un objetivo semejante, acrecentado por la inmediata ocupación del territorio de Misiones, con el propósito de imponer una paz en la que, además de las compensaciones mencionadas, reconociéramos su derecho a la posesión de dicho territorio y le acordáramos determinadas ventajas en el usufructo del Rio de la Plata y sus afluentes principales.

En cuanto a la zona de acción del Ejército y de la aviación del Brasil contra nuestro país, aparte del territorio de Misiones, al que habrá de destinar una iracción relativamente poco importante de sus tropas, forzosamente debe pensarse en la región fronteriza de Corrientes, ampliada hacia la de Entre Ríos como consecuencia de la alianza con el Uruguay, y con dirección general hacia nuestros

¹⁹ Documento secreto do Ministério da Guerra da Argentina. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Arquivo Góes Monteiro – AS 683.1.1.

²⁰A Defesa Nacional, op. cit. nota 13, p.2.

grandes centros vitales, Rosário e Buenos Aires. (...) con nosotros o contra nosotros no hay neutralidad posible.²¹

Os argentinos definem previamente os pontos de ataque, as áreas estratégicas por onde os brasileiros poderiam avançar e, a partir dessa definição, determinam uma linha de atuação, uma tática de guerra. Os argentinos justificam sua hipótese de guerra pela própria área estratégica, pois consideram que o Brasil pode ter algum interesse pela região de Misiones.

Acopladas à estratégia, encontram-se informações importantes sobre os quadros da força brasileira, tratadas como informes especiais dos argentinos, que aventam ter o Brasil “9 Divisiones de Ejército (de fuerza cada una de 28.000 hombres), 5 Divisiones de Caballería (de fuerza cada una de unos 6.500 hombres). Efectivo total de combatientes 290.000 hombres”.²²

O *Plano Máximo* calcula que o tempo de que o Brasil necessitaria para deslocar suas tropas e seu material bélico e chegar à fronteira, concretizando uma invasão armada, seria de quatro meses. Os argentinos têm conhecimento da falta de mobilidade brasileira e também da situação das estradas e ferrovias; isso justifica uma estimativa tão larga de tempo para a mobilização em direção ao sul, não esquecendo, contudo, que uma boa parte dos quadros já se encontra no Rio Grande do Sul. O problema da mobilidade brasileira é, à época, significativo, pois, com armamentos pesados e com poucas vias em condições de transportar o material bélico com segurança e rapidez, esse fator representa um atraso nas operações de guerra.

Dessa forma, mediante as análises argentinas, o Brasil seria o primeiro país a tomar a dianteira e declarar guerra, invadindo o território argentino, sendo seguido, logo após, pelo Exército Chileno. Com base nesses pressupostos, o Estado-Maior da Argentina elabora seus planos de contra-ofensiva, afirmando convictamente que “la actitud que necesariamente debemos adoptar cuanto antes, es la de una enérgica ofensiva, estratégica contra el enemigo principal, simultaneamente con la defensiva estratégica en las demás frentes”.²³

O planejamento da distribuição de forças aconteceria da seguinte maneira:

²¹ A Defesa Nacional, op. cit. nota 13, p.3.

²² id., ib., p.4.

²³ id., ib., p.7.

Como consecuencia de la variedad de teatros de operaciones a atender sobre nuestras diferentes fronteras, de las grandes distancias que les separan entre si y de las insuficientes y precarias comunicaciones que los unen , no es posible pensar hoy ni lo será por largo tiempo, en un sistema de empleo de nuestras fuerzas “por líneas interiores”, es decir, en la protección por fuerzas menores colocadas en todos los puntos vulnerables, para que la masa del Ejército pueda acudir sucesivamente de uno a outro objetivo, después de obtener la decisión sobre cada uno de ellos.²⁴

O *Plano Máximo* é uma medida de segurança contra um provável ataque brasileiro. Assim, a Argentina, após obter informes sobre o exército adversário, passa a preparar seus quadros para se defender da ofensiva brasileira. As considerações aventadas até aqui compõem *variante B* do referido projeto. Trata-se, na verdade, da segunda alternativa, pois como todo bom plano de guerra, caso uma das variantes traçadas não dê certo, prevê uma outra estratégia a ser empregada.

A *variante A* prevê uma concentração de forças brasileiras na região central e noroeste do Rio Grande do Sul, obrigando, com isso, a Argentina a deslocar seus destacamentos de defesa para a região nordeste. Conforme o documento secreto, o Exército Brasileiro estaria assim localizado:

El grueso de sus fuerzas inicialmente en Cacequy y más al oeste donde probablemente se aprestará para defenderse en previsión de un posible avance de fuerzas superiores argentinas. No debe descartarse que transcurrido un tiempo prudencial sean desembarcadas más hacia el oeste, probablemente cerca de Uruguayana²⁵.

A defesa argentina então concentraria suas forças militares próximas à fronteira com o Brasil, da seguinte maneira: “Las D.C.1, D.C.2, D.C.3 y D.3, inmediatamente al este del Rio Uruguay, cubiendo el sector entre el Rio Ibicuy y la línea limítrofe con la República Oriental del Uruguay, manteniendo la masa cerca Uruguayana, para proteger la frontera y la concentración”.²⁶

Os lugares de concentração das forças argentinas estariam em Bomplan, Cabred, Curuzú-Cuatiá, com formações especiais; San Jaime e Corrientes, com um destacamento de reforço, suas divisões de cavalaria.

²⁴ A Defesa Nacional, op. cit. nota 13, p.7.

²⁵ Plan de Operaciones Maximo, variante A: fronteira noroeste. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Arquivo Góes Monteiro, SA 683.5.5, p.4.

²⁶ id., ib.

Mas, assim como a Argentina possui conhecimentos sobre a organização das forças terrestres brasileiras, o Brasil também dispõe de informes sobre as condições argentinas e passa a preparar-se contra um possível ataque. A MMF, ainda em 1920, sob a chefia do gen. Maurice Gamelin, já prevê a Argentina como uma pretensa inimiga, primeiramente devido às disputas territoriais e às rivalidades pela supremacia nacional, mas também pelos componentes históricos que permeiam a vida política das duas nações.

O temor brasileiro a respeito da ameaça argentina como uma poderosa inimiga perdura por muito tempo. Mesmo às vésperas da Segunda Guerra Mundial, os brasileiros negam-se a seguir as instruções americanas para guarnecer o nordeste brasileiro. Eles prosseguem enviando tropas para o Rio Grande do Sul, pois, diante das desordens decorrentes da guerra, a Argentina poderia tentar uma ofensiva contra o Brasil e invadir o território nacional.

A reorganização e profissionalização do Exército Brasileiro têm como objetivo primeiro a proeminência das forças no contexto latino-americano e como maior rival o poderio e o preparo do Exército Argentino. Enquanto a Argentina desenvolve e coloca em ação o *Plano Máximo*, por meio do adestramento de seus destacamentos e do estudo da distribuição geográfica que melhor defenda a nação contra uma provável invasão, o Exército Brasileiro, por sua vez, analisa e coloca a Argentina como sua pretensa hipótese de guerra.

A descoberta do *Plano Máximo* pelas autoridades brasileiras serve de estímulo para que, além de impulsionar o desenvolvimento do Exército, contemple outras áreas, como por exemplo, as estradas de rodagem e as vias férreas. A cópia do *Plano Máximo*, encontrada nos arquivos de Góes Monteiro, demonstra o clima beligerante que permeia as relações entre o Brasil e a Argentina, e que, de certa forma, incentiva o Exército Brasileiro a investir em seu potencial militar.

4 Missão Militar Francesa

Logo após a revolução de 1930, os franceses ficam receosos de que o Brasil não renove o contrato com a MMF, pois se instala pelo país uma tendência xenófoba, a situação financeira brasileira é difícil e a Missão Naval Americana não é renovada. Mas, para o alívio dos chefes franceses, a MMF permanece, embora tenha tido seu número de integrantes reduzido.

Em 1931, a MMF fica reduzida a um chefe, dezessete oficiais e dois sub-oficiais, assim distribuídos: na administração, um chefe da MMF; no Estado Maior da MMF, um chefe de Estado Maior, dois oficiais de Estado Maior e dois sargentos secretários; na EEM: um diretor de estudos, um professor de tática de infantaria, um professor de tática de artilharia, um professor de tática de cavalaria e um professor de tática de aviação; na Escola de Aperfeiçoamento, um diretor de estudos; no Centro de Transmissão, um instrutor de transmissão; na Escola de Cavalaria, um diretor de estudos e um instrutor de equitação; na Escola Militar, um diretor de instrução e um diretor de instrução de educação física; na Escola de Intendência, um diretor de estudos; no Serviço de Saúde, um diretor de estudos; e, no Serviço de Veterinária, um diretor de estudos.¹

De acordo com o art. 13 do contrato em vigor em 1930, os oficiais da MMF ficam à disposição do governo federal por quatro anos, sendo que, após dois anos, podem requerer uma rescisão contratual, individualmente.² Os oficiais têm direito a quatro meses de férias, após dois anos de serviços prestados, sem o pagamento dos gastos de viagem.

Os cargos suprimidos contam com as despesas de regresso pagas pelo governo federal. Os militares mantidos têm suas patentes reduzidas, ou seja, passam a ocupar os postos que têm na França, como por exemplo, o diretor de estudo da Escola de Intendência, cujo posto é de tenente coronel, volta a ser um major, e assim sucessivamente.³

¹ Correspondência de Augusto Tasso Fragoso, chefe de Estado Maior, para Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 17.09.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

² Documento Missão Militar Francesa no Brasil, Rio de Janeiro, 27.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.07.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397. Lembrando que os franceses, quando chegam ao Brasil, passam a ocupar uma patente acima daquela que possuíam no Exército Francês.

Quadro de oficiais franceses no Brasil em 1930⁴

Nome	Data de início do serviço	Emprego na missão
Spire	25.06.1927	Chefe da missão
Baudouin	20.12.1927	Dir. de estudos da EEM, prof de estratégia
Buchalet	24.09.1919	Dir.de Estudos nas E. de Intendência e Adm.
Panchaud	21.02.1927	Dir. estudo na Escola Militar
Jeaudaud	29.09.1924	Dir. Instrução na E. de Av., prof. de tática aérea
Jasseron	27.09.1923	Chefe do EM da missão
Doudeuil	13.01.1926	Dir. Estudos da Escola de Cavalaria
Langlet	07.01.1930	Prof de tática de infantaria
Bonini	09.06.1927	Instrutor na Escola de Aviação
Marilangeas	24.11.1919	Dir. Estudos da Escola de Veterinária
Laperche	08.03.1926	Prof. de tática de cavalaria
Lecler	Partindo para o Brasil	Dir. de estudos de Ciência da saúde
Gueriot	08.12.1919	Prof. de engenharia
Romo	28.01.1930	Prof. de tática de artilharia
Moras	03.12.1922	Engenheiro químico
De Grancey	23.12.1929	Dir. estudos da EAO
Dumey	24.11.1919	Instrutor de infantaria na EAO
Carpentier	26.12.1929	EM da missão
Feller	17.04.1923	Instrutor artilharia na EAO
Collin	17.07.1923	Instrutor de Cavalaria na E. de Cavalaria
Dubuc	Partido para o Brasil	Prof. na E. de Intendência.
Dieuloard	24.11.1919	Prof. na E. de Veterinária
Rabe	11.12.1926	Prof. E. de Intendência
Terrasson	08.06.1927	Instrutor na E. de Aviação
Jeannest	23.03.1927	Prof. na E. de Serviço da Saúde
Bryggo	23.12.1929	Prof. na E. de Transmissão
Mairey	12.03.1928	Prof. de tiro
Dordilly	09.09.1927	Instrutor na E. Aviação
Battistelli	28.12.1927	Instrutor
Cammas	05.12.1929	EM da missão
Segur	08.02.1928	Prof. de ED. Física
Montrelay	09.09.1927	Engenheiro
Bellard	20.06.1929	Professor de artilharia
Godin	Partindo para o Brasil	Serviço de pólvoras

A MMF conta, na década de 30, com uma aceitação bem mais favorável; os poucos oficiais descontentes com a presença dos franceses são, segundo Spire, “os que não tiveram êxito nas escolas e sonham com nossa partida”.⁵ Na opinião dos franceses, a resistência à permanência da MMF vem de parte dos reprovados ou mal classificados pelos instrutores franceses, que, por isso, passam a defender a retirada dos instrutores estrangeiros das escolas, alegando amor à pátria, nacionalismo, entre outros.

⁴ Documento, 13.03.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁵ Relatório sobre a renovação do contrato da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 13.08.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Os alunos que exercem os cargos de adjuntos aos dos instrutores, almejam o lugar de professores titulares, substituindo os franceses; mas, a maior preocupação dos membros da MMF, nesse momento, não é com os oficiais brasileiros e, sim, com os norte-americanos. Como afirma Spire: “eles manifestaram claramente seu desejo de nos suplantar no Brasil, pela aplicação da Doutrina Monroe”.⁶

É fato que os franceses possuem incontestáveis motivos para investir na renovação do contrato da MMF, em 1931. Antes de mais nada, porque a MMF obtivera resultados muito importantes em todos setores em que atuara, entre eles, na artilharia, na mobilização, na concentração e no transporte. O Brasil é considerado ponto estratégico para os franceses. Como explica Spire: “o Brasil é um posto de observação importante para seguir as tendências que se manifestam na política estrangeira, na política econômica e industrial, tanto na América do sul quanto na América do Norte e nos diferentes grandes países da Europa”.⁷

Além disso, porque, enquanto a MMF permanecer no Brasil, a influência militar, cultural e industrial francesa continua a ser propagada. Logo, a MMF deve permanecer no país mesmo que para isso tenha que aceitar uma redução no número de efetivo de seus membros. Então Spire, conhecedor das dificuldades financeiras brasileiras, elabora um projeto de redução da MMF, capaz de manter o interesse do governo brasileiro na renovação do contrato. De acordo com a proposta de Spire, a MMF ficaria assim constituída:

⁶ Relatório sobre a renovação do contrato da Missão Militar Francesa, op. cit. nota 5.

⁷ id., ib.

Redução da missão proposta por Spire de 1932 a 1935⁸

Emprego	Função	Número de oficiais	Número de sub-oficiais
EM da missão	chefe da missão	01	
	chefe de EM	01	
	cap adjunto	01	
	datilógrafo		03
EEM	diretor	01	
	prof. adj.	01	
	prof. Inf	01	
	prof. art.	01	
	prof. cav.	01	
EAO	dir. inf.	01	
	instrutor inf.	01	
	instrutor art.	01	
Centro de Instrução de Transmissões	instrutor transmissor	01	
Escola de Cavalaria	diretor	01	
	adjunto	01	
Escola Militar	diretor	01	
Escola de Aviação	diretor	01	
	fotógrafo	01	
	tiro e bombardeio	01	
	navegador	01	
	instrutor	01	
	engenheiro	01	
	técnico	01	
	instrutor de artilharia anti aérea	01	
	mecânicos		02
Educação Física	instrutor	01	
Intendência	intendente	01	
Serviço de Saúde	médico	01	
Total		26	05

A proposta de Spire é de redução da MMF para 26 oficiais e 5 sub-oficiais, somando 31 militares franceses; trata-se de corte significativo, visto que, em 1930, a missão conta com 36 oficiais e 6 sub-oficiais. Assim o corte é de 10 oficiais e 1 sub-oficial. Diante dos problemas de ordem orçamentária, a proposta de Spire é considerada pelo governo brasileiro, e, em 1931, o contrato é renovado com a redução do pessoal.

Essa redução da MMF, em 1930, justifica-se pelo fato de alguns militares brasileiros, instruídos pelos franceses, já estarem aptos a ministrar cursos e a ocupar cargos na instrução: um intendente, dois veterinários e um oficial especializado em pólvora. De acordo com Dejean, os franceses ocupariam funções de direção: “a missão que ficará será constituída por oficiais na Direção do Estado Maior, os diretores das Escolas de

⁸ Relatório sobre a renovação do contrato da Missão Militar Francesa, op. cit. nota 5.

Aperfeiçoamento, Infantaria, Artilharia, Engenharia e Cavalaria, mais 7 oficiais na Aviação e dois sub-oficiais mecânicos”.⁹

Com essa medida, o governo brasileiro passa a economizar cerca de 500 contos ou 700 mil francos, pois gasta até então 1.980 contos com a MMF, custo que fica reduzido a 1.480 contos. Em 1930, Spire retorna à França, deixando o comando da MMF. Os gastos de sua viagem de retorno são custeados pelo governo brasileiro, de acordo com o art. 39 do contrato.

No início da década de 30, o estado de Minas, por intermédio do secretário de estado Capanema, pede ao gen. Huntziger uma missão francesa para a reorganização de sua força de polícia. Huntziger argumenta que só poderia fazê-lo com o consentimento do governo federal, pois o art. 8 do contrato da MMF estabelece que: “No caso onde os estados da federação engajarem, para a organização e instrução da sua força pública, uma missão de nacionalidade estrangeira, o presente contrato poderá ser rescindido”.¹⁰ Nenhum estado da federação poderia contratar qualquer missão estrangeira, mesmo francesa, sem o consentimento do governo federal.

A permanência da MMF interessa ao Brasil, que precisa de ajuda para a formação dos comandantes e dos quadros do Exército. Até 1930, não há brasileiros qualificados para substituírem os franceses nas escolas de instrução. Nessa primeira década de trabalho, os franceses contam apenas sete anos de produção de resultados, devido à estagnação ocorrida entre 1924 e 1927.

Para os franceses, existem duas razões básicas para permanecerem com a MMF no Brasil e renovar o contrato. Segundo Spire: “a missão gera no Brasil, um ponto de apoio sólido e não negligenciável de influência intelectual e de apoio à indústria francesa”.¹¹ No meio militar, há muitos elementos que possuem bom conhecimento da língua e da cultura francesa e o contato deles com outros oficiais gera progressivamente, em todas as guarnições, adeptos que passam a difundir a mentalidade, a língua e a literatura francesa. Na análise de Spire, outro ponto favorável à expansão cultural é a falta de conhecimento dos militares

⁹ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, 22.03.1930. p. 03. dossiê 3399.

¹⁰ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 21.08.1931. Paris: Arquivo do MRE, dossiê 131.

¹¹ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

sobre outras línguas: “nossa língua é aqui, no meio militar, a única língua estrangeira compreendida pela grande maioria”.¹²

Em 1930, Leite Castro mostra a intenção de aproveitar a MMF na organização do Exército, nos estados maiores regionais, no EME e no ministério da Guerra. De acordo com Baudouin, as declarações de Leite de Castro, colocam a MMF na reorganização do Exército: “O governo constituirá um conselho superior de defesa nacional, e este conselho entrará em ação no próximo ano. Nós nos esforçaremos para organizar o exército em tempos de paz, desde os reservistas, até o material de guerra e a mobilização”.¹³

O gen. Spire deixa o Brasil em 20 de setembro de 1930; seu substituto, o gen. Huntziger chega ao Brasil em 24 de fevereiro de 1931. Nesse intervalo, assume como chefe provisório da MMF, o cel. Baudouin, que enfrenta, durante esse período, as conturbações advindas da revolução de 1930, na mais estreita neutralidade. Após a revolução, Baudouin com muito jeito, pouco a pouco, entra em contato com os novos homens do poder. Os franceses manifestam permanente preocupação com a renovação do contrato da MMF, temendo que outro país concorrente tome seu lugar:

Outros governos procuraram e procuram enviar instrutores militares ao Brasil: os italianos e os ingleses.(...) Os primeiros fazem um esforço visível para se impor na aviação brasileira. (...) Quanto aos ingleses, é a missão naval americana que parti no fim de seu contrato, em dezembro, que eles querem substituir.¹⁴

Conferem maior relevância efetivamente, aos assuntos ligados à aviação; as indústrias internacionais têm a pretensão de angariar encomendas de aviões, e isso preocupa imensamente os franceses. Segundo Dejean: “se uma missão aeronáutica americana ou naval inglesa vier ao Brasil, não terá mais nada a fazer por nós”.¹⁵ Devido a essa conclusão, é de vital importância para a MMF sua permanência no Brasil. Dejean acredita que: “É de toda importância que um embrião da missão francesa seja a todo preço mantido aqui”.¹⁶

¹² Relatório do gen. Spire, op. cit. nota 11.

¹³ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.12.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

¹⁴ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 6.06.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

¹⁵ Correspondência de Fleurieu, embaixador da França em Londres, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Londres: 8.09.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

¹⁶ id., ib.

Os franceses sabem que as condições financeiras nacionais não são as melhores; daí por que aceitam reduzir o número de oficiais envolvidos na MMF e ter o seu suprimento de despesas em valores inferiores aos anteriores. Como justifica Dejean: “Nós nos encontramos em presença de um Governo provisório vivendo uma situação financeira muito precária”.¹⁷

Leite de Castro, ministro da Guerra, após a revolução de 1930, justifica perante os franceses sua posição revolucionária devido à corrupção praticada pelo governo de Washington Luís. Diz ele: “O exército e a marinha foram tocados por esta política nefasta. Nós tínhamos um exército, uma Marinha e uma aviação, e nem um plano de guerra, e nem uma plano de organização em tempos de paz ou em tempos de guerra possuímos”.¹⁸ Ele conhece os pontos fracos do Exército e pretende promover uma reorganização, mas não sabe por onde começar. Resolve então se apoiar nos oficiais da MMF. Os franceses descrevem Leite de Castro como:

Uma inteligência brilhante, mas sem nenhum bom senso, uma eloquência plena de sedução e uma incapacidade completa de um esforço continuado, um orgulho permanente de sua pessoa e de seu país que podemos considerar uma verdadeira folia dos grandes.¹⁹

Numa primeira visita ao novo chefe da MMF, gen. Huntziger, em 24 de fevereiro de 1931, Leite de Castro deixa claro seu desejo de envolver a MMF na reorganização do Exército. Até o momento, a MMF está dedicada somente à instrução do pessoal, baseada em uma organização que não existe. As manobras realizadas não correspondem às possibilidades, nem à realidade brasileira.

Em 1931, o Exército não tem chefe para o Estado-Maior, porque o gen. Alfredo Malan D’Angrogne está doente e não há quem o substitua. O ministro da Guerra teme que cheguem às vias de fato os desentendimentos e concorrências com a Argentina, devido ao fato de as rivalidades econômicas haverem se acentuado nesse ano de 1931.

Leite de Castro deixa claro seu desejo de obter da MMF uma colaboração constante e completa na obra de reorganização do Exército, atitude que os franceses consideram

¹⁷ Correspondência de Fleurieu, op. cit. nota 15.

¹⁸ Pronunciamento de Leite de Castro, ministro da Guerra do Brasil, para Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 25.02.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

¹⁹ Correspondência de Fleurieu, embaixador da França em Londres, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 27.03.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

acertada, em relação a erros das autoridades militares do passado, como terem utilizado a missão apenas para instrução, desconsiderando o potencial dos franceses no auxílio à organização militar. Mas uma questão inquieta Huntziger: é preciso esperar para saber como o ministro fará para concretizar suas intenções. “Esperar para saber sobre tudo, como o general Tasso Fragoso, que era até 1928, energicamente contra aceitar e entender esta colaboração”.²⁰

Tasso Fragoso assume o cargo de chefe do EME em 2 de abril de 1931. Huntziger, logo o procura para expor suas idéias a respeito da reorganização do Exército, com vistas à execução de uma obra de caráter eminentemente prático, levando em conta as possibilidades de realização. Segundo relato seu, Tasso Fragoso assim se manifesta: “sobre todos os pontos inteiramente de acordo comigo e me repetiu (...) que o estado maior do exército recebeu ordem de nos abrir todos os dossiês de organização e de mobilização e que nenhuma decisão sobre estas questões não poderia ser tomada sem antes ser, vista pela missão”.²¹ Os franceses passam a colaborar de maneira direta e constante com o EME na formulação de leis e regulamentos, instrução, mobilização, estudo sobre nova divisão de infantaria, e reorganização para o ensino militar.²²

A revolução de 30 traz conseqüências sérias para o Exército. O alto comando instalado, segundo a análise de Huntziger, conta com mais títulos revolucionários do que propriamente com valores e atributos militares; por outro lado, os quadros são dispersos, excluídos do Exército ou colocados na reserva, devido à sua postura legalista. Mas, conforme Huntziger: “se eles tivessem se mantidos legalistas e neutros, em geral seriam substituídos por revolucionário nos postos importantes e de confiança”.²³

O material, já escasso, desaparece ou é desperdiçado; a moral e a unidade do Exército está abalada pelas divisões em clãs políticos dentro da instituição. No papel, o Exército ainda é regido por uma organização, elaborada por Gamelin, em 1920. O processo de reorganização é, portanto, urgente. Segundo Huntziger: “é preciso antes de tudo colocar

²⁰ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

²¹ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.04. 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

²² Relatório do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.05.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

²³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

ordem e luz no caos onde as melhores vontades se perdem; é preciso sobre tudo de início adotar um método de trabalho que tenha em conta as necessidades e as possibilidades do momento”.²⁴

Em relação ao material bélico, Leite de Castro propõe reunir o Conselho Superior de Defesa Nacional para executar um plano completo de compras de material, destinado a suprir primeiramente as forças imprescindíveis à mobilização. Mas o embaixador da França, Dejean, pensa que toda prudência nessa hora é pouca, visto haver no Brasil grande instabilidade política e financeira. Recomenda que as declarações do ministro da Guerra sejam bem analisadas.

Para Dejean, fica evidente que Leite de Castro resolvera ampliar o papel da MMF e aproveitá-la na organização do Exército, devido à triste atuação das forças federais nos combates da revolução de 1930. Conforme Dejean: “durante a revolução os oficiais e soldados brasileiros se perderam uns diante dos outros, sem usar suas armas. O desfile da guarnição do Rio constituiu um espetáculo lamentável e cômico”.²⁵ Assim, na visão do embaixador, não é sem tempo que Leite de Castro resolva o que já deveria ter sido feito, ou seja, permitir que a MMF organize, de fato, o Exército Brasileiro.

Os franceses não esquecem rapidamente a oposição que Leite de Castro lhes fizera no passado, sua animosidade contra Gamelin e os aviadores franceses, em especial, contra o ten. cel. Jauneaud.

Apesar de toda a perturbação criada pelos tenentes na década de 20, na análise de Spire, eles constituem-se em um pequeno grupo, um fraco percentual, em relação ao efetivo dos quadros do Exército. Na verdade, o número de tenentes é o menos importante, nesse caso, se comparado com o impacto decorrente de suas ações. A desordem por eles causada é contornada no início da década de 1930, quando Spire afirma: “o restabelecimento completo da disciplina individual e coletiva em todo exército é incontestável”.²⁶ Isso significa que o Exército cumpre seu dever constitucional de obediência às autoridades

²⁴ Correspondência do gen. Huntziger, op. cit. nota 23.

²⁵ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

²⁶ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.05.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

nacionais legalmente constituídas, segundo Spire: “fazendo os sacrifícios que fossem necessários”.²⁷

A doutrina de não intervenção dos militares na vida política do país procura difusão nas casernas, pois o formalismo da disciplina se impõe contra a ruptura da ordem legal. Os programas de trabalho, de armamento, de equipamento e de constituição de maior rede ferroviária passam a se desenvolver a pleno vapor. Em termos de organização, a MMF começa seu trabalho pela preparação para a mobilização e concentra esforços na preparação de efetivos de guerra.

A década de 30 é marcada pela grande participação da MMF na organização do Exército; já a instrução fica a cargo dos brasileiros, preparados para essa atividade pela própria MMF. Entre os planos de reorganização do Exército, está a criação de uma infantaria divisionária de três regimentos, cada regimento com três batalhões, mais uma companhia de metralhadoras pesadas; uma artilharia divisionária com um regimento de artilharia de 75 de montanha; um regimento de artilharia de 75 de campanha e um regimento de obus; um regimento de cavalaria com quatro esquadrões; um batalhão de engenharia com uma companhia de transmissões, duas companhias de engenheiros pioneiros e uma companhia de equipagem divisionária.²⁸

A aviação deveria ser formada por um regimento misto com seis esquadrilhas no Rio de Janeiro; um regimento misto com três esquadrilhas em São Paulo e um regimento misto com três esquadrilhas em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Juntamente com essas disposições, há a necessidade de se aumentar o efetivo para que as divisões e grandes unidades configurem-se como realmente grandes unidades, além de aumentar o armamento, organizar os transportes e preparar a mobilização.²⁹

Em 1932, é assinada a renovação do contrato com a MMF por dois anos, de janeiro de 1932 a dezembro de 1933. Esse contrato inclui uma redução de efetivo maior do que a proposta por Spire: “Art. 15- A MMF compreende: 01 general chefe da missão, 17 oficiais e 02 sub oficiais”.³⁰

²⁷ Correspondência do gen. Spire, op. cit. nota 26.

²⁸ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

²⁹ id., ib.

³⁰ Contrato de renovação da Missão Militar Francesa, 1.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Remarca-se que o contrato é renovado com menos integrantes do que o previsto no projeto citado anteriormente, formulado por Spire, ou seja, o número de 36 oficiais baixa para 18 e de 6 sub-oficiais, para 2. As condições financeiras do Brasil estão tão escassas que o governo brasileiro além de diminuir o efetivo da MMF, nega o pedido dos franceses de aumento das indenizações previstas no contrato. Conforme Frago: “lamentamos não poder aumentar as indenizações previstas no projeto em razão das circunstâncias financeiras em que se encontra o nosso país e devido ao programa de severa economia que o governo executa”.³¹

Os franceses, a cada novo contrato, reivindicam aumento das indenizações: assim, mesmo antes do término do contrato de 1931, por exemplo, isso também ocorre, sob a alegação de que, em 1928, o mil réis vale o equivalente a três francos e que, no início de 1930, perde metade de seu valor. Huntziger argumenta: “o general chefe da missão no início de 1928 recebia 260.000 francos e um capitão 130.200 francos. Atualmente o general recebe 136.000 francos, o que quer dizer um pouco mais que o capitão no início de 1928”.³² Frente às reclamações, o min. Leite de Castro faz a proposta de inserir, no contrato de 1932, uma nova base de cálculo para os vencimentos dos franceses:

no caso em que as variações do câmbio venham a provocar uma desvalorização do mil réis, em relação ao franco, á um valor inferior ao da data de assinatura do contrato, os soldos continuaram a serem pagos em moeda papel brasileiro mas no câmbio da moeda da data da assinatura do contrato.³³

Os franceses aceitam a proposta de Leite de Castro, considerando-a uma garantia contra a desvalorização do mil réis, o que segundo Huntziger: “quer dizer praticamente o dobro das indenizações de transporte de bagagens e de mobiliário”.³⁴ Contentes com a alternativa oferecida pelo governo, essa questão fica decidida satisfatoriamente entre os dois países. Mas, a partir da eclosão, em 9 de julho, da revolução de 1932, a situação se altera negativamente para os franceses.

³¹ Correspondência de Tasso Frago, chefe do Estado Maior Exército, para Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 11.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³² Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

³³ Correspondência de Leite de Castro, ministro da Guerra do Brasil, para o embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, 22.02.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

³⁴ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.02.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

A situação econômica realmente não é das melhores; somado a isso, o Exército fica muito descontente com a posição dos franceses no decorrer da revolução de 32, pelo não fornecimento de armas. Como ressalta Huntziger, há: “uma viva campanha feita nas esferas governamentais para retirar dos membros da missão uma parte das vantagens que tiveram até o presente”.³⁵ O governo, após o término da Revolução, nega qualquer nova vantagem e retira algumas existentes, tal como o direito aduaneiro.

Assim, em 1933, obter a renovação do contrato da MMF é considerado de grande sucesso pelos franceses, em virtude do clima de hostilidades que se instala contra eles, depois do não fornecimento de armas para a revolução de 1932. Como afirma Kammerer: “o pedido de renovação do contrato é incontestavelmente um sucesso após a onda de mau humor que estava o Ministério da Guerra contra nós no ano passado”.³⁶ Embora o número de oficiais fique ainda mais reduzido, e as autoridades militares brasileiras retirem a cláusula do contrato que beneficia a indústria francesa, o mais importante, na análise francesa, é a renovação do acordo.

Para o contrato de 1933, o gen. Andrade Neves deixa claro que o governo brasileiro se reserva o direito de contratar uma missão de artilharia de costa, com o governo americano.

Em 1933, a MMF fica bem reduzida: em seu Estado Maior, permanecem cinco oficiais em ligação direta com o EME; dando direção técnica às escolas e regiões militares, um general chefe da missão, um oficial diretor de estudos na EEM e um sub-oficial. Ao todo, são sete oficiais e um sub-oficial. O tempo de duração do contrato baixa de dois para um ano. Mesmo com menor efetivo, a MMF continua mantendo forte influência. Segundo Huntziger: “eu não hesito em dizer que a missão tem mais influência real do que com a velha organização. Porque seus membros são ‘trabalhadores do comando’ mais aproveitados que no passado quando dispersados nas escolas”.³⁷

O contrato renovado em 1933 entra em vigor a partir de primeiro de janeiro de 1934, por um período de um ano, ou seja, até janeiro de 1935. O novo contrato estabelece,

³⁵ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.01.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³⁶ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.07.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

³⁷ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

em seu art. 3, que os membros da missão atuariam como conselheiros técnicos, junto ao EME. Em 1934, Góes Monteiro empenha-se em organizar definitivamente o Exército e preparar a nação para caso de guerra.

Posteriormente, o contrato é renovado, a partir de primeiro de janeiro de 1935, por mais dois anos. O chefe de EME e o comandante da MMF, gen. Noel, desejam estreitar ainda mais os laços entre os militares franceses e brasileiros. Segundo Noel: “é importante obter entre oficiais franceses e brasileiros uma colaboração estreita e mais completa possível em todos os trabalhos de organização e instrução do exército”.³⁸

A MMF executa um plano de defesa para o Brasil, tendo por base as possibilidades do Exército em termos de efetivo, transporte, armas e mobilização, sem abstrações. Como descreve o gen. Noel: “é um verdadeiro plano, ou seja, uma ‘ordem’ a ser colocada em obra imediatamente si as circunstâncias obrigarem”.³⁹ O plano é elaborado a partir dos documentos e relatórios obtidos nos trabalhos executados em 1933 e 1934, no Rio Grande do Sul.

A MMF propõe um plano de reorganização do Exército e apresenta-o ao chefe de EME para apreciação, com soluções quanto à organização, cuja estrutura é considerada importante, e quanto ao funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Conselho Superior de Guerra. Devido ao fato de o material de aviação ter duração limitada, é preciso também realizar um estudo para aquisição de mais produtos bélicos.

A mobilização deve ser instruída em todas unidades, principalmente no Rio Grande do Sul. Nessa região, devem ser adotados os carnês de setor, indicando itinerário, viabilidade, localidades, pontes com água, pontes secas, entre outros dados, de suma importância para a mobilidade na região.⁴⁰

A sugestão feita por Baudouin para 1934 é a elaboração de diversos planos visando ao emprego e à mobilização das forças armadas; entre esses, são priorizados os planos de informações, de cobertura, de transporte, de defesa de fronteira, de arquivos com

³⁸ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 19.03.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³⁹ id., ib.

⁴⁰ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 6.01.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 046-97.

constituição de mapas, de reunião de forças, de funcionamento de serviços, de vias de comunicação, e de estabelecimento de recursos.⁴¹

O importante para Baudouin é a definição das medidas a serem tomadas em caso de tensão política, fixando como e por qual ordem essas seriam executadas e difundidas. Esse planejamento engloba todas as seções do EME e alguns ministérios como Viação e Interior.

Embora o plano coloque em ação todas as seções do EME, fazendo parte da organização do Exército, no momento, uma questão primordial, para o bom desempenho desse plano de defesa, diz respeito ao orçamento, pois uma das grandes dificuldades continua sendo a falta de material e de mobilização.⁴²

Quando, em 1935, o gen. Noel e alguns oficiais deixam o Brasil, o governo brasileiro não tem condições financeiras para pagar as despesas do transporte. A situação financeira do país está muito ruim. Como alega Carpentier: “A partida precipitada do Ministro das Finanças para os Estados Unidos em vista de obter créditos, a demissão do Diretor de câmbio, são as provas”.⁴³

A MMF esforça-se, no segundo semestre de 1935, para criar uma corrente de idéias favoráveis aos estudos militares e conferir sentido realista às instruções. Com esse propósito, é criado um Curso de Informação e feita uma viagem tática ao Rio Grande do Sul.

Em 1937, o trabalho da MMF concentra-se na EEM, na Escola das Armas e na Escola Militar. Sua ação pode ser sentida na organização das regiões militares e nos exercícios de quadros. Um exercício especial é organizado, sob a forma de instrução combinada com a marinha.

As questões primordiais envolvidas na preparação para a guerra são: mobilização, motorização, aviação e plano de cobertura. O plano de mobilização descreve as unidades a serem mobilizadas, o pessoal e o material necessário à mobilização, e os serviços prestados. Quanto à motorização, é preciso criar um centro de estudos de automóveis para formação de quadros de mecânicos. A aviação necessita constituir unidades de apoio e

⁴¹ Correspondência do cel. Baudouin, op. cit. nota 40.

⁴² Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 38.

⁴³ Correspondência de Carpentier, provisoriamente chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 2.02.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

experimentação e desenvolver um plano de cobertura para analisar todas hipóteses possíveis, em caso de guerra, e quais os meios de mobilização existentes para defesa e ataque.⁴⁴

O ano de 1937 é marcado pelo intenso trabalho desenvolvido pela MMF na organização do Exército e fora da instrução. Como refere Noel: “no domínio da organização, onde nós não podíamos mais que ajudar e não éramos atores propriamente dito, nós estamos, em presença de uma carência do alto comando brasileiro, nos utilizando nos trabalhos preparatórios e nas realizações do futuro”.⁴⁵

Em abril de 1939, a França deixa no Brasil uma missão ainda mais reduzida, com um general chefe de missão e dois oficiais, sendo um deles designado como adido militar.⁴⁶

A França mantém a MMF no Brasil, mesmo em tempo de guerra. Os dois oficiais que auxiliariam o chefe da missão são o ten. cel. Gaussot, encarregado de tática geral e o cap. Pettier, encarregado de questões de organização.

4.1 Contrato da Missão Militar Francesa com o Brasil na década de 30

As características marcantes dos contratos feitos pela MMF com o governo brasileiro são a redução do efetivo da missão e a retirada de algumas importantes cláusulas que beneficiam financeiramente os membros da missão e que concedem prioridade de venda de armamentos bélicos para a França. As alterações, feitas devido a alguns problemas na venda dos produtos, devem-se, principalmente, às difíceis condições econômicas enfrentadas pelo Brasil.

4.1.1 Contrato de 1932

Na chefia de Huntziger, o contrato da MMF expira e o governo só faz a renovação mediante a supressão do art. 6 e a modificação do art. 4. O art. 4 tinha o seguinte teor: “Durante a presença da MMF o governo brasileiro, se compromete a não contratar

⁴⁴ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 7.12.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁴⁵ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.12.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁴⁶ Correspondência do ministro da Guerra da França para Chabedec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa, Paris, 21.04.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

nenhuma outra missão estrangeira com finalidade militar, salvo técnicos para as fábricas, arsenais e serviços geográficos do Exército”.⁴⁷

O final desse artigo é acrescido de: “Durante a presença da MMF o governo brasileiro, se compromete a não contratar nenhuma outra missão estrangeira com finalidade militar, salvo técnicos para as fábricas, arsenais e serviços geográficos do Exército e instrutores para os centros de instrução de costa”.⁴⁸ A retificação realizada demonstra que o governo brasileiro já tem interesse, na ocasião, em contratar uma missão militar de costa em outro país, que não a França.

O art. 6 trata de um tema delicado e importante, a exportação de armamentos. É difícil para os franceses aceitarem a exclusão desse artigo. Mas, após refletirem, e temendo a suspensão do contrato, chegam à conclusão de que é melhor concordar com o governo brasileiro e renovar o contrato do que perder o principal meio de influência francesa no Brasil. Eis o art. 6:

O governo brasileiro dará preferência à indústria francesa em suas encomendas de material de guerra à condição que, na igualdade de valor técnico, este material possa ser comprado por preço idêntico aos propostos por uma outra potência e no mesmo prazo de entrega, em todo estado de coisas, submisso as leis administrativas brasileiras.⁴⁹

Huntziger, após conversar com Tasso Fragoso sobre a renovação do contrato, afirma: “Ele me fez saber que a situação financeira muito grave do país impõe severas economias em todos os domínios e que um projeto de novo contrato não terá chance de ser acolhido pelo governo sem ter grandes cortes no número de pessoal francês”.⁵⁰

Tasso Fragoso, nesse mesmo documento, não esconde que uma corrente nacionalista pressiona o governo para acabar com os estrangeiros no país. Mas, o ministro da Guerra, Leite de Castro, se posicionara favorável à manutenção da MMF no Brasil. Huntziger pondera que é importante manter a MMF, mesmo que reduzida, no Brasil, assim se manifestando:

Manter no Brasil a Missão Francesa, mesmo bem reduzida em número é antes de tudo muito desejável do ponto de vista dos interesses franceses. Nossa

⁴⁷ Artigo presente no contrato da Missão Militar Francesa desde 1919. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁴⁸ Modificação do artigo, exigida pelo governo brasileiro. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁴⁹ Artigo de contrato desde 1919, op. cit. nota 47.

⁵⁰ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

representação tem, evitado, que as intrigas italianas não se exerçam tão fortemente, sobretudo no domínio da aviação, para penetrar no Brasil uma Missão militar mais ou menos camuflada a favor de nossa suspensão e para tentar, em todo caso, abarcar os comandos de material que são até o momento presente dos fornecedores franceses.⁵¹

4.1.2 Contrato de 1935

Em 1934, é estabelecido um novo contrato com a MMF, que entra em vigência a partir de primeiro de janeiro de 1935, com duração estipulada de mais dois anos de serviços no Brasil. O acordo reduz a missão a sete oficiais, dois sub-oficiais e o chefe da missão. Dos integrantes que já estão no Brasil, ficam o cap. Limayrac e o cap. Vigon, sendo necessária a vinda de outros quatro oficiais da França. Dos sub-oficiais permanecem, o adjunto chefe Mesnier e o sargento Viret.⁵²

A missão teria um chefe de EME, encarregado da organização, da mobilização e do recrutamento do Exército; um diretor de estudos da EEM; um inspetor e coordenador de estudos da Escola Militar e das escolas de cada arma; um oficial no EME, com conhecimento de aviação, que goste de voar e consiga vencer os concorrentes da França no comércio de aviação.

De acordo com o art. 24 do contrato da MMF em vigor em 1934, os oficiais franceses, antes de embarcarem para o Brasil, deveriam receber uma indenização para compra de equipamentos e pagamento de suas viagens e de suas famílias, em primeira classe, de Paris para o Rio de Janeiro.⁵³

Este contrato, em seu art. 3, coloca os franceses junto à EEM, como conselheiros técnicos, no que tange às questões relacionadas à organização e instrução do Exército. As missões continuam sempre renovadas, mesmo que por pouco tempo, porque o Exército ainda apresenta dificuldades de encontrar pessoas qualificadas para substituir os franceses nas conferências.

⁵¹ Correspondência do gen. Huntziger, op. cit. nota 50.

⁵² Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁵³ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.12.1934. dossiê 3397.

4.1.3 Contrato de 1939

O contrato findado em 31 de dezembro de 1938 foi automaticamente prolongado para 31 de dezembro de 1939, com a permanência de seis oficiais franceses, que, de acordo com seu plano de trabalho, dariam prioridade aos seguintes setores: curso de alto comando; revisão dos regulamentos; colaboração na EEM, na Escola de Aviação, no EME, na Direção de Aeronáutica e no curso de Aperfeiçoamento do Estado Maior. O chefe da missão, gen. Noel, foi substituído pelo gen. Chabedec de Lavalade.

Ainda em 1939, o governo brasileiro reproduz quase que exatamente o decreto de 4.08.1914, que estipula sua neutralidade na primeira Guerra Mundial, só que agora referindo-se à Segunda Guerra. Seu art. 1 estabelece que: “o governo brasileiro, se abstém de tudo que diretamente ou indiretamente facilite ajude a ação dos beligerantes ou se oponha a ela”.⁵⁴

Em 21 de janeiro de 1941, o ten. cel. francês Pierre Gaussot entrega ao ten. cel brasileiro Décio Escobar toda a documentação referente aos trabalhos da MMF no Brasil, desde os primórdios até essa data.

Quadro geral dos contratos

Período	Duração
1919 – 1923	4 anos
1923 – 1927	4 anos
1927 – 1931	4 anos
janeiro 1932 – dezembro 1933	2 anos
janeiro 1934 – dezembro 1934	1 ano
janeiro 1935 – janeiro 1937	2 anos
janeiro 1937 – fevereiro 1938	1 ano
março 1938 – dezembro 1939	1 ano
1940	Fim da missão

4.2 Viagens: manobras e exercícios de quadros

Os exercícios de quadros são o método utilizado pelos franceses para o ensino militar prático. São feitas viagens a determinados teatros de operações e lá se empregam as técnicas e os conhecimentos adquiridos, na utilização do armamento e do material disponibilizado pela instituição. Entre as inúmeras manobras realizadas pelo Exército sob a chefia da MMF, cita-se a operada no período de 6 a 11 de agosto, em que a EEM efetua

⁵⁴ Decreto, set.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

uma manobra no estado de Minas Gerais, sob a direção dos instrutores franceses. São deslocados para essa manobra 70 homens do Exército.⁵⁵

No período de 8 a 24 de abril de 1936, o gen. Noel realiza uma viagem a Mato Grosso para o reconhecimento da região e obtenção de maiores informações, a serem repassadas aos alunos do Curso de Informações. Noel percorre as localidades de Forte, Coimbra, Corumbá, Aquidauana, Bella Vista, Campanário, Ponta Porã e Campo Grande.⁵⁶

Em 1937, os alunos do terceiro ano da EEM realizam, sob a chefia do gen. Noel, uma viagem ao Rio Grande do Sul, para treinamento de seus conhecimentos sobre tática geral, com estudo de cobertura na região de Jaguarão, exercícios de ação em Bagé e exercícios combinados com a Marinha em Porto Alegre. Esses treinamentos são assistidos pelo general Leite de Carvalho, sub-chefe do EME.⁵⁷

Em 1940, Chabedec de Lavalade faz uma viagem ao Rio Grande do Sul para reconhecer o território e assistir às manobras da Terceira Região. Ele deseja verificar as vias de comunicação do estado, para utilizá-las, em caso de operação militar, mas se depara com péssimos itinerários e conclui: “para aumentar as possibilidades militares do Brasil é preciso estradas, vias férreas, aviação, minas de carvão, equipamentos e industrializar o país”.⁵⁸

O problema militar e o econômico estão intrinsecamente ligados, e, no Brasil, a modernização do Exército depende fundamentalmente das condições econômicas. O Rio Grande do Sul, em especial, necessita melhorar as vias de acesso, por ser considerado uma importante região estratégica. Como enfatiza Chabedec de Lavalade: “(...) O Rio Grande apresenta um interesse histórico e militar sem igual. È o teatro de lutas históricas, onde cada ponto tem uma lembrança. (...) cada ponto deve ser conhecido. (...) as tropas devem estar em constante treinamento”.⁵⁹

⁵⁵ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.08.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁵⁶ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 5.05.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁵⁷ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.10.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁵⁸ Chabedec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa. Documento. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

⁵⁹ id., ib.

4.3 - Legião de Honra

Os franceses condecoraram, com a Legião de Honra, os militares brasileiros, em conformidade com a duração do trabalho em comum com a missão, a patente e a função, a idade e a situação dos candidatos e dos oficiais já agraciados. A Legião de Honra, instituída, em 20 de maio de 1802, por Napoleão Bonaparte, possui, em sua organização, cinco categorias: grande cruz, grande oficial, comandante, oficial e cavaleiro.

Lista dos oficiais brasileiros membros da Legião de Honra em 1934⁶⁰

Grande Oficial	Posto anterior na Legião de Honra
gen. div. Nestor Sezefredo dos Passos, ministro da Guerra em 1927.	oficial em 1921
gen. div. Augusto Tasso Fragoso, ministro do STF em 1933.	comandante em 1920
Comandantes	
gen. div. Leite de Castro, ministro da Guerra em 1932.	
gen. div. Deschamps Cavalcanti, comandante da 4. RM	
gen. div. Vieira Leal, chefe de EM 1930.	
gen. div. Santa Cruz, na reserva.	
gen. div. Azeredo Coutinho, na reserva.	
gen. div. Mariante, comandante 1. RM 1929.	
gen. brig. Méd. Ivo soares	
gen. div. Ramos de Andrade Neves, chefe de EME, 1933.	oficial em 1925
gen. méd. Álvaro Carlos Tourinho, dir. do Serviço de Saúde	
gen. div. Pedro Aurélio Góes Monteiro, ministro da Guerra em 1934.	
gen. Benedito Olympio da Silveira, sub-chefe do EME em 1934.	
Oficiais	
gen. brig. Machado Vieira, na reserva.	
gen. brig. Teixeira de Freitas, na reserva.	
gen. div. Hastimphilo de Moura, na reserva.	
gen. brig. Felipe Xavier de Barros, diretor da intendência.	
gen. brig. Potyguara, na reserva.	
cel. Othon dos Santos	
cel. Castro e Silva, na reserva.	
ten. cel. Méd. Alarico Damásio, dir. Laboratório de Microbiologia	
ten. cel. Ary Pires, chefe de gabinete do ministro da Guerra em 1930.	
gen. Pedro Cavalcanti, comandante da circunscrição de Mato Grosso em 1931.	
gen. Pantaleão da Silva Pessoa, chefe da Casa Militar em 1934.	
gen. Daltro Filho, comandante da 3. RM.	
cel. Leitão de Carvalho, na reserva	
gen. José Pessoa	
cel. Benício da Silva, comandante da Escola de Cavalaria em 1931.	
cel. méd. Souza Ferreira, comandante da Escola de Serviço da Saúde em 1931.	
gen. Paes de Andrade, chefe do Departamento de Pessoal em 1931.	
cel. Armando Duval, sub-chefe de EME, 1933.	

⁶⁰ Informações fornecidas ao embaixador da França no Brasil sobre os oficiais brasileiros na Legião de Honra. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

gen. Eurico Gaspar Dutra, dir. Aviação em 1934.	
cel. Newtom Braga, comandante do 1. regimento de Aviação em 1934.	
Cavaleiros	
gen. div. Antonio Borba	
cel. Julião Esteves Freire, comandante da Escola de Intendência em 1929.	
ten. cel. Isauro Regueira	
ten. cel. Ouriques de Almeida, dir. do Serviço de Veterinária em 1927.	
cel. Sílio Portella	
ten. cel. Fiúza de Castro, sub-chefe da Missão de Compras na Europa em 1930.	
maj. Renato Nunes, dir. estudos da EEM	
ten. cel. Raulino Plínio de Oliveira, EEM, 1930.	
maj. Roszanyi, EME em 1933.	
maj. Adhemar Alves de Britto	
maj. Henrique Batista de Magalhães, EEM em 1933.	
maj. Tristão de Alencar Araripe, Escola de Infantaria em 1933.	
ten. cel. Castelo Branco.	
ten. cel. Gustavo Cordeiro de Farias	
maj. Raul de Sant'Anna	
maj. José Antonio de Lima Câmara	
maj. Álvaro Prati de Aguiar	
maj. Carlos Pfaltzcraft Brasil	
cap. Nilo Horacio de Oliveira Sucupira	
maj. Alcio Souto	

4.4 - Propaganda francesa no Brasil

Os franceses persistem no ideal de difusão de sua cultura no Brasil: para atrair o maior número de estudantes para as escolas de língua francesa, continuam a oferecer prêmios aos alunos com melhor desempenho nas provas.⁶¹ Ainda como incentivo, no campo cultural, há, em 1936, o projeto de fundação de uma faculdade Municipal de Letras no Rio de Janeiro, mediante tratativas entre Dumas e Julio Mesquita. Segundo Hermite: “Julio Mesquita (...) é a alma de nossas relações com a universidade nesta cidade”.⁶²

Em Porto Alegre, além da propaganda nas escolas, a Universidade contrata três professores para ministrarem algumas cadeiras de francês, por iniciativa do interventor, Flores da Cunha. Esse fato representa uma grande conquista para os franceses, pois Porto Alegre e toda região sul do país são considerados como área de inimigos, devido à grande colônia de imigrantes alemães no local.

⁶¹ Correspondência de Curtenaz, diretor do Consulado da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 29.06.1935. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.

⁶² Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 25.07.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.

A admissão de professores franceses por essa universidade é considerada muito promissora por Bellevue: “missão cumprida de modo impecável para o grande bem de nosso país em um centro de alta propaganda inimiga”.⁶³ Entre os professores franceses que passam a ministrar conferências em Porto Alegre, estão Paul Bastide e François Perroux.⁶⁴

Bellevue alerta sobre o fato de que a propaganda alemã está sistematicamente sendo intensificada no sul do país, principalmente através dos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo*, que se posicionam como anti-franceses.⁶⁵

Os franceses desejam expandir sua cultura como forma de alargar sua influência em outros países e exportar seus produtos e idéias; o problema é que eles não compreendem a mentalidade brasileira e, o que é pior, fazem forte crítica à maneira de pensar e viver dos brasileiros. Em 1930, o jornal *A Noite* realiza um concurso de beleza, fato que leva Robien a afirmar: “A loucura dos brasileiros – bem natural em um povo onde domina uma mentalidade de criança precoce e de negra lúbrica, ganhou as colônias estrangeiras que colocaram todo seu amor próprio a encarnar sua pátria ausente na laureada de um concurso equivocado”.⁶⁶

Robien refere-se, nessa passagem, ao concurso de miss universo, realizado em 8 de junho de 1930, no Rio de Janeiro. O concurso, instituído pelo jornal *A Noite*, tem como vencedora a gaúcha Yolanda Pereira. Cabe remarcar que a própria França participa do concurso, sendo representada por Yvette Labrousse.⁶⁷

A MMF envia pilotos estagiários à França, para divulgação de seu material e venda ao Brasil. Também apresenta filmes, para alunos e autoridades, cujo tema são as indústrias, o material de guerra francês, a organização das escolas francesas, entre outros, de interesse militar. No cine Glória, por exemplo, é projetado o filme *Espora de Ouro*, que mostra a organização da Escola de Cavalaria Saumur.⁶⁸ De acordo com Mc Cann: “os oficiais brasileiros tinham de saber francês, já que seus instrutores importados não falavam

⁶³ Correspondência de Magnan de Bellevue, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 25.07.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6 (grifos do autor).

⁶⁴ Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21.07.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.

⁶⁵ Correspondência de Bellevue, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 6.11.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 116, 172-4.

⁶⁶ Correspondência de Louis Robien, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 16.09.1930. Paris: Arquivo MRE, dossiê 118, 172-6.

⁶⁷ Pesquisa feita no site: <http://diasfranciscocarlos.blogspot.com/2008/06/miss-brasil-1930.html>, 20.08.2008.

⁶⁸ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.06.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

português. Alguns franceses fizeram um esforço para aprender português, mas foram exceções”.⁶⁹

4.5 Críticas à Missão Militar Francesa

A França recebe muitas críticas quanto ao material bélico que exporta para o Brasil. Huntziger, em uma de suas correspondências, afirma que alguns brasileiros tentam denegrir, junto ao Ministério da Guerra, as metralhadoras Madsen, exportadas pela França, alegando a sua utilização pelo Exército Francês nas tropas coloniais. Huntziger protesta junto ao governo, declarando que essas metralhadoras são utilizadas pela França somente a partir de 1920.⁷⁰

Frank Mc Cann, em sua obra *Nação Armada*, faz muitas críticas à MMF, quanto: à instrução francesa do Exército Brasileiro com base no exército francês, sem levar em consideração as diferenças climáticas e geográficas entre os países; à superficialidade de sua contribuição para o aperfeiçoamento do Exército; à aquisição, por parte do Brasil, de material bélico usado, de segunda mão, da França. Afirma ele: “A presença da Missão Francesa (...) pode ter retardado o desenvolvimento técnico do Exército Brasileiro”.⁷¹

O jornal *Diário da Noite*, de 31 de dezembro de 1932, publica uma matéria criticando os instrutores franceses de aviação com o seguinte título *Os instrutores franceses deixam no Campo dos Afonsos 80 aviões sem uso*. E a revista *Asas*, considerada veículo oficial da aviação, publica um artigo com o título *Uma sucessão difícil*, também reclamando dos instrutores e dos aviões franceses. Os franceses exigem, então, uma atitude do ministro da Guerra, pois segundo Dejean:

esta calúnia pode dar a impressão que nossos aviadores não se mostraram dignos nem da confiança do comandante brasileiro e nem dos oficiais de seu glorioso exército. (...) eu chamo sua atenção para que os redatores da revista “Asas” reconheçam seu gesto e sua intenção. Este gesto não constituirá que uma exceção entre uma série de demonstração de amizade e confiança.⁷²

⁶⁹ MC CANN, Frank. Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 270.

⁷⁰ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.08.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁷¹ MC CANN, Frank. A nação armada: ensaio sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Guararapes, 1982. p. 90.

⁷² Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para Leite de Castro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 2.02.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

A Revista *Azas*, em sua edição de janeiro de 1932, apresentou um artigo do maj. Muniz com pesadas críticas aos trabalhos dos membros da Missão Militar Francesa de Aviação. Acusou o Ten. Cel Jauneaud, Diretor Técnico da aviação, de ter cometido muitos erros, enquanto instrutor e chefe da missão. Afirmou que a missão desorganizou a aviação e vendeu material velho ao Brasil, sem um programa uniforme para o emprego deste armamento: (...) comprando aviões que são a causa de seus defeitos, colocados há mais de dez anos no Campo dos Afonsos, aviões condenados (...) o Potez 25 se aproximava das 150 horas de voo e o avião Liore já tinha passado deste limite. Os aviões escola são extremamente cansados. Nós não temos nada de novo, tudo é velho. Os brasileiros recebem uma aviação arruinada. Acidentes ocorreram em consequência desta desorganização imperdoável.⁷³

Quanto à técnica dos instrutores, a revista acusa os franceses de não resolverem nenhum problema técnico da aviação; isso fica a cargo dos brasileiros, que organizam os ateliês, arrumam os aviões em pane, utilizam a matéria prima nacional, e listam os materiais a comprar: nada é feito para a missão, que nem sequer uniformiza o material de aviação. Como explica Muniz: “nós temos em serviço 11 tipos de motores de 05 marcas diferentes. Nós temos em serviço 13 tipos diferentes de avião”.⁷⁴

O jornal *Gazeta*, de 30 de novembro de 1931, acusa a MMF de vender material velho, como se fosse novo, e os militares da missão de receberem uma porcentagem sobre a venda desse material: “É de conhecimento público que os oficiais estrangeiros em missão no Brasil recebem porcentagens sobre o material que o nosso país compra das fábricas e depósitos estrangeiros”.⁷⁵

O jornal *A Nota*, em sua edição de 13 de abril de 1937, publica um artigo intitulado *Instrutores ou agentes de Moscou*, no qual os oficiais franceses, em especial o cap. Gaussot, são acusados de simpatia por elementos moscovitas. Conforme *A Nota*:

Nada é mais perigoso para nós que manter o contrato da missão francesa que permite a Moscou destruir nossas instituições. Nosso exército foi profundamente trabalhado por Prestes, Sylo Mereilles e outros agentes comunistas, é um milagre termos escapado da rebelião de 1935. (...) Os oficiais comunistas introduzidos na Missão francesa podem exercer sua propaganda sem que a polícia os impeça. (...).⁷⁶

⁷³ MUNIZ (maj.) A verdadeira organização de nossa aviação militar. *Asas*, Rio de Janeiro, 1.jan. 1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁷⁴ id., ib.

⁷⁵ *A Gazeta*, Rio de Janeiro, 30.11.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁷⁶ *Instrutores ou agentes de Moscou. A Nota*, Rio de Janeiro, 13.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-5.

O gen. Noel refuta, dizendo que o Jornal *A Nota* faz injuriosa acusação contra a MMF, e pede ao governo brasileiro para tomar providências.⁷⁷ O jornal relata que o cap. Gausso disse preferir a vitória dos comunistas sobre os nacionalistas espanhóis:

O capitão Gausso não escondeu sua simpatia pelos elementos moscovitas. (...) ele é incontestavelmente um aliado da barbárie de Stalin contra a civilização ocidental. (...) nada é mais perigoso para nós que manter o contrato da missão francesa que permite a Moscou conhecer nossas instituições. (...). A Missão Militar Francesa pode perfeitamente se transformar num órgão de instrução a favor da propaganda comunista no nosso Exército.⁷⁸

O gen. Noel afirma que o cap. Pierre Gausso nada falara sobre esse tema e que desconhece como tal calúnia pode ser publicada no jornal. Entre os maiores opositores da MMF, estão os aviadores e os oficiais da cavalaria. Essa situação, segundo os franceses, deve-se ao contato direto entre instrutores e alunos, que, muitas vezes, fere o amor próprio brasileiro. Um dos maiores instigadores da campanha contra os franceses é o filho do marechal Bento Ribeiro.

4.6 Posto de adido militar da França no Brasil

A França, na intenção de vigiar os movimentos oposicionistas concentrados no Brasil, resolve instalar postos de adido militar em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Em relação à América Latina, o posto preocupa-se com os países do Prata: Uruguai, Paraguai, e, mais particularmente, dentre os representantes desse grupo, com Argentina, embora considere que, em caso de conflito europeu, seja mais provável que a Argentina, ao invés de lutar, conserve uma neutralidade análoga ao Brasil.⁷⁹

Os objetivos do posto do adido militar são: vigiar os colonos estrangeiros, utilizar a lista de recursos brasileiros que interessam aos beligerantes e inspecionar as atividades dos beligerantes na intenção de bloquear as ações francesas no Brasil. Embora a implementação de tais objetivos deva ocorrer em todo o território nacional, a urgência é em São Paulo e nos estados do sul.⁸⁰

⁷⁷ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-4.

⁷⁸ Instrutores ou agentes de Moscou. *A Nota*, op. cit. nota 76.

⁷⁹ Documento posto de adido militar: mobilização interna. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁸⁰ Plano de informações sobre o posto de adido militar, Rio de Janeiro, 21.02.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

A França espera que, em caso de conflito, não importando qual sua natureza e qual país adversário, o Brasil tenha uma postura de neutralidade em favor da França, “neutralité beinveillante”. Os franceses que participam da missão não podem desempenhar funções no posto, pois estão ligados, por contrato, ao governo federal. Assim, o adido militar é escolhido fora dos membros da missão.

O Brasil possui muitos recursos a oferecer aos países beligerantes para fabricação de material bélico, tais como ferro, níquel, manganês, cobre, grafite. Entre os produtos alimentares, destacam-se cacau, arroz, açúcar, café e carnes; e, de maneira geral, madeira, algodão, tecidos, couros, entre outros.

Num período de hostilidades políticas, o posto deve recensear os cidadãos alemães e repatriá-los; vigiar, em especial, os oficiais da reserva e os membros de organizações nazistas e investigar o crescimento das compras alemãs de matéria prima para fabricação de material bélico.

Em caso de deflagração de conflito contra a Alemanha, o posto deve manter o serviço de informações sobre os alemães no Brasil; vigiar as sabotagens que possam ser feitas no Brasil, tais como evitar a entrega de material importado pela França e seus aliados; supervisionar a propaganda alemã e obter informação sobre todos os passos alemães no Brasil. Em caso de deflagração de guerra contra a Itália, as mesmas precauções devem ser tomadas em relação aos colonos italianos.

O ideal seria criar um posto de informações, na fronteira sul do Brasil, com elementos da colonização francesa. O posto deveria ter um excelente serviço de informação sobre alemães e italianos, pois esses colonos seriam imprescindíveis aos seus governos de origem, em caso de deflagração de um conflito mundial.

Na possibilidade de uma guerra que interesse à França, quais seriam as atitudes adotadas pelo Brasil? Essa é a pergunta francesa que não quer calar. A principal hipótese é que o Brasil conserve sua neutralidade e, economicamente, adote uma política de interesse comercial. Independente da ação brasileira em caso de conflito, o que importa ao posto de adido é estar bem documentado sobre as agitações no interior e nas capitais do Brasil, principalmente em se tratando de alemães e italianos.

Os alemães ocupam uma posição importante, com bancos, comércio de importação, grandes companhias de navegação, metalúrgicas, entre outras. Eles estão concentrados no

Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente, na região sul. Segundo o *Jornal de Mobilização*: “a característica do imigrante alemão é a conservação quase intacta de seu espírito nacional mesmo após várias gerações”.⁸¹

Os italianos estão agrupados em São Paulo e no sul do país e assimilam, mais facilmente, a cultura local. Na visão francesa, alguns italianos são fascistas, o que exige maior observação do posto sobre esses elementos, controlando a propaganda inimiga e a contra-espionagem. O posto deve controlar os estoques e os movimentos de matérias primas brasileiras, a fabricação de guerra, e manter um serviço secreto na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.

4.6.1 Grupos a serem investigados

Os elementos a serem vigiados pelo posto são aqueles que representam, na visão francesa, algum perigo para a França; por isso, não precisam ter cometido algum crime ou ter envolvimento com o partido nazista ou comunista. Todos os colonos estrangeiros são alvos de especulações, pois podem estar ligados a alguma conspiração contra os interesses da França: é a teoria da conspiração.

As matérias primas brasileiras possuem, à época, elevada importância, devido aos vínculos comerciais estabelecidos pelo Brasil. Na Amazônia, destacam-se o algodão, o cacau e a madeira; na região de Minas Gerais, o ferro, o manganês, o níquel e o grafite; no Rio de Janeiro e em São Paulo, o café, o açúcar, o arroz, os tecidos e objetos fabricados; nos estados do sul, as carnes e os couros.⁸²

As investigações deveriam observar a atividade dos colonos, os agentes de propaganda e o serviço de espionagem desenvolvidos nas colônias; quanto ao material, verificar a natureza e a quantidade de matérias exportadas para o Brasil e o seu destino.⁸³

⁸¹ *Jornal de Mobilização* do posto de adido militar. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁸² Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.10.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁸³ *id.*, *ib.*

Elementos a serem vigiados pelo posto⁸⁴

Nacionalidade	Localização	Observação
alemães	RJ: de 28.000 a 30.000 SP: de 10.000 a 15.000 SC, PR e RS	Muitos ocupam posição importante: bancos, comércio, navegação, metalúrgica, eletricidade. No estado de SC formam verdadeiras colônias, fortemente organizadas. Pouco assimilados.
italianos	SP: de 400 a 500.000	Comerciantes industriais, cultivadores agrícolas. Facilmente assimilados Pouco organizados.
sírios e libaneses	Numerosos por todo País	Fortemente organizados, na maior parte comerciantes e francófonos.
japoneses	SP e RS: cerca de 120.000 imigração ativa.	Bem organizados. Inassimiláveis.
russos	RS	
poloneses	RS	
norte-americanos	principais cidades	Pouco numerosos, mas em situação privilegiada.

4.6.2 Organização do posto

O posto de adido militar no Rio de Janeiro deve contar com três oficiais; o de São Paulo, com um. O adido militar tem por função a informação, propaganda e ligação com o exército local. O oficial adjunto é encarregado de substituir o adido e fazer o serviço de contra espionagem. A um terceiro oficial cabe cuidar das questões econômicas. Em São Paulo, apenas um oficial pode fazer o serviço de informação, propaganda e economia.⁸⁵

O posto funcionaria na embaixada da França, necessitando de um cofre forte, dois armários, uma mesa, uma máquina de escrever e um classificador de documentos. Sua função primeira seria verificar se o Brasil presta ajuda ao país inimigo. Nele, devem funcionar o serviço secreto francês, exercido por agentes, ou, como diziam os franceses, por *antennes* ou *boîtes aux lettres*.⁸⁶

O pessoal envolvido no trabalho do posto divide-se em dois setores: Marinha, com um oficial representante no Rio de Janeiro, e Exército, com um sub-oficial secretário, um oficial encarregado das informações e um oficial mobilizado, em cada um dos seguintes postos: Belém, Natal, Bahia, Santos e Porto Alegre.⁸⁷

O pessoal que trabalha no posto seria convocado e utilizado em serviços oficiais, como secretaria e serviços secretos. O adido, chefe do posto, é um oficial superior.

⁸⁴ Plano de informações sobre o posto de adido militar, op. cit. nota 80.

⁸⁵ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.11.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁸⁶ Jornal de Mobilização, 18.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

⁸⁷ Correspondência do cap. Benech, adido da Marinha na Embaixada da França, para gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 19.11.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Em 1931, os franceses elaboraram o projeto de lançamento de um jornal de mobilização do posto de adido. O efetivo do posto corresponde aos seguintes cargos:⁸⁸

Categoria pessoal e material	Efetivo
serviço oficial	
adido militar	01
oficial	01
datilógrafa	01
plantonista	01
condutor de carro	01
carro	01
máquina de escrever	01
cofre forte	01
serviço secreto	
oficial	05
sub-oficial	03
secretária	05
plantonista	02
cofre-forte	01
máquina de escrever	04
pessoal de aeronáutica	
oficial	01

⁸⁸ Documento posto de adido militar, op. cit. nota 79.

5 Legados da Missão Militar Francesa

A MMF apresenta contribuições significativas na organização das grandes unidades, na modernização do Exército e do ensino, nas novas regras de promoção, na formação profissional. Os trabalhos junto ao EME concentram-se na confecção de planos e projetos, tais como: plano de informações sobre período político, projetos de regulamentos para instruções, plano de defesa, plano de mobilização e transporte, estudo dos regulamentos, entre outros. Segundo Noel:

A missão forneceu as bases necessárias à organização do exército, a mobilização do pessoal e do material, estudos úteis sobre as ligações entre o comando e o governo, a criação de um Conselho Superior de Defesa Nacional, um Conselho Superior de Guerra, a mobilização econômica e industrial.¹

Quando a missão chega ao Brasil, encontra o Exército em condições deploráveis: inexistia uma ligação entre governo e Exército; as grandes unidades não estão constituídas e não possuem mobilização; as seções do EME não dialogam entre si; o efetivo é baixo e os regulamentos sem aplicação prática.

A MMF confere novo sentido ao espírito militar brasileiro, que passa a entender que o oficial “fora de suas funções técnicas, ele tem um papel nacional e social a cumprir, o que faz de sua carreira uma das mais nobres que existe”.² Realiza concursos para admissão na ECEME; cria curso de preparação para o concurso de admissão; estabelece uma doutrina; realiza exercícios de terreno e em mapas; desenvolve o método cartesiano de raciocínio: missão, inimigo, terreno, meios, bem como o emprego combinado dos sistemas operacionais; organiza regulamentos; desenvolve conhecimentos de instrução estratégica e ensino prático; cria o curso de alto comando e de aperfeiçoamento em 1939.

Entre as construções projetadas pelos franceses estão, segundo Pelegrino Filho: cinco quartéis de companhias, três no Rio de Janeiro, um em Mato Grosso do Sul e um em Juiz de Fora; cinco quartéis de artilharia; dez quartéis de batalhões de caçadores, seis

¹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.07.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

² Discurso pronunciado pelo cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

quartéis de regimento de artilharia; dois quartéis de esquadrões de transmissão no RS e um quartel de batalhão de infantaria em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.³

Em relatório ao presidente da República, Getúlio Vargas, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, afirma que a MMF muito tem contribuído para o estabelecimento de novas bases de regras para o funcionamento das escolas, a fim de elevar o nível dos estudos militares. Cita como mais relevantes as seguintes realizações:

Organização e funcionamento da inspeção geral do ensino no Exército;

Lei sobre instrução no Exército;

Preparação dos cursos da Escola das Armas para 1938;

Preparação dos Cursos da Escola Militar;

Instrução sobre o estabelecimento dos quadros da situação do efetivo dos órgãos mobilizadores;

Instrução sobre o funcionamento das seções mobilizadoras;

Instrução sobre o papel dos corpos de tropa em matéria de mobilização;

Estudos sobre a motorização e mecanização.⁴

Ao reformular a doutrina militar brasileira, a MMF faz um reexame dos conceitos básicos adotados pelo Exército, cria novos regulamentos, organiza a instrução, os exercícios nas manobras, e as grandes e pequenas unidades. Ao se analisar a instrução, os regulamentos e os serviços realizados pela MMF, chega-se à doutrina militar legada pelos franceses.

Uma das contribuições mais relevantes da MMF para o Exército é a difusão e entendimento de que sua finalidade maior é a guerra. Os militares brasileiros passam a reconhecer que o fim dos exércitos é a guerra; portanto, em tempos de paz, devem-se adquirir conhecimentos teóricos e práticos de como enfrentar o inimigo, de como se defender e atacar, de como construir pontes ou manusear o material bélico, entre outros. Assim, o Exército passa a se preocupar com o inimigo externo, identificando-o e montando o plano de defesa nacional.

³ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, para o presidente da República, Rio de Janeiro, maio 1938, p. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1939.

A segurança nacional dá-se pela ação de um exército forte. Na opinião de Góes Monteiro: “exército fraco é melhor que não exista”.⁵ O exército é a instituição que aglutina a força e defende os interesses da pátria, acima dos interesses individuais e partidários. Como afirma Góes: “a política do exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material (...) no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e a formação de uma mentalidade”.⁶

O Exército, ao identificar seu inimigo, seu campo de atuação, as prováveis invasões de território e os ataques e contra-ataques viáveis, monta seu plano de guerra e de defesa. Para tal, seus homens têm, primeiramente, que estar bem adestrados na execução das missões planejadas pelo alto comando. Outro legado da MMF, importante para essa finalidade, é a preparação e a disciplina dos corpos, a educação física.

A educação física impulsiona o costume de se exercitarem os alunos e membros do Exército de maneira geral; em todos os cursos, se enfatiza a importância de ter pessoal qualificado para as aulas. A educação física aumenta a resistência do corpo e o torna mais apto aos desafios do clima e do relevo. Em 1931, é criado o departamento de educação física. De acordo com Motta: “A formação do oficial brasileiro, em seu primeiro lance na Escola militar, terá como base a educação física, como meio a cultura geral científica, e como fim a mais rigorosa preparação profissional”.⁷

Nas escolas, a história militar ganha valor e relevância, pois a doutrina nacional emana da história do país. Assim como a doutrina de guerra é nacional e deve estar adequada à realidade do país, das condições físicas às condições morais. Portanto, é, no estudo da história militar, que se identificam os problemas internos e externos do país, as questões de segurança, o pretense inimigo, as ameaças de expansão territorial, os feitos dos antepassados, as guerras, as lutas e os confrontos travados, entre outros. Ao se conhecerem esses fatos, identificam-se os erros e acertos anteriores, com vistas a orientar as atitudes vindouras.

⁵ MONTEIRO, Góes. A revolução de 1930 e a finalidade política do Exército (s.l., s.d. s.ed.) p.219. Brasília: Arquivo Superior Tribunal Militar.

⁶ id., ib., p. 163.

⁷ MOTTA, Jehovah. Formação do oficial do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p.283.

A valorização conferida ao poder militar faz parte do legado da doutrina militar francesa. Como ressalta Gamelin “(...) a força é hoje mais necessária do que nunca às nações que desejam viver, mas também porque o corpo militar é a mais completa expressão do espírito de uma sociedade. (...) porque a espada é o eixo do mundo e a grandeza não se divide”.⁸

A doutrina militar do Exército Brasileiro, antes da chegada dos franceses, tem inspiração positivista. Mas há quem discorde dessa análise e acredite que o Exército não possui nenhuma doutrina antes da chegada da MMF. Segundo Correa: “os defeitos de origem, porém, em parte persistem, e dentre eles nenhum urge tanto corrigir com a falta de unidade de doutrina”.⁹ Independentemente dessa discussão, é fato que a doutrina militar brasileira, após 1920, é obra da MMF. Como salienta Dutra:

temos uma doutrina de guerra, a que obedecem os nossos regulamentos e as nossas atividades militares. É obra da MMF, cujos ensinamentos estão implantados em longos anos de proveitoso trabalho, nas escolas em que esta Missão tem professado, tal doutrina está solidamente assentada.¹⁰

Os franceses ensinam nas escolas o método cartesiano, um pensar metódico e científico que passa a operar nas academias militares. Segundo Baudouin, o método de trabalho constitui a doutrina: “uma maneira comum de encarar e tratar os problemas de ordem militar. Somente a Doutrina permite obter o rendimento máximo, e sem ela haverá dispersão de esforços, a impossibilidade de conseguir o resultado satisfatório”.¹¹

O Exército precisa de um corpo de doutrina homogêneo, aceito por todos oficiais, com vistas à manutenção da ordem e da disciplina. Os ensinamentos franceses são contrários à intervenção militar na política, pois, defendem que, aos militares cabem os assuntos da caserna. Como a força do exército está na disciplina, a MMF confere novo sentido ao espírito militar brasileiro que passa a entender que o oficial “fora de suas funções técnicas, ele tem um papel nacional e social a cumprir, o que faz de sua carreira uma das mais nobres que existe”.¹²

⁸ DE GAULLE, Charles. Por um exército profissional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996. p. 140—141.

⁹ CORREA, Acácio Faria. A unidade de doutrina. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VI, n. 71 e 72, p. 392, 10 ago. 1919.

¹⁰ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, p.10. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

¹¹ BAUDOIN. A Doutrina. Rio de Janeiro: EME, 1931. p. 23.

¹² Discurso pronunciado pelo cel. Baudouin, op. cit. nota 2.

A disciplina é inegavelmente o alicerce da doutrina militar brasileira, a qual segundo Dutra, é rigorosamente mantida no decorrer de 1937:

a lei do conformismo social e da eliminação dos não conformistas, forma a base moral da estrutura disciplinar do exército e justifica a severa repressão dos homens dissidentes ou rebelados. É a falta de adaptação vital ao ambiente militar que provoca as omissões do dever, ocasionando a infração disciplinar ou o crime.¹³

A disciplina depende da boa administração das promoções, sem críticas e sem dúvidas quanto ao mérito do militar que atinge um cargo elevado; assim, a obediência é mais facilmente desempenhada, pois a promoção não é recompensa, mas uma seleção rigorosa dos mais capazes.

Um exército é instruído para a guerra e a guerra comporta dois escalões importantes e diferentes: a doutrina e os processos de combate. Para determinar os processos de combate, deve-se responder a muitas questões, entre elas: o que eu quero? Qual é a ordem? Quem é o inimigo? O que posso fazer para impedi-lo de cumprir sua missão? O que o inimigo quer? De que meios ele dispõe? Quais são suas possibilidades?

Essas respostas são sempre incompletas, mas, acopladas à doutrina, constituem a estratégia de guerra. A doutrina tem caráter estável e permanente; ela é um princípio conhecido de todos militares em tempos de paz. A guerra moderna, por sua vez, caracteriza-se como uma guerra total, ou seja, absoluta, envolvendo toda a nação no conflito e determinando o aniquilamento do inimigo. Segundo Martins: “a noção de guerra total significa, (...), que “todos” teriam, na guerra, uma questão pessoal a resolver”.¹⁴ Entendendo a guerra como uma questão que envolve o país inteiro, Osvaldo Aranha acrescenta: “a doutrina de guerra envolve a preparação total da Nação”.¹⁵

5.1 Guerra moderna

As dimensões institucionais da modernidade ocorrem dentro do ciclo capitalismo, industrialismo e poder militar. Com o acúmulo de capital gerado pelo capitalismo, fomenta-

¹³ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1940. p. 22. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

¹⁴ MARTINS, Estevão Chaves de Resende. Guerra é guerra. Humanidades, Brasília, UnB, n. 3, v. 10, p. 231, 1994.

¹⁵ Correspondência de Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Osvaldo Aranha, rolo 12.

se o desenvolvimento de indústrias bélica e impulsiona-se o poder militar. A hegemonia do estado está atrelada ao poder econômico e militar da nação, associando assim, o político e o militar.¹⁶

Um estado tem que equilibrar o pensamento à ação, senão se torna frágil e suscetível. Os exércitos servem para combater, representam a ação; a política, para pensar a guerra. De acordo com Giddens, “a modernidade é constituída por e através de conhecimentos reflexivamente aplicado”.¹⁷ O poder militar tem destaque desde sempre, no decorrer da história, embora tenha alterado seu caráter e técnicas, devido ao avanço da industrialização, ou seja, com a modernidade.

Giddens classifica as dimensões institucionais da modernidade em quatro fases: vigilância: controle da informação e supervisão social; poder militar: controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra; industrialismo: transformação da natureza e capitalismo; e acumulação do capital.¹⁸

Essas quatro fases, apontadas por Giddens, como pilares da modernidade, não são percebidas por alguns sociólogos, por ele citados, tais como Max Weber e Durkheim, quando debatem e analisam à cerca da sociologia e das transformações sociais, na evolução para o moderno. O poder militar atinge importância juntamente com o poder político, pois o moderno se faz pelo uso da violência e da supremacia de um estado sobre outro.

O plano geral para a organização definitiva do Exército, impulsionado por Góes Monteiro, tem por base a guerra moderna, ou seja, nacional e total. Na guerra moderna, a moral é tida como fator preponderante, e o fator material, como decisivo. Partindo-se do pressuposto de que o povo aprende sobre a guerra a partir de conflitos anteriores, o plano de organização estabelece princípios de guerra, tal como o faz Foch. Entre eles estão: rapidez, mobilização, previsão de material, a surpresa e comando.¹⁹

O plano de mobilização traz um detalhamento de todas as providências a serem tomadas em caso de guerra: onde cada cidadão e cada coisa tem seu destino traçado. No caso brasileiro, a organização militar tem amplitude maior que apenas a preparação do país para a guerra:

¹⁶ GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

¹⁷ id., ib., p. 46.

¹⁸ id., ib., p. 65.

¹⁹ Plano geral de ação para organização do Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

Congrega os cidadãos em torno de uma idéia comum, para um fim comum, independente de suas opiniões religiosas, filosóficas ou políticas e desenvolve a solidariedade nacional, fortalecendo a Nação.

Combate a influencia dissolvente do imigrantismo sobre o espírito nacional;

Facilita ao governo a solução dos problemas que interessam ao conjunto nacional.

(...);

A guerra moderna utiliza tudo que representa força num povo;

Ela se trava em todos os campos e emprega todos os recursos desde os morais e intelectuais até os materiais;

Prepará-la é em última análise, desenvolver as energias nacionais até o máximo possível, sem desprezar aspecto algum;

As indústrias de guerra nada mais são que as indústrias correntes especializadas e desenvolvidas;

Um povo capaz de produzir para a guerra tem tudo que lhe é necessário na paz.²⁰

No Brasil, não há uma preocupação séria com a defesa nacional; o exército está bastante próximo de uma organização efetiva e os problemas militares são incompreendidos: “Até a MMF nosso exército era pura abstração, pois vivia sem qualquer objetividade justificável”.²¹ A obra da MMF é levar objetividade ao seio militar; mas muitos chefes ainda se encontram alheios a essa evolução, haja vista a indisciplina que ainda vigora, a desorganização de alguns estados maiores e a ausência de método nas atividades desempenhadas.

O trabalho da MMF é fortemente sentido nas escolas; os oficiais formados se deslocam para os estados maiores e outras unidades para repassar seus ensinamentos, mas, nem sempre, são bem vistos pelos oficiais mais antigos, que comandam os setores:

os chefes, a partir do escalão regimento, sendo em geral incapazes de preencher o papel de instrutores, orientadores e coordenadores da ação de seus subordinados, não gozam de prestígio e criam no exército uma mentalidade de pseudo disciplina, armada de sofismas e toda feita de falsas aparências. (...) como ignoram completamente as necessidades profissionais, não sabem pugnar ou defender os verdadeiros interesses do exército.²²

Os problemas no Exército não são poucos e a defesa nacional não está organizada. O país não está preparado para a guerra moderna, pois não tem reservas minerais, organização industrial, nem vias férreas. Além de todos problemas de ordem interna na força, ainda existem, à época, as pressões externas, provenientes dos civis: “os civis (...)”

²⁰ Plano geral de ação para organização do Exército, op. cit. nota 19.

²¹ id., ib.

²² id., ib.

para obter a promoção de amigos, maus militares que servem seus interesses ou para conseguir vantagens para seus torrões, sem levarem em conta os interesses nacionais”.²³

Por outro lado, os militares usam civis para obterem promoções em sua carreira, causando um grande mal as fileiras. Que defesa nacional pode ser fundada sobre esse caos? Qual é a finalidade do Exército? Para qual guerra se preparar? Para conseguir separar o joio do trigo, o caminho adequado, segundo a cúpula militar do período, é o método cartesiano. Acreditam que o cartesianismo os livraria das contradições e os levaria a verdade. Esse é o meio encontrado para colocar o Exército sobre uma base sólida e constituir a defesa nacional.

O fim de todo exército é a guerra; é esse o seu destino e, para cumprir sua missão, tem que ter homens adestrados e material moderno. A guerra moderna para a qual o Brasil se prepara é inevitavelmente continental, contra Argentina, Paraguai ou Uruguai. Essa guerra é total, envolve todos os setores da sociedade. O Exército ativo representa a força para os campos de batalha; e a mobilização da sociedade representa a força de manutenção dos meios de sustento da batalha, ou seja, os serviços públicos, diplomáticos, agrícolas, financeiros, industriais, entre outros.²⁴

Quanto mais alto o grau hierárquico do militar, maior sua responsabilidade de ação, de delegação de tarefas e de escolha da opção mais conveniente, de acordo com o progresso da guerra; mas essa responsabilidade tem que ser sentida em todos escalões. Da obediência e da disciplina entre todos os postos, do general ao soldado, depende a organização da força, cada um desempenhando com afincos suas tarefas. Por isso, o preparo do militar é fundamental para a soberania do Exército. Para a reconstrução do sistema, é preciso hierarquizar os quadros de oficiais, fazendo ascender os mais capazes, sem considerações de ordem política, sem sentimentalismo, levando apenas em conta o valor militar de cada um e, ao mesmo tempo, eliminando os incapazes.²⁵

Daí a grande importância das escolas; por isso, os franceses ficam uma década sendo aproveitados como instrutores e conferencistas nas escolas militares, fundando novas escolas e novos cursos. O Exército precisa de educação ativa e prática continuada, que

²³ Plano geral de ação para organização do Exército, op. cit. nota 19.

²⁴ id., ib.

²⁵ id., ib.

possam formar solidamente as bases de seus integrantes, através do ensino militar, de línguas e de cultura geral.

Os oficiais que obtêm bons rendimentos nas escolas, são destinados aos estados maiores e lá praticam e ensinam tudo o que aprendem. É um modo de disseminar os ensinamentos franceses, principalmente quanto à disciplina e à subordinação. As matrículas nas escolas são feitas por meio de concurso, selecionando a entrada dos melhores; portanto, ninguém por mais antigo que seja, tem direito adquirido. É assim que se forma a mentalidade profissional.

É no EME que se definem o plano de guerra, o plano de operações, a ordem de batalha, e, enfim, tem-se um comando de guerra. Com quadros instruídos, educados e hierarquizados fica fácil montar essa estrutura para a guerra; portanto, o mais importante é organizar, primeiramente, o alto comando, a alta administração e os estados maiores.

A década de 30, inicia, durante o governo provisório, com a decisão dos militares da alta cúpula de fazerem uma séria reorganização no meio militar. Como afirma Góes:

O que era o exército Brasileiro no último quartel de 1930? O que sempre foi em todas as fases críticas da nossa história: instrumento deficiente e falho da defesa nacional transformado, pelo impatriotismo dos governantes, em guarda pretoriana, a serviço do interesse inconfessável e das paixões facciosas. Desprovido de material, escasso e impróprio; tropa mal instruída, mal educada, facilmente dissociável, chefe incapaz por vezes inapto, feito ao sabor das conveniências palacianas.²⁶

A guerra moderna modifica o equilíbrio econômico do país, enfraquece a produção, paralisa as negociações exteriores, tanto pelas hostilidades, quanto pela falta de crédito nacional. Parte-se do princípio de que essa guerra é longa e se estenderá por todo domínio nacional. Assim, para evitar o perigo de improvisação, urge uma organização rápida, com o levantamento de todos recursos da nação.²⁷

O poder executivo deve preocupar-se com as necessidades oriundas da guerra, pois essa, assim como coloca novas prioridades, relega outras a um segundo plano. Dessa forma, por vezes, é preciso criar departamentos ministeriais novos e suprimir secretarias de estado ou outras sessões governamentais. O poder legislativo deve estar atento à conservação ou

²⁶ Correspondência de Góes Monteiro ao Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 050-97.

²⁷ Conferência da Missão Militar Francesa: considerações sobre a lei de organização geral da nação para tempos de guerra. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 046-97.

não de assembléias como organismos representativos da nação. Caso essas assembléias permaneçam, como submeter os parlamentares às obrigações militares?²⁸

A centralização, em caso de guerra, deve ser imposta ao extremo; portanto, os franceses sugerem que sejam montadas organizações regionais, com ligações estreitas com o poder central e com a ordem militar. A ação militar implica determinar os objetivos das forças armadas, preparar os meios necessários para o desenvolvimento das operações e executá-las. O objetivo das forças armadas é traçado pelo governo, e a preparação dos meios é confiada a departamentos ministeriais. A direção das operações é assegurada pelo comandante das forças armadas²⁹

Na organização econômica, dois setores entram em destaque: a agricultura e a indústria. Assim, as questões que merecem estudo são a disposição de mão de obra suficiente; de matérias primas indispensáveis ao funcionamento industrial; de recursos financeiros e dos meios de comunicação.

Em caso de guerra, o governo conta principalmente com o Conselho Superior da Defesa Nacional, criado pela constituição de 1934. Também são de extrema importância as seguintes leis: lei de Serviço Militar, regulamento do EME, lei de Organização do Ministério da Guerra, lei de Organização Geral do Exército, lei de Movimento de Quadros, decreto de Organização do Conselho Superior da defesa Nacional e a lei de Estado de Sítio, em caso de agressão externa.³⁰

5.2 Escolas militares

A influência cultural francesa é sentida intensamente nas aulas e nas palestras das escolas militares; a Revista Defesa Nacional, fundada pelos jovens turcos, oferece, em seus exemplares, a venda de alguns títulos franceses, entre eles: *Essai sur la psychologie de l'infanterie*, *Problèmes d'artillerie*, *Deux manoeuvres*, *Quand et comment Napoleon*, *Le combat des petits unités*, *Principes de la guerre*, *Conduite de la guerre*, *Le role social de l'officier*, *La recherche de renseignements*.

²⁸ Conferência da Missão Militar Francesa, op. cit. nota 27.

²⁹ id., ib.

³⁰ id., ib.

Após todas as dificuldades decorrentes da revolução de 1930, em 15 de abril de 1931, todas as escolas voltam a funcionar. Mas, devido à necessidade de enquadramento de militares no corpo de tropa, o ministro da Guerra decide reduzir, de 20% a 40%, o número total de oficiais das armas combatentes a serem enviados para as escolas nesse ano. O Exército precisa reorganizar-se após a baixa de efetivos causada pela Revolução de 30, por morte ou desligamento.³¹

A instrução, de maneira geral, também deveria passar por uma reorganização, contando com mais exercícios práticos e análises mais apuradas das reais condições do Exército. Como afirma Huntziger, a situação, após a revolução de 30, é paradoxal:

nos encontramos diante da seguinte situação paradoxal: instrução e regulamentos práticos nas escolas correspondem a uma organização nova, adotada em princípio, mas que não existe e é totalmente diferente da instrução e dos regulamentos antigos em vigor no resto do exército, que se adaptam ao embrião da organização. Esta situação não pode evidentemente durar.³²

A resolução dessa questão é imperativa. A educação prática nas escolas é o objetivo permanente dos franceses, sendo o elemento diferencial em relação a tudo o que antes vigora em matéria de instrução e ensino. Mas, se os regulamentos não condizem com as reais condições do país, como então exercer uma instrução prática? Como a instituição pode obter unidade, se as escolas, que representam uma vanguarda em termos de regulamentos e informações atualizadas, conforme Huntziger, só existem em princípio? Como funcionam o resto das unidades que ainda estão arraigadas às legislações fora de uso?

O problema da instrução está diretamente relacionado à organização do Exército como um todo, não podendo ser desvinculado de regulamentos, efetivo, mobilização, transporte, enfim, de todos os assuntos pertinentes à organização militar. Huntziger trabalha pela colaboração das escolas entre si, tanto na realização em conjunto de exercícios, quanto na assistência do trabalho executado por outros cursos.

Em março de 1931, é criada a Diretoria Geral de Ensino, órgão administrativo responsável pelas decisões sobre as escolas e também pela promoção desse intercâmbio sugerido por Huntziger. O contrato da MMF é renovado em 1931, entrando em vigor a

³¹ Correspondência Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³² id., ib.

partir de janeiro de 1932, com uma grande redução em seu efetivo. Assim, as aulas e conferências, em todas as escolas, passam a ser ministradas pelos oficiais brasileiros, preparados pelos membros da MMF, que passam a ocupar a função de professores adjuntos aos mestres franceses.

Como os franceses começam a ser aproveitados na organização do Exército, fica apenas um oficial com atividades ligadas à instrução, que passa então a ocupar o cargo de Diretor da EEM. Segundo Huntziger: “era uma ação de controle longe do domínio de instrução, sem intervir diretamente pelos seus diretores e professores”.³³

No início de 1932, alguns regulamentos necessitam ser refeitos, como os de serviço de campanha e de emprego das armas, todos fundamentais para o desenvolvimento prático das aulas e para a doutrina. Como enfatiza Huntziger: “Para que a unidade de doutrina seja realizada de maneira certa, para que se fale a mesma linguagem nas escolas, mas também no exército inteiro, é preciso que exista uma base sólida e uniforme para todos: a que constituí os regulamentos do exército”.³⁴

No Brasil, desde 1929, existe a escola destinada à formação de engenheiros técnicos, que passa a funcionar somente a partir de 1931. Ela é encarregada, em particular, do serviço de artilharia e de engenharia. Em 1933, o orçamento permite a contratação de três professores franceses para ministrar aulas nas cadeiras de balística, pólvoras e explosivos, no curso de organização e de construção de diferentes materiais de guerra, projetos de armas e munições; e no curso de estudos completos sobre a fabricação de munição e de armamento.³⁵

Em 1934, o ensino nas escolas encontra-se a cargo dos brasileiros; os franceses, em número reduzido, devido à diminuição de membros na MMF, ficam encarregados de supervisionar os trabalhos. O cel. Corbé é o diretor de estudos da EEM e o maj. Colin está na Escola das Armas, responsável pelas questões referentes à tática geral e à cavalaria.

³³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

³⁴ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para Tasso Fragoso, chefe do EME, Rio de Janeiro, 13.01.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³⁵ Correspondência de Corbé para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.02.1933. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

Em 23 de fevereiro de 1934, ficam estabelecidas as funções da Diretoria Geral do Ensino das Escolas das Armas: orientar e fiscalizar o ensino em geral, ministrar parte do ensino, preparar e dirigir exercícios, coordenar os horários das escolas, entre outros.

A MMF, mesmo com um número de oficiais franceses extremamente reduzido, não deixa de atuar: seus membros, ligados à organização do Exército, além de trabalharem junto ao EME, continuam o treinamento dos alunos das escolas, com exercícios sobre mapas, hipóteses de guerra, e também com exercícios sobre terreno, no Rio Grande do Sul, com vistas à cobertura e mobilização. Assim, os alunos são treinados para o reconhecimento do terreno, fazem práticas de embarque e de transporte por via férrea e por automóveis, e treinam tiros reais.³⁶

No ano de 1935, a Escola Militar do Realengo constitui-se em uma verdadeira academia militar, com ensino de dois anos de duração. Os cursos na Vila Militar, na Escola de Aperfeiçoamento, são ministrados, de acordo com cada arma, para sub-oficiais e oficiais subalternos; de tempos em tempos, é promovido um curso de informação para futuros chefes de corpos. Na EEM, já fora introduzido o estudo geral do Exército. No EME, é elaborado um sumário de questões concernentes ao plano de defesa nacional e ao funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional.³⁷

Em relatório ao presidente da República, Getúlio Vargas, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra afirma que a MMF tem contribuído muito para o estabelecimento das novas bases de regras de funcionamento das escolas, com vistas a elevar o nível dos estudos militares. Cita como principais medidas executadas: a organização e funcionamento da inspeção geral do ensino no Exército; a lei sobre instrução no Exército; a preparação dos cursos da Escola das Armas para 1938; a preparação dos cursos da Escola Militar; a instrução sobre o estabelecimento dos quadros da situação do efetivo dos órgãos mobilizadores; a instrução sobre o funcionamento das seções mobilizadoras; a instrução sobre o papel dos corpos de tropa em matéria de mobilização; os estudos sobre a motorização e mecanização.³⁸

³⁶ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 6.01.1934. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 046-97.

³⁷ Relatório semestral elaborado pelo gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, sobre o segundo semestre de 1935, Rio de Janeiro, jan. 1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³⁸ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, op. cit. nota 4.

Em 24 de julho de 1937, é criada a Inspeção Geral do Ensino do Exército, destinada à coordenação e orientação dos estabelecimentos escolares. As escolas passam a ser fortemente supervisionadas, pois, de suas cadeiras, emergem os novos chefes militares.

Pelo decreto n. 1.976, 23.09.1937, fica aprovado o regulamento para Inspeção Geral do Ensino do Exército. O art. 1 define as funções do inspetor, cuja função é centralizar, orientar, regular, coordenar e superintender todos os assuntos relativos ao ensino nos colégios, institutos, centros, escolas e demais estabelecimentos de ensino do exército.

O inspetor geral do ensino deve zelar pelo desenvolvimento da técnica e dos métodos de aperfeiçoamento, pelo método de raciocínio no quadro da doutrina de guerra, pela orientação segura ao ensino, verificando se a lei de ensino está sendo cumprida, aprovando os programas dos estabelecimentos, entre outras atribuições.

O art. 13 estabelece que as inspeções têm em vista verificar, especialmente: a aplicação da lei do ensino e das prescrições regulamentares; o funcionamento dos corpos e da administração; a situação moral e disciplinar do pessoal; as instalações e os recursos materiais dos estabelecimentos, unidades e contingentes subordinados.

5.2.1 Escola de Estado Maior (EEM)

No final de 1929, o chefe do EME encaminha um projeto ao ministro da Guerra com vistas à supressão da nota de aptidão, então ao encargo do oficial francês, diretor de estudos, que tem por atribuição julgar o caráter do oficial brasileiro e sua aptidão para as funções de oficial do EME. O EME não admite que a carreira dos oficiais brasileiros fique sujeita ao julgamento de um oficial estrangeiro. Mas os franceses assim se defendem: “regularmente imparcial a MMF sempre provou, no julgamento aos oficiais, descartar toda influência política e o favoritismo, selecionando com discernimento para o bem do exército os elementos mais aptos as funções que exigem grandes responsabilidades”.³⁹ Então, pelo decreto n. 19.022, 5.12.1929, o ministro da Guerra, em conformidade com o presidente da República, mantém a *nota por aptidão*, o que agrada aos franceses, pois eles entendem que a supressão dessa avaliação diminuiria o prestígio da MMF e, conseqüentemente, a influência exercida nas escolas militares, em especial na EEM. Esse decreto também

³⁹ Documento, 3.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

sanciona a orientação intelectual que deveria ser seguida na EEM, estabelecendo que ela funcionaria como uma escola superior, em que se desenvolvem casos concretos, utilizados na Escola de Guerra Francesa. Segundo Spire:

o decreto rejeitou a concepção que o EM brasileiro se esforça por fazer triunfar, concepção puramente primária, baseada sobre o culto, infelizmente muito comum no Brasil, de esquema e de compilação livresca, repousando sobre uma chamada constante da memória, em detrimento da razão e do método.⁴⁰

Os franceses valorizam sobremaneira o método e um dos seus legados é a introdução do método cartesiano nas escolas; por isso, condenam o modo brasileiro de basear seu ensino em esquemas, em polígrafos-síntese e em material para memorização, pois acreditam que, sem praticar o método, não se obtêm conclusões e não se podem comprovar os resultados.

Os franceses também consideram desapropriado o patriotismo dos brasileiros que desejam ver os franceses excluídos das questões decisórias: eles se intitulam membros neutros, acima de qualquer disputa política ou outro tipo de favoritismo, afirmando que apenas pugnam pela escolha de indivíduos aptos, competentes, especializados e preparados para as responsabilidades referentes a cargos e funções vindouras.

Em 1930, a EEM ministra um curso de Estado Maior especial para esse ano, destinado aos coronéis que desejem atingir a patente de general, conforme prescreve a lei de promoções do Exército. A admissão nesse curso se dá via concurso; dos sete coronéis inscritos, apenas dois são aprovados. O curso para oficiais subalternos tem, no primeiro ano, 9 alunos; no segundo, 38 alunos; e, no último, 12 alunos, somando 59 oficiais subalternos. O curso de Revisão conta com 12 alunos e o curso para oficiais superiores tem 8 alunos no primeiro ano e 6, no segundo.⁴¹

De 16 a 26 de setembro de 1935, essa escola faz uma viagem a Taubaté, usando tática de cavalaria, infantaria e de artilharia. O deslocamento tem por finalidade o estudo de manobras de retirada e manobras ofensivas, e também a exploração da região⁴², pois o objetivo dos instrutores de ensino é a execução prática do aprendizado na Escola.

⁴⁰ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.01.1930. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁴¹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴² Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.10.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Em 1920, o primeiro diretor de estudos desta escola é o cel. Derougemont, que introduz o curso de tática, de história militar e estratégia, e se detém no estudo da ação e das operações de guerra. É um período de luta intensa contra a velha mentalidade dos chefes e assessores diretos do comando.

Após sete anos da direção do cel. Derougemont, o cel. Baudouin assume as funções de diretor e prossegue sua obra. Baudouin preocupa-se em ensinar um método de trabalho e concentra-se no aspecto doutrinário da instituição. Como afirma: “Nós nos esforçaremos em fornecer elementos necessários a vossa formação militar, de indicar um método de trabalho. Esses elementos e este método constituem a doutrina. (...) Apenas esta doutrina, vos permitirá de obter um rendimento máximo”.⁴³

Baudouin acredita que a difusão da doutrina é o papel primordial da EEM, tanto na preparação para a guerra, quanto na evolução das operações. O curso de tática estuda a aplicação dos princípios de guerra, segundo as particularidades do Brasil, desde a concentração de forças, até à batalha decisiva. Baudouin esforça-se para formar professores brasileiros, que, posteriormente, possam substituir os professores franceses nas diferentes escolas.

Em 1934, o terceiro diretor de estudos foi o cel. Corbé. Não há então mais professores, nem diretores de estudos franceses nas escolas, e ele passa a ocupar o cargo de diretor de ensino dos diferentes cursos. Corbé concentra-se no ensino da tática brasileira de combates, prevendo muitas possibilidades de manobras, e orienta viagens a Rezende, no Rio de Janeiro, e a Santiago do Boqueirão, no Rio Grande do Sul.⁴⁴

No ano de 1935, esta escola possui 27 alunos no primeiro ano; 36, no segundo; e 42, no terceiro. No primeiro ano, os alunos ficam de três a quatro meses na escola e, depois, fazem estágio na sua arma. No segundo, é feito o estudo de tática, e, no terceiro, são aplicados os conhecimentos de tática. A EEM deveria constituir-se em um laboratório de estudos sobre tudo o que seja concernente ao Exército.⁴⁵

O decreto n. 432, 19.05.1938, estabelece que o curso para EME deve contar com disciplinas de cultura geral, tática e estratégia e, para os oficiais de estado maior, é

⁴³ Discurso do comandante da Escola de Estado Maior, Rio de Janeiro, 1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁴⁴ id., ib.

⁴⁵ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 1.

ministrada instrução de formação, com técnicas de estado maior; de aplicação, com estágios no EME; de aperfeiçoamento, com exercício e manobras; e de especialização.

O Curso de Alto Comando tem por finalidade o estudo da conduta das grandes unidades e das questões de ordem técnica. É freqüentado por oficiais generais, coronéis e tenentes coronéis.

O título V desse decreto - Atribuições do Comando -, em seu art. 41, estabelece que todo chefe, em qualquer escalão de comando ou direção, é responsável, perante seu superior imediato pela instrução de seus subordinados. O art. 46 determina que ao chefe do EME, por delegação do ministro da Guerra, cabe manter a unidade de doutrina, regulando tudo o quanto diz respeito à instrução – pela atuação direta e pessoal que exerce sobre a orientação dos cursos de EM e do Alto Comando.

A matrícula no curso de EM realiza-se por concurso e, no curso de Alto Comando, por proposta do chefe do EM. O concurso deve ser feito por provas escritas de topografia, tática, história militar, cultura geral, geografia, história da civilização, línguas estrangeiras e conhecimentos científicos. As provas orais são de tática das armas e línguas estrangeiras. A prova prática compreende equitação, educação física, emprego técnico de armas e topografia.

Cursar a EEM é requisito para o oficial servir no EME. Segundo Mc Cann:

os formados nesses cursos tinham a tarefa de impor a doutrina a unidade de doutrina ao Exército. (...) Os formados na Esao (...) foram designados para unidades como instrutores e interpretes oficiais das doutrinas da escola, com base na idéia de que impor a “unidade de doutrina” aceleraria a transformação do exército.⁴⁶

A MMF, embora não conte, à época, com mais nenhum professor francês nessa escola, procura manter um contato estreito com os professores brasileiros, pois, segundo Noel, ainda se faz necessário: “encorajar os alunos e exigir deles ainda mais e aumentar os ensino sobre terreno”.⁴⁷ As atividades da MMF, na década de 20, concentram-se na organização geral do ensino e no aperfeiçoamento e preparo dos professores brasileiros. Na década de 30, a MMF fica encarregada da reorganização do Exército, diminuindo sua

⁴⁶ MC CANN, Frank. Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 270.

⁴⁷ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.12.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

atuação nas escolas. Em matéria de ensino, a MMF conta com os seguintes membros, para ministrar palestras esporádicas: cel. Nalot, em tática geral; ten. cel. Schwartz, na cavalaria e artilharia; ten. cel. Gaubsot, na infantaria; maj. Demiau, na motorização; e maj. Bouvard, na aviação.

Graças à MMF, o ensino torna-se mais técnico; sua maior contribuição dá-se na EEM, com a reorganização dos princípios de defesa nacional. O legado da MMF à EEM é grande: realização de concurso para admissão na escola, curso preparatório para o concurso de admissão, exercícios de terreno, processo cartesiano de raciocínio, emprego combinado dos sistemas operacionais, regulamentos, instrução estratégica, ensino prático e criação do Curso de Alto Comando e Aperfeiçoamento em 1939.⁴⁸

5.2.1.1 Curso de Informação para oficiais gerais e superiores

Em julho de 1935, inicia o Curso de Informação para oficiais superiores, preparado inteiramente pelos membros da MMF, sendo que apenas duas ou três conferências são ministradas por brasileiros. As conferências versam sobre tática, operações de guerra, funcionamento do exército, mobilização, gás de combate, motorização, cavalaria de guerra sul-americana, a guerra do Chaco, estratégia naval, e manobras que podem ser realizadas no Brasil. Os trabalhos práticos compreendem exercícios com mapas, com a tropa e exercícios de ação sobre o mapa do Rio Grande do Sul.⁴⁹

Esse curso renova os métodos de instrução e cria uma corrente favorável aos altos estudos militares. No plano moral, o curso de informação reforça a coesão do meio dirigente militar. O aprendizado obtido no curso de tática é aplicado em viagem ao Rio Grande do Sul, considerado teatro principal das operações de guerra brasileira.⁵⁰

5.2.2 Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO)

A EAO tem como objetivo o desenvolvimento de um conhecimento mais aprofundado dos oficiais sobre suas armas, com vistas a torná-los instrutores capacitados ao

⁴⁸ ARAÚJO, Alcimar Marques Martins. A influência da Missão Militar Francesa na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais. Rio de Janeiro: ECEME, 2003.

⁴⁹ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 45.

⁵⁰ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 47.

ensino de seus subordinados. Esta escola e a EEM constituem-se em marcos, no que se refere ao aprimoramento profissional da instituição. Em 1930, o presidente Washington Luís coloca oficiais de confiança em diversos regimentos pelo interior do país. Essa medida retarda o comparecimento dos alunos aos cursos da EAO, pois, no entendimento do presidente, é melhor investir alguns meses na instrução dos oficiais de elite nos corpos de tropa, pois, com isso, eles asseguram a fidelidade ao governo.⁵¹

Em 1930, a EAO conta com 93 oficiais subalternos matriculados, dentre os quais, 51 são da infantaria, 32, da artilharia, 10, da engenharia, e 22, oficiais superiores - 9 da infantaria, 6 da artilharia e 7 da engenharia.⁵²

Em abril de 1933, a EAO dá lugar à criação de três escolas distintas das armas: infantaria, artilharia e cavalaria. Elas fazem a instrução de oficiais superiores e subalternos, fornecem cursos aos aspirantes e formam os sub-oficiais de carreira.⁵³ Essas escolas das armas são organizadas pelo *plano geral de ensino* de 12 de janeiro de 1933. Cada uma delas oferece os seguintes cursos: um curso de formação para sargentos, um curso de aplicação para os aspirantes saídos da Escola Militar, um curso de aperfeiçoamento dos oficiais, um curso de especialização em equitação. No Centro de Transmissões, há o curso de especialistas oficiais e o curso de sub-oficiais.⁵⁴

No início de 1934, os professores franceses desaparecem dessa escola, com exceção do cap. Colin, mantido na escola de cavalaria. Apenas um oficial francês fica responsável pelas escolas, no cargo de coordenador de Instrução das Escolas das Armas. De acordo com Noel, esse cargo tem as seguintes atribuições: assegurar a unidade de doutrina nas diferentes escolas, receber comunicação em tempo dos programas de instrução, emitir sua opinião, propor modificações e assistir às instruções.⁵⁵

O número de alunos, em 1935, é muito elevado. Conforme o quadro que segue, elaborado por Noel, eles somam um total de 224 matriculados:⁵⁶

⁵¹ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 22.04.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁵² Correspondência do gen. Spire, op. cit. nota 41.

⁵³ Correspondência de Corbé para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.02.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3378.

⁵⁴ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 45.

⁵⁵ id., ib.

⁵⁶ id., ib.

Escolas	Categorias	Efetivos	Total
Infantaria	A	92	98
	B	06	
Artilharia	A	47	50
	B	03	
Cavalaria	A	37	39
	B	02	
Engenharia	A	32	32
Transmissões	A	05	05

Esse número elevado de alunos se deve à lei de ensino, que obriga todo oficial a passar pela Escola das Armas para ser promovido. Com esse aumento de alunos, as condições da instrução ficam um pouco prejudicadas, com déficit de material, efetivo de cavalos insuficiente, falta de créditos para o almoço dos alunos e instalações precárias. O ano de 1935 é dedicado a experiências nessa escola, pois ela está subdividida em diversas outras escolas, ou seja, uma escola para cada arma.⁵⁷

No período de 21 a 24 de outubro de 1935, é executada uma manobra na região de Resende, próxima ao Rio de Janeiro, cuja característica principal é a tentativa de uma maior aproximação com a realidade, com exercícios executados à noite.⁵⁸

5.2.3 Escola Militar

A Escola Militar aumenta seu grau de dificuldade para admissão de alunos, passa a exigir o ensino secundário e um exame de admissão. O gen. José Pessoa assume a direção da Escola do Realengo, em 1930, promovendo algumas alterações em seu funcionamento: aumenta suas dependências, cria as aulas de geografia militar, amplia o quadro docente e faz novos regulamentos.

Pessoa deixa a Escola do Realengo em 1933. Ele é o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), fundada em 20 de março de 1944, na cidade de Resende no Rio de Janeiro. A Escola do Realengo é então extinta. O seu primeiro comandante é o cel. Mario Travassos.⁵⁹ No final de 1935, essa escola já se constitui em uma verdadeira academia militar.

⁵⁷ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 45.

⁵⁸ Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 42.

⁵⁹ PEREGRINO, Umberto. História e projeção das instituições culturais do Exército. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

5.2.4 Escola de Aviação

Desde que essa escola volta à ativa, no início do governo de Washington Luís, passa a apresentar um desenvolvimento surpreendente em todas suas atividades e setores, como demonstra o quadro abaixo:

Escola de Aviação de 1927 a 1930⁶⁰

	junho e julho 1927	junho e julho 1928	junho e julho 1929	junho e julho 1930
número de aviões em serviço	11	11	26	40
número de horas de vôo realizados	75	590	650	1.100
quilômetros percorridos	9.375	73.750	81.250	137.500
número de pilotos	19	28	62	75

O cel. Jauneaud, comandante da Escola de Aviação, reorganiza a escola, elabora programas e normas e ocupa-se da instrução dos alunos. Mas, apesar de todos seus feitos, torna-se *persona no grata* entre muitos brasileiros, que expressam sua opinião, via publicação de artigos odiosos contra os franceses. Um bom exemplo é o texto escrito pelo maj. aviador Muniz, publicado na revista *Asas*:

Uma aviação já em ruínas sem atelier de reparos, (...) eles (os franceses) são os que dirigem efetivamente e são os responsáveis por todos os erros cometidos, e pela péssima escolha no tipo dos aviões que não são utilizados na França, e são a causa dos defeitos, armazenados há dois anos, em número de 80, no campo dos afonsos, aviões condenados pela Missão Militar Brasileira em Paris.⁶¹

Os franceses apresentam muitas queixas contra a revista *Asas*, veículo oficial da aviação brasileira, pelas pesadas críticas movidas contra a missão de aviação francesa, em especial, contra o cel. Jauneaud. Segundo Kammerer: “O general Tasso Fragoso se mostrou indignado desta injustiça e falou com o Ministro da Guerra. Mas o general Leite de Castro, que não gosta do Coronel Jauneaud, não se mostrou disposto a impedir a campanha”.⁶²

A década de 30 começa com ataques cada vez mais violentos contra a MMF, em especial, na aviação. Na instrução da Escola de Aviação, perpetua-se a indisciplina e passam a ocorrer inúmeros acidentes. A Escola de Aviação está sob a direção técnica da

⁶⁰ Correspondência do gen. Spire, op. cit. nota 41.

⁶¹ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 15.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

⁶² Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

MMF e, de acordo com as cláusulas do contrato, só poderia usar material de origem francesa. Os pilotos passam a combater essa exigência: “esta exclusividade, segundo a opinião dos pilotos brasileiros, era prejudicial (...) porque os aviões que vem da França, novos, não são sempre os últimos modelos de avião, mas do tipo mais velho”.⁶³

Essa escola é, à época, considerada por alguns membros do governo, como afirma Morais, um: “viveiro de perigosos revolucionários”.⁶⁴ Após o final da Revolução de 30 é exigida a demissão do gen. Álvaro Mariante da direção da aviação, pois, com o governo Vargas, os tenentes ganham espaço no cenário militar, conseguindo derrubar o general legalista.

Em 1932, a Escola de Aviação, liberta-se de toda influência francesa, devido à não renovação do contrato de aviação, passando sua instrução e direção à orientação dos brasileiros, o que na perspectiva de Kammerer é um desastre: “só saberão desorganizar”.⁶⁵ Após a saída dos instrutores franceses da Escola de Aviação, os membros da MMF passam a considerar a aviação brasileira em crise moral e de disciplina, o que, em suas opiniões, pode ser medido pela frequência de acidentes: “depois de 10 de abril, a aviação militar registrou cinco acidentes graves com cinco mortos e cinco feridos”.⁶⁶ A causa dos acidentes, segundo opinião francesa, deve-se à falta de disciplina em vôo e à falta de experiência profissional. Na Escola de Aviação, o número de acidentes e de mortes é, à época, considerável. Como remarca Baudouin⁶⁷:

Períodos	Acidentes graves	Mortes
25.09.32 a 15.10.33	8	7
15.10.33 a 10.05.34	4	6

Após a fusão da MMF de Aviação com a MMF, ao final de 1931, ela é completamente extinta: os pilotos, instrutores e diretores franceses deixam definitivamente a Escola de Aviação. Os franceses atribuem as causas dos acidentes registrados acima à indisciplina e a erros profissionais.

⁶³ Relatório sobre material de aviação, Rio de Janeiro, 4.04.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁶⁴ MORAIS, Fernando. Montenegro. As aventuras do marechal que fez uma revolução nos céus do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006. p. 12.

⁶⁵ Correspondência de Kammerer, op. cit. nota 61.

⁶⁶ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para André Tardieu, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 10.03.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁶⁷ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.05.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Em 1933, o diretor da Aviação, gen. Dutra, reage fortemente contra o espírito de indisciplina que ainda reina na escola, pois os acidentes ocorridos no decorrer desse ano, demonstram a necessidade de que se cumpram à risca todos os regulamentos da aviação, principalmente quanto à disciplina de vôo. A violação das normas leva a escola a muitas perdas humanas e também de aviões.⁶⁸

5.2.5 Escola Técnica para Engenheiros

Esta Escola começa a operar em 1931, com objetivo de formar oficiais técnicos engenheiros. Seus professores são todos brasileiros, provenientes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.⁶⁹ Na Escola, são ministrados cursos de pólvora, explosivo e balística; fabricação de munição e de armamentos, bem como organização do material de guerra e projetos de armas e munições.

5.2.6 Centro de Instrução de Educação Física

Criado em 1931, esse centro possui um curso para oficiais e outro para sub-oficiais. Seu objetivo maior é ensinar a prática de educação física.⁷⁰ Essa escola é considerada pelos franceses como um centro de difusão de suas idéias, auxiliando-os no combate à concorrência internacional. Segundo Baudouin: “temos que manter uma ligação íntima com esta escola. Em particular enviando gratuitamente, documentos e periódicos editados pela escola de Joinville”.⁷¹

A valorização da educação física é um dos legados franceses: a disciplina e a preparação dos corpos parecia-lhes imprescindível para o bom desempenho das funções militares. Com a instrução francesa, as escolas ganham maior importância na vida militar, sendo sua frequência e bom desempenho acadêmico pré-requisitos para as promoções de postos.

⁶⁸ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁶⁹ Correspondência de Corbé, op. cit. nota 53.

⁷⁰ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁷¹ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 1.06.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

A partir de 1929, as escolas do Exército contam com um curso de Aperfeiçoamento para os oficiais mais antigos, devido à lei de ensino de 31.12.1928, que, em seu art. 6 estipula: “Para ser promovido por escolha em todas as armas e serviços, é indispensável de ter feito com sucesso o curso de aperfeiçoamento”.⁷²

Em 1933, é criado o cargo de sub-diretor das escolas, para que, posteriormente, com a retirada da MMF, haja pessoal treinado para assumir a direção da escola. Os franceses também propõem a consagração dos oficiais, após o término do curso na escola, com o avanço de seu posto hierárquico. Segundo Baudouin: “o avanço seria automático e permitiria, sem nenhuma seleção, de passar de posto desde o sub-tenente até o general”.⁷³

Esse oficial francês que, após 1933, fica encarregado da direção das escolas, além de supervisionar os instrutores, dedica-se a preparar substitutos brasileiros para as instruções nas escolas militares. Segundo Góes:

O superintendente do ensino limitava-se a auxiliar os professores brasileiros na elaboração dos trabalhos que vão ser propostos aos oficiais-alunos, guia-os na escolha das soluções para os temas a tratar na carta e no terreno, orienta-os na crítica e no julgamento dos exercícios realizados.⁷⁴

Em 1937, Góes Monteiro sugere a criação do curso de Estado Maior da Aeronáutica, com objetivo de discutir os problemas e orientar a organização da quinta arma do Exército.⁷⁵ O curso deveria funcionar junto à EEM e ministraria aulas de tática geral e estudo das armas.

O gen. Noel pretende trabalhar com a instrução da forma mais realista possível, unificando o ensino em torno dos problemas e características brasileiras. A instrução militar tem por meta disciplinar a massa de homens, com conhecimentos técnicos relativos às armas, conhecimentos táticos e a formação moral e cívica do soldado. Como enfatiza Dutra: “espírito de sacrifício no cumprimento do dever; na dedicação aos subordinados e na veneração aos chefes ou superiores”.⁷⁶

⁷² Correspondência do cel. Baudouin, op. cit. nota 70.

⁷³ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 2.02.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁷⁴ Relatório do ministro da Guerra Góes Monteiro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1935, p. 70-71. Rio de Janeiro: Imprensa Militar,

⁷⁵ Correspondência de Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, para o gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 16.10.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁷⁶ Relatório de Eurico Gaspar Dutra, op. cit. nota 13, p.14.

Na década de 30, o profissionalismo militar é cada vez mais valorizado; as escolas passam a ser vistas como os verdadeiros centros de formação profissional, especializando oficiais e graduados na técnica do combate e do emprego das armas.

As únicas escolas que não sofrem a influência direta da MMF são: a Escola de Engenharia Militar, a Escola de Instrução de Artilharia de Costa e o Instituto Geográfico Militar. A Escola de Engenharia conta com professores brasileiros; a de Artilharia de Costa é organizada pela Missão Militar Americana de Costa e o Instituto Geográfico Militar é coordenado pela missão austríaca, na confecção de mapas das regiões brasileiras. Segundo Mc Cann: “A presença da missão militar francesa provavelmente salvou o sistema de ensino do exército da total desmoralização”.⁷⁷

5.3 Conferências

A maior parte das conferências encontradas nos arquivos datam da década de 20, conforme é apresentado na Parte 2 desta tese. Mas, algumas conferências ministradas na década de 30 foram localizadas nas pesquisas documentais. Esse fato se justifica devido à retirada dos membros da MMF das escolas, deixando de desempenhar a função primordial de instrutores da força.

5.3.1 Problema da mobilização no Brasil – ten. cel. Carpenter

Em tempos de paz, surge o Exército mobilizado, mediante o estudo do número de efetivo, dos reservistas e de todas necessidades que esses homens devem enfrentar em caso de combate. A mobilização aparelha todas as unidades, pois só há mobilização, ou seja, entrada em operação, se as unidades estiverem equipadas.

O plano de guerra é feito em conjunto com o estado. O plano de operações é um documento essencialmente militar, que define, em linhas gerais, como será realizado o emprego da força, respeitando o plano de guerra.

⁷⁷ MC CANN, op. cit. nota 46, p 317.

5.3.2 - Sistema napoleônico – gen. Noel

Esta conferência é ministrada em 1936, no Curso Superior de Informação na EEM. Noel compara Napoleão a um grande artista da ciência militar, que coloca em obra todos os domínios dessa ciência, sem ser escravo de nenhuma regra, pois traça sua estratégia com liberdade. Essa liberdade de ação respeita às coordenadas e às referências a que a ação deve estar ligada. É o que Noel chama de “ação livre num quadro fixo”.

Noel explana ainda sobre as campanhas de Napoleão, as manobras de Marengo, de Ulm, de Iena, e a campanha de 1815. A partir da análise dessas operações, conclui que: “Em todas estas campanhas, Napoleão quis terminar a guerra o mais cedo possível. Suas razões não são somente militares, mas também econômicas e políticas”.⁷⁸ A batalha de Ulm dura três semanas, a de Iena, 12 dias e a de Marengo, menos de um mês.

5.3.3 - Curso de Alto Comando e de Alto Ensino Militar – gen. Chabedec de Lavalade

Os cursos de Alto Comando e de Alto Ensino Militar são inaugurados em 1939, na EEM, o escalão mais elevado das escolas militares. O objetivo dos cursos, segundo Chabedec: “era ver claramente, raciocinar certo e tomar decisões simples”.⁷⁹ Os cursos propõem-se a conferir aos futuros comandantes das grandes unidades um conhecimento profissional que, somado às suas qualidades e vontade de aprender, poderiam fazer deles chefes.

Um chefe tem problemas táticos e estratégicos a resolver; daí por que precisa deter uma exata apreciação das possibilidades técnicas, com muitas variantes. O chefe deve somar arte e técnica. Por isso, o curso não forma chefes, mas fornece alguns ensinamentos que, associados às características pessoais, talvez levem o aluno a ser um comandante. Conforme Chabedec: “Nós não formamos um chefe, se ele não tem em si talento”.⁸⁰

A orientação para o ensino tático e estratégico nas escolas baseia-se no problema estratégico, no estudo do plano de guerra, nas bases de um plano de operações, na concentração e na cobertura. Essas são as grandes linhas a serem cumpridas. O objetivo do

⁷⁸ NOEL. O sistema de Napoleão. Rio de Janeiro: Conferência na EEM, 1936. p. 02.

⁷⁹ CHABEDEC DE LAVALADE. O curso de alto comando e alto ensino militar no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1939, p. 07.

⁸⁰ CHABEDEC DE LAVALADE, op. cit. nota 79, p.14.

Curso de Alto Comando é, segundo Chabedec: “o estudo da conduta das grandes unidades e as questões de ordem técnica que se ligam a ela”.⁸¹

Os princípios táticos dos franceses para as grandes unidades são: a imposição de sua vontade sobre a do inimigo, a conservação de sua liberdade de ação e o princípio da economia de forças.

O método de emprego tático é simples e direto: essencialmente cartesiano, aceita tudo que tiver aplicação e comprovação científica, podendo ser aplicado na arte da guerra. O chefe deve estar preparado para toda sorte de intempéries e imprevistos. Como assinala Chabedec:

(...) onde o desconhecido, o imprevisto é a regra, onde a rapidez é seguido a condição de sucesso, a decisão exige visão rápida e uma vontade nata e tenaz capaz de seguir a execução sem fraqueza. Vontade calma, não se deixa influenciar nem pelos fracassos, nem pelas perdas, nem pela emoção e o horror dos combates, deixando o espírito lúcido, julgando com toda segurança.⁸²

5.3.4 - Curso Superior de Informação – gen. Noel

O valor moral de cada indivíduo forma o valor moral da tropa, que nada mais é, que seu grau de resistência em campo de batalha. Constitui-se, assim, em um valor moral coletivo. Conforme Noel é: “uma espécie de alma comum que rege poderosamente sobre cada um de seus elementos particulares”.⁸³

Um chefe deve velar pelo estado moral de sua tropa, através da instrução, do conforto, quando possível, da camaradagem, da justiça nas recompensas e punições e do contato pessoal com todos, até o soldado. Conforme Noel: “Uma boa parte da arte de comandar consiste no justo equilíbrio a estabelecer entre aquilo que o chefe deve prescrever, ele próprio, e o que deve deixar à iniciativa de seus subordinados”.⁸⁴

Para deliberar, o chefe deve estudar a missão, seus limites de ação e observar o inimigo; estudar a situação, os meios de ação, como o terreno e o inimigo; analisar a

⁸¹ id., ib, p.5.

⁸² id., ib., p.6.

⁸³ NOEL. Curso superior de informação. Rio de Janeiro: Imprensa Militar,1938. p. 13.

⁸⁴ NOEL, op. cit. Nota 83, p.15.

decisão propriamente dita, que é a fixação dos fins, a escolha do plano, o emprego das tropas e o plano de informação; e entender a ordem, tarefa exclusiva do EME.

5.3.5 Campanha da França de 1918 - cel. Nalot.

Essa conferência trata exemplarmente dos feitos franceses na campanha de 1918.

6 Aviação

A aviação no Brasil caminha, à época, a passos lentos, quando em 1918, vem uma MMF de Aviação que permanece no Brasil até 1924. Em 1922, é criada a Escola de Aviação e são feitos muitos progressos no setor. Não obstante, o governo Bernardes considera a aviação uma arma perigosa e cancela o recrutamento, a instrução e a compra de material aéreo. Bernardes decide destruir o material existente e rescindir com o contrato da MMF de Aviação.¹

Gamelin intervém e consegue deixar dois oficiais franceses na aviação; um deles é o ten. cel. Jauneaud. A reorganização da aviação só ocorre com a chegada ao poder de Washington Luís. Mas, após a revolução de 30, os aviadores, embuídos de tendências de independência, passam a se posicionar contra seu chefe, o ten. cel. Jauneaud, diretor técnico da Escola, e contra todos os franceses da MMF, de maneira geral.²

Jauneaud é o militar responsável pela organização da Escola de Aviação, para a qual estabelece estatutos e regulamentos. Na visão francesa, trata-se de um chefe responsável pelo progresso da aviação brasileira. Mas os brasileiros rejeitam-no veementemente e querem responder sozinhos pelas questões referentes à aviação, sem a interferência dos franceses, posicionando-se contrariamente a todos os projetos de ensino técnico da missão.

Como a observação aérea permite conhecer pontos fortificados, aspectos de obras, estabelecimentos industriais, vias férreas, instalações da aviação militar, o governo, através do decreto n. 20.194, 6.01.1932, estabelece a interdição permanente de algumas zonas, consideradas áreas de defesa nacional, aos sobrevôos de aeronaves. A fotografia aérea é proibida nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói, Vitória, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Paranaguá e São Francisco, e nas vias férreas São Paulo - Rio Grande, Santa Maria - Porto Alegre, e Uruguaiana. As fotos aéreas dessas localidades só poderiam ser executadas com autorização expressa do ministro da Guerra.

¹ Nota sobre a aviação militar. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

² id., ib.

Em 1930, o Brasil possui 102 aviões, 98 oficiais navegadores e 200 sub-oficiais diplomados: são pilotos, fotógrafos, mecânicos e eletricitas.³ O ano de 1931 é marcado por uma série de movimentos contra o pessoal francês na aviação, a quem se culpa por todos os acidentes ocorridos na Escola de Aviação. Mesmo o ministro da Guerra, Leite de Castro, não faz nenhum esforço para apaziguar essa forte oposição; ao contrário, auxilia o esvaziamento da influência francesa da aviação.

A oposição é dirigida, principalmente, contra o ten. cel. Jauneaud. Assim, o gen. Huntziger, aproveitando a expiração do contrato em 31 dezembro de 1931, entende que é hora de ele voltar para a França.⁴ O retorno de Jauneaud apazigua os ânimos na Escola de Aviação, e a MMF segue encarregada apenas da disciplina de tática aérea.

Os efeitos de reorganização, programas, normas e instruções, feitas por Jauneaud, passam despercebidas por parte de muitos brasileiros que escrevem artigos odiosos contra os franceses, em especial, contra Jauneaud.

A década de 30 começa com ataques cada vez mais violentos à MMF, em especial no que concerne à aviação. Os brasileiros acusam os franceses de verdadeiras sabotagens na instrução da Escola de Aviação, quando, para os franceses, isso se deve à permanente indisciplina, principal e verdadeira causa de inúmeros acidentes. Em 1931, a Escola está livre de toda influência francesa, nas mãos e sob a direção dos brasileiros, que, segundo Kammerer: “só saberão desorganizar”.⁵

Os franceses, após a retirada dos instrutores da Escola de Aviação, consideram a aviação brasileira em crise moral e de disciplina, o que em sua opinião, pode ser medida, como já se referiu, pela frequência de acidentes: “depois de 10 de abril, a aviação militar registrou cinco acidentes graves com cinco mortos e cinco feridos”.⁶ Os acidentes, segundo a opinião francesa, são consequência da falta de disciplina em vôo e da inexperiência profissional dos pilotos.

A luta estrangeira contra a aquisição de material militar francês de aviação se manifesta no final do ano de 1929, ganhando apoio do Ministério da Guerra do Brasil em

³ Correspondência de Jauneaud, diretor técnico de Aviação, para gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 7.06.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 15.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

⁵ id., ib.

⁶ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para André Tardieu, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 31.05.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127.

1931, após a revolução de 30. Para fazer frente à concorrência externa, o gen. Huntziger apresenta as seguintes sugestões:

Organizar exposições;
 Enviar oficiais aviadores brasileiros em estágio gratuito nas usinas e centros franceses de instrução de aviação.
 Esforços sérios para baixar os preços e prazo de entrega das mercadorias;
 Apresentação contínua dos tipos de avião que correspondem as necessidades da aviação brasileira.⁷

A concorrência estrangeira fica cada dia mais intensa e os franceses sentem a necessidade de um esforço sério por parte dos construtores para continuar detendo, na indústria aeronáutica, o seu lugar no mercado brasileiro.⁸ O esforço de guerra acarreta a necessidade de escoamento do material militar remanescente da Primeira Guerra; o mesmo ocorre, mais tarde, em 1945.

O decreto de 29.03.1933 cria a arma da Aviação. As unidades aéreas compreendem a aviação militar, a aéro-estação militar e a artilharia anti-aérea. A direção de aviação subordina-se ao ministro da Guerra, sendo inexistente até 01.04.1933.⁹

Em 1935, o comandante da aeronáutica toma a decisão de comprar 15 aviões italianos Scarat para instrução e 30 aviões americanos Wacco F.3. A indústria francesa fracassa na concorrência da venda;¹⁰ já os ingleses dispõem da firma Aircraft para oferecer material de aviação ao Brasil.

Eduardo Gomes, comandante do Primeiro Regimento de Aviação, no Rio, e Pantaleão Pessoa, chefe do EME, incentivam a compra de muitos aviões militares para o Brasil; na lista de requisições, constam apenas os modelos americanos: Boeing Corgarics, Douglas Severski e o Anfíbio Consolidated; os franceses são completamente excluídos.¹¹

Na análise de Bouvard, existem três causas para essa rejeição aos produtos franceses, de origem individual, nacional e internacional. A causa individual liga-se aos problemas vivenciados entre militares franceses e brasileiros na Escola de Aviação, tais como as acusações de a França vender apenas material velho, como o Morane 174, e

⁷ Correspondência de Kammerer, op. cit. nota 4.

⁸ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para André Tardieu, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 10.03.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

⁹ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

¹⁰ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro do Ar da França, Rio de Janeiro, 5.07.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

¹¹ Relatório do cap. Bouvard. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

provocar acidentes aéreos. A causa nacional advém da forte propaganda americana no país e da carência de condições da França de manter sua propaganda local. E a causa determinante, a internacional, refere-se ao fato de a França não ter vendido material de guerra para o Brasil, durante a revolução de 1932.¹²

Os americanos, em 1932, vendem indistintamente seu material, tanto para o governo, quanto para os revoltosos. Considera-se também que o Brasil depende economicamente dos Estados Unidos. Frente a essas circunstâncias, o cap. Bouvard traça algumas metas, com vistas ao apaziguamento das hostilidades:

- adulando os indivíduos, eles são sensíveis;
- recolocando o antigo material francês, para provar que ele é ainda capaz de bons serviços;
- provando que nosso material atual, é ao menos igual ao americano; (...) fazendo propaganda, fazendo o material voar;
- Mostrar aos brasileiros que o risco dos Estados Unidos vir a ser um dia adversário do Brasil, quando o Brasil jogar sobre o mercado mundial sua formidável produção agrícola, (...);
- assegurar ao governo brasileiro que poderá em todas circunstâncias contar com o abastecimento vindo da França;¹³

Outra estratégia adotada por Bouvard é o convite, gratuito, a Eduardo Gomes, para passar dois ou três meses em Paris, na tentativa de conseguir que mudasse sua posição hostil em relação aos aviões franceses.¹⁴

Promovido ao posto de coronel, o ten. cel. Eduardo Gomes, é uma figura central na aviação brasileira. Criador do Correio Aéreo Nacional, passa a percorrer mais de 40.000 quilômetros por semana, comunicando as diversas áreas do país. Ele exerce a chefia da Primeira Divisão da Direção de Aviação Militar, mas é pouco estimado pelos membros da MMF, porque discorda da sua contratação e da compra dos equipamentos bélicos na França.¹⁵

Em 1931, com a visita do príncipe de Galles e o recebimento, pela Inglaterra, de três oficiais aviadores da Marinha e três oficiais aviadores do Exército Brasileiro, para estágio

¹² Relatório do cap. Bouvard, op. cit. nota 11.

¹³ id., ib.

¹⁴ id., ib.

¹⁵ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 2.06.1938. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

nas escolas britânicas, aumenta a exportação inglesa para o Brasil. Somente a firma Moth exporta 10 aparelhos para a aviação naval.¹⁶

Até 1930, a presença alemã é marcada de forma concentrada na aviação de linha, através das companhias Condor e Varig. Mas, a partir de 1931, a Alemanha passa a oferecer material de aviação para a Aeronáutica Brasileira, com o avião Kiebitz, da firma Focke-Wulf.¹⁷

A aeronáutica norte-americana, até 1930, é representada, no Brasil, pela Panair, com a linha Miami-Buenos Aires, por aparelhos da aviação naval, por um oficial de instrução na marinha e pelos aviões Curtiss, na polícia de São Paulo. Durante a revolução de 30, o governo brasileiro compra 15 aviões Curtiss. Em 1931, a propaganda das empresas americanas, sobre a aviação do exército, se intensifica: “Veio ao Rio como representante da Casa Curtiss o piloto Hoover, antigo instrutor da policia de São Paulo (...); A representação em vôo do avião Flect pelo aviador Leigh Wade.”¹⁸

Do lado inglês, as firmas Handley Page e Aircraft Manufacturing Company Limited também fazem sua propaganda. Também a empresa italiana Caproni envia representantes ao Brasil. O mercado aeronáutico brasileiro está assim sendo disputado, razão pela qual o governo francês pensa em criar sucursais no Brasil, para não perder esse importante mercado consumidor.

O Correio Aéreo Nacional (CAN) é criado logo após a revolução de 1930. De acordo com Fay:

O CAN surgiu da fusão do Correio Aéreo Militar criado em 1931, com o Correio Aéreo Naval, nasceu no Campo dos Afonsos (...). Por lá passaram os grandes dirigíveis alemães, como o Graf Zeppelin, e também os lendários pilotos franceses da Aéropostal, Mermoz Guillaumet e Saint Exupéry, que, depois de estabelecer a ligação entre Paris-Dacar sobrevoaram o Atlântico Sul, indo até Natal e, depois Buenos Aires.¹⁹

A direção de aviação, em fins de 1931, discute a criação de um parque central de aviação, a construção de casernas, a constituição de uma companhia para preparação do terreno e a compra de 38 aviões de diversos tipos de aviação.

¹⁶ Correspondência de Kammerer, op. cit. nota 8.

¹⁷ id. ib.

¹⁸ id., ib.

¹⁹ FAY, Claudia Musa. Os pioneiros do correio aéreo e os desafios da integração nacional. In: Anais da XXV Reunião da SBPH. Rio de Janeiro: 2005. p. 237.

O regulamento para Execução do Serviço de Aeronáutica, pelo decreto n. 20.914, 6.01.1932, estabelece que o Brasil tem soberania plena e exclusiva sobre todo espaço aéreo correspondente ao seu território.²⁰ E o decreto de 19.06.1933 cria, com vistas à organização das forças aéreas do Brasil, três regimentos de aviação, um parque central de aviação, um depósito central de aviação, o serviço médico de aviação e três estações meteorológicas.²¹

A criação desses regimentos, depósito e parque exigem, conseqüentemente, o aumento de efetivo, estimado por Huntziger em 25 oficiais superiores e 150 oficiais subalternos, conforme o quadro abaixo²²:

	Coronel	Ten.-Cel.	Major	Capitão	Tenente	Sub-Ten.
Direção		03	04	04	01	
Escola	01	01	06	17	41	
Parque central			01	01	05	
Depósito central			01	02	02	
Serviço meteorológico				01	02	
Unidades de aviação	01	03	05	16	26	32
Total	02	07	16	41	77	32

Em 1932, a direção do serviço de Correio Aéreo Nacional é confiada ao cel. Eduardo Gomes, com dois novos destinos, Goiás e Mato Grosso. O governo federal pretende unir a capital ao norte e ao sul do Brasil.

Os aviões americanos, no início da década de 30, conseguem superar em número os aviões europeus, em especial os franceses. Mas, os problemas com acidentes continuam. Conforme matéria do jornal *O Brasil*:

Os acidentes continuam e são mais numerosos hoje do que ontem. Os técnicos que aconselharam a substituir os aparelhos europeus por aviões americanos, devem agora reconhecer seu erro. Não foram os aparelhos franceses que ocasionaram os acidentes. Os aviões europeus empregados na instrução do pessoal eram velhos, mas eles provocaram menos acidentes que os novos aparelhos americanos encomendados pelo Brasil.²³

²⁰ Decreto n. 20.914, de 6.01.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

²¹ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 8.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

²² id., ib.

²³ Programa de Aviação. In: *O Brasil*: Rio de Janeiro - primeiro de março de 1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

O ano de 1934 começa com a opinião pública voltada contra os aparelhos americanos Wacco, considerados como os principais causadores de acidentes. Devido às circunstâncias, o ministro da Guerra cria regras para aquisição de material, a ser efetuada através de uma comissão especial, formada pelo chefe de Gabinete da Direção de Aviação, pelo chefe de Serviço da Intendência da Direção de Aviação e pelo chefe da Segunda Divisão de Material Técnico. Essa comissão é instruída para o estabelecimento das bases de concorrência, de um quadro dos aparelhos existentes e dos diversos países construtores, bem como para o estudo das garantias, do recebimento dos produtos, do exame do material e da redação da opinião da comissão.²⁴

O governo brasileiro passa então a abrir concorrência para a compra de material aéreo. Em 1935, surge a *Revista da Aviação*, como órgão oficial da Direção de Aviação. A França já não figura mais na lista de fornecedores de material aeronáutico; em contrapartida, suas idéias, métodos e doutrina, continuam a vigorar na instrução, organização, mobilização e operações.²⁵

O governo federal resolve criar uma usina de aeronáutica em Lagoa Santa, no estado de Minas Gerais. E, logo, o embaixador italiano solicita a abertura de concorrência pública.²⁶

O Brasil não possui um ministro da Aeronáutica, porque a aviação ainda não é desvinculada do Exército, ou seja, ainda não existe uma força aérea constituída; então, os ministros do Exército, da Marinha e dos Transportes são os responsáveis pela aviação de cada um desses respectivos setores. Há a diretoria de aeronáutica do Exército, da Marinha e dos Transportes, essa última encarregada da aviação civil. No Exército ela é uma arma do Departamento de Guerra; na Marinha é considerada auxiliar imediata da frota.²⁷

A direção de aeronáutica do Exército trata do pessoal, dos ensinamentos técnicos e da organização e emprego da arma. Na arma, há duas divisões: caça e observação. Em 1939, a aviação militar comporta: 6 esquadrilhas de observação (com total de 36 aviões) e 2

²⁴ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 6.04.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

²⁵ Correspondência de Bouvard, membro da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 26.02.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

²⁶ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 1.09.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

²⁷ Organização da Aeronáutica do Exército. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

esquadrilhas de caça (13 aviões).²⁸ Os três regimentos da arma localizam-se, então, no Primeiro Regimento, Rio de Janeiro; no Terceiro Regimento, Porto Alegre; e no Quinto Regimento, Curitiba. Além dos regimentos, há também núcleos de aviação em São Paulo, Belo Horizonte, Belém e Fortaleza.

O número total do efetivo em janeiro de 1939 é de 228 homens; desses, 5 são coronéis; 7, tenentes-coronéis; 16, majores; 41, capitães; 77, tenentes e 77, sub-tenentes. Os oficiais estão divididos em navegadores, engenheiros e quadro de não navegação. São formados pela Escola de Aviação, e, nesse período, essa arma ainda não possui corpo de reserva.

A aeronáutica do Exército possui 237 aviões: 80 Wacco, 30 Stearmann, 36 Vought Corsair, 20 Boeing 100, 3 Belanca Pacemaker, 3 Savoia 79, 2 Lockheed, 10 Muniz, e os restantes velhos aviões Breguet, Moth, Curtiss, Avro, Fleet, Nieuport, Amiot e Gourdou.²⁹

Em 1941, é criado o Ministério da Aeronáutica.

6.1 Concorrência exterior enfrentada pela França no Brasil: Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos

Os anos 30 são marcados por uma intensa competição na venda de material bélico ao Brasil, entre EUA e Alemanha. Getúlio aproveita-se dessa situação para ampliar a compra de aviões. Como a indústria nacional ainda é incipiente no setor, a importação é a única maneira viável de equipar o Exército.

Com o desenvolvimento da aeronáutica brasileira, o país precisa comprar muitos equipamentos, e, embora o art. 6 tenha sido retirado do contrato da MMF em 1932, a influência francesa na venda de material ainda é grande. Como afirma Baudouin: “o papel da missão do ponto de vista da influência e propaganda geral da França não pode ser negligenciada”.³⁰

É necessário um plano de organização e aquisição de armas, com créditos especiais para a compra de material. Existe um projeto de lei, elaborado pelo deputado Lindolpho

²⁸ Organização da Aeronáutica do Exército, op. cit. nota 27.

²⁹ id., ib.

³⁰ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Collor, que prevê a inclusão no orçamento de guerra, durante 10 anos, ou seja, de 1931 a 1940, de um crédito anual de 25.000 contos de réis, destinados à modernização armamentista brasileira.³¹

Em 1930, o Brasil recebe uma excelente proposta da fábrica de baterias antiaéreas norte-americana Driggs Ordnance e Enginery Company, que consegue vencer a concorrência francesa, utilizando preços menores e oferecendo menor prazo de entrega. Spire então solicita: “Eu vos peço para intervir junto ao estabelecimento Schneider para obter a máxima redução nos prazos de entrega”.³² O general Andrade Neves, diretor de Material Bélico, está fortemente inclinado a adquirir as baterias antiaéreas da empresa americana. Caso isso aconteça, há grande probabilidade de quatro oficiais brasileiros irem aos Estados Unidos para fazer um curso de aperfeiçoamento nessa artilharia.

Nessa carta, o gen. Spire insiste para que a firma Schneider baixe os preços e o tempo de entrega do material, caso contrário perderiam efetivamente a concorrência para os americanos. Ainda há tempo, alerta, visto que o contrato não está assinado. Legalmente, não poderia tomar nenhuma atitude para coibir essa iniciativa do governo brasileiro, pois, segundo o ministro da Guerra, a indústria francesa fora consultada, havendo sido respeitado o art. 9 do contrato, mas: “após comparação minuciosa de preço, tempo de entrega e qualidade balística e técnica do material está inteiramente em seu direito de escolher a oferta mais vantajosa”.³³

O Brasil importa da França, à época, não apenas aviões, armas e munições, mas muitos outros materiais necessários ao funcionamento do Exército. Entre eles, estão: máscaras contra gás de combate, carro para esterilização de água em campanha, vestimenta contra gás de combate, material para curativo, aparelhos de fratura, estojos de enfermagem completos, etc.³⁴

Mesmo após a Conferência de desarmamento, em Genebra, o Brasil decide continuar com seu programa de importação de armamentos e desenvolvimento de seu potencial militar. O Brasil participa da Conferência pela Limitação e Redução de

³¹ Correspondência de Salat para o ministro da Guerra da França. 30.06.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

³² Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.02.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

³³ id., ib.

³⁴ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

Armamentos com a seguinte comitiva: Macedo Soares, embaixador chefe da delegação; cel. Leitão de Carvalho, do Exército; maj. Ferraz e Castro, da Marinha; cap. Altayr Rozsanyl, aviador e cap. Soares, secretário da comissão.³⁵

Os países do ABC, Argentina, Brasil e Chile, fazem uma reunião para discutir a contenção de armamentos na América do Sul. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mello de Franco, convida para uma conferência os representantes desses três maiores países da América do Sul, com vistas ao exame das questões referentes à redução dos armamentos e à identificação das medidas que poderiam ser adotadas para evitar as guerras. O projeto brasileiro aborda sete pontos, visando a definir o armamento de cada país, segundo a população e a extensão da costa. O objetivo é a proibição da guerra química e bacteriológica, a redução da tonelagem global dos submarinos de cada país em 12.000 toneladas, entre outras medidas de segurança.³⁶

Em 1932, o Brasil encomenda, da fábrica Brandt, uma grande quantidade de armamentos, cujo custo é de cerca de 18 milhões de francos, mas não tem o seu contrato aprovado, devido às péssimas condições financeiras do país, e a alguns elementos que procuram dificultar a assinatura do negócio, devido ao incidente da não liberação de munição, encomendada e paga pelo governo federal à França, durante a revolução de 1932.³⁷

Os franceses detêm informações de que o governo brasileiro possui um projeto de compra de 2.500 metralhadoras da firma Madsen³⁸, fato que não é desmentido pelo sub-chefe do gabinete do ministro da Guerra.

Em carta confidencial, Gourguer, adido militar francês na Suécia e Noruega, afirma ao ministro da Guerra que a firma sueca Bofors possui acordo secreto com a empresa Krupp para venda de armamentos. Esse acordo secreto estabelece, segundo Gourguer:

Um contrato para o material de guerra – dando á Bofors o direito de fabricar as peças de artilharia experimentadas pela Krupp durante a guerra. E nenhuma encomenda deste material pode ser aceito para as potências aliadas. Derrogação

³⁵ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

³⁶ Correspondência do cap. Simeom, adido militar da França no Chile, para o ministro da Guerra da França, Santiago, 18.04.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

³⁷ Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.01.1934. dossiê 3396.

³⁸ A metralhadora Madsen surgiu em 1903 patenteada pelo cap. Madsen do Exército da Dinamarca. Ela foi usada pela primeira vez durante a Guerra Russo Japonesa (1904-1905) e segue em uso até os dias atuais.

feita a favor do Brasil em razão deste último já ter comprado da Krupp antes da guerra, 28 baterias de campanha.³⁹

Os franceses reconhecem que suas indústrias, muitas vezes, não estão à altura do mercado estrangeiro: “Infelizmente é preciso reconhecer que de uma parte as casas não fazem sempre confiança a missão, (...) seus representantes ou agentes estão longe de ter as qualidades necessárias a sua ação, sobretudo em presença da concorrência estrangeira”.⁴⁰

Um exemplo é o caso de M. Sonchein, representante da firma Morane, que aventureiramente se utiliza da exposição de dois aviões Morane, no Rio de Janeiro, para fazer contrabando. Outro exemplo é referente a um representante da firma Liore Olivier: “Enviado em 1930 para mostrar três aparelhos desta firma, esse representante ‘jovem homem de família’ achou a vida bela no Rio e fez coisas inadmissíveis e causou terrível impressão no meio brasileiro”.⁴¹

Os franceses não abandonam sua meta de vender material bélico para o Brasil, mesmo após a MMF ter ficado reduzida a poucos oficiais em seu quadro. O ano de 1937 começa com uma grande importação de armamentos, entre eles: canhões de montanha, canhões de campanha e artilharia anti-aérea.

A Alemanha centraliza suas investidas no Brasil na aviação comercial, através das linhas aéreas. O esforço americano direciona-se à venda de aviões, usando forte propaganda e visitação ao Brasil com seus aparelhos. A Inglaterra consegue contratos para fazer fotos aéreas e a Itália, um contrato para traçar a topografia aérea de São Paulo. Mas, mesmo com tantos concorrentes, a ação da França ainda está à frente, no ano de 1930.⁴²

No início da década de 30, os franceses começam a se sentir ameaçados de perderem o mercado consumidor brasileiro de aviões para as indústrias americanas, que oferecem preços melhores. O governo brasileiro está prestes a encomendar 20 aviões franceses Morane, quando solicita uma baixa significativa no preço, tendo em vista a oferta do avião americano Curtiss, por preço mais acessível⁴³.

³⁹ Correspondência do cel. Gourgues, adido militar da França na Suécia e Noruega, para ministro da Guerra da França, Stookholm, 20.07.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

⁴⁰ Documento sobre os representantes no Brasil das grandes firmas francesas de armamentos e aviação, Rio de Janeiro, 28.02.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁴¹ id., ib.

⁴² Correspondência de Jauneaud, op. cit. nota 3.

⁴³ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 25.08.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Os americanos desejam disputar o mercado de aviões e armamentos com a França; estão também cada vez mais inseridos no contexto militar, oferecendo intercâmbios entre oficiais brasileiros e americanos, nas suas diversas escolas e academias militares. Segundo Baker: “O chefe de EM do Exército Americano aprovou um projeto, preparado pela seção de estudos de nosso EM, visando às trocas com diversos países latino-americanos”.⁴⁴

Os oficiais americanos dizem-se interessados em aprender a língua portuguesa e espanhola, em se engajarem em relações de amizade com os integrantes do país de intercâmbio e em permanecerem, durante um ano, no exterior. Essa é a maneira encontrada pelo governo americano de estreitar ainda mais os laços com os países latinos. Os franceses, descontentes com esta medida, vêem nela um oportunismo americano para o conhecimento da organização, doutrina e métodos de instrução adotados pela França, bem como do material de guerra de que dispõe o Brasil, além da possibilidade de instrução de alguns oficiais brasileiros.⁴⁵

Os brasileiros sugerem que os oficiais americanos poderiam ser admitidos no curso de revisão da EEM, no Curso de Aperfeiçoamento da Escola de Aviação, na Escola de Cavalaria e no Curso de Artilharia, Infantaria ou Engenharia da EAO, e os oficiais brasileiros, enviados para a Academia Militar de West Point, como observadores, para estudar a organização e os métodos de ensino empregados nos Estados Unidos para a formação dos oficiais.⁴⁶ Mas têm consciência de que teriam que conversar com os franceses que poderiam negar-se a dar instruções a oficiais estrangeiros, visto que o contrato estabelecido é concernente apenas à instrução dos militares brasileiros.

Os franceses, como é de se esperar, fazem franca oposição a esse intercâmbio. Como declara Spire: “sou completamente desfavorável a esta medida”.⁴⁷ Ele justifica sua posição drasticamente contrária da seguinte maneira:

A presença de oficiais dos Estados Unidos da América do Norte na Escola de Estado Maior, por exemplo, não me parece mais desejável do que seria certamente para o almirante chefe da missão naval a presença de oficiais da Marinha francesa na escola superior da Marinha brasileira.

⁴⁴ Correspondência de Lester Baker, embaixador do Estados Unidos, para o Coronel Hautz do Exército Americano, Rio de Janeiro, 28.02.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁵ Correspondência do cel. Pedro Cavalcanti para o subchefe do Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 6.03.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁶ id., ib.

⁴⁷ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 29.03.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

De outra parte, o envio de oficiais brasileiros às escolas militares da América do Norte vai diretamente de encontro a finalidade que a MMF persegue há dez anos, ou seja, a criação no exército brasileiro de uma unidade de doutrina de onde nasce em tempo de guerra a unidade de ação. (...)

Os inconvenientes indicados acima são inconvenientes graves, sua consideração dita o dever formal de desaconselhar absolutamente a adoção desta medida proposta por Lester Baker.⁴⁸

O Brasil vê como vantajoso esse intercâmbio, pois assim conheceria de perto o material de guerra americano e sua estrutura militar. Mas, mais vantagens ainda teriam os americanos, que, logicamente, vislumbram a possibilidade de exportação de seus produtos bélicos. Nesse simples intercâmbio, esconde-se uma séria política militar industrial, a qual a presença da MMF nas escolas militares brasileiras faz franca resistência. Como afirma Spire: “o lugar ocupado no Brasil pela MMF constitui em efeito um entrave sério às ambições americanas”.⁴⁹ Em dezembro de 1930, a Missão Naval Americana deixa o Brasil; seu chefe, o alm. Irwin, embarca nos primeiros dias de janeiro de volta para os Estados Unidos.

O gen. Leite de Castro é favorável à livre concorrência de mercado, sem privilegiar a França na compra dos produtos bélicos, devido à presença da MMF no Brasil. Ele pretende que o Brasil faça a aquisição de material com as melhores qualidades técnicas. Pensa que a França deveria se esforçar para vender seus produtos nas mesmas condições dos outros países estrangeiros. Conforme Leite de Castro: “nos apresente um material que seja melhor que os outros, o concurso está aberto”.⁵⁰

A revolução de 32 leva o Brasil a abrir um crédito de 15.000 contos, cerca de 30 milhões de francos, destinados à compra de material bélico. Essa iniciativa provoca uma ofensiva das fábricas estrangeiras com vistas à venda de seus produtos.⁵¹ A França perde grande parte do mercado consumidor brasileiro, porque defende uma postura de neutralidade e porque, segundo Huntziger: “aceitou a encomenda e o pagamento de obus 75 mm e 155 mm e em seguida se negou a fazer a entrega”.⁵²

⁴⁸ Correspondência do gen. Spire, op. cit. nota 47. (os grifos são de Spire).

⁴⁹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.04.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁵⁰ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.10. 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁵¹ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁵² Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.10.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Huntziger considera os brasileiros muito rancorosos, visto que não demonstram disposição de esquecer esse incidente. Assim, nesse momento, é a firma Bofors quem está lucrando com as encomendas brasileiras. Daí por que afirma: “o importante é reagir contra a má vontade que constatamos hoje contra nós (...) e recuperar pouco a pouco o tempo perdido”.⁵³

Na concepção dos oficiais franceses, a França não entregara o material encomendado devido à intervenção pacifista, feita por agitadores junto ao Ministério das Relações Exteriores, em Paris, para impedir a sua entrega. Por outro lado, o embaixador brasileiro em Paris abstém-se de lutar para modificar a situação e obter a entrega do material: ele simplesmente cruza os braços. De acordo com Huntziger: “foi ele, definitivamente, por sua falta de ação, o grande responsável”.⁵⁴

A França é posta de lado, em termos de fornecimento de material bélico, depois desse episódio ocorrido durante a revolução de 32. Os brasileiros não perdoam o não fornecimento dos produtos bélicos comprados e passam a boicotar o comércio francês. Os franceses são então obrigados a assistir ao crescimento das exportações de aviões norte-americanos para o Brasil, substituindo os de fabricação francesa.

Como o material de aviação francês, e o bélico, de maneira geral, é duramente criticado durante a década de 20, tachado de obsoleto, em desuso e perigoso para a vida dos militares, principalmente no que tange à aviação, os franceses acreditam que esse é o momento de provar que o seu material exportado é seguro e eficiente, e que os acidentes aéreos ocorridos são provocados pela imprudência e indisciplina dos pilotos brasileiros.

Assim, quando os acidentes com os novos aviões americanos começam sistematicamente a ocorrer, os franceses colocam-se na situação de injustiçados pelas fortes críticas sofridas por parte da imprensa, na década de 20. A imprensa brasileira, então, volta-se contra os fornecedores americanos.

O ano de 1933 começa com forte críticas aos aviões americanos, devido ao grande número de acidentes ocorridos na Escola de Aviação, nos meses de julho, agosto e setembro. O jornal *Correio da Manhã*, em sua edição de primeiro de outubro de 1931, publica uma matéria intitulada *A aviação ao abandono*, que traz as seguintes informações:

⁵³ Correspondência do gen. Huntziger, op. cit. nota 52.

⁵⁴ id., ib.

Nós compramos nos últimos tempos, provenientes de velhos estoques armazenados nos depósitos dos fabricantes norte-americanos, sem nenhuma garantia de segurança, de qualidade, de fabricação ou de resistência. (...) os aparelhos americanos do tipo Wacco apresentam fabricação pouco escrupulosa, e a escola de Aviação os guarda em seus hangares, sendo que são inúteis e perigosos para a vida dos pilotos.(...) o maior número de acidentes não provém de falhas dos pilotos, mas pelo estado lamentável de seus aparelhos.⁵⁵

O governo brasileiro, pelo decreto de 24.10.1933, dobra as tarifas aduaneiras aplicadas ao mercado francês. Esse decreto é interpretado pelos franceses como um boicote ao seu comércio; eles ficam ainda mais incomodados ao perceberem que a imprensa brasileira apóia a decisão do governo, lançando matérias com títulos como: *Legítima defesa, Atitude Enérgica e Justa*, entre outros.⁵⁶

Em 1934, o Brasil assina um tratado de comércio e reciprocidade com os Estados Unidos e faz um acordo de compensações com a Alemanha.

6.1.1 – Investida italiana

No final de 1930, começa a ser empreendido um intenso esforço de parte dos italianos, com vistas à venda de aviões ao Brasil, com a chegada da missão chefiada pelo gen. Pellegrini, encarregada da organização de uma travessia do Oceano Atlântico, com 11 aviões *Savoia Marchetti*. Nessa operação, é negociada a compra de 11 aviões Savoia Marchetti, a aquisição do material de troca para os aviões, a permanência durante seis meses de três instrutores italianos e o envio à Itália de três aviadores brasileiros para um estágio de quatro meses, gratuitamente.⁵⁷

Em março de 1931, um grupo de aviadores brasileiros é convidado pelo gen. Balbo, para completar, gratuitamente, suas instruções na Itália. Esse convite leva o ministro das Relações Exteriores da França a sugerir: “será oportuno oferecer aos oficiais brasileiros sérias vantagens para entrar em nossas escolas e para sua estadia na França”.⁵⁸

Os franceses têm consciência de que, para manter sua situação de preponderância junto ao Exército Brasileiro, devem manter-se em constante vigilância e obter a renovação

⁵⁵ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 13.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁵⁶ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁵⁷ Esforço italiano do ponto de vista da aviação, Rio de Janeiro, 30.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁵⁸ Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o ministro da Guerra da França, Paris, 20.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

do contrato da MMF. Segundo Huntziger: “a experiência prova que quando os estagiários voltam para seus países se tornam os defensores mais eficazes dos métodos e do material do país onde estudaram”.⁵⁹

As condições financeiras do Brasil não permitem com que o país custeie esses estágios no exterior, o que, de acordo com o ministro da Aeronáutica, poderia ser financiado pela França, através do sindicato da aeronáutica, ou seja, pagar as despesas dos aviadores brasileiros. A esse respeito, Huntziger reafirma: “Se a adoção desta medida for possível, é certo que a presença dos oficiais nos cursos franceses será usada para facilitar muito no futuro as encomendas de material francês”.⁶⁰

Os estágios são responsáveis pela formação de militares estrangeiros adeptos da doutrina e do material francês. Assim, se esses ocorressem sob os auspícios da França, em troca, conseguiriam a encomenda de grande parte do material de aviação necessário ao Brasil. E seria mais um argumento em favor da França, no momento da renovação do contrato da MMF. Como enfatiza Dejean: “o desaparecimento da missão será ruim do ponto de vista de nossa influência, e nosso lugar será certamente pego por outro país, caso nós o abandonemos”.⁶¹

A Itália procura enviar instrutores para o Brasil, a aviação naval brasileira importa aviões italianos e o jovem italiano Robilant propõe, junto à embaixada da Itália no Brasil, a criação de uma Sociedade Civil de Aviação.⁶² Mas, embora os italianos obtenham êxito na venda de aviões, não detêm uma influência forte como a dos franceses, devido à presença da MMF, e nem mesmo, posteriormente, a dos norte-americanos que possuem uma Missão Militar de Costa no Brasil e já exportam aviões para a Marinha.

6.1.2 - Esforço inglês

Durante a revolução de 1932, os franceses adotam o princípio de não exportação de armas para o Brasil. E essa atitude leva o embaixador da França na Inglaterra, Fleuriau, a

⁵⁹ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.06.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁶⁰ id., ib.

⁶¹ Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 18.06.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

⁶² id., ib.

interrogar o governo britânico a respeito da oferta de armas feita ao governo brasileiro e, também, aos rebeldes de 1932. O governo britânico responde com os seguintes argumentos:

A interdição das exportações de armas ao Brasil, para ser efetivada, deve ser universal e há poucas chances de obter assentimento dos outros países exportadores. Uma interdição limitada ao Reino Unido e a qualquer outro país não impedirá o fornecimento de armas provinda de outras nações e terá por simples resultado fazer sofrer uma perda no comércio britânico.⁶³

Exportar armas para qualquer estado da federação brasileira é considerado um ato de inimizade pelo governo federal. Há, não obstante, significativa diferença entre a exportação de armas realizada por indústrias privadas ou por indústrias nacionais. Nas circunstâncias em pauta, o Reino Unido ainda não considera o estado de São Paulo como beligerante, o que impediria o envio de armas.

A França busca impedir a exportação de armas britânicas para o Brasil, tanto de indústrias privadas, quanto de nacionais. Mas, a tentativa de controle do comércio de armas, tema de três convenções internacionais - em 5.05.1919, com o decreto o embargo da venda de armas, da França para a China; em 10.09.1919, com o acordo de Saint Germain; e em 17.06.1925, com a convenção de controle de armamentos em Geneve - não mais em vigor, em 1932, devido à falta de reconhecimento dos países participantes.⁶⁴

Os ingleses querem estabelecer vínculos mais sérios com o Brasil para garantir seu comércio de armamentos e tão logo a Missão Naval Americana parte, em dezembro de 1930, os ingleses passam a não medir esforços para ocupar o seu lugar na aviação da Marinha. Contribui para o aumento do prestígio inglês a vinda de Londres de um “expert” financeiro, Otto Niemeyer, alto funcionário do Banco da Inglaterra, para auxiliar o Brasil na administração de suas finanças. Como alerta Dejean:

é de extrema importância que um embrião da missão francesa seja mantido a qualquer preço no Brasil. (...) se a missão tem muitos amigos, ela tem também muitos inimigos, a começar pelos jovens oficiais que a Revolução colocou em postos que não correspondem nem a sua idade e nem a sua patente.⁶⁵

Em 1931, quando da estada do príncipe de Gales no Brasil, é oferecido um estágio para três oficiais da aviação, nas escolas inglesas. A Inglaterra vende, na ocasião, dez aviões

⁶³ Correspondência de Fleurieu, embaixador da França em Londres, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 8.09.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

⁶⁴ id., ib.

⁶⁵ Correspondência de Dejean, op. cit. nota 61.

Moth, fato que é considerado pelos franceses ponto ganho, pois o Brasil até então não tem tradição de importar aviões ingleses.⁶⁶

6.1.3 - Esforço alemão

O Brasil envia uma missão naval de compra de armamentos à Alemanha. Como noticia Delbos: “Uma missão aeronáutica brasileira está recentemente na Alemanha onde visita as usinas. Ela é dirigida pelo Almirante Schorcht, chefe da aviação brasileira”.⁶⁷ A missão de compras brasileira é recebida por Von Neurath e pelo almirante Raeder. O governo brasileiro não nega a finalidade da missão à Alemanha e afirma apenas que os alemães fabricam material de boa qualidade com excelentes preços. O Chile também envia uma missão militar para Alemanha, liderada pelo gen. Aracena, com a finalidade de comprar aviões. Após visitarem muitas firmas da construção aérea, os chilenos se interessam pelos aparelhos bimotores da firma Junker. No ano de 1935, os franceses percebem que o comércio entre Brasil e Alemanha vem-se intensificando: o algodão, por exemplo, apresenta cifras que superam o normal. De acordo com Hermite: “em relação ao café, o porto de Hamburgo aumentou fortemente seus aprovisionamentos.(...) Em razão dos esforços alemães, precisamos mais e mais, nos ligar ao coração e ao espírito dos elementos francófilos que dominam o Brasil”.⁶⁸

Os franceses não deixam de supervisionar todas as negociações feitas entre Brasil e Alemanha e também com outros países, principalmente quando se trata de produtos necessários à indústria bélica. Em relatório, Noel informa ao governo francês a quantidade de minério de ferro exportado pelo Brasil, conforme quadro abaixo:

⁶⁶ Nos documentos franceses, alemães e americanos, não há mais referências a um esforço maior da Inglaterra na oferta de armas e aviões militares.

⁶⁷ Correspondência de Yvon Delbos, ministro das Relações Exteriores da França, para o ministro da Guerra da França, Paris, 30.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

⁶⁸ Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 11.04.1935. Paris: Arquivo MRE, dossiê 129, 174-3.

Minério de ferro exportado pelo Brasil⁶⁹

Ano	País	Quantidade
1935	Alemanha	7.400.000 Kg
	Estados Unidos	6.218.000Kg
	Inglaterra	7.975.922Kg
	Holanda	15.328.000Kg
	Canadá	9.652.000Kg
	União Belgo-Luxemburgo	609.600Kg
Total		47.183.590Kg
1936	Inglaterra	62.494.000Kg
	Canadá	32.830.000Kg
	União Belgo-Luxemburgo	7.916.000Kg
	Holanda	7.753.000Kg
	Estados Unidos	2.000Kg
	Total	

Até 1931, os esforços alemães no Brasil concentram-se na aviação civil, com a disponibilização de linhas aéreas: é a Companhia Condor quem passa a fazer viagens entre a Europa e a América do Sul. A Alemanha, não obstante, manifesta interesse em relação à aviação militar e oferece, ao ministro da Guerra, os aviões Junkers. São, além disso, feitas conferências, no Rio de Janeiro, sobre os progressos técnicos realizados pela Alemanha e vôos demonstrativos dos aviões Kiebitz e Focke-Wulf.⁷⁰

A Alemanha concentra suas vendas nos hidroaviões Dornier-Wall e Junkers, e demonstra maior preocupação com a aviação civil. Mas, no final de 1931, oferece ao governo brasileiro o avião Kiebitz, da firma Focke-Wulf, para ser utilizado pela aeronáutica.⁷¹

A lã e o couro são produtos de exportação brasileiros que têm utilidade na indústria de guerra; segundo informações recebidas por Baudouin, os agentes alemães, então na região de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, efetuam a compra de três quartos da produção do município, retirado do Brasil, via Montevidéu. O couro importado vai todo para Hamburgo.⁷²

Os franceses preocupam-se com o perigo alemão, devido às propagandas pró Hitler promovidas na região sul do Brasil. Segundo Mennerat há uma organização militar alemã,

⁶⁹ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.04.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁷⁰ Correspondência de Kammerer, op. cit. nota 8.

⁷¹ Os esforços inglês, alemão e americano do ponto de vista da aviação no Brasil, Rio de Janeiro, 4.03.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393

⁷² Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.03.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

com sede em São Paulo, à qual os estados do sul obedecem. Daí por que alerta: “Sobre os alemães de origem fixados nesta vasta região, podemos dizer que 15.000 são de origem pura e podem ser mobilizados em duas semanas”.⁷³

Em 1937, o frigorífico Swift, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, recebe uma encomenda, em caráter de expressa urgência, de 1.600 toneladas de carne e de caixas de conserva de carne para Hamburgo. O frigorífico trabalha dia e noite para cumprir a demanda do mercado alemão. Também são encomendados 43.000 couros e 1.400 bolas de lã bruta.⁷⁴

Em 1939, governo britânico reclama que o Brasil está importando grande quantidade de material de artilharia da Alemanha, saído do porto de Rotterdam, em navio brasileiro.⁷⁵ E, em maio desse mesmo ano, o cônsul francês de Salvador informa sobre o aumento considerável de cacau importado pela Alemanha em 1938: “de 77.785 sacas em 1936 e 42.597 sacas em 1937, o ano passado se elevaram para 375.206 sacas”.⁷⁶

O comércio praticado pela Alemanha com o Brasil é fortemente supervisionado pelos franceses, principalmente as altas importações de produtos brasileiros, como o cacau. Normalmente, a Alemanha importa entre 40.000 a 80.000 sacas de cacau, mas o cônsul da Bahia informa que “no ano passado se elevou para 375.206 sacas, o que foi uma viva surpresa”.⁷⁷ E, no início de 1939, as negociações ultrapassam 120.000 sacas de cacau. Em novembro de 1939, a Alemanha também importa do Brasil diamantes brutos, cujo custo é de cerca de quarenta milhões de francos.⁷⁸

6.1.4 - Esforço americano

Até 1930, os americanos exportam o Curtiss para a polícia de São Paulo, e o Panair, da avião comercial, faz a ligação entre Miami e Buenos Aires. Com o advento da revolução

⁷³ Correspondência do cel. Mennerat, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.03.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁷⁴ Correspondência do cel. Mennerat, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.04.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁷⁵ Correspondência do embaixador da França em Londres para o ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 18.09.1939. Paris: Arquivo MRE, dossiê 130, 174-3.

⁷⁶ Correspondência do consul da França na Bahia para o ministro das Relações Exteriores da França, Salvador, 10.05.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁷⁷ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

⁷⁸ Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o ministro da Guerra da França, Paris, 22.11.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

de 1930, o governo federal compra 15 Curtiss e, em 1931, apresenta o avião Fleet.⁷⁹ Em 1932, o Brasil compra 5 aviões Wacco, tipo 240. Entre 1933 e 1934, o Brasil importa cerca de 150 aviões americanos, destinados à aviação militar e naval.

Durante a revolução de 32, os americanos parcelam os pagamentos das vendas para o Brasil em 24 vezes, mas não conseguem entregar o material no tempo previsto, o que faz o ministro das Finanças, Osvaldo Aranha, suspender parte da encomenda e transferir o pedido de 20 aviões para a firma inglesa Fairrey, ao preço de 535 contos cada um.⁸⁰ Em dezembro de 1932, o Brasil importa dos Estados Unidos 15 aviões Vought Corsair, 8 aviões Wacco, 20 Boeing e 10 Bellanca.

Em março de 1933, o ministro da Guerra designa uma comissão de sete oficiais para ir aos Estados Unidos observar a construção de aviões e motores que possam ser encomendados pelo Brasil. O chefe da comissão é o maj. Plínio de Oliveira, adversário dos produtos franceses.⁸¹

Em 1934, a firma Mayrinck Veiga consegue vender para o Brasil 25 aviões Wacco. O jornal *O Brasil*, em sua edição de primeiro de março de 1934, afirma que grande parte dos aviões em serviço no Exército é do tipo Wacco: “em pouco tempo a produção americana, superou, no curso dos últimos anos, a produção européia”.⁸²

O adido naval francês na Argentina constata que os americanos estão investindo pesado em sua influência nos países latinos através da Marinha, com a criação, em 1935, do posto de adido naval no Rio de Janeiro, colocando no cargo o cap. Whitehead; com a Missão de Artilharia de Costa no Brasil; e com a oferta de estágios nos Estados Unidos aos oficiais de todas as armas.⁸³

A influência americana cresce dia a dia, tanto isso é fato que a Missão Naval Americana, concluído o seu trabalho no Brasil, regressa para os Estados Unidos, mas tem seu contrato renovado em 1935, com um efetivo de 10 oficiais. A Missão Militar

⁷⁹ Os esforços inglês, alemão e americano do ponto de vista da aviação no Brasil, op. cit. nota 71.

⁸⁰ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.09.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁸¹ Correspondência do ten. cel. Corbé, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.03.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁸² Programa de Aviação, op. cit. nota 23.

⁸³ Correspondência do cap. Bryas, adido Naval da França na Argentina, para o ministro da Marinha da França, Buenos Aires, 9.01.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Americana de Defesa de Costa consegue, em fins de 1936, renovar o contrato por mais dois anos, ou seja, até fins de 1938.

Do ponto de vista econômico, os Estados Unidos têm laços estreitos com o Brasil. É o maior importador de café, dirige aqui muitas sociedades industriais e comerciais. A propaganda americana é feita através de agências de notícias, jornais, companhia de aviação e da própria aviação militar, na qual a influência americana é preponderante. O Brasil compra os primeiros aviões militares dos Estados Unidos em 1930 e, posteriormente, durante a revolução de 1932, quando a França embarga a compra efetivada.

Em 1935, por exemplo, um oficial americano da artilharia de costa faz duas conferências na EEM sobre fortificações e duas conferências no Curso de Informações para Oficiais Gerais sobre artilharia de costa, como parte de suas atribuições. A primeira é fortemente contestada pelos franceses, pois o tema fortificações é da alçada dos franceses e, não, dos americanos.⁸⁴

Como a influência americana está em franca ascensão, os franceses passam a supervisionar tudo o que se relaciona com essa expansão. No ano de 1936, por exemplo, um professor de engenharia da Vila Militar coloca, em um anexo de suas conferências, que os regulamentos americanos do Serviço de Engenharia devem ser traduzidos e aproveitados no Brasil, da mesma forma como se faz com os regulamentos franceses. Conforme Noel: “Um oficial francês sinalou o caso para o diretor de Estudos e os anexos foram destruídos imediatamente”.⁸⁵

6.1.5 - Resistência francesa

No final de 1932, após a revolução constitucionalista, o Brasil realiza uma grande importação de aviões, em torno de 100 unidades, o que representa cerca de 60 milhões de francos, com vistas a uma reorganização praticamente completa da aviação brasileira. A prioridade é concedida às firmas inglesas e americanas; a França fica completamente excluída da negociação. Como destaca Kammerer: “o material francês que equipou até o

⁸⁴ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 30.04.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

⁸⁵ id., ib.

presente a grande maioria das esquadilhas brasileiras ficou inteiramente descartada das compras recentemente efetuadas”.⁸⁶

Essa compra representa um grande êxito para a indústria americana e inglesa, e uma derrota para a França que fica excluída, devido à oposição dos aviadores brasileiros aos instrutores e ao material francês. Segundo Kammerer: “chegará inevitavelmente o dia que incriminarão o material inglês e americano. E neste dia, a indústria aeronáutica francesa terá de novo sua chance”.⁸⁷ Na espera dessa chance, a França faz questão de manter na América do Sul um posto de adido da aeronáutica.

O cel. Ângelo Mendes de Moraes, em visita a Paris, constata que a aviação francesa, em 1935, demonstra evolução, possuindo um novo avião, o Mureaux, de reconhecimento e observação.⁸⁸

Os franceses reconhecem que suas indústrias muitas vezes não estão à altura do mercado estrangeiro: “Infelizmente é preciso reconhecer que de uma parte as casas não fazem sempre confiança a missão, (...) seus representantes ou agentes estão longe de ter as qualidades necessárias a sua ação, sobretudo em presença da concorrência estrangeira”.⁸⁹

Enquanto os Estados Unidos passam a exercer preponderância nos domínios político, econômico, aeronáutico e naval, a França detém poder sobre o domínio cultural e sobre o Exército. Denunciando o fato de que os franceses, de maneira geral, subestimam os americanos, ou melhor, o exército americano, Noel afirma: “os americanos se são racionais, devem pensar que eles, não tem competência suficiente para nos suceder em um domínio onde o exército americano tem até aqui jogado um papel bem esquecido”.⁹⁰

No plano econômico, a França perde rapidamente posições para o capital alemão: a organização do comércio e as companhias marítimas alemãs se desenvolvem dinamicamente, e, embora a exportação francesa para o Brasil tenha sido significativa, a Alemanha supera-a praticamente em dobro. Como bem esclarece Poidevin:

⁸⁶ Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 19.12.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

⁸⁷ id., ib.

⁸⁸ Relatório, 2.02.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁸⁹ Documentos sobre os representantes no Brasil das grandes firmas francesas de armamentos e aviação, op. cit. nota 40.

⁹⁰ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 14.05.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

A influência germânica, nos bancos brasileiros se reforçou em detrimento das finanças francesas, que sempre fez prova de indiferença. O *Brasilianische Bank Für Deutschland* serve a todos interesses alemães e serve de correspondente aos dois bancos franceses: O *Crédit Lyonnais* e o *Comptoir National d'Escompte de Paris*.⁹¹

A Sociedade de Aeronáutica de Paris promove intensa propaganda no Brasil em favor de seus equipamentos. Apesar de as casas comerciais e sociedades francesas serem representadas por agentes ativos, é no domínio intelectual que a França exerce forte influência no Brasil. Como afirma Noel: “graças aos estabelecimentos de ensino laicos e religiosos, os intercâmbios de professores, a difusão das obras francesas, e a iniciativa de diversas sociedades como as alianças francesas (...) a cultura francesa tem um prestígio real no Brasil. Ela domina a cultura anglo-saxônica e alemã”.⁹²

O Brasil manifesta forte intenção de desenvolver sua indústria bélica e envia à Europa uma missão, presidida por Leite de Castro, para reunir informações sobre o que havia de mais moderno no mercado e no desenvolvimento da indústria bélica. A revolução de 32 faz as autoridades brasileiras perceberem a necessidade de implantação de uma indústria nacional, independente do fornecimento externo. O ministro da Guerra, Espírito Santo Cardoso, pelo decreto de 23.05.1933, organiza a comissão militar de estudos sobre a indústria militar, para operar em âmbito europeu.⁹³

Em 1937, a indústria aeronáutica brasileira produz alguns aparelhos pouco modernos, mas, em compensação, segundo Noel: “efetua um serviço de correio aéreo que merece admiração, tanto pelas distâncias percorridas (38.000 Kms por semana), quanto pela natureza das regiões sobrevoadas e pelo seu desenvolvimento incessante”.⁹⁴

A MMF é, sem dúvida, um dos principais suportes ao esforço exitoso da França na venda de material bélico para o Brasil. Além do contrato da MMF beneficiar a França e colocá-la na posição de primeiro país a ser consultado em caso de compra de armamentos, os militares, enviados para representar a França no Brasil, desempenham um importante papel diplomático junto ao governo e aos militares brasileiros.

⁹¹ POIDEVIN, Raymond. *Les relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914*. Paris : Armand Colin, 1969. p.336.

⁹² Correspondência do gen. Noel, op. cit. nota 90.

⁹³ Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

⁹⁴ Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 30.04.1938. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Essas medidas cuidadosamente tomadas pela França asseguram um domínio sobre as importações brasileiras durante toda década de 20. Mas, devido às questões políticas já discutidas, a França perde esse espaço para seus concorrentes, no início da década de 30. Entre outros fatores responsáveis por essa perda, está a desorganização das indústrias francesas que competem, à época, arduamente entre si, muitas vezes não cumprindo prazos de entrega ou vendendo seus produtos a preços mais elevados que os dos países concorrentes.

A concorrência do material bélico de outros países também auxiliou na queda da exportação dos produtos das indústrias armamentistas dos franceses, pois além de terem preços melhores, possuíam qualidade igual ou superior aos armamentos produzidos pela França.

Assim, o esforço empreendido pelos militares franceses e a cláusula contratual assegurando a preferência francesa não são suficientes para estender ou mesmo manter o monopólio comercial desenvolvido pela França.

7 Visão alemã e americana sobre a Missão Militar Francesa

No contexto internacional dos anos 1920 e 1930, a presença e a atuação da MMF no Brasil não deixam de suscitar o interesse de outros protagonistas. Assim, o exame da visão alemã e americana fornece elementos adicionais à análise.

Parece produtiva, dessa forma, uma pesquisa no arquivo das Relações Exteriores da Alemanha, em Berlim, devido ao alto grau de preocupação manifestado pelos franceses, por meio de documentos diplomáticos e militares, em relação a todas as iniciativas alemãs, tanto aquelas advindas da ação de imigrantes, instalados na região sul do Brasil, como as expressas na política exterior e acordos econômicos da Alemanha com os países da América Latina.

O arquivo do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, em Washington, também faz parte dos locais investigados, devido à crescente influência que os norte americanos passam a exercer junto ao Exército e ao Brasil de maneira geral, no decorrer da década de 30, o que, posteriormente, lhe garante a posição de principal aliado, exportador de material bélico e norteador da doutrina militar brasileira.

7.1 Visão alemã sobre a Missão Militar Francesa

Os alemães, segundo os documentos localizados no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, parecem não ter conferido relevância ao domínio da influência francesa no Brasil. Entre os quase quinhentos documentos levantados nesse arquivo, poucos são verdadeiramente importantes para a compreensão do tema. Dentre esses, cita-se uma carta destinada a Plehn, encarregado dos negócios alemães no Rio de Janeiro, desaprovando a presença de alemães na recepção oferecida ao general francês Mangin.

A carta registra a recepção, realizada em 1921, em homenagem ao gen. Mangin e a participação do embaixador alemão no evento. O comentário, advindo do Ministério das

Relações Exteriores e do Ministério da Defesa alemães para o embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro, é desfavorável ao comparecimento de seu representante em tal cerimônia: “Não deveria ter comparecido a uma recepção ao general inimigo. Não aprovamos este comportamento”.¹

Outro documento apresenta um relatório a respeito do livro *Autour du continent Latin*, escrito por Mangin, a respeito do período em que esteve no Rio, em São Paulo e na Bahia. O livro, publicado em Paris, é considerado pelos alemães como uma peça de propaganda francesa. O relatório menciona ainda a afirmação feita pelo min. Rio Branco quando de sua passagem por Berlim, dizendo que os alemães são mais preparados e qualificados que os franceses. Essa afirmação, não obstante, não produz efeitos práticos, porque o comando do Exército Brasileiro entende que a disciplina alemã não é adequada aos soldados brasileiros

Segundo Mangin, o Brasil possui um futuro promissor, mas há receios quanto à imigração alemã, pelo risco de a Alemanha pretender anexar os territórios de colonização, ou de uma cisão interna, separatista. O relatório fala dos 130.000 alemães que estão no Brasil, dentre os quais existem pessoas com extraordinária qualificação, referindo que os brasileiros deveriam tomar medidas para mesclar essas culturas, principalmente nas escolas, no ensino da língua portuguesa. Finalizando o documento, Bernheim afirma: “estes conselhos do general Mangin do ponto de vista francês são absolutamente irrelevantes, porque no Brasil praticamente não há nenhum grupo de imigrantes francês”.²

Um outro documento menciona especificamente a MMF, relatando que, de acordo com notícias recentes, a França acaba de conseguir, em que pese os planos originais, a renovação do contrato de permanência da MMF no Rio de Janeiro, embora muitos brasileiros tenham restrições a essa medida. O próprio ministro da Guerra de 1931, Leite de Castro, não deseja prorrogar o contrato: poucos oficiais franceses ficariam no Brasil, mas a decisão, quanto à permanência ou não da MMF, cabe ao ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha.

¹ Correspondência do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para Plehn, encarregado dos negócios alemães no Rio de Janeiro, Berlim, 19.12.1921. Berlim: Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

² Relatório de Bernheim, da embaixada alemã no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2.06.1924. Berlim: Arquivo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Esse documento refere também o fato de que a França e a Alemanha não conseguem chegar a nenhum tipo de entendimento no que concerne à concorrência brasileira, devido ao despropósito das exigências francesas no Tratado de Versalhes e à invasão do vale do Rhur. A Alemanha divulga, em noticiários veiculados no Brasil, o sofrimento dos alemães com as atitudes francesas, conseguindo provocar compaixão nos brasileiros. Mas isso não basta para dizer que as simpatias brasileiras tenderiam para o lado alemão. Segundo Sehm: “os brasileiros não pensam com seriedade sobre o que estão dizendo, muitas observações são aduladoras, mas não são levadas à sério depois”.³

Sehm adverte que não se poderia esquecer que a cultura francesa é cultivada em muitos centros, a propaganda francesa é muito eficiente e consegue colocar as pessoas ao seu lado: “Negar o sucesso desta propaganda será um erro, (...) razão pela qual chamamos atenção para este fato”.⁴ Os resultados obtidos pela França com a propaganda são fáceis e seguros: as moças de boa família, educadas em elegantes escolas francesas, são um exemplo dessa influência. De acordo com Sehm: “A cultura e a moda francesa lhes agrada mais que o modo norte europeu de viver pesado e pedante com a sua precisão e a sua disciplina”.⁵

Outro documento apresenta observações sobre as relações econômicas do Brasil, constatando os impressionantes progressos alcançados. Um exemplo citado é a instalação de três cervejarias em Porto Alegre, que se transformam em uma, devido ao fornecimento de máquinas alemãs especializadas na utilização do malte alemão importado, uma vez que o Brasil ainda não as produz por conta própria. Mas a Alemanha está sempre alerta quanto às suas relações econômicas com o Brasil, pois o preço alto de suas mercadorias acarreta o risco de perder esse mercado consumidor para os produtos norte-americanos, de custo mais baixo.

A Alemanha interessa-se pelo mercado bélico brasileiro, mas, ao mesmo tempo em que gostaria de penetrar no mercado de armas brasileiro, tem receio de prejudicar, com isso, seus negócios com a Argentina, o que demonstra o cuidado com que se devem tomar as deliberações sobre o tema. O Brasil, por sua vez, deseja criar uma indústria bélica

³ Correspondência de Sehm, da embaixada alemã no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, Rio de Janeiro, 24.12.1931. Berlim: Arquivo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

⁴ id., ib.

⁵ id., ib.

própria, fato que depende do investimento do governo em fábricas como a de aviões em primeiro lugar, em seguida de munições e metralhadoras pesadas e leves. De acordo com Schönheins, general reformado do exército alemão:

A influência francesa no exército ainda é muito grande, mas a presença maciça da MMF se encontra em declínio, isso abre certas possibilidades para os militares alemães de informação com contrastes muito grandes que existe entre Brasil e Argentina seria necessário considerar politicamente se os interesses da Alemanha na Argentina seria eventualmente prejudicados pelo envio de alemães ao Brasil.⁶

Mas, os dados levantados nesse arquivo demonstram que a preocupação dos alemães com a expansão econômica e cultural francesa no Brasil não é significativa. Os documentos mencionam o que se passa no Exército, as obras realizadas da MMF, apontam os franceses que chegam e saem do Brasil, mas não demonstram forte interesse ou resistência às investidas francesas. A análise desses documentos permite afirmar que a preocupação francesa em relação à expansão alemã é imensamente maior, se comparada com a relevância que a Alemanha atribui aos programas de difusão e propaganda empreendidos pelo governo francês no Brasil.

A França, em suas atividades de supervisão aos elementos alemães e italianos, residentes no Brasil, obtém inúmeras informações sobre as iniciativas de imigrantes considerados suspeitos ou perigosos à ordem liberal, principalmente na região sul do Brasil.

O cônsul da França, em Porto Alegre, escreve para o ten. cel. Gauchet, do Ministério da Guerra, em Paris, informando que a polícia gaúcha decide proibir as reuniões de alemães nazistas, mas que elas prosseguem sendo realizadas clandestinamente. O chefe nazista em Porto Alegre é Ernest Dorsch, detido na véspera dessa correspondência pela polícia.

Fica comprovado que Dorsch tem relações com o governo do Reich, de onde recebe ordens e subsídios. Segundo o cônsul: “Ele era aqui o ‘Superintendente da Frente Alemã do Trabalho’ (Die Deutsche Arbeits-Front) – DAF- desde a partida para a Alemanha de Walter Hornig, objeto de minhas correspondências anteriores”.⁷

⁶ Correspondência de Schönheins, Berlim, 4.11.1934. Berlim: Arquivo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

⁷ Correspondência do cônsul da França em Porto Alegre para o ten. cel. Gauchet, Rio de Janeiro, 26.02.1938. Paris: Arquivo MRE, dossiê 121, 172-6.

A ação dos agentes alemães é intensa nos três estados do sul do Brasil. Os documentos apreendidos em poder de Dorsch são comprometedores. A propaganda nacionalista alemã é julgada na região, graças à ação do cel. Osvaldo Cordeiro de Faria, chefe do EM da Terceira Região Militar e antigo aluno da MMF.⁸

Entre os camaradas adeptos da causa francesa na luta contra o nazismo, são citados pelo cônsul dois nomes, o primeiro é um reverendo, o Padre Füger, da ordem dos jesuítas alemães Anchieta, de nacionalidade francesa; o segundo é neto de alemães e filho de francesa, o Dr. João Kern Elisondo, de nacionalidade argentina.⁹

As ações alemãs e italianas são constantemente vigiadas pelos representantes franceses. Primeiramente, porque não se deixam abrigar e, depois, porque continuam comungando com as idéias de seus países de origem.¹⁰

7.2 Visão americana sobre a Missão Militar Francesa

Os norte-americanos detêm conhecimentos detalhados sobre o Exército Brasileiro, a MMF, os trabalhos desenvolvidos, as manobras realizadas, os oficiais brasileiros com curso na Escola Superior de Guerra da França. Na ótica americana, os franceses aproveitam-se das instruções para gerenciar os pedidos de aviões militares para as suas fábricas. Quando o treinamento da aviação sai das mãos dos franceses, as autoridades brasileiras passam então a adquirir aviões de outros países, como a Inglaterra e os Estados Unidos.¹¹

Os americanos também estão a par da participação de oficiais brasileiros no quadro docente das escolas militares brasileiras e dos que ocupam o cargo de sub-diretor de ensino. Os candidatos militares a uma vaga de estudo no exterior passam a ser melhor selecionados.

O adido americano afirma que a MMF coíbe a ida dos oficiais brasileiros para as escolas militares americanas, acrescentando: “Antes da Primeira Guerra nossa organização

⁸ Correspondência do cônsul da França em Porto Alegre, op. cit. nota 7.

⁹ id., ib.

¹⁰ Para saber mais sobre os alemães no Brasil, ver: GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: UFRGS, 1991. E, para conhecer mais sobre a imigração italiana e seu envolvimento com as idéias fascistas, ver: GIRON, Loraine Stomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parêntese, 1994.

¹¹ Relatório de Willian Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 4.08.1933. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C-121.

militar não atraia as nações americanas. Havia uma convicção geral que o custo de vida e as despesas em geral eram muito elevadas nos Estados Unidos em proporção à Europa. E a questão mais importante de todas, é que Paris está na Europa”.¹² O Brasil, assim como os demais países da América Latina, está voltado para a Europa e, não, para os Estados Unidos.

O desenvolvimento do Exército Brasileiro é lento e difícil. Mas isso se deve, na visão americana, à falta de foco no inimigo externo e à grande desordem interna, tanto no âmago da força, quanto na política interna nacional. Caso o Brasil sofra uma invasão de primeira classe, pensam os americanos, o invasor não encontraria nenhuma resistência organizada, exceto nas grandes cidades. O Brasil, dizem eles, treina técnicas de guerrilha direcionadas às linhas de comunicação do inimigo, como, por exemplo, a Argentina, mas a Marinha Brasileira poderia atacar Buenos Aires, enquanto o Exército atacaria pelo norte para obter o controle das ferrovias.¹³ Essa situação é ventilada pelo adido, porque a Argentina é a hipótese de guerra brasileira.

7.2.1 Situação estratégica

Para os americanos, o Brasil não precisa se preocupar com inimigos no norte ou no oeste. A região estratégica é o sul, onde não há barreiras naturais; a região é aberta, podendo ser facilmente invadida e ocupada em suas vias de comunicação pelas rodovias e pelos rios Uruguai e Paraná. Cacequi, no centro do estado, concentra cinco linhas ferroviárias estratégicas, sendo o foco de exercícios do Exército Brasileiro. Um grande destacamento do Exército está no Rio Grande do Sul, nas cidades de Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo.¹⁴

No período de janeiro a março de 1922, é conduzida pela MMF uma manobra sob a direção de Gamelin, que executa um trabalho árduo e reorganiza a tropa, a partir da adoção de princípios do sistema francês. Gamelin estabelece o serviço de intendência, realizado pela primeira vez durante essa manobra, mas não tem tempo para desenvolver uma instrução adequada; o transporte, por sua vez, fica a cargo do EME, ao invés de ser

¹² Relatório de Willian Sackville, op. cit. nota 11.

¹³ Relatório do maj. F. L. Whitley, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 1922. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C-121.

¹⁴ id., ib.

confiado à intendência. De 5 a 7 mil homens são instalados na região de Saicã: a tropa da Terceira Região. Na ocasião, os médicos franceses vacinam todos os soldados contra a febre tifóide.¹⁵

O serviço de transporte animal é inadequado e o Exército adquire então muitos cavalos e mulas no Rio Grande do Sul. Em 1924, é realizada uma manobra em Mato Grosso. Essas manobras de quadro apresentam problemas de tática, mas sua principal vantagem é apontar para a inadequação dos serviços auxiliares, tais como transporte, engenharia, condições sanitárias, hospitalização e intendência.¹⁶

Os documentos americanos descrevem, com detalhes, os equipamentos brasileiros tais como cozinhas móveis estilo francês, uniformes, entre outros; fazem registro da composição da tropa de acordo com as diferentes armas. Muitos desses documentos falam sobre o desgaste das relações Brasil/França, devido a sérios problemas econômicos, em 1933.

Os americanos acompanham todas as mudanças ocorridas com os membros da MMF, os que saem e entram no Brasil. A França esforça-se sempre para obter a renovação do contrato. Mas, na visão do adido americano: “o Brasil não estava ansioso para manter a missão, mas não forneceu uma explicação do porque o contrato foi renovado. O Ministro da guerra não tem dúvida sobre aguardar uma oportunidade favorável para terminar com esta missão”.¹⁷

A MMF favorece as fábricas francesas, com os pedidos brasileiros de munições, armamentos e aviões. Quando termina a MMF de Aviação, o monopólio francês no suprimento de aviões termina, e a influência francesa fica bastante prejudicada. O Exército compra aviões ingleses e americanos e um grupo de pilotos visita os EUA.

A França faz muitas campanhas com vistas à manutenção do Brasil como seu cliente. Os adidos relatam inúmeras disputas pela venda de aviões. Desde 32, fica evidente o decréscimo da influência francesa em relação ao período precedente, da República Velha, época em que a França detém um quase completo monopólio sobre o suprimento militar.

¹⁵ Relatório do maj. F. L. Whitley, op. cit. nota 13.

¹⁶ id., ib.

¹⁷ Relatório de Willian Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, dez. 1934. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2472-47.

Com a troca de governo e com a revolução de 1930, a França passa a vender menos ao Brasil.¹⁸

O adido americano menciona um artigo escrito na revista *Asas*, em janeiro de 1932, pelo maj. Muniz e as críticas que surgem a partir dele. Os aviadores brasileiros sentem-se cada vez mais atraídos pelos americanos e rejeitam os oficiais franceses. O adido ressalta algumas cláusulas dos contratos da MMF, em especial, a que proíbe o governo brasileiro de contratar outras missões estrangeiras. Os americanos estão também de posse de cópias dos contratos da MMF e de outros documentos, como os discursos de Vargas e sua posição quanto à MMF.

Mesmo após o início da Segunda Guerra Mundial, a França permanece com a MMF no Brasil e não perde oportunidade de se manifestar em público.¹⁹ O adido Mitchell afirma:

Não há duvida que os oficiais franceses obtiveram excelentes resultados com o Exército Brasileiro, e foram muitos cuidadosos em manter relações pessoais cordiais, mas outros fatores entram em cena tornando a MMF menos tenaz: A MMF foi instrumento para venda de equipamento militar claramente de segunda mão e de qualidade inferior, o que não foi esquecido pelos brasileiros. Os brasileiros agora percebem que outros países são capacitados a produzir material de guerra de excelente qualidade permitindo uma livre competição. A presença de outras missões particularmente a americana diminuem o prestígio da França.²⁰

Para impedir a importação de produtos provindos de países concorrentes, os franceses alegam que o uso de outros armamentos pode prejudicar os trabalhos da MMF. Enquanto a França luta para não perder o mercado consumidor brasileiro, os americanos consideram importante a permanência da Missão Militar Americana de Costa, principalmente por estarem à frente de todo restante do mundo nessa área.

Os adidos militares conhecem os problemas enfrentados pelos franceses no desempenho de suas funções, tais como os conflitos com as autoridades de maior posto hierárquico, as desavenças entre os membros da MMF e os da MMF de Aviação e o desgaste sofrido nas relações entre Gamelin e o chefe de EME, Bento Ribeiro. De início, a ala jovem do Exército apóia a MMF; mas, no final da década de 20, são esses elementos

¹⁸ Relatório de Willian Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 25.01.1933. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2472-47.

¹⁹ Relatório do maj. Laurence C. Mitchell, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, jan. 1940. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C-104.

²⁰ Relatório do maj. Laurence C. Mitchell, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, nov. 1936. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2472-47.

mais novos que acreditam poder prosseguir por seus próprios meios.²¹ Segundo o adido, os suprimentos franceses são inferiores e custam mais caro:

Desde que a missão chegou praticamente tudo que veio para o Exército Brasileiro foi comprado da França. Todas as compras não geraram satisfação. (...) o famoso contrato de 11.000 metralhadoras Hotchkiss de fabricante francês foi um severo desapontamento aos oficiais brasileiros que testemunharam a demonstração oferecida neste período pelo representante da companhia Browning e para outros oficiais brasileiros favoravelmente indicaram a preferência pelo material americano. E houve um forte protesto quando na compra de máscaras de gás francesas foram encontrados buracos neste material e sujeira de sangue.²²

Muitos documentos dos adidos militares americanos fazem comentários positivos quanto ao trabalho desenvolvido pela MMF, no que concerne à instrução nas escolas, às manobras de quadros e à reorganização do Exército Brasileiro. A esse respeito, assim se pronuncia o adido: “a MMF tem dado um efetivo trabalho e é apoiada pela opinião pública e pelo Exército. Seus membros tem inquestionável competência e realizam seus trabalhos seriamente”.²³

A ditadura brasileira, instalada em 1937, é recebida, na França, segundo informações americanas, com franco desapontamento. Os franceses são de opinião que a profecia de Mussolini sobre todos se tornarem fascistas não poderia se espalhar pelo continente americano e nem mesmo pela Europa. Pensam, também que o Brasil tem uma fraqueza pelo regime nazista.²⁴

Os Estados Unidos criticam o material em desuso que a França exportava para o Brasil, mas, em nenhum momento, durante o período da missão americana no Brasil, deixam de reconhecer os importantes serviços prestados pelos franceses para a reorganização do Exército Brasileiro, e as correspondências diplomáticas norte-americanas comprovam o seu conhecimento dos problemas enfrentados pela força de terra. Segundo fonte documental: “A missão francesa tem dado importantes serviços na reorganização do exército e no estabelecimento de novos métodos de guerra em todas as áreas puramente terrestres”.²⁵

²¹ Relatório do adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 8.11.1927. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2006-44.

²² id., ib.

²³ id., ib.

²⁴ Washington: Arquivo do Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência, dossiê 2006-44.

²⁵ Documento da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, n. 897, 2,01.1936. Washington: Arquivo do Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar.

À guisa de conclusão

De acordo com Rüsen²⁶, a história tem um compromisso com a verdade. As pesquisas em fontes primárias buscam exatamente atender às expectativas de racionalidade da ciência da história: aproximam, dessa forma, o tema e as reflexões por ele motivadas da realidade passada, sem desconsiderar que toda a história refletida e escrita é sempre presente, pois funciona como uma grade móvel de interpretação do passado.

A presente tese não teve a pretensão de haver esgotado todos os aspectos relativos à ação da MMF no Brasil, mas procurou, é verdade, traçar, com base nos fatos investigados, o quadro mais próximo e veraz possível dos acontecimentos. Foram as pesquisas realizadas em fontes primárias e complementares que conduziram às interpretações aqui apresentadas e à sustentação das idéias e posições defendidas, sempre fundamentadas na análise dos fatos e das circunstâncias examinadas.

O Brasil resolveu contratar uma missão estrangeira para instruir o Exército, porque as autoridades políticas, principalmente o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, perceberam a necessidade de instituir uma força de terra orgânica e próspera, atendendo ao diagnóstico dos graves problemas detectados, que assinalava a carência de efetivo, de armamentos e de preparo militar.

Na primeira década de funcionamento da MMF (1920-1930), a equipe de serviços contratados foi utilizada especialmente na instrução militar e como órgão de consulta, não exercendo influência direta na organização do Exército. Por dez anos, a missão restringiu-se, assim, à mera função de conselheira do Estado-Maior do Exército.

Esse período caracteriza-se pela concentração de esforços, por parte dos membros da MMF, na instrução e na realização de palestras nas escolas militares, que se transformam então em verdadeiros centros de preparação da oficialidade e também dos graduados, o que acabou por torná-los melhor qualificados que seus chefes. Os cursos eram, à época, em sua maioria ministrados em francês, pois poucos os oficiais franceses dominavam o idioma português.

²⁶ RÜSEN, John. Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins, Brasília: UnB, 2001.

A MMF, por outro lado, constitui-se em um dos instrumentos utilizados pela política francesa²⁷ para difusão de seu prestígio, o que inclui a prática e o ensino da língua francesa, não apenas através das conferências proferidas nas escolas, mas também através da venda de livros e revistas, e, principalmente, da divulgação de suas idéias e filosofias; no caso específico do Exército, refere-se ao conhecimento de sua doutrina militar e de guerra. Acontece que, concomitante à sua expansão no meio militar, ocorre a difusão da língua francesa no meio civil, nos liceus, nas alianças francesas e na organização das universidades, naquele momento em fase de constituição no Brasil.

Para justificar essa política de expansão cultural determinada e projetada pelo estado francês, é então utilizada a idéia da latinidade, que postula serem os povos da América Latina herdeiros naturais do legado cultural latino. Como bem afirma Gamelin:

impregnados da alma latina, vós sabeis, como nós, que toda verdadeira civilização moderna vem do Mediterrâneo (...) herdeiros diretos de Roma e da Grécia, quer dizer franceses, italianos, portugueses (...) bem como as livres democracias da América entre as quais o Brasil brilha em primeiro plano.²⁸

Nas escolas militares, os cursos de aperfeiçoamento, a partir de 1927, tornam-se pré-requisitos para ascensão hierárquica na carreira militar, sendo obrigatória a passagem do oficial pelo ensino ministrado nas escolas que se tornam ponto central de sua vida profissional: o estudo e a preparação emergem como o único meio viável para um bom desempenho na carreira militar.

Somente após a revolução de 1930, Vargas suspende (1931) essa medida para poder legalmente reintegrar os tenentes à força de terra. Em 1934, porém, os cursos militares voltam a ser critério decisório para a promoção de posto, e a grande maioria dos tenentes é definitivamente afastada das fileiras do Exército.

Isso porque a inserção dos tenentes na força passa a gerar muita polêmica e descontentamento entre os oficiais que haviam se mantido na legalidade e cursado a escola de aperfeiçoamento, na perspectiva da doutrina francesa. Os tenentes guardam a perspectiva dos soldados-cidadãos, acostumados que são a interferir na política: são pouco

²⁷ A América Latina não era o principal palco de influência francesa e não teve a mesma importância para a França como, por exemplo, a África. Mas, justamente devido ao pouco número de imigrantes franceses e as fortes tradições culturais ligadas à França, tornou-se uma região de significativa relevância estratégica para o desenvolvimento da influência e do comércio francês.

²⁸ GAMELIN, Maurice. Relatório de Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, p. 77-78.

preparados para vida profissional militar; não haviam sido alunos dos oficiais franceses, nem aderido à nova doutrina militar por eles defendida.

Na década de 20, a instrução, fortemente impulsionada, passa a sofrer fortes restrições pela ação do movimento tenentista, responsável pelo fechamento das escolas militares, devido à necessidade de constituição de um efetivo capaz de combater essa ala rebelde. Além desse inconveniente, por outro lado, Setembrino de Carvalho, o ministro da Guerra, não demonstra interesse pelos assuntos militares. Aliás, até mesmo o próprio presidente, Artur Bernardes, acaba por desativar a aviação por considerá-la uma arma perigosa.

É verdade que todos esses problemas são superados pela MMF que segue ministrando instrução nas escolas, durante toda década de 20, sem interferir na organização do Exército.²⁹ A MMF atua, nesse período, na organização e na formação do Exército: na primeira fase ocorre a formação e a atuação no campo intelectual e doutrinário; na segunda (1930-1940), a organização passa a interferir na disposição de quadros, material, defesa internacional e treinamento.

Mesmo com pouco tempo de real instrução nas escolas, essa preparação, antes apenas teórica, é substituída por um ensino também de caráter prático. A principal contribuição da MMF, nesse primeiro período, é a reformulação da doutrina militar com a introdução de novos valores através das conferências ministradas e a participação indireta na reforma legislativa com a substituição das leis militares existentes por aquelas necessárias à organização militar.

Dentre as mudanças de cunho ideológico e doutrinário, estão a obediência, a disciplina, o amor à pátria, o nacionalismo, o respeito ao chefe, a servidão, entre outros. Como afirma Setembrino de Carvalho:

a disciplina é a força principal dos exércitos. (...) sem disciplina não há positivamente exército. Haverá homens armados, divorciados do dever militar, sem coesão patriótica, sem consciência da dignidade de sua missão. Haverá, para dizer toda verdade, homens armados contra a Pátria.³⁰

²⁹ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, ao ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³⁰ Relatório de Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1924. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, p.20.

O respeito e a obediência ao chefe decorrem da atitude disciplinada que ele próprio mantém ao longo de sua carreira, com vistas à coesão de seus subordinados. O chefe deve permanecer em constante vigilância e observância, para garantir a boa educação militar; de seu exemplo, dependem todos os outros segmentos da ordem.

Na reorganização dessas leis, são então estipuladas mudanças de quadros, aumento de efetivo, serviço militar obrigatório, normas para promoções, criação da intendência, entre outras. A doutrina militar que, até à chegada da MMF, é de inspiração positivista, fundando-se na idéia do soldado-cidadão, com o trabalho desenvolvido pela equipe francesa, passa a defender a concepção do soldado-profissional, que pugna pela ordem e não interfere na política de estado. Uma doutrina é da ordem do ensinamento, tem caráter permanente, é um princípio. As doutrinas militar e de guerra inter-relacionam-se, atuando em tempos de paz e de guerra; elas são interdependentes, pois, em tempos de paz, os militares treinam técnicas de guerra, segundo sua doutrina de guerra, que determina o teatro de operações e o pretense inimigo. A doutrina militar compreende a organização, o equipamento, a instrução e o emprego da força; nela, estão contidos os princípios e as leis da organização militar. É ela quem define as bases organizacionais da instituição.

Com a guerra, procura-se assegurar a situação de paz, e, na paz, prepara-se para a guerra. O potencial ou poderio de um estado emana do poder bélico militar que possui, tanto para fazer a guerra, quanto para restabelecer a paz. Daí por que guerra e paz são as faces da mesma moeda.

Nesse período, o pretense inimigo, no caso brasileiro, é a Argentina; portanto, o teatro de operações ou área estratégica não pode ser outro que o Rio Grande do Sul e parte da fronteira de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. A Argentina é a nação que concorre com o Brasil, à época, pela hegemonia na América do Sul; mais ainda, tem um exército bem equipado e preparado, despertando sérias preocupações com a questão militar.

Diante desse contexto, a MMF procura adestrar o Exército Brasileiro contra uma possível invasão armada da Argentina. Mas sua tarefa não é fácil; há muitos percalços em seu caminho, não apenas devido à falta de condições técnicas e armadas do Exército, mas também devido às inúmeras críticas, publicadas, à época, em jornais, que é obrigada a enfrentar, referentes à exportação de aviões e material bélico francês para o Brasil.

Mesmo posteriormente, alguns historiadores, tais como Mc Cann, reiteram essas críticas à MMF, concernentes à aquisição de armamentos franceses já utilizados e obsoletos, que não têm mais nenhuma serventia para o exército francês. Essas considerações não estão equivocadas, mas, analisando a situação precária do Exército Brasileiro e a sua total falta de equipamentos, chega-se à conclusão de que a importação desse material, considerado pelos críticos como em desuso, foi de relevância, fazendo por aqui a diferença. Assim, embora não tenham comprado armamentos top de linha, esses equipamentos, no Brasil, encontram uma forma bastante prática e convincente de reutilização.

É importante perceber que a modernidade da força terrestre aqui não é tratada apenas no campo técnico científico dos armamentos, mas e principalmente no campo das idéias. A MMF é, sem dúvida, responsável pela modernização do Exército Brasileiro pela instrução militar ministrada, pela doutrina militar defendida e, essencialmente, pela concepção de profissionalismo imposta e pela conscientização da importância de um exército forte e coeso para a sociedade e o estado. Com os franceses, cria-se, nos quartéis, uma mentalidade voltada para a importância moral do soldado, do homem de tropa e do oficial, conscientizando-o da relevância de seu papel junto ao poder político tanto na manutenção da ordem interna e externa, como na afirmação da hegemonia do estado frente a outras nações.

É óbvio que a evolução da indústria bélica não pode ser dissociada da idéia de modernidade, assim como da de capitalismo que, através do acúmulo de capitais, impulsiona os setores científicos. Assim, não se pode deixar de perceber que, mesmo com um material não tão moderno, é através dele que o Brasil encontra sua via para a modernidade. A doutrina militar é reformulada, a doutrina de guerra é posta em prática nas manobras de quadros e ocorre um real preparo da força para uma hipótese de conflito.

É importante ressaltar que o Exército Brasileiro, antes da chegada da MMF, estava completamente desarmado e que, quando se tem um exército totalmente carente, como no caso do Brasil, o material importado, mesmo velho e fora de uso para *países desenvolvidos*, permite que os ensinamentos teóricos se transformem em exercícios práticos. Os quadros passam, então, a ter treinamentos de campo em áreas estratégicas, o que representa naquele momento, uma grande evolução.

O Brasil vive, à época, uma situação complexa, pois, em busca de modernidade, adota a doutrina francesa e instala como arsenais sucata de guerra francesa. Mas, em que pese serem os armamentos negociados com grande vantagem para a nação exportadora, a imensa extensão territorial e a grave carência de material de qualquer natureza fazem da compra do armamento importado uma alternativa vantajosa para o Brasil.

Além da instrução francesa, a política nacional dos anos 30 também auxilia no processo de coesão e fortalecimento do Exército, principalmente por sua preocupação em federalizar as forças estaduais, que, embora legalmente tenham a função de forças militares auxiliares, na verdade nada mais são do que a representação do poder local dos coronéis e de toda velha estrutura da política café com leite, atualizando a ultrapassada dicotomia regional-nacional.

A federalização dessas brigadas é a solução primeira encontrada para impor um estado hegemônico e voltado para o nacional, pois isso acaba com o seu predomínio militar e coloca o Exército como a maior e mais importante força militar do país. A idéia de nacional, tratada e referendada neste trabalho, está em conformidade com o que defendem Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna. Lembra-se que esses autores consideram o estado autoritário nacionalista sob a ótica democrática.

Obviamente, que, nos bastidores dessas idéias de nacionalismo e hegemonia, há a pretensão de acabar com os direitos democráticos e de instituir um governo ditatorial. Mas esse governo só é possível porque o Exército está pronto para assegurar sua permanência. Há coesão interna na força; os descontentes estão fora das fileiras militares, e a doutrina militar defende a obediência, a disciplina e a subordinação.

Góes Monteiro, um dos mais destacados alunos da MMF, foi, sem dúvida, um dos maiores expoentes militares nesse processo de instalação do Estado Novo e de imposição do Exército como principal força aliada do estado, mantenedora da ordem e do nacionalismo. Apesar de ter feito a revolução de 1930, Góes é um ferrenho defensor do profissionalismo militar, da não participação dos militares na política e do reconhecimento e respeito que a sociedade e demais segmentos deveriam ter pelos militares.

O objetivo militar deve ser o atendimento das metas políticas. Conforme destaca Aron, para que um estado tenha supremacia, ele precisa de um exército forte, capacitado e bem preparado, que deve atuar ao lado do poder político, pois não há estado sem exército,

nem exército sem estado. Mas, ressalta-se, Aron jamais afirmou que esse estado deveria ser autoritário e/ou repressor.

O governo ditatorial de Vargas atende às necessidades da alta cúpula do Exército quanto ao rearmamento, instrução, escolas, aumento de soldos e de efetivo, entre outros. Em troca, obtém o total apoio da instituição. Sem dúvida, a influência da MMF na instrução e na reformulação da doutrina militar contribui fortemente para a deflagração do golpe de 37, embora logicamente, a instalação de um governo autoritário não passe perto dos projetos franceses. Mas, não se pode negar que as idéias contidas na doutrina militar reformulada tenham vindo a contribuir, maquiavelicamente, para os planos centralizadores de Getúlio e de Góes.

Na segunda fase da MMF (1930-1940), são executadas reformas estruturais no Exército. A instrução fica essencialmente a cargo dos militares brasileiros instruídos e preparados pelos franceses, e a maior parte dos integrantes da missão dedicam-se ao serviço de reorganização da força.

Em 1930, quando os revolucionários conseguem derrotar o Exército com o auxílio das forças estaduais, demonstram que, apesar dos sete anos de atuação da MMF nas instruções, visto terem as escolas permanecido fechadas durante os conflitos tenentistas, a força nacional ainda está em condições precárias.

O governo que, na ocasião, se instala no poder resolve prioritariamente não apenas contar com os oficiais franceses para a instrução nas escolas, mas utilizá-los na reorganização geral do Exército, o que até então fora negado aos franceses por determinação do chefe de EME, Tasso Fragoso.

A partir de 1930, o EME passa a admitir não somente a consulta aos franceses sobre os problemas e resoluções para o Exército, como também seu aproveitamento nos planos de guerra e de defesa nacional. A obra da MMF, na década de 30, em especial sob o comando do gen. Noel, não se limita mais apenas ao trabalho de instrução nas escolas, mas estende-se ao comando: faz reformas nos programas, viagens e exercícios sobre carta e sobre terrenos; colabora na preparação de guias para os candidatos à admissão nas escolas; refaz programas de ensino; altera regulamentos; prepara quadros; desenvolve estudos sobre os problemas militares brasileiros e sobre as reformas que devem ser feitas; colabora com a

organização do Conselho Superior de Segurança Nacional, no Conselho Superior de Guerra, na mobilização e na motorização.³¹

A execução das manobras constitui-se, à época, em tarefa muito difícil, devido à falta de mapas e aos poucos acessos que restringem a mobilização. Mesmo no Rio Grande do Sul, principal teatro de operações brasileiro, a situação não é diferente. A mobilidade é um dos problemas de mais árdua resolução para o Exército. De acordo com Bento Moreira, é na década de 30, que a doutrina do Exército passa a funcionar em seus campos - organização, equipamento, ensino e instrução, motivação e emprego -, atingindo a maior expressão e progresso relativo, ao longo do processo histórico.³²

O efetivo do Exército aumenta em 100% em relação ao início da década de 20; são criadas muitas escolas preparatórias de cadetes em Porto Alegre (EPPA), em Fortaleza (EPF) e em São Paulo (EPSP), bem como centros de formação do pessoal da reserva (CPOR). É fundada também a revista Nação Armada e o Instituto de Geografia e História Militar. A MMF deixa muitos legados no Brasil, dentre os quais destacam-se a valorização do estudo da história nacional, como fonte para o conhecimento da história militar do país; a doutrina racionalista; e a idéia de guerra de moderna, entre outros.

A MMF, em seus 20 anos de atuação no Brasil, torna-se um marco na modernização da força terrestre. Ela corrobora com o surgimento do espírito militar no Exército Brasileiro, com a formação dos quadros, das unidades e com a transformação dos oficiais em sujeitos aptos e preparados para resolverem os problemas de ordem militar. Como afirma Matos: “(...) o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, (...)”.³³

A contextualização é uma importante tarefa do historiador: trata-se de voltar para o período em tela, entender as idéias e as situações vigentes no momento histórico apresentado, saber distanciar-se de sua realidade, sem analisar, com as concepções de hoje, os feitos de ontem. Assim compreendemos como o material velho e obsoleto, adquirido, passa a auxiliar na modernização militar do Brasil. Da mesma forma, permite entender

³¹ Correspondência de Góes Monteiro para o gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 13.09.1938. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

³² BENTO, Cláudio Moreira. Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do Exército Brasileiro (1930-1945). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 339, p. 63, abr./jun. 1983.

³³ MATOS, Olgária. A filosofia francesa no Brasil: a pragmática da leitura humanista. In: PERRONE, Leyla. Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004. p. 208.

como um país como a França, que tanto contribuiu para a formação profissional do oficial brasileiro, é facilmente invadido na Segunda Guerra Mundial.

A análise da atuação da MMF aponta primordialmente para a importância do poder militar na formação e supremacia do estado. Assim como Aron, pensa-se que a hegemonia internacional de uma nação repousa na união entre o poder político e o poder militar. O Exército, após a reorganização implantada pelos franceses, emerge como uma força com unidade de doutrina, coesa e profissional.

Góes, em sua perspicácia, entende as mudanças de cunho ideológico e doutrinário realizadas no Exército e utiliza-as na condução de um governo centralizador, apoiado pelo interesse de Vargas em governar soberanamente o país. O Estado Novo é uma ditadura de civis que conta com amplo apoio e a sustentação do Exército, que, em troca, barganha bem feitorias para a instituição.

A partir de 1937, os militares deixam de participar de motins ou movimentos de esquerda e passam a atuar na política através da alta cúpula militar, ou seja, como elementos unidos em defesa da instituição. Assim, se por um lado, tornam-se o *grande mudo* defendido e ensinado pelos franceses, por outro, são a voz mais ouvida nos anos estadonovista. Como afirma Matos:

A virtualidade semântica de objetos e palavras, ao contrário do ponto de vista estrutural, torna-os inassimiláveis à ordem de um sujeito, pois há sempre algo de impróprio e de figurado nas palavras.³⁴

³⁴ MATOS, op. cit. nota 8, p. 206.

Referências bibliográficas

Obras completas

AGUIAR, Alberto Cardoso. Relatórios do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1919.

ALMEIDA, Miguel Osório. Ambiente de guerra na Europa. Rio de Janeiro: Atlântica, 1943.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALTHUSSER, Louis. Solitude de Machiavel. Paris: Universitaires de France, 1998.

AMAN, Academia Militar das Agulhas Negras. História da doutrina militar: da antiguidade a II Guerra Mundial. Resende: AMAN, 1979.

AMARAL, Antônio Barreto. A missão militar francesa de instrução da força pública de São Paulo (1906-1914). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico.

AMARAL, Azevedo. O estado autoritário e a realidade nacional. Brasília: UNB, 1981.

AMAURY, Philippe. Les deux premières expériences d'un Ministère de l'information en France. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1969.

ANTUNES, Paranhos; NEVES, Andrade. O vanguardeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943

ARANTES, Paulo Eduardo. Um departamento francês de ultramar, estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana: uma experiência nos anos 60. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARARIPE. Tristão de Alencar. Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso exército. Rio de Janeiro: 1960.

ARAÚJO, João Hermes Pereira. Três ensaios sobre diplomacia brasileira. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989.

ARNAUD, Pierre. Politique d'Auguste Comte. Paris: Armand Colin, 1965.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARON, Raymond. Auguste Comte et Alexis de Tocqueville: juges de l'Angleterre. Oxford: Clarendon Press, 1965.

ARON, Raymond. Curso de introdução às relações internacionais: relações internacionais de poder. Brasília: UNB, 1982.

ARON, Raymond. De Gaulle, Israel et les juifs. Paris: Plon, 1968.

ARON, Raymond. Dezoito lições sobre a sociedade industrial. Brasília: UNB, 1981.

ARON, Raymond. Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ARON, Raymond. Les sociétés modernes. Gallimard, 2006.

ARON, Raymond. Maquiavel et les tyrannies modernes. Paris: Fallois, 1993.

ARON, Raymond. Memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ARON, Raymond. Mémoires. Paris: Robert Laffont, 2003.

ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. Brasília: UNB, 1980.

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: UNB, 1986.

ARON, Raymond. Pensar a guerra Clausewitz: a era planetária. Brasília: UNB, 1986.

ARON, Raymond. Plaidoyer pour l'Europe décadente. Paris: Laffont, 1977.

- ARON, Raymond. Sur Clausewitz. Paris: Complexe, 2005.
- ARRUDA, Antonio. Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina. São Paulo: INL, 1980.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino. História militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- BALDET, Marcel. A vida quotidiana nos exércitos de Napoleão. Paris: Hachette, ANO.
- BALOUS, Suzanne. L'action culturelle de la France dans le monde. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- BANDEIRA, Moniz. Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). Brasília: EDUNB, 1993.
- BANHA, Paulo da Motta. História do Estado Maior das Forças Armadas. Brasília: EMFA, 1987.
- BANHA, Paulo da Motta. História do Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.
- BARAT. Tática geral. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1923.
- BARBOSA, Mario de Lima. Les français dans l'histoire du Brésil. Paris: Blanchard.
- BARON. D'Anthouard, La politique française en Amérique Latine. Paris: Imprimerie Nationale, 1918.
- BARROS, Jayme de. A política exterior do Brasil: 1930-1940. Rio de Janeiro: DIP, 1941.
- BARROS, Jayme de. Sete anos de política externa do Brasil (1930-1937). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- BARROSO, Gustavo. História militar do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- BASTIDE, Roger. Brasil terra de contrastes. São Paulo: Difel, 1959.
- BASTOS, Jayme de Araújo. A missão militar francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- BAUDIN, Louis. L'effort réalisé par la France en Amérique du Sud depuis la guerre (Conférence du 6 mars). Paris: La Maison de la Amérique Latine, 1935.
- BAUDIN, Pierre. L'armée moderne et les état-majors. Paris: Chapelot, 1905.
- BAUDOUIN. A doutrina. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1931.
- BAYART, Jean François. L'illusion identitaire. Paris: Arthème Fayart, 1996.
- BELBRUCK, Hans. Ludendorff: peint par lui-même. Paris: Payot, 1922.
- BELLINTANI, Adriana Iop. A Conspiração contra o Estado Novo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BENTO, Cláudio Moreira. Como estudar e pesquisar a história do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: 1999.
- BERCITO, Sônia Deus Rodrigues. Nos tempos de Getúlio: da revolução de 1930 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990.
- BERTRAND, Maurice. Pour une doctrine militaire française. Paris: Gallimard, 1965.
- BILAC, Olavo. A defesa nacional. Rio de Janeiro: Bibliex, 1965.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: UNB, 1999. v. 1.
- BOLOT, Louis Edmond. La grande muette. Paris: Flammarion, 1902.
- BONHEUR, Gaston. Napoleão: o retrato do homem. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1982.
- BONNAL. L'esprit de la guerre moderne: de Rosbach à Ulm. Paris: Librairie Militaire Chapelot, 1903.
- BORDEAUX, Henry. Joffre ou l'art de commander. Paris: Bernard Grasset, 1933.
- BORDEAUX, Henry. Le chevalier de l'air: Guy Nemer. Paris: Plon, 1938.
- BRAIBANT, Charles (org.) France et Brésil. Paris: Hotel de Rohan, 1955.

- BRAUDEL, Fernand. A identidade da França: os homens e as coisas. São Paulo: Globo, 1989. v. 2 e 3.
- BRAUDEL, Fernand. Écrits sur l'histoire. Paris: Flammarion, 1969.
- BRAY, Pierre de. La troisième guerre mondiale est commencée. Paris: Presses Continentales, 1958.
- BRUZIÉRES, Maurice. L'Alliance Française: histoire d'une institution. Paris: Hachette, 1983.
- BUDÓ, Aluísio Bolívar. Raízes à mostra: memórias de um general. Porto Alegre: Sulinas, 2000.]
- BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: UNESP, 2002.
- CADIER, Roger. Souvenir d'un carioca honoraire. Paris: Nouvelles Éditions Latine, 1982.
- CAILLETEAU, François; THOMAS, Jean Pierre. Retour à l'armée de métier. Paris: Economica, 1998.
- CALÓGERAS, Pandiá. Estudos históricos e políticos. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- CALÓGERAS, Pandiá. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: a força de um ideal. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- CAMARGO, Aspásia. O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos. Brasília: Senado Federal, 1983.
- CAMON, Hubert. La guerre napoléonienne: les systèmes d'opérations: théorie et technique. Paris: Economica, 1992.
- CAMPOS, Francisco. O estado nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1984.
- CARELLI, Mario. Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la découverte aux temps modernes. Paris: Nathan, 1993.
- CARELLI, Mario. Épopée métisse. Paris: Gallimard.
- CARELLI, Mario; THÉRY, Hervé; ZANTMAN, Alain. France-Brésil: bilan pour une relance. Paris: Entente, 1987.
- CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937). São Paulo: Difel, 1974
- CARONE, Edgard. A República Velha I: instituições e classes. São Paulo: Difel, 1970.
- CARONE, Edgard. A República Velha II: evolução política. São Paulo: Difel, 1974.
- CARONE, Edgard. A Terceira República. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, Edgard. Brasil anos de crise: 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991.
- CARONE, Edgard. O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel, 1975.
- CARR, Edward Hallet. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: UNB, 1981.
- CARRIAS, Eugene. La pensée militaire française. Paris: Presse Universitaire de France, 1960.
- CARVALHO, Delgado de. Geografia econômica. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- CARVALHO, Delgado de. Relações internacionais. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. A conferência do desarmamento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1932.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. Dever militar e política partidária. São Paulo: Nacional, 1959.

- CARVALHO, Estevão Leitão de. Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. t. II, l. 3 e 4.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. Memórias de um soldado legalista. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1964. t. III, l. 5 e 6.
- CARVALHO, José Lopes Pereira de. Organização do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. Militares e civis: um debate além da constituinte. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1987.
- CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. O exército na história do Brasil república. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Marechal Castelo Branco: seu pensamento militar (1946-1964). Rio de Janeiro: ECEME, 1968.
- CASTELO BRANCO, Manuel Thomaz. O Brasil na grande guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.
- CASTRO, Angela Gomes de. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CASTRO, Celso. Os militares e a república: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CASTRO, Terezinha de. História documental do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.
- CASTRO E SILVA, Egydio Moreira de. As indústrias militares em nosso país. Rio de Janeiro: Rodrigues, 1940.
- CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. Les affaires étrangères et les corps diplomatique français (1870-1980). Paris, 1984. t. II.
- CERVO, Amado Luiz. O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UNB, 1994.
- CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UNB, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang. Relações internacionais dos países americanos. Brasília: UNB, 1994.
- CHARLE, Christophe; FERRÉ, Regina. Le personnel de l'enseignement supérieur en France aux XIX ème et XX ème siècles. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1985.
- CHAUBET, François. La politique culturelle française et la diplomatie de la langue: l'Alliance Française (1883-1940). Paris: L'Harmattan, 2006.
- CHAVES, Hugo Jorge de Brito. Os marechais de Napoleão. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- CHEVALLIER, Camille. Sagesse du chef. Paris: Raisin, s.d.
- CIDADE, Gen. F. de Paula. Cadetes e alunos militares através dos tempos (1878-1932). Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Brasília: UNB, 1979.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. Princípios de guerra. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943.
- CLEMENCEAU, Georges. Discours de guerre. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

- CLEMENCEAU, Georges. Notes de voyage: dans l'Amérique du Sud. Paris: UTZ, 1991.
- CLERC, Henry. L'obéissance militaire: étude juridique. Paris: Charles-Lavauzelle, 1935.
- COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- COELHO, Teixeira. Guerras culturais: arte e política nos noventa e dois. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- COHEN, Esther. Osvaldo Aranha. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1985.
- COLETTE, Barbier. Diplomatie et histoire. Paris: Directions des Archives du Ministère des Affaires Étrangères, s.d.
- COLIN. L'éducation militaire de Napoléon. Paris: Historiques Teissèdre, 2001.
- COLIN. Le transformation de la guerre. Paris: Flammarion, 1911.
- COLSON, Bruno. Quand et comment Napoléon a conçu son système de bataille. Paris: Berger-Levrault, 1935.
- COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMBLIN, Joseph. Le pouvoir militaire en Amérique Latine: l'idéologie de la sécurité nationale. Paris: Delarge, 1977.
- COMTE, Auguste. Auguste Comte: extraits de son oeuvre finie (1851-1857). Paris: Le Soudier, 1898.
- COMTE, Auguste. Auguste Comte: oeuvres choisies. Paris: Aubier.
- COMTE, Auguste. Catéchisme positiviste. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.
- COMTE, Auguste. Cours de philosophie positive. t.VI.
- COMTE, Auguste. Discours sur l'ensemble du positivisme. Paris: Société Positiviste, 1907.
- COMTE, Auguste. La science sociale. Paris: Gallimard, 1972.
- COMTE, Auguste. Lettres inédites à Célestin de Blignières. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1932.
- COMTE, Auguste. Philosophie première: cours de philosophie positive (Leçon 1 à 45). Paris: Herman, 1975.
- COMTE, Auguste. Système de politique positive. Paris: 1929. t.1 e t.2.
- COOK, Don. Charles de Gaulle. São Paulo: editora Planeta do Brasil, 2007.
- CORREIA, Leôncio. A verdade histórica sobre o 15 de novembro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- COURTOIS, Gaston. A arte de ser chefe. Lisboa: Sampedro, 1968.
- COUTINHO, Lourival. O general Góes depõe. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- COUTO E SILVA, Golbery. Planejamento estratégico. Brasília: UNB, 1981.
- CUNHA, Vasco Leitão. Diplomacia em alto mar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- CYTRYNOWICZ, Poney. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- CYTRYNOWICZ, Poney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial. São Paulo: USP, 2000.
- DACHARRY, Monique. Geographie du transport aérien. Paris: Techniques, 1981.

- DANTAS, San Tiago. Política externa independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- D'ANTHOUCARD, Baron. La politique française en Amérique Latine. Paris : Imprimerie Nationale, 1918.
- DARCONCHY, Raoul. O pan-germanismo no sul do Brasil. Paris: Affaires Culturels et Scientifique, 1915.
- DAUZAT, Albert. La défense de la langue française: la crise de la culture française – la politesse du langage la langage internationale. Paris: Armand Colin, 1912.
- DE BRAY, Pierre. La troisième guerre mondiale est commencée. Paris: Presses Continentales, 1958.
- DE GAULLE, Charles. Discours et messages. Paris: Plon, 1970.
- DE GAULLE, Charles. La France et son armée. Paris: Plon, 1938.
- DE GAULLE, Charles. Memórias de esperança. Rio de Janeiro: Mundo Musical, 1971.
- DE GAULLE, Charles. O fio da espada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- DE GAULLE, Charles. Por um exército profissional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- DE GAULLE, Charles. Vers l'armée de métier. Paris: 1934.
- DEMON, Thomas. Le rôle social de l'officier. Paris: Dunkerque, 1906.
- DENIS, Pierre. Le Brésil au XX siècle. Paris: Armand Colin, 1917.
- DENYS, Odylio. Ciclo revolucionário brasileiro: memórias. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.
- DESCARTES, René. Discurso do método e tratado das paixões da alma. Lisboa: Sá da Costa, 1943.
- DIGEON, Claude. La crise allemande de la pensée française (1870-1914). Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
- DOISE, Jean; VAISSE, Maurice. Politique étrangère de la France: diplomatie et outil militaire (1871-1981). Paris: Imprimerie Nationale, 1987.
- DOKA, Carl. Les relations culturels sur le plan international. Berna: Baccinière, 1959.
- DOLLOT, Louis. Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la découverte aux temps modernes. Paris: Nathan, 1993.
- DOLLOT, Louis. La France dans le monde actuel. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.
- DOLLOT, Louis. Les relations culturelles internationales. France: Presses Universitaires de France, 1964.
- DUARTE, Antonio Paulo. Como fazer a guerra. Lisboa: Sílabo, 2003.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. A Europa de 1815 aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. La décadence (1932-1939). Paris: Imprimerie Nationale, 1979.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. La France et les français 1900-1914. Paris: Richelieu, 1972.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecerá. Brasília: UNB, 2000.
- DUVAL, Armando. A Argentina potência militar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. v.1 e v.2.
- DUVAL, Armando. Reorganização do exército. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.
- EARLE, Edward Mead. Les maîtres de la stratégie. Paris: Berger-Levrault, 1980.
- EBENER, Charles. Le rôle social de l'officier. Paris: Henri Charles-Lavauzelle, 1901.
- ECEME. Escola de comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 1984.
- ENCYCLOPÉDES. Mémoires du XX ème siècle 1920-1929. Paris: Bordas, 1990.
- ESG. Doutrina militar brasileira. Rio de Janeiro: ESG, 1983.
- FARIA, Octavio de. Machiavel e o Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- FEBVRE, Lucien. Psychologie du chef : Charles de Gaulle et ses mémoires. Paris : Librairie Armand Colin.
- FEBVRE, Lucien. Le nouveau monde et l'Europe. Paris : Éditions de la baconnière, 1955.
- FERAUD, Francis. Survol de l'Histoire du Brésil. Paris: Les Études Americaines, 1955.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Política e segurança. São Paulo: Alfa Omega, 1973.
- FERRAZ FILHO, Lindolpho. Bases fundamentais da doutrina militar. Rio de Janeiro: ESG, 1965.
- FERRI, Mario Guimarães; MOLOYAMA, Shozo (orgs.) História das ciências no Brasil. São Paulo: EPU, 1979.
- FERRO, Marc. Pétain. Paris: Fayart, 1987.
- FIGUEIREDO, Euclides. Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932. São Paulo: Martins, 1977.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os militares e a democracia. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os militares e a revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FINLEY, John. Les français au cour de l'Allemagne. Paris: Armand Colin, 1916.
- FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2001.
- FOCH, Ferdinand. De la conduite de la guerre: la manoeuvre pour la bataille. Paris: Berger-Levrault, 1904.
- FOCH, Ferdinand. Des principes de la guerre: conférences faites à l'École Supérieur de Guerre. Paris: Berger-Levrault, 1906.
- FOCH, Ferdinand. Éloge de Napoléon. Paris: Les Iles d'Or, 1942.
- FOCH, Ferdinand. La direction de la guerre. Paris: Casa Editorial Franco-Ibero-Americana.
- FOCH, Ferdinand. Memoires: pour servir a l'histoire de la guerre de 1914-1918. Paris: Plon, 1931. t. 1 e 2.
- FONCIN, Pierre. La langue française dans le monde. Paris: Sièges Social de l'Alliance Française, 1900.
- FORCADE, Olivier; DUHANEL, Eric; VIAL, Philippe. Militaires en Republique 1870-1962: les officiers, le pouvoir et la vie publique en France. Paris: Sorbonne, 1999.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenetismo e aliança liberal (1927-1930). São Paulo: Polis, 1978.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenetismo e forças armadas na revolução de 1930. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRAGOSO, Augusto. A doutrina militar brasileira: bases para sua formulação. Rio de Janeiro: ESG, 1959.
- FREIRE, Gilberto. Exército e nação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- FREIXINHO, Nilton. Instituições em crise: Dutra e Góes Monteiro, duas vidas paralelas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- GALLIE. Os filósofos da paz e da guerra: Kant, Clausewitz, Marx, Engels e Tolstoi. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GAMELIN, Maurice. Discours et messages. Paris: Plon, 1970.

- GAMELIN, Maurice. La grande guerre (1914-1918): sobre o front francês. Rio de Janeiro: 1919.
- GAMELIN, Maurice. La stratégie de Napoléon. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921.
- GAMELIN, Maurice. Manobras de quadros do exército de 1921-1922. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.
- GAMELIN, Maurice. Servir: la guerre (septembre 1939-mai 1940). Paris: Plon, 1947.
- GAMELIN, Maurice. Servir: le prologue du drame (1930-1939). Paris: Plon, 1947.
- GAMELIN, Maurice. Servir: les armées françaises de 1940. Paris: Plon, 1947.
- GAVET, André. A arte de comandar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIRARDET, Raoul. A sociedade militar de 1815 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GIRARDET, Raoul. La société militaire : de 1815 à nos jours. Paris: Perrin, 1998.
- GIRARDET, Raoul. La société militaire dans la France contemporaine (1815-1939). Paris: Plon, 1953.
- GIRARDET, Raoul. L'influence de la tradition sur la politique étrangère de la France. Paris: BUF, 1992.
- GIRARDET, Raoul. Problèmes contemporains de défense nationale. Paris: Dalloz, 1974.
- GIRARDET, Raoul. Problèmes militaires et stratégiques contemporains. Paris: Dalloz, 1989.
- GIRAUDOUX, Jean. Amica América. Paris: Bernard Grasset, 1938.
- GIRAULT, René. Diplomatie européenne: nations et impérialismes 1871-1914. Paris: Masson, Armand Colin, 1995.
- GIRON, Loraine Stomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.
- GOBARD, Henri. La guerre culturelle. Paris: Copernic, 1979.
- GOMES, Angela Castro (org.) Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GOULART, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no estado novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel: a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUDEHUS, Brigitte Schroeder. Les scientifiques et la paix: la communauté scientifique international au cours des années 20. Canadá: Les Presses de l'Université de Montréal, 1978.
- GUEIROS, José Alberto. O último tenente: Juracy Magalhães. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GUÉRIOT. Organisation du génie: son rôle, son emploi tactique, compagnies spéciales. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.
- GUIBERT, Comte Jacques. Essai général de tactique. Paris: Economica, 2004.
- GUILLEMIN, Agnes. Un aspect de l'influence culturelle française au Brésil: des écoles française à Rio de 1808 à 1915. Paris: IHEAL, 1979.
- GUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. Os militares na formação brasileira. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.
- GUIRAL, Pierre. La vie cotidiennne des professeurs en France de 1870 à 1940. Paris: Hachette, 1982.

- HANOTAUX, Gabriel. *Joffre: le vainqueur de la Marne*. Paris: Plon, 1929.
- HANOTAUX, Gabriel. *La connaissance de l'Amérique du Sud*. Paris: Plon, 1937.
- HANOTAUX, Gabriel. *Le comité France Amérique: son activité de 1909 à 1925*. Paris, 1925.
- HANOTAUX, Gabriel. *Le marechal Foch ou l'homme de guerre*. Paris: Plon, 1929.
- HART, Basil Henry Lidell. *Défense de l'Europe*. Paris: Calmann-Lévy, 1951.
- HART, Basil Henry Lidell. *Estratégia: conceituação e emprego em 25 séculos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.
- HAYES, Robert Ames. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.
- HENRIQUES, Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas: Vargas, o maquiavélico*. São Paulo: Palácio dos Livros, 1963.
- HENRIQUES, Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas: Vargas e o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Record, 1966.
- HERRIOT, Edouard. *La France dans le monde*. Paris: Hachette, 1933.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- HOLLEAUX, André. *La politique culturelle française*. Paris: Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1977.
- HUBERT, André. M. *L'action culturelle des pouvoirs publics*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1969.
- HUBERT, Lyautey. *Paroles d'action*. Paris: Imprimerie Nationale, 1995.
- HUNT, Linn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: The Belnak Press of Harvard University Press, 1985.
- KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- KEEGAN, John. *A máscara do comando*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- KEEGAN, John. *História da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KISSINGER, Henry. *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950. , v.1, v.2, v.3, v.4 e v.5.
- LABAYLE, ERIC. *Répertoire des corps de troupe de l'armée française pendant la grande guerre*. Paris: Claude Bonnaud, 2002.
- LACORNE, Denis; RUPNIK, Jacques. *L'Amérique dans la têtes: un siècle de fascinations et d'aversion*. Paris: Hachette, 1986.
- LACROIX, Désiré. *História de Napoleão*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.
- LAFOND, Georges. *La France en Amérique-Latine*. Paris: Plon, 1922.
- LAFOND, Georges. *Le Brésil*. Paris: Roger, 1927.
- LAFOND, Georges. *L'effort français en l'Amérique-Latine*. Paris: Payot, 1917.
- LAROUSSE. *Dictionnaire français-portugais*. Paris, 1957.
- LAWRENCE. *Les sept piliers de la sagesse*. Paris: Payot, 1936.

- LEBAUD. Comandar. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942
- LEMAITRE, Thomas. L'art de commander et l'art d'obéir. Paris: Aubanel, 1969.
- LEONARD, Rogers Ashley. Clausewitz: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- LIMA, Oliveira. Formation historique de la nationalité brésilienne. Paris: Garnier Frères, 1911.
- LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- LINS, Ivan. Perspectivas de Augusto Comte. São Paulo: São José, 1965.
- LOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Lutas sociais na América Latina: Argentina, Brasil e Chile. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- LOVE, Joseph. A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LUDENDORFF. La guerre totale. Paris: Flammarion.
- LUVAAS, Jay. Napoleão na arte da guerra. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LYAUTEY, Marechal Pierre. Le rôle social de l'officier. Paris: Albatros, 1935.
- LYAUTEY, Marechal Pierre. Paroles d'action. Paris: Imprimerie Nationale, 1995.
- LYAUTEY, Marechal Pierre. Survol des Amériques. Paris: Plon, 1937.
- MACAULAY, Neil. A coluna Prestes: revolução no Brasil. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- MAGALHÃES, João Batista. A evolução militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- MAGALHÃES, João Batista. Civilização, guerra e chefes militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
- MAGALHÃES, João Batista. Noções militares fundamentais. Rio de Janeiro: Bibliex, 1945.
- MAGNOLI, Demétrio (org.) História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALAN, Alfredo Souto. Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- MAQUIAVEL, Nicolau. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Machiavel et les tyrannies modernes. Paris: Editions de Fallois, 1993.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Bertrand, 1986.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe com notas de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MARILL, Jean Marc. De la grande guerre à la chute du mur de Berlin: ruptures et évolutions de la doctrine militaire française. Paris: Armée de Terre, Cours Supérieur de Etat-Major.
- MARLAND. O serviço de saúde em campanha. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1922.
- MARMONT. De l'esprit des institutions militaires. Paris: Librairie Militaire, 1873.
- MARTINIÈRE, Guy. Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité. Grenoble: Presse Universitaire de Grenoble, 1982.
- MARTINIÈRE, Guy. Brasil-França: vinte anos de cooperação (ciência e tecnologia). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.
- MARTINIÈRE, Guy. Problèmes de développement de l'historiographie brésilienne. Madrid: 1990.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Relações internacionais: cultura e poder. Brasília: IBRI, 2002.

- MASCARENHAS DE MORAES, Marechal J. B. A força expedicionária brasileira pelo seu comandante. Rio de Janeiro: Gustavo Cordeiro de Farias, 1960.
- MATTHIEU, Gilles. Une ambition sud-américaine: politique culturelle de la France (1914-1940). Paris: L'Harmattan, 1991.
- MATHIEU, Gilles. Un enjeu diplomatique: la politique culturelle de la France en Amérique Latine dans l'entre deux guerres. Paris: IHEAL, 1990. n. 09.
- MAUROIS, André. Dialogues sur le commandement. Paris: Bernard Grasset, 1924.
- MAURRAS, Charles. L'action française et le Vatican. Paris: Flammarion, 1927.
- MC CANN, Frank Junior. Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945). Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.
- MC CANN, Frank. A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.
- MC CANN, Frank. Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEDEIROS, Ana Lúcia; HIRST, Mônica. Bibliografia histórica. Brasília: UNB, 1982.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. A guerra total de Canudos. São Paulo: A girafa, 2007.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Um estadista da República. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- MENDES, Evelyse Maria Freire. Bibliografia do pensamento político republicano (1870-1970). Brasília: UNB, 1981.
- MESNARD, André Hubert. L'action culturelle des pouvoirs publics. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1969.
- MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos.
- MILL, John Stuart. Auguste Comte et le positivisme. Paris: L'Harmattan, 1999.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES CULTURELLES. Aspects de la politique culturelle française: service des études et recherche. Paris: Unesco, 1970.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Le projet culturel extérieur de la France. Paris: Direction Général des Relations Culturels, Scientifique et Technique.
- MINISTÈRE DES ARMÉES. Livre d'or de l'École Nationale Supérieure de l'Aéronautique: cinquante années d'existence (1909-1959). France: Ministère des Armées, 1959.
- MIRANDA, Antonio Duarte. Doutrina militar brasileira. Rio de Janeiro: ESG, 1969.
- MONBEIG, Pierre. Le Brésil. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.
- MONERON, Claire. Les relations culturelles franco-brésiliennes. Paris: École Française des Attachés de Presse, 1973.
- MONTEIRO, Góes. A revolução de 1930 e a finalidade política do exército. Brasília: Arquivo Superior Tribunal Militar.
- MORAIS, Fernando. Montenegro: as aventuras do marechal que fez uma revolução nos céus do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.
- MOREIRA, Adriano. Teoria das relações internacionais. Coimbra: Almedina, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- MOTTA, Jehovah. Formação do oficial do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política exterior brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- MOURA, Lourival. As forças armadas e o destino do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- MOURRE, Michel. Dictionnaire encyclopédique d'histoire. Paris: Bordas, 1978.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA LIMA, Manoel. Formation historique de la nationalité brésilienne. Paris: Garnier-Frères, 1911.
- ORDIONI, Pierre. Le pouvoir militaire en France: de la commune de Paris à la liberation. Paris: Albatros, 1981.
- ORY, Pascal. De Gaulle: ou l'ordre du discours. Paris: Masson, 1978.
- ORY, Pascal. La belle illusion: culture et politique sous le signe du front populaire. Paris: Plon, 1994.
- ORY, Pascal. L'aventure culturelle française 1945-1989. Paris: Flammarion, 1989.
- ORY, Pascal. Une nation pour mémoire: 1889, 1939, 1989, trois jubilés révolutionnaires. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.
- PAIM, Antonio. A agenda teórica dos liberais brasileiros. São Paulo: Massao Ohno, 1997.
- PAIM, Antonio. O estudo do pensamento filosófico brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- PASCAL, Even. Guides de sources de l'histoire du Brésil aux archives du Ministère Français des Affaires Étrangères. Paris: Travaux et Mémoire de l'IEAL, 1987.
- PEIXOTO, gen Demerval. Memórias de um velho soldado. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.
- PENNA, J. O. de Meira. Política externa: segurança & desenvolvimento. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- PEREGRINO FILHO, Ary. A influência da missão militar francesa na ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.
- PEREGRINO, Umberto. História da Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex.
- PEREGRINO, Umberto. História e projeção das instituições culturais do Exército. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A revolução federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PESTRE, Dominique. (org). Deux siècles d'histoire de l'armement en France: de gribeauval à la force frappée. Paris: CNRS, 2005.
- PETITJEAN, Armand. La concurrence internationale et les sympathies françaises en Amérique Latine. Paris: Imprimerie Nationale, 1918.
- PETITJEAN, Patrick. A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950). São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1996.
- PILLAR, Olyntho. Os patronos das forças armadas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.
- PINTO, Celi Regina. Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: LP&M, 1986.
- POIDEVEIN, Raymond ; BARIÈTY, Jacques. Les relations franco-allemands (1815-1975). Paris: Armand Colin, 1977.
- POIDEVEIN, Raymond. L'Allemagne et le monde au XX siècle. Paris: Masson, 1983.

- POIDEVEIN, Raymond. Les relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914. Paris: Armand Colin, 1969.
- PONDÉ, Azevedo; PAULA, Francisco. História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério do exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- PORTO JUNIOR, João Gualberto. O Brasil e as comunidades européias: discussão de uma parceria necessária. Brasília: IPRI, 1989.
- POTASH, Robert. El ejército y la política en la Argentina (1928-1945): de Yrigoyen a Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.
- POUMEYROL. L'armée bienfait social. Paris: Charles Lavauzelle, 1938.
- PRESTES, Anita Leocádia. Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- QUARTIM DE MORAES, João. A tutela militar. São Paulo: Vértice, 1987.
- QUARTIM DE MORAES, João et al. A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo; Siciliano, 1991. v.1.
- QUARTIM DE MORAES, João et al. A esquerda militar no Brasil: da coluna Prestes à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994. v. 2.
- QUEIRÓS, Maria Izaura Pereira de. Seigneurs ruraux et pouvoir local dans la vie politique brésilienne. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2006.
- QUENNEVAT, Jean Claude. Les vrais soldats de Napoléon. Bruxelles: Sequóia-Elsevier, 1968.
- RAEDERS, Georges. Bibliographie franco-brasilienne: 1551-1957. Rio de Janeiro: INL, 1960.
- RAMOS, Guerreira. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- REBOULLET, André. L'enseignement de la civilisation française. Paris: Hachette, 1973.
- RECOULY, Raymond. Foch: essai de psychologie militaire. Paris: Payot, 1921.
- RECOULY, Raymond. Foch: le vainqueur de la guerre. Paris: Hachette.
- RECOULY, Raymond. Joffre. Paris: Éditions des Portigues, 1931.
- RECOULY, Raymond. La bataille de Foch. Paris: Hachette, 1920.
- RECOULY, Raymond. L'aurore de Napoléon. Paris: Éditions de France, 1929.
- RECOULY, Raymond. Le memorial de Foch. Paris: Éditions de France, 1929.
- REGENBOGEN, Lucien. Máximas y sentencias del emperador. Barcelona: Edhasa, 2001.
- REINACH, Joseph. La guerre de 1914: les commentaires de Polybe. Paris: Bibliothèque-Charpentier, 1915.
- RÈMOND, René. O século XX: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RENAITOUR, Jean Michel. Le Brésil et la France. Paris: Plume d'Or, 1955.
- ROBIN, Marie-Monique. Escadrons de la mort, l'école française. Paris: La Découverte, 2004.
- RODRIGUES, José Honório. Aspiraões nacionais: interpretação histórico-política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RODRIGUES, José Honório. Interesse nacional e política externa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ROLLAND, Denis. A crise do modelo francês: a França e a América Latina cultura, política e identidade. Brasília: UNB, 2005.
- ROLLAND, Denis (org.) Archéologie du sentiment em Amérique Latine: l'identité entre mémoire et histoire. XIX et XXI Siècle. Paris: L'Harmattan, 2005.

- ROLLAND, Denis (org.) Histoire culturelle des relations internationales: carrefour méthodologique. Paris: L'Harmattan, 2004.
- ROLLAND, Denis; BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo(orgs).Intellectuels et politique Brésil-europe.Paris: L'Harmattan, 2002.
- ROLLAND, Denis; CROUZET, François; BONNECHON, Philippe (orgs.) Pour l'histoire du Brésil. Paris: L'Harmattan, 2000.
- ROLLAND, Denis et al. (orgs.) L'Espagne, la France et L'Amérique Latine: politiques culturelles, propagandes et relations internationales, xx siècle. Paris: L'Harmattan, 2001.
- ROLLAND, Denis. MATTOSSO, Kátia Queirós. FONSECA, Idelette Muzart (orgs.) Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.
- ROSA, Virgínio Santa. A desordem: ensaio de interpretação do momento. Rio de Janeiro: Schmidt.
- ROSA, Virgínio Santa. O sentido do tenentismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- ROUQUIÉ, Alain. Les partis militaires au Brésil. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.
- ROUQUIÉ, Alain. O extremo ocidente: introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991.
- RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: Fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001. Tradução: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende.
- SALON, Albert. L'action culturelle de la France dans le monde. Paris: Nathan, 1983.
- SALON, Albert. Vocabulaire critique des relations culturelles internationales. Paris: La Maison du Dictionnaire, 1978.
- SANTOS, Francisco Ruas. A arte da guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo. São Paulo: UNESP, 2004.
- SANTOS, Murilo. Evolução do poder aéreo. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1989.
- SANTOS, Murilo. O caminho da profissionalização das forças armadas. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1991.
- SARAIVA, José Flavio Sombra. Foreign policy and political regime. Brasília: IBRI, 2003.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações internacionais: dois séculos de história: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IBRI, 2001.
- SCHELER, Max. L'idée de paix et le pacifisme. Paris: Aubir, 1953.
- SCHELLENDORFF, Bronsart Von. Service d'état-majors. Paris: Dumaine, 1876.
- SCHIRMER, Lauro. Flores da Cunha de corpo inteiro. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.
- SCHNEIDER, Fernand. História das doutrinas militares. São Paulo: Bertrand, 1975.
- SCHWARTZMAN, Simon. O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo. Brasília: UNB, 1981.
- SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. A entrada do Brasil na segunda guerra mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Para uma nova política externa brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

- SEYDOUX, François. Dans l'intimité franco-allemande: une mission diplomatique. Paris: Albatros, 1977.
- SIEGFRIED, André. Amérique Latine. Paris: Armand Colin, 1934.
- SILVA, Golbery do Couto. Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SILVA, Golbery do Couto. Planejamento estratégico. Brasília: UNB, 1981.
- SILVA, Hélio. O poder militar. São Paulo: LP&M, 1984.
- SILVA, Hélio. O terrorismo em Campo Verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Hélio. 1933: a crise do tenentismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SIRINELLI, François ; ORY, Pascal (orgs.) Les intellectuels en France, de l'affaire Dreyfus à nos jours. Paris: Armand Colin, 1986.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SKIDMORE, Thomas. O Brasil visto de fora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, José Carlos de Macedo. Le Brésil et la société des nations. Paris: 1927.
- SOARES, José de Souza. O militarismo na República. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.
- SOARES, Mozart Pereira. O positivismo no Brasil. Porto Alegre: AGE, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A história militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da história cultural brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SODRÉ, Ten. Cel. Nelson Werneck. Narrativas militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.
- STENDHAL. La vie de Napoléon. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1969.
- STENDHAL. Mémoires sur Napoléon. Paris: Climats, 1997.
- STEPAN, Alfred. Estado, corporativismo e autoritarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STOLS, Eddy; DUMOULIN, Michel (orgs.) La Belgique et l'étrangère aux XIX éme et XX éme siècle. Bruxells: Université de Louvain, 1987.
- TACEL, Max. La France et le monde au XX siècle. Paris: Masson, 1989.
- TANANT, Albert. La discipline dans l'armée française. Paris: Charles-Lavauzelle, 1938.
- TANANT, Albert. L'officier de France. Paris: La Renaissance du Livre, 1920
- TAVARES, Aurélio de Lyra. Brasil-França, ao longo de cinco séculos. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. Exército e nação. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. Instituição militar e trópico. Recife, 1968.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. Nosso exército: essa grande escola. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. O Brasil de minha geração: mais de dois decênios de lutas 1956-1976. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

- TAVARES, José Antonio Giusti. A estrutura do autoritarismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- TAVORÁ, Juarez. À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924. Rio de Janeiro: 1928.
- TAVORÁ, Juarez. Uma vida e muitas lutas: memórias. Rio de Janeiro: Bibliex, 1974.
- THEVEAU, Paul; CHARLOT, Pierre (orgs). Histoire de la pensée française : XX siècle à l'ombre de Napoléon. Paris : Roudil, 1977.
- THOMAS, Hubert Jean Pierre. Officiers sous-officiers: la dialectiques des légitimités. Paris: Centre de Sociologie de la Défense Nationale, Gauthiers-Villards, 1994.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. O positivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1957.
- TOULEMONDE, Jean. L'art de commander: psychologie de l'autorité personnel. Paris: Librairie Bloud & Gay, 1929.
- TRINDADE, Hégio (org.) O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- TRIPET, Edgar. Langue, littérature et pouvoir. In: Ou'est-ce que la culture française.
- TRONCA, Ítalo. Revolução de 1930: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- UNESCO. Aspects de la politique culturelle française. Paris: Unesco, 1970.
- VARGAS, Eugenio Garcia. Cronologia das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 2000.
- VARGAS, Eugenio Garcia. O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. A República dos Estados Unidos do Brasil e o exército brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- VASCONCELOS, Genseric. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1942.
- VENNESSON, Pascal; CAPLON, Théodore. Sociologie militaire: armée, guerre et paix. Paris: Armand Colin, 2000.
- VEUILLOT, François. La pensée française au Brésil. Les amitiés catholiques françaises, n. 2, p. 15-17, 1932.
- VIANNA, Hélio. História diplomática do Brasil. São Paulo: Melhoramentos.
- VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Nacional, 1938.
- VIANNA, Oliveira. O idealismo da constituição. São Paulo: Nacional, 1939.
- VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. v.2.
- VIGNY, Alfred. Servitude et grandeur militaires. Paris: Gallimard, 1965.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. Segunda guerra mundial. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1972.
- ZANTMAN, Alain; CARELLI, Mario; THÉRY, Hervé. France-Brésil: bilan pour une relance. Paris : Entente, 1987.

Artigos

- ABREU, Alzira Alves. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: ARAÚJO, Maria Celina (org.) As instituições da era Vargas. Rio de Janeiro: EDUERJ, FGV, 1999.

- ALMEIDA, Miguel Ozório. *La collaboration scientifique entre la France et le Brésil*. Cahiers de Politique Étrangère, Paris, Institut des Etudes Americaine, 1937.
- AMARAL, Azevedo. Escola do estado maior do exército em um trecho de sua evolução. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, v. LXXI. p. 5-22, jan./jun, 1960.
- AMARAL, Azevedo. Estado Novo. *Nação Armada*, Rio de Janeiro, n. 3, mar. 1940.
- AMARAL, Azevedo. O exército e a educação. *Nação Armada*, Rio de Janeiro, n. 3, mar. 1940.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. A doutrina francesa e a guerra de 1940. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, set. 1942.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. A organização geral da nação para a guerra. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 200, dez. 1930.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. EEME em um trecho de sua evolução. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, v. LXX, p. 5-22, jan./jun. 1960.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Relatório. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 283, dez. 1937.
- ARON, Raymond. Clausewitz e a guerra popular. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 649, p. 156-161, mai./jun. 1973.
- ARON, Raymond. Prefácio. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Paris: Gallimard, 1962.
- ARON, Raymond. Presença de Clausewitz no século XX. *Military Review*, n. 728, nov./dez. 1986.
- ARON, Raymond. Raymond Aron na UNB: conferências e comentários de um simpósio internacional realizado de 22 a 26.09.1980. Brasília: UNB, 1981.
- AUGUSTO, Horácio Acácio. Influências estrangeiras na formação e na doutrina do exército brasileiro. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 132. p. 31-39, out/dez.1995
- BLAY, Jean Pierre. A missão militar francesa e a sua influência na formação intelectual e tecnológica das elites militares brasileiras (1919-1940). Rio de Janeiro: IGHMB, 1993.
- BAUDOUIN. Os cursos da escola do estado maior. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 199, p. 604, jul. 1930.
- BARROS, Alexandre. O modelo da indústria bélica brasileira: história e implicações. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.) *Militares: pensamento e ação política*. São Paulo: Papirus, 1987.
- BASTIDE, Roger. Échanges culturels entre la France et Brésil. In: BRAIBANT, Charles (org.) *France et Brésil*. Paris: Hotel de Rohan, 1955. p. 81-103.
- BASTOS, Tocary Assis. O positivismo e a realidade brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 19, p. 18-27, dez. 1965.
- BAYART, Denis. Le controle de qualité dans l'armement au début du xx siècle: comment passer de la théorie des probabilités à pratique industrielle? In: PESTRE, Dominique (org.) *Deux siècles d'histoire de l'armement en France: de Gribeauval à la Force Frappé*. Paris: CNRS, 2005. p. 57-80.
- BECKE, Carlos Von der (coronel). *La République Argentine et l'Armée Argentine*. Revue Militaire Générale, Paris, série 4, p. 443-465, 1938.
- BENTO, Cláudio Moreira. Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do exército (1930-1945). *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 802, p. 51-57, mai./ago. 2005
- BÉTHOUART. (ten. cel). Príncipes et condition de la guerre. *Revue Militaire Générale*, Paris, série 2, p. 616-645, 1937.

- BLANCPAIN, Jean Pierre. Du Chili au Brésil: succès et déboires de la coopération militaire allemande (1885-1914). In: ROLLAND, Denis; MATTOSO, Kátia Queirós; FONSECA, Idelette Muzart (orgs.) *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.
- BLAY, Jean Pierre. La Mission Militaire Française son influence intellectuelle et technologique dans la formation des élites militaires brésiliennes (1919-1940): guerres mondiales et conflits contemporains: propagande et conditionnement des esprits au xxeme siècle. *Revue Trimestrielle d'Histoire*, Paris, n. 177, p. 95-105, 1995.
- BOAVENTURA, Jorge. A doutrina de segurança nacional. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *Militares: pensamento e ação política*. São Paulo: Papirus, 1987.
- BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BOURETZ, Pierre. D'Auguste Comte au positivisme républicain. In: ORY, Pascal (org.) *Nouvelle histoire des idées politiques*. Paris: Hachette, 1987.
- BRITO, Ademar. General René Corbé. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, p. 50-52, out. 1952.
- CABEDA, Coralio. A missão de intrusão do exército na brigada militar do Rio Grande do Sul (1909-1932). *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 754. p. 101-108, out./dez. 1991.
- CALLEJA, Eduardo Gonzáles. Instrumentos y estrategias em tiempo de conflicto: acción cultural y propaganda hacia América latina. In: ROLLAND, Denis (org.) *L'Espagne, la France et l'Amérique Latine*.
- CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: vargas da conciliação ao maquiavelismo. In: ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, FGV, 1999.
- CAMPOS, Regina Salgado. A latinidade na América do Sul: Anatole France e Paul Adam. In: MOISÉS, Leyla Perrone (org.) *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- CAPELLA, Leila Maria Corrêa. Militares e organização nacional: os jovens turcos. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, ANPOCS, 1988.
- CARVALHO, Antonio Contijo. Calógeras e sua obra. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 508, p. 39-46, nov. 1956.
- CARVALHO, Estevão Leitão. A questão dos armamentos na América do Sul. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XVII, v. XXVI, p. 152-168, abr./jun. 1927.
- CARVALHO, Ferdinando. Bases da evolução das forças armadas: doutrina, documentação. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano L, v. I, LXXV, p. 91-104, jan./jul. 1963.
- CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política (1930-1945). In: *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: UNB, 1983.
- CARVALHO, José Murilo. Militares e civis: um debate além da constituinte. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.
- CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As instituições políticas da era Vargas*, Rio de Janeiro: EDUERJ, FGV, 1999.
- CARVALHO, Macedo. Repensando o general Góes. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 748, p. 07-18, abr./jun. 1990.
- CASTRO, Carlos Alberto Martins de. Missão militar francesa: um marco na estrutura do exército brasileiro. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 4, v. 122, p. 49-52, out/dez. 1985.
- CELES, Luiz. Por que o homem faz guerra? *Revista Humanidades*, Brasília, n. 03, v. 10, p. 204-211, 1994.
- CERDA, Juan Arraez. Force aéronautique brésilienne. *L'Album du Fanatique de l'Aviation*, n. 55, p. 3-8, mai. 1974.

- CHACON, Vamireh. Forças armadas, estado e sociedade. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano LXIII, v. CV, p. 113-118, jan./jun. 1977.
- CHACON, Vamireh. Raymond Aron na UNB: conferências e comentários de simpósio internacional de 22 a 26 de set. 1980. Brasília: UNB, 1998.
- CHAUBET, François. De la propagande à diplomatie culturelle: l'alliance française et la culture de guerre (1914-début des années 1920). In: ROLLAND, Denis (org.) *Histoire culturelle des relations internationale: carrefour methodologique*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- CIDADE, Francisco de Paula. Da MMF aos nossos dias. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, , n. XXXII, v. LXI, p. 132-133, jul/dez. 1954.
- CIDADE, Francisco de Paula. Um pouco da história da missão francesa: o Major Dumé. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, v. LXXII, p. 23-28, jul/dez. 1960.
- COELHO, Edmundo Campos. A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *Boletim Informativo e Bibliografia de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 5-19, jan/jul. 1985.
- COELHO, Edmundo Campos. Forças armadas: autonomia e hegemonia. In: *A revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: UNB, 1983.
- Commandement de la doctrine et de l'enseignement militaire supérieur de l'armée de terre. *La pensée militaire: hier et aujourd'hui*, Paris.
- COMPAGNON, Olivier; DROULERS, Martine. Introduction: le Brésil et la France ao XXème siècle. *Cahiers des Amérique Latine*, n. 48/49, p. 19-23, 2005.
- CORRÊA, Acácio Faria. A unidade de doutrina. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, , ano VI, n. 71/72, p. 392, 10 ago. 1919.
- CORREA, Pio. Os dois pesadelos de Góes Monteiro. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, ano LXXIII, n. 377, p. 07, nov. 2000.
- CORREIA NETO, Jonas. Influência napoleônica no exército brasileiro. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano LVI, v. XCV, p. 73-100, jul./set. 1970.
- CORREIA NETO, Jonas. Missão militar francesa. *Da Cultura*, Rio de Janeiro, FUNCEB, ano V, n. 8, jul. 2005.
- CRONIN, Patrick. Síntese do pensamento de Clausewitz. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 134, p. 15-26, jul./set. 1997.
- DANTES, Maria Amélia. A presença francesa e a formação de tradições em ciências exatas e naturais no Brasil. *Images réciproques du Brésil et de la France*, Paris, Colletion Travaux et Mémoires de L'HEAL, n. 46, p. 799-809, 1991.
- DANTES, Maria Amélia. Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX. In: DANTES, Maris Amélia (org.) *Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996.
- DE BRACK. Reforma construtora. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 181, p.05, jan. 1929.
- DELMAS, Jean. Quelques aspects de la supériorité de Napoléon Bonaparte, chef de guerre, entre 1796-1806. *Revue Historique des Armées*, n. 241, p. 47, dez. 2005.
- DOLLFUS, Charles. Histoire du transport aérien entre le Brésil et la France. In: BRAIBANT, Charles. *France et Brésil*. Paris: Hotel de Rohan, 1955.
- DOMINGOS NETO, Manuel. Acerca da modernização do exército. *Comunicação e Política: pela integração Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Cebela, 2004.
- DOMINGOS NETO, Manuel. A disputa pela missão que mudou o exército. *A força na política: estudos de história*, França, 2001.

- DOMINGOS NETO, Manuel. L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.) Les partis militaires au Brésil. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.
- DUBOSCLARD, Alain. Rupture et Acculturation? La nouvelle donne culturelle des relations transatlantique (année 1940). In: Rolland, Denis (org.) Histoire culturelle des relations internationales: carrefour méthodologique. Paris: L'Harmattan, 2004.
- DUTRA, Eurico Gaspar. A viagem do ministro da Guerra ao norte. Nação Armada, Rio de Janeiro, n. 2, p. 115-116, jan. 1940.
- DUTRA, Eurico Gaspar. O exército e o 10 de Novembro. Nação Armada, Rio de Janeiro, n. 1, p. 135, nov. 1939.
- EDITORIAL. Deve-se reeducar o espírito militar da nação. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XII, n. 151, p. 157-159.
- EDITORIAL. A guerra de Clausewitz. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 640, p.169-176, nov/dez. 1971.
- FABRY, Jean. La stratégie générale: affaire de gouvernement. Revue Militaire Générale, Paris, série 1, p. 387-390, 1937.
- FEBVRE, Lucien. A travers les amériques latines. Cahiers des Annales. Paris: Armand Colin, 1949.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Les professeurs français et l'enseignement de l'histoire à Rio de Janeiro pendant les années 1930. In: ROLLAND, Denis (org.) Pour l'histoire du Brésil. Paris: L'Harmattan, 2000.
- FERREIRA, Oliveiros. As forças armadas na constituição. Política e Estratégia, n.3, p. 390-443, jul./set. 1985.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. A segunda guerra mundial e o Brasil. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 143, jan./abr. 2006.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A organização burocrática do exército na exclusão do tenentismo. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, n.2, p. 5-17, abr./jun. 1983.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A organização burocrática do Exército na exclusão dos tenentes. ERA, Rio de Janeiro, n. 2, abr./jun. 1983.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945). Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, n. 3, p.35-46, jul./set. 1984.
- FORTES, Hugo Guimarães Borges. O rearmamento do exército brasileiro no da década de 1930. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 787, p. 60-79, maio/ago. 2000.
- FRAGOSO, Tasso. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 217. p. 7, jan. 1932.
- FREUND, Julien. Guerre et politique: de Karl Von Clausewitz à Raymond Aron. Revue Française de Sociologie, Paris, XVII, p. 643-664, 1976.
- GAMELIN, Maurice. A missão militar francesa no Brasil. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VII, n. 79, p. 225, 10 fev. 1920.
- GAMELIN, Maurice. Artigo conferência: o chefe. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 154, p. 292-293, 10 out. 1926.
- GAMELIN, Maurice. France-Brazil. Revue Militaire Générale, Paris, série 3, p. 387-39, 1938.
- GAMELIN, Maurice. La grande guerre (1914-1918): sur le front Français. In: Deux Conférences faites par le général Gamelin, chef de la Mission Militaire Française au Club Militaire. Rio de Janeiro, 1919.
- GEERE, Franch. Na república Argentina. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 181, p. 49, jan.1929.
- GIRAUD, Claire. As imagens recíprocas através da cooperação franco-brasileira. Images réciproques du Brésil et de la France, Paris, Colletion Travaux et Mémoires de L'HEAL, n. 46, 1991.

- GRIECO, Francisco de Assis. Evolução militar como disciplina acadêmica. *Revista do Instituto de geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LX, n. 86, p. 23, 2000.
- GUENARD, Annie. *Réflexions sur une diplomatie culturelle de la France. Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, série 1, p. 65-66, 2002.
- GUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. Carta mensal. *Civis e militares*, v. 23, 1977.
- HAMBURGER, Amélia; DANTES, Maria Amélia. A ciência, os intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil. In: DANTES, Maria Amélia (org.) *Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996.
- HART, Lidell. *La guerre moderne*. Nouvelle Revue Critique, Paris, 1935.
- HÖLSCHER, Lucian. *The new annalistic: a sketch of a theory*. *History and Theory: studies the philosophy of history*, n.3, v.6, 1997.
- Instrutores ou agentes de Moscou. *A Nota*, Rio de Janeiro, 13.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-5.
- KRUMEICH, Gerd. La puissance militaire française vue d'Allemagne autour de 1900. In: POIDEVIN, Raymond; MILZA, Pierre (org.) *La puissance française à la belle époque: mythe ou réalité?* Paris: Complexe, 1989.
- LAMBERT, Mark. L'armée de l'air brésilienne réorganise la formation de ses pilotes. *Revue International Aéronautique*, n. 7, p. 711-712, 1981.
- LASSIOL, Vincent. Identite périphérique et relations internationales: le Brésil, puissance "à l'intérêts particuliers" à la conférence de la paix de 1919. In: Rolland, Denis (org.) *Archéologie du sentiment en Amérique-Latine: l'identité entre mémoire et histoire*. XIX et XXI Siècle. Paris: L'Harmattan, 2005.
- LEAL, Guaracy Albano Freire. A evolução da arte da guerra e do pensamento militar entre a primeira e a segunda guerra mundial. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 777, p. 115-124, jul./ago./set. 1997.
- LESSA, Mônica Leite. A dimensão cultural das relações internacionais: França-Brasil entre 1886-1934. In: III Simpósio Internacional dos Estados Americanos: relações continentais e intercontinentais – 500 Anos de história. Porto Alegre: EDIPUC, 2000.
- LESSA, Mônica Leite. A diplomacia cultural francesa e o centenário da independência do Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 2001.
- LESSA, Mônica Leite. *Relações culturais internacionais. Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- LIMA, Hermes. Nacionalismo. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.) *O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo*. Brasília: UNB, 1981.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Autoritarismo e democracia: o príncipe e o povo no Brasil contemporâneo*. Cadernos de Conjuntura, Rio de Janeiro, n. 9, 1987.
- LOPES, José Leite. *Transferência de conhecimento: transferência de tecnologia e cooperação França-Brasil*. Images réciproques du Brésil et de la France, Paris, Colletion Travaux et Mémoires de L'HEAL, n. 46, 1991.
- LUSTOSA, Elcias. O bom espírito cartesiano. *Jornal de Brasília*, Brasília, 24.04.1993, p. 2.
- MAGALHÃES, João Batista. *A doutrina militar e sua aplicação*. Nação Armada, Rio de Janeiro, 1944.
- MAGALHÃES, João Batista. *As reações da missão militar francesa*. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XXXVI, p. 5-10, jan/jun.1958.
- MAGALHÃES, João Batista. *O que todos devem saber sobre a arte de comandar*. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XXXII, v. XLI, p. 262-303, jul/dez. 1954.
- MALAN, Alfredo. *Eceme: origem e evolução até a segunda guerra mundial*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 692, p. 45-49, nov./dez. 1980.

- MARILL, Jean Marc. La doctrine militaire française entre les deux guerres. *Revue Historique des Armées*, n. 184, p. 24-34, 1991.
- MARTINIÉRE, Guy. Problèmes du développement de l'historiographie brésilienne. *Congrés de Science Historique*, Madri, 1990.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Guerra é guerra. *Revista Humanidades*, Brasília, n. 3., v.10, p. 226-233, 1994.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. *História Revista*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v. 7, p.1-22, 2002.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964, São Carlos, UFSCAR, 2004. www.history.umd.edu/historycenter/2004-05/conf/brazil64/papers/jmartinsport.pdf.
- MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: *A história vivida II*. São Paulo: 1981.
- MATOS, João Batista de. Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 56, v. XLIII, p. 57, 2.s 1968.
- MATOS, Olgária. A filosofia francesa no Brasil: a pragmática da leitura humanista. In: PERRONE-MÓISES, Leyla (org.) *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- MATTHIEU, Gilles. Um enjeu diplomatique: la politique culturelle de la France en Amérique du Sud dans l'entre deux guerres. *Cahiers des Amériques Latine*, Paris, n. 9, p. 131-139, 1990.
- MC CANN, Frank. A história e os estudos estratégicos. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 132, p. 37-41, abr/jun. 1995.
- MC CANN, Frank. A influência estrangeira no Exército Brasileiro. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 717, p. 83-117, jan./fev. 1985.
- MC CANN, Frank D. Junior. A influência estrangeira e o exército brasileiro, 1905-1945. In: *A revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: UNB, 1983.
- MC CANN, Frank. Influência estrangeira no Exército Brasileiro. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 717, jan. fev. 1985.
- MC CANN, Frank. The Brazilian general Staff and Brazil's military situation, 1900-1945. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, London, Sage Publications, n. 3, v.25, 1983.
- MC CANN, Frank. Origins of the new professionalism of the brazilian military. *Journal Interamerican Studies and World Affairs*, n. 4, v. 21, nov. 1979.
- MENEZES, Albene Miriam F. O Brasil de Vargas e a república de Weimar. *Múltipla*, Brasília, ano.X, n. 18, v.12, 2005.
- MENEZES, Albene Miriam. Penetração do capital Alemão no Brasil – 1880-1930: uma visão histórica de sua anatomia. In: *II Simpósio Internacional sobre Estados Americanos: relações continentais e intercontinentais – 500 anos de História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- MOISÉS, Leyla Perrone. Pós-Estruturalismo e desconstrução nas Américas. In: MOISÉS, Leyla Perrone (org.) *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- MONBEIG, Pierre. A filosofia que orientou a criação da usp continua válida. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *A história vivida II*. São Paulo: Documentos Abertos, 1981.
- MONDAINI, Marco. Guerras napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MONTEIRO, Fausto Carvalho. Fixemos a doutrina militar brasileira. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 563, p. 35-49, 1961.
- MONTEIRO, Góes. In: *Anais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

- MOTA, Carlos Guilherme. Ecos da historiografia francesa no Brasil: apontamentos e desapontamentos. In: MOISÉS, Leyla Perrone (org.) *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- MUNIZ (maj.) *A verdadeira organização de nossa aviação militar*. Asas, Rio de Janeiro, 1 jan. 1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- NEMO. *La conduite de la guerre: Joffre et l'année 1915*. *Revue Militaire Générale*, Paris, série 1, p. 550-615, 1937.
- NEMO. *Sugestões para o estabelecimento de uma doutrina*. *Mensário de Cultura Militar*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 126, p. 22-34, jan. fev. 1959.
- NOEL. *Solenidade na escola do estado maior*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 284, p. 4-11, jan. 1938.
- Anexo da carta de Noel para ministro da Guerra da França. *A Nota*, Rio de Janeiro, 14.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-4.
- NOGUEIRA, Emília. *Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX*. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 16, p. 317-342, 1953.
- NUNN, Frederick. *Military professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications*. In: *Latine American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- NUNN, Frederick. *The south american military and (Re) democratization: professional thought and self-perception*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, n. 2, v. 37, p. 1-56, summer 1995.
- OBINO, José Luis Feio. *O pensamento de Maquiavel*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 714, p. 77-87, jul/ago. 1984.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *A doutrina de segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico*. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.) *Militares: pensamento e ação*. São Paulo: Papyrus, 1987.
- ORY, Pascal. *Le mythe de Paris, ville-lumière, dans les années 1900*. In: POIDEVIN, Raymond; MILZA, Pierre (orgs.) *La puissance française à la belle époque: mythe ou réalité?* Paris: Complexe, 1989. p. 125-142.
- ORY, Pascal. *Un démocratisme liberal*. In: ORY, Pascal (org.) *Nouvelle histoire des idées politiques*. Paris: Hachette, 1987. p. 393-406.
- O Professor François Perroux na Universidade de Porto Alegre*. *A Federação*, Porto Alegre, 21 jul. 1936.
- PARVAUX, Solange; MOUROZ, Jean Revel. *Les images réciproques du Brésil et de la France*. *Images réciproques du Brésil et de la France*, Paris, *Collection Travaux et Mémoires de L'HEAL*, n. 46, p. 01-05, 1991.
- PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick. *Sur l'influence scientifique française au Brésil aux XIX et XX siècles*. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 4, 1985.
- PEIXOTO, Fernanda Áreas. *Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960*. In: MICELI, Sergio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. v.1.
- PEREGRINO, Umberto. *Atualidade do problema militar*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, p. 159-163, nov. 1941.
- PELEGRINO FILHO, Ary. *A influência da missão militar francesa na escola de comando do Estado Maior do Exército*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 795, p. 133-142, jan/abr. 2003.
- PERNOT, François. *Les mission aéronautiques françaises en Amérique du Sud dans les années vingt*. *Revue Historique des Armées*, Paris, n. 4, p. 97-107, dez. 1991.
- PESSOA, José. *O problema da formação do corpo de oficiais e os nossos institutos de ensino militar*. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XXXI, v. XL, p. 5-13, jan/jun. 1943.

- PETIT, Annie. História de um sistema: o positivismo comtiano. In: TRINDADE, Helgio (org.) O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: DANTES, Maris Amélia. (org.) A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950). São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1996.
- PETITJEAN, Patrick. Dimensão cultural, influências ideológicas e imagens científicas na história das relações científicas franco-brasileiras 1850-1940. Images réciproques du Brésil et de la France, Paris, Colletion Travaux et Mémoires de L'HEAL, n. 46, 1991.
- PETITJEAN, Patrick; PATY, Michel. Sur l'influence scientifique française au Brésil aux XIX et XX siècles. Cahiers des Ameriques Latines, Paris, n. 04, p. 31-50, 1984.
- PINTO, Sergio Murilo. Os militares na política. In: Estratégia: uma saída para a crise. São Paulo: Brasil Urgente, 1991. p. 101-112.
- POIDEVEIN, Raymond. La puissance française face à l'Allemagne autour de 1900. p. 227-239. In: Poidevein, R. (org.) La puissance française a la belle époque: mythe ou réalité ? Paris: Complexe, 1989.
- QUARTIM DE MORAES, João. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. Filosofia política, Porto Alegre, LP&M, n.2, p. 163-169, 1985.
- QUARTIM DE MORAES, João. As forças armadas e a defesa nacional. Revista Novos Rumos, Rio de Janeiro, n. 8/9, v.3, p.137-147.
- QUARTIM DE MORAES, João. A ideologia dos quartéis. In: Estratégia: uma saída para a crise. São Paulo: Brasil Urgente, 1991. p. 113-116.
- QUARTIM DE MORAES, João. Esquerda, militares: críticas e auto-críticas. Premissas, Campinas, UNICAMP, n. 2, p.3-25, out. 1992.
- QUEIRÓS, Maria Izaura Pereira de. Desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: aparecimento, formação sistemática, expansão. Images réciproques du Brésil et de la France, Paris, Colletion Travaux et Mémoires de L'HEAL, n. 46, 1991.
- RAMOS, Samuel. Palestra militar. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 85, p. 7-11, 10 ago. 1920.
- RIBEIRO, Bento. Relatório de 1917. In: Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. Brasília: EME, 1996.
- ROLLAND, Denis. A crise de um certo universalismo: o modelo cultural e político francês no século xx. In: MOISÉS, Leyla Perrone (org.) Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.
- ROLLAND, Denis. Brésil-Europe: comment peut-on parler de modèles? In: ROLLAND, Denis; MATTOSO, Katia de Queirós; FONSECA, Idelette Muzart (orgs.) Modèles politiques et culturels au Brésil: emprunts, adaptations, rejets. XIX et XX siècles. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2003.
- ROLLAND, Denis. Gêge, le dictateur acordials et la culture: politique autoritaire, controle des cultures nationales et instrumentalisation des cultures étrangères. In: Intellectuels et politique Brésil-Europe: XIX-XX sieclès. Paris: L'Harmattan, 2002.
- ROLLAND, Denis. La mémoire manipulée et l'histoire institutionnelle: pour une histoire rénovée des affaires étrangères. Matériaux pour l'histoire de notre temps, série 1, p. 28-35, ANO?
- ROLLAND, Denis. L'Amérique a cessé de regarder vers l'Europe? La France, un modèle qui s'efface en Amérique Latine. In: ROLLAND, Denis et al. (orgs.) L'Amérique Latine et les modèles européens. Paris: L'Harmattan, 1998.
- ROLLAND, Denis. L'histoire culturelle et les relations internationales: propositions. In: MATTOSO, Kátia de Queirós; FONSECA, Idelette Muzart; ROLLAND, Denis (orgs.) Matériaux pour une histoire culturelle du Brésil. Paris: L'Harmatan, 1999.

- ROUQUIÉ, Alain. Países e comportamentos políticos das forças armadas na América Latina (1930-1945): algumas reflexões para um estudo comparativo. In: Seminário internacional: a revolução de 1930. Brasília: UNB, 1983.
- SALGADO, Lorenzo. Orígenes y objetivos de la política cultural. In: L'Espagne, la France et l'Amérique Latine: politiques culturelles, propagandes et relations internationales, XX Siècle.
- SALGUEIRO, Luís Sergio Melucci. O positivismo e o exército. Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 132, p. 49-50, out./dez, 1995.
- SALKIN, Yves. Défense nationale: clair-obscur brésilien. Air Fan, p. 101-110, out. 1993.
- SALKIN, Yves. Présence militaire française en Amérique latine avant la seconde guerre mondiale. Revue Historique des Armées, n. 184, p. 71-80, set. 1990.
- SANTOS, Francisco Ruas. Les forces armées brésiliennes dans la seconde guerre mondiale. Revue Historique des Armées, n. 3, p. 105-130, 1975.
- SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 1930 e as novas universidades. In: Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- SEGRETO, Luciano. Industrie de l'armement et relations internationales XIX et XX siècles. In: PESTRE, Dominique (org). Deux siècles d'histoire de l'armement en France: de Gribeauval à la force frappe. Paris : CNRS, 2005. p. 57-80.
- SINOPSE HISTÓRICA. Novo impulso no preparo profissional: a modernização do exército nos primórdios da república, p. 42-46, Ano.
- SKIDMORE, Thomas. Workers and soldiers: urban labor movements and elite responses in twentieth-century latin american. Elites, masses, and modernization in latin american 1850-1930. Texas: University of Texas, 1979. p. 79-157.
- SOUZA, Edson Machado de. França-Brasil: as imagens recíprocas no ensino superior e nas ciências. Images réciproques du Brésil et de la France, Paris, Colletion Travaux et Mémoires de L'HEAL, n. 46, p.927-937, 1991.
- SPIRE. Conferência. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, ano XVI, JN. 186, p. 262, jun. 1929.
- STEPAN, Alfred. The new professionalism of internal warfare and military role Expansion. In: STEPAN, Alfred (org.) Authoritarian Brazil: origins, policies, and future. London: Yale University, 1977, p. 47-65.
- SUPPO, Hugo. Le Brésil pour la France: la construction d'une politique culturelle française, 1920-1950. In: ROLLAND, Denis (org.) Le Brésil et le monde. Paris: L'Harmattan, 1998.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil. História: debates e tendências, Passo Fundo, PPGH, n. 1, v.3, 2002.
- SWAIN, Richard. Presença de Clausewitz no Século XX (interpretação de Raymond Aron). A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 728, p. 49-60, nov./dez. 1986.
- TABOUIS, Maurice. Reflexions sur l'éducation morale de l'officier. Revue Militaire Générale, Paris, série 1, p. 173-182, 1937.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. Tradições militares franco-brasileiras. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano LX, v. CV, p. 7-14, jul./dez. 1974.
- TETTAMANZI, Régis. La germanité face à l'héritage latin des Amériques: la construction française du peril germanique au Brésil 1900-1940. In: ROLLAND, Denis (org.) Archéologie du sentiment en Amérique Latine: l'identité entre mémoire et histoire XIX et XXI siècle. Paris: L'Harmattan, 2005.
- THEVEAU, Paul; CHARLOT, Pierre (orgs.) Histoire de la pensée française: XX éme. In: À l'ombre de Napoléon. Paris: ROUDIL, 1977.
- TORRES, João Camilo Oliveira. As forças armadas como força política. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 20, p. 39-47, jan. 1966.

TOTA, Pedro. Segunda guerra mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

TRINDADE, Hégio. O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VARAS, Augusto. Militares y armas em América Latina. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 97. p. 201, set/out. 1988.

VARGAS, Getúlio. O presidente e as forças armadas. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 289, p. 603, jun. 1938.

WERNER, Eric. Raymond Aron et le problème de la guerre Revue de Métaphysique et de Monde. Paris: Colin, p. 218-234.

VEUILLOT, François. La pensée française au Brésil. Les amitiés catholiques françaises, n. 2, p. 15-17, 1932.

WINKELMAN, Colin. As relações militares Brasil-Estados Unidos. Military Review, Rio de Janeiro, n.728, nov./dez. 1986.

Teses e dissertações

CHINDEMI, Julia Valeria. Las tradiciones de frontera internacional en rio grande del sur: un análisis en la larga duración (dissertação de mestrado) Brasília: UNB, 1999.

DOMINGOS NETO, Manuel. L'influence étrangère sur la modernisation de l'armée brésilienne (1889-1930) (tese de doutorado, 3.ème cycle) Paris: Paris III, 1979.

FAY, Claudia Musa. Aviação comercial na América do Sul (1920-1941) (dissertação de mestrado) Porto Alegre: PUCRS, 1990.

FAY, Claudia Musa. Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975) (tese de doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GARRET, Charles. Ligne Maginot et dissuasion nucléaire: continuité de la pensée française? (thèse de doctorat 3.ème cycle) Nantes: Université de Nantes: 1985. t. I et II.

LESSA, Antonio Carlos Morais. Parceria bloqueada: as relações França e Brasil, 1954-2000. (tese de doutorado) Brasília: UNB, 2000.

LESSA, Mônica Leite. L'influence intellectuelle française au Brésil: contribution à l'étude d'une politique culturelle (1885-1930) (tese de doutorado) Paris: Université Nanterre, Paris X, 1997. v.1 et v2.

LIMA, Luís Corrêa. Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945) (tese de doutorado) Brasília: UNB, 2004.

MALLMANN, Maria Izabel. Les Etats-Unis et l'Amérique Latine à l'heure des régionalisations: quel avenir pour les relations interaméricaines? (thèse de doctorat) Paris: Sorbonne, 1994.

NAYROLLES, Danielle. La mission militaire française à São Paulo 1905-1913 ou mission balagny. (master) Paris: Sorbonne 3, 1969.

ORY, Pascal. La politique culturelle du front populaire français (1935-1938). (thèse de doctorat) Paris: Paris X, 1986.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Les Attitudes française face à l'influence des États-Unis au Brésil (1944-1960). (thèse de doctorat) Paris: Paris IV Sorbonne, 1998.

SALKIN, Yves. Présence et Influence militaires françaises en Amérique Latine de 1919 à 1940 (thèse de doctorat 3.ème cycle) Paris: Sorbonne I, 1983.

SILVEIRA, Helder Gordim da. Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal (tese de doutorado) Porto Alegre: PUCRS, 1997.

SUPPO, Hugo Rogelio. La politique culturelle Française au Brésil entre les années 1920-1950. (tese de doutorado) Paris: Université Paris III, 1992.

Monografias

ARARIPE, gen. T. A. O exército brasileiro a partir da guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, pasta 5669 A.

ARAÚJO, Alcimar Marques Martins do. A influência da missão militar francesa na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais. Rio de Janeiro: ECEME, 2003.

AUGUSTO, Horácio Acácio. Influências estrangeiras marcantes na formação e na doutrina do exército brasileiro: do descobrimento aos dias atuais. Rio de Janeiro: ECEME, 1991.

BENTO, Cláudio Moreira. O desenvolvimento da doutrina do exército da revolução de 1930 à fev. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, pasta 5669 A.

COSENDEY, Genino Jorge. Contribuições à doutrina do exército. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, pasta 5669 A.

COSTA, Paulo Celso da. A missão francesa e a reformulação no exército brasileiro. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2001.

ELESBÃO, Fernando Ferreira. Evolução do ensino na ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

FREITAS, Marco Túlio. A missão militar francesa no Brasil. São Gonçalo: UERJ, 2004.

LUCENA, Luiz Castelliano. Um breve histórico do IME. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2005.

MANSUR, Carlos Alberto. A influência dos jovens turcos. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

MIRANDA, Jaguaré Saraiva. A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920: idéias, valores, relacionamentos com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

PEÇANHA, Sebastião. O positivismo: reflexos para o exército, ensinamentos históricos. Rio de Janeiro: ECEME, 1986.

PELEGRINO FILHO, Ary. A influência da missão militar francesa na ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

SAMPAIO, João Carlos Severo. Influências estrangeiras no exército brasileiro. Rio de Janeiro: ECEME, 1990.

TEIXEIRA, Cezar Augusto Skilhan. Evolução histórica militar do Brasil. Rio de Janeiro: ECEME, 1993.

TRERIDIC, Jean Pierre. O ensino militar nas forças armadas francesas. Rio de Janeiro: ECEME, 1981.

Conferências e obras impressas: documentos primários

ARCHIVES DE LA MARINE. Correspondance générale. Paris: Fondation Napoléon, 2006. t. 1,2 e 3. (Napoleão Bonaparte).

ARCHIVES DE LA MARINE. Vues politiques: proclamação feita por Bonaparte em 1800. Paris: Fayart, 1939. (Napoleão Bonaparte).

BARRAND. Curso de infantaria: o combate. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 07.

BARRAND. Curso de infantaria: os mecanismos de marcha. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p. 03.

BARRAND. Curso de infantaria: particularidades do combate. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920. p.03.

- BARRAND. Tactique d'infanterie. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920.
- BARRAND. Tática de infantaria: o homem instrumento de guerra, o soldado e o chefe. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920.
- BUCHALET. Cours général d'intendance. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- BUCHALET. Projeto de lei de requisições militares, marítimas e civis. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920.
- CARPENTER. O problema da mobilização no Brasil. Rio de Janeiro: 1933.
- CARVALHO, Delgado. Geografia econômica. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- CARVALHO, José Lopes Pereira de. Organização do ministério da guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- CHABEDEC DE LAVALADE. O curso de alto comando e alto ensino militar no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1939.
- CHABEDEC DE LAVALADE.. Pétain? Rio de Janeiro: Atlântica, 1942.
- COMTE, Auguste. Correspondência de Comte à sua esposa. 27.05.1850. In: Auguste Comte: correspondance générale et confessions. Paris: Arquivos Positivistas, EHESS, 1982. t.V, p. 1849-1850.
- Conferência da Missão Militar Francesa: considerações sobre a lei de organização geral da nação para tempos de guerra. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 046-97.
- DEROUGEMONT. Cours de stratégie et d'histoire militaire. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921.
- DEROUGEMONT. Escola de Estado Maior: enseignements tactiques au sujet d'une division d'infanterie dans l'offensive. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921.
- DEROUGEMENT. Stratégie et histoire militaire. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1920.
- DEROUGEMENT. Tactique général. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EEM, 1920.
- DE SÉGUIN. D'aéronautique militaire. Rio de Janeiro: EME, 1921.
- EME. Documentos do Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro: EME.
- FAUVELET. Cours technique du service de l'habillement. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- FAUVELET. Cours technique du service des subsistances militaires. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- LELONG. Mobilisation. Rio de Janeiro: EME, 1920.
- MARMAND. Le service du santé en campagne. Rio de Janeiro: EME, 1922.
- NOEL. Curso superior de informação. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.
- NOEL. O sistema de Napoleão. Rio de Janeiro: Conferência na EEM, 1936.
- SALY. Administration des corps de troupe et des établissements militaires en France. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- SALY. Notions de économie politique. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- VASCONCELLOS, José Mattos. Direito administrativo brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.
- VASCONCELLOS, José Mattos. Direito administrativo e sociedade da administração. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME, 1921.

Anais, anuários, boletins

Anais do Exército Brasileiro: 1938. Rio de Janeiro: Bibliex, 1939.

- Anais do Exército Brasileiro: 1939. Rio de Janeiro: Bibliex, 1940.
- Anais do Exército Brasileiro: 1940. Rio de Janeiro: Bibliex, 1941.
- Anais do Exército Brasileiro: 1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 1938
- Anais do II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- Anuário Militar do Brasil: 1934. Rio de Janeiro: Ano 1, N.1.
- Anuário Militar do Brasil: 1935. Rio de Janeiro: Ano 2, N.2.
- Anuário Militar do Brasil: 1936. Rio de Janeiro: Ano 3, N.3.
- Anuário Militar do Brasil: 1937. Rio de Janeiro: Ano 4, N.4.
- Anuário Militar do Brasil: 1938. Rio de Janeiro: Ano 5, N.5.
- Anuário Militar do Brasil: 1939. Rio de Janeiro: Ano 6, N.6.
- Anuário Militar do Brasil: 1940. Rio de Janeiro: Ano 7, N.7
- Anuário Militar do Brasil: 1941. Rio de Janeiro: Ano 8, N.8.
- Anuário Militar do Brasil: 1942. Rio de Janeiro: Ano 9, N.9.
- Anuário Militar do Brasil: 1943. Rio de Janeiro: Ano 10, N.10.
- Anuário Militar do Brasil: 1944. Rio de Janeiro: Ano 11, N.11.
- Anuário Militar do Brasil: 1945. Rio de Janeiro: Ano 12, N.12.
- Boletim Informativo e Bibliografia de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 19, p. 5-19, jan/jul. 1985.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a Dezembro de 1917, 1918.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a Dezembro de 1918, 1919.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a dezembro de 1919, 1920.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a Dezembro de 1920, 1921.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a Dezembro de 1922, 1923.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a Dezembro de 1923, 1924.
- Boletins Mensais. Rio de Janeiro: EME, Janeiro a Dezembro de 1932.
- Boletim do Exército N. 349 de 30 de Novembro de 1920
- Boletim Sul Americano, n. 80. de 13.04.1922. Paris: Arquivo MRE, série B 172-6.
- BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. Anais do Simpósio o Cone Sul: no contexto internacional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. Um passeio pelos estudos das ciências: o ensino militar na primeira metade do século XIX. In: Anais da XXV: reunião anual da SBPH. Rio de Janeiro: SBPH, 2005.
- DUTRA, Eurico Gaspar. Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.
- FAY, Claudia Musa. Os pioneiros do correio aéreo e os desafios da integração nacional. In: Anais da XXV Reunião Anual da SBPH, Rio de Janeiro, SBPH, 2005.
- KOTHE, Mercedes G. Imigrantes alemães nos Estados Unidos entre as duas guerras mundiais. In: Anais do II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. Estados Americanos: relações Continentais e Intercontinentais. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- RECKZIEGUEL, Ana Luiza Gobbi Setti. Estados americanos: relações continentais e intercontinentais. In: Anais do II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- VARGAS, Getúlio. In: Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

Correspondências

- ano de 1908

Correspondência do ministro das Relações Exteriores do Brasil para D'Anthouard, ministro Plenipotenciário da França no Brasil, Rio de Janeiro, 7.09.1908. Nantes: Arquivo MRE, série A.

- ano de 1910

Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para M. Gaillard Lacombe, embaixador da França no Brasil, 8.10.1910. Nantes: Arquivo MRE, série A.

- ano de 1912

Correspondência do Ministério das Relações Exteriores da França para Lavalande, ministro plenipotenciário da França no Brasil, 22.01.1912. Nantes: Arquivo MRE, série A.

- ano de 1914

Correspondência do cônsul francês na Bahia, para Lanel, ministro das Relações Exteriores da França, Salvador, 10.03.1914. Nantes: Arquivo MRE, série A.

- ano de 1916

Correspondência do gen. Bento Ribeiro para o gen. Caetano de Faria, Rio de Janeiro, 24.01.1916. Rio de Janeiro: Documentos Históricos do Estado Maior do Exército, Estado Maior do Exército.

- ano de 1917

Correspondência de George Dumas para Emile Borel, Rio de Janeiro, 30.10.1917. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

- ano de 1918

Correspondência de Jules Camon, embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, 30.06.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

Correspondência de Casenave, embaixador da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.12.1918. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3391.

- ano de 1919

Correspondência de Ploton, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.01.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174.3.

Correspondência do embaixador da França no Brasil para Stephen Fignon, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.02.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

Correspondência de Casenave, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.02.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

Correspondência do Comissariado Geral de Informação e Propaganda para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 18.04.1919. Paris: Arquivo MRE, pasta 24, série B 172-6.

Correspondência n. 24 de 23.05.1919. Paris: Arquivo MRE, série B 172-6.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência de Salat, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 26, 174-2.

Correspondência de Salat, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do maj. Chaves para o Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 19.07.1919. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, estante 80, maço 19.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.08.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 5.08.1919. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.10.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.12.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

• ano de 1920

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, 4.10.1920. Paris: Arquivo MRE, pasta 24.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.02.1920. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.03.1920. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.09.1920. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.09.1920. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, p. 174-5.

• ano de 1921

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 23.02.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.03.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, 172-6.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 5.04.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.04.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.05.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, ao ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.05.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 31.05.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.06.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência de Salats, chefe de esquadrão, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.08.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.10.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, 174-5.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 29.10.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

Correspondência do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, a bordo do Jules Michelet, 6.11.1921. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31, 174-5.

Correspondência do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 6.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3378.

Correspondência do gen Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 7N 3378.

Correspondência do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para Plehn, encarregado dos negócios da Alemanha, Rio de Janeiro, 19.12.1921. Berlim: Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Correspondência do cel. Séguin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

• ano de 1922

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 3.01.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 31,174-5.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 22.01.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 27, 174-3.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 24.01.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência do ministro da Guerra da França para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 17.03.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

Correspondência de Conty, embaixador na França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.05.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 17, 172-2.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.06.1922, Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.06.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.07.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do cel. Gourgues, adido militar da França na Suécia e Noruega, para ministro da Guerra da França, Stookholm, 20.07.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.08.1922. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.11.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o ministro da Guerra da França, Paris, 16.12.1922. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

• ano de 1923

Correspondência de Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do cap. Moineville da Missão Militar Francesa de Aviação para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Puech, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 13.08.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, 23.09.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.11.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-2.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.12.1923. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

• ano de 1924

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 30.01.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.06.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência de Emerat, cônsul geral da França em São Paulo, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.06.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 20, 172-2.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.07.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 20, 172-2.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.07.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.08.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 20, Rio de Janeiro: 172-2.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o Ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.09.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 06.11.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência de Quirim, chefe interino da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.12.1924. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.12.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Ploton, encarregado comercial da França no Brasil, para o ministro de Comércio da França, Rio de Janeiro, 28.12.1924. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

• ano de 1925

Correspondência de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para Nestor Sezefredo dos Passos, chefe de Estado Maior do Brasil, Rio de Janeiro, 4.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Henri Hoppenot, encarregado de assuntos franceses no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 7.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

Correspondência de Quirim, membro da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Édouard Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, para o ministro do Comércio e da Indústria da França, Paris, 23.02.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

Correspondência de Felix Pacheco, ministro das Relações Exteriores do Brasil, para M. Henri Hoppenot, Rio de Janeiro, 8.04.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência de Henri Hoppenot, encarregado de assuntos franceses no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 13.04.1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência de Jasseron, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.10.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

• ano de 1926

Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 5.02.1926. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Margerin, embaixador da França em Berlim, para o ministro das Relações Exteriores da França, Berlim, 19.03.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.08.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 5.02.1926. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Margerin, embaixador da França em Berlim, para o ministro das Relações Exteriores da França, Berlim, 19.03.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 22, 172-4.

Correspondência da firma Hotchkiss & Cie para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 29.12.1926. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

• ano de 1927

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 17.01.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 26, 174-2.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 4.04.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 4.4.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 17.05.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, 174-5.

Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 7.07.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Conty, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 10.08.1927. Paris: Arquivo MRE, dossiê 15, 172-1.

Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.08.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o Ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 22.09.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 17.10.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.10.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.11.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

• ano de 1928

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 01.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.01.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.02.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do chefe da Seção Veterinária da França para o Estado Maior do Exército da França, 23.05.1928. Paris: Arquivo SHAT, dossiê: 3398.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.06.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do ministro de Comércio e Indústria da França para o ministro da Guerra da França, 24.07.1928. Paris: Arquivo SHAT, dossiê: 3398.

Correspondência de Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.11.1928. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3396.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.11.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.12.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

• ano de 1929

Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 31.01.1929. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, 172-6.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.03.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório do maj. Henri Jauneaud, diretor técnico da Aviação Militar Brasileira, Rio de Janeiro, 16.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Salat para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1929. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3391.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.10.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, ao ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 7.12.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

• ano de 1930

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.01.1930. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.02.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3396.

Correspondência de Lester Baker, embaixador do Estados Unidos, para o Coronel Hautz do Exército Americano, Rio de Janeiro, 28.02.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do cel. Pedro Cavalcanti para o subchefe do Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 6.03.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, 22.03.1930. p. 03. dossiê 3399.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 29.03.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.04.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 22.04.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.05.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Jauneaud, diretor técnico de Aviação, para Spire, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 7.06.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Louis Robien, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 16.09.1930. Paris: Arquivo MRE, dossiê 118, 172-6.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.10.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Louis Robien, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 26.10.1930. Paris: Arquivo MRE, dossiê 110, 172-2.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.10.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.11.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.12.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.11.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do embaixador do Brasil na França para Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores do Brasil, Paris, 29.12.1930. Rio de Janeiro: Arquivo Itamaraty, estante 278, prateleira 3, maço 13.

• ano de 1931

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 13.01.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.01.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o ministro da Guerra da França, Paris, 20.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência de Fleurieu, embaixador da França em Londres, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 27.03.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 27.03.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.04. 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.05.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 6.06.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.06.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 18.06.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.06.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.07.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência de Fleurieu, embaixador da França em Londres, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Londres: 8.08.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.08.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3394.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 21.08.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 25.08.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência do gen. Augusto Tasso Fragoso, chefe de Estado Maior do Exército do Brasil, para gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 17.09.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.10. 1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência do gen. Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro 6.11.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3394, 3.
- Correspondência de Sehm, da embaixada alemã no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, Rio de Janeiro, 24.12.1931. Berlim: Arquivo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

• ano de 1932

- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 9.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.
- Correspondência do gen. Tasso Fragoso, chefe do Estado Maior Exército, para gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 11.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para Briand, Rio de Janeiro, 15.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para Aristide Briand, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 15.01.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.
- Correspondência de Dejean, embaixador da França no Brasil, para Leite de Castro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 2.02.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.
- Correspondência do gen. Leite de Castro, ministro da Guerra do Brasil, para o embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, 22.02.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.02.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para André Tardieu, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 10.03.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127.
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para André Tardieu, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 10.03.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.
- Correspondência do cap. Simeom, adido militar da França no Chile, para o ministro da Guerra da França, Santiago, 18.04.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para André Tardieu, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 31.05.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.05.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 2.07.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 111, 172-6.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, 16.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.07.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.08.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência de Irineu Machado, senador e professor da Universidade do Rio de Janeiro, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Paris, 2.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.
- Correspondência de Otávio Mangabeira para Robien, Rio de Janeiro, 17.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.
- Correspondência de Fleurieu, embaixador da França em Londres, para Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 8.09.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência de Fleuriau, embaixador da França em Londres, para o ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 8.09.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-4.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.09.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.10.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.10.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para M. Herriot, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 15.10.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.10.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.12.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 19.12.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

• ano de 1933

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 2.02.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do ten. cel Corbé, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.02.1933. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência do ten. cel. Corbé para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.02.1933. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

Correspondência do ten. cel. Corbé, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.02.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3378.

Correspondência do ten. cel. Corbé, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.03.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 8.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 19.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.06.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência de Kammerer, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 1.07.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 13.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.10.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

• ano de 1934

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 6.01.1934. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 046-97.

Correspondência de Góes Monteiro para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 18.01.1934. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, rolo 3.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.01.1934. dossiê 3396.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 26.01.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra, para o gen. Franco Ferreira, comandante da 3. RM, Rio de Janeiro, 7.02.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

Correspondência do cel. Leitão de Carvalho para Góes Monteiro, ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 15.02.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.03.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.03.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 6.04.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.05.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 1.06.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.07.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.07.1934. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.08.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Baudouin para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3397.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 16.09.1934. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-5.

Correspondência de Schönheins, Berlim, 4.11.1934. Berlim: Arquivo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.12.1934. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3397.

• ano de 1935

Correspondência de Carpentier, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.01.1935. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência de Carpentier, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 2.02.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 19.03.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.04.1935. p. 2, dossiê 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 4.05.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 11.04.1935. Paris: Arquivo MRE, dossiê 129, 174-3.

Correspondência de Henry Gueyraud, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 21.04.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Correspondência de Curtenaz, diretor do Consulado da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 29.06.1935. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro do Ar da França, Rio de Janeiro, 5.07.1935. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3399.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.07.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.07.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para João Gomes Ribeiro Filho, ministro da Guerra do Brasil. Rio de Janeiro, 21.09.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.10.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.10.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Osvaldo Aranha, embaixador do Brasil em Washington, para Cordell Hull, secretário dos Estados Unidos da América, Washington, 9.11.1935. dossiê 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.12.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

• ano de 1936

Correspondência do cap. Bryas, adido Naval da França na Argentina, para o ministro da Marinha da França, Buenos Aires, 9.01.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 27.03.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 30.04.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 30.04.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 14.05.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.05.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 5.05.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Hermite, embaixador da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 25.07.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.

Correspondência de Magnan de Bellevue, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 25.07.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.

Correspondência de Bellevue, cônsul da França em Porto Alegre, para o ministro das Relações Exteriores da França, Porto Alegre, 6.11.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 116, 172-4.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.11.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.12.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 7.12.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.12.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

• ano de 1937

Correspondência do Coronel Menerat, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 8.01.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3393.

Correspondência de Bouvard, membro da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 26.02.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do cel. Mennerat, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.03.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do cel. Mennerat, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.04.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-4.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 15.04.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência de Yvon Delbos, ministro das Relações Exteriores da França, para o ministro da Guerra da França, Paris, 30.04.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 128, 174-3.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.06.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Góes Monteiro, chefe de Estado Maior, para o general chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 17.08.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel para ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.07.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3393.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 1.09.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, para Noel, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 16.10.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 24.10.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência do ten. cel. Nalot, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.11.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Correspondência de gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.11.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

• ano de 1938

Correspondência do cônsul da França em Porto Alegre para o ten cel Gauchet, Rio de Janeiro, 26.02.1938. Paris: Arquivo MRE, dossiê 121, 172-6.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 30.04.1938. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 14.05.1938. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para ministro da Aeronáutica da França, Rio de Janeiro, 2.06.1938. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Correspondência de Góes Monteiro para gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro: 13.09.1938. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

• ano de 1939

Correspondência do ministro da Guerra da França para Chabedec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa, Paris, 21.04.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Correspondência de Eurico Gaspar Dutra para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 5.05.1939. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Eurico Gaspar Dutra.

Correspondência do consul da França na Bahia para o ministro das Relações Exteriores da França, Salvador, 10.05.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência de Henry Gueyraud, encarregado dos negócios da França no Brasil, para o ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, 3.06.1939. Paris: Arquivo MRE, dossiê 132, 174-5.

Correspondência de Chadebec de Lavalade, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 9.06.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Correspondência do gen. Góes Monteiro para o gen. Marshall, Rio de Janeiro, 8.08.1939. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, rolo 6.

Correspondência do embaixador da França em Londres para o ministro das Relações Exteriores da França, Londres, 18.09.1939. Paris: Arquivo MRE, dossiê 130, 174-3.

Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para o ministro da Guerra da França, Paris, 22.11.1939. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

• documentos sem data

Correspondência de Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, s. d. Rio de Janeiro: CPDOC, Arquivo Osvaldo Aranha, rolo 12.

Correspondência de Góes Monteiro ao Exército, Rio de Janeiro, s. d. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 050-97.

Correspondência de Casenave, embaixador da França no Brasil, para Stephen Pichon, ministro das Relações Exteriores da França, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo MRE, dossiê 13, 172-1.

Correspondência do adido militar da França no Brasil, para o embaixador da França no Brasil, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo MRE, dossiê 28, 174-3.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência de Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Correspondência de Lucciardi, cônsul da França em São Paulo, para Stephen Pichon, ministro das Relações Exteriores da França, s. d. Paris: Arquivo MRE, dossiê 34, 174-3 e 174-5.

Correspondência de gen. Mangin, membro do Conselho Superior da Guerra, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, ao ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s. d. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, s.d. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Contratos

Contrato da Missão Militar Francesa de 1919, Rio de Janeiro. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Contrato da Missão Militar Francesa de 1927, Rio de Janeiro. Paris: Arquivo SHAT, 3397

Contrato da Missão Militar Francesa de Aviação, 16.10.1920. Paris: Arquivo MRE,dossiê 35, 174-4 e 174-5.

Contrato de renovação da Missão Militar Francesa, 1.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Contrato da Missão Militar Americana de Artilharia de Costa. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Discursos

Discurso sobre o orçamento do Ministério da Guerra para 1930 do deputado Lindolfo Collor, da Aliança Liberal, Rio de Janeiro, nov. 1929. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, p. 172-6.

Discurso de Góes Monteiro, Rio de Janeiro, 27.05.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Discurso do comandante da Escola de Estado Maior, Rio de Janeiro, 1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Discurso de Góes Monteiro. Boletim Interno n. 125, 1937. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

Discurso pronunciado pelo cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Discurso pronunciado pelo cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Documentos variados

Decreto n. 14.385 de 01.10.1920.

Decreto n. 15.537 de 25.04.1923.

Decreto n. 5.632 de 31.12.1928.

Decreto n. 20.914, de 6.01.1931.

Decreto n. 19.610 de 20.01.1931.

Decreto n. 2.429, 4.03.1938.

Diretivas do Estado Maior do Exército para o ano de 1939. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

Diretivas para o chefe da Missão Francesa no Brasil. Paris: Arquivo MRE, dossiê 30, p. 174-5.

Esforço italiano do ponto de vista da aviação, Rio de Janeiro, 30.01.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Informações fornecidas ao embaixador da França no Brasil sobre os oficiais brasileiros na Legião de Honra. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Lei n. 24.068 de 29.03.1934.

Manifesto da Comissão Militar Pró Frente Democrática, Rio de Janeiro, ago.1937. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 053-97.

Modificação no Serviço e no Corpo de Administração Militar. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT. 3391.

Organização da Aeronáutica do Exército. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Os esforços inglês, alemão e americano do ponto de vista da aviação no Brasil, Rio de Janeiro, 4.03.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3393

Plano de informações sobre o posto de adido militar, Rio de Janeiro, 21.02.1936. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Plano geral de ação para a reorganização definitiva do Exército. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT, 3391.

Plano geral de ação para organização do Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

Programa de Aviação. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Pronunciamento de Leite de Castro, ministro da Guerra do Brasil, para gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 25.02.1931. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, 174-4.

Rapport pour la propagande allemand au Brésil. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3391.

Regulamento para a Escola de Intendência, 1921.

Regulamento para o Serviço de Engenharia. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924. p.21.

Telegrama do cap. Geyer para o gen. Klieger. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Documento. Brasília: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, caixa 9 A, pasta 3.

Documento. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT, 3391.

Documento. Paris: Arquivo MRE, dossiê 131, p. 174-4 e 174-5.

Documento do Arquivo Itamaraty. Estante 283, prateleira 4, maço 15.

Documentos históricos do Estado Maior do Exército. Brasília: Estado Maior do Exército, 1996.

Documento n. 24. Publicidade da França no Brasil. Paris: Arquivo MRE.

Documento de 15.05.1915. Paris: Arquivo MRE, dossiê 34.

Documento de 11.05.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 34, p. 174-3 e 174-5.

Documento n. 824 da Legação da França de 24.10.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 26, p. 174-2.

Documento de 26.06.1919, sobre Aviação. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, p. 174-3 e 174-5.

Documento de 28.03.1929, n. 11, elaborado pelo cel. méd. Marland, integrante da Missão Militar da França. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT, 3397.

Documento, 3.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3394.

Documento, 13.03.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Documento Missão Militar Francesa no Brasil, Rio de Janeiro, 27.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3399

Documento de 5.06.1934. Paris: Arquivo MRE, dossiê 129, 174-3.

Documento sobre os representantes no Brasil das grandes firmas francesas de armamentos e aviação, Rio de Janeiro, 28.02.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Documento de 07.05.1937, enviado para o ministro da Guerra da França. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT, 3381.

Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. Brasília: Estado Maior do Exército, 1996. Arquivo Centro de Documentação do Exército.

Documento secreto do Ministério da Guerra da Argentina. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Arquivo Góes Monteiro – AS 683.1.1.

Documento posto de adido militar: mobilização interna. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Documento n. 577, nov. 1937, box 216.

Notas

Nota de serviço elaborada por Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, aos militares da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 6.10.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3398.

Nota para o ministro das Relações Exteriores da França, Paris, 6.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

Nota para o ministro das Relações Exteriores da França, Paris, 20.08.1932. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

Nota sobre a aviação militar. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Relatórios

- ano de 1918

Relatório do adido militar da França no Brasil, 13.12.1918. Paris: Arquivo MRE, dossiê 24, p.172-6.

- ano de 1919

Relatório de Alberto Cardoso de Aguiar, ministro da Guerra, 1919. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre sua viagem ao Rio Grande do Sul.

Relatório do cap. Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação, 1.08.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35, 174-3 e 174-5.

Relatório do cap. Magnin, chefe da da Missão Militar Francesa de Aviação, nov.1919. Paris: Arquivo MRE, dossiê 35.

- ano de 1920

Relatório do João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra no Brasil, 1920. Brasília: Centro de Documentação do Exército. p. 78.

- ano de 1921

Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para gen. Mangin, membro do Conselho Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 19.08.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N 3378.

Relatório do chefe de esquadrão Salats, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 25.12.1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

- ano de 1922

Relatório do maj. F. L. Whitley, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 1922. Brasília: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C121.

• ano de 1923

Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 21.09.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

• ano de 1924

Relatório da Missão Financeira Inglesa no Brasil, Rio de Janeiro, jun. 1924. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3391.

Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 16.10.1924. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Relatório de Bernheim, da embaixada alemã no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2.06.1924. Berlim: Arquivo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Relatório do gen. Maurice Gamelin sobre ação da Missão Militar Francesa no Brasil, jan. 1914 a jan. 1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, p. 174-5.

Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, sobre a Missão Militar Francesa, 1919 a 1925. Paris: Arquivo MRE, dossiê 32, p.174-5.

Relatório de Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1924. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

• ano de 1926

Relatório de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, de 4.06.1926. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT, 3392.

• ano de 1927

Relatório de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.05.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Relatório do adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 8.11.1927. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2006-44.

• ano de 1929

Relatório do cel. med. Marland, integrante da Missão Militar Francesa, sobre a febre amarela, Rio de Janeiro, 2.05.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

• ano de 1930

Relatório de Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório de Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.08.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório sobre a renovação do contrato da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro, 13.08.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Relatório de Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

• ano de 1931

Relatório sobre material de aviação, Rio de Janeiro, 4.04.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.05.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório de Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.11.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

• ano de 1932

Relatório do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 4.03.1932. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

• ano de 1933

Relatório do ten. cel. Chabron, Rio de Janeiro, 18.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Relatório do ten. cel. Chabron, Rio de Janeiro, 25.05.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3397.

Relatório de Willian Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 25.01.1933. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2472-47.

Relatório de Willian Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 4.08.1933. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C121.

• ano de 1934

Relatório de Willian Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, 12.1934. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2472-47.

• ano de 1935

Relatório, 2.02.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Relatório do gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1935. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório do ministro da Guerra Góes Monteiro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1935, p. 70-71. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório semestral elaborado pelo gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, sobre o segundo semestre de 1935, Rio de Janeiro, jan. 1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

• ano de 1936

Relatório do maj. Laurence C. Mitchell, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, nov. 1936. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2472-47.

• ano de 1937

Relatório do ten. cel. Nalot, chefe provisório da Missão Militar Francesa para o ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 22.02.1937. dossiê 3398.

Relatório do Estado Maior do Exército, 1937. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, p.10. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório do ten. cel Nalot, chefe provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra da França de 22.01.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 3398.

Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, maio de 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1937. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

• ano de 1938

Relatório do Estado Maior do Exército, 1938. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, para o presidente da República, Rio de Janeiro, maio 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório do Estado Maior do Exército, 1938. p. 190. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

• ano de 1939

Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

• ano de 1940

Relatório de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1940. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório do maj. Laurence C. Mitchell, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Rio de Janeiro, jan. 1940. Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C-104.

• relatórios sem data

Relatório sobre a organização da defesa nacional do Brasil e do Exército, s. d. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Relatório do gen. de Divisão Waldomiro Castilho de Lima sobre o Brasil como potência militar sul americana, s.d. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 047-97.

Relatório do cap. Bouvard. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Relatório sobre a propaganda alemã no Brasil. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Relatório do gen. Gamelin sobre a reorganização do Exército, s. d. Rio de Janeiro: Arquivo SHAT, 3391.

Revistas

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VI, n. 66, p. 199-201, 10 mar. 1919.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VI, n. 71 e 72, p. 3, 15 set. 1919.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, , ano VI, n. 71/72, p. 392, 10 ago. 1919.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VII, n. 79, p. 225, 10 fev. 1920.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 85, p. 7-11, 10 ago. 1920.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 149, p. 123, jun. 1926.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 149, p. 2, jun. 1926.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XII, n. 151, p. 157-159.

A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 154, p. 292-293, 10 out. 1926.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 159, p. 97, 10 mar. 1927.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 181, p.05, jan. 1929.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 181, p. 49, jan. 1929.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 181, p. 50, jan. 1929.

A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, ano XVI, JN. 186, p. 262, jun. 1929.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 199, p. 604, jul. 1930.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 200, dez. 1930.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 217. p. 7, jan. 1932.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 283, dez. 1937.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 284, p. 4-11, jan. 1938.

A Defesa nacional, Rio de janeiro, ano XXV, n. 289,p. 603, jun. 1938.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, p. 159-163, nov. 1941.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, set. 1942.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, p. 50-52, out. 1952.

A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 508, p. 39-46, nov. 1956.

- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 640, p.169-176, nov/dez. 1971.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 649, p. 156-161, mai./jun. 1973.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 692, p. 45-49, nov./dez. 1980.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 714, p. 77-87, jul/ago. 1984.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 717, p. 83-117, jan./fev. 1985.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 728, p. 49-60, nov./dez. 1986.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 748, p. 07-18, abr/jun. 1990.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 754, p. 101-108, out./dez. 1991.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 777, p. 115-124, jul./ago./set. 1997.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 787, p. 60-79, maio/ago. 2000.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 795, p. 133-142, jan/abr. 2003.
- A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 802, p. 51-57, mai./ago. 2005
- Air Fan, p. 101-110, out. 1993.
- Asas, Rio de Janeiro, 1.jan. 1932.
- Cadernos de Conjuntura, Rio de Janeiro, n. 9, 1987.
- Cahiers des Ameriques Latines, Paris, n. 04, p. 31-50, 1984.
- Cahiers des Ameriques Latines, Paris, n. 4, 1985.
- Cahiers des Amérique Latine, Paris, n. 9, p. 131-139, 1990.
- Cahiers des Amérique Latine, n. 48/49, p. 19-23, 2005.
- ERA, Rio de Janeiro, n. 2, abr./jun. 1983.
- História Revista, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v. 7, p.1-22, 2002.
- L'Album du Fanatique de l'Aviation, n. 55, p. 3-8, mai. 1974.
- Mensário de Cultura Militar, Rio de Janeiro, ano XI, n. 126, p. 22-34, jan. fev. 1959.
- Military Review, n. 728, nov./dez. 1986.
- Múltipla, Brasília, ano.X, n. 18, v.12, 2005.
- Nação Armada, Rio de Janeiro, n. 1, p. 135, nov. 1939.
- Nação Armada, Rio de Janeiro, n. 2, p. 115-116, jan. 1940.
- Nação Armada, Rio de Janeiro, n. 3, mar. 1940.
- Nação Armada, Rio de Janeiro, 1944.
- Nouvelle Revue Critique, Paris, 1935.
- Nueva Sociedad, Buenos Aires, n.97, p. 201, set/out. 1988.
- Política e Estratégia, n.3, p. 390-443, jul./set. 1985.
- Premissas, Campinas, UNICAMP, n. 2, p.3-25, out. 1992.
- Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 19, p. 18-27, dez. 1965.
- Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 20, p. 39-47, jan. 1966.
- Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, 2001.
- Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, n.2, p. 5-17, abr./jun. 1983.

- Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV, n. 3, p.35-46, jul./set. 1984.
- Revista de História da USP, São Paulo, n. 16, p. 317-342, 1953.
- Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, ano LXXIII, n. 377, p. 07, nov. 2000.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, jan. fev. 1985.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 122, p. 49-52, out/dez. 1985.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 131, p. 35, jan., fev., mar. 1995.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 132, p. 31-39, out/dez. 1995.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 132, p. 49-50, out./dez. 1995.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 134, p. 15-26, jul./set. 1997.
- Revista do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 143, jan./abr. 2006.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 56, v. XLIII, p. 57, 2.s 1968.
- Revista do Instituto de geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, ano LX, n. 86, p. 23, 2000.
- Revista Humanidades, Brasília, n. 03, v. 10, p. 204-211, 1994.
- Revista Humanidades, Brasília, n. 3., v.10, p. 226-233, 1994.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XVII, v. XXVI, p. 152-168, abr./jun. 1927.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XXXI, v. XL, p. 5-13, jan/jun. 1943.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XXXII, v. LXI, p. 262-303, jul/dez. 1954.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, n. XXXII, v. LXI, p. 132-133, jul/dez. 1954.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XXXVI, p. 5-10, jan/jun.1958.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XLVIII, v. LXX, p. 5-22, jan./jun. 1960.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano XLVIII, v. LXXII, p. 23-28, jul/dez. 1960.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano L, v. l, LXXV, p. 91-104, jan./jul. 1963.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano LVI, v. XCV, p. 73-100, jul./set. 1970.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano LX, v. CV, p. 7-14, jul./dez. 1974.
- Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano LXIII, v. CV, p. 113-118, jan./jun. 1977.
- Revista Novos Rumos, Rio de Janeiro, n. 8/9, v.3, p.137-147.
- Revue Française de Sociologie, Paris, XVII, p. 643-664, 1976.
- Revue Franco-Brésilienne. Rio de Janeiro, n. 243, p. 15, 15.08.1929.
- Revue de Métaphysique et de Monde, Paris.
- Revue Historique des Armées, n. 4, p. 105-130, 1975.
- Revue Historique des Armées, n. 4, p. 71-80, set. 1990.
- Revue Historique des Armées, Paris, n. 184, p. 97-107, dez. 1991.
- Revue Historique des Armées, n. 184, p. 24-34, 1991.
- Revue Historique des Armées, n. 241, p. 47, dez. 2005.
- Revue International Aéronautique, n. 7, p. 711-712, 1981.
- Revue Militaire Générale, Paris, série 1, p. 173-182, 1937.

Revue Militaire Générale, Paris, série 1, p. 387-390, 1937.
 Revue Militaire Générale, Paris, série 1, p. 550-615, 1937.
 Revue Militaire Générale, Paris, série 2, p. 616-645, 1937.
 Revue Militaire Générale, Paris, série 3, p. 387-39, 1938.
 Revue Militaire Générale, Paris, série 4, p. 443-465, 1938.
 Revue Trimestrielle d'Histoire, Paris, n. 177, p. 95-105, 1995.

Jornais

A Federação, Porto Alegre, 21 jul. 1936.
 A Gazeta, Rio de Janeiro, 30.11.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3398.
 A Nota, Rio de Janeiro, 13.04.1937.
 A Razão, Rio de Janeiro, 18.02.1921.
 A Razão, Rio de Janeiro, 7.04.1921.
 A Razão, Rio de Janeiro, 8.05.1921.
 A Pátria, Rio de Janeiro, 30.04.1921.
 A Pátria, Rio de Janeiro, 16.12.1923.
 Correio da Manhã, cidade de xxxx, 01.10.1931
 Correio do Povo. Porto Alegre, 21 dez. 1932.
 Correio do Povo, Porto Alegre, 21.07.1936. Paris: Arquivo MRE, dossiê 120, 172-6.
 Diário da Noite, Rio de Janeiro, 31.12.1932.
 Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23.02.1921.
 Jornal de Brasília, Brasília, 24.04.1993, p. 2.
 Jornal de Mobilização, 18.09.1934. Paris: Arquivo SHAT, 3399.
 Jornal de Mobilização do posto de adido militar. Paris: Arquivo SHAT, 3399.
 Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Miami, n. 2, v. 37, p. 1-56, summer 1995.
 Journal of Interamerican Studies and World Affairs, n. 4, v. 21, nov. 1979.
 Journal of Interamerican Studies and World Affairs, London, Sage Publications, n. 3, v.25, 1983.
 L'Oeuvre, Paris, 12.11.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 114, 172-2.
 O Brasil, Rio de Janeiro, 13.11.1921.
 O Brasil, Rio de Janeiro, 01.03.1934.
 O Comércio do Paraná, Curitiba, 15.01.1925.
 TAG, Berlim, 18.03.1926.

Arquivos e Bibliotecas pesquisadas

Arquivos

Archives de l'Armée de l'Air, Paris Vincennes ;

Archives de l'Armée de Terre, Paris-Vincennes ;
Archives de la Marine, Paris Vincennes ;
Archives du Ministère de la Defense, Paris ;
Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Nantes ;
Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris ;
Archives Nationales, Paris;
Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro;
Arquivo Itamaraty, Rio de Janeiro;
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro;
Centro de Documentação da Câmara Federal, Brasília;
Centro de Documentação do Exército, Brasília;
Centro de Documentação da Força Aérea (CENDOC), Rio de Janeiro;
Fundação Getúlio Vargas, Brasília;
Fundação Getúlio Vargas, (CPDOC), Rio de Janeiro;
National Archives, Military Intelligence Division, Washington;
Politisches Archiv des Auswärtigen Amts, Berlim;

Bibliotecas

Biblioteca da Aliança Francesa, Brasília;
Biblioteca da Câmara dos Deputados Federais, Brasília;
Biblioteca da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro;
Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, Brasília;
Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro;
Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre;
Biblioteca da Universidade de Brasília;
Biblioteca da Universidade Federal de Santa Maria;
Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre;
Biblioteca do Centro Universitário de Brasília;
Biblioteca do Colégio Militar de Brasília;
Biblioteca do Colégio Militar de Santa Maria;
Biblioteca do Comando de Operações Terrestre (COTER), Brasília;
Biblioteca do Estado Maior da Armada, Brasília;
Biblioteca do Estado Maior das Forças Armadas, Brasília;
Biblioteca do Estado Maior do Exército, Brasília;
Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro;
Biblioteca do Ministério da Justiça, Brasília;
Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Brasília;

Biblioteca do Senado, Brasília;
Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Brasília;
Biblioteca do Superior Tribunal Militar, Brasília;
Biblioteca Franklin Doria; Brasília;
Biblioteca General Valentim Benício da Silva, Rio de Janeiro;
Biblioteca Marechal Hermes da Fonseca (ESAO), Rio de Janeiro;
Biblioteca Mario Henrique Simonsen (FGV), Rio de Janeiro;
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro ;
Bibliothèque Cujas de Droit et Science Economique, Paris ;
Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine, Paris ;
Bibliothèque de la Alliance Française, Paris ;
Bibliothèque de l' Arsenal ;
Bibliothèques de la Sorbonne, Paris I, Paris III, Paris IV, Paris VIII e Paris X ;
Bibliothèque de l'Institut de Hautes Études en Amérique Latine, Paris ;
Bibliothèque de Science et Politique, Paris ;
Bibliothèque du Centre de Recherche Politique Raymond Aron, Paris ;
Bibliothèque du Service Historique de l'Armée de l'Air, Paris-Vincennes ;
Bibliothèque du Service Historique de la Marine, Paris-Vincennes ;
Bibliothèque du Service Historique de l'Armée de Terre, Paris-Vincennes ;
Bibliothèque Maison des Sciences de l'Homme, Paris ;
Bibliothèque National de la França, Paris;
Bibliothèque Sainte Geneviève, Paris ;
Museu da Aeronáutica (Musal), Rio de Janeiro;
Sala Gamelin. (ESAO), Rio de Janeiro;

Web

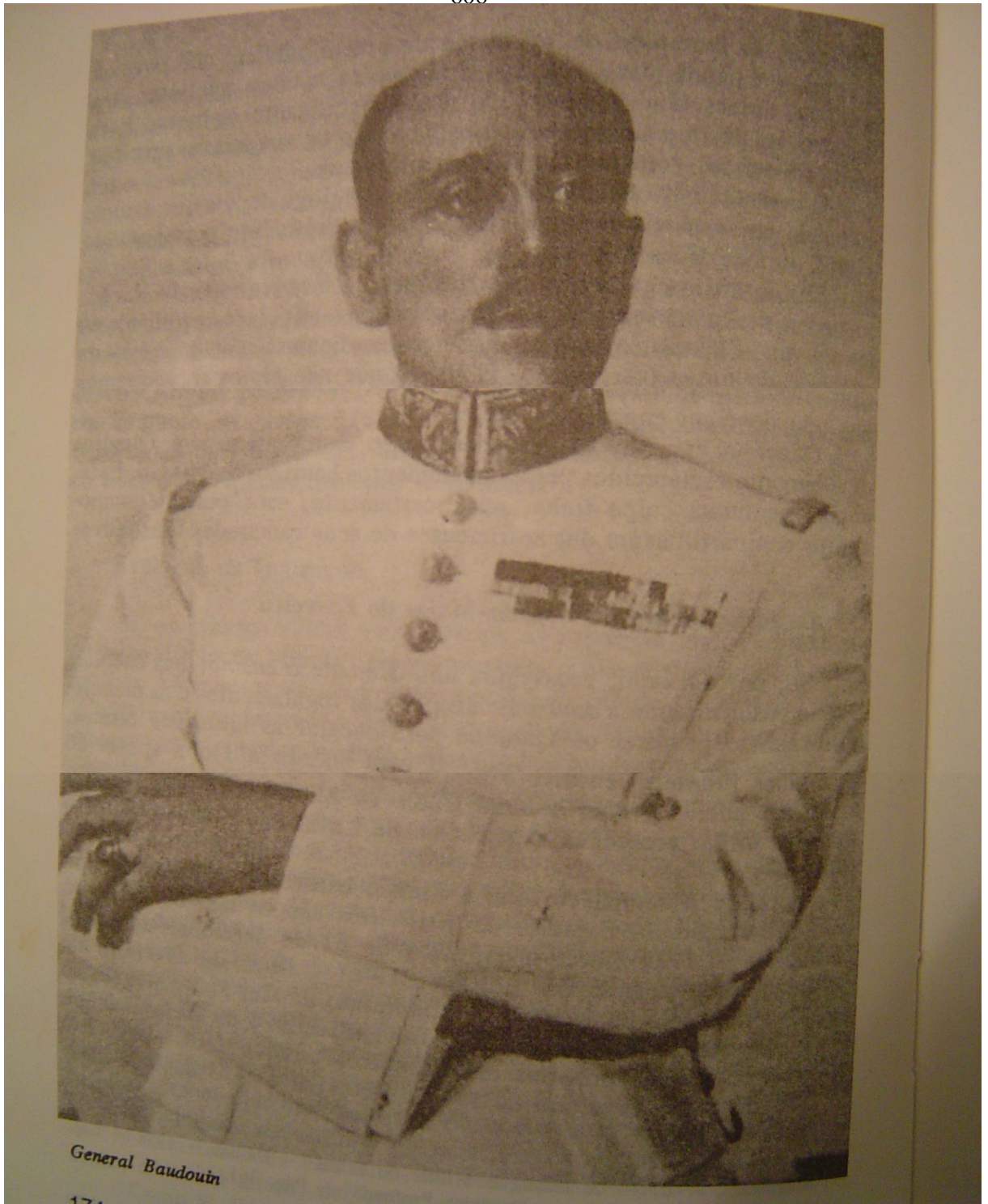
Pesquisa feita no site: [http://fr.wikipedia.org/wiki/L%C5%92uvre_\(journal\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/L%C5%92uvre_(journal)), 15.07.2007.
Pesquisa feita no site : <http://www.ocaixa.com.br/bancodedados/dolaranualmedio.htm>, 9.08.2008.
Pesquisa feita no site: www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=261. de 10.08. 2008.
Pesquisa feita no site: www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas-economias.shtm, 10.08.2008.
Pesquisa feita no site: www.monarquia.org.br/NOVO/obrasilimperial/regimeimperial.html, 10.08.2008.
Pesquisa feita no site: <http://diasfranciscocarlos.blogspot.com/2008/06/miss-brasil-1930.html> , 20.08.2008.

Ilustrações



General Maurice Gamelin

Fonte: <http://images.google.com.br>. 04.11.2008.



General Baudouin

Fonte: MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988.p. 174.



General Coffec.

Fonte: MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988. p. 152.



General Spire.

Fonte: Washington: Arquivo Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, dossiê 2257-C-121.



General Huntziger.

Fonte: MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988. p. 158.



General Noel (à esquerda).
Fonte: Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3394.



General Chabedec de Lavalade.

Fonte: MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988. p. 180.



General Charles de Gaulle.

Fonte: <http://images.google.com.br>. 04.11.2008.



General Augusto Tasso Fragoso.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Fragoso. 04.11.2008.



General Góes Monteiro.

Fonte: <http://images.google.com.br>. 04.11.2008.



Canhão 37mm Modelo 1916.

Fonte: <http://www.grandesguerras.com.br>. 02.11.2008.



Canhão 155mm Modelo 1917.

Fonte: <http://www.grandesguerras.com.br>. 02.11.2008.



Avião Breguet.

Fonte: <http://www.grandesguerras.com.br>. 02.11.2008.



Avião Independência.

Fonte: <http://www.bsbnet.com/anesia/fotos.htm>. 02.11.2008.



Avião Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.museutec.org.br/resgatemoria2002/old/enciclop/cap002/004.html>.
02.11.2008.



Avião Morane.

Fonte: <http://www.grandesguerras.com.br>. 02.11.2008.



Avião Nieuport 10.

Fonte: <http://www.grandesguerras.com.br>. 02.11.2008.



Oficina de aviação no Campo dos Afonsos.
Fonte: Paris: Arquivo do MRE, dossiê 131, 174-4.



Oficina de aviação no Campo dos Afonsos.
Fonte: Paris: Arquivo do MRE, dossiê 131, 174-4.



Oficina de aviação no Campo dos Afonsos.
Fonte: Paris: Arquivo do MRE, dossiê 131, 174-4.



Oficina de aviação no Campo dos Afonsos.
Fonte: Paris: Arquivo do MRE, dossiê 131, 174-4.



Serviços de engenharia sob o comando da MMF.
Fonte: Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3392.



Serviços de engenharia sob o comando da MMF.
Fonte: Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3392.



Serviços de engenharia sob o comando da MMF.
Fonte: Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3392.

Anexos

Documento 1: Currículo resumo de um oficial francês, cogitado para integrar a MMF;

AI/22/II/33/4

INFANTERIE**CONFIDENTIEL**Capitaine Breveté M O U L I NNé le 3 Avril 1893Origine: Saint-CyrCapitaine du 6 Juillet 1917 (à T.T. du 24 Juin 1916)Affectation actuelle: Etat-Major de la 2^e RégionSituation de famille: Marié - 2 enfantsRESUME DES SERVICES

Sorti de Saint-Cyr à la Mobilisation après 1 an d'Ecclé.
 Belles qualités militaires pendant la guerre.

Suit en 1918 le cours d'Etat-Major de Senlis. Affecté au Service d'Etat-Major, s'y fait apprécier par son intelligence, son esprit ardent au travail, réfléchi et méthodique.

Après l'armistice, continue à servir dans l'Etat Major et à y mériter des notes excellentes en particulier à l'Armée d'Orient et au Levant, spécialement à la 4^e D.I. où il se fait remarquer comme Chef du 3^e Bureau.

Entré à l'Ecole de Guerre en 1925, obtient de bons résultats
 Etat-Major du 30^e S.A. de 1927 à 1930. Mêmes notes élogieuses
 Etat-Major de la 2^e Région depuis 1930.

A été noté comme suit en 1932 (dernières notes du dossier):

"Parfait Officier d'Etat-Major et de troupe. Travailleur acharné, développe encore chaque jour une culture générale et professionnelle étendue. Employé au 3^e Bureau, y donne la preuve d'un esprit en pleine forme et d'un dévouement inlassable.

Aptitudes spéciales au professorat.

A été tout particulièrement apprécié au cours des manoeuvres combinées de 1932 par le Chef d'Etat-Major du Général Directeur qui en a fait le plus grand éloge."

30 1 2007

Documento 2: Lista dos regulamentos elaborados ou refeitos pela MMF;

Tableau I
LISTE DES REGLEMENTS EN VIGUEUR DANS L'ARMEE
BRESILLENNE

I.- DOCUMENTS D'ORDRE GENERAL.-

- Règlement sur le service militaire 1923
Règlement sur l'instruction des cadres et de la troupe 1921
Règlement intérieur sur les Services généraux 1920
Règlement sur l'organisation de l'Armée en temps de guerre 1920
Règlement sur l'emploi des Grandes Unités. 1920
Règlement sur la mobilisation 1920
Règlement sur le Service en campagne 1923
Règlement sur les Grands Commandements, les Commandements de Brigade et les Quartiers Généraux en temps de paix 1921
Règlement sur les honneurs et marques de respect 1921
Règlement sur le service d'Etat-Major en campagne 1927
Instruction sur la recherche et l'interprétation des renseignements 1926.
Vade Mecum des Services 1926
Règlement sur l'organisation générale des Services aux Armées 1927
Règlement d'instruction physique militaire 1921
Code de Justice Militaire 1926
Règlement sur les inspections, revues et défilés 1921

II.- REGLEMENTS D'ARMES.-

1°/ Infanterie.-

- Règlement sur les exercices et le combat de l'infanterie (1° et 2° Parties - Annexes 1 et 2) - 1920 - 21 - 22 - 24
Règlement sur le Tir des armes portatives 1924
Instruction sur le Fusil-mitrailleur Hotchkiss 1926
Instruction sur les mitrailleuses légères Hotchkiss 1925
Règlement sur le Tir des unités de mitrailleuses 1924
Règlement sur les mitrailleuses lourdes 1927

2°/ Cavalerie.-

- Règlement sur les exercices et le combat de la cavalerie (1°, 2°, 3° 4° Parties) 1924-25

3°/ Artillerie.-

- Règlement sur les exercices et le combat de l'artillerie 1°, 2°, 3° Parties - Annexes 1, 2 et 3) 1920-21
Manuel de l'Officier Orienteur 1923
Instruction générale sur le Tir de l'Artillerie 1927
Manuel du 75 d'artillerie de montagne 1927

4°/ Aviation.-

- Règlement sur les exercices et combat de l'Aviation 3° Partie (Emploi de l'Aviation) 1927
Manuel Technique d'Aviation (3° Partie - moteur) 1927

5°/ Génie et Transmissions.-

- Règlement sur l'organisation du terrain (1° et 2° Parties) 1924-25
Règlement sur les Ponts de circonstances 1922
Règlement sur les ponts d'équipage - Annexes 1 et 2 - 1924-1927
Règlement de mines 1921
Règlement pour l'emploi des moyens de transmission 1921
Instruction technique pour l'emploi des moyens de transmissions 1923

III.- REGLEMENTS CONCERNANT LES SERVICES.-

1°/ Service du Matériel de Guerre.-

- Règlement sur le Service du Matériel de Guerre 1922

2°/ Intendance.-

- Règlement sur le Service de l'Intendance 1924
- Règlement sur l'alimentation de la troupe 1923
- Règlement sur les subsistances militaires 1923
- Règlement sur les services administratifs dans les corps de troupe 1922

3°/ Service de Santé et Vétérinaire.-

- Règlement sur le Service de Santé en temps de paix 1922
- Règlement sur le Service de Santé en temps de guerre 1920
- Règlement sur le Service Vétérinaire 1922
- Manuel d'hippologie 1927
- Règlement sur la ferrure dans les corps de troupe 1923
- Manuel du Maréchal Ferrant 1926

4°/ Service des Remontes.-

- Règlement sur le Service de la Remonte 1923

5°/ Service des Transports.- (Le service militaire des transports n'existe pas encore).

- Instruction sur l'organisation des communications et transports militaires en temps de guerre 1926
- Règlement sur les transports militaires en chemin de fer (1° Partie) 1923
- Règlement sur les transports militaires en chemin de fer (2° Partie) 1922
- Règlement sur le Service automobile 1926
- Instruction pour les Trains, parcs et convois 1924.

V.- REGLEMENTS DES ECOLES MILITAIRES.-

- Règlement des Collèges Militaires 1922
- Règlement Ecole Militaire 1924
- Règlement Ecole de Perfectionnement des Officiers 1922
- Règlement de l'Ecole d'Aviation Militaire 1927
- Règlement de l'Ecole d'Etat-Major 1920

10021

24

Documento 3: Breve histórico sobre o cel. Leite de Castro, enviado pelos franceses ao Ministro da Guerra da França;

DELEGATION BRÉSILIENNE A LA CONFÉRENCE DE LIMITATION
ET DE RÉDUCTION DES ARMEMENTS

Colonel d'Infanterie: ESTAVÃO LEITÃO DE CARVALHO

Nationalité: Brésilienne

A - Renseignements d'Etat-Civil succincts.

Né le 6 Avril 1881

Sous Lieutenant: 10 Janvier 1907 - Capitaine en 1919
Commandant en 1923 - Lieutenant-Colonel en 1928
Colonel en 1930.

Marié - (sa femme parle très bien français et a beaucoup
voyagé à l'étranger).

B - Principales situations occupées

Comme Lieutenant a fait, avant la guerre un stage de 2 ans
dans l'Armée allemande.

de 1919 à 1921 - Attaché Militaire au Chili.

en 1922 - Elève à l'Ecole d'Etat-Major (Cours de Révision)

en 1923 - Membre de la Commission brésilienne à la 5^e Confé-
rence pan-américaine, de SANTIAGO de CHILI.

en Août 1923 - Nommé conseiller technique de la Délégation
du Brésil à la IV^e Assemblée de la Ligue des Na-
tions.

de 1924 à 1926 - fait partie de la Délégation permanente du
Brésil auprès de la Société des Nations.

de 1926 à 1928 - Affecté à la 3^e Section de l'Etat-Major de
de l'Armée.

de 1928 à 1930 - Commande un Régiment d'Infanterie.

En Mars 1931 - désigné comme Chef de Cabinet du Chef d'Etat-
Major de l'Armée.

C - Opinions

Bien que familier de ces questions, en raison des situa-
tions antérieurement occupées il est bien difficile de préci-
ser l'attitude que pourra prendre cet Officier supérieur à
la Commission de Désarmement.

Tout ce que je peux dire, c'est que le Colonel LEITÃO
de CARVALHO se range dans la catégorie des Officiers brési-
liens qui, dès l'arrivée de la Mission Française au Brésil,
se sont déclarés ses partisans et n'ont pas varié depuis.

Officier particulièrement instruit et distingué, il
s'est fait une place à part et de grande influence dans les
milieux brésiliens.

Exerce depuis mars dernier, les fonctions de Chef de
Cabinet du Chef d'Etat-Major de l'Armée, où il fait preuve
dans ses fréquentes relations avec nous, d'un désir très net
de constante et confiante collaboration.

A tenu à se documenter avant de partir et s'est procuré,
auprès de la Mission, la brochure "Comment désarmer".

Documento 4: Contrato da MMF de 1927.

PROJET DE RENOUVELLEMENT DU CONTRAT DE LA
MISSION MILITAIRE FRANÇAISE

A R T I C L E I

RENOUVELLEMENT.-

- 1.- A la demande du Gouvernement Brésilien, le contrat de la Mission Militaire Française, signé le 8 Septembre 1919, renouvelé pour 4 ans le 8 Septembre 1923, est renouvelé pour une nouvelle période de 4 années (à dater du 8 Septembre 1927) qui, pour coïncider exactement avec la fin des cours et la fermeture annuelle des Ecoles Brésiliennes, prendra seulement fin le trente et un (31) Décembre mil neuf cent trente et un (1931).
- 2.- A l'expiration du présent contrat, la Mission Militaire Française pourra être maintenue en fonctions, en tout ou partie, à charge par le Gouvernement Brésilien d'informer le Gouvernement Français au moins six mois à l'avance de son intention de renouveler la Mission et des modifications qu'il désirerait y voir apporter.

TEXTE DU CONTRAT.-

- 3.- Dans un but de clarté et de simplification, les textes du Contrat général de 1919 et des Annexes ultérieures (de I à VIII et dont le personnel est conservé en fonctions par le Gouvernement brésilien) sont fondus dans le présent texte qui constituera un document unique (remplaçant et annulant tous les anciens textes) et sera désormais la seule loi des parties contractantes.

A R T I C L E II

CLAUSES GÉNÉRALES

- 1
2
2007
- 1.- La Mission Militaire Française relève uniquement du Ministre de la Guerre de la République des Etats-Unis du Brésil, par l'intermédiaire

du Général, Chef de la Mission.

5.- La Mission Française est chargée spécialement de la Direction de l'Ecole d'Etat-Major, de l'Ecole de Perfectionnement, de l'Ecole de Cavalerie, de l'Ecole d'Aviation, des Ecoles du Service de Santé et de l'Intendance et de l'Ecole Vétérinaire; elle comprend en outre un service technique des poudres et explosifs.

6.- Par entente entre le gouvernement brésilien et le Chef de Mission, la Mission Militaire Française pourra être chargée ultérieurement de toute autre mission, notamment direction technique de nouvelles Ecoles, et de l'inspection et du contrôle de l'instruction et de l'organisation dans les différentes régions militaires.

7.- Le gouvernement fédéral s'emploiera à obtenir du Gouvernement des Etats, dans un but de coordination, que les Chefs de Missions Françaises qui seraient éventuellement engagées par des Etats de la République Fédérale, reçoivent au point de vue des méthodes d'instruction et des questions de personnel, leurs directives du Général Chef de la Mission.

A cet effet, le Gouvernement fédéral ferait accréditer ce dernier auprès des gouvernements intéressés.

8.- Pendant la présence de la Mission Militaire Française, le Gouvernement Brésilien s'engage à ne contracter aucune Mission étrangère dans un but militaire sauf des techniciens pour les fabriques, arsenaux et service Géographique de l'Armée.

En outre, l'instruction spéciale de l'Artillerie de Côte pourra être confiée à la Mission Navale Américaine contractée par le gouvernement brésilien.

9.- Dans le cas où des Etats de la Fédération brésilienne engageraient, pour l'instruction ou l'organisation de leur Force Publique, une Mission de nationalité étrangère, le présent contrat pourrait être résilié par le Gouvernement français, mais, avec toutes les obligations prévues au § 49 a) de l'article IX, à la charge du gouvernement brésilien.

10.- Le gouvernement brésilien donnera la préférence à l'industrie française dans les commandes de matériel de guerre à la condition, que, à égalité de valeur technique, ce matériel puisse être livré à des prix identiques à ceux proposés par une autre puissance et dans les mêmes délais.

A R T I C L E III

11.- Les officiers de la Mission porteront au Brésil, l'uniforme de l'Armée française. Il leur sera donné dans l'Armée brésilienne le grade supérieur à celui qu'ils occupent en France; ils en porteront les insignes sur leurs uniformes.

12.- Le Général Chef de la Mission aura rang de Général de Division.

Dans les cérémonies publiques, il prendra rang avec les officiers de son Etat-Major, immédiatement après le Chef d'Etat-Major de l'Armée Brésilienne.

Les autres officiers de la Mission prennent rang avec les officiers du même grade que celui qu'ils occupent dans l'Armée brésilienne.

13.- En cas d'absence du Général, Chef de la Mission, le commandement de la Mission est exercé par l'officier des armes combattantes, le plus ancien dans le grade le plus élevé, qui, pour les absences de longue durée, recevra à cet effet un ordre de service du Général Chef de la Mission.

14.- Le Général Chef de la Mission Militaire Française et les officiers composant la Mission sont mis à la disposition du gouvernement fédéral pour la durée du présent contrat avec possibilité de résiliation individuelle après deux années de service effectif au Brésil (en principe le 31 Décembre 1929).

15.- Les membres de la Mission Militaire Française qui ne seraient pas officiers de l'Armée active, auront droit aux traitements et indemnités correspondant au grade qu'ils possèdent en France dans la Réserve ou dans l'Armée territoriale, avec, ainsi qu'il a été dit au § 11, droit au rang et prérogatives du grade supérieur.

1
2
2007

- 16.- Les Membres de la Mission Française (Officiers et Sous-officiers) doivent consacrer entièrement et uniquement leur temps au service du Gouvernement brésilien dans le cadre des emplois qu'ils peuvent exercer au titre de la Mission.
- 17.- Toute difficulté qui surgirait, à l'occasion du service, entre des officiers brésiliens et des Membres de la Mission Militaire Française, sera réglée par entente directe entre le Ministre de la Guerre et le Général Chef de Mission.
- 18.- Dans le cas où, à la suite de difficultés de l'ordre de celles qui sont prévues au § ci-dessus, des sanctions disciplinaires devraient être prononcées, soit par le Ministre de la Guerre brésilien, en ce qui concerne le personnel brésilien, soit par le Général Chef de Mission, en ce qui concerne le personnel français, chacune de ces autorités donnera à l'autre communication des sanctions qu'elle aura prises.
- 19.- Au cas où une enquête, d'ordre militaire, ouverte à la diligence des autorités brésiliennes, nécessiterait la déposition d'un membre de la Mission Militaire Française, cette déposition et tous éclaircissements qui seraient jugés nécessaires par l'autorité militaire brésilienne seraient fournis par écrit, et transmis par le Général Chef de Mission.

ARTICLE IV

COMPOSITION ET REPARTITION DE LA MISSION

20.- La Mission Militaire Française comprend :

- 1 Général Chef de Mission
 35 Officiers
 6 Sous-officiers.

21.- Dans l'intérêt du Service, la répartition des membres de la Mission sera la suivante :

1
 2
 2007

-a) Etat-Major du Chef de la Mission.-

Un Commandant ou Lt-Colonel Breveté - Chef d'Etat-Major;
 Deux officiers (Cap. ou Comdt.) d'Etat-Major, brevetés;
 Trois sous-officiers secrétaires-dactylographes (pour l'ensemble du service de la Mission)/

-b) Ecole d'Etat-Major et Cours de Révision.-

Un Commandant ou Lt-Colonel breveté - Directeur;
 Trois officiers (un par arme) (brevetés en principe) professeurs d'Infanterie, d'Artillerie et de Cavalerie.

-c) Ecole de Perfectionnement et Centres d'Instruction.-

Un Commandant ou Lt-Colonel breveté - Directeur;
 Deux officiers subalternes (un par arme) professeurs d'Infanterie et d'Artillerie;

Un officier du Génie (Cap. ou Comdt.) (professeurs communs aux
 Un officier du Génie (Cap. ou Comdt.) (diverses Ecoles et Centres
 (Services télégraphique) (d'Instruction.
 (et radiotélégraphique))

-d) Ecole Provisoire de Cavalerie.-

Un officier supérieur (breveté en principe) - Directeur;
 Un officier de cavalerie (en principe Capitaine) - Professeur de Cavalerie
 Un officier écuyer (officier subalterne du Cadre de SAUMUR) chargé de l'équitation.

-e) Ecole d'Aviation Militaire.-

Un officier supérieur (breveté) - Directeur;
 Un officier technicien, ingénieur d'aéronautique;
 Un officier subalterne d'aéronautique instructeur, spécialiste d'observation et de photographie aériennes;
 Un officier subalterne d'aéronautique instructeur, spécialiste de tir et bombardement aériens;
 Un officier subalterne d'artillerie, instructeur spécialiste du tir anti-aérien et de projecteurs contre avions.

.-NOTA.- Cet officier ne sera contracté qu'au moment où le Gouvernement brésilien jugera sa présence nécessaire.

1
2
2007

Un officier subalterne, moniteur spécialiste du tir aérien;
 Un officier subalterne, moniteur spécialiste de bombardement;
 Deux sous-officiers Adjudants d'Aéronautique - brevetés mécaniciens.

-f) Ecole du Service de Santé.-

Un Médecin Militaire (officier supérieur) - Directeur;
 Un Médecin Militaire (cap. ou Comdt.)-Adjoint.

-g) Ecole d'Intendance et d'Administration.-

Un Sous-Intendant Militaire (Officier supérieur) - Directeur;
 Un officier d'administration (Cap. ou Comdt) Adjoint.

NOTA.- Provisoirement et pour une période de deux années un second officier d'Administration destiné spécialement à assurer la mise en route des services prévus par le Service de l'Intendance Brésilienne.

-h) Ecole Vétérinaire.-

Un Vétérinaire Militaire (Cap. ou Commandant) - Directeur;
 Un Vétérinaire Militaire (officier subalterne) - Adjoint.
 Un sous-officier breveté Maître Maréchal.

-i) Ecole Militaire de REALENGO.-

Un officier (Cap. ou Comdt.) (Breveté en principe) chargé de coordonner l'ensemble de l'enseignement tactique;
 Un officier (off. subalterne) - spécialiste d'instruction physique.

-j) Service des Poudres.-

Un ingénieur des Poudres (Cap. ou Comdt.)- Directeur du Service;
 Un ingénieur chimiste (rang d'officier subalterne);
 Un ingénieur dessinateur (rang d'officier subalterne).

- NOTA.- Au moment de la mise en fonctionnement de l'usine d'explosifs de PIQUETE et de la construction de l'atelier de chargement d'obus, le Ministre de la Guerre du Brésil, d'accord avec le Général Chef de Mission, décidera du personnel supplémentaire nécessaire à demander alors au Gouvernement français.

1
2
2007

22.- Dans le tableau de répartition ci-dessus, les indications correspondant aux divers grades (dans l'armée française) doivent être entendues comme il suit :

- officier supérieur : en principe officier qui, au départ de France, aura grade ou rang de Commandant; en cas de promotion, pourra être Lt-Colonel, exceptionnellement Colonel.

- officier subalterne : officier ayant grade ou rang de Lieutenant ou Capitaine.

23.- Au fur et à mesure des résultats acquis, et, en tous temps dans l'intérêt du service, les fonctions attribuées ci-dessus aux différents membres de la Mission pourront être modifiées, par entente entre Mr. le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de la Mission, en vue d'assurer au mieux, le développement de l'instruction et l'organisation de l'Armée brésilienne.

24.- Si l'expérience fait ressortir l'utilité de compléter, de façon permanente ou temporaire, l'effectif des cadres prévus ci-dessus, des conventions particulières, à établir à cet effet par entente entre les deux gouvernements, feront l'objet d'annexes au présent contrat.

A R T I C L E IV

ROLE ET FONCTIONS DES MEMBRES DE LA MISSION.-

25.- GENERAL.- Le Général Chef de Mission est placé auprès du Chef d'Etat-Major de l'Armée Brésilienne comme assistant technique pour l'instruction et l'organisation; il collabore étroitement avec lui et doit être obligatoirement consulté sur toutes les questions d'instruction.

Seul responsable vis à vis du gouvernement brésilien, c'est lui qui assure normalement les relations directes de la Mission avec le Ministre et le Chef d'Etat-Major.

1
2
2007

Toutefois, sur la demande de ces derniers, il peut charger certains officiers de la Mission, jouant alors le rôle de conseillers techniques, d'étudier avec les autorités brésiliennes des questions de détail concernant leur spécialité.

26.- ETAT-MAJOR DE LA MISSION.- Le Chef d'Etat-Major et les officiers de l'Etat-Major de la Mission ont auprès du Général Chef de Mission les fonctions normales d'un Etat-Major en ce qui concerne aussi bien le fonctionnement intérieur de la Mission que les études effectuées pour le compte des autorités brésiliennes.

Dans le but de faciliter la collaboration étroite entre le Chef d'Etat-Major et le Chef de la Mission visée au § 25 ci-dessus (1er alinéa) les officiers de l'Etat-Major de la Mission peuvent, avec l'agrément du Chef d'Etat-Major, être appelés à collaborer aux travaux de l'Etat-Major de l'Armée.

A cet effet, de ces officiers, spécialement qualifiés par leurs fonctions ou stages antérieurs dans l'Armée française, l'un est accrédité auprès du 1er Bureau, un autre auprès du 4ème Bureau.

Sur la demande du Ministre ou du Chef d'Etat-Major, les officiers de l'Etat-Major peuvent être chargés de missions temporaires auprès des Etats-Majors des Régions. Il peut être fait appel également, pour ces missions, à/des officiers (en principe brevetés) autres que ceux de l'Etat-Major de la Mission.

27.- DEFINITION DE LA DIRECTION DES ECOLES.-

L'expression brésilienne de " Direcção Technica ", qui définit le rôle du Directeur Français de l'Instruction s'applique à la Direction Tactique et Technique en ce qui concerne l'ensemble de l'enseignement, étant bien entendu que toutes les questions d'administration, de discipline et de Commandement sont entièrement et uniquement réservées à l'autorité brésilienne.

1
2
2007

Cette définition s'applique à toutes les Ecoles où la Mission Française intervient en vertu du présent contrat. Elle s'appliquerait dans les mêmes conditions à toute Ecole ou Centre d'enseignement, non prévu actuellement, qui serait organisé dans l'avenir avec le concours d'officiers de la Mission.

28.- PERSONNEL DE L'AVIATION.-

1°/ L'officier supérieur breveté, a les attributions suivantes :

-a) Directeur technique de l'Instruction de l'Aviation. A ce titre, il est chargé :

- de la Direction générale de l'Instruction (Tactique et Technique) à l'Ecole d'Aviation Militaire;
- de l'enseignement du Cours de tactique générale et d'un cours de tactique aérienne à l'Ecole d'Aviation Militaire;
- de l'enseignement d'un cours de tactique aérienne à l'Ecole d'Etat-Major, ainsi que de cours et conférences dans les autres Ecoles où intervient la Mission Militaire Française.

-b) Eventuellement, conseiller technique pour les questions d'Aviation dans les conditions fixées au § 25 ci-dessus (dernier alinéa).

2°/ L'officier Technicien, Ingénieur d'Aéronautique est chargé :

- normalement, du cours de technique (aérodynamique, construction, entretien et réparation du matériel) aux officiers et hommes de troupes à l'Ecole d'Aviation Militaire.

- éventuellement, et suivant les instructions de l'officier supérieur Directeur, de toutes les études d'ordre technique (matériel, construction, entretien et réparation, ateliers, etc...).

- de conférences dans les autres Ecoles.

3°/ Les officiers instructeurs spécialistes :

- d'observation et de Photographie aériennes;
- du Tir et du Bombardement aériens;
- du Tir anti-aérien et de projecteurs,

et les deux officiers moniteurs :

- de Tir aérien;
- de Bombardement aérien,

1 2 2007

sont chargés :

- de l'instruction théorique et pratique de leur spécialité à l'Ecole d'Aviation Militaire;
- éventuellement de cours et conférences dans les autres Ecoles.

4°/ Les officiers aviateurs de la Mission, chargés de l'instruction aérienne, appartiendront obligatoirement au personnel navigant de l'Aéronautique française.

5°/ Les sous-officiers seront employés comme instructeurs adjoints au cours technique, en ce qui concerne la formation des officiers et hommes de troupe. Ils pourront, éventuellement, être utilisés comme guides de travaux après entente entre les autorités militaires brésiliennes et l'officier supérieur français Directeur.

29.- ECOLE MILITAIRE DE REALENGO.-

L'officier français (Cap. ou Comdt), est chargé ;

- de la coordination de l'ensemble de l'enseignement tactique (théorique et pratique);
- de l'enseignement de la tactique générale et de l'histoire militaire.

L'officier subalterne dirige et assure l'enseignement théorique et pratique de l'instruction physique. Il peut être éventuellement chargé de diriger l'instruction physique et de faire des conférences dans les autres Ecoles.

30.- PERSONNEL DU SERVICE DE SANTE.-

1°/- Le Médecin Militaire.- officier supérieur, Directeur, est chargé:

- a)- de la direction technique de l'enseignement à l'Ecole d'Application du Service de Santé, (et au cours Annexe de Perfectionnement);
- b)- de l'Enseignement du Cours de Service de Santé en Campagne au Cours de Perfectionnement;
- c)- de cours et conférences sur le service de santé en campagne à l'Ecole d'Etat-Major et dans les autres Ecoles;

1
2
2007

d)- il est en outre, éventuellement, conseiller technique pour toutes les questions relatives au Service de Santé, dans les conditions fixées au § 25 ci-dessus (dernier alinéa).

2°/- Le Médecin Militaire adjoint sera chargé :

- de cours et conférences à l'Ecole d'Application du Service de Santé (et au Cours Annexe de Perfectionnement);
- d'après les instructions du Médecin Directeur, d'études diverses concernant l'organisation et le fonctionnement du Service de Santé en Campagne;
- de cours ou conférences dans les autres Ecoles.

Il remplira en outre, les fonctions de Directeur des Etudes à l'Ecole d'Application (et au Cours Annexe).

3°/- L'Ingénieur Chimiste du Service des Poudres est chargé des cours de chimie dans les Ecoles dépendant du Service de Santé.(V. § 35 page 12).

NOTA.- En ce qui concerne les soins médicaux aux membres de la Mission et à leurs familles, voir § 56 article X.

31.- PERSONNEL DE L'INTENDANCE.-

- Le Sous-Intendant Militaire est chargé :
- de la Direction technique des Ecoles d'Intendance;
- de cours dans ces Ecoles;
- de cours ou conférences dans les autres Ecoles.

Enfin il est éventuellement conseiller technique en ce qui concerne les questions de sa spécialité dans les conditions fixées au § 25 ci-dessus (dernier alinéa).

L'Officier d'Administration adjoint est chargé de cours dans les Ecoles d'Intendance. En outre, il est à la disposition du Sous-Intendant Militaire pour les diverses études qu'il peut avoir à faire.

Le second officier d'Administration, contracté à titre provisoire, sera à la disposition du Sous-Intendant Militaire, tant pour les cours et conférences à faire dans les différentes Ecoles d'Intendance que pour les

1
2
2007

études d'organisation des services concernant sa spécialité.

32/- PERSONNEL DU SERVICE VÉTÉRINAIRE.-

Le Vétérinaire Militaire (Cap. ou Comdt) est chargé :

- de la direction technique de l'Ecole Vétérinaire;
- de cours et conférences à cette Ecole;
- éventuellement de conférences dans les autres Ecoles.

Il est en outre, éventuellement, conseiller technique pour toutes les questions se rapportant au Service Vétérinaire dans les conditions fixées au § 25 ci-dessus (dernier alinéa).

Le Vétérinaire Militaire adjoint est chargé :

- de cours et conférences à l'Ecole Vétérinaire;
- éventuellement, de cours et conférences dans les autres Ecoles.

Le Sous-officier breveté Maître Maréchal est chargé de l'instruction théorique et pratique de maréchalerie de l'Ecole Vétérinaire.

33.- SERVICE DES POUDRES.-

a)- L'Ingénieur des Poudres, Directeur du Service est chargé :

- d'études et de projets relatifs à la construction et au fonctionnement d'établissements de fabrication des poudres et explosifs;
- d'études diverses techniques qui lui sont demandées par la Direction du Matériel Bellico;
- de l'organisation et de la direction technique des cours de formation technique du personnel des poudres et de spécialistes des différentes armes ou services, et de l'enseignement de certains de ces cours.

Il est enfin, éventuellement, conseiller technique pour les questions de sa spécialité dans les conditions du § 25 ci-dessus (dernier alinéa).

b)- L'Ingénieur chimiste et l'Agent technique des poudres sont chargés :

- de cours et conférences pour le Personnel des Poudres et les spécialistes des diverses armes ou services;
- d'études techniques de leur spécialité;
- éventuellement de conférences dans les autres Ecoles.

1
2
2007

L'Ingénieur chimiste est en outre chargé, d'après les instructions du Médecin français Directeur, de cours spéciaux de chimie dans les Ecoles dépendant du service de santé. (§ 30 - 3°/ article V).

Eventuellement, et par entente entre les autorités brésiliennes et le Général Chef de Mission, les officiers du service des Poudres pourront être détachés pour des missions temporaires, dans des établissements brésiliens en construction ou en cours d'exploitation.

A R T I C L E VI

34.- TRAITEMENTS.-

1°/ Le traitement annuel des membres de la Mission Militaire est le suivant :

a)- Indemnités annuelles de mission fixées d'après le tableau ci-après et basées sur le grade de l'officier dans l'Armée française :

- Général, Chef de Mission	84	contos papier
- Colonel	60	"
- Lt-Colonel	54	"
- Commandant	48	"
- Capitaine	42	"
- Lieutenant	36	"
- Sous-Officiers { Mariés ou Adjudants. 18		"
" " (Célibataires) 15		"

b)- Indemnités annuelles de frais de service :

- Général, Chef de Mission	12	contos papier
- Chef d'Etat-Major de la Mission	2:400	\$ 000 "
- Directeurs de l'Ecole d'Etat-Major	2:400	\$ 000 "
de l'Ecole de Perfectionnement.	2:400	\$ 000 "
de l'Ecole de Cavalerie	2:400	\$ 000 "
de l'Ecole d'Aviation	2:400	\$ 000 "
- Directeurs des Cours:du Service de Santé	2:400	\$ 000 "
de l'Intendance	2:400	\$ 000 "

1 2 2007

du Service Vétérinaire	1:800 \$ 000 "
- officier détaché à l'Ecole Militaire	2:000 \$ 000 "

o)- Indemnités de vol aérien.-

A tous les officiers aviateurs brevetés, appartenant au personnel navigant de l'Aéronautique française, instructeurs à la Mission, ayant chaque semestre exécuté un minimum de 20 heures de vol effectif, il est alloué une indemnité forfaitaire annuelle de 2:400 \$ 000.

Cette indemnité sera payée par semestre (ou fraction de semestre) et à terme échu sur le vu d'un certificat délivré par le Général Chef de Mission, établissant les services aériens effectués.

2°/ Mode de paiement.-Les traitements et indemnités prévus ci-dessus commenceront à avoir effet à dater du 8 Septembre 1927 (inclus).

Les divers traitements et indemnités seront versés, à terme échu, aux intéressés à la fin de chaque mois; ils commenceront à courir du jour (inclus) du départ de France, jusqu'au jour (inclus) du débarquement en France.

3°/ DEPLACEMENTS.- Les membres de la Mission Militaire Française seront défrayés pendant la durée de leur séjour au Brésil, de toutes les dépenses de transport par voie ferrée ou bateau nécessitées par les déplacements qu'ils auront à effectuer pour le service, y compris le cas où ils auraient à se rendre en France pour le service du gouvernement brésilien; ils toucheront donc, outre leur solde et indemnités prévues dans les § précédents :

- 1°- leurs frais de transport par terre ou par mer;
- 2°- une indemnité journalière équivalente à celle accordée aux officiers brésiliens de grade correspondant au grade occupé par les officiers français dans l'Armée brésilienne.

4°- DROITS DE DOUANE ET REVENUS.-

a)- Les Membres de la Mission Militaire Française bénéficieront pendant leur séjour au Brésil de l'exonération de tous impôts présents et futurs (fédéraux ou locaux) sur leurs traitements et revenus.

b)- A dater de la mise en vigueur du présent contrat, les droits de douane afférents à tous objets réservés à leur usage ou consommation strictement personnels (membres de la Mission, femme et enfants) que le personnel de la Mission Militaire Française aurait à importer au Brésil seront payés ou remboursés au compte et par les soins du Ministère de la Guerre Brésilien.

Les conditions de détail du fonctionnement de cette organisation seront arrêtées par une convention établie entre le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de la Mission.

A R T I C L E VII

CONDITIONS DE DEPLACEMENT ET INDEMNITES PREVUES POUR LA VENUE AU BRÉSIL ET LE RETOUR EN FRANCE

37.- Avant de quitter la France, le personnel à destination de la Mission Militaire Française recevra par l'intermédiaire de l'Ambassade du Brésil à Paris :

a)- Le montant des frais de voyage de Paris à Rio de Janeiro, en chemin de fer et sur mer, en première classe pour les officiers, en deuxième classe pour les sous-officiers.

b)- une indemnité de première mise d'équipement et d'installation de :

7.500 frs pour le Chef de Mission.

5.000 frs pour les officiers supérieurs.

3.500 frs pour les officiers subalternes.

1.500 frs pour les sous-officiers.

38.- Le transport des mobiliers et bagages du personnel de la Mission (et de leur famille), tant par terre que par mer, ^{se} fera aux frais du gouvernement fédéral brésilien qui exemptera des droits de douane ces bagages et mobiliers.

Toutefois, sur demande individuelle, à l'exclusion et en remplacement de ces frais de transport de bagages et de mobiliers, le personnel

1
2
2007

de la Mission recevra à l'arrivée au Brésil une indemnité forfaitaire fixée à :

Officiers mariés (ou veufs avec enfant mineur).. 5 contos de reis.
 Officiers célibataires (ou veufs sans enfant).. 2 contos de reis.
 Sous-Officiers 1 contos de reis.

39.- Le personnel de la Mission aura droit au transport des familles (femme et enfants mineurs) aux frais du gouvernement fédéral, à l'aller et au retour, une fois seulement pendant la durée du séjour, en première classe pour les familles d'officiers, en seconde classe pour les sous-officiers.

40.- Pour le retour en France.- Les Membres de la Mission Militaire seront payés jusqu'au jour (inclus) de leur débarquement en France et recevront en outre leurs frais de voyage et de transport de bagages et de mobiliers jusqu'à Paris (y compris éventuellement le montant du forfait prévu ci-dessus - Art. VII - § 38.)

Les officiers pourront sur leur demande, bénéficier de cette clause au bout de deux années, s'ils rentrent en France définitivement.

41.- En cas de décès d'un militaire de la Mission ou d'un membre de sa famille, le gouvernement brésilien s'engage à assurer le transport du corps en France, au lieu de destination désigné par la famille et assurer le retour en France de la famille dans les conditions prévues aux § 38, 39, et 40 ci-dessus.

42.- Le rappel de traitement et d'indemnités dûs à l'arrivée au Brésil, ainsi que les paiements des Membres de la Mission avant leur départ définitif pour la France sont effectués, après demande individuelle adressée à Mr. le Ministre de la Guerre au Brésil, dans un délai maximum de 30 jours après l'arrivée et au moins 15 jours avant le départ.

43.- Les dates d'embarquement des Membres de la Mission quittant définitivement le Brésil, ainsi que les dates du départ de France du personnel (de remplacement ou destiné à pourvoir à des emplois nouveaux) ne sont pas obligatoirement fonction des dates du contrat. Elles seront fixées,

Pour chaque cas particulier, par entente entre Mr. le Ministre de la Guerre et le Général Chef de la Mission, de manière à assurer au mieux le fonctionnement des diverses Ecoles et Services.

A R T I C L E VIII

P E R M I S S I O N S

- 44.- A partir de la fin de la deuxième année de service au Brésil, le personnel de la Mission, accomplissant toute la durée du contrat, aura droit à un congé de quatre mois (voyage non compris).
Ce congé sera avec traitement.
- 45.- Le départ et l'absence du Brésil des membres de la Mission partant en permission seront réglés par entente entre Mr. le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de la Mission, de manière à assurer au mieux le fonctionnement des diverses Ecoles, Cours et Services.
- 46.- En principe, et surtout en ce qui concerne les officiers instructeurs dans les Ecoles, l'époque à laquelle ils pourront prendre leur permission devra coïncider, dans toute la limite possible, avec la période d'interruption des cours dans les Ecoles brésiliennes (Décembre-Mars).
- 47.- Si les nécessités du Service l'imposent, les droits acquis à permission des membres de la Mission peuvent être reportés d'une période de contrat sur une autre, et même au delà de la fin de tout contrat, le gouvernement brésilien conservant dans ce cas aux intéressés la plénitude des droits prévus au § 44 ci-dessus et article VII n° 40.
- 1 En tout état de cause, aucune permission même prise en fin de contrat, ne pourra dépasser une durée de 6 mois (voyages non compris).
- 2 2007 48.- Les Officiers et Sous-Officiers appartenant déjà ^à la Mission depuis au moins le 1er Septembre 1926, et qui seraient autorisés par le Gouvernement français à continuer à en faire partie auront droit de ce fait, à partir de la date de renouvellement du contrat (8 Septembre 1927), à

un congé supplémentaire dans les conditions prévues au § 44 ci-dessus, article VIII, sans préjudice du congé normal auquel leur donnera droit un nouveau séjour de quatre années au Brésil.

A R T I C L E IX

--

CONDITIONS DE RESILIATION.-

49.- Si pour un motif exceptionnel, la résiliation globale du présent contrat était demandée soit par les autorités fédérales, soit par le Gouvernement français, elle aurait lieu dans les conditions suivantes :

a)- Si la résiliation du contrat est demandée par le gouvernement brésilien, le rapatriement aura lieu dans les conditions fixées par le § 40 de l'article VII. En outre, les membres de la Mission auront droit à une indemnité équivalente à une année de traitement et indemnités indiqués à l'article VI (§ 34).

b)- dans le cas contraire, le gouvernement français devra payer les frais de voyage pour le retour en France du personnel de la Mission qui, dans ce cas, ne sera payé par les soins du gouvernement brésilien, dans les conditions prévues à l'article VI, que jusqu'au jour de l'embarquement (inclus).

50.- Si, pour un autre motif exceptionnel, le gouvernement français avait à rappeler un membre de la Mission, la mesure serait prise par entente entre les deux gouvernements, et le gouvernement français s'engagerait à remplacer à ses frais le membre rappelé.

51.- Au cas, où au cours du présent contrat le Général Chef de la Mission aurait, pour une question de service concernant la Mission, à provoquer auprès du Ministre de la Guerre français le retour en France de l'un des Membres de la Mission, celui-ci perdrait les droits visés à l'Article VII (§ 40). Son rapatriement et son remplacement seraient assurés aux frais et par les soins du gouvernement français.

52.- De son côté le Gouvernement Brésilien se réserve le droit de provoquer en quelque période que ce soit et d'accord avec le gouvernement

français, le remplacement d'un ou plusieurs membres de la Mission si l'intérêt général du service l'exige. Dans ce cas, les indemnités prévues pour le rapatriement et le remplacement seront à la charge du Gouvernement brésilien dans les conditions prévues à l'Article VII.

53.- Les officiers ayant demandé la résiliation individuelle de leur contrat au bout de deux ans, seront remplacés par le gouvernement français les indemnités prévues à l'article VII étant à la charge du gouvernement brésilien.

54.- En cas de maladie, régulièrement constatée, qui rendrait tout emploi au Brésil impossible, le rapatriement de l'un quelconque des membres de la Mission Militaire se ferait aux frais du Gouvernement fédéral dans les conditions prévues à l'Article VII.

A R T I C L E X

D I V E R S . -

55.- A/ AUTOMOBILES.- Pour son usage personnel, une automobile (grand modèle) est mise par le gouvernement brésilien à la disposition du Général Chef de Mission.

En remplacement des voitures automobiles affectées jusqu'ici au service de la Mission, tous les déplacements en automobile, nécessités par le service, des autres officiers de la Mission seront, à dater de la mise en vigueur du présent contrat, exécutés, par les soins et sous la responsabilité du service de transports automobiles du Ministère de la Guerre brésilien, sur demandes de l'Etat-Major de la Mission, en principe hebdomadaires, mais peuvent être modifiées, en cas de besoin, par des rectificatifs journaliers ou même par des demandes urgentes.

56.- B/- SERVICE MEDICAL.-

Le service médical des membres de la Mission Militaire Française (et de leurs familles) est assuré par le personnel médical de la Mission.

200

Au cas où l'état de santé des officiers et militaires de la Mission le rendrait nécessaire, ils seront (après accord entre le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de Mission) soignés soit à l'Hôpital Militaire, soit dans une clinique aux frais du gouvernement brésilien.

7.- C/- CAS D'ACCIDENT EN SERVICE COMMANDÉ.

a)- En cas d'accident en service commandé, le personnel de la Mission Française appartenant aux cadres actifs de l'armée française a droit, de la part du gouvernement français, aux pensions prévues pour eux (ou leurs ayant-droits), par les lois et la réglementation françaises en vigueur.

b)- Dans les mêmes circonstances, tout accident professionnel résultant de l'exercice même de la fonction occupée, et entraînant pour le moins l'impossibilité de continuer à servir au Brésil, donnera droit au personnel de la Mission n'appartenant pas aux cadres actifs de l'armée française, à une indemnisation forfaitaire globale versée par le gouvernement brésilien à l'intéressé ou à ses ayant-droits.

Suivant la nature et la gravité de l'accident cette indemnisation pourra varier de un an jusqu'à deux années du traitement qui, du fait du présent contrat, était allouée à l'intéressé au moment de l'accident.

L'importance de l'indemnisation sera décidée par le Ministre de la Guerre du Brésil, d'après les conclusions d'un rapport médical d'enquête établissant le degré d'invalidité plus ou moins définitive de l'intéressé.

Ce rapport médical d'enquête sera établi sous la présidence du Directeur du Service de Santé de la Guerre (ou de son représentant), par deux médecins :

- 1) un brésilien représentant le Ministre de la Guerre du Brésil ;
- 2) l'autre français désigné par le Général Chef de Mission.

Cette indemnisation sera alors payée aux intéressés (ou à leurs ayant-droits) dans les conditions prévues au § 42, article VII, pour le paiement au départ des différents traitements et indemnités.

58.- D/- AVIONS.-

Les officiers et sous-officiers de la Mission possesseurs d'un brevet de l'Aéronautique, pourront utiliser les avions de l'Ecole Militaire d'Aviation pour l'exécution des services aériens correspondant à leur spécialité.

59.- E/- ORDONNANCES.-

Le Général Chef de Mission et ses officiers auront droit, chacun pour leur service personnel, à un soldat ordonnance fourni par l'Armée brésilienne.

60.- F/- CHEVAUX.-

Il sera fourni par le Gouvernement brésilien un cheval d'armes à deux des officiers qui seront déterminés par accord entre le Ministre de la Guerre Brésilien et le Général Chef de la Mission.

Pour les besoins du service, des chevaux seront en outre fournis aux officiers qui n'en seraient pas détenteurs à titre permanent.

A R T I C L E X I

61.- En cas d'une guerre intéressant la France.- Le Ministre de la Guerre Français aura la faculté de rappeler les membres de la Mission par l'intermédiaire de l'Ambassade de France à RIO de JANEIRO. Dans ce cas le gouvernement brésilien devra libérer sans délai le personnel de la Mission.

Le rapatriement se ferait alors dans les conditions prévues par l'Article IX (49-b)-) dans le cas où le rappel serait demandé par le gouvernement français.

- Revues de troupes de la garnison à l'occasion de la prestation de serment des jeunes soldats nouvellement incorporés (13 et 22 Mai).

- Parade militaire en l'honneur de l'anniversaire de la Bataille de TUYUTI (24 Mai).

- Revue navale en l'honneur de l'anniversaire de la Bataille de RIACHUELO (11 Juin).

Enfin il faisait personnellement la visite d'un certain nombre d'établissements (Ecoles, Arsenaux, fabriques, etc...) dépendant des Ministères de la Guerre et de la Marine.

Cette activité, contrastant avec l'effacement exagéré du Président ARTHUR BERNARDES, ne pouvait produire que d'heureux résultats.

Quant au Ministre de la Guerre, le Général NESTOR SEZEPHEDO DOS PASSOS, on peut dire qu'il a répondu aux espoirs que l'on fondait sur lui. Calme, pondéré, travailleur acharné, il a remis de l'ordre dans les "Ecuries d'Augias" laissées par son prédécesseur. C'est une oeuvre obscure, pénible, qui a absorbé jusqu'ici une grande partie de son temps; mais cette première tâche accomplie, il n'est pas douteux que son activité s'exerce pour le bien et l'amélioration de l'Armée. Il semble bien jusqu'ici qu'il travaille en parfaite confiance avec le Président qui tient compte de ses avis et l'appuie de son autorité.

B.- L'Oeuvre de la Mission.-

En ce qui concerne particulièrement la Mission, nous avons bénéficié de cet heureux état de choses.

On peut dire que, d'une façon générale, le Ministre de la Guerre s'est efforcé, dans la mesure où il le pouvait, à faciliter le rôle de la Mission, et à faire aboutir les desiderata qu'elle avait exprimés.

Le Cabinet du Ministre, composé d'officiers choisis par lui, et qui disposent de sa confiance, s'applique aussi à collaborer activement avec nous.

.....

Ainsi que je vous l'ai déjà signalé, on ne peut malheureusement en dire autant du Chef d'Etat-Major. Dans bien des cas, cette collaboration est pénible. Toutefois l'appui donné par le Ministre résout en général les difficultés, d'autant que la plupart des officiers de l'Etat-Major de l'Armée, nos anciens élèves, ne demandent qu'à nous aider.

Pour fixer les choses, je vais parcourir rapidement les organes divers de la Mission Militaire, en spécifiant les résultats obtenus.

- a)- Etat-Major de la Mission. Ainsi que je vous l'ai déjà signalé, notre intention - qui est d'ailleurs celle du Ministre - était d'obtenir une intercommunication plus intime entre l'Etat-Major de l'Armée et l'Etat-Major de la Mission, en particulier en ce qui concerne:

- le 1^{er} Bureau - étude des questions de mobilisation;
- le 4^e " " " " de transports.

Ces desiderata ont d'ailleurs fait l'objet d'un paragraphe spécial (N° 25) du Projet de renouvellement du Contrat.

Dans la pratique, ce travail en liaison n'a commencé que pour le 4^e Bureau. Le Commandant JASSERON a été accrédité à ce Bureau: il en a dressé un plan de réorganisation et a commencé la période des études. Il doit partir dans quelques jours, avec le Chef d'Etat-Major, pour un voyage de reconnaissance d'ensemble de la valeur des voies ferrées de SÃO PAULO vers la frontière Sud du Brésil.

- b)- Ecole d'Etat-Major. Cette Ecole fonctionne bien: elle a été délivrée du poids mort que représentait la présence d'officiers supérieurs peu préparés à suivre un Cours de Révision (un Cours d'officiers supérieurs a été créé à l'Ecole de Perfectionnement).

Cette année, pour la première fois, et en dehors de la manœuvre de Cadres d'Armées annuelle, l'Ecole d'Etat-Major exécutera sur le terrain une manœuvre de Cadre de Division dans la région de SÃO PAULO.

-c)...

- c) - Ecole de Perfectionnement. -

Durant les dernières années, le fonctionnement de l'Ecole de Perfectionnement avait été presque absolument entravé par l'absence de troupes mises à sa disposition pour l'instruction.

Grâce à l'appui du Ministre de la Guerre (et, il faut l'ajouter, à la bonne volonté du Général COUTINHO, Commandant la 1^{re} Division d'Infanterie), le Directeur des études de l'Ecole de Perfectionnement a cette année à sa disposition:

- 1 Bataillon d'Infanterie;
- 1 Batterie d'Artillerie montée;
- 1 " " " de montagne;
- 1 Bataillon du Génie.

Sans doute, il y a beaucoup à dire au point de vue de l'instruction de ces troupes, de leur encadrement, et du matériel dont elles disposent. Néanmoins, il y a un progrès réel qu'il serait injuste de ne pas signaler.

Ainsi que je vous l'ai indiqué ci-dessus, un Cours d'officiers supérieurs a été ouvert cette année à l'Ecole de Perfectionnement.

L'instruction de ces officiers est faible: mais ils semblent disposés à travailler.

- d) - Ecole Provisoire de Cavalerie. Malheureusement, sur ce point, les progrès sont beaucoup moins accusés, et la situation actuelle encore assez précaire.

Sans doute l'Ecole de Cavalerie a été tout entière réunie à la VILLA MILITAR - et un corps de troupe (15^e Régiment de Cavalerie réduit à 1 Escadron) mis à sa disposition (casernement, hommes, chevaux).

Mais il manque encore à ce Régiment et des hommes, et surtout des chevaux. Un achat de 200 chevaux a été fait récemment dans le Sud du Brésil, mais il est douteux, étant donné la durée de transport nécessaire, que ces chevaux soient utilisables dans le Cours de cette année. C'est d'autant plus regrettable que l'ensemble des officiers-élèves à l'Ecole de Cavalerie montre un zèle et une ardeur au travail qui mériteraient mieux.

-e)....

- e) - Ecole D'Aviation.-

Les précédents rapports vous ont tenu au courant de l'oeuvre très sérieuse réalisée au point de vue Aviation.

- Loi créant l'arme de l'Aviation et ouvrant des crédits de 30.000 contos à répartir sur 5 années;
- Achat du matériel de première urgence (voir rapport n° 60 du 18 Février).

Depuis ont été signés des Décrets d'application:

- établissant le statut de l'Aviation militaire;
- créant la Direction de l'Aviation;
- fixant le Règlement de l'Ecole d'Aviation.

L'Ecole a été ouverte avec comme élèves:

- 1°- les aviateurs déjà existants;
- 2°- 8 élèves de l'Ecole Militaire volontaires;
- 3°- 45 sous-officiers.

Le Commandant de l'Ecole d'Aviation, qui s'était montré peu favorable à l'action de la Mission, a été remplacé par ordre du Ministre.

C'est un début modeste, mais qui permet d'envisager pour l'avenir un développement intéressant qui, je pense, se dessinera dès le début de l'année 1928.

- f) - Ecoles et Service de l'Intendance.-

Les Ecoles (3 cours: d'intendants, d'officiers d'administration, d'officiers comptables) fonctionnent normalement.

Ainsi que je vous l'ai signalé, le Ministre se préoccupe de créer, dès cette année, un service des Subsistances centralisé, qui constituera un progrès sérieux.

D'autre part il vient de demander à l'Intendant BUCHALET, de la Mission, d'établir un Règlement Général des Réquisitions Militaires et Maritimes.

- g) - Ecoles du Service de Santé. -

Je vous ai déjà signalé (Rapport n° 18 du 14 Janvier) le vote de la Loi créant, à partir de 1927 une Ecole d'Application du

.....

Service de Santé brésilien destiné à assurer le recrutement des Médecins militaires.

Cette Ecole est en voie d'organisation en ce moment et la Direction du Service de Santé Brésilienne a déployé une activité louable, en liaison avec le Médecin Principal MARLAND de la Mission, pour cette organisation.

L'Ecole doit s'ouvrir le 1^{er} Juillet. Les examens d'entrée se passent actuellement: un grand nombre de jeunes médecins se sont présentés. C'est un très bon début.

- h) - Ecole Vétérinaire. - Continue à fonctionner normalement.

- i) - Service des Poudres. -

Après des lenteurs considérables dues, d'une part à la mise en train (toujours longue ici) - d'autre part à l'état de choses néfaste créé par le précédent Gouvernement, nos poudriers sont entrés en collaboration active avec la Commission brésilienne de construction de l'usine de Trotyl. La permanence sur les lieux (Fabrique de poudres sans fumée de PIQUETE - Etat de S. PAULO) de deux membres de notre Mission: Mr. MORAS, Agent Technique, et Mr. TERNY dessinateur, a permis de hâter les travaux. L'infrastructure des premiers ateliers est déjà achevée et les constructions vont commencer.

C O N C L U S I O N S

Ces six mois ont été féconds. Sans doute, il y a encore beaucoup à faire, bien des choses à mettre au point. Mais si l'on tient compte:

- d'une part de la désorganisation causée par le Gouvernement et le Ministre de la Guerre précédents;
- d'autre part, du temps considérable, toujours nécessaire ici pour réaliser quoi que ce soit;

....

on doit constater que les dirigeants actuels ont fait un effort sérieux. Dans la période de 4 années que prévoit le projet de renouvellement du contrat que je vous ai transmis, on peut espérer, si rien ne change, que la Mission pourra faire oeuvre utile.

Aussi ai-je cru de mon devoir de vous signaler les personnalités qui nous avaient particulièrement aidés et de vous adresser (par la même valise) un certain nombre de propositions pour récompenses honorifiques.

II.....

II.- PERSONNEL D'AVIATION.

- 5

Par télégramme n° 82 en date du 11 Mai 1927 je vous ai demandé de vouloir bien mettre en route les Capitaines ROBINI et TERRASSON, et surseoir au contraire à l'envoi du Capitaine LETE et du Lieutenant VAUTHIER.

Cette demande, faite d'accord avec le Général NESTOR PASSOS, Ministre de la Guerre, est motivée par la situation actuelle de l'Ecole d'Aviation. Les mesures de réorganisation ont exigé, en effet, un temps plus long qu'il n'avait été prévu, et les formalités relatives à la réunion des fonds nécessaires à la première commande de matériel viennent seulement d'être terminées.

Dans ces conditions les avions nouveaux dotés d'armement ne devant arriver qu'à la fin de l'année il est impossible, faute de moyens, de faire fonctionner actuellement le cours de Tir et de Bombardement, et de ce fait la venue des instructeurs français correspondant à cette spécialité, ne s'impose plus avec la même urgence.

D'autre part, le retard apporté à la mise en application des mesures nouvelles de constitution de l'Aviation Militaire brésilienne, n'a pas permis de donner, cette année, à l'Ecole son plein développement et, en particulier de recruter le nombre d'élèves sur lequel nous comptons tout d'abord.

Il en résulte que, provisoirement, les deux Officiers dont je vous demande la mise en route immédiate suffiront pour assurer l'enseignement du cours actuel, compte tenu, bien entendu, de la venue, dans un avenir aussi peu éloigné que possible, de l'Ingénieur technicien dont la désignation conserve son caractère d'urgence. Pour les deux autres, l'on peut attendre.

Ce délai supplémentaire peut, d'ailleurs, être un avantage, s'il permet de rechercher avec plus de certitude des Officiers susceptibles d'apporter à l'influence française au Brésil tout l'appui désirable. Etant donné les conditions très particulières dans lesquelles se trouve la Mission Militaire, - en particulier en ce qui concerne l'Aviation pour laquelle la concurrence étrangère est extrêmement âpre - il semble avantageux que je puisse éventuellement donner mon avis, sur les chances de réussite d'un personnel appelé à agir dans des conditions si différentes de la vie militaire d'une unité française, conditions dont l'originalité ne peut être

- 6

réellement connus que de ceux qui ont eu le loisir de l'étudier sur place.

En conséquence, si vous estimez que cette manière d'agir est conforme à l'intérêt français, et si vous le jugez possible, je vous serais reconnaissant de vouloir bien me communiquer les dossiers des Officiers susceptibles de remplir les deux places d'Aviation laissées provisoirement vacantes à la Mission.

Par ailleurs, toutes les études relatives à la réorganisation de l'Ecole d'Aviation étant actuellement terminées, d'accord avec l'Etat-Major de l'Armée, et les ressources en personnel instructeur brésilien disponible étant connues avec précision, je peux fournir en ce qui concerne la désignation de ces deux Officiers des indications plus complètes, susceptibles de mieux éclairer le choix en ce qui les concerne.

Le plus ancien doit être en mesure d'organiser pratiquement et de professer théoriquement le cours de tir et de bombardement aériens de l'Ecole d'Aviation. En dehors de la pratique qu'il doit posséder, il est indispensable, au point de vue brésilien, qu'il soit en mesure de s'imposer en ce qui concerne l'enseignement des connaissances théoriques susceptibles de former de véritables techniciens du tir; sinon, étant donné l'esprit critique et l'instruction mathématique supérieure développés des Officiers brésiliens, un échec regrettable est à redouter. Parmi les candidats il semblerait donc indiqué de donner la préférence à ceux dont les aptitudes intellectuelles et l'instruction générale offrent toutes les garanties désirables, même si leur connaissance pratique du problème à résoudre n'est pas absolument parfaite. Pour remédier à cette imperfection, il serait possible d'ailleurs de prévoir, pour le candidat désigné, un stage de perfectionnement de 3 ou 4 mois à l'Ecole de CAZAUX.

Le moins ancien devrait posséder des connaissances théoriques et pratiques lui permettant de professer un véritable cours de navigation aérienne; grâce à son ancienneté plus faible il serait également utilisé comme adjoint du cours de tir et de bombardement.

D'ores et déjà, il me semble devoir vous signaler que le Commandant Henri JAUNEAUD alors qu'il commandait l'aéronautique du 35^e C.A. a eu sous ses ordres le Capitaine LETE, commandant d'escadrille. Tout en rendant

Documento 5: contrato da MMF de 1932.

C O N T R A T
 ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FEDERALE DES ETATS-UNIS DU BRESIL
 et le
 GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE FRANCAISE
 relatif à la
 MISSION MILITAIRE FRANCAISE AU BRESIL.

Art.1 - A la demande du Gouvernement Brésilien, une Mission Militaire Française est maintenue en fonctions pour une période de deux années (du 1^{er} Janvier 1932 au 31 Décembre 1933) avec la composition et dans les conditions de détail fixées ci-après.

A l'expiration du présent Contrat, la Mission Militaire Française pourra être maintenue en fonctions, en tout ou partie à charge par le Gouvernement Brésilien d'informer le Gouvernement Français, au moins six mois à l'avance, de son intention de renouveler la Mission ainsi que des modifications qu'il désirerait alors y voir apporter.

CHAPITRE I

CLAUSES GENERALES

Art.2 - La Mission Militaire Française relève uniquement du Ministre de la Guerre de la République des Etats-Unis du Brésil, par l'intermédiaire du Général Chef de Mission.

Art.3 - Ses Membres sont employés à toutes les questions d'intérêt militaire et en particulier à celles concernant l'organisation et l'instruction dans les postes qui leur sont attribués par le Chef de Mission d'accord avec le Ministre de la Guerre du Brésil.

Art.4 - Pendant la présence de la Mission Militaire Française, le Gouvernement Brésilien s'engage à ne contracter aucune Mission étrangère dans un but militaire, sauf des techniciens pour les fabriques, arsenaux et Service Géographique de l'Armée

Art.5 - Dans le cas où ce Gouvernement désirerait s'affranchir de la clause ci-dessus et où des Etats de la Fédération Brésilienne engageraient pour l'instruction ou l'organisation de leur Force Publique, une Mission de nationalité étrangère, le présent Contrat pourrait être résilié par le Gouvernement français, mais, avec toutes les obligations prévues à l'art.37 § a., à la charge du Gouvernement Brésilien.

Art.6 - Le Gouvernement Brésilien donnera la préférence à l'industrie française dans ses commandes de matériel de guerre à la condition que, à égalité de valeur technique, ce matériel puisse être livré à des prix identiques à ceux proposés par une autre puissance et dans les mêmes délais. Ces commandes seront, en tout état de cause, soumises aux lois administratives brésiliennes.

CHAPITRE II

Art.7 - Les Officiers de la Mission porteront au Brésil, l'uniforme de l'Armée française; ils auront dans l'Armée brésilienne le grade supérieur à celui qu'ils occupent en France, ils en porteront les insignes sur leurs uniformes.

Art.8 - Le Général Chef de Mission aura rang de Général de Division. Dans les cérémonies publiques, il prendra rang, avec les Officiers de son Etat-Major, immédiatement après le Chef d'Etat-Major de l'Armée Brésilienne.

Les autres Officiers de la Mission prennent rang avec les Officiers du même grade que celui qu'ils occupent dans l'Armée brésilienne.

Art.9 - En cas d'absence du Général Chef de Mission, le Commandement de la Mission est exercé par l'Officier des armes combattantes le plus ancien dans le grade le plus élevé, qui, pour les absences de longue durée, recevra à cet effet un Ordre de Service du Général Chef de Mission.

Art.10 - Le Général Chef de la Mission Militaire Française, les Officiers et les Sous-Officiers composant la Mission sont (dans les conditions d'arrivée et de départ prévues à l'art.31) mis à la disposition du Gouvernement Fédéral en principe pour la durée du présent Contrat; sauf les deux Officiers suivants: Directeur de l'Instruction de l'Education Physique; Instructeur d'équitation à l'Ecole de Cavalerie; qui (sauf préavis de maintien ultérieur communiqué 3 mois à l'avance) ne sont contractés que pour un an (jusqu'à fin 1932).

Art.11 - Les Membres de la Mission Française (Officiers et Sous-Officiers) doivent consacrer entièrement et uniquement leur temps au service du Gouvernement Brésilien dans le cadre des emplois qu'ils peuvent exercer au titre de la Mission.

Art.12 - Toute difficulté qui surgirait, à l'occasion du service, entre des Officiers brésiliens et des Membres de la Mission Militaire Française, sera réglée par entente directe entre le Ministre de la Guerre et le Général Chef de Mission.

Art.13 - Dans le cas où, à la suite de difficulté de l'ordre de celles qui sont prévues à l'article ci-dessus, des sanctions disciplinaires devraient être prononcées, soit par le Ministre de la Guerre brésilien (en ce qui concerne le personnel brésilien), soit par le Général Chef de Mission (en ce qui concerne le personnel français) chacune de ces autorités donnera à l'autre communication des sanctions qu'elle aura prises.

Art.14 - Au cas où une enquête, d'ordre militaire, ouverte à la diligence des autorités brésiliennes, nécessiterait la déposition d'un Membre de la Mission Militaire, cette déposition et tous éclaircissements qui seraient jugés nécessaires par l'autorité militaire brésilienne, seraient fournis par écrit et transmis par le Général Chef de Mission.

CHAPITRE III

- 4

COMPOSITION & REPARTITION DE LA MISSION

Art.15 - La Mission Militaire Française comprend:

- 1 Général Chef de Mission,
- 17 Officiers (dont 2 pendant 1 an),
- 2 Sous-Officiers.

Art.16 - La répartition initiale des Membres de la Mission sera la suivante:(Rem.)

a) Etat-Major de la Mission:

- Un Chef d'Etat-Major; Commandant ou Lt.Colonel breveté;
- Deux Officiers d'Etat-Major (Capitaine ou Commandant) brevetés;
- Deux Sous-Officiers secrétaires-dactylographes (pour l'ensemble du service de la Mission).

b) Ecole d'Etat-Major:

- Un Directeur des Etudes - Lt.Colonel ou Colonel d'Infanterie breveté;
- Quatre Officiers (un par armes) Capitaines ou Commandants (brevetés en principe) professeurs d'Infanterie, d'Artillerie, de Cavalerie et de Tactique Aérienne.

c) Ecole de Perfectionnement des Officiers:

- Un Directeur de l'Instruction - Commandant ou Lt.Colonel d'Infanterie breveté;
- Un Officier adjoint;Capitaine ou Commandant du Génie, instructeur du Génie et également chargé de l'instruction tactique et technique des transmissions au Centre des Transmissions, ainsi que dans les autres Ecoles où intervient la Mission.

(Rem.)- Les grades des Officiers indiqués par l'art.16, sont les grades français des Membres de la Mission.

d) Ecole de Cavalerie:

- Un Directeur de l'Instruction - Capitaine ou Commandant de Cavalerie;
- Un Officier écuyer - Lieutenant ou Capitaine de Cavalerie - Chargé de l'Instruction de l'équitation - contracté pour un an.

e) Ecole d'Aviation Militaire:

L'Officier aviateur breveté, professeur de tactique aérienne à l'Ecole d'Etat-Major, sera personnellement chargé à l'Ecole d'Aviation Militaire ~~dans cette Ecole~~ de l'enseignement des cours de Tactique générale, de tactique aérienne et, éventuellement, des cours concernant l'emploi militaire de l'Aviation selon accord à intervenir entre le Chef d'Etat-Major de l'Armée et le Général Chef de Mission.

f) Ecole Militaire de REALENGO:

- Un Directeur de l'Instruction - Capitaine ou Commandant d'Infanterie breveté - chargé de la direction générale de l'Instruction militaire (théorique et pratique) dans cette Ecole.

g) Education Physique:

- Un Directeur de l'Instruction - Capitaine spécialiste d'Education Physique (contracté pour un an), chargé de la direction d'ensemble de cette instruction dans les différents Centres ou Ecoles Militaires où se pratique l'Education Physique.

h) Ecole d'Intendance et d'Administration:

- Un Directeur des Etudes - Intendant Militaire ~~de 3^e classe~~ ^(Commandant ou 2^e Colonel) - spécialement chargé:
 - de la direction de l'enseignement (Cours d'Intendance et d'Administration - Cours du service d'Intendance en campagne);
 - de Cours et Conférences à l'Ecole d'Etat-Major et éventuellement dans d'autres Ecoles.

1) Ecole du Service de Santé:

- Un Directeur des Etudes - Médecin Militaire Commandant - spécialement chargé:
- de la direction de l'Enseignement (~~Cours d'Application et Cours de Perfectionnement, Cours de Service de Santé en Campagne~~),
- de Cours et Conférences à l'Ecole d'Etat-Major et éventuellement dans d'autres Ecoles.

j) Ecole Vétérinaire:

- Un Directeur des Etudes - Vétérinaire Militaire Capitaine spécialement chargé:
- de la direction de l'enseignement;
- de Cours et conférences dans cette Ecole;
- éventuellement de conférences dans d'autres Ecoles.

Art.17 - Les fonctions attribuées ci-dessus aux différents Membres de la Mission pourront, en tout temps dans l'intérêt du Service, être modifiées, par entente entre M. le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de la Mission, en vue d'assurer au mieux, le développement de l'instruction et l'organisation de l'Armée brésilienne.

Art.18 - Si l'expérience fait ressortir l'utilité de compléter, de façon permanente ou temporaire, l'effectif des cadres prévus ci-dessus des conventions particulières, à établir à cet effet par entente entre les deux Gouvernements feront l'objet d'annexes au présent Contrat.

CHAPITRE IV

ROLE & FONCTIONS DES MEMBRES DE LA MISSION

Art.19 - GENERAL - Le Général Chef de Mission est placé auprès du Chef d'Etat-Major de l'Armée brésilienne comme assistant technique pour toutes les questions d'ordre militaire et en particulier pour l'instruction et l'organisation; il collabo-

re étroitement avec lui et doit être consulté sur toutes les questions d'instruction.

Soul responsable vis à vis du Gouvernement brésilien, c'est lui seul qui assure normalement les relations directes de la Mission avec le Ministre et le Chef d'Etat-Major.

Toutefois, sur la demande de ces derniers, il peut charger certains Officiers de la Mission, jouant alors le rôle de conseillers techniques, d'étudier avec les autorités brésiliennes certaines questions de détail concernant leur spécialité.

Art.20 - Etat-Major de la Mission - Le Chef d'Etat-Major et les Officiers d'Etat-Major de la Mission ont auprès du Général Chef de Mission les fonctions normales d'un Etat-Major en ce qui concerne aussi bien le fonctionnement intérieur de la Mission que les études effectuées pour le compte des autorités brésiliennes.

Dans le but de faciliter la collaboration étroite entre le Chef d'Etat-Major de l'Armée et le Chef de la Mission visés à l'article 19 ci-dessus (1^o alinéa), les Officiers de l'Etat-Major de la Mission peuvent, avec l'agrément du Chef d'Etat-Major de l'Armée, être appelés à collaborer aux travaux de l'Etat-Major de l'Armée.

A cet effet, de ces Officiers, spécialement qualifiés par leurs fonctions ou stages antérieurs dans l'Armée française, l'un est particulièrement accrédité auprès du 1^o Bureau, un autre auprès du 4^o Bureau.

Sur la demande du Ministre ou du Chef d'Etat-Major, les Officiers de l'Etat-Major peuvent, de plus, être chargés de missions temporaires auprès des Etats-Majors de Régions. Il peut être fait appel également, pour ces missions, à des Officiers autres que ceux de l'Etat-Major de la Mission.

Art.21 - Définition de la Direction des Etudes ou de l'Instruction des Ecoles:

Les fonctions du Directeur français des Etudes ou de l'Instruction, concernent uniquement la Direction Tactique et

éventuellement Technique de l'ensemble de l'enseignement ou de l'Instruction d'une Ecole, étant bien entendu que toutes les questions d'administration, de discipline et de Commandement sont entièrement et uniquement réservées à l'autorité brésilienne.

Cette définition s'applique à toutes les Ecoles où la Mission Française intervient en vertu du présent Contrat. Elle s'appliquerait dans les mêmes conditions à toute Ecole ou Centre d'enseignement, non prévu actuellement, qui serait organisé dans l'avenir avec le concours d'Officiers de la Mission.

CHAPITRE V

TRAITEMENTS & INDEMNITES

Art.22 - 1°) Le traitement annuel des Membres de la Mission Militaire est le suivant:

a) Indemnités annuelles de mission fixées d'après le tableau ci-après basées sur le grade de l'Officier dans l'Armée française:

- Général, Chef de Mission	84 contos
- Colonel	60 contos
- Lieutenant-Colonel	54 contos
- Commandant	48 contos
- Capitaine	42 contos
- Lieutenant	36 contos
- Sous-Officiers { Mariés ou Adjudants	21 contos
{ Célibataires.	18 contos

b) Indemnités annuelles de fonctions:

-Général Chef de Mission	12:000\$000
-Chef d'Etat-Major de la Mission	2:400\$000
-Directeur des Etudes Ecole d'Etat-Major -	2:400\$000
-Directeur Instruction Ecole de Perfectionnement.	2:400\$000

1
2
2007

- Directeur Instruction Ecole de Cavalerie. . . 2:400\$000
- Directeur Instruction Ecole Militaire . . . 2:400\$000
- Directeur des Etudes Ecole Service de Santé 2:400\$000
- Directeur des Etudes Ecole d'Intendance . . 2:400\$000
- Directeur des Etudes Ecole Vétérinaire . . 1:800\$000

NOTA - Chaque année une somme de 1:200\$000 papier est mise à la disposition du Général Chef de Mission pour assurer le paiement des petites dépenses diverses de la Mission.

2°/ Mode et conditions de Paiement:

- a) Les indemnités prévues ci-dessus auront effet à dater du 1^o Janvier 1932.

Ces diverses indemnités seront versées, à terme échu aux intéressés à la fin de chaque mois; elles commenceront à courir du jour (inclus) du départ de France, jusqu'au jour (inclus) du débarquement lors de leur retour définitif en France.

- b) Les indemnités prévues ci-dessus seront toujours payées en milreis papier.

- c) Cependant dans le cas où les variations du change entraîneraient la dévalorisation du milreis papier par rapport au franc, à un cours inférieur à celui qu'il avait lors de la date de la mise en vigueur du présent Contrat, les indemnités prévues au § 1 (a et b) du présent article continueront à être payées en milreis papier, mais sur la base du cours du change officiel sur la place de RIO de JANEIRO à la date de la mise en vigueur du présent contrat, c'est-à-dire:

0 mil 634 reis = 1 franc français

NOTA - Dans un but de simplification, la mesure envisagée à l'alinéa c) ci-dessus, ne jouera que lorsque la dépréciation du milreis (par rapport au franc) atteindra au moins cinq points, c'est-à-dire lorsque:

1 franc = 0 mil 639 reis.

REMARQUE - Le calcul des sommes à payer éventuellement à chaque intéressé, en vertu des dispositions ci-dessus, sera effectué pratiquement de la façon suivante:

- Convertir d'abord en francs sur la base de:

1 milreis = 1 franc 577 (valeur correspondant au change de 0 mil 634 reis)

le montant de la somme en milreis papier revenant à chaque intéressé;

- Retransformer ensuite en milreis papier le total de francs ainsi obtenu en le multipliant par la valeur en reis du franc telle qu'elle sera officiellement fixée le premier jour bancaire utile à partir du 15 de chaque mois.

Art. 23 - Déplacements - Les Membres de la Mission Militaire Française seront défrayés pendant la durée de leur séjour au Brésil, de toutes les dépenses de transport par automobile, voie ferrée ou bateau nécessitées par les déplacements qu'ils auront à effectuer pour le service, y compris le cas où ils auraient à se rendre en France pour le service du Gouvernement brésilien. Ils toucheront donc éventuellement, outre leur solde et indemnités prévues dans les § précédents:

- 1°/ leurs frais de transport par terre et par mer;
- 2°/ une indemnité journalière équivalente à celle accordée aux Officiers de grade correspondant au grade occupé par les Officiers français dans l'Armée brésilienne.

Art. 24 - DROITS DE DOUANE & REVENUS -

Sur réquisition signée du Chef de Mission, les Membres de la Mission Militaire Française bénéficieront, pendant toute la durée de leur service à la Mission, de l'exonération de tous droits de douane afférents à tous objets réservés à

leur usage ou consommation strictement personnels (Membres de la Mission, femmes et enfants) qu'ils auraient à importer au Brésil.

Les Membres de la Mission seront également exempts des impôts de toute nature - présents et futurs - sur leurs traitements et indemnités.

CHAPITRE VI

- 10

 CONDITIONS DE DEPLACEMENT & INDEMNITES PREVUES
 POUR LA VENUE AU BRÉSIL & LE RETOUR EN FRANCE

Art. 25 - Avant de quitter la France, le personnel à destination de la Mission Militaire Française recevra par l'intermédiaire de l'Ambassade du Brésil à PARIS:

- a) le montant des frais de voyage de PARIS à RIO de JANEIRO, en chemin de fer et sur mer, en première classe pour les Officiers, en deuxième classe pour les Sous-Officiers.
- b) une indemnité de première mise d'équipement et d'installation de:
 - 7.500 francs pour le Chef de Mission;
 - 5.000 francs pour les Officiers supérieurs;
 - 3.500 francs pour les Officiers subalternes;
 - 1.500 francs pour les Sous-Officiers.

Art. 26 - Le transport des mobiliers et bagages du personnel de la Mission (et de leur famille), par terre et par mer, se fera aux frais du Gouvernement brésilien, qui, tant à l'arrivée qu'au départ, exonérera de tous droits de douane ces bagages et mobiliers.

Toutefois, sur demande individuelle, à l'exclusion et en remplacement du remboursement de ces dépenses de transport de bagages et de mobiliers, le personnel de la Mission recevra à l'arrivée ainsi qu'au départ définitif du Brésil une indemnité forfaitaire fixée à:

- Officiers mariés (ou veuf avec enfants mineurs). 15.000 Frs ^(A)
- Officiers célibataires (ou veuf sans enfant) . . . 6.000 Frs ^(A)
- Sous-Officiers 3.000 Frs ^(A)

qui sera payée en milreis papier au change du jour de l'établissement de la demande.

(A) Trans français de la Loi de Stabilisation de 1938

- 45
- Art.27 - Le personnel de la Mission aura droit au transport des familles (femme et enfants mineurs) aux frais du Gouvernement fédéral, à l'aller et au retour, une fois seulement pendant la durée du séjour (en première classe pour les familles d'Officiers, en seconde classe pour les Sous-Officiers).
- Art.28 - Pour le retour en France - Les Membres de la Mission Militaire seront payés jusqu'au jour (inclus) de leur débarquement en France et remboursés de leurs frais de voyage par mer et par terre ainsi qu'éventuellement de leurs frais de transport de bagages et de mobiliers jusqu'à PARIS; sur leur demande, en effet et dans les conditions prévues à l'article 26, ils recevront, au moment de leur départ du Brésil, le montant du forfait fixé par cet article.
- Art.29 - En cas de décès d'un militaire de la Mission ou d'un Membre de sa famille, le Gouvernement brésilien s'engage à assurer le transport du corps en France, au lieu de destination désigné par la famille et le rapatriement de cette dernière dans les conditions prévues aux articles 26, 27 et 28 ci-dessus.
- Art.30 - Le rappel de traitement et d'indemnités dus à l'arrivée au Brésil, ainsi que les paiements des Membres de la Mission avant leur départ définitif pour la France sont effectués dans un délai maximum de 30 jours après l'arrivée et au moins 15 jours avant le départ, (sur demande individuelle adressée à M. le Ministre de la Guerre du Brésil).
- Art.31 - Les dates d'embarquement des Membres de la Mission quittant définitivement le Brésil, ainsi que les dates du départ de France du personnel (de remplacement ou destiné à pourvoir à des emplois nouveaux) ne sont obligatoirement pas fonction des dates de commencement et de fin de contrat. Elles seront fixées, pour chaque cas particulier, par entente entre M. le Ministre de la Guerre et le Général Chef de Mission, de manière à assurer au mieux le fonctionnement général du service de la Mission.

CHAPITRE VII

PERMISSIONS

Art. 32 - Le personnel de la Mission accomplissant toute la durée du présent contrat aura droit de ce fait à un congé de deux mois (voyages non compris).
Ce congé (ainsi que les délais de route) sera avec traitement et devra être pris, en principe en fin de contrat.

NOTA - Les Officiers maintenus pour un an seulement dans leurs anciennes fonctions n'auront droit qu'à la moitié (1 mois) du congé ci-dessus.

Art. 33 - Toutefois si les nécessités du service l'imposent, les droits acquis à permission des Membres de la Mission peuvent être reportés d'une période de contrat sur une autre, et même au-delà de la fin du présent contrat, le Gouvernement brésilien conservant dans ce cas aux intéressés la plénitude des droits prévus au Chapitre VI.

En tout état de cause, aucune permission, même prise en fin de contrat, ne pourra dépasser une durée de 6 mois (voyage non compris).

Art. 34 - Le départ et l'absence du Brésil des Membres de la Mission partant en permission seront réglés par entente entre M. le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de la Mission, de manière à assurer au mieux le fonctionnement des diverses Ecoles, Cours et Services.

Art. 35 - En principe, et surtout en ce qui concerne les Officiers instructeurs dans les Ecoles, l'époque à laquelle ils pourront prendre leur permission devra coïncider, dans toute la mesure possible, avec la période d'interruption des Cours dans les Ecoles brésiliennes (Décembre-Mars).

Art. 36 - Les Officiers et Sous-Officiers appartenant déjà à la Mission et qui seraient autorisés par le Gouvernement Français à continuer à en faire partie auront droit, du fait du renouvellement du Contrat pour une nouvelle durée de 2 ans (à partir de la date de la signature du présent Contrat) à un congé supplémentaire de 2 mois (accordé dans les mêmes conditions que le congé normal prévu par l'article 32 et sans préjudice du dit congé).

NOTA - Les Officiers maintenus pour un an seulement dans leurs anciennes fonctions n'auront droit qu'à la moitié (1 mois) du congé ci-dessus.

CHAPITRE VIII

CONDITIONS DE RESILIATION

Art. 37 - Si pour un motif exceptionnel, la résiliation globale du présent Contrat était demandée soit par les autorités fédérales, soit par le Gouvernement Français, elle aurait lieu dans les conditions suivantes:

- a) Si la résiliation du contrat est demandée par le Gouvernement brésilien, le rapatriement aura lieu dans les conditions fixées par les articles 26, 27 et 28. En outre, les Membres de la Mission auront droit, en plus éventuellement de leurs droits acquis à permission, à une indemnité équivalente à six mois des traitements et indemnités indiqués à l'article 22.
- b) dans le cas contraire, le Gouvernement français prendra à sa charge les frais de voyage pour le retour en France du personnel de la Mission qui, dans ce cas (sauf en ce qui concerne les droits ^{déjà} acquis à permission), ne sera payé par les soins du Gouvernement brésilien, dans les conditions prévues à l'article 22 que jusqu'au jour de l'embarquement (inclus).

Art. 38 - Si, pour un motif exceptionnel, le Gouvernement français avait à rappeler un Membre de la Mission, la mesure serait prise par entente entre les deux Gouvernements, et le Gouvernement français assurerait à ses frais le rapatriement et le remplacement du membre rappelé.

Art. 39 - Au cas, où au cours du présent contrat le Général Chef de la Mission aurait, pour une question de service concernant la Mission à provoquer auprès du Ministre de la Guerre français le retour en France de l'un des Membres de la Mission, celui-ci perdrait les droits visés à l'Art. 28. Son rapatriement et son remplacement seraient assurés aux frais et par les soins du Gouvernement français.

Art. 40 - De son côté le Gouvernement brésilien se réserve le droit de provoquer en quelque période que ce soit et d'accord avec le Gouvernement français, le remplacement d'un ou plusieurs membres de la Mission si l'intérêt général du service l'exige. Dans ce cas, les indemnités prévues pour le rapatriement et le remplacement seront à la charge du Gouvernement brésilien dans les conditions prévues au Chapitre VI.

Art. 41 - En cas de maladie, régulièrement constatée, qui rendrait tout emploi au Brésil impossible, le rapatriement de l'un quelconque des Membres de la Mission Militaire et son remplacement éventuel se feraient aux frais du Gouvernement fédéral dans les conditions prévues aux différents articles du Chapitre VI du présent Contrat.

CHAPITRE IX

D I V E R S

Art. 42 - AUTOMOBILES - Une automobile (grand modèle) est mise par le Gouvernement brésilien à la disposition du Général Chef de Mission.

Des voitures automobiles sont mises à la disposition de

la Mission pour assurer, tous les transports nécessités par le service des différents Officiers de la Mission.

Le nombre et les conditions d'emploi de ces voitures sont réglés par entente entre le Ministre de la Guerre et le Général Chef de Mission.

Service Medical -

Art.43 - Le Service médical des Membres de la Mission Militaire Française (et de leurs familles) est assuré par le Médecin de la Mission, si ce dernier est indisponible, le service médical sera assuré par un ou des médecins brésiliens désignés d'accord entre le Ministre de la Guerre et le Général Chef de Mission.

Au cas où l'état de santé des Officiers et Sous-Officiers de la Mission le rendrait nécessaire, ils seront (après accord entre le Ministre de la Guerre du Brésil et le Général Chef de Mission) soignés soit à l'Hopital Militaire, soit dans une clinique aux frais du Gouvernement brésilien.

Art.44 - CAS D'ACCIDENT EN SERVICE COMMANDE -

En cas d'accident en service commandé, le personnel de la Mission Militaire Française appartenant aux cadres actifs de l'Armée française a droit, de la part du Gouvernement français aux pensions prévues pour eux (ou leurs ayant droits) par les lois et la réglementation françaises en vigueur pour les accidents survenus au cours du service.

Art.45 - AVIONS - En plus des vols qu'ils pourront être appelés à exécuter pour le service de leur spécialité, les Officiers de la Mission possesseurs d'un brevet d'Aéronautique, pourront utiliser les avions de l'Ecole d'Aviation Militaire pour l'exécution de leurs vols réglementaires français.

Art.46 - ORDONNANCES - Le Général Chef de Mission et ses Officiers auront, sur leur demande, droit, chacun pour leur service personnel, à un soldat ordonnance fourni par l'Armée brésilienne.

Art.47 - CHEVAUX - Il sera fourni par le Gouvernement brésilien un cheval d'armes à ceux des Officiers qui seront déterminés par

accord entre le Ministre de la Guerre brésilien et le Général
Chef de la Mission.

Pour les besoins du service, des chevaux seront en outre
fournis aux Officiers qui n'en seraient pas détenteurs à titre
permanent.

CHAPITRE X

Art. 48 - En cas d'une guerre intéressant la France - Le Ministre de la
Guerre français aura la faculté de rappeler les Membres de la
Mission par l'intermédiaire de l'Ambassade de France à RIO de
JANEIRO. Dans ce cas le Gouvernement brésilien devra libérer
sans délai le personnel de la Mission.

Le rapatriement se ferait alors dans les conditions pré-
vues par l'article 37 § b. (cas où le rappel est demandé par
le Gouvernement français).

Art. 49 - En cas d'une guerre intéressant le Brésil - Le Général Chef
de la Mission Militaire Française et les Officiers sous ses
ordres ne prendront pas part aux opérations si ce n'est avec
l'assentiment formel des Ministres de la Guerre des deux
Gouvernements.

fait à Rio de Janeiro, le quatre Mars 1932
D. Exc. M. l'Ambassadeur
de France au Brésil
signé: Kammerer

D. Exc. M. le Ministre de la Guerre
du Brésil
signé: Leite de Castro
G^{ral} de Division

Documento 6: Contrato da Missão Militar Americana de Costa de 1937.

M.C.

ETAT-MAJOR DE L'ARMEE2° Bureau - S.A.E.

ETAT-MAJOR DE L'ARMEE
2° BUREAU
SECTION ANGLAISE
Archives _____
Classement _____

M.L. 3 Ex.

31 MAI 1937

C O N T R A T

ENTRE LE GOUVERNEMENT DES ETATS-UNIS
D'AMERIQUE ET CELUI DES ETATS-UNIS DU BRESIL -

++++

En conformité avec la demande faite le 9 novembre 1935 par l'Ambassadeur du Brésil à Washington au Secrétaire d'Etat des U.S.A., et des notes du 9 Novembre, 16 et 19 Décembre 1935, le Président des Etats-Unis - en vertu de l'autorité que lui confère l'Acte du Congrès approuvé le 19 Mai, intitulé :

"Acte autorisant le Président à désigner des officiers et des hommes de l'Armée, de la Marine, à aider les Gouvernements des Républiques d'Amérique latine, en matière militaire et navale"

amendé par l'acte du 14 Mai 1935 qui inclut le Commonwealth des Philippines, - a autorisé que se poursuive la désignation d'officiers, constituant une Mission Militaire Américaine au Brésil aux conditions suivantes :

91
1
2

T I T R E IB U T et D U R E E

Art. 1 - Le But de la Mission est de coopérer avec l'Etat-Major, le Bureau du Chef de la Défense des côtes et les officiers de l'Armée brésilienne afin de développer et d'assurer le fonctionnement d'un Centre d'instruction d'artillerie côtière, inspecter les cours et aider à l'instruction. La mission aura en outre la charge des cours et aidera à l'enseignement des sujets suivants : Fortification permanente et guerre chimique à l'Ecole Technique.

Art. 2 - Cette mission aura une durée de deux ans à dater du jour de la signature de ce contrat par les représentants accrédités des gouvernements des U.S.A. et du Brésil.

Art. 3 - Au cas où le Gouvernement brésilien désirerait prolonger la durée de la mission en totalité ou en partie, au-delà du terme fixé, une demande à cette fin devra être faite 6 mois avant l'expiration du présent contrat.

Art. 4 - S'il devenait nécessaire, dans l'intérêt de l'un ou de l'autre des gouvernements, de mettre un terme au contrat - ou à sa prolongation, avant la date convenue, le Gouvernement qui en manifesterait le désir devrait en avertir l'autre 3 mois à l'avance.

Art. 5 - Il est stipulé et d'un commun accord que, pendant que la mission sera en fonction dans ces conditions - ou après prolongation de celles-ci - le Gouvernement Brésilien n'engagera aucune mission ni aucun personnel d'un pays étranger pour les buts et fonctions visées par la présente convention.

T I T R E I I

COMPOSITION et PERSONNEL

Art. 6 - La Mission sera composée de 4 officiers de l'Armée régulière des U.S.A. ainsi qu'il suit :

- 1 Colonel ou Lt-Colonel de l'Artillerie des côtes
- 1 "Major" ou Capitaine
- 1 Lt-Colonel ou "Major" du Génie
- 1 "Major" ou Capitaine du Service Chimique.

L'officier de l'artillerie côtière le plus âgé sera le chef de ma Mission et assurera les relations directes de la Mission avec le Ministre de la Guerre et le Chef d'Etat-Major de l'Armée.

Art. 7 - Toute addition au personnel de la Mission qui serait considérée comme souhaitable ou nécessaire sera considérée comme un "addendum" à cet accord.

TITRE IIIDEVOIRS - RANGS et PREROGATIVES

- Art. 8 - Les membres de la Mission seront responsables seulement devant le Ministre de la Guerre Brésilien par l'intermédiaire du chef de Mission - et agiront en tant que conseillers tactiques et techniques auprès du Chef d'Etat-Major et du Chef de la Défense des Côtes pour les questions d'organisation et d'instruction en toutes matières touchant la Défense Côtière, les fortifications permanentes et la guerre chimique.
- Art. 9 - Il sera du devoir des membres de la Mission, sous la direction du Chef de Mission de conseiller au point de vue technique le Commandant du Centre d'Instruction de l'Artillerie des côtes et le Commandant de l'Ecole Technique - et de coopérer avec eux en toutes matières touchant la Défense des Côtes, la Fortification permanente et la guerre chimique. Ils devront également diriger les cours en ces matières et aider à l'instruction.
- Art. 10 - En cas de guerre entre le Brésil et un autre pays la mission prendra fin. En cas de guerre civile aucun membre de la mission ne devra prendre part aux opérations, de quelque manière que ce soit.

Art. 11 - Les membres de la mission recevront chacun durant leur service dans la mission un grade du rang immédiatement au-dessus de celui qu'ils avaient dans l'Armée des U.S.A. Leurs prérogatives, à l'égard des officiers brésiliens et des officiers d'autres missions étrangères seront en rapport avec le nouveau grade, le rang et l'âge. Les membres de la mission ne recevront, pour le grade ci-dessus mentionné, aucune compensation supplémentaire et porteront l'uniforme de l'Armée des U.S.A.

T I T R E I V

SOLDES et INDEMNITES

Art. 12 - Les membres de la mission recevront du Gouvernement Brésilien, en paiement de leurs services les indemnités annuelles suivantes payables en monnaie Brésilienne, en 12 mensualités :

Colonel	:	72.000 \$	(1) (72 contos)	=	92.160 frcs
Lt-Colonel	:	66.000 \$	(66 ")	=	84.480 -
Major	:	60.000 \$	(60 ")	=	76.800 -
Capitaine	:	54.000 \$	(54 ")	=	69.120 -

Article 13 - Chaque membre de la mission aura droit à une indemnité payée par le Gouvernement Brésilien, à dater de son départ de New-York et, au terme de la mission, jusqu'à la date de son retour à New-York, aller et retour étant

(1) \$ = milreis. Le conto = 1.000 milreis - au 30 Déc. 1936.
100 milreis = 128 francs -

effectués par les voies maritimes ou terrestres normales. Tout membre de la mission désirant retourner à New-York avant l'accomplissement des 2 ans de service ou pour une des raisons prévues par l'art. 26 ne recevra l'indemnité complète que jusqu'à la date de son départ de Rio de Janeiro, sauf en cas de maladie ou de fin de contrat, auquel cas le paiement sera effectué jusqu'à la date du retour à New-York.

Art. 14 - Il est encore stipulé que cette indemnité ne sera sujette à aucune taxe brésilienne actuellement en vigueur ou à venir.

Art. 15 - Les frais de déplacement par terre ou par mer des membres de la mission, de leurs familles, mobilier et bagages, automobiles comprises seront payés d'avance par les autorités brésiennes, les officiers et leur famille voyageant en première classe (la famille comprenant la femme et les enfants). Les sommes suivantes seront payées d'avance, pour couvrir les frais de domicile des membres de la mission :

Colonel	:	6.000 \$	=	7.680 Frcs
Lt-Colonel	:	5.500 \$	=	7.040 "
Major	:	5.000 \$	=	6.400 "
Capitaine	:	4.500 \$	=	5.760 "

Les meubles et bagages des membres de la mission, y compris les automobiles seront exempts des droits de douane et d'impôt quel qu'il soit au Brésil.

- Art. 16 - Les membres de la mission qui resteront au Brésil 2 ans ou davantage, ou jusqu'à la fin de la mission auront droit, à leur retour aux U.S.A., à ce que leurs frais de transport, spécifiés à l'art. 15, de Rio de Janeiro à New-York soient payés d'avance. Dans ces frais sont compris l'emballage et le transport des effets à bord au départ de Rio de Janeiro.
- Art. 17 - Durant le séjour de la mission le Gouvernement Brésilien pourra accorder, à la demande du chef de mission, la franchise pour les articles d'usage personnel ou familial (la famille comprenant la femme et les enfants).
- Art. 18 - Chaque membre de la mission ayant accompli plus de 2 ans de service au Brésil aura droit à une permission de 3 mois à plein traitement et le droit de quitter le Brésil. En ce cas il aura droit à un temps de voyage en plus de son temps de permission et il recevra le traitement entier en monnaie brésilienne selon l'échelle établie plus haut, pendant son temps de voyage et son temps de permission. Le chef de mission règlera, en accord avec le chef d'Etat-Major les permission de telle sorte qu'elles ne gênent le moins possible les intérêts de l'Armée brésilienne.
- Art. 19 - En cas de maladie, les membres de la mission seront soignés aux frais du gouvernement brésilien, dans tel hôpital que le chef de mission, après constatation avec les autorités, jugera favorable.

Art. 20 - Pour tout voyage pour raison de service hors du district fédéral et de Nietheroy, tout membre de la mission recevra, pendant la durée du voyage, en plus de sa solde régulière, une indemnité, per diem, et le remboursement des frais de transport ; ces sommes seront égales à celles accordées aux officiers de l'armée brésilienne de même rang et en de semblables circonstances.

Art. 21 - Les officiers de la mission jouiront des mêmes droits et privilèges que les représentants diplomatiques accrédités auprès du Gouvernement brésilien, et de rang correspondant. Sauf en ce qui concerne les droits d'importation mentionnés ci-dessus.

Art. 22 - Une automobile avec chauffeur sera à la disposition permanente du chef de mission pour le service de la mission. En cas de réparation, de vérification ou pour tout autre raison une autre auto sera mise à disposition.

Art. 23 - Un bureau et l'installation nécessaire sera accordée aux membres de la mission pour leur travail.

Art. 24 - Chaque membre de la mission aura un officier brésilien désigné auprès de lui pour l'aider.

Art. 25 - En cas de rupture du contrat sur la demande des U.S.A., tous les frais du retour du personnel de la mission, de leurs familles et bagages incomberont à ce gouvernement. Si la rupture provient du fait du Brésil ou

d'un état de guerre entre le Brésil et un pays étranger, c'est le Gouvernement Brésilien qui assumera les frais de rapatriement de la mission aux U.S.A., selon ce qui est stipulé par les articles 13 et 16 ; en outre le Gouvernement Brésilien paiera à chaque officier une somme équivalente à 3 mois de solde à dater du jour de l'arrivée à New-York, le voyage ~~étant~~ ayant été effectué par la voie maritime normale.

T I T R E V

RAPPTEL ET REMPLACEMENT DES MEMBRES DE LA MISSION -----

Art. 26 - Les U.S.A. pourront, s'il y va d'intérêt national, rappeler, en tout temps, l'un quelconque ou tous les membres de la mission leur substituant d'autres officiers que puisse agréer le gouvernement Brésilien - toutes dépenses entraînées par cette mesure incombant au Gouvernement des U.S.A. Si, à la requête du gouvernement brésilien, l'un quelconque des membres de la mission est rappelé pour un motif valable et juste, autre que la fin de son service dans la mission ou raison de santé, toutes dépenses entraînées par le retour incomberont aux U.S.A.

Art. 27 - Tout membre de la mission peut être relevé de ses fonctions à sa demande, par le gouvernement des U.S.A., après 2 ans de service au Brésil ; il sera alors remplacé

en chaque cas par un officier de l'arme et du rang correspondant, ainsi qu'il est spécifié dans l'art. 6, et que puisse agréer le Gouvernement Brésilien.

Art. 28 - Aucun membre de la mission, relevé à sa demande avant l'accomplissement des 2 ans de service n'aura droit à être défrayé des dépenses de voyage et de transport des effets par le Gouvernement Brésilien sauf en cas de maladie.

Art. 29 - Au cas où un membre de la mission serait obligé, pour raison de santé, de cesser son service, le Gouvernement Brésilien assumera les frais de son rapatriement, de sa famille et de ses effets, aux U.S.A. comme il est stipulé ci-dessus à propos des membres ayant accompli plus de 2 ans de service.

Art. 30 - En cas de décès au Brésil d'un officier de la mission ou d'un membre de sa famille, le Gouvernement Brésilien assumera les frais de transfert du corps dans la ville des U.S.A. désignée par la famille du défunt. Si le défunt est un officier de la mission, le Gouvernement Brésilien paiera les frais de voyage de la famille et le transport de leurs effets jusqu'à New-York.

Art. 31 - En cas de changement d'un membre de la mission, toutes les clauses de ce contrat - sauf en cas de disposition contraires expresses - s'appliqueront au nouveau venu, y compris, celles spécifiées par les articles 13 et 15.

T I T R E VISUPPRESSION DU CONTRAT PRIMITIF ET LEGALISATIONDU NOUVEL ACCORD.

Art. 32 - A dater du jour de la signature de ce nouvel accord par les représentants accrédités des gouvernements des U.S.A. et du Brésil, le dit accord entrera en vigueur et remplacera en son entier et dans tous ses détails le contrat primitif signé à Washington le 10 Mai 1934, par le Secrétaire d'Etat des U.S.A. et l'Ambassadeur du Brésil aux U.S.A. ainsi que les accords ajoutés à ce dernier.

Art. 33 - En foi de quoi, les soussignés, dûment autorisés à ce faire, signent le contrat en 2 textes, chacun en Anglais et en Portugais, à Rio de Janeiro, le 12ème jour de Novembre 1936.

- R.M. SCOTTIN
- José Carlos de MACEDO SOARES
- Gen. Joas Gomes RIBEIRO FILHO.